

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

**FONTES PARA A HISTÓRIA E MEMÓRIA
DO ENSINO NORMAL NO CEARÁ:**
*O Instituto de Educação do Ceará e
a Reforma Lauro de Oliveira Lima
(1958-1962)*

José Nunes GUERREIRO

FORTALEZA – CE – 2003

José Nunes GUERREIRO

**FONTES PARA A HISTÓRIA E MEMÓRIA
DO ENSINO NORMAL NO CEARÁ:**
*O Instituto de Educação do Ceará e
a Reforma Lauro de Oliveira Lima
(1958-1962)*

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Ceará como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre, sob a orientação do Professor Doutor José Gerardo Vasconcelos.

FORTALEZA – CE – 2003

Esta dissertação foi submetida como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de mestre em educação Brasileira, outorgado pela Universidade Federal do Ceará e encontra-se à disposição dos interessados na Biblioteca Central do Centro de Humanidades da referida Universidade.

A citação de qualquer trecho desta dissertação é permitida desde que seja feita de conformidade com as normas da ética científica.

José Nunes Guerreiro
Mestrando

Dissertação aprovada em 30 de Setembro de 2003.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. José Gerado Vasconcelos – Dr. – UFC
Orientador

Profa. Maria Juraci Maia Cavalcante – Dr^a – UFC

Prof. Antônio Germano Magalhães Junior – Dr. – UECE

* * *

Agradecimentos:

À minha Mazé, parte vital, presente, permanente e abnegada de minha existência;

- aos meus pais – Severino e Luíza – e aos meus irmãos e irmãs – Maria do Socorro, José Severino, José Francisco, José Antônio, José Rubens e Maria de Lourdes – participantes, construtores e incentivadores de minha própria história;

- à professora Madalena Maria de Oliveira, ex-Diretora do Instituto de Educação do Ceará – IEC que, com a mesma bravura e desassombro com que defendeu aquela escola pública estadual de Ensino Normal, animou-me e amparou-me, com palavras e atos, nos percalços e tropeços dessa caminhada;

- às ex-professoras do IEC, identificadas nesta pesquisa, que gentilmente se dispuseram a dar seus depoimentos para a consecução deste trabalho e a preservação da memória daquela escola;

- à Leda, dedicada e entusiasmada funcionária do arquivo do Instituto de Educação do Ceará, bem como ao sr. Jerônimo, à sra. Gertrudes e demais funcionários da Biblioteca Pública Estadual Menezes Pimentel e aos funcionários da Biblioteca e do Arquivo da Assembléia Legislativa do Estado do Ceará, pelo empenho e cuidados profissionais que demonstraram e dos quais me beneficiei como cidadão e aprendiz;

- a todos os colegas professores e funcionários do Instituto de Educação do Ceará – IEC, pelo carinho, respeito e solicitude que sempre tiveram comigo;

- às pessoas da Secretaria de Justiça do Estado do Ceará que me auxiliaram neste trajeto, notadamente a professora Jovita Feitosa, Coordenadora de Educação do Sistema Penal do Estado do Ceará, o dr. José Batista de Aquino, diretor da Colônia Agro-Pastoril do Amanari e os funcionários públicos estaduais lotados naquela Colônia;

- à Adalgiza, Geisa, Anne e demais funcionárias da pós-graduação da Faced-UFC, pelo zelo com que cuidam da nossa condição de estudantes e também à Gina da cantina, ao Marcos da livraria e ao Marquinhos da fotocopiadora, pela presteza e boa vontade com que sempre nos atenderam;

- aos meus e minhas colegas de pós-graduação, pelo prazer da convivência e da troca proveitosa de idéias, perspectivas, possibilidades, anseios e experiências de estudos;

- aos professores da Faced-UFC com os quais tive mais proximidade – Maria Juraci Maia Cavalcante, Ângela Terezinha de Souza, André Haguette e Ercília Maria Braga de Olinda – sinalizadores do meu palmilhar tateante no curso de mestrado;

- e o agradecimento especial ao meu orientador desta pesquisa de mestrado na Faced-UFC, o professor pós-doutor José Gerardo Vasconcelos, pelo seu preparo, amplitude e desprendimento intelectuais e pelo acolhimento, paciência e compreensão que teve com minhas hesitações e limitações acadêmicas, profissionais e científicas.

Dedicatória:

Āedico minha paixão e meus esforços e aflições despendidos nesta tarefa a todas as pessoas – conhecidas e não conhecidas por cada um de nós – que escolheram, em sua maneira de ser e estar no mundo, a educação como *locus* e *praxis* de valorização da multifacetada condição humana.

* * *

RESUMO

Esta dissertação visa a recuperação de alguns aspectos relevantes da história e da memória do Ensino Normal no Ceará, configurados nas seguintes delimitações: como recorte espacial, o hoje Instituto de Educação do Ceará, a mais antiga Escola Normal do Estado; como recorte factual, a Reforma do Ensino Normal de 1958 ou *Reforma Lauro de Oliveira Lima*; e como recorte temporal, o período 1958-1962, quando foram feitas, no atual Instituto de Educação do Ceará, as primeiras experiências e a aplicação parcial da referida Reforma.

Os pressupostos teóricos e metodológicos orientam-se pela compreensão, numa perspectiva de memória, da natureza e utilização das fontes escritas e orais na pesquisa e na reconstrução do conhecimento histórico, ancorando-se, entre outros autores, em Michel Foucault, na genealogia do saber e nas relações de poder; em Michael Pollak, Fentress & Wickham e Eclea Bosi, nas abordagens sobre memórias; em Gisafran Jucá, nos caminhos de história escrita e oral; e em Juraci Cavalcante e Adelaide Gonçalves, na utilização de jornais impressos como fonte de pesquisa.

Este relatório de estudos está organizado em três capítulos. O primeiro aborda o itinerário seguido pela pesquisa, de como se chegou ao tema e às fontes levantadas e os aspectos teóricos e metodológicos referenciais. O segundo apresenta o levantamento e a classificação das fontes encontradas e coletadas, constituídas por documentos da instituição pesquisada; documentos oficiais do governo do Estado do Ceará; artigos, entrevistas, editoriais, cartas e notícias diversas sobre o tema em estudo, publicados nos principais jornais cearenses da época; entrevistas com ex-professora(e)s do Instituto de Educação do Ceará; e comentários sobre algumas das fontes mais emblemáticas. No último capítulo realiza-se um balanço de algumas das indicações e disputas encontradas nas fontes e aponta-se para possíveis problematizações a serem investigadas no futuro.

José Nunes GUERREIRO

* * *

ABSTRACT

This composition drives to the recuperation of some relevant aspects from the memory and the history of Ceará's Normal Teaching, shown in the following questions such as: as a spatial point, nowadays the Instituto de Educação do Ceará, the oldest Normal Institute of the State; as a factual point, the 1958's Normal Teaching Reformation or *Lauro de Oliveira Lima Reformation*; and as a time point, the period 1958-1962, when the first experiences and the partial application from this reformation into the current Instituto de Educação do Ceará were done.

The methodological and theoretical presumptions orient by the comprehension, in a natural and memorial expectation and using in the research oral and written fountains and in the historical knowledge rebuilding, supporting in others authors like Michel Foucault, knowledge genealogy and power relations, in Michael Pollack, Fentress & Wickham and Eclea Bosi about memories, in Gisafran Jucá in oral and written historical ways and in Juraci Cavalcante and Adelaide Gonçalves using newspapers as research.

This report is organized in three chapters. The first one is about the itinerary followed by the research and how the theme was chosen and the researches and the methodological and theoretical referential aspects. The second one shows the result and the classifications of the fountains found and collected by the institution's documents, official documents from Ceará Govern, articles, editorials, many news and letters about the theme published in the main Ceará's newspapers in that time, interviews with Instituto de Educação do Ceará teachers and commentaries about the most emblematic fountains. In the last chapter there is a resume of some indications and disputes found in the fountains and point to possible problems that might study in the future.

José Nunes GUERREIRO

* * *

SUMÁRIO

I – Itinerário da pesquisa

1.1. A procura e a definição do tema	
1.1.1. Considerações iniciais.....	9
1.1.2. Definição do tema.....	10
1.1.3. Natureza do assunto.....	12
1.1.4. Motivação pessoal.....	15
1.1.5. Percalços e tropeços no caminhar deste trabalho.....	19
1.2. A chegada às fontes	
1.2.1. Procurando na escola.....	21
1.2.2. Conversando com ex-professoras.....	22
1.2.3. Chegando aos arquivos de jornais e documentos oficiais.....	23
1.2.4. Buscando o depoimento do professor Lauro de Oliveira Lima.....	25
1.2.5. Decidindo como elaborar este trabalho.....	26
1.3. A abordagem das fontes	
1.3.1. A memória nas fontes.....	27
1.3.2. A utilização das fontes.....	30
II – Apresentação e classificação das fontes encontradas e coletadas.....	36
2.1. Documentos encontrados na instituição pesquisada	
2.1.1. Livro de Atas do Conselho Técnico do Centro Educacional.....	37
2.1.2. Relatórios do professor João Hippolyto de Azevedo e Sá.....	49
2.1.3. Documento do professor Lauro de Oliveira Lima.....	54
2.1.4. Relatório da professora Francisca Noemi Costa de Soriano Aderaldo..	59
2.2. Documentos oficiais do Estado do Ceará.....	60
2.2.1. Mensagens dos Governadores à Assembléia Legislativa do Ceará.....	60
2.2.2. Leis e Decretos estaduais do Ceará sobre o IEC e a Reforma.....	61

2.3. Jornais.....	63
2.3.1. Artigos, cartas e entrevistas de protagonistas.....	63
2.3.2. Notícias.....	65
2.3.3. Editoriais.....	68
2.3.4. Cartas, entrevistas e artigos diversos.....	68
2.4. Obras de autores cearenses sobre o Ensino Normal e a Reforma.....	69
2.5. Entrevistas com ex-professora(e)s do Instituto de Educação.....	71

III – Considerações Finais

3.1. Algumas indicações encontradas nas fontes.....	73
3.1.1. Um resumo cronológico do assunto estudado.....	73
3.1.2. Um breve percurso pela história da Escola Normal, atual IEC.....	76
3.1.3. Uma escola feminina almejada.....	79
3.1.4. A visibilidade institucional da Escola de Ensino Normal.....	86
3.1.5. A nova escola.....	91
3.1.6. Lauro de Oliveira Lima e a Reforma do Ensino Normal.....	102
3.1.7. João Hippolyto de A. e Sá na História do Ensino Normal do Ceará.....	110
3.2. Possíveis problematizações.....	113
3.2.1. Disputas em torno da Reforma do Ensino Normal.....	113
3.2.2. O prédio escolar e seus significados.....	114
3.2.3. A atividade docente no ensino elementar como trabalho feminino.....	115
3.2.4. Memórias de professores e alunos na recuperação da Reforma.....	116
3.2.5. O papel da imprensa.....	116
3.2.6. O Ensino Normal como curso profissionalizante de magistério.....	117
3.2.7. Finalizando.....	118
Referências Bibliográficas.....	119
Fontes Componentes desta Pesquisa.....	122

I – Itinerário de pesquisa

1.1. A procura e a definição do tema

1.1.1. Considerações iniciais

“Quem não tem estudo, não tem nada”. “Sem estudo não se vai para a frente”. “Podem tirar tudo de você, mas o que você tem dentro da sua cabeça ninguém consegue tirar, e você poderá começar tudo de novo”.

Estas frases ou os sentidos que elas portam, e que são correntes no cotidiano das pessoas, refletem uma posição da maioria dos brasileiros em relação à importância que é dada aos estudos – como busca, aprendizagem e sistematização de conhecimentos – e à necessidade da existência da escola enquanto lugar oficialmente instituído e socialmente reconhecido e atuante, onde se tem acesso a esses estudos.

Uma escola tem, na sociedade contemporânea, forte presença e influência na vida da comunidade em que ela se insere e das pessoas às quais ela se destina.

A significação institucional de uma escola, o seu funcionamento, o trabalho dos educadores que nela atuam (professores, funcionários e diretores) e a própria existência do prédio escolar representam um sentido material de solidez, de referência concreta dos valores e perspectivas que as pessoas passam a considerar, no contexto social e político em que vivem, essenciais para o presente e o futuro de suas vidas.

Tal existência torna consistentes nas pessoas nela envolvidas, basicamente professores e alunos, em caráter individual e coletivo, os sentimentos de permanência, pertencimento e identificação. Permanência de maneiras de ser, de pensar e de estar em uma realidade social historicamente definida. Pertencimento a um grupo, comunidade ou coletividade, política e socialmente construídas. Identificação cultural e psicológica, como protagonistas e como usuários de estruturas e processos educacionais.

Sendo as escolas lugares materiais e simbólicos desses significados, em sentidos tanto precisos como difusos, algumas questões se colocam: Onde e como são formados os profissionais em educação que nelas trabalham, principalmente nas escolas de ensino pré-escolar e elementar? Quais são os seus princípios e práticas de atuação educacional? Qual o perfil político-pedagógico da instituição escolar que prepara professores para aquelas escolas? Qual a sua repercussão social?

1.1.2. Definição do tema

Foi no contexto dessas indagações – sobre a natureza, o perfil e o desempenho da escola formadora de professores de nível médio – que despontou o interesse pela existência e atuação do Instituto de Educação do Ceará (IEC), escola pública estadual de referência no Ensino Normal¹ do Ceará, na preparação de professores de nível médio para lecionar na educação infantil e nas séries iniciais do ensino fundamental, o antigo ensino primário.

Definiu-se então pela realização de uma pesquisa sobre a história do Instituto de Educação e a *Reforma Lauro de Oliveira Lima*, abrangendo o período de 1958 a 1962. Essa delimitação de espaço e tempo situa-se na circunstância do Instituto de Educação ter começado a funcionar no prédio situado no Bairro de Fátima – construído para tal fim – a partir de 1958 e pelo fato da escola ter sido o local onde aconteceu, durante os seus cinco primeiros anos de funcionamento, a experimentação da Reforma do Ensino Normal no Ceará, articulada e elaborada pelo educador Lauro de Oliveira Lima desde 1956 e transformada em lei estadual no final de 1958.

Cheguei ao Instituto de Educação do Ceará como professor de História em 1994, em plena vigência do projeto CEFAM².

Lembro-me que, além do impacto que me acometeu por estar sendo incluído no corpo docente daquele estabelecimento de ensino, de expressiva visibilidade no cenário educacional cearense, fiquei impressionado com o grande terreno ocupado pela escola e por sua área construída, aqueles corredores muito longos, ladeados por salas de aulas até onde a vista alcança, por onde circulavam, nos horários de entrada, recreio e saída das aulas, quase somente... alunas.

¹ O termo *Normal* surgiu no Brasil quando foram criadas as primeiras Escolas Normais, no Rio de Janeiro e Minas Gerais em 1835 e na Bahia em 1836, para a formação de professores de *primeiras letras* ou *ensino primário*. Perdurou até 11 de Agosto de 1971, quando, com a Lei de Diretrizes e Bases – LDB nº 5.692, passou a chamar-se *Habilitação para o Magistério*. Em 20 de Dezembro de 1996 a LDB nº 9.394, em seu Artigo 62, restabeleceu a modalidade *Normal*.

² O projeto CEFAM – Centro de Formação e Aperfeiçoamento do Magistério – teve como objetivo a formação efetiva dos professores de educação infantil e das séries iniciais do 1º Grau (atual Ensino Fundamental) e o aperfeiçoamento técnico-pedagógico dos professores e especialistas do Ensino Normal, com prioridade para receber alunos concludentes das escolas públicas de 1º Grau. Surgido a partir de um seminário promovido em 1982 pela Secretaria de Ensino de Primeiro e Segundo Graus – SEPS e pela Coordenadoria de Ensino de Segundo Grau – COES, do Ministério da Educação e Cultura, para *definir uma proposta de ação integrada para a formação de professores de 1º Grau*, o projeto foi assumido pelo MEC em 1983 e implantado, até 1992, em 199 escolas de 19 estados da Federação (CAVALCANTE: 1994, p. 56, 59 e 123). No IEC, o CEFAM existiu e funcionou entre os anos de 1992 e 1995.

Também ficou-me na lembrança a presença maciça das professoras aposentadas, muitas delas do Ensino Normal, no auditório do IEC, nos anos 94-95, no início de cada mês, para receber seus contracheques de pagamento. Algumas já muito idosas, andando com dificuldade ou amparadas por acompanhantes; outras recém aposentadas, com maior vigor físico e mais facilidade de movimentos. Algumas sérias e introspectivas, de pouca conversa; outras joviais, alegres, falantes e realçando suas presenças naquele lugar e momento de encontro.

No transcorrer desta pesquisa, ao debruçar-me sobre a origem, o funcionamento e as mudanças educacionais por que passou a escola, assim como as transformações e disputas institucionais que nela tiveram lugar, lamentei profundamente a perda daquela oportunidade ímpar – por falta de percepção, na época, de sua importância histórica – de não ter procurado estabelecer contatos com algumas daquelas professoras, responsáveis pela formação de muitas outras professoras, para futuras entrevistas.

Várias educadoras da rede pública de ensino, com vivência prolongada e vínculo no Ensino Normal do Ceará, encontrando-se também na preocupação com sua própria identificação profissional e com a natureza e as finalidades da estrutura e do processo educativo nessa modalidade de ensino, foram levadas, como Edite Pontes SWILLENS, Maria Iolanda Perdigão SILVEIRA, Maria Helena Vale CARVALHO e Maria Goretti Lopes Pereira SILVA, entre outros, à produção de estudos sobre alguns aspectos antigos e recentes da história e do desempenho educacional do atual IEC (ver Bibliografia).

A realização de tais pesquisas resultou também do interesse dessas professoras na reconstituição e desvelamento da história de uma escola secular como o atual IEC. Se alguns ângulos desse assunto já foram estudados, outros há ainda por estudar, o que será possível com *a ampliação da pesquisa histórica educacional de caráter local, no Ceará* (CAVALCANTE: 2000, p. 44). A pesquisa aqui apresentada, de levantamento de fontes para a história do Ensino Normal no Ceará, elegendo como recorte espacial o Instituto de Educação do Ceará, como recorte factual a Reforma do Ensino Normal no Ceará ou *Reforma Lauro de Oliveira Lima* e como recorte temporal o período de 1958 a 1962, propõe-se a ser uma contribuição a essa reconstrução e resgate históricos.

A história deste trabalho situa-se assim, considerando-se também uma trajetória de vida profissional de seu pesquisador situada no exercício do magistério, no âmbito de um esforço voltado para a recuperação e compreensão de aspectos e sentidos históricos do que se poderia chamar de “mundo da educação”.

1.1.3. Natureza do assunto

A Reforma do Ensino Normal de 1958 não foi a primeira nem a única levada a efeito no território físico e institucional do IEC. Enquanto Escola Normal desde a sua fundação, em 1884, ele passou por várias reformas educacionais anteriores³. Em relação à *Reforma Lauro de Oliveira Lima*, o IEC foi o palco para a sua preparação e aplicação inicial e continuou a existir após a sua ocorrência, incorporando alguns avanços e recuos de sua experimentação e dos esforços para a sua implantação.

Há que se lembrar que a decisão e a realização da construção do novo prédio, de 1955 a 1962, fizeram parte de ações politico-administrativas adotadas pelos governantes cearenses para a esfera educacional, que incluíam a construção de mais escolas e a ampliação de vagas na rede pública para atender ao número crescente de alunos. Essas medidas ocorrem num contexto em que os secretários estaduais de educação do Ceará – talvez por efeito dos ares de redemocratização pós-II Guerra Mundial e da exigência de uma maior organização e eficiência da administração pública – passaram a sistematizar e apresentar publicamente, através da imprensa, seus planos e metas de trabalho. Nessa época foram ainda realizados dois levantamentos gerais sobre a situação do ensino no Ceará: um em 1956, pela Divisão de Fiscalização e Orientação de Ensino (DFOE – estadual), sob a coordenação do professor Moacir Teixeira de Aguiar⁴, e outro em 1958, coordenado pelo professor Joaquim Moreira de Sousa, a serviço do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos – INEP⁵ (SOUSA: 1961, p. 133).

O novo prédio do Instituto de Educação foi construído com recursos financeiros oriundos do governo federal, através de um convênio firmado pelo governo estadual do Ceará com o INEP, o que pode explicar a ausência de reclamações políticas, nos jornais locais, contra um possível aumento de gastos dos recursos públicos estaduais.

³ Antes da Reforma de 1922, também conhecida como *Reforma Lourenço Filho*, a Escola Normal passou por seis reformas educacionais, nos anos de 1885, 1889, 1896, 1899, 1911 e 1918, essa última realizada pelo professor João Hippolyto de Azevedo e Sá, então diretor da escola, pela 1ª vez (Silva, Maria Goretti Pereira e. *A Escola Normal no Ceará: luzes e modernidade contra o atraso na terra da seca (1884-1922)*. Fortaleza, UFC: 2001. Dissertação de Mestrado).

⁴ Durante uma reunião da Congregação escolar sobre a viabilidade da Reforma do Ensino Normal, em 23 de Agosto de 1961, a professora Noemi Costa Aderaldo, respondendo a um comentário do prof. Américo Barreira sobre *a necessidade imprescindível do estudo da escola primária do Ceará, hoje inteiramente distancada da realidade social*, referiu-se à pesquisa levada a efeito pelo professor Moacir Aguiar, sobre o currículo primário cearense, pesquisa cujo documentário se encontra desaparecido (Livro de Atas Nº 306, do Conselho Técnico do Instituto de Educação – Centro Educacional: 62).

⁵ Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, órgão criado pelo Ministério da Educação e Cultura – MEC em 1938 para dar apoio educacional, organizativo e material ao ensino e às escolas públicas do Brasil. Foi dirigido, de 1952 a 1964, pelo educador baiano Anísio Spínola Teixeira.

A disputa em torno da Reforma, por sua vez, não se circunscreveu aos muros da nova escola, seus corredores, suas salas de aula e às reuniões de seus professores, como também não se limitou aos anos de sua aprovação e regulamentação (1958-1959), mas antecedeu a ela em vários anos e desdobrou-se nos anos seguintes, mesmo após a saída de cena de seus principais protagonistas, tanto críticos como defensores.

Retrocedendo-se ao ano de 1956, são encontradas duas publicações no jornal O POVO em relação à Reforma do Ensino Normal, reproduzidas na íntegra neste trabalho. Uma delas, em 5 de Maio, é uma notícia sobre a proposta apresentada pelo professor Araken Carneiro, presidente do Sindicato dos Professores das Escolas Particulares e representante dos professores secundários no Conselho Estadual de Educação, de uma reforma para o Ensino Normal a partir da mudança de seu currículo.

A outra é um longo texto do professor Lauro de Oliveira Lima⁶, catedrático de Pedagogia do Curso Normal do Instituto de Educação e representante do Ministério da Educação no Conselho Estadual de Educação, publicado em seis capítulos, no período de 17 de Maio a 14 de Junho, denominado *Esboço Para Uma Reforma Ideológica do Curso Normal*. Em tal texto o professor Lauro apresenta os fundamentos educacionais, a estrutura organizacional e uma nova grade curricular para uma reforma geral do Ensino Normal.

E mesmo após morte, em 1962, do diretor do Instituto de Educação, o professor João Hippolyto de Azevedo e Sá⁷, e o distanciamento do professor Lauro de Oliveira Lima do Ensino Normal do Ceará a partir de 1960, alguns dos princípios e práticas da Reforma do Ensino Normal continuaram presentes no Instituto de Educação dos anos

⁶ O educador Lauro de Oliveira Lima, cearense de Limoeiro do Norte, exerceu no Ceará as funções de Inspetor Seccional do Ministério da Educação e Cultura (1945-1964), membro do Conselho Estadual de Educação, professor de Pedagogia do Instituto de Educação Justiniano de Serpa (1956-1964), professor de Psicologia Experimental da Faculdade Católica de Filosofia e professor de Psicologia Social do Instituto Social de Fortaleza (LIMA: 1969, p. 4). Foi também um dos três fundadores do Colégio Agapito dos Santos (particular), em Fortaleza. Escreveu e publicou pelo menos quinze livros sobre educação.

⁷ O professor João Hippolyto de Azevedo e Sá lecionou principalmente Anatomia, durante 50 anos, na cadeira de Física, Química e História Natural da Escola Normal, sendo aposentado compulsoriamente por idade. Formado pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro em 1904, foi também médico na Santa Casa de Misericórdia de Fortaleza e da antiga Rede de Viação Cearense – RVC (MARTINS: 2000, p. 290). Exerceu em 1934, a função de Diretor de Instrução Pública do Ceará (CAVALCANTE: 2000, p. 86), hoje equivalente à de Secretário de Educação do Estado. Os relatórios e demais documentos de sua autoria estão por ele assinados ora como “dr. Hippolyto”, ora como “João Hippolyto”. Foi diretor da Escola Normal, sob diversas de suas denominações, por três períodos alternados, num total de 34 anos, 8 meses e 24 dias.

“1º vez: de 20 de Março de 1914 a 7 de Setembro de 1934: 20 anos, 5 meses e 18 dias.

2º vez: de 13 de Março de 1939 a 16 de Fevereiro de 1951: 11 anos, 11 meses e 3 dias.

3º vez: de 15 de Março de 1960 a 18 de Julho de 1962: 2 anos, 4 meses e 3 dias.”

(Livro de Atas Nº 306 das Reuniões do Conselho Técnico do Centro Educacional, p. 22 v).

posteriores, como pode ser verificado nos planejamentos de ensino e relatórios anuais de atividades educacionais guardados no arquivo da escola.

Este estudo não visa deslindar a Reforma do Ensino Normal de 1958 nos seus aspectos filosóficos, legais, pedagógicos e organizativos, tendo o Instituto de Educação do Ceará como cenário apropriado e privilegiado. Uma análise apressada resultaria em um julgamento – contestador ou avalizador – ou uma descontextualização reducionista de uma inovação educativa com ampla abrangência e múltiplos sentidos. Neste trabalho, os textos do professor Lauro de Oliveira Lima a respeito da Reforma do Ensino Normal – sua origem, elaboração, princípios, aplicação, boicotes, desdobramentos, etc. – aqui transcritos sem comentários, são apresentados como portadores de suas significações⁸.

Tampouco quer priorizar e colocar em relêvo uma história de magnificência institucional do IEC, mesmo abordando um momento que foi de grande repercussão na trajetória do Ensino Normal no Ceará, marcado pela simultaneidade da mudança para um novo prédio em 1958 com a reforma educacional iniciada na escola, pelo educador Lauro de Oliveira Lima, naquele mesmo ano.

A intenção deste trabalho é trilhar um percurso *genealógico*, empreendendo uma espécie de retorno no tempo *não para traçar a curva lenta de uma evolução, mas para reencontrar diferentes cenas onde os acontecimentos desempenharam papéis distintos* (FOUCAULT: 1999, p. 15), em um movimento que, ao

revisitar os lugares e os signos da história, seguir o múltiplo e o diverso, encantar-se com os segredos, devolver os lamentos e os prantos funestos de ritos e símbolos, galopar nos sinais já quase apagados pelo tempo, juntar seus pedaços (VASCONCELOS: 2000, p. 107),

possibilite alguns recortes temporais e factuais e a percepção de ligações e rupturas em aspectos do processo e do período em que o IEC foi o local de gestação da *Reforma Lauro de Oliveira Lima* para o Ensino Normal e do esforço de sua aplicação no Ceará. Esse momento foi igualmente revestido de muita significação em relação ao contexto educacional nacional: ocorreu doze anos após a entrada em vigor da Lei Orgânica do

⁸ O suporte teórico do valor de um documento histórico em si pode ser encontrado em Michel Foucault, quando explicita uma *arqueologia do saber* que procura definir não os pensamentos, as representações, as imagens, os temas, as obsessões que se ocultam ou se manifestam nos discursos; mas os próprios discursos, enquanto práticas que obedecem as regras. Ela se dirige ao discurso em seu volume próprio, na qualidade de monumento. Não busca um “outro discurso” mais oculto. Recusa-se a ser “alegórica”. Não é nada além e nada diferente de uma reescrita: isto é, na forma mantida da exterioridade, uma transformação regulada do que já foi escrito. Não é o retorno ao próprio segredo da origem; é a descrição sistemática de um discurso-objeto (FOUCAULT: 2000, p. 159-160).

Ensino Normal, em 1946, e três anos antes da aprovação da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação no Brasil, em 1961⁹.

Procurou-se trazer à lembrança e a possíveis análises – pelas “falas originárias” nos documentos do Instituto de Educação, nos documentos e leis governamentais, nas notícias e artigos publicados na imprensa cearense da época, nos pouquíssimos livros escritos sobre o Ensino Normal e a Reforma e nas entrevistas concedidas por alguns dos protagonistas relevantes da Reforma – aspectos das disputas de poder, dos personagens expostos e anônimos, dos embates anunciados e silenciados e das significações, para diversos atores e segmentos sociais, de um novo projeto educacional em uma instituição considerada símbolo e local apropriados para isso.

Buscou-se ainda proporcionar aos eventuais leitores possibilidades de imergirem em suas próprias leituras, percepções, sensações e interpretações sobre o assunto, ao invés de se apresentar, na forma de elaboração aparentemente conclusiva, uma filtragem de conteúdos, uma mutilação de intenções, sentidos e desejos, uma descontextualização histórica e os limites de uma análise particularizada.

Parafraseando o poeta, *quem quiser cantar o mundo, comece por sua aldeia*. Não se trata de uma elegia a um momento e lugar de caracterização e identificação da mais destacada escola pública de Ensino Normal do Ceará, nem de exaltação a possíveis situações de *status* intelectual e social que ela possa ter representado. O que se procurou foi resgatar – visando partilhar experiências, expectativas, posturas e procedimentos, significativos para os professores e as alunas que por ali passaram e para todos aqueles com alguma vinculação, de diferentes formas e maneiras, ao mundo da aprendizagem, do magistério e de sua formação profissional – alguns dos cenários vividos e dos passos percorridos na história do Instituto de Educação e da *Reforma Lauro de Oliveira Lima*.

1.1.4. Motivação pessoal

Em função dos caminhos seguidos na definição e realização desta pesquisa, da particularidade do lugar de manifestação do historiador e do âmbito cognitivo por onde a investigação foi conduzida, em que

⁹ Lei Orgânica do Ensino Normal nº 8.530, de 2 de Janeiro de 1946; e LDBEN – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 2.024, de 20 de Dezembro de 1961.

o gesto que conduz as “idéias” aos lugares é precisamente um gesto de historiador; a operação histórica refere-se, assim, à combinação de um lugar social e de práticas científicas (CERTEAU: 1976, p. 18),

considero necessário apresentar um relato retrospectivo de minha trajetória e de meus posicionamentos em relação à educação, como professor e estudante de pós-graduação, deixando patentes as idéias e práticas a partir das quais este trabalho foi escrito.

Comecei a lecionar¹⁰ na rede estadual pública paulista em 1977 e, a partir desse momento, envolvi-me nas atividades educacionais do ensino público, no movimento sindical dos professores da rede pública e nos acontecimentos políticos que marcaram a abertura política no Brasil no final dos anos 70 e início dos anos 80. Não consegui mais lecionar História sem sentir-me também um de seus protagonistas e passar a ver essa mesma condição nos outros professores, alunos e demais pessoas.

Se por um lado as atividades sindicais e político-partidárias intensas afastaram-me de um contato mais estreito e sistemático com o mundo acadêmico e científico, por outro lado fortaleceram-me a convicção da defesa do ensino público gratuito e de boa qualidade, na construção de uma sociedade mais justa e menos desigual.

Por isso, como professor da rede pública estadual de ensino do Ceará, entendo que buscar a compreensão dos sentidos, das intenções, do desempenho e dos resultados da educação está, concretamente, como nos lembra Michel Foucault (1999, p. 202), na percepção das *relações e jogos de poder*, das disputas e tramas que nos rodeiam e influenciam, nos momentos históricos que se constituem no nosso dia-a-dia.

Não podemos ignorar que as relações de poder, na educação, materializam-se em diversos níveis, desde o envolvimento direto e diferenciado dos membros que integram a comunidade escolar (educadores, alunos e pais) e o funcionamento das estruturas administrativas das escolas e das secretarias municipais e estaduais de educação, até as esferas de planejamento, decisão e de ação do Estado (políticas municipais, estaduais e federais) e de segmentos da sociedade, além dos posicionamentos e circunstâncias nacionais perante o cenário político e econômico internacional.

Assim, as práticas educativas de cada professor não se resumem, consciente ou inconscientemente, unicamente ao cotidiano da sala de aula ou à sua mera presença na unidade escolar. Elas inserem-se em um amplo conjunto de posturas e experiências

¹⁰ Desde que comecei a ministrar minhas primeiras aulas, no Movimento Brasileiro de Alfabetização (de adultos) – Mobral em 1971, quando cursava o Clássico, sempre senti-me incomodado com o uso do termo *ensinar* para designar a atividade docente do professor. Eu começava a ter uma vaga noção de que ensino é um processo em que ambos, educadores e educandos, são permanentemente mestres e aprendizes.

individuais e coletivas dos educadores, em suas relações profissionais e pessoais e em suas atividades docentes.

Não se trata de eleger e emoldurar a educação como a grande redentora dos problemas humanos, já que a origem, persistência, abrangência e complexidade de tais problemas dependem do conjunto dos fatores políticos, econômicos, culturais e sociais atuantes em cada momento e lugar. Trata-se de perceber o professor não como simples componente de um dos vários aspectos inerentes à vida humana – no caso, a educação – mas de reconhecer o seu protagonismo enquanto organizador, redefinidor e condutor de um processo específico de construção e multiplicação de conhecimentos em contextos sociais, políticos e econômicos vividos por diferentes agrupamentos humanos.

Que educação vem sendo construída na estrutura política e social em que temos vivido? Em função de que? Como? Connel lembra que

o sistema educacional não distribui apenas os bens sociais atuais. Ele também molda o tipo de sociedade que está sendo gerada. A possibilidade de nossa sociedade futura ser justa depende, em parte, do uso que fazemos agora do sistema educacional (CONNEL In APPLE: 2000, p. 148).

A escola, principalmente a pública, pode então representar um instrumento de construção e democratização de justiça social, mas não consiste, por outro lado, em um instrumento politicamente ingênuo, cientificamente neutro e concretamente acessível a todos. Michael Apple lembra que ela é mais uma das arenas de disputa social e resulta das conquistas progressistas das coletividades e das lutas dos trabalhadores, não sendo apenas uma das expressões de imposições e concessões dos poderes dominantes. Ele exorta ainda que deve-se ainda ter atenção para o que é necessário que os educadores e outras pessoas façam para participar das mudanças na educação e na sociedade ou para defender o que já parece progressista (APPLE: 2000, p. 19).

Se o papel do professor como intelectual é ser um *mediador entre a sociedade e a cultura, dando representação cultural à política e direção política à cultura* (MAAR: 1986, p. 26), ele, como principal agente na mediação do processo educacional, precisa ter sua participação garantida na elaboração e definição de ações de política educacional implantadas pelo Estado e não figurar um simples instrumento executor de tais ações. E mais, não pode ser impedido nem alijado de qualquer participação e decisão que se refira à política de sua própria formação profissional e cultural.

A escolha do tema desta pesquisa aconteceu também em momentos de duros embates político-educacionais entre o Instituto de Educação e a Secretaria da Educação Básica do Ceará e foi por eles parcialmente influenciada. A Secretaria empenhou-se em extinguir na escola o curso Normal a todo custo, desde a entrada em vigor da nova Lei de Diretrizes e Bases – LDB nº 9.394, de 20 de Dezembro de 1996, apesar da própria LDB, em seu Art. 62, restabelecê-lo e ampliá-lo em suas atribuições. Mas essa é outra história, longa e intrincada, para ser futuramente levantada em estudo apropriado.

A motivação para a realização deste trabalho foi norteada, assim, não por *uma obrigação acadêmica*, embora seja parte de sua legítima condição de requisito do curso, mas basicamente por um *compromisso pessoal* (VASCONCELOS: 2000, p. 11), fruto de uma necessidade individual, vivenciada no coletivo, de “estar no mundo”.

Os fatores acima citados justificam uma preocupação que permeou este trabalho: o empenho na utilização de uma linguagem que, *mesmo pensada e apresentada não como o real, mas como uma representação do real* (VIEIRA et alii: 1989, p. 52), seja de fácil compreensão, acessível, às vezes quase coloquial, para que ele, pelo seu próprio teor e apresentação, possa ser lido e consultado por um leque mais ampliado de pessoas com algum interesse no assunto e *não apenas por um reduzido número de acadêmicos ou somente para ser dirigido ao relator do trabalho* (ECO: 1977, p. 156).

A escrita presente neste relatório traz consigo a marca da vivência direta com as características e a dinâmica funcional da instituição estudada, embora em época e em situação política e educacional posteriores ao período abordado. Entretanto, procurou manter *o cuidado que o pesquisador precisa ter ao escrever sobre o seu próprio tempo* ou sobre temas que lhe dizem respeito diretamente, como foi apontado pelo historiador inglês Eric Hobsbawm (1995, p. 104), ao ponderar que *os riscos do historiador para compreender o espaço histórico em que ele vive são maiores do que para quem não passou por tal experiência*. Ele comenta ainda que, como cada historiador tem o seu próprio lugar a partir do qual analisa o mundo,

a vivência pessoal desse tempo molda inevitavelmente a forma como o vemos, e até mesmo o modo como determinamos a evidência à qual todos nós devemos apelar e nos submeter, independentemente dos nossos pontos de vista (HOBSBAWM: 1995, p. 105).

Como Hobsbawm também alerta para a necessidade da tomada, pelo historiador, de uma postura metodológica como pré-condição para a construção histórica proposta, o esforço sempre presente na realização neste relatório de pesquisa consistiu em se tentar

uma abordagem “a mais objetiva possível”, sem desviar a paixão e o compromisso com o assunto escolhido e defendido (HAGUETTE In OLINDA: 1991, p. 10).

1.1.5. Percalços e tropeços no caminhar deste trabalho

Sempre mantive o esforço de atualizar conhecimentos, buscar aperfeiçoamento intelectual, aprofundar as possibilidades de análise e compreensão científica do campo educacional a que me dedico e ampliar a visão e as percepções política, social e cultural para além do trabalho profissional escolar rotineiro.

Após muito tempo em atividade docente, consegui cursar uma especialização em História, sob o tema “Questões Teóricas e Metodológicas”, de Julho de 1995 a Janeiro de 1997, na UFC – Universidade Federal do Ceará.

Para mim foi um curso pesado e causador de perplexidades perante a História e o conhecimento científico e em relação ao papel do professor na educação. Revi alguns conceitos e conteúdos; aprendi outros, com novas abordagens e tive algum contato com a pesquisa acadêmica e com novas formas de trabalho docente.

Quatro anos depois resolvi tentar, e consegui, ingressar no curso de mestrado na área de História da Educação, também na Universidade Federal do Ceará, com o desejo de realizar uma pesquisa inserida no sistema educacional no qual exerço o magistério, o ensino público fundamental e médio.

Partindo da preocupação com o impacto e as conseqüências, no cotidiano das escolas e dos professores, das decisões educacionais dos governantes cearenses mais recentes, pretendia analisar as políticas educacionais planejadas e implantadas do Ceará pelos seus governantes, no período de 1971 a 1996. O objetivo principal seria identificar as diferenças e semelhanças que existiriam entre o chamado *tempo dos coronéis* e o auto-denominado *tempo das mudanças* no tratamento dado à educação básica estadual no Ceará, ou seja, comparar as atuações do *coronelismo* e do *mudancismo*¹¹ e seus resultados na educação pública cearense.

Eu não tinha noção de como tal proposta de pesquisa era ampla e complexa. Mas logo após o início do curso do mestrado e no transcorrer das aulas de suas disciplinas-crédito, compreendi, pelos relatos e trocas de experiências de estudos e pesquisas entre

¹¹ Os termos *coronelismo* e *mudancismo* foram adotados no Ceará pelo grupo político representado pelo empresário Tasso Jereissati e seus seguidores, então no Partido do Movimento Democrático Brasileiro – PMDB, que venceu as eleições para o governo do Estado em 1986 e passou depois para o PSDB – Partido Social Democrático Brasileiro, constituído em 1988.

os colegas do mestrado, a inviabilidade daquilo a que me propunha. Mais do que isso, tive noção clara de minha defasagem e insuficiência acadêmica, o que me trouxe muita insegurança e indecisão no novo rumo a ser dado à pesquisa.

Tive então muita dificuldade em redefinir o objeto de pesquisa, bem como em delimitar seu período. Fiquei sem assunto. Não sabia o que fazer. Várias idéias vieram e desfizeram-se sem consistência: ou eram muito distantes do meu interesse ou eu não me convencia delas. Fui tentando uma redução gradual do assunto e do período e comecei a perceber que precisaria ser de algo bem mais próximo às experiências por mim vividas e apreendidas durante o magistério público.

Finalmente vislumbrei que o caminho a ser seguido seria abordar aspectos ou algum recorte histórico da instituição educacional onde leciono, o Instituto de Educação do Ceará – IEC. Mas ainda não conseguia perceber, definir e delimitar o tema. Somente após visitar e manusear, por várias vezes, os livros de registros e outros documentos e papéis diversos guardados nos arquivos do IEC, comecei, aos poucos, a enveredar pelos meandros que me conduziram ao atual tema.

Ao longo de toda essa indecisão e perplexidade tive ainda que defrontar-me com um forte empecilho para a realização do trabalho: a falta de tempo e de serenidade para estudos e pesquisas. Infelizmente, não fui liberado pela Secretaria da Educação Básica do Estado do Ceará – que atravessava um período de franca má vontade e hostilidade com os professores, inclusive tratando como infratores e “privilegiados” aqueles que, como eu, cometeram o “atrevimento” de procurar aperfeiçoar-se em cursos de pós-graduação nas universidades públicas – para cursar o mestrado, apesar do afastamento dessa natureza estar garantido em lei aos professores da rede estadual. Foi somente com a compreensão e o apoio efetivo de algumas pessoas sensíveis e solidárias, professores e servidores públicos, que consegui cumprir as disciplinas de crédito do curso, embora com muita dificuldade e em prazo maior do que o previsto. Com isso, a disponibilidade de tempo para os estudos necessários, para a coleta de materiais escritos e orais e para a elaboração textual foi se tornando exígua, pouco produtora, preocupante e dolorosa.

Considerarei necessário registrar alguns dos detalhes sobre as idas e vindas na definição deste estudo, os obstáculos encontrados, os lugares alcançados e as posturas tomadas, inseridas na concretude das minhas contingências subjetivas e cognitivas de pesquisador em um trabalho desta natureza, optando por não esconder na penumbra as dificuldades vividas, mas apresentando-as como inerentes a um ser humano em seu processo de busca e construção de conhecimento científico.

1.2. A chegada às fontes

1.2.1. Procurando na escola

Vasculhando os livros e papéis antigos da escola, envelhecidos e amarelados, guardados em estantes também bastante antigas – altas, de madeira, bem conservadas, fechadas com portas envidraçadas – do “arquivo morto” do IEC, vieram-me à mão, com o auxílio da sempre prestativa funcionária Leda Maria, dois documentos preciosos ali guardados. Um deles foi o Livro de Atas do Conselho Técnico do Instituto de Educação – Centro Educacional, contendo os registros de reuniões de professores e de atividades ocorridas no IEC de Abril de 1958 a Julho de 1962, além de alguns relatórios transcritos pelo próprio professor João Hippolyto de Azevedo e Sá, então diretor da escola. O outro foi a cópia de uma longa e polêmica resposta escrita pelo professor Lauro de Oliveira Lima em 1961, sob o título *Um grito do Fundo dos Tempos*, a respeito do Instituto de Educação e da Reforma do Ensino Normal.

Foi assim que tomei conhecimento da transferência e início do funcionamento do curso Normal no atual prédio do bairro de Fátima e da *Reforma Lauro de Oliveira Lima* para o Ensino Normal do Ceará, ambas no ano de 1958. A partir das informações constantes nesses dois documentos, passei a perguntar a alguns funcionários – auxiliares de serviço, pessoas da secretaria, bibliotecária – e professores mais antigos a respeito da transferência da escola para aquele lugar e dos professores que ali haviam lecionado naquela época.

Mas as informações recebidas pareciam-me ainda muito vagas, insuficientes e desconexas. Não conseguia localizar nelas elementos e sentidos que me auxiliassem a definir um tema ou linha de pesquisa. Os funcionários e professores da escola da década de 60 já tinham se aposentado e os que ali estavam em atividade haviam chegado após 1970, sendo os professores, em sua grande maioria, a partir da década de 1980.

Pensei então em orientar o trabalho para a recuperação de momentos e aspectos da história do IEC, enquanto Escola Normal, a partir de depoimentos de ex-professoras que tinham se aposentado recentemente. Seria uma história a ser reconstituída a partir das experiências e situações vividas por educadoras que ali haviam trabalhado muitos anos, uma história a ser contada pelos *sujeitos que falam na história* (FOUCAULT: 1999, p. 161) e não uma história de sujeitos a respeito de quem a história fala, não como

sujeitos definidos e reconhecidos, mas em uma categoria abstrata e impessoal, como magistério, professores, professorado.

1.2.2. Conversando com ex-professoras

Procurei três professoras aposentadas do IEC. Uma delas, a professora Maria Dulce Pinto, eu não conhecia e foi-me indicada por colegas do Instituto de Educação. As outras duas, Maria Adelides Arrais e Maria Glória Albano Fitterman, eu já conhecia pessoalmente. Realizei com elas entrevistas longas e abrangentes, no estilo de “história de vida”. Nas três entrevistas, entre os vários nomes de ex-professoras da escola citados, despertou-me a atenção o de D. Suzana Dias da Costa Ribeiro, que teve participação ativa, como técnica em educação, coordenadora e professora, no processo de elaboração da Reforma do Ensino Normal e sua implantação no Instituto, no novo prédio. Procurei entrar em contato com ela e consegui. Ela, lúcida e afável, recebeu-me e concedeu duas entrevistas, que modificaram mais uma vez o curso deste trabalho e tiveram influência decisiva para a definição do objeto da pesquisa a ser feita.

As entrevistas com a professora Suzana abriram portas para as investigações que se seguiram. Revelaram também que outras ex-professoras do Instituto daquela época estavam vivas e algumas delas ainda em condições de dar depoimentos. Procurei a duas destas ex-professoras que, após a superação das cautelas iniciais, forneceram informes de grande valia, em decorrência das funções que exerceram na escola.

Uma delas foi a professora Maria Albaniza das Chagas, também ex-diretora da Escola Modelo e do Pré-Escolar, escolas de aplicação anexas ao Instituto de Educação. A outra foi a professora Maria Neli Sobreira de Oliveira, viúva do professor e ex-diretor José Sobreira de Amorim¹² e contemporânea da Reforma. Foi ainda entrevistada a ex-professora e orientadora educacional do Curso Normal no Instituto de Educação, Maria Eunice Simões Moura Paiva que, também como normalista da escola e concludente da turma de 1958, relatou suas lembranças de estudante sobre acontecimentos e pessoas com quem conviveu daquela época.

As entrevistas com D. Suzana também remeteram-me a uma nova leitura, dessa vez mais demorada e atenta, para detalhes dantes não percebidos ou não valorizados, do

¹² José Sobreira de Amorim, nascido em 14 de Maio de 1912, foi advogado, professor de Latim em várias escolas particulares, professor e diretor do Instituto de Educação, membro do Instituto Histórico do Ceará, autor de alguns livros e monografias sobre Direito, professor de Direito Romano da Faculdade de Direito e Pró-Reitor da Universidade Federal do Ceará (MARTINS: 2000, p. 105).

Livro de Atas e do documento do professor Lauro. A maior parte da Atas faz referências às disputas internas no Instituto em relação à Reforma e aos passos dados para a sua aplicação gradativa. Encontrei também, no arquivo da escola, cópias de outros relatórios feitos pelo professor João Hippolyto, que não foram transcritos no Livro de Atas.

O documento de 1961 do professor Lauro de Oliveira Lima foi uma resposta a um relatório do então diretor da escola, o professor João Hippolyto de Azevedo e Sá (entre 1960 e 1962, pela terceira vez), que criticava as condições funcionais, materiais e físicas da escola e pontos da Reforma do Ensino Normal. Além de ser um depoimento valioso, escrito por quem viveu pessoalmente aquelas situações como o seu principal ponto de referência, revela que o processo de mudança do curso Normal do antigo para o novo prédio e as tensas disputas em torno das mudanças educacionais previstas pela Reforma tiveram uma grande repercussão nos meios docente e estudantil de Fortaleza e em setores políticos e da intelectualidade cearense da época, recebendo larga divulgação na imprensa local.

Aberta assim uma nova e ampla possibilidade de se levantar mais informações sobre aqueles acontecimentos, o passo seguinte e necessário foi dirigir-me à Biblioteca Pública Estadual Governador Menezes Pimentel, em busca dos jornais publicados no Ceará nos anos finais da década de 50 e no início da década de 60 do século XX.

1.2.3. Chegando aos arquivos de jornais e documentos oficiais

Foi surpreendente o volume de notícias, artigos, entrevistas, editoriais e cartas encontrado sobre o tema; as posturas da linha editorial assumida por cada jornal diante dos fatos surgidos e de rumos a serem tomados; a multiplicidade de opiniões emitidas e a diversidade de pessoas interessadas e envolvidas no assunto. Destaca-se ali a presença freqüente e persistente do professor Lauro, principalmente no jornal O POVO, dando entrevistas e publicando cartas e extensos artigos explicativos em defesa da Reforma. Seus artigos possibilitam acompanhar a gênese, o aperfeiçoamento e a sistematização da Reforma, desde as primeiras idéias apresentadas em 1956 até as primeiras experiências, a transformação em Lei em 1958 e os esforços para a sua aplicação, de 1959 em diante.

Dos jornais existentes no acervo do setor de periódicos da biblioteca, sobre a época pesquisada, alguns estão bem conservados e outros apresentam-se em estado mais precário. Apenas o jornal O POVO está microfilmado, em fitas que contém, cada uma delas, os exemplares de três meses de cada ano. E, mesmo assim, uma parte de seus

exemplares foi microfilmada em película de baixa qualidade, que vai se apagando com o passar tempo ou por falhas do sistema de conservação. São dois os tipos de fitas microfilmadas: um que possibilita a fotoreprodução de trechos e de páginas dos jornais numa máquina apropriada lá existente e outro que não possibilita qualquer reprodução por fotocópia, o que obriga o pesquisador a utilizar um tempo precioso na cópia manual dos assuntos de seu interesse. A cópia manual também precisou ser feita nos outros jornais que contém publicações do âmbito desta pesquisa mas não estão microfilmados: GAZETA DE NOTÍCIAS, O ESTADO, O NORDESTE e TRIBUNA DO CEARÁ.

O percurso do levantamento das fontes não seguiu uma linearidade cronológica em nenhum dos jornais, documentos oficiais, entrevistas e outras fontes encontradas sobre o assunto. O caminho exploratório foi indutivo e seletivo: a partir de cada fonte descoberta e consultada, os novos indícios surgidos iam remetendo à procura de outras fontes, como acontecimentos, datas, locais, pessoas, textos, etc.

E foi a constatação das relações e inferências políticas presentes nas informações levantadas nos jornais que levou-me à biblioteca da Assembléia Legislativa do Estado do Ceará, onde encontram-se, encadernadas, as mensagens dos governadores de suas prestações de contas anuais àquela casa legislativa, e também ao seu arquivo, onde estão cópias dos exemplares do Diário Oficial do Estado a partir da década de 1950.

As mensagens dos governadores trazem relatos a respeito do funcionamento do Instituto de Educação, detalhes das características do novo prédio da escola, informes sobre o andamento de sua construção e notícias de atividades realizadas no andamento da Reforma do Ensino Normal. Nos exemplares do Diário Oficial do Estado do Ceará encontram-se as leis e decretos alusivos ao Ensino Normal e ao Instituto de Educação no período pesquisado.

Retornando aos jornais, verifica-se que eles são o principal, e talvez o único, repositório de informações, opiniões e posicionamentos, naquele período, de alguns dos protagonistas mais destacados da Reforma do Ensino Normal no Instituto de Educação que hoje são falecidos, como os professores Américo Barreira, Antônio Filgueiras Lima, José Sobreira de Amorim e José Denizard Macedo de Alcântara.

A única ausência no noticiário, dentre aqueles personagens mais conhecidos, foi a do professor João Hippolyto de Azevedo e Sá que, além de ter chegado como diretor ao Instituto de Educação somente em Março de 1960, após a efervescência em torno da Reforma nos anos de 1958 e 1959, sempre procurou manter distância e preservação de sua figura em relação à imprensa. Os registros escritos por ele, contendo suas opiniões e

atitudes sobre a Reforma do Ensino Normal e o Instituto de Educação foram localizados apenas no arquivo da escola.

1.2.4. Buscando o depoimento do professor Lauro de Oliveira Lima

O professor Lauro de Oliveira Lima, o personagem principal da Reforma, mais em evidência naquela época e ainda vivo ao tempo desta pesquisa, passou a morar fora do Ceará desde o início dos anos 60 e fixou definitivamente sua residência no Rio de Janeiro, mas continuou a cultivar no Ceará relações e interesses educacionais, culturais e intelectuais, aqui representados por D. Iracema de Oliveira Santos, ex-professora de Desenho do Instituto de Educação.

Conversei com ela por telefone, três ou quatro vezes, durante o mês de julho de 2002 – a professora Suzana Ribeiro já havia mantido contato com ela anteriormente, a respeito desta pesquisa –, momentos em que comentou sobre a Reforma e o Instituto de Educação, respondendo a algumas perguntas que lhe foram feitas. Não tive o ensejo de conhecê-la pessoalmente.

Ela informou que começou a carreira de professora primária no Colégio Agapito dos Santos, escola particular onde conheceu o professor Lauro, um dos seus três sócios fundadores. Participou desde as primeiras experiências idealizadas e realizadas pelo professor Lauro naquela escola – que já estavam sendo feitas tendo em vista a Reforma do Ensino Normal do Ceará – inclusive na organização de suas fichas e relatórios de acompanhamento educacional.

Mas não participou diretamente das primeiras discussões sobre a Reforma com o corpo docente do Instituto de Educação Justiniano de Serpa ainda no antigo prédio, na Praça Figueira de Melo e nem da implantação da Reforma no novo prédio, no bairro de Fátima. Chegou ao Instituto de Educação em 1958, no prédio antigo, como professora do Ginásio e do Científico. Começou a lecionar no Ensino Normal no prédio do bairro de Fátima, já então uma escola autônoma, somente após 1962, na gestão da diretora D. Olívia Xavier Sampaio (1962-1966).

D. Iracema prontificou-se a auxiliar-me no envio de uma carta e um questionário ao professor Lauro no Rio de Janeiro, no qual ele responderia sobre a Reforma do Ensino Normal de sua autoria, as dificuldades que encontrou e os resultados alcançados. Isso foi em 22 de Julho de 2002. Algum tempo depois ela informou-me, por telefone, que o professor Lauro manifestou não ter possibilidades de responder àquelas perguntas

porque pediam informações muito detalhadas, a respeito das quais ele não dispunha de dados e documentos ou não se lembrava mais.

Veio-me então uma grande decepção e o desencanto por não poder contar com um depoimento, mesmo que breve, do autor e principal protagonista da Reforma e da ferrenha disputa que o/a envolveu.

Mas, ainda no segundo semestre de 2002, recebi um auxílio providencial da professora Ercília Maria Braga de Olinda, da UFC, que estava pesquisando a escola de aplicação da Escola Normal no período de 1884 a 1940. Ao saber da minha dificuldade em obter um depoimento, escrito ou oral, do personagem-chave da Reforma de 1958, cedeu-me generosamente uma fita micro-cassete contendo a gravação de uma entrevista realizada por ela com o professor Lauro, já com 80 anos de idade, em 14 de Maio de 2001, na cidade do Rio de Janeiro, em sua escola particular naquele Estado. No trecho da entrevista transcrito neste trabalho, ele referiu-se ao seu ingresso por concurso como professor do curso Normal, às suas discordâncias com o professor João Hippolyto de Azevedo e Sá e aos problemas e boicotes que enfrentou na aprovação da Reforma e em sua implantação no Instituto de Educação.

Mas, diante do volume de fontes e informações encontradas e das possibilidades várias de análise sobre o assunto pesquisado, surgiram então dois dilemas: da definição precisa do objeto a ser estudado e da metodologia a ser utilizada.

1.2.5. Definindo como elaborar este trabalho

Interessei-me pela origem do prédio atual do Instituto de Educação do Ceará e deparei-me com uma instigante e praticamente desconhecida, após quase meio século, Reforma educacional do seu Ensino Normal.

Qual a definição a ser feita, então, do objeto de estudo? Estudar a instituição educacional, tratando a Reforma como complementar ou incidental? Priorizar o estudo do trajeto da elaboração, das disputas e da implantação da Reforma, tendo o Instituto de Educação como pano de fundo? Estudar a Reforma em si, em seus fundamentos legais, filosóficos e educacionais? Buscar uma história da Reforma e do Instituto de Educação a partir da oralidade dos seus professores, ou de suas alunas, ou dos dois?

Em decorrência dessas dúvidas e da premência do tempo para a conclusão deste trabalho, a solução foi a opção, inspirada no trabalho elaborado pela professora Maria Sylvia Porto Alegre sob o título *Fontes Inéditas para a História Indígena no Ceará*, por

uma apresentação das principais fontes escritas e orais levantadas nesta pesquisa, quase todas inéditas – no sentido de não analisadas nem reproduzidas –, como subsídios que possam vir a contribuir com novas possibilidades de análises, comparações e sugestões para trabalhos futuros sobre a história e a memória do Ensino Normal no Ceará.

Considere-se ainda que o levantamento feito nesta pesquisa apurou que, mesmo fontes como os jornais e os documentos oficiais de diversos tipos, que deveriam, em princípio, estar disponíveis a quem por eles tenha interesse, são, na realidade, de difícil acesso, inclusive aos próprios pesquisadores. São poucos os lugares de informações que contêm tais documentos e dados e, em diversos casos, em uma quantidade insuficiente e incompleta e de organização e manutenção precárias, inclusive na própria instituição escolar, em que os arquivos foram, ao longo dos anos, sendo deslocados de sua ordem documental, cronológica e de catalogação, por sucessivas mudanças de lugar, de salas, de estantes ou móveis e de pastas de documentos.

Já o dilema metodológico recaiu sobre as relações a serem estabelecidas com as fontes encontradas: Qual a direção conceitual a ser dada para a pesquisa? Trabalhar a memória ou a história? Qual a modalidade de fontes a ser utilizada: oral ou escrita?

1.3. A abordagem das fontes

1.3.1. A memória nas fontes

A procura, localização, identificação, coleta e organização das fontes utilizadas tiveram como referência básica a busca e recuperação da memória, como concepção e como instrumento de reconstrução de alguns aspectos da história do Ensino Normal e, conseqüentemente, da educação no Ceará.

O ponto de partida para esta pesquisa é a percepção de que memória e história não representam campos de estudos separados e estanques, sem qualquer relação entre um e outro, mas que se complementam e se enriquecem em sua efetivação. A presença e utilização da memória enquanto fonte real – cognitiva e sensorial – duradoura e repleta de significados e como possibilidade concreta de (re)construção de conhecimentos sob diversas e inéditas abordagens, passam pela compreensão de que,

Ao contrário do conhecimento objetivo, que só nos pertence de uma forma contingente e temporária, as memórias pessoais são indissolúvelmente nossas, fazem parte de nós. Portanto, recordamos

conhecimento, mas também recordamos sensações. A memória, com efeito, penetra em todos os aspectos da nossa vida mental, dos mais abstratos e cognitivos aos mais físicos e inconscientes (FENTRESS e WICKHAM: 1992, p. 17).

Ecléa Bosi utiliza-se de Halbwachs para assinalar que a memória não se reduz simplesmente a um refúgio reconfortante de devaneios e sonhos e que, *na maior parte das vezes, lembrar não é reviver, mas refazer, reconstruir, repensar, com imagens e idéias de hoje, as experiências do passado (BOSI: 1979, p. 17)*, traduzindo-se, assim, como a realização de um trabalho efetivo.

As memórias, estejam elas apresentadas sob a forma de depoimentos orais, de documentos escritos ou de vestígios materiais, consistem em reconstruções simbólicas, enquanto *instrumentos de conhecimento e comunicação (BOURDIEU: 1989, p. 9)*, a partir de experiências ocorridas e incorporadas em suas duas dimensões socialmente percebidas: a individual e a coletiva.

A memória como um ato de natureza individual é anunciada por Ecléa Bosi que, ancorando-se em Henry Bergson, explicita que ela *permite a relação do corpo presente com o passado e, ao mesmo tempo, interfere no processo atual de representações (BOSI: 1979, p. 9)*, numa experiência física e mental presente, pessoal e intransferível.

A noção da dimensão coletiva da memória é apontada como um fenômeno social que liga *a memória da pessoa à memória do grupo e esta à esfera maior da tradição, que é a memória coletiva de cada sociedade (HALBWACHS In BOSI: 1979, p. 18)*, já que as experiências humanas do passado e no presente ocorrem no âmbito das relações sociais e a sua inteligibilidade se dá na esfera coletiva ou em relação a ela.

As memórias individuais e coletivas não se contrapõem ou excluem-se entre si, mas interpenetram-se em um nível de articulação em que

há um processo de negociação para conciliar memórias coletivas e memórias individuais, em que a nossa memória procura suficientes pontos de contato entre ela e as outras para que a lembrança que os outros nos trazem possa ser reconstruída sobre uma base comum. (POLLACK: 1989, p. 4).

Essas duas dimensões não se apresentam, por outro lado, compondo um bloco unificado e homogêneo, mas revelam-se em um processo de relações de lembranças que se constituem e se manifestam separadas ou conjuntamente, conforme as circunstâncias e subjetivamente negociadas no presente:

O nosso conhecimento, tanto do passado como do presente, é construído sobre idéias e evocações na mente presente; não pode ser mais fiel do que as idéias e evocações sobre as quais se constrói. É o mundo em que vivemos que distribui as tarefas da nossa memória, determina a maneira como essas tarefas devem ser desempenhadas e até nos dá as categorias com que as pensamos. Isto é verdadeiro para a memória individual e para as memórias conservadas coletivamente. A nossa experiência do presente fica portanto inscrita na experiência passada. A memória representa o passado e o presente ligados entre si e coerentes, nesse sentido, um com o outro (FENTRESS e WICKHAM: 1992, p. 39-40).

A memória representa uma forma de busca e afirmação, pelos indivíduos, de sua própria identidade – no seu sentido mais superficial, que é o da imagem de si, para si e para os outros – em função da qual delinea-se

a imagem que uma pessoa adquire ao longo da vida referente a ela própria, a imagem que ela constrói e apresenta aos outros e a si própria, para acreditar na sua própria representação, mas também para ser percebida da maneira como quer ser percebida pelos outros. Portanto, podemos dizer que a memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade, tanto individual como coletiva, na medida em que ela também é um fator extremamente importante de sentimento de uma continuidade e de uma coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstituição em si. (POLLACK: 1992, p. 204).

No caso da história do Instituto de Educação como escola de Ensino Normal e de seu contexto mais amplo, a educação, os professores e alunas que por ali passaram sentem-se parte da instituição e também a consideram como parte deles, enquanto local de identificação profissional, de coesão grupal e de repercussão social. Esse sentimento, incorporado às suas memórias em permanente reconstrução e também decorrente delas, foi fator de fortalecimento de seu ânimo de luta, nos freqüentes momentos de disputa politico-educacionais, pela manutenção e aperfeiçoamento do Ensino Normal enquanto um lugar público de democratização do saber/ensinar, saber/aprender, saber/conhecer. A professora Maria Juraci Maia Cavalcante chama a atenção para a necessidade da

compreensão do significado e importância da Memória para a vida das instituições, especialmente, quando atravessamos um momento

político em que o setor educacional público, para continuar existente, precisa comprovar que a permanência de suas instituições de ensino tem na necessidade social a sua justificativa maior (CAVALCANTE In MADEIRA: 1999, p. 10).

Registre-se também, nesta dissertação, a contraposição a uma visão, dissimulada por conveniência e preconceituosa por ignorância, a respeito da memória como algo já perdido em um tempo que não volta mais, saudosismo de velhos, sem qualquer sentido prático, supérfluo, socialmente inútil e intelectualmente irrelevante. Recorremos ainda à professora Juraci Cavalcante:

Há quem não goste de lembrar, por ver no passado o campo da tradição e do arcaico, o lugar em que repousam ilusões, ossadas e onde assobiam cômicos e repugnantes fantasmas de nossos ancestrais, justo ali onde a vida deixou há muito de pulsar. Por isso, talvez, sejam os inimigos do passado os maiores defensores, de um lado, do mero deslocamento espacial de riquezas e gentes, como remédio e modo de superar os males e impasses que uma dada circunstância presente possa nos criar; por outro lado, são eles os mesmos que advogam o soterramento do passado e a fruição imediata, o gozo da vida do jeito que ela é, sem sonhos ou utopias, muito menos éticas ou moralidades, como atitude capaz de burlar as ameaças e temores do presente. (CAVALCANTE In MADEIRA: 1999, p. 10).

Reafirmando a postura de pesquisa já exposta neste itinerário, “do pensar e do lugar de onde se fala”, enfatiza-se aqui que um resgate histórico através da memória também não ocorre de maneira *asceticamente* neutra, mas como *parte de um conteúdo real, social e político* (VIEIRA et alii: 1989, p. 34), cujos reflexos perpassam e influem em pensamentos e atitudes diversas de protagonismo em momentos presentes e se projetam em perspectivas e possibilidades de futuro.

1.3.2. A utilização das fontes

A escrita da história está intimamente vinculada à postura do historiador diante das fontes de pesquisa, aos modos de utilizá-las e à sua maneira de escrever.

Na elaboração de uma produção textual de qualquer natureza, inclusive de um trabalho científico resultante de pesquisa, o ato da escrita, como explicam Fentress e Wickham (1992, p. 33), *está associado ao conhecimento semanticamente organizado que pode ser transmitido em linguagem falada ou escrita, em que um texto conserva a “memória das coisas” através das palavras.*

Dai a relevância e a necessidade do pesquisador, no trabalho de organização e de análise do seu material de estudo, ao lidar com as fontes escritas e orais, empenhar-se, como recomenda o professor Gisafran Mota Jucá, em

reconhecer a maleabilidade das fontes utilizadas, quaisquer que sejam os tipos ou procedências das mesmas, cabendo ao historiador explorá-las de acordo com os pressupostos utilizados como fundamentação do trabalho efetuado (JUCÁ: 2003, p. 50).

Uma história apresentada como pronta, somente através de documentos escritos, passa a ser reavaliada quando se percebe que essa construção histórica pode conduzir-nos a interpretações limitadas, ao considerar apenas aquilo que foi escrito por pessoas que, em seu acesso à escrita, trazem consigo sua visão de mundo, seus interesses e seus jogos de poder. Pode ser uma história que desconsidera os agentes históricos sem acesso à escrita e quase sempre não reconhecidos nesses escritos, mas que, por sua vez, criam e dispõem de diversas formas e códigos de fazer e exprimir sua história nas sociedades e no tempo histórico em que viveram e vivem; que têm uma identidade histórica e portam muitas significações na construção e busca de compreensão de suas vidas.

Por outro lado, Gisafran Jucá, ancorado em Gwyn Prins, assinala que

a História Oral não deve surgir enquanto única fonte de pesquisa, mas como uma alternativa ao pesquisador, tendo em vista que não se pode considerar absoluta, quando não se dispõe de fontes escritas, pois uma complementa a outra, não se podendo, contudo, cair na visão limitada de que uma delas merece maior confiabilidade a ponto de se sobrepor à outra (JUCÁ: 2003, p. 51).

A exemplo de Michael Pollack (1992, p. 207), para quem toda memória e toda documentação são socialmente construídas, não vendo ele *diferença fundamental entre fonte escrita e fonte oral*, e que por isso a crítica da fonte deve sempre, como uma tarefa básica de todo historiador, *ser aplicada a fontes de tudo quanto é tipo*, Gisafran Jucá assegura que

as diferenças ou limitações, presentes em ambas, assim como a utilidade que possam nos propiciar, colocam-nas num nível de complementaridade metodológica (JUCÁ: 2003, p. 55).

As fontes, por sua vez, não constituem-se em verdades absolutas em si mesmas e nem em retratos fiéis e incontestáveis de uma determinada situação, mas em aspectos de verdade de uma realidade e, como tal, devem ser permanentemente objeto de crítica, como explica Paul Veyne, para que elas não imponham uma ótica que conduza apenas a procedimentos descritivos ou apologéticos:

...é necessário detectar os “valores” de cada época, não se contentar com as primeiras “evidências”, não banalizar os conceitos e transportá-los automaticamente para outras épocas; o historiador deve começar por aprender a ver o que tem diante dos olhos, nos documentos. (VEYNE: 1995, p. 112-113).

As fontes de diferentes tipos – escritas, orais, reproduções imagéticas, vestígios materiais, etc. – constituem-se assim em repositórios de informações, acontecimentos, opiniões e versões que, depois de apropriadas e trabalhadas pelo pesquisador, podem servir de indícios para estudos de interpretação e análise de pontos de interesse, já que *o trabalho do historiador faz-se sempre a partir de alguma fonte (POLLACK: 1992, p. 207).*

Dentre as fontes aqui utilizadas, uma das modalidades da escrita – o jornal – precisa ser detalhada, sem qualquer hierarquização qualitativa em relação às outras, por seu caráter de *recurso de pesquisa e reconstituição histórica (GONÇALVES: 1999, p. 15)*, em função do assunto estudado neste trabalho. Para aquele momento histórico do Instituto de Educação e da Reforma do Ensino Normal, os jornais da época passam a representar um tipo de fonte privilegiada e indispensável, ao possibilitar o resgate de aspectos não encontrados ou registrados em outras fontes, tornando-se

um imperativo como contribuição à preservação de “quadros de memória”, por fazer parte de fundos documentais estudados apenas parcialmente e mesmo inéditos (GONÇALVES: 2001, p. 7).

Além de representarem importantes fontes de dados e informações, os conteúdos impressos possibilitam conhecer, através dos jornais, o que foi escrito e descrito pelos olhares e posturas diversas de quem os escreveu vivendo naquela época. E a imprensa, passando a ser considerada como instrumento que também *registra, comenta e participa da história*, proporciona ao historiador *acompanhar o percurso dos homens através dos*

tempos (CAPELATO apud GONÇALVES: 2003, p. 59). Adelaide Gonçalves enfatiza que a imprensa, quando compreendida como efetivo instrumento de intervenção na vida social,

torna-se fonte/objeto de estudo, ao dar lugar ao movimento vivo das idéias, protagonistas e, principalmente para que emergam, dessa produção, sentidos, como resultado da operação histórica, dotados de consciência de determinada prática social (GONÇALVES: 2001, p. 9).

O cenário desta pesquisa é urbano: sendo então o Instituto de Educação a única escola normal pública estadual na maior cidade e capital do Ceará, a sua existência educacional e institucional¹³ e o que nele acontecia eram objetos de interesse da elite intelectual e social e de notícias veiculadas através dos jornais existentes em Fortaleza¹⁴.

O sentido simbólico da dinâmica político-espacial local, regional e nacional em que os acontecimentos transitam em forma de notícias jornalísticas é apresentado pela professora Juraci Cavalcante:

O jornal condensa acontecimentos dos mais variados, que se referem, de modo especial, a todo o ordenamento material e simbólico daquela cidade em que é escrito. Além disso, ele não se limita a registrar os acontecimentos locais, pois tende a trazer para os leitores daquela cidade notícias de outras localidades, contendo uma noção de espacialidade, que traduzida em linguagem político-administrativa, típica de processos de edificação republicana como o nosso, cresce da esfera municipal à estadual, chegando a abarcar a nação e o plano internacional, sem descuidar de unidades menores como os bairros, distritos, becos e lugares mais ermos. (CAVALCANTE: 2000, p. 2).

¹³ Em uma longa carta enviada ao secretário de Educação e Saúde do Ceará em Junho de 1959, em defesa da Reforma do Ensino Normal, o professor Lauro de Oliveira Lima, ao afirmar que a ideologia de um sistema escolar Normal Rural era o que vigorava há muitos anos no Ceará, explica que, em relação à nova Reforma, *só preocupou à comissão a escola normal cidadina, que é fundamentalmente igual em todas as grandes cidades brasileiras, valendo para Fortaleza, Sobral, Crato, a experiência de Porto Alegre, Belo Horizonte e outras cidades sulistas. O mais é literatura "ruralista" de duvidosa procedência e pernóstico sotaque cientificista.* (O POVO: 06/06/1959, p. 6).

¹⁴ A professora Adelaide Gonçalves, valendo-se de César Oliveira, lembra que *a imprensa é também um fenômeno urbano, implicado pelo crescimento das cidades, surgimento das indústrias, novas ocupações, crescimento progressivo da burocracia administrativa. É na sua vida multifacetada que assenta o essencial da vida política, social cultural e econômica da cidade* (GONÇALVES: 2001, p. 16).

As notícias e textos de jornais não podem ser considerados como uma categoria de registros impessoais ou reproduções imparciais e “objetivas” de uma realidade dada como definitiva e inquestionável, mas como signos de representação de momentos e de interesses históricos, individuais e coletivos, codificados por autores assim reconhecidos em sua época e circunstância e portadores de sentidos múltiplos. A professora Juraci Cavalcante comenta que *o jornalista é também, em princípio, um intelectual* e anuncia o potencial científico dos conteúdos noticiosos veiculados pela imprensa:

O ato de noticiar, por sua vez, pressupõe uma explicação ou poder interpretativo do narrador em relação aos acontecimentos, calcados, de alguma forma, nas ciências humanas e sociais. Por isso a notícia deve ser vista como um elemento simultaneamente prenhe de riqueza empírica e teórica (CAVALCANTE: 2000, p. 3).

Um trabalho de pesquisa e análise com notícias e textos de jornais é demorado, meticuloso, árduo e complexo, para orientar-se apenas por um voluntarismo diletante. Cavalcante aponta alguns aspectos metodológicos a serem observados nessa tarefa.

Um deles é o cuidado do pesquisador em estar consciente de que as ideologias estão inevitavelmente presentes nos jornais, e que isso acarreta, entre eles, abordagens conflitantes e contraditórias dos acontecimentos, em que as

intenções políticas e partidárias desenhadas pelos proprietários ou conselhos editoriais dos jornais são cada vez mais claramente reveladas pelo movimento da história que pretendem registrar, perfilar, ocultar ou mesmo determinar (CAVALCANTE: 2000, p. 3).

Outra preocupação básica deve ser a de que a garantia do valor documental de uma notícia ou matéria de jornal consiste em transcrevê-la literalmente, pois alterar sua forma original na transcrição é descaracterizá-la como documento (CAVALCANTE: 2000, p. 4).

O respeito à cronologia dos acontecimentos também é primordial, na medida em que ela representa uma base de fatos e linearidade no mapeamento das possibilidades de se estabelecer ligações e sentidos entre acontecimentos alinhados (CAVALCANTE: 2000, p. 4).

O pesquisador estará sempre partindo da *empíria*, da notícia, sua matéria prima, para desvelar o enredo do seu encadeamento, demonstrar sua pertinência e articulá-lo

em um texto claro e comprobatório das interpretações projetadas (CAVALCANTE: 2000, p. 5).

E uma necessidade fundamental se impõe: a da busca de um ponto de equilíbrio *entre o suporte teórico que orienta o olhar do pesquisador e a dimensão empírica contida na notícia de jornal* (CAVALCANTE: 2000, p. 5), para que seja garantida a qualidade do trabalho.

* * *

II – Apresentação e classificação das fontes encontradas e coletadas

As fontes de pesquisa encontradas no levantamento do período de 1958 a 1962, a respeito da transferência do Instituto de Educação para o prédio no bairro de Fátima e dos embates e esforços na elaboração, definição e implantação da Reforma do Ensino Normal no Ceará naquela escola, coordenada pelo professor Lauro de Oliveira Lima, consistem em fontes escritas e orais.

As fontes escritas foram localizadas em quatro campos:

- Os documentos internos, existentes nos arquivos da instituição pesquisada, de acesso mais restrito: o Livro de Atas do Conselho Técnico do Centro Educacional; os relatórios do professor João Hippolyto de Azevedo e Sá; um documento polêmico, do professor Lauro de Oliveira Lima; um relatório da professora Francisca Noemi Costa de Soriano Aderaldo.

- Documentos oficiais do Estado do Ceará, em duas vertentes: as Mensagens dos Governadores cearenses enviadas anualmente à Assembléia Legislativa, no período de 1955 a 1965, e as Leis e Decretos estaduais referentes ao Ensino Normal e ao Instituto de Educação. Tais documentos encontram-se na biblioteca e no arquivo da Assembléia Legislativa do Ceará.

- Documentos externos à instituição e de mais fácil acesso ao público: artigos e entrevistas, em jornais da capital cearense, de alguns dos principais protagonistas do assunto pesquisado, além de publicações e posicionamentos de jornais cearenses sobre acontecimentos ocorridos daquela época, em forma de notícias, editoriais, cartas de leitores e artigos diversos. O acervo no qual essas fontes foram pesquisadas pertence ao setor de periódicos da Biblioteca Pública Estadual Governador Menezes Pimentel.

- Três obras de autores cearenses a respeito do Ensino Normal no Ceará, sendo duas delas abordando também a Reforma do Ensino Normal de 1958: Plácido Aderaldo Castelo, Joaquim Moreira de Sousa e Lauro de Oliveira Lima. Os dois primeiros livros, são difíceis de ser encontrados e poucas bibliotecas possuem exemplares seus; o terceiro praticamente inexistente no Ceará.

As fontes orais consistem em seis entrevistas que contemplam especificamente o assunto pesquisado. Quatro delas foram realizadas com as ex-professoras do Instituto de Educação: Suzana Dias da Costa Ribeiro, Maria Albaniza das Chagas, Maria Eunice Simões Moura Paiva e Maria Neli Sobreira de Oliveira. As outras duas entrevistas, feitas com o professor Lauro de Oliveira Lima e a professora Iracema Oliveira Santos, a

respeito da Reforma do Ensino Normal no Instituto de Educação, foram gentilmente cedidas por sua realizadora, a professora Ercília Maria Braga de Olinda, da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Ceará – FAGED/UFC.

2.1. Documentos encontrados na instituição pesquisada

2.1.1. Livro de Atas do Conselho Técnico do Centro Educacional

O Livro de Atas do Conselho Técnico do Centro Educacional abrange o período de 11 de Abril de 1958 a 25 de Julho de 1962 e foi catalogado na escola sob o nº 306. O seu Termo de Abertura anuncia que ele *servirá para o lançamento das Atas referentes a cada reunião do Conselho Técnico do Centro Educacional*. De suas 100 folhas iniciais numeradas, 86 estão escritas nas páginas de frente e verso, cinco foram extraídas (de 9 a 13) e as nove últimas (de 92 a 100) ficaram em branco.

No Livro de Atas constam os seguintes tipos de registros:

- Vinte e cinco atas de reuniões, sendo quatro do Conselho Técnico e vinte e uma da Congregação de Professores do Instituto de Educação – Centro Educacional;
- Três discursos, dois relatórios e um histórico da Reforma do Ensino Normal, manuscritos pelo professor João Hippolyto de Azevedo e Sá;
- Um relatório das atividades do Programa de Assistência Brasileiro-Americano ao Ensino Elementar – PABAE e um relato sobre a morte do professor João Hippolyto de Azevedo e Sá, manuscritos pela professora Laysce Severiano Bonfim, que foi quem secretariou a maioria das atas escritas no livro.

Além dos registros manuscritos, o livro traz anexados quatro encartes: o folheto informativo de uma excursão das normalistas da escola ao Rio de Janeiro em Novembro de 1960; um documento de 10 páginas datilografadas, com críticas à Lei da Reforma do Ensino Normal e sugestões para outro projeto de reforma; a programação da Semana da Normalista de Novembro de 1961; e um relatório das atividades educacionais realizadas no Instituto de Educação no primeiro semestre de 1962 e das atividades planejadas para o segundo semestre de 1962.

O Livro de Atas traz também, colados em algumas de suas páginas, oito recortes de notícias que foram publicadas em jornais cearenses daquele período, sendo seis de O POVO, um da GAZETA DE NOTÍCIAS e um do Diário Oficial do Estado do Ceará.

2.1.1.1. Atas dos anos de 1958 a 1962

As Atas registram as reuniões da Congregação de Professores e do Conselho Técnico do Centro Educacional ocorridas no período correspondente ao mandato dos dois primeiros diretores da escola em seu funcionamento no novo prédio, no bairro de Fátima: nas gestões dos professores José Sobreira de Amorim, de 1958 a 1959 e João Hippolyto de Azevedo e Sá, de 1960 a 1962.

Nelas encontramos informações valiosas sobre assuntos e decisões a respeito do cotidiano escolar, do andamento da Reforma do Ensino Normal no IEC e das disputas internas ocorridas em torno da Reforma. Nos três primeiros anos – 1958, 1959 e 1960 – as Atas mencionam rapidamente essas disputas, não se sabe se por excesso de cuidados em relação às polêmicas havidas ou se pelo não acompanhamento, da parte de quem as secretariou, da rapidez, simultaneidade e irregularidade com que os debates acontecem em reuniões dessa natureza. Entretanto, as Atas registram que, em algumas reuniões, eram “acaloradas” as discussões entre os professores que defendiam a Reforma e os que se opunham a ela.

O Instituto de Educação era, naquele momento, o local escolhido oficialmente, para a experimentação da Reforma do Ensino Normal no Estado do Ceará, fato que era conhecido e acompanhado por educadores e segmentos da população nela interessados. Entretanto, nenhuma das Atas do Livro faz qualquer menção às opiniões, manifestações e debates que aconteciam a respeito da Reforma no ambiente social externo à escola, principalmente através dos jornais cearenses de maior circulação.

A Reforma foi o principal assunto das seis reuniões ocorridas em 1958 (Livro de Atas: 1-7v¹⁵), estando sempre presente o seu autor, o professor Lauro de Oliveira Lima. Nas três primeiras reuniões ficou confirmado que o início da implantação da Reforma do Ensino Normal na escola seria em caráter experimental:

O professor Lauro, por sugestão do Sr. Diretor, explicou minuciosamente o plano e ficou então assentado que o mesmo entraria em vigor, a título de experiência. Depois de acaloradas discussões, o Diretor do Instituto de Educação deu apoio ao plano do prof. Lauro de Oliveira Lima e acatou as sugestões do prof. Moacir Aguiar no sentido de se examinar as leis que regem o ensino Normal no Brasil e o que de particular já existe na legislação estadual. (p.1v).

¹⁵ A letra “v” junto ao número significa o verso da folha identificada por aquele número.

Nas quatro últimas reuniões realizadas no transcorrer de 1958, nos dias 4 de Junho, 15 de Junho, 19 de Agosto e 22 de Setembro (p. 3-7v), começaram a ser feitas na escola as modificações que visavam a *execução do plano da reforma em experiência*: proibição dos “ditados de pontos” pelos professores em salas de aula; adoção de livro didático para cada disciplina; reserva das quartas-feiras para as atividades práticas com as alunas, através do funcionamento do clubes; entrega por escrito, pelos professores, dos planos de aulas e das atividades dos clubes; redefinição do currículo escolar, com a inclusão das disciplinas “constelares”; escolha das coordenadoras de séries e de clubes; criação do Conselho de Alunas e da caixa escolar e limitação do número de 40 alunas por turma.

Em 1959 estão registradas as atas de cinco reuniões. As três primeiras, ocorridas em 17 e 26 de Fevereiro (p. 8¹⁶ e 14-18v), referem-se ao funcionamento da escola, como: distribuição de cadeiras (disciplinas) dos professores; organização do horário de aulas; a comemoração das bodas de diamantes da Escola Normal; grande dificuldade de transporte de professores e funcionários para o novo prédio; necessidade de um galpão para abrigar os carros dos professores; direito a uma aluna de realizar exame de segunda época por motivo de doença e definição das disciplinas para os 1º, 2º e 3º anos.

Nas duas últimas reuniões de 1959, em 17 e 20 de Junho (p. 19-22), o único tema tratado foi a defesa da necessidade do desmembramento do Instituto de Educação Justiniano de Serpa em duas escolas. O antigo prédio da Escola Normal, situado à Praça Figueira de Melo, deveria tornar-se uma escola específica, abrigando os cursos Ginásial e Colegial, enquanto o prédio novo do bairro de Fátima também seria outra escola, onde funcionariam o curso Normal e as duas escolas de aplicação necessárias para os estágios de treinamento das normalistas: a Escola-Modelo (antigo curso Primário) e o Jardim da Infância (Pré-Escolar).

Na reunião de 20 de Junho de 1959 (p. 21v-22), a Congregação de professores do Instituto de Educação homologou, por unanimidade, o desmembramento do Curso Normal e do Curso Secundário em duas escolas, estabeleceu que a separação vigoraria a partir de 1º de Janeiro de 1960 e decidiu manter a mesma diretoria no Instituto até 31 de Dezembro de 1959, para evitar transtornos ao andamento do ano letivo.

Após a Ata da reunião de 20 de Junho de 1959, transcorreu mais de um ano até o registro da reunião seguinte, ocorrida em 21 de Setembro de 1960 (p. 33v-36), quando a escola, já autônoma, estava sob a direção do professor João Hippolyto de Azevedo e Sá.

¹⁶ Relembrando: as folhas numeradas de 9 a 13 foram extraídas do livro.

Os três pontos abordados nessa reunião foram: o questionamento dos professores sobre a validade dos exames orais e suas notas em relação às provas escritas; a proposta de se experimentar a Reforma do Ensino Normal; a preparação das alunas, com o apoio dos professores, à excursão que fariam ao Rio de Janeiro em Novembro daquele ano.

Um dado interessante sobre a presença da Reforma do Ensino Normal naquele livro: as Atas das reuniões ocorridas entre Junho e Setembro de 1958 registraram as decisões e providências para o início da experimentação da Reforma na escola. Mas a seguir, durante dois anos, entre Setembro de 1958 e Setembro de 1960, a única alusão à Reforma encontrada no livro de Atas aparece em um rápido comentário na reunião do Conselho Técnico, de 17 de Junho de 1959:

Foi esclarecido que na vigência da lei que aprovou a regulamentação da Reforma, a única atitude e a mais lógica do Conselho Técnico seria executar essa lei na medida das possibilidades. Para isso, então ainda o professor João Filgueiras Lobo sugeriu nova reunião do Conselho para debater os pontos da Reforma que porventura se mostrassem obscuros e planejar a realização dos de execução mais fácil. (p. 20v).

Enquanto isso, durante o período acima citado, a Reforma tornou-se, dentro e fora da escola, o foco de muitos embates e intensos debates. O professor Lauro de Oliveira Lima, no seu documento intitulado *Um Grito do Fundo dos Tempos*, rotulou de “malfadado” o ano de 1959, no qual, exclusivamente, segundo ele, foram criados todos os empecilhos à Reforma. Os principais jornais cearenses divulgaram amplamente, na época, as pressões e as disputas entre a revogação e a manutenção da Lei da Reforma do Ensino Normal, principalmente durante o mês de Abril, logo após a posse do novo governador do Ceará, José Parsifal Barroso, eleito pelo Partido Trabalhista Brasileiro¹⁷.

Mas, no livro de Atas do Conselho Técnico da escola, somente na reunião de 21 de Setembro de 1960 a Reforma voltou a ser registrada no cenário das discussões do Instituto de Educação. A falta de unanimidade em torno da necessidade e do desejo da Reforma do Ensino Normal transpareceu na posição expressa pela Vice-Diretora do Instituto de Educação, a professora D. Susana Bonfim Borges:

¹⁷ A Reforma foi elaborada e aprovada durante o mandato do governador de Paulo Sarasate Ferreira Lopes (1955-1958), eleito pela União Democrática Nacional e do seu vice em exercício, Flávio Portela Marcílio (1958-1959), com o apoio do Secretário de Educação e Saúde, o jornalista Mariano Martins.

A Vice-Diretora deu a opinião vigorosa de que o Corpo Docente da Escola Normal é capaz de ministrar um ensino bom, independente de qualquer reforma, como seu esforço e a sua boa vontade. (p. 35).

Após tanto tempo sem se debater oficialmente no assunto, talvez a manifestação de D. Susana tenha suscitado o professor Américo Barreira¹⁸, um dos mais entusiastas adeptos da Reforma, a propor, na reunião, que a escola deveria

experimentar a reforma Lauro de Oliveira Lima, secundando a prof. Olívia Xavier que esta Reforma fosse aplicada dentro das possibilidades da Escola. O prof. Américo propôs a 1ª reunião da Congregação em caráter informal para debates da aludida Reforma. O que foi aceito e marcada a data, que será a 5 de Outubro, às 10,00 horas. (p. 35).

Na segunda e última reunião registrada no ano de 1960, em 5 de Outubro (p. 36v-38v), os assuntos mais destacados foram os preparativos finais das alunas que iriam participar da excursão ao Rio de Janeiro, a necessidade de seleção e de boa formação profissional para as alunas normalistas e o estabelecimento de critérios para a aprovação das alunas ao final do curso.

Apesar do pedido feito pelo professor Américo Barreira na reunião anterior, e aprovado, de que se debatesse nessa reunião a Reforma do Ensino Normal, o assunto recebeu apenas uma breve citação. Os professores presentes, após ouvirem as palavras da professora Noemi Aderaldo, que *lembrou aos professores desejosos de revolucionar o ensino que o fizessem escolhendo para campo o próprio Instituto* (p. 37v), opinaram pela impossibilidade de qualquer realização da Reforma naquele ano em curso.

Já no ano de 1961, a Reforma do Ensino Normal e os assuntos a ela pertinentes foram os temas principais das sete reuniões da Congregação de Professores do Instituto de Educação registradas no Livro de Atas (p. 41-65).

Na primeira reunião do ano, realizada em 18 de Maio de 1961 (p. 41-44) para tratar da aplicação da Reforma do Ensino Normal no Instituto de Educação, propôs-se que o professor Lauro de Oliveira Lima, autor intelectual da Reforma, fosse convidado para vir à escola fazer uma explanação sobre o seu texto e o plano de sua aplicação.

¹⁸ Américo Barreira, nascido em 11 de Fevereiro de 1914, foi municipalista de renome nacional, prefeito municipal de Várzea Alegre (1934), delegado regional de ensino (1937), advogado, nacionalista militante, vereador de Fortaleza (1947-1955), professor da cátedra de Sociologia do Instituto de Educação (1955-1964) e deputado estadual no Ceará de 1962 a 1964 (Martins, 2000: 255).

A divergência entre os professores da escola em relação à aceitação da Reforma pode ser exemplificada nas palavras de dois dos participantes da reunião. A professora Francisca Noemi de Soriano Aderaldo justificou sua mudança de posição – mas não de opinião, aparentemente – ao explicar que

a restrição que sempre fez à Reforma por achá-la inexecutável, se bem que boa em muitos pontos, cessava naquele momento, vez que o assunto era agora ordem do Diretor e que dava tal explicação para que sua atitude de adesão não fosse tomada por incoerência. (p. 41v).

Um dos principais defensores da Reforma, o professor Américo Barreira, comentou

não ter integrado a Comissão da Reforma, mas que aqui na escola sempre se manifestou a favor da mesma, como curioso do assunto e professor idealista, desejoso de ver melhorado o Ensino Normal no Estado... Disse ser seu pensamento que todos os professores da casa não porão dificuldade a esse trabalho, dado ser ele defesa do patrimônio cultural de seus próprios filhos, e mesmo que nenhum professor esteja realmente capacitado a realizar a Reforma, todos devem, embora tateando, trabalhar nesse sentido para atingir o ponto a que outros já chegaram pelas experiências. (p. 41v-42).

Uma comissão de alunas também fez-se presente a essa reunião, para pedir o apoio da diretoria e dos professores, no que foi atendida, para a realização de uma excursão ao Estado da Guanabara e de uma exposição de coisas do Ceará.

Na reunião de 23 de Maio de 1961 (p. 44v-45), realizada especificamente para que fosse feita a explanação sobre o “*modus faciendi*” – os métodos de execução – da Reforma do Ensino Normal, o professor Lauro de Oliveira Lima

disse que não ia falar de como se faria a Reforma, visto que muita coisa que estava a ser arquitetada não foi concluída, pela paralização dos trabalhos e atividades referentes à mesma. Acrescentou que a estrutura da Reforma, segundo a própria Lei, seria resultante da ação dos Departamentos, que auscultarão as necessidades da escola e as imposições de ampliação ou de restrição do ensino a adotar. (p. 44v-45)¹⁹.

¹⁹ Dona Neli Sobreira de Oliveira, ex-professora do Instituto de Educação, viúva do professor Sobreira de Amorim e uma das entrevistadas nesta pesquisa, comentou, divertida, a respeito daquela reunião: *Eu me*

Dois meses depois, na reunião do dia 28 de Junho de 1961 (p. 45v-47v), duas medidas concretas foram anunciadas para viabilizar a implantação da Reforma no Centro Educacional: o diretor da escola comunicou à Congregação que o Governo do Estado solicitou a vinda do PABAE – Programa de Assistência Brasileiro-Americano ao Ensino Elementar²⁰ – para organizar as comissões que iriam trabalhar na Reforma do Ensino Normal e a Vice-Diretora, Professora Susana Bonfim Borges, fez um relato das visitas que fez aos Estados da Guanabara e de Minas Gerais e a Brasília, *sem ônus para o Estado*, para observar as experiências educacionais que estavam sendo realizadas no ensino normal naquelas unidades da federação brasileira²¹.

Foi ainda debatida a possibilidade de professores do Instituto participarem do Congresso do Ensino Normal (RS) e do Encontro de Psicologia (SP) e a necessidade de se suprimir 15 minutos iniciais da primeira aula para diminuir o número de alunas que chegam atrasadas por problemas de transportes.

A decisão da Congregação de que a execução da Reforma do Ensino Normal no Instituto de Educação não seria imediata, mas gradativa, foi tomada na reunião de 4 de Agosto de 1961 (p. 48-49) por quase unanimidade, por 23 dos 24 presentes, com um voto em branco.

O relatório das sessões de estudos e sugestões realizadas pelas professoras do PABAE para a implantação da Reforma do Ensino Normal na escola foi apresentado à Congregação pela professora Letícia Ferreira Lima Sampaio na reunião de 17 de Agosto de 1961 (p. 51v-58v). Naquele momento foi feita a indicação da professora Noemi para ser a Coordenadora dos trabalhos de aplicação da Reforma no Instituto, o que provocou forte reação do prof. Américo Barreira, que reivindicou que o nome da coordenadora deveria ser apresentado pela Congregação escolar, de acordo com o que previa a lei da Reforma e não imposto pelo Governo. Foi lembrado então que, numa reunião ocorrida no Gabinete do Secretário de Educação no dia 01/8/1961,

lembro que até contavam uma história que é muito conhecida, essa história que quando o dr. Hippolyto assumiu, ele fez uma reunião da congregação e chamou o Lauro para expor todas as fases de como fazer a reforma. Aí o Lauro foi, encheu a sala de cartazes, em cada canto tinha um cartaz, com as idéias todas dele. Era um encanto o Lauro, era uma pessoa muito carismática. Quando ele chegou, tirou o paletó, pôs na grade da cadeira e disse: "vamos falar". E quando terminou: "pronto, essa é a reforma". Aí o dr. Hippolyto disse: "agora o sr. vai me dizer o modus faciendi", – parece que eu estou vendo (risos). Aí o Lauro pegou o paletó assim com o dedo, botou no ombro e disse: "Isso aí é com vocês" (risos). Quando o Lauro disse "isso aí é com vocês", o dr. Hippolyto disse: "eu estava esperando por isso" (Entrevista: 26/08/2003).

²⁰ A professora Marion Villas Boas Sá Rego informa, em 1969, que o PABAE estava transformado em Divisão de Aperfeiçoamento de Professores – DAP – do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos – INEP (Rego, M. V. B. S. *Estudos Sociais*. Guia do Professor. Rio de Janeiro: Livro Técnico, 1969, VI).

²¹ Não foram encontradas cópias, anotações ou resumo desse relato no arquivo do Instituto de Educação.

foi apontado o nome do professor Lauro de Oliveira Lima como coordenador natural, autor que fôra do plano da reforma. Recusou de modo formal e decisivo a indicação, dizendo-se bastante comprometido. Para a coordenação indicou, ele próprio, a prof. Noemi Aderaldo, indicação secundada pelos profs. Edgard Linhares e Hugo Lira (p. 53).

A Congregação recorreu então, naquela reunião, a uma votação, que referendou a professora Noemi Aderaldo como Coordenadora da Reforma por 19 votos, com quatro abstenções (Américo Barreira, Rômulo Barbosa, Maria de Lourdes Vasconcelos Pinto e Olívia Xavier Rodrigues) e um voto para o professor Jáder Figueiredo.

A reunião de 23 de Agosto de 1961 (p. 61v-62v) foi para definir sobre os passos a serem dados para a execução concreta da Reforma. Nela foram decididos os ajustes dos horários dos professores, a apresentação dos programas das cadeiras dos currículos, a ênfase a ser dada na renovação das pesquisas sobre currículos e no seu ajustamento à realidade cearense e a organização dos departamentos.

A reunião de 27 de Setembro de 1961 (p. 63-65) teve por objetivo a organização do funcionamento dos departamentos, seus programas e horários e a organização da Semana da Normalista em Novembro. No arquivo do Instituto de Educação há uma pasta contendo diversos recortes de jornais de artigos publicados na imprensa local a respeito daquela Semana e cópias de algumas das palestras e conferências proferidas por professores da escola e convidados, em emissoras de rádio, escolas e entidades diversas de Fortaleza, como parte das atividades daquele evento.

Na primeira reunião de 1962, em 19 de Fevereiro, a professora Noemi Aderaldo, Coordenadora da Reforma do Ensino Normal, apresentou seu relatório de atividades de Agosto-Dezembro de 1961 (p. 66-67v) e expôs a dificuldade de se montar um horário baseado na estrutura das Unidades de Treinamento, em decorrência das coincidências de horários dos professores com outras escolas. O professor Hippolyto alertou para a alta importância da nota de conceito e para o acompanhamento mensal das atividades extra-classe, além do planejamento das Unidades de Treinamento.

Uma das decisões tomadas nessa reunião foi o envio de um ofício da escola à Secretaria de Educação e Cultura solicitando, com urgência, normas para um ajuste da

lei do Ensino Normal então em vigor com a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nº 2.024, de 20 de Dezembro de 1961²².

Como um dos objetivos da Reforma era tornar o Instituto de Educação o centro coordenador estadual de formação e treinamento de professoras primárias, a reunião de 4 de Abril de 1962 (p. 72-76) revelou a ocorrência de uma disputa, naquele momento, envolvendo o Centro Educacional do Ceará e a Diretoria de Planejamento da Secretaria de Educação e Cultura, organizadora direta da então recém-criada CAMEC (Campanha de Aperfeiçoamento do Magistério do Estado do Ceará), através de decreto estadual, para ministrar seus cursos:

O Sr. Diretor declarou achar aquela discussão mula, pois nota-se interesse desconhecido nesta lei comentada... e nomeou a comissão de professores para estudar o que deveria ser feito, que ficou constituída pelos professores: Jáder F. Correia, Letícia F. L. Sampaio, Rômulo Barbosa, Noemi Aderaldo e Susana B. Borges, ...e marcou a data da reunião da referida comissão para o dia 6 de Março (p. 73v e 74).

Ainda naquela reunião foi retomado o debate sobre a subjetividade das notas de conceito²³ a serem atribuídas às alunas. Foi também decidida a reorganização do Centro Cultural das Normalistas, como o apoio à circulação da sua revista "Helianto"²⁴.

O acordo com a CAMEC foi conseguido na reunião de 2 de Maio de 1962 (p. 76v-81), com a presença de seu coordenador, o professor Evaristo Linhares, ficando decidida a realização de um trabalho conjunto do Centro Educacional com a CAMEC para treinar os professores que iriam ministrar os cursos. Além do informe sobre a ida da professora Albaniza Chagas para um curso no Rio Grande do Sul e do registro da reclamação dos professores substitutos terem ficado fora dos benefícios dos professores secundários, ficou deliberado que quatro alunas representantes do Centro Cultural das Normalistas teriam o direito de serem participantes na Congregação, com direito a voto.

²² Indagada sobre coincidências, inclusive curriculares, entre a lei da Reforma do Ensino Normal cearense e a Lei de Diretrizes e Bases de 1961, a professora Suzana Dias Ribeiro comentou: *A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1961 não trouxe nenhum entrave à execução da Lei estadual nº 4.410, de 26/12/1958 e do Decreto nº 3.662, de 21/03/1959. Pelo contrário, ela veio confirmar justamente os princípios que nortearam a Reforma do Ensino Normal no Ceará, do professor Lauro de Oliveira Lima. (Entrevista: 16/07/2002).*

²³ O decreto nº 3.662, de 21 de Março de 1959, que regulamentou a Lei do Ensino Normal nº 4.410, de 26 de Dezembro de 1958, estabeleceu, em seu Artigo 49, parágrafo 2º, para a aprovação final da aluna em cada Unidade de Trabalho, os critérios de "Insuficiente", "Suficiente", "Bom", "Ótimo" e "Excelente".

²⁴ Não foi encontrado nenhum exemplar da revista ou qualquer outra referência sobre ela naquele período. A única cópia existente no arquivo da escola, fotoreproduzida, é de um número publicado em Novembro de 1939.

Na reunião de 16 de Julho de 1962 (p. 81v-82) foi apresentado o relatório das atividades realizadas no 1º semestre e o planejamento das atividades para o 2º semestre de 1962. Nela esteve presente o sr. Almir Pinto, Secretário de Educação do Estado, que anunciou a regularização da situação de três professoras – Noemi Aderaldo, Leticia Sampaio e Marisa Valente – no Centro Educacional e o recebimento da verba enviada pelo INEP, destinada à construção da “Sala do Conto”.

Apenas dois dias depois dessa reunião deu-se o falecimento, em 18 de Julho de 1962, do professor João Hippolyto de Azevedo e Sá. A Ata escrita ainda naquele dia (p. 82v-86) informa que ele havia falecido naquela manhã em casa, quando se preparava para ir ao trabalho no Centro Educacional, e que o seu corpo foi enterrado no final da tarde do mesmo dia, contando com a presença de estudantes, professores, funcionários e autoridades, inclusive o governador do Estado. Após registrar os momentos do velório e do enterro, as três páginas finais dessa Ata trazem um texto de homenagem ao professor João Hippolyto, que, como se fosse o fechamento de um ciclo na existência do Ensino Normal e da escola, inicia-se com as seguintes palavras:

Nesta página encerra-se este Livro de Atas, que segundo Dr. Hippolyto, deveria “servir de documentário de algumas etapas no evoluir da vida da Escola Normal”. E agora termina uma etapa da vida do Centro Educacional que corresponde ao período do desmembramento da Escola Normal e a mudança para o atual prédio... Este livro será guardado com o respeito a que faz juz. Servirá de modelo e de fonte de informação a quem interessar possa, a quem quiser conhecer o trabalho organizado, minucioso, contínuo e eficiente que nesta casa inaugurou o Dr. Hippolyto (p. 84v).

Mas mesmo após esse encerramento, foi ainda registrada no livro mais uma Ata, da reunião da Congregação em 25 de Julho de 1962 (p. 88-91v), para indicar os nomes de professores da escola que comporiam a lista triplíce a ser enviada ao governador José Parsifal Barroso, para que dela fosse escolhido o novo diretor da escola. Após uma tensa discussão, ficou acertado que votariam todos os professores, mas que só poderiam ser votados os catedráticos da escola, que nela tivessem ingressado por concurso.

2.1.1.2. Discursos e Relatórios

Os itens relacionados a seguir correspondem a três discursos, dois relatórios e um histórico da Reforma do Ensino Normal, escritos no Livro de Atas pelo professor João Hippolyto de Azevedo e Sá, e um relatório manuscrito pela professora Laysce Severiano Bonfim. A íntegra de tais documentos – à exceção dos discursos de 22 de Agosto de 1922 e de 6 de Janeiro de 1952, que não se constituem em objetos desta pesquisa – está contida no corpo deste trabalho e não será aqui comentada, mas apenas apresentada como fonte de consulta e pesquisa.

a) Discurso de posse do professor João Hippolyto de Azevedo e Sá, em 15 de Março de 1960, como diretor do Instituto de Educação pela terceira vez – p. 22v-23.

b) Discurso do professor João Hippolyto de Azevedo e Sá, em 22 de Agosto de 1922, por ocasião do lançamento da pedra fundamental do edifício da Escola Normal na Praça Figueira de Melo – p. 23-25.

c) Discurso do professor João Hippolyto de Azevedo e Sá, em 6 de Janeiro de 1952, pelo centenário de nascimento do ex-governador Justiniano de Serpa e com a decretação do nome da escola para Instituto de Educação Justiniano de Serpa – p. 25-7v.

d) Relatório do professor João Hippolyto de Azevedo e Sá, em 14 de Maio de 1960, ao secretário de Educação e Saúde²⁵ do Ceará, Joaquim de Figueiredo Correia, sobre a situação do Instituto de Educação e dos professores – p. 27v-30v.

e) Relatório do professor João Hippolyto de Azevedo e Sá, em 22 de Junho de 1960, ao secretário de Educação e Saúde do Ceará, Joaquim de Figueiredo Correia, sobre a situação do material existente no Instituto de Educação – p. 30v-33v.

f) Histórico da Reforma do Ensino Normal, pelo professor João Hippolyto de Azevedo e Sá – p. 59v-60.

g) Relatório, transcrito pela professora Laysce Severiano Bonfim, das atividades realizadas pelo Programa de Assistência Brasileiro-Americano ao Ensino Elementar – PABAE, entre 20 e 24 de Março de 1962 – p. 68-71v.

²⁵ A Secretaria de Educação e Saúde do Estado do Ceará foi criada em 12/12/1945, pela Lei nº 1.440 e durou até 27 de junho de 1961, quando, pela lei nº 5.427, foi desdobrada em duas: Secretaria de Educação e Cultura e Secretaria de Saúde e Assistência.

2.1.1.3. Encartes apostos no Livro de Atas:

a) Folheto intitulado *Excursão de Professorandas do Instituto de Educação do Ceará ao Rio de Janeiro – Novembro – 1960*, em formato 14 x 21 cm, cuidadosamente impresso em 24 páginas, entre as páginas 39 e 40.

b) Documento de críticas e emendas à Reforma do Ensino Normal, em dez páginas datilografadas, como parte do *Histórico da Reforma do Ensino Normal*, entre as páginas 59v e 60.

c) Programação da Semana da Normalista, de 5 a 11 de Novembro de 1961, em quatro páginas datilografadas, entre as páginas 65v e 66.

d) Relatório das atividades educacionais do Instituto de Educação do 1º semestre de 1962 e do planejamento das atividades para o segundo semestre de 1962, em sete páginas datilografadas e numeradas, entre as páginas 81v e 82.

Dos quatro encartes encontrados anexos ao Livro de Atas, dois deles – o folheto da Excursão das Normalistas e a programação da Semana da Normalista – não constam no corpo deste trabalho por dificuldade de fidelidade à sua reprodução, mas encontram-se à disposição para consulta no arquivo do Instituto de Educação.

O relatório das atividades do ano de 1962 encontra-se reproduzido na íntegra neste trabalho. O documento contendo críticas e emendas à Reforma do Ensino Normal está transcrito neste trabalho sob dois formatos e composições textuais diferentes: como artigo publicado no jornal O POVO, de 23 de Abril de 1959, p. 8, intitulado *Contra a Reforma do Ensino Normal, Quinze Professores do Instituto de Educação*, que contém a parte das críticas na íntegra, mas não traz as emendas à Reforma do Ensino Normal; e como parte anexa e complementar do *Histórico da Reforma do Ensino Normal*, escrito pelo professor Hippolyto no Livro de Atas, na qual foi suprimidos os dois últimos itens das críticas, intitulados *Assuntos Vários* e *Conclusões*.

2.1.1.4. Recortes de jornais colados em páginas do Livro de Atas:

A íntegra de seis dos recortes mencionados a seguir (itens a, b, c, e, f, g), colados no Livro de Atas, está reproduzida neste trabalho, como fonte de consulta e pesquisa. Apenas dois itens, o Convite-Enterro (item d) e o Decreto de luto de três dias pela morte do professor Hippolyto (item h), não foram reproduzidos por já trazerem indicados em

seus títulos o seu próprio conteúdo, mas também estão disponíveis para consulta no arquivo do Instituto de Educação.

a) Página 39 do Livro de Atas: *Instalação da Biblioteca Filgueiras Lima*, da Escola de Aplicação (com foto) – Diário Escolar – Jornal O POVO: 10 de Novembro de 1960, p. 8.

b) Página 40: *Exposição de Produtos Regionais em Fortaleza*, no Instituto de Educação (com foto) – Jornal O POVO: 10 de Novembro de 1960, p. 8.

c) Página 40: *Inaugurada a Exposição de Produtos Regionais*, no Instituto de Educação (com foto) – Jornal O POVO: 12 de Novembro de 1960, p. 2.

d) Página 82v: *Convite-Enterro – Dr. João Hippolyto de Azevedo e Sá* – Jornal O POVO: 18 de Julho de 1962.

e) Páginas 83 e 83v: *O Enterramento do Prof. João Hipolito* (com 2 fotos) – Jornal GAZETA DE NOTÍCIAS: 19 de Julho de 1962.

f) Página 87: *Exemplo que Viverá* – Jornal o POVO: 21 de Julho de 1962, p. 7.

g) Página 87v: *Sepultado o Dr. João Hipolito* (com foto) – Jornal O POVO: 19 de Julho de 1962, p. 2.

h) Página 87v: *Decreto Nº 5.027, de 18 de Julho de 1962, de luto oficial os dias 18, 19 e 20 do corrente mês, pelo falecimento do Dr. João Hipolito de Azevedo e Sá* – Diário Oficial, s/d.

2.1.2. Relatórios do professor João Hippolyto de Azevedo e Sá

São vários relatórios guardados no arquivo da escola, da autoria do professor João Hippolyto de Azevedo e Sá durante sua terceira gestão como diretor do Instituto de Educação, de Março de 1960 a Julho de 1962. Neles o professor João Hippolyto não se restringe aos aspectos técnico-administrativos daquela instituição de ensino, mas emite também, velada e/ou explicitamente, em diversos trechos, as suas críticas e opiniões a respeito da Reforma do Ensino Normal, da atuação dos professores, do funcionamento e manutenção da escola e de sua relação com o governo e a imprensa.

O seu relatório intitulado *Como encontrei o Instituto de Educação* (em 1960), mesmo transcrito na íntegra neste trabalho, foi escolhido para ser resumido e comentado neste item por uma primeira razão: trata-se do mais representativo deles naquele período e é uma espécie de condensação dos outros relatórios, por conter pontos de relatórios anteriores a ele e alguns de seus trechos recolocados em relatórios posteriores.

Escrito em onze páginas datilografadas e numeradas e com data de 15 de Março de 1961, foi elaborado e apresentado pelo professor João Hippolyto de Azevedo e Sá ao Secretário de Educação e Saúde do Ceará, Joaquim de Figueiredo Correia. Exatamente um ano após a sua posse como diretor do Instituto de Educação, o professor Hippolyto, empenhado em corresponder à confiança que lhe foi depositada em idade avançada, da incumbência que recebeu para dirigir novamente a escola, considerou ser sua obrigação prestar contas do cargo por ele assumido diretamente ao Secretário de Educação.

O professor Hippolyto inicia o relatório criticando a insalubridade do terreno do bairro de Fátima em que foi construído o novo prédio, a sua inadequação arquitetônica e a transferência, para ele, do curso Normal e seus anexos, qualificando-a de despejo do antigo prédio²⁶. Depois atribui a não resolução dos *problemas surgidos diariamente* na escola ao fato dos dois prédios que compõem o Instituto serem administrados por um único diretor que, *sendo professor do curso ginasio-colegial*, pouco se importaria com o curso Normal, o que teria acarretado inclusive a baixa assiduidade dos professores.

A seguir, ele analisa que *foi nesse ambiente de descontrole* que surgiu a idéia da reforma do Ensino Normal, que

estava planizada nos moldes que o Rio Grande do Sul, há cinco anos, sem registro de originalidade, já vinha aplicando gradualmente e com máxima moderação, a título experimental, como ainda é hoje.

O argumento de que a Reforma do Ensino Normal do Ceará de iniciativa do professor Lauro de Oliveira Lima não constituía novidade, não era inédita e baseava-se em experiências já feitas em outros estados e países, aparece utilizado pelo professor Hippolyto em diversos momentos, em outros relatórios e algumas das atas registradas nos Livro de Atas.

Sob o ponto de vista do professor Hippolyto, o projeto foi *logo grandiosamente batizado de revolucionário*, iniciado por um *jovem professor que se diz seu autor e um grupo de docentes em mingüado número*, que *logo preconizaram uma tábula rasa para os programas e métodos* de ensino até então utilizados.

²⁶ Um trecho do depoimento oral da professora aposentada D. Maria Neli Sobreira deixa entrever que os problemas de instalação física e de localização do novo prédio seriam alguns dos motivos da rejeição do professor Hippolyto pelo novo prédio, mas não o principal: *O dr. Hippolyto nunca se conformou, acho que foi uma das coisas que fez ele morrer mais depressa, porque ele era louco por esse prédio. Ele tinha uma marcação com aquilo, que não tinha sentido aquela escola acolá, tanto que quando a escola passou prá lá, ela não estava nem terminada. Foi o INEP que construiu, com a condição de que na escola funcionasse o curso Normal, a Escola de Aplicação e aquela escola de iniciação profissional, que teve o nome de Anísio Teixeira. Já foi entregue assim.* (Entrevista: 26/08/2003).

Segundo ele, as cátedras já existentes foram subdivididas e as coordenações e equipes foram criadas apenas com o fim de *favorecer unicamente tramas individuais, para alguns próceres serem contemplados com aulus excedentes e inexistentes, fictícias e justificadas por esse trabalho aéreo*. Ironiza o surgimento, em profusão, dos “clubs” escolares e, *no seu bojo, as disciplinas constelares, e que só não vieram à baila as suplementares de “sputiniks”* porque naquela época os russos ainda não tinham lançado seus satélites ao espaço sideral.

Para ele, não seria preciso que se fosse a outros Estados buscar experiências de coordenações e trabalhos em equipes, cujo valor ele reconhece, *mas somente quando baseados em serviço sério e honesto*, já que a Escola Preparatória de Fortaleza (militar) dispunha de *um eficiente serviço com estas características* e que ele mesmo, quando professor de Anatomia e Fisiologia humanas, procurava juntar-se aos seus *colegas de magistério* e vincular a sua disciplina *com as diversas cadeiras do curso técnico*, nunca a tendo considerado como uma *matéria estanque*. Afirma ele não ter encontrado no Instituto de Educação *vestígios de qualquer planejamento sério e proveitoso* em relação aos trabalhos de coordenações e de equipes²⁷.

O professor Hippolyto rebate a acusação de que ele seria o culpado pela não execução da Reforma na escola e defende-se alegando que, se não a implanta, é porque, *além da escassez de recursos pecuniários e materiais*, defronta-se com a *ineficiência dos admiradores ou auxiliares* da Reforma e o desinteresse de grande parte das alunas que, para ele, *nem têm ensanchas para os necessários estudos e preparos mínimos* e o *que realmente almejam é somente o Diploma*. Aponta ainda a situação dos professores que têm sempre muitas aulas e vivem correndo de uma escola para a outra, priorizando sempre as outras escolas em detrimento da escola oficial, o que traz dificuldades na montagem de horários de aulas. E adverte ao *jovem professor*²⁸ *de que a grande maioria dos seus admiradores* está somente interessada em ganhar dinheiro ministrando os

²⁷ Essa observação do professor Hippolyto foi comungada pela professora Francisca Noemi Costa Soriano Aderaldo, coordenadora da implantação da Reforma do Ensino Normal no Centro Educacional durante o segundo semestre de 1961, ao relatar que *o trabalho educativo vinha se desenvolvendo na escola sem qualquer articulação com a Lei Orgânica do Ensino Normal em vigor. Vale dizer que essa situação não oferecia condições para uma coordenação de fácil acerto, uma vez que nenhum planejamento e nenhuma experiência documentada existia nos arquivos do Centro Educacional em relação à Reforma* (Relatório de Agosto/Dezembro de 1961).

²⁸ O professor Lauro lecionou efetivamente no Instituto de Educação até 1959. Em 1960, ano da chegada do professor Hippolyto como diretor, já não estava mais na escola, porque, segundo ele, *eu fui chamado para o Ministério de Educação* (Entrevista: 14/04/2001).

curso da Campanha de Aperfeiçoamento e Difusão do Ensino Secundário – CADES – que ele, Lauro, coordena.

A seguir, o professor Hippolyto expressa a posição em que ele se situa a respeito da Reforma do Ensino Normal, ao afirmar que, além dos defensores da Reforma,

há no Instituto uma segunda corrente de professores que não são velhos nem decadentes, retrógrados ou anacrônicos. Entendem eles, e entendem bem, que é preciso sempre “atualizar o ensino, baseadas essas renovações nas experiências das gerações anteriores e reformar os métodos, mas no intuito de melhorar para aprender e progredir”. Esses professores têm também a força e o prestígio de sua cultura.

Para ele, *entre essas duas correntes vivas que se defrontam*, há os indiferentes e apáticos, que exercem o magistério como um mero emprego, preocupados apenas com seus *estipêndios* e que, nas situações que lhes convém, *enchem-se de direitos*, mas não cumprem seus deveres.

Apoiando-se na experiência de quase 60 anos como professor e diretor de escola, observador atento dos professores sob sua direção e sempre preocupado em dar o bom exemplo, o professor Hippolyto evoca as lembranças, nele sempre presentes, das lições recebidas de seus mestres no internato Colégio D. Pedro II e na Faculdade de Medicina no Rio de Janeiro e enumera os valores, ou virtudes, que considera fundamentais que o professor venha a possuir *para ser um mestre de valor*: cultura geral das ciências da Educação e da matéria da qual se é titular; assiduidade irrepreensível; respeito ao nível de desenvolvimento intelectual e às possibilidades mentais das alunas; tratar bem as alunas, compreendê-las e merecer sua simpatia e confiança; não utilizar a violência da ironia, a presunção e o desdém, que anulam a autoridade moral e profissional do mestre.

Naquele relatório o professor Hippolyto registra sua frustração com o abandono e destruição de parte dos aparelhos dos Gabinetes de Física, Química, Ciências Naturais e Anatomia, História e Geografia e Museu Pedagógico, com suas coleções, quadros e mapas, que ele deixou *em perfeita ordem de conservação* em Fevereiro de 1951, ao término do seu segundo exercício no cargo de diretor do Instituto. Segundo ele, a falta dos equipamentos utilizados nas aulas práticas e a transformação das salas ambientes em salas de aula comuns levaram as lições de Física, Química e Ciências Naturais a um retrocesso e as transformaram em salas de salvação. E parte da responsabilidade por esse retrocesso o professor Hippolyto atribui ao *dr. Lauro de Oliveira Lima*, diretor da Inspetoria Seccional, alegando que, *nesse ponto S. Sa. tinha mais força que o próprio*

Diretor, porque contaria de certo com o amparo do Ministério da Educação, para restabelecer o ensino prático dessas matérias.

Os últimos itens do relatório referem-se à falta quase total de saldo financeiro em que foi encontrado o Instituto de Educação e aos dois terços do acervo da biblioteca (12 estantes repletas de livros, das 18 existentes), pertencentes ao Ensino Normal, que foram removidos do prédio antigo, já transformado em Colégio Estadual de Fortaleza, para o prédio novo, onde funcionava o Instituto de Educação. Mas essa remoção não foi pacífica e gerou desdobramentos e críticas, das quais o professor Hippolyto se defende:

Agora o lado dramático da remoção. Foi surpresa para mim que tivesse sido convocada a Congregação do Colégio para tomar conhecimento desse transporte e, mais ainda, nos termos sensacionais da publicação do "O Povo", de 28 de Agosto, em que concitavam tendenciosamente professores e alunas para a criação de uma nova biblioteca, instituindo-se o Dia do Livro e a Ajuda das Editoras, dando-se a entender, veladamente, que o Diretor do Instituto de Educação praticara uma apropriação indébita e um abuso de autoridade. Da leitura do artigo pequenino, porém mordaz, é o que se deduz. A verdade é outra. Que foi feito das seis estantes repletas de livros que não transportei para o Instituto?

E o professor Hippolyto conclui o relatório pedindo ao Governo do Estado que nomeie uma comissão, composta por três funcionários, um da Secretaria da Educação, um do Instituto de Educação e um do Colégio Estadual de Fortaleza, para examinar o trabalho feito por ele na separação do patrimônio dos dois estabelecimentos e apresentar um Relatório ou Parecer final sobre o assunto.

Oito meses depois, em 16 de Novembro de 1961, o professor Hippolyto recebeu, em resposta ao seu relatório, uma carta do governador José Parsifal Barroso, em que este, tratando-o como "eminente amigo" e declarando-se seu "admirador", registra que *não concordo com a designação da Comissão pedida "in fine", porque sempre o julguei acima dessas controvérsias e questiúnculas, merecedor da confiança da estima e da consideração do Governo e do povo do Ceará* (Carta do governador Parsifal Barroso ao dr. João Hippolyto de Azevedo e Sá – Fortaleza, 13 de Novembro de 1961 – arquivo do Instituto de Educação do Ceará).

A segunda razão para a escolha desse relatório como objeto de comentário neste trabalho, sem graduação de importância qualitativa, reside no fato dele ter sido, pelo seu teor, o móvel que levou à elaboração, pelo professor Lauro, de um extenso documento de resposta às críticas feitas pelo professor João Hippolyto.

2.1.3. Documento do professor Lauro de Oliveira Lima.

Tal documento, transcrito na íntegra neste trabalho, também foi escolhido para ser comentado por tratar-se da refutação veemente, pelo professor Lauro de Oliveira Lima, a muitos dos pontos do relatório do dr.²⁹ João Hippolyto a respeito do Instituto de Educação e da Reforma do Ensino Normal no Ceará.

Trata-se de um documento de dez páginas, datilografadas e numeradas. Não há qualquer identificação da data em que o documento foi finalizado, mas esta deve situar-se entre os meses de Março e Dezembro de 1961, após o recebimento do relatório do professor Hippolyto, datado de 15 de Março de 1961.

As duas primeiras páginas, sem numeração, apresentam o documento. No início delas, o professor Lauro anuncia ter recebido *em mãos, do dr. Hipólito*, a cópia de um relatório enviado por este ao Secretário de Educação e Saúde do Estado do Ceará, sobre as condições em que encontrou o Instituto de Educação e sobre a Reforma do Ensino Normal. O professor Lauro comenta que aquele relatório

tem todas as características de uma amarga DEFESA. De quem e contra quem, não se sabe e ele não diz. Ninguém o atacou. Ninguém se opôs às medidas que tomou.

O relatório refere-se, em três quartos de suas páginas, a coisas que (ele, João Hippolyto) não viu, não presenciou, de que não participou. Faz as mais graves acusações baseado apenas em opinião pessoal e em hipóteses e deduções.

O professor Lauro critica também a postura do dr. João Hippolyto, de resistência velada em relação à Reforma do Ensino Normal, em que ele

Dizendo-se neutro em relação à REFORMA, demonstra que não a entendeu, mesmo porque para entendê-la é preciso sincronizar com as novas idéias, com novos tempos, com novas perspectivas sociais, com novas doutrinas pedagógicas, pois o tempo passa inexorável.

²⁹ Nesse documento, o professor Lauro refere-se sempre ao professor Hippolyto como “dr. Hipólito”.

Depois de lamentar que o dr. Hippolyto, com sua extensa e respeitável biografia de décadas de muito trabalho dedicado ao Ensino Normal público do Ceará, poderia ter evitado expor-se a esse gesto de auto-promoção e de depreciação dos esforços de outros educadores na reformulação e melhoria do Ensino Normal, o professor Lauro conclui a apresentação do documento num misto de apêlo e desabafo:

Não queremos polêmicas. Não quero sequer que salve a reforma do ensino, que não é patrimônio meu ou dele, pois já pertence à comunidade. Mas deixar sem resposta tanta afirmação capciosa, tanta inverdade histórica, tantas generalizações ofensivas, seria covardia. Que administre como bem quiser. Mas não o faça com literatura barata de salvador do naufrágio que só existe nos devaneios de uma imaginação projetada para o passado, em plena fase delirante.

A segunda parte do documento é composta por oito páginas numeradas e tem como subtítulo “ASPECTOS QUE O HIPÓLITO NÃO VIU”. Ao informar que o professor João Hippolyto pediu-lhe para comentar francamente o relatório, *de professor para professor*, Lauro de Oliveira Lima reclama que os muitos ataques feitos pelos opositores da Reforma do Ensino Normal sempre foram dirigidos a ele como pessoa e como professor e nunca às idéias que defendeu.

Argumenta que não teve a oportunidade de tentar uma aplicação progressiva da reforma e que tal tarefa exigiria muita dedicação, idealismo, disposição intelectual e de trabalho e modificação de hábitos dos educadores nela envolvidos.

Rebate a alegação de que a reforma cearense seria um *decalque* da reforma do ensino normal do Rio Grande do Sul e lembra que havia idéias comuns e universais³⁰ em diferentes reformas dessa natureza que estavam sendo elaboradas e aplicadas, mas que também havia aspectos originais na reforma cearense.

E, afirmando que a Reforma, *menos como algo concreto que uma ATITUDE NOVA a ser pensada*, já tinha se tornado patrimônio do país, em que várias Secretarias de Educação dos Estados brasileiros, assim como a Associação Brasileira de Educação e a UNESCO, já tinham manifestado um grande interesse pela reforma aprovada para o Ceará, expressa seu ressentimento:

³⁰ A proposta mais polêmica e inovadora presente na Reforma do Ensino Normal do Ceará, as Unidades de Trabalho (ou de Treinamento: módulos temáticos curriculares trimestrais ou semestrais, articulando várias disciplinas, em atividades teóricas e práticas, em torno de um assunto previamente definido), não foi uma “invenção” do professor Lauro. Suas idéias básicas já aparecem delineadas no início da década de 50, em escritos de educadores como Ralf C. Preston em 1950, Edgar Bruce Wesley e M. A. Adams em 1952, Lavone A. Nanna em 1955 e Jonh U. Michaelis em 1956 (TEIXEIRA: 1967, p. 3).

Entreguei minha contribuição ao meu país. Proibiram-me de tentar sua aplicação em minha terra. Lavo, satisfeito, as mãos, deixando que os responsáveis sejam julgados pelas novas gerações. Um dia os destruidores da reforma no Ceará responderão perante as novas gerações pelo mal que fizeram à mocidade de nossa terra.

A seguir, o professor Lauro, apesar de ter escrito no início dessa segunda parte do documento que *o tema já não me empolga, tantos foram os desgostos que dele me advieram nestes últimos anos*,³¹ analisa o relatório elaborado pelo professor Hippolyto, desdobrando-o em 20 itens titulados e abordando os aspectos que considerou necessário serem contra-argumentados e esclarecidos.

1º – O LOCAL EM QUE FOI CONSTRUÍDO O CENTRO EDUCACIONAL, em que alega que sempre foi contra a escolha daquele local no Bairro de Fátima, pelo seu tamanho pequeno e por sua localização em um terreno baixo e úmido, junto a um riacho transformado em canal urbano.

2º – O QUE VOCÊ CHAMA DE DESPEJO, sobre a necessidade inadiável da transferência do Curso Normal do prédio antigo, na Praça Figueira de Melo, onde foi transformado um apêndice do curso secundário, para as novas instalações, sob risco de vê-lo (ao novo prédio) também transformado em um ginásio-monstro.

3º – O ASPECTO TÉCNICO-PEDAGÓGICO DA PRÉDIO DA 13 DE MAIO³², criticando o modelo arquitetônico da escola inadequado para o clima cearense, o prédio inacabado, com muita coisa ainda por construir e instalar e a insalubridade do terreno em que foi construído.

4º – A DIREÇÃO DO CENTRO EDUCACIONAL, condenando a ambigüidade da direção do estabelecimento, em decorrência do diretor geral dirigir duas escolas ao mesmo tempo (o prédio antigo e o novo) e a postura política e administrativa da vice-

³¹ O professor Lauro reafirmou esse mesmo sentimento cinco anos mais tarde, na nota prévia do livro que escreveu a respeito da Reforma do Ensino Normal: *Durante vários anos, uma equipe de professores e de técnicos de educação – inconformada com o estado em que se encontrava o ensino normal – estudou, debateu e elaborou uma nova forma de TREINAMENTO DO PROFESSOR PRIMÁRIO, procurando aproveitar tudo o que se vinha fazendo no país e no estrangeiro, em matéria de modernização de técnicas de formação de profissionais de alto nível. Jamais imaginou que este desejo tão justo e adequado aos tempos modernos fosse causa dos lances emocionais e dos episódios pitorescos que o fato provocou no Ceará. Um dia, quando se inventariar esse período para a história da educação em nossa terra, estes fatos, por certo, serão narrados às novas gerações. Por enquanto, o que interessa é a parte realmente aproveitável destas batalhas – as lutas que os grupos renovadores travam com os representantes das velhas estruturas na hora do “arranco” para o desenvolvimento* (LIMA: 1966, p. 8).

³² Segundo o professor Gisafran Mota Jucá, a Avenida 13 de Maio encontrava-se aberta já em 1950, mas o nome de *Bairro de Fátima* passou a existir a partir de 1956. Antes era denominado *Redenção* ou *13 de Maio*, nomes que continuaram a ser utilizados por mais alguns anos (JUCÁ: 2000, p. 39).

diretora do prédio novo – na prática, a diretora – de hostilidade e boicote permanentes à reforma do Ensino Normal.

5º – INFREQÜÊNCIA DO PROFESSORADO, rebatendo tal crítica, dizendo-se até admirado da freqüência do professorado e informando da dedicação de tempo integral dele, Lauro, todas as manhãs, ao Instituto.

6º – AS MIRÍFICAS AULAS SUPLEMENTARES, comentando que essa modalidade de aulas suplementares, quando foi implantada, mesmo provisória, foi séria e criteriosa e lamenta que ela tenha sido deturpada.

7º – AS DISCIPLINAS CONSTELARES, defendendo que esta foi a maneira de se dividir os “programas quilométricos” e que para elas eram auxiliares necessárias para a realização dos estágios. Neste item ele explica como pleiteou e assumiu, por concurso, a cadeira de Pedagogia no Instituto de Educação.

8º – O CLIMA DE ONDE SURTIU A REFORMA, afirmando que a Reforma do Ensino Normal não surgiu num clima de despejo e conturbação da escola, mas que foi iniciada três anos antes, com estudos e debates das pessoas do grupo que se dedicou a ela, que, por sua vez, nada tem de “revolucionário”

9º – PLANO DE IMPLANTAÇÃO DA REFORMA, defendendo que a reforma gaúcha, embora calcada nas conclusões do Seminário Internacional de Genebra, não é uma cópia e também tem aspectos originais, assim como a reforma do Ceará. Ressalta que a reforma cearense foi muito debatida, elaborada em equipe e planejada para ser implantada paulatinamente em, pelo menos, cinco anos.

10º – A TÁBULA RASA, contestando a diladura e a “pressa arrasadora” que foram atribuídas à Reforma, escreve que *cada passo estava sendo dado cautelosamente*, pois não é fácil se deixar costumes tradicionais para vislumbrar e praticar novos hábitos em educação.

11º – CAPACIDADE FÍSICA DOS ALUNOS, lembrando que a Reforma foi planejada para pelo menos seis horas diárias, abrangendo dois expedientes, em 200 dias letivos no ano. Para ele, a normalista que não for capaz de resistir a essas condições, é melhor desistir do magistério.

12º – O TRABALHO AÉREO, atacando duramente o funcionamento rotineiro de horários e aulas e enaltecendo o desprendimento dos reformadores, que abdicaram até de interesses pessoais, durante três anos, em busca e elaboração de *idéias criadoras, acima da planície da mediocridade*.

13º – TRABALHO EM EQUIPE, comentando sobre o estilo centralizador de administrar do dr. Hippolyto e desejando que ele não tenha sido nomeado diretor do Instituto para atuar como carrasco da Reforma.

14º – AS IDÉIAS PEDAGÓGICAS DO DR. HIPÓLITO, em que lamenta que o dr. Hippolyto tenha assumido o Instituto em idade tão avançada e que não há sentido em contrapor as idéias da cadeira de Anatomia³³ com a Reforma do Ensino Normal.

15º – VESTÍGIOS DE PLANEJAMENTO, afirmando que todas as etapas da reforma do Ensino Normal estão arquivadas em um vasto “*dossier*”, que ele publicaria quando achasse conveniente.

16º – O ANO DE 1959, chamado por ele de *ano malfadado dos empecilhos à reforma*, em que cita tentativas de obstrução em atitudes da vice-diretora do Instituto, como também pressões políticas e educacionais para revogar a Reforma, ocorridas logo após a posse do novo governo estadual (do governador eleito José Parsifal Barroso).

17º – A CORNUCÓPIA DA CADES, refutando com ênfase que os professores daquela campanha de aperfeiçoamento de docentes do ensino secundário recebessem dinheiro pelas aulas que ministravam, pois, segundo ele, eram colaboradores que nela trabalhavam gratuitamente.

18º – O GRUPO DOS QUE NÃO SÃO VELHOS NEM MOÇOS DECADENTES, questionando que, se esse grupo existe, porque nunca se manifestou nem foi encontrado, e que a existência desse grupo é uma invenção para explicar um suposto, mas inexistente, neutralismo em relação à Reforma.

19º – O PADRÃO DO PROFESSOR, concordando como padrão de professor ideal descrito pelo professor Hippolyto, lamentando que ele possa vir a servir aos que querem destruir a reforma e pedindo-lhe que salve dela o que achar exequível e caminhe com o novo tempo e a nova geração:

Sua vasta experiência podará o que for arroubo da juventude. Mas salve o núcleo central da renovação. Isto lhe pedimos em nome da admiração que lhe consagramos. Somos nós (os corifeus) que o

³³ Na página em branco contígua à que contém esse comentário do professor Lauro, o professor Hippolyto escreveu a seguinte nota: *A minha afirmativa sobre a fadiga das alunas está fundamentada em princípios científicos e não simplesmente filosóficos. Talvez seja um defeito de minha formação profissional médica, que se situa mais para o lado da ciência positiva do que da mistificação. Se a cadeira de anatomia, ou melhor, de fisiologia não tem influência de valor no entendimento das técnico-pedagógicas, melhor seria suprimi-la e substituir pela de Educação Sanitária e Puericultura, a preconizar apenas com as conclusões assentes na Psicologia “filosófica”.*

respeitamos. Não os que quiseram fazer de V. um carrasco de novas idéias...

20° – OS GABINETES DE FÍSICA E QUÍMICA E A SECCIONAL, afirmando que, como Inspetor Seccional, empenhou-se pela restauração e manutenção daqueles equipamentos, tanto junto ao governo estadual, que alegava falta de dinheiro e outras prioridades, como junto ao governo federal.

Após discorrer sobre os itens acima, o professor Lauro de Oliveira Lima finaliza seu documento concluindo não poder manifestar-se sobre outros pontos constantes no relatório do dr. Hippolyto por serem situações das quais ele, Lauro, não participou. E lança um repto ao professor Hippolyto: *Chegou o momento de V. tomar uma decisão: vai manter o “status quo” ou vai mudar? Meio mundo espera seu próximo passo.*

O professor Hippolyto, apesar das suas críticas e ironias à Reforma, procurou, por seu espírito legalista e como ocupante do cargo de diretor da instituição, garantir o cumprimento da lei da Reforma já em 1960, apoiando iniciativas tomadas nesse sentido por professores e alunos da escola. Nos anos de 1961 e 1962, possivelmente também em decorrência do desafio do professor Lauro, empenhou-se em implantá-la na escola, realizando reuniões com a Congregação escolar para a sua preparação e providenciando várias vindas de técnicas em educação do PABAE para o treinamento dos professores e a formação das comissões para a sua organização e aplicação.

2.1.4. Relatório da professora Francisca Noemi Costa de Soriano Aderaldo

A professora Noemi Aderaldo, apesar de suas restrições à Reforma, assumidas por ela mesma (Livro de Atas: 41v), acabou sendo nomeada por portaria da Secretaria de Educação, de 22 de Agosto de 1961 – depois de ter sido recomendada pelo professor Lauro de Oliveira Lima e aprovada em reunião da Congregação dos professores da escola – para a função de Coordenadora da aplicação da Reforma do Ensino Normal no Centro Educacional. Na reunião de 19 de Fevereiro de 1962 ela apresentou, enquanto Coordenadora da Reforma, o relatório de suas atividades no segundo semestre de 1961, datilografado em cinco páginas numeradas e trazendo em anexo outras duas páginas, contendo as sugestões “conclusivas” da Semana da Normalista, realizada entre 5 e 11 de Novembro de 1961.

No relatório, transcrito na íntegra neste trabalho, a professora Noemi enumerou as dificuldades materiais, pedagógicas e operacionais com que se defrontou na tarefa de

implantação da Reforma; informou sobre as resistências à Reforma por parte de alguns professores e sobre os avanços conseguidos nas adaptações dos programas de várias disciplinas à execução da Reforma; sugeriu a criação de uma cátedra que contemplasse as relações escola-comunidade e a ampliação do programa de Filosofia com atualidades; relatou as atividades que foram realizadas na Semana da Normalista e apresentou sua renúncia da função de Coordenadora da Reforma na escola. Em um aditamento feito ao seu relatório, detalhou as disciplinas que ajustaram seus programas de estudos à lei da Reforma e as que não o fizeram.

2.2. Documentos oficiais do Estado do Ceará

Os documentos oficiais estaduais que contém subsídios ao tema estudado neste trabalho são de duas modalidades. Uma delas consiste nas mensagens anuais enviadas pelos governadores do Ceará à Assembléia Legislativa, no período de 1955 a 1965, contendo a prestação de contas do exercício dos mandatos governamentais nos referidos anos. A outra modalidade reside nas leis e decretos estaduais publicados entre os anos de 1958 e 1966 e que referem-se diretamente à Reforma do Ensino Normal no Ceará e ao Instituto de Educação naquele período.

2.2.1. Mensagens dos governadores à Assembléia Legislativa do Ceará

Das mensagens enviadas pelos governadores do Ceará à Assembléia Legislativa, foram selecionados e reproduzidos neste trabalho os trechos que referem-se diretamente à construção do novo prédio escolar destinado ao Ensino Normal e à Reforma do Ensino Normal no Ceará.

As mensagens dos anos de 1955 a 1958 abordam a assinatura do convênio com o Instituto Nacional de Pesquisas Pedagógicas – INEP, que definiu: a finalidade do novo prédio e suas características arquitetônicas e enviou os recursos financeiros para a sua edificação; a escolha do terreno para sua localização, no Bairro de Fátima; e o início e andamento das obras de construção do prédio.

As mensagens governamentais dos anos de 1958 a 1963 referem-se, além da continuação da construção do Centro Educacional, à aprovação da Reforma do Ensino Normal, à sua vigência e às atividades realizadas naquele estabelecimento de ensino, no curso Normal e em suas duas escolas de aplicação (Primário e Pré-Escolar).

A mensagem de 1965 traz informações sobre o número matrículas ocorridas no Ensino Normal no Estado do Ceará nos anos de 1963, 1964 e 1965.

Os trechos coletados estão transcritos neste trabalho na seguinte seqüência:

- a) Stênio Gomes da Silva → 15 de Março de 1955, p. 20, 181-182.
- b) Paulo Sarasate Ferreira Lopes → 15 de Março de 1956, p. XVII (Preâmbulo).
→ 15 de Março de 1957, p. XXI (Preâmbulo), 132.
- c) Flávio Portela Marcílio → 15 de Março de 1958, p. XV (Preâmbulo).
→ 15 de Março de 1959, p. XIII-XIV (Preâmbulo), 102, 107-108.
- d) José Parsifal Barroso → 15 de Março de 1960, p. 84.
→ 15 de Março de 1961, p. XXI e XXVIII (Preâmbulo), 75.
→ 15 de Março de 1962, p. 70-71.
→ 15 de Março de 1963, p. 66-67.
- e) Virgílio de Moraes Fernandes Távora → 15 de Março de 1964/1965, p. 39.

2.2.2. Leis e Decretos estaduais do Ceará sobre o IEC e a Reforma

As leis e decretos aqui relacionados referem-se à Reforma do Ensino Normal no Ceará e ao Instituto de Educação, no período entre 1958 e 1966. Estão publicadas no Diário Oficial do Estado do Ceará e podem ser encontradas nas repartições públicas que dispõem de arquivo de exemplares daquela publicação oficial, a exemplo da biblioteca e do arquivo da Assembléia Legislativa do Ceará. Apesar de não terem sido transcritas neste trabalho por dificuldade de fidelidade à sua reprodução, cópias delas encontram-se disponíveis também no arquivo do Instituto de Educação. São as seguintes:

a) A Lei nº 4.410, de 26 de Dezembro de 1958, foi publicada no Diário Oficial do Estado do Ceará, Ano XXVI, Nº 7.348, em 27 de Dezembro de 1958, promulgando a Lei Orgânica do Ensino Normal do Estado do Ceará. Esta lei tem três (3) capítulos, cinco (5) títulos e trinta e oito (38) artigos.

b) O Decreto nº 3.662, de 21 de Março de 1959, foi publicado no Diário Oficial do Estado do Ceará, Ano XXVI, Nº 7.416, em 23 de Março de 1959, aprovando o Regulamento do Ensino Normal do Estado do Ceará. Este decreto, com dois (2) artigos, estabeleceu o Regulamento da lei nº 4.410 do Ensino Normal do Estado do Ceará, com cinco (5) títulos, quinze (15) capítulos e oitenta e quatro (84) artigos.

c) A Lei nº 4.743, de 15 de Janeiro de 1960, foi publicada no Diário Oficial do Estado do Ceará, Ano XXVII, Nº 7.658, também em 15 de Janeiro de 1960, com sete

(7) artigos, criando o Colégio Estadual de Fortaleza, que constituiu-se inicialmente *das atuais séries dos Cursos Ginásial e Colegial do Instituto de Educação Justiniano de Serpa* e estabelecendo que

O Instituto de Educação Justiniano de Serpa, compreendendo os Cursos Normal e Primário, passa a funcionar no conjunto arquitetônico do Centro Educacional, sito no Bairro de Fátima, nesta cidade, constituindo o núcleo inicial do referido centro, nos termos do Convênio firmado entre o Governo do Estado e o Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (Artigo 3º, parágrafo único).

d) A Lei nº 5.427, de 27 de Junho de 1961, foi publicada no Diário Oficial do Estado do Ceará de 28 de Junho de 1961, com nove (9) artigos. Além de desdobrar a Secretaria de Educação e Saúde em Secretaria de Educação e Cultura e Secretaria de Saúde e Assistência, também transformou o Colégio Estadual de Fortaleza em Colégio Estadual Justiniano de Serpa (Artigo 2º, item III, alínea 2) e o Instituto de Educação Justiniano de Serpa em Centro Educacional do Ceará (Artigo 2º, item IV, alínea 3).

e) O Decreto nº 4.843, de 26 de Março de 1962, foi publicado no Diário Oficial do Estado do Ceará, Ano XXIX, Nº 8.304, em 28 de Março de 1962, com oito (8) considerandos e seis (6) artigos, instituindo a Campanha de Aperfeiçoamento do Magistério do Estado do Ceará (CAMEC). Essa Campanha provocou intensos debates no Instituto de Educação, registrados em duas reuniões da Congregação, nas Atas de 4 de Abril (p. 72-76) e 2 de Maio de 1962 (p. 76v-81).

f) O Decreto nº 5.578, de 23 de Março de 1963, foi publicado no Diário Oficial do Estado do Ceará em 20 de Junho de 1963, expedindo novo Regulamento para a Lei nº 4.410, de 26 de Dezembro de 1958, adaptando o Ensino Normal à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Este decreto tem dois (2) artigos e o Regulamento do Ensino Normal do Estado do Ceará tem três (3) capítulos, cinco (5) títulos e noventa e cinco (95) artigos.

g) A Lei nº 8.559, de 19 de Agosto de 1966, foi publicada no Diário Oficial do Estado do Ceará em 23 de Agosto de 1966, com sete artigos, criando estabelecimentos de ensino do 2º grau e transformando *em Instituto de Educação do Ceará, mantida a sua atual organização, o Centro Educacional do Ceará, sediado em Fortaleza (Art. 3º).*

O nome Instituto de Educação do Ceará – IEC – vigorou por duas vezes na Escola Normal. A primeira foi entre 1947 e 1952³⁴, através da Lei estadual nº 2007, de 07/02/1947, em decorrência da Lei Orgânica do Ensino Normal de 1946, que instituiu tal modalidade de organização escolar. A segunda vez foi do ano de 1966 em diante.

2.3. Jornais

O Instituto de Educação e a Reforma do Ensino Normal no Ceará foram alvos de um número considerável de notícias, artigos, entrevistas, cartas e editoriais veiculados pelos jornais de maior circulação na capital cearense na época estudada (1958-1962). Em virtude da diversidade e da riqueza de conteúdos e sentidos dessas publicações, uma parte expressiva delas foi transcrita na íntegra neste trabalho, mas não foram objeto de análises e comentários porque constituem-se, por si próprias, em valiosas fontes de informação, estudo e pesquisa a respeito do tema em foco. A classificação que se segue, desses textos, foi feita por tipo de publicação e por assunto em cada jornal, para facilitar a busca e localização de aspectos a serem perscrutados.

2.3.1. Artigos, cartas e entrevistas de protagonistas da Reforma do Ensino Normal e do Instituto de Educação.

2.3.1.1. Jornal GAZETA DE NOTÍCIAS. Fortaleza, Ceará.

→ *“Lauro Indaga se Houve Coação na Aprovação da Reforma do Ensino Normal no Conselho Estadual de Educação”* – 10 de Maio de 1959, p. 2.

2.3.1.2. Jornal O ESTADO. Fortaleza, Ceará.

→ *Conselho Estadual de Educação não Pediu a Revogação* – Breve entrevista do professor Filgueiras Lima, alegando que “opinou sobre a não-aprovação” – publicada em 07 de Abril de 1959, p. 7 e 8.

→ *A Regulamentação do Ensino Representa a Média de Opiniões do Nosso Magistério* – Entrevista com Cláudio Martins, ex-secretário de Educação e Saúde do governo Paulo Sarasate – 08 de Abril de 1959, p. 7 e 8.

³⁴ Mas mesmo depois do ano de 1952 esse nome continuou presente em parte das pessoas envolvidas com a escola. O jornal O POVO traz, na edição de 17 de Fevereiro de 1958, a foto de uma jovem normalista ostentando em sua beca de formatura a sigla IEC, que só foi restabelecida oficialmente em 1966.

→ *Vice Diretora do Instituto de Educação Defende a Reforma do Ensino* – Entrevista com a professora Tais Mendonça – 09 de Abril de 1959, p. 7 e 8.

→ “*A Lei 4.410 Parece-me Excelente, Merecedora de Todos os Louvores*” – Entrevista com Cláudio Martins, ex-secretário de Educação e Saúde do governo Paulo Sarasate – 25 de Abril de 1959, p. 1 e 7.

2.3.1.3. Jornal O NORDESTE. Fortaleza, Ceará.

→ *Conselho Estadual de Educação Condenou o Regulamento do Ensino Normal* – 03 de Abril de 1959, p. 1.

2.3.1.4. Jornal O POVO. Fortaleza, Ceará.

→ *Esboço de uma reforma ideológica do Ensino Normal* – Lauro de Oliveira Lima. Texto em cinco capítulos, publicados nos dias 17 de Maio, 24 de Maio, 30 de Maio, 07 de Junho e 14 de Junho de 1956, p. 6.

→ *Ensino Normal: o Ceará está em primeiro plano* – Entrevista concedida por Lauro de Oliveira Lima – 18 de Dezembro de 1958, p. 2.

→ *Reforma do Ensino* – Informe de Lauro de Oliveira Lima sobre uma carta que enviou ao bispo Dom Antônio de Almeida Lustosa – 31 de Dezembro de 1958, p. 7.

→ *À margem da Reforma do Ensino Normal: I – Finalidades Novas* – Lauro de Oliveira Lima – 06 de Janeiro de 1959, p. 3.

→ *À margem da Reforma do Ensino Normal: II – Estrutura dos Cursos* – Lauro de Oliveira Lima – 07 de Janeiro de 1959, p. 3.

→ *À margem da Reforma do Ensino Normal: III – Os ciclos, os cursos e as escolas* – Lauro de Oliveira Lima – 09 de Janeiro de 1959, p. 3.

→ *À margem da Reforma do Ensino Normal: IV – Os Departamentos e as Unidades de Trabalho* – Lauro de Oliveira Lima – 10 de Janeiro de 1959, p. 3.

→ *À margem da Reforma do Ensino Normal: V – Tipos de Unidades de Trabalho* – Lauro de Oliveira Lima – 13 de Janeiro de 1959, p. 3.

→ *À margem da Reforma do Ensino Normal: VI – Os Cursos de Especialização* – Lauro de Oliveira Lima – 14 de Janeiro de 1959, p. 3.

→ *À margem da Reforma do Ensino Normal: VII – Tipos Novos de Atividades* – Lauro de Oliveira Lima – 15 de Janeiro de 1959, p. 3.

→ *À margem da Reforma do Ensino Normal: VIII – Verificação do Rendimento Escolar – Reprovação* – Lauro de Oliveira Lima – 16 de Janeiro de 1959, p. 3.

- *A Lei que Reformou o Ensino Normal Traz um Longo Apêndice Inventariante*
- Carta do professor José Denizard Macêdo de Alcântara – 13 de Abril de 1959, p. 2.
- *Contra a Reforma do Ensino Normal, Quinze Professores do Instituto de Educação* – Manifesto – 23 de Abril de 1959, p. 8.
- *Reforma do Ensino Normal* – Extensa carta do professor Lauro de Oliveira Lima ao Secretário de Educação e Saúde do Ceará – 06 de Junho de 1959, p. 6 e 7.
- *A Reforma do Ensino e a Dúvida Metódica* – Lauro de Oliveira Lima – 14 de Setembro de 1959, p. 6.
- *Impressionante Depoimento Sobre o Deplorável Estado do Instituto de Educação* – Carta do professor Américo Barreira – 30 de Abril de 1960, p. 5.
- *O Colégio Estadual de Fortaleza não Retém Qualquer Dinheiro ou Acervo do Instituto de Educação* – Carta do professor José Sobreira de Amorim – 03 de Maio de 1960, p. 2.
- *Governo do Estado não Negará Recursos ao Instituto de Educação* – Carta de J. de Figueiredo Correia, Secretário de Educação e Saúde – 04 de Maio de 1960, p. 2.
- *Instituto de Educação: Esperança de Solução* – Carta do professor Américo Barreira – 07 de Maio de 1960, p. 2.
- *Ainda em Foco a Situação do Instituto de Educação* – Carta do professor José Sobreira de Amorim – 09 de Maio de 1960, p. 2.

2.3.2. Notícias sobre o Instituto de Educação e a Reforma do Ensino Normal

2.3.2.1. Jornal GAZETA DE NOTÍCIAS. Fortaleza, Ceará.

- *Centro Educacional Abre as Portas e Soluciona Problema de Matrículas* – 21 de Fevereiro de 1958, p. 2 e 8.
- *Melhoramentos Substanciais Foram Conseguídos para o Instituto de Educação* – 03 de Fevereiro de 1959, p. 1.
- *Normalistas Terão Prêmio* – 10 de Maio de 1959, p. 2.
- *Filgueiras Lima Também Apoiou a Reforma do Ensino Normal* – 10 de Maio de 1959, p. 3.
- *O enterramento do Dr. Hipólito* – 19 de Julho de 1962, p. 3.

2.3.2.2. Jornal O ESTADO. Fortaleza, Ceará.

- *Tem Novo Diretor o Instituto de Educação* – 25 de Janeiro de 1958, p. 8.

→ *Lista Triplice para a Escolha do Diretor do Instituto de Educação* – 28 de Janeiro de 1958, p. 8.

→ *Escolha do Novo Diretor do Instituto de Educação* – 29 de Janeiro de 1958, p. 1.

→ *18 Classes do Instituto de Educação no Centro Educacional* – 07 de Fevereiro de 1958, p. 7 e 8.

→ *Educadores e Técnicos Debatem a Regulamentação do Ensino Normal* – 31 de Dezembro de 1958, p. 8.

→ *Pedida a revogação da Lei do Ensino Normal* – 04 de Abril de 1959, p. 8.

→ *Tenta-se Anular a Recente Reforma do Ensino Normal* – 07 de Abril de 1959, p. 7 e 8.

2.3.2.3. Jornal O NORDESTE. Fortaleza, Ceará.

→ *Empossado na Direção do Instituto de Educação o Prof. Amorim Sobreira* – 07 de Fevereiro de 1958, p. 8.

→ *Querem Mudar para a Avenida 13 de Maio Vários Cursos da Escola Normal* – 14 de Fevereiro de 1958, p. 8.

→ *Modificações nas Sedes dos Cursos Normal e Secundário* – 20 de Fevereiro de 1958, p. 8.

→ *Selada em Definitivo a Transferência das Aulas dos Cursos Normal e Primário – Ginásial para Moças no Liceu* – 22 de Fevereiro de 1958, p. 8.

→ *Curso Científico para a Escola Normal* – 24 de Fevereiro de 1958, p. 8.

→ *Faltam Ainda Carteiras no Instituto de Educação* – 07 de Maio de 1958, p. 5.

2.3.2.4. Jornal O POVO. Fortaleza, Ceará.

→ *Projeto de Reforma do Ensino Normal* – Prof. Araken Carneiro – 05 de Maio de 1956, p. 6.

→ *Inquéritos Escolares* – 05 de Maio de 1956, p. 6.

→ *Novo Diretor do Instituto de Educação do Ceará* – 31 de Janeiro de 1958, p. 1.

→ *Maior Moralização e Eficiência do Ensino no Instituto de Educação* – 18 de Abril de 1958, p. 8.

- *A Escola Normal Diploma Turma de Professorandas* – 19 de Novembro de 1958, p. 8.
- *Instituto de Educação: Festa de Encerramento do Jardim da Infância* – 25 de Novembro de 1958, p. 8.
- *Ginásio Noturno na Escola Normal* – 09 de Janeiro de 1959, p. 8.
- *Reforma do Ensino Normal não se Enquadra em Inventário* – 10 de Abril de 1959, p. 8.
- *Alunas Sairam às Ruas da Cidade para Defender a Reforma do Ensino Normal* – 14 de Abril de 1959, p. 1.
- “*Queremos a Reforma*” – 16 de Abril de 1959, p. 6.
- *Renasce o Centro Cultural das Normalistas* – 19 de Maio de 1959, p. 8.
- *O Centro Educacional Vota Cerrado em seus Candidatos* – 29 de Maio de 1959, p. 8.
- “*Daqui não Saio, Daqui Ninguém me Tira*” – 06 de Junho de 1959, p. 10.
- *Pânico entre as Alunas do Centro Educacional* – 08 de Junho de 1959, p. 8.
- *Taradinhos do Bairro de Fátima têm menos de 17 anos!* – 10 de Junho de 1959, p. 6.
- *Alunas do Liceu: não se Cogitou a Transferência* – 11 de Junho de 1959, p. 11.
- *As Normalistas Criam uma Polícia Secreta!* – 12 de Junho de 1959, p. 6.
- *O Instituto de Educação Será Desdobrado em Dois Colégios* – 19 de Junho de 1959, p. 8.
- *Autonomia para o Centro Educacional* – 06 de Julho de 1959, p. 2.
- *Colégio Estadual no Lugar do Instituto de Educação* – 07 de Julho de 1959, p. 8.
- *Governo Pede à Assembléia Criação do Colégio Estadual de Fortaleza* – 23 de Julho de 1959, p. 2.
- *Professorandas Foram ao Vale do Acarape e Viram Açude e Usinas* – 04 de Setembro de 1959, p. 6.
- *Escola Normal Diploma mais uma Turma de Professoras* – 09 de Dezembro de 1959, p. 8.
- *Esteve Reunida a Congregação do Colégio Estadual de Fortaleza* – 04 de Março de 1960, p. 8.

→ *Nomeado o Primeiro Diretor do Colégio Estadual de Fortaleza* – 09 de Março de 1960, p. 2.

2.3.2.5. Jornal TRIBUNA DO CEARÁ. Fortaleza, Ceará.

→ *23 Turmas de Alunos para o Centro Educacional* – 07 de Fevereiro de 1958, p.8.

→ *As Alunas do Liceu Querem Voltar* – 20 de Fevereiro de 1958, p. 8.

→ *Transferidos para o Centro Educacional os Cursos Primário e Normal do Instituto de Educação* – 21 de Fevereiro de 1958, p. 8.

→ *Inconveniente a Transferência do Curso Primário do Instituto de Educação* – 21 de Fevereiro de 1958, p. 8.

→ *Não se Conformam os Pais dos Alunos do Instituto de Educação Justiniano de Serpa* – 27 de Fevereiro de 1958, p. 8.

→ *Difícil o Meio de Transporte das Alunas Transferidas para o Centro Educacional* – 03 de Março de 1958, p. 3.

→ *Hoje, a Instalação dos Cursos do Centro Educacional de Fortaleza* – 08 de Março de 1958, p. 8.

→ *Homenagem ao Diretor do Instituto de Educação* – 13 de Maio de 1958, p. 2.

2.3.3. Editoriais sobre o Instituto de Educação e a Reforma do Ensino Normal

2.3.3.1. Jornal O ESTADO. Fortaleza, Ceará.

→ *O Novo Governo e a Reforma do Ensino* – 04 de Abril de 1959, p. 3.

2.3.3.2. Jornal O POVO. Fortaleza, Ceará.

→ *Advertência ao Governo* – 02 de Maio de 1960, p. 2.

2.3.3.3. Jornal TRIBUNA DO CEARÁ. Fortaleza, Ceará.

→ *A Pior Solução* – 20 de Fevereiro de 1958, p. 3.

→ *O Instituto de Educação* – 22 de Fevereiro de 1958, p. 3.

2.3.4. Cartas, entrevistas e artigos sobre a Reforma do Ensino Normal, o Instituto de Educação e outros assuntos ligados ao tema.

2.3.4.1. Jornal O NORDESTE. Fortaleza, Ceará.

→ *Professor Amorim* – Artigo de José Valdivino – 20 de Março de 1958, p. 5.

2.3.4.2. Jornal O POVO. Fortaleza, Ceará.

→ *Clubes no Centro Educacional* – Artigo do Cônego Aloísio Rocha Barreto em dois capítulos, publicado nos dias 03 e 07 de Janeiro de 1959, p. 3.

→ *Reforma Radical do Ensino Normal, Base para Revisão da Escola Primária* – Entrevista com o professor Hugo Lira, Técnico e Diretor de Fiscalização da Secretaria de Educação – 13 de Abril de 1959, p. 8.

→ *A Reforma do Ensino Normal do Ceará na Palavra de Abalizado Educador* – Entrevista com o professor Joaquim Moreira de Sousa – 22 de Junho de 1959, p. 5.

2.3.4.3. Jornal TRIBUNA DO CEARÁ. Fortaleza, Ceará

→ *Não Concordaremos* – Carta do leitor Luiz Francisco de Oliveira, pai de aluna pequena do Instituto – 21 de Fevereiro de 1958, p. 7.

→ *Secretaria de Educação e Saúde do Estado do Ceará* – Nota Oficial – 24 de Fevereiro de 1958, p. 8.

2.4. Obras de autores cearenses sobre o Ensino Normal e a Reforma

Três obras a respeito do Ensino Normal no Ceará, escritas por autores cearenses, são fontes de referência para quem se interessa pelo assunto³⁵.

Uma delas foi escrita pelo juiz, professor de Direito e ex-governador do Ceará Plácido Aderaldo Castelo (1966-1971, pela Aliança Renovadora Nacional – ARENA) e publicada em 1970. É de caráter mais geral, percorrendo uma *História do Ensino no Ceará* desde o início das atividades dos jesuítas no Ceará, a partir do século XVIII, até a apresentação das principais escolas, propedêuticas e profissionalizantes existentes no

³⁵ Além dessas três obras de domínio público, dois ex-professores do Instituto de Educação afirmaram ter escrito sobre o assunto: o professor Américo Barreira declarou, em carta ao jornal O POVO (07/05/1960, p. 2), ter um folheto editado em dezembro de 1959, pela Universidade do Ceará, sob o título: “*O Ensino de Base e seu enquadramento à Realidade Social*”, a respeito da situação do ensino normal no Ceará. Já o professor José Sobreira de Amorim declarou, também em carta ao jornal O POVO (09/05/1960, p. 2), que estava acabando de escrever monografia (cerca de 200 páginas) sobre o Instituto de Educação onde, ao lado do aspecto puramente histórico, procuro realçar nossa luta, especialmente no setor administrativo e pedagógico. Não consegui encontrar o folheto do professor Américo. Já a professora Maria Neli Oliveira de Sobreira, viúva do professor José Sobreira de Amorim, disse desconhecer a monografia por ele citada e, se foi escrita, deve ter ficado apenas nos rascunhos e pode ter-se perdido à época da doação e remoção da maior parte do acervo de sua biblioteca particular para a Universidade Federal do Ceará.

Estado em fins da década de 60. Esse livro dedica um capítulo (p. 193-203) à história do Ensino Normal no Ceará, narrando desde a primeira intenção de sua fundação, em 1837, até a sua transferência para o prédio no bairro de Fátima, em 1958.

Outra obra, também de caráter geral, foi organizada pelo professor e técnico do Ministério da Educação e Cultura, Joaquim Moreira de Sousa, a partir do resultado do Levantamento do Sistema Educacional Cearense durante 1958, promovido pelo INEP, e publicada em 1961 sob o título *Sistema Educacional Cearense*. O livro faz a descrição e comentários sobre as características geográficas e econômicas do Ceará, subdividindo-o em nove regiões fisiográficas, e analisa cada um dos cinco níveis de ensino existentes no Estado (primário, normal, secundário, superior e supletivo), desde a sua origem até a situação em que se encontravam na segunda metade dos anos 50³⁶, além dos aspectos administrativo e financeiro do sistema educacional cearense.

Um capítulo sobre o Ensino Normal (p. 157-226) traz um histórico do seu início no Ceará e detém-se na reforma educacional realizada no Estado por Lourenço Filho em 1922 e na fundação e funcionamento da Escola Normal Rural de Juazeiro do Norte em 1934. A seguir, analisa o perfil social e educacional dos corpos discente e docente do Instituto de Educação, comenta sobre a situação do seu prédio escolar³⁷ e descreve o seu programa curricular e as mudanças estabelecidas pela nova Lei da Reforma do Ensino Normal, de 1958.

Na última parte desse capítulo, intitulada *O problema da Reforma*, reproduzida neste trabalho, são dedicadas quatorze páginas (212-226) à Reforma do Ensino Normal, onde estão relatadas a tramitação e as negociações ocorridas para que a Lei da Reforma fosse aprovada na Assembléia Legislativa, além da enumeração dos principais pontos que caracterizaram a Reforma e dos comentários pessoais do autor a respeito deles. Este é o único relato encontrado nesta pesquisa sobre a Reforma do Ensino Normal de 1958 no Ceará, à exceção do livro escrito por Lauro de Oliveira Lima sobre o assunto.

³⁶ Esse livro consiste, em sua maior parte, em uma reorganização e atualização de dados, informações e análises já apresentadas em outro livro com as mesmas características, publicado pelo mesmo pesquisador em 1955 com o título *Estudo sobre o Ceará*. É um livro raro de ser encontrado e que, por sua vez, contém várias indicações e pistas interessantes para outras investigações na história educacional do Ceará.

³⁷ O professor Joaquim Moreira de Sousa refere-se somente ao prédio antigo da Escola Normal, situado à Praça Figueira de Melo e inaugurado em 1923, não fazendo qualquer menção ao novo prédio da escola, construído no bairro de Fátima, nem à transferência do curso Normal para lá em 1958. Como o livro foi publicado em 1960, fica a dúvida se não foi feita a revisão do livro com relação àqueles aspectos ou se o autor, em decorrência da polêmica que envolveu tal mudança, ou por motivo desconhecido, preferiu não incluí-los.

A única obra específica a respeito daquela Reforma foi publicada em 1966 pelo seu idealizador e iniciador, o professor Lauro de Oliveira Lima. Tendo como título o *Treinamento do Professor Primário (uma nova concepção da escola normal)*, trata-se de um livro raríssimo – o único exemplar localizado por esta pesquisa encontra-se no acervo da biblioteca da Faculdade de Filosofia de Fortaleza, o antigo Seminário da Prainha. Nele, o professor Lauro, já distanciado, no tempo e no espaço, das pressões, disputas e embates que marcaram as lutas em torno da Reforma, sistematiza, em um testemunho escrito, os conceitos, dados e análises da experiência por ele protagonizada para o aperfeiçoamento da formação de professores de nível médio.

O livro está organizado em onze capítulos e contém os seguintes aspectos: os princípios que nortearam a Reforma; a estruturação da Reforma no Ceará, transcrita na íntegra nesta pesquisa; o detalhamento da nova organização administrativa do Instituto de Educação; a reprodução integral da lei estadual que aprovou a Reforma em 1958 e do decreto que regulamentou a lei em 1959; os pareceres de três técnicos do INEP³⁸ sobre a Reforma; modelos de “unidades de treinamento” e relatos sobre a realização de algumas experiências de Reforma do Ensino Normal ocorridas em outras escolas e em outras unidades da federação brasileira.

2.5. Entrevistas com ex-professora(e)s do Instituto de Educação

As entrevistas escolhidas para serem transcritas como parte deste trabalho são de um professor e cinco professoras que participaram ativamente do processo de estudos, elaboração, debates, disputas em torno da Reforma do Ensino Normal e dos esforços para a sua implantação no Instituto de Educação. As três primeiras entrevistas, efetuadas com as professoras aposentadas Glória Maria Fitterman Albano, Maria Adelides Arrais e Maria Dulce Pinto, embora muito valiosas e com alguns trechos de seus depoimentos incluídos neste trabalho, não estão aqui reproduzidas, por não se referirem diretamente ao período e tema definidos para esta pesquisa.

Quatro dos depoimentos, transcritos na íntegra, foram colhidos diretamente com as entrevistadas. Três delas – Suzana Dias da Costa Ribeiro, Maria Albaniza das Chagas e Maria Neli Sobreira de Oliveira – exerceram na escola tanto o trabalho docente em sala de aula como funções de coordenação pedagógica. A outra entrevistada – Maria

³⁸ Eny Caldeira, de 28 de Abril de 1959; Lúcia Marques Pinheiro, de 11 de Outubro de 1960; e Paulo de Almeida Campos, de 26 de Dezembro de 1960.

Eunice Simões Moura Paiva – concluiu seus estudos como normalista no Instituto de Educação à época da Reforma e foi, posteriormente, orientadora educacional no mesmo estabelecimento.

Duas das entrevistas não foram, apesar dos esforços, conseguidas pessoalmente com seus depoentes: uma delas, com o professor Lauro de Oliveira Lima, o idealizador e organizador da Reforma, e a outra com a professora Iracema de Oliveira Santos, sua permanente colaboradora desde as primeiras experiências encetadas por ele em direção à Reforma. Mas, talvez pelos felizes acasos que ocorrem nos cruzamentos de caminhos de procura da história, os depoimentos desses dois protagonistas, obtidos em 2001 pela professora Ercília Maria Braga de Olinda, da Universidade Federal do Ceará – UFC, foram por ela gentilmente cedidos e transcritos neste trabalho em seus trechos alusivos à Reforma³⁹.

O critério utilizado para a seqüência das entrevistas relacionadas a seguir é a ordem cronológica em que elas foram realizadas.

▪ Entrevistas a respeito da Reforma do Ensino Normal no Ceará, cedidas pela professora Ercília Maria Braga de Olinda, feitas com os professores:

→ Lauro de Oliveira Lima – em 14 de Maio de 2001.

→ Iracema de Oliveira Santos – em 28 de Maio de 2001.

▪ Entrevistas feitas diretamente com as ex-professoras do Instituto de Educação:

→ Suzana Dias da Costa Ribeiro – em 08 de Abril e 16 de Julho de 2002.

→ Maria Albaniza das Chagas – em 25 de Julho de 2002.

→ Maria Eunice Simões Moura Paiva – em 05 de Setembro de 2002.

→ Maria Neli Sobreira de Oliveira – em 26 de Agosto de 2003.

* * *

³⁹ Dois trechos breves de duas entrevistas realizadas com a professora Maria Albaniza das Chagas também foram cedidos pela professora Ercília Maria Braga de Olinda e incluídos ao final do depoimento daquela dado por professora também para esta pesquisa e constam neste trabalho.

III – Considerações finais

3.1. Algumas indicações encontradas nas fontes

As indicações percebidas nas diversas fontes constituem-se num olhar individual e específico sobre um vasto e variado material, escrito e oral, com muitos protagonistas envolvidos, diversas possibilidades de estudo e interpretação e vários ângulos a serem analisados. Por isso elas são aqui apresentadas – considerando-se a exiguidade de tempo para a conclusão deste trabalho e a dificuldade de se proceder a uma abordagem daquilo que se é parte relativamente envolvida, correndo-se o risco de julgamentos apressados – como percepções ou mesmo impressões, que possibilitem a apreciação, a compreensão e a interligação dos aspectos levantados.

Mas antes de apresentar as indicações temáticas escolhidas para constar neste trabalho, consideramos necessário fazer um rápido resumo cronológico dos principais acontecimentos – sobre a mudança da Escola Normal para o novo prédio e a Reforma Lauro de Oliveira Lima – ocorridos em cada ano do período delimitado nesta pesquisa, ou seja, de 1958 a julho de 1962.

3.1.1. Um resumo cronológico do assunto pesquisado

O ano de 1958 foi marcado por três acontecimentos principais interligados.

O primeiro foi a transferência de três cursos do Instituto de Educação Justiniano de Serpa – Ensino Normal, Escola Modelo e Jardim da Infância – para o novo prédio construído no Bairro de Fátima e as repercussões, favoráveis e contrárias à mudança, no início daquele ano letivo, junto aos pais de alunos, alunos, professores e jornalistas, que foram veiculadas pela imprensa.

Outro fato, de cunho educacional, foi o início da experimentação da Reforma do Ensino Normal na nova unidade, com mudanças na estrutura de funcionamento do curso Normal e em sua composição curricular, na criação das Unidades de Trabalho (temas trabalhados em interdisciplinaridade) e na valorização das atividades extra-classe, como a criação dos clubes, o coral, viagens de estudos, apresentações artísticas e culturais, etc.

O terceiro fato residiu no processo de elaboração da Reforma do Ensino Normal em forma de lei, seu encaminhamento através do Conselho Estadual de Educação e sua aprovação, em 26 de Dezembro daquele ano, pela Assembléia Legislativa do Ceará.

Os três primeiros meses de 1959 foram de elaboração da regulamentação da lei da Reforma do Ensino Normal, aprovada em 21 de Março pela Assembléia Legislativa. Em Fevereiro a Congregação dos professores do curso Normal redefiniu o currículo das disciplinas para aquele ano e encaminhou a preparação dos festejos comemorativos dos 75 anos de existência da escola (bodas de diamante).

O mês de Abril foi decisivo para a continuidade da Reforma. Logo após a posse do novo governador, José Parsifal Barroso, no final de Março, eclodiu uma forte disputa política e educacional, no transcorrer do mês de Abril, entre a manutenção e a anulação da Reforma. Os embates deram-se dentro e fora da escola, inclusive através dos jornais, com a publicação de artigos, editoriais, entrevistas e cartas dos principais personagens envolvidos e de notícias diversas como, por exemplo, de duas passeatas realizadas pelas normalistas do Instituto em defesa da Reforma, que acabou sendo mantida.

Ainda em 1959 o desmembramento do Instituto de Educação Justiniano de Serpa em dois estabelecimentos de ensino distintos, conforme o Livro de Atas da escola e as notícias nos jornais, foi debatido e decidido nos meses de junho e julho. A separação foi aprovada pela Assembléia Legislativa, com vigência prevista a partir de 1960.

Em 1960 o novo prédio passou a funcionar sob o nome de Instituto de Educação Justiniano de Serpa – Centro Educacional e recebeu como novo diretor o professor João Hippolyto de Azevedo e Sá, que tinha as suas restrições à Reforma. Em 30 de Abril o professor Américo Barreira, do Instituto de Educação, denunciou, através do Jornal O POVO, a penúria material e financeira em que a escola se encontrava e a paralização das atividades da Reforma naquele ano. Sua longa carta deflagrou uma polêmica que durou até o dia 9 de Maio, desdobrada em outras cinco publicações.

Dentro do espírito da Reforma³⁹ e provavelmente em decorrência das críticas do professor Américo, como também de seus esforços, a primeira quinzena do mês de Novembro de 1960 foi marcada pela realização de uma excursão de 45 normalistas ao Rio de Janeiro, para passeio e mostra artística de aspectos da cultura cearense. E nos dias 11, 12 e 13 daquele mês foi organizada na escola, pela professora Olivia Sampaio Xavier, uma exposição bastante variada de produtos regionais nordestinos e cearenses.

No ano de 1961 deu-se o início da retomada da Reforma no Instituto, permeada pela disputa entre os professores que queriam sua aplicação imediata (minoritários) e os

³⁹ O professor Lauro de Oliveira Lima foi incisivo na caracterização da Reforma do Ensino Normal: *não é algo definitivo: é um estado de espírito, é algo em permanente elaboração, é uma atitude experimental, é uma hipótese de trabalho que serve para que se reflita sobre os problemas* (LIMA: 1966, p. 8).

que defendiam uma implantação gradual (majoritários). Em Maio o professor Lauro de Oliveira Lima fez uma explanação geral sobre a Reforma para a Congregação escolar.

Naquele ano foram escritos dois documentos considerados de grande valor para esta pesquisa: o relatório do professor João Hippolyto de Azevedo e Sá, intitulado *Como encontrei o Instituto de Educação*, e a resposta do professor Lauro de Oliveira Lima a esse relatório, intitulada *Um Grito do Fundo dos Tempos: aspectos que o Hipolito não viu*, ambos já comentados no segundo capítulo deste trabalho.

Após as visitas e treinamentos realizados por técnicas do PABAE – Programa de Assistência Brasileiro-Americano ao Ensino Elementar, no fim de Julho e início de Agosto, vindas de Minas Gerais ao Ceará para a preparação dos professores do Instituto para a implantação da Reforma, foi escolhida a coordenadora da Reforma na escola, a professora Noemi Costa Soriano Aderaldo. Foram compostos então três departamentos: o de Cultura Geral, o de Fundamentos e o de Educação, Artes e Técnicas. Algumas das matérias já existentes foram desmembradas em novas disciplinas e planejaram-se as Unidades de Trabalho. A realização da Semana da Normalista, de 5 a 11 de Novembro, com extensa e variada programação, foi o ponto culminante das atividades e esforços de concretização da Reforma.

No ano de 1962 a Reforma continuou a ser implantada, com o replanejamento e adaptação, em Fevereiro, das Unidades de Trabalho. No final de Março realizaram-se novos cursos de capacitação do PABAE para professores de diversas disciplinas.

Em Abril e Maio o Instituto de Educação envolveu-se em uma disputa com a Diretoria de Planejamento da Secretaria de Educação e Cultura por causa da Campanha de Aperfeiçoamento do Magistério do Estado do Ceará – CAMEC, até chegar-se a um acordo de um trabalho conjunto entre as duas instituições para treinar os professores que iriam ministrar os cursos de aperfeiçoamento.

No meio do ano, na manhã de 18 de Julho⁴⁰, faleceu subitamente o professor João Hippolyto de Azevedo e Sá, aos quase 81 anos de idade, quando preparava-se para ir ao seu trabalho diário no Instituto de Educação⁴¹. Pode-se afirmar que ali encerrou-se mais uma etapa, historicamente definida, da existência e funcionamento da mais antiga escola pública de Ensino Normal do Ceará.

⁴⁰ As férias escolares, naquele ano, foram na segunda quinzena de Junho e na primeira quinzena de Julho.

⁴¹ A ata que traz o registro da morte do professor Hippolyto inicia-se com o seguinte relato: *Manhã. Dia Normal. Aulas e os Cursos intensivos de Estudos Sociais e de Matemática das professoras do PABAE. 9 horas. A Vice-Diretora chama todas as pessoas da casa e, com extrema tristeza, comunica que o Dr. Hippolyto acabava de falecer, repentinamente. Houve geral consternação.* (Livro de Atas: 82v).

3.1.2. Um breve percurso pela história da Escola Normal – IEC

O atual Instituto de Educação do Ceará – IEC, uma escola pública secular e a pioneira do Ensino Normal no Estado, sempre esteve presente no cenário educacional cearense como importante centro formador de professoras, preparando-as para atuar no ensino pré-escolar e nas séries iniciais do ensino fundamental. Por isso é esclarecedor fazer-se um breve percurso histórico através da existência da primeira escola de Ensino Normal do Ceará, desde o seu surgimento até o momento focalizado neste estudo.

A primeira tentativa de criação de uma Escola Normal no Ceará, para formar professores de ensino elementar, foi feita por José Martiniano de Alencar, Presidente da Província, através da Lei nº 91, de 5 de Outubro de 1837, mas não concretizou-se pela falta de recursos financeiros e de professores habilitados (SOUSA: 1955, p. 92).

Outros governantes cearenses posteriores manifestaram a sua preocupação pela ausência de uma escola desse tipo na Província e pela necessidade de sua existência⁴².

Finalmente, a primeira Escola Normal foi criada por José Júlio de Albuquerque e Barros no Ceará, presidente da província, em 28 de Dezembro de 1878, através da lei nº 1.790 (CASTELO: 1970, p. 200-203). Entretanto, por causa da grande seca que assolou o Estado entre 1877 e 1879 e dos prejuízos econômicos que ela provocou, a escola existiu, durante três anos, apenas como uma decisão política e legal.

O primeiro prédio próprio para seu funcionamento foi construído na antiga Praça Marquês de Herval – hoje Praça José de Alencar – e abriga atualmente o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Sua edificação teve início em 2 de Outubro de 1881, no governo de Pedro Leão Veloso, mas a escola só foi inaugurada em 22 de Março de 1884, pelo então governador Sátiro de Oliveira Dias.

Três dias após a sua instalação foi abolida a escravidão no Ceará, a primeira província do Brasil a libertar seus escravos negros.

Entre 1918 e 1922, pela necessidade de reformas no seu prédio, a Escola Normal funcionou no andar térreo⁴³ da Escola Fênix Caixeiral (CASTELO In DINIZ: 1984, p. 77). A seguir, com o aumento do número crescente de alunas e pela influência direta da

⁴² Francisco de Sousa Martins em 1840; José Maria da Silva Bittencourt em 1843 e 1944; Fausto Augusto de Aguiar em 1850; Joaquim Vilella de Castro Tavares em 1853; Lafayette Rodrigues Pereira em 1864 e 1965; Francisco Inácio Marcondes Homem de Mello em 1866. (Souza, 1961: 159-162).

⁴³ A respeito da permanência do curso Normal naquele estabelecimento, Moreira de Sousa escreveu que a Escola Normal lá funcionou *em salas separadas por tabiques*. (Sousa, 1955: 128).

reforma educacional promovida no Ceará em 1922 por Lourenço Filho⁴⁴, passou a funcionar, em 1923, em seu segundo prédio próprio, construído a partir de 1922⁴⁵, durante o mandato do governador Justiniano de Serpa na Praça Figueira de Melo⁴⁶, em frente ao Colégio da Imaculada Conceição, sob o nome de Escola Normal de Fortaleza.

Em seu novo prédio, a Escola Normal passou por outras denominações, duas das quais incluindo o nome do ex-governador Justiniano de Serpa:

→ Escola Normal Pedro II, a partir de 28 de Agosto de 1925, em comemoração ao centenário de nascimento do ex-imperador D. Pedro II;

→ Escola Normal Justiniano de Serpa, a partir de 22 de Março de 1938, em homenagem ao governador responsável por sua construção;

→ Instituto de Educação do Ceará – IEC, a partir de 07 de Fevereiro de 1947, em decorrência da Lei Orgânica do Ensino Normal de 1946;

→ e Instituto de Educação Justiniano de Serpa, a partir de 06 de Janeiro de 1952, restaurando a homenagem àquele ex-governador.

No início de 1958, no governo de Paulo Sarasate, a Escola Normal instalou-se no seu terceiro prédio, onde se encontra até hoje, à Rua Graciliano Ramos, nº 52, no bairro de Fátima, em Fortaleza. Para lá foram transferidas suas três unidades de ensino: o Curso Normal, voltado para a formação de professoras primárias e as duas escolas de

⁴⁴ Manuel Bergström Lourenço Filho, jovem professor da Escola Normal da capital paulista, chegou ao Ceará em Abril de 1922, para ocupar a cadeira de Psicologia da Escola Normal estadual. Logo a seguir assumiu também as aulas de Pedagogia e Didática e foi nomeado diretor de Instrução Pública no Ceará (cargo equivalente a Secretário de Educação do Estado). Propôs e introduziu inovações e modificações no sistema escolar cearense e no Ensino Normal, através do Regulamento da Instrução Pública, de 2 de Janeiro de 1923, conhecido como Reforma Lourenço Filho (SOUSA: 1961, p. 165).

A vinda de Lourenço Filho ao Ceará resultou de um pedido do professor João Hippolyto de Azevedo e Sá, segundo o próprio, feito por ele em 1922, como diretor da Escola Normal, ao presidente do Estado, Justiniano de Serpa, para que, por ocasião da aposentadoria do professor José de Barcelos, catedrático de Pedagogia, Psicologia e Didática da escola, fosse por dois anos, ao menos, preenchida a vaga por um professor de Pedagogia do Magistério de São Paulo, o qual fosse comissionado por esse espaço de tempo, não só se encarregaria do ensino da matéria referida, como aproveitado também nas funções de Diretor de Instrução... (Livro de Atas: 25v.).

⁴⁵ O professor João Hippolyto de Azevedo e Sá deixou escrito um breve, mas detalhado, relato sobre essa construção: *A 1ª parte do edifício da Escola Normal, por assim dizer a metade, foi inaugurada no dia 23 de Dezembro de 1923, presidida pelo Sr. Idelfonso Albano, não tendo tido o Dr. Justiniano de Serpa a satisfação de assisti-la, em vista de ter falecido quatro meses antes, no Rio de Janeiro, em 1º de Agosto desse ano. O custo da construção montou a importância de 328.548\$226 reis, conforme se pode verificar pela Mensagem do Presidente Desembargador José Moreira da Rocha, no ano de 1925.*

A segunda parte só veio a ser construída em 1933-1934, já no governo do interventor federal Major Roberto Carneiro de Mendonça, conforme o seu Relatório, editado na Imprensa Oficial do Ceará, no ano de 1936, página 85, importando em 288.891\$000 (Livro de Atas: 27 e 27v).

⁴⁶ Nome dado à praça desde 1879, em homenagem ao senador Jerônimo Martiniano Figueira de Melo, de Sobral. (Livro de Atas: 27).

aplicação anexas, a Escola Modelo (antigo Ensino Primário) e o Jardim da Infância⁴⁷, para servirem de campos de estágio e treinamento para as normalistas.

No prédio da Praça Figueira de Melo continuaram a funcionar apenas os cursos Ginásial e Colegial, já com muitas turmas de alunas.

Assim, nos anos de 1958 e 1959, o Instituto de Educação Justiniano de Serpa abrangeu simultaneamente os dois prédios: o antigo, na Praça Figueira de Melo e o novo, no bairro de Fátima, sendo as duas unidades administradas por um só diretor, o professor José Sobreira de Amorim.

Em 15 de Janeiro de 1960 o prédio antigo da Escola Normal foi desvinculado do Instituto de Educação Justiniano de Serpa e constituído em uma nova escola, o Colégio Estadual de Fortaleza. Ali foram mantidos os cursos Ginásial e Colegial⁴⁸, para atender as estudantes que não quisessem cursar o Ensino Normal. Mas em 27 de Junho de 1961 essa escola recebeu outra denominação: passou a chamar-se Colégio Estadual Justiniano de Serpa, nome que mantém até hoje.

Após o desmembramento, a escola de Ensino Normal, que permaneceu no novo prédio, passou por três denominações:

- Instituto de Educação Justiniano de Serpa – Centro Educacional, a partir de 15 de Janeiro de 1960;
- Centro Educacional do Ceará, a partir de 27 de Junho de 1961;
- e novamente Instituto de Educação do Ceará – IEC, a partir de 19 Agosto de 1966.

Foi no novo prédio, já a partir do seu primeiro ano de funcionamento, no início de 1958, que foram realizados, com as alunas e professores, diversos experimentos de inovações curriculares e metodológicas, direcionados para uma formação com caráter de treinamento profissionalizante das futuras professoras primárias.

Essas experiências e seus pressupostos e reflexões teóricas foram formuladas e coordenadas pelo professor Lauro de Oliveira Lima, titular da cátedra de Pedagogia do Instituto de Educação, juntamente com a equipe de educadores e técnicos em educação

⁴⁷ Logo após a LDB 5.692/71 foi estabelecida, em 23/11/1971, a autonomia administrativa dessas duas unidades, que passaram a constituir-se numa única escola, depois transformada, pelo Decreto nº 11.493 de 30/10/1975, em Escola de 1º Grau, recebendo então o nome de Escola Marechal Juarez Távora.

⁴⁸ O curso Ginásial correspondia às atuais 5ª a 8ª séries do Ensino Fundamental estabelecidas pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394, de 20 de Dezembro de 1996. Já o curso Colegial, atual Ensino Médio, tinha duas modalidades: o Científico, preparatório para os cursos superiores nas ciências médicas e tecnológicas e o Clássico, para os interessados em ciências humanas e econômicas.

por ele escolhida e culminaram na elaboração e aprovação, em 26 de Dezembro de 1958, da Lei da Reforma do Ensino Normal do Ceará.

3.1.3. Uma escola feminina almejada

Única escola pública estadual de Ensino Normal até 1962⁴⁹, o atual Instituto de Educação do Ceará – IEC ocupou um lugar de destaque na realidade política, social e educacional de Fortaleza e do Ceará.

Como a existência de uma instituição humana está ligada à natureza da função a que ela se destina, o significado do Instituto de Educação traduz-se na compreensão de seu papel em relação aos segmentos sociais a que ele atende e nas repercussões de seu desempenho perante o conjunto da sociedade.

Era uma escola exclusivamente feminina, formando professoras para lecionar no ensino infantil e nas séries iniciais do ensino fundamental, o antigo primário. Nela só estudavam alunas, inclusive na Escola Modelo, já que o magistério infantil e primário era considerado, de uma forma generalizada e com raríssimas exceções, uma atividade destinada e apropriada às mulheres.

Tal postura resulta da concepção, muito presente em nossa cultura, de que as mulheres, por serem mães ou pela possibilidade de virem a sê-lo, estariam biológica, psicológica e socialmente talhadas para cuidar melhor dos filhos e por isso teriam, em princípio, mais aptidões e tendências do que os homens para lidarem, como professoras, com a formação inicial e a educação de crianças.

No cotidiano do Instituto de Educação, a estreita interligação entre a expressiva presença feminina no mundo da educação e o transcorrer do Ensino Normal manifestou-se, de forma específica, na satisfação demonstrada por ex-professoras do curso Normal, em seus depoimentos para esta pesquisa, por terem trabalhado somente com alunas, que apresentavam maior motivação e preocupação em conseguir uma boa preparação para uma profissão desempenhada majoritariamente por mulheres.

A presença de alunos do sexo masculino naquela Escola Normal praticamente inexistiu. Ao longo de mais de um século, desde o início do seu funcionamento em 1884

⁴⁹ In Mensagem de 15 de março de 1962 do governador José Parsifal Barroso à Assembléia Legislativa. A respeito de dados gerais. Joaquim Moreira de Sousa relatou existirem no Ceará, em 1958, 53 Escolas Normais: o Instituto de Educação Justiniano de Serpa, na capital; 33 Escolas Normais particulares, sendo 16 na capital e 17 pelo interior; e 19 Escolas Normais Rurais, pelo interior do Estado. (SOUSA: 1961, p. 170).

até 1987, ao final da gestão de 20 anos da diretora D. Maria Eldair Barros de Oliveira Freitas⁵⁰, a única informação encontrada sobre normalistas do sexo masculino foi a de três alunos⁵¹ que cursaram a Escola Normal entre 1884 e 1900 (SILVA, 2001, p: 94).

Os vários depoimentos sobre esse aspecto são taxativos, como o da professora Dulce, de que *...eram só mulheres mesmo. Era tabu. Homem não fazia pedagógico de jeito nenhum, mesmo se tivesse vontade* (Entrevista: 02/04/2002).

A figura do estudante masculino era tão ausente do universo do curso Normal que até a lembrança sobre o início da presença recente de alunos cursando o Normal no Instituto de Educação não é muito nítida. A professora Glória comenta que

acredito que foi por volta de 88, por aí, mas eram esporádicos, aparecia só um ou outro. Até porque também existia o tabu de que Escola Normal era só para mulheres. (Entrevista: 04/04/2002).

Com a ausência do estudante masculino também não existiu no âmbito da Escola Normal a expressão “alunos”. A comunidade escolar e as pessoas em geral referiam-se às “alunas do Normal”, até com certo respeito e carinho. Esse tratamento vindo de longo tempo ficou registrado inclusive na fala do professor João Hippolyto de Azevedo e Sá, conhecido pelos seus contemporâneos por sua circunspeção e sisudez, que, no discurso feito quando assumiu pela terceira vez a direção do Instituto de Educação, em 15 de Março de 1960, rejubilou-se pela

grande satisfação que experimento em retornar a este ambiente, onde fui professor 50 anos, lecionando uma cátedra de que guardo das minhas alunas (grifos meus) agradáveis reminiscências. (Livro de Atas: 22v).

A presença feminina exclusiva na Escola Normal remete às lembranças sobre as exigências a respeito do uso cotidiano dos uniformes estudantis, também chamados de “fardas”, e os vários significados – imposição, disciplina, organização, identificação, orgulho, zelo – que eles representavam, em diferentes intensidades, para as alunas. Um trecho do depoimento da professora Eunice, transcrito abaixo sem comentários, mostra um relato pessoal sobre a importância e os cuidados com o uniforme na Escola Normal:

⁵⁰ Até o final da década de 80 não existiram, na escola, banheiros para estudantes do sexo masculino.

⁵¹ Maria Goretti Lopes Pereira e Silva informa que tais alunos foram Lino de Sousa Encarnação em 1886, Antônio do Rego Memória em 1893 e Ananias Lopes do Amaral em 1900 e registra que o professor João Hippolyto de Azevedo e Sá, ao fazer a reforma educacional da Escola Normal em 1918, da qual já era diretor, *retira a expressão “ambos os sexos” empregada em regulamentos anteriores, alegando que desde que assumira interinamente a cadeira de Ciências Naturaes, em 3 de Março de 1904, nunca ter passado pela Escola qualquer aluno do sexo masculino* (SILV: 2001, p. 94-5).

O sapato da farda era um sapato preto tipo canoa na frente, não tinha bico fino nem redondo, era um bico quadrado, era padronizado, igual para todos. Todo mundo tinha que vir com o sapato engraxado na segunda feira. Todo domingo a gente tinha que engraxar o sapato, senão não entrava. Porque o dr. Hipólito de Azevedo e Sá, que foi o meu primeiro diretor lá na escola, fazia a fila e ficava olhando todo mundo com o sapato engraxado. A gente vinha em fila que chega brilhava o sapato. Prá você ver como era prioridade na educação, eu acho que isso é educação.

A Escola Normal não te deixava a desejar, não diminuía em nada do Colégio Imaculada Conceição, o colégio dos ricos, elitizado, as fardas eram iguais. Só não eram na cor, porque a nossa era tropical, toda pregueada, do tornozelo acima um palmo, todo mundo. Tinha a blusa de gala, para a procissão de Corpus Christi, um dia de uma festa. Qualquer representação, nós tínhamos blusa de seda, todas tinham. E você vê que era uma escola pública. E hoje, uma farda simples dessa, os alunos não querem mais usar.

E outra coisa que eu achava muito bonito, acho ainda. Na escola só era permitido usar na cabeça uma fita ou enfeite que fosse ou da cor-de-vinho da farda ou branco da cor da blusa, não podia misturar. Aqui (no alto da frente da blusa) tinha um laço vermelho e uma gola atrás com mangas longas. Não era permitido dobrar as mangas. Se a gente estivesse assistindo aula com a manga desabotoada e dobrada aqui no cós (punho), como manga de camisa de homem, que a inspetora às vezes deixava, quando ela dizia “olhe, lá vem fulana, lá vem a dona Irene, lá vem a dona Lizete”, aí a gente desdobrava e ajeitava.

Como não podia vir com a farda da Ginástica, ela vinha por baixo. O sapato era chamado “fanabour”, não era tênis, (era) um sapato branquinho, baixinho, com meias brancas, calção azul-marinho, uma blusa branca de mangas cavadas. Mas essa blusa e esse short, não era shortinho não, era até os joelhos, vinham por baixo da farda. Quando nós saíamos de casa antes de cinco e meia, se perdesse o ônibus de cinco e meia, inclusive onde eu morava e outros, quando

chegasse na praça, estava assim de alunas da Escola Normal, prá correr e pegar a aula da Valquíria e da Zélia de 6 horas. Quando ela apitava, a gente atravessava aquele pátio correndo para entrar no auditório, que tinha naquela praça, para tirar a farda de cima. E quando terminava, prá tomar banho correndo, tirar o tênis e calçar o sapato preto para ir para a sala de aula, porque não podia assistir aula de tênis, tênis agora, porque antes era o sapato “fanabour”. E eu ainda sinto saudades dessas coisas, eu ainda acho bom, eu acho que estava certo. Por isso é que às vezes eu acho isso tudo diferente.
(Entrevista: 05/09/2002).

O Instituto de Educação era a Escola Normal de referência, em Fortaleza⁵² e no Ceará, para as famílias que queriam ver suas filhas conseguindo um ensino de qualidade melhor e uma profissão socialmente respeitável, numa época em que as opções de trabalho remunerado para as mulheres eram muito limitadas fora da esfera doméstica. Estudar no curso Normal, além de *status* educacional e social, representava emprego praticamente garantido para alunas de diferentes classes sociais que por ele passavam e quisessem seguir a carreira do magistério.

A origem social das alunas do Ensino Normal naquela época pode ser observada sob vários enfoques, em documentos e depoimentos. O professor Joaquim Moreira de Sousa, baseado-se nos resultados de uma pesquisa realizada em 1958⁵³ com 182 alunas de quatro escolas normais de Fortaleza – Instituto de Educação, Sagrado Coração, Santa Maria e Santana – avaliou que nelas estudavam principalmente filhas de famílias mais abastadas,

provenientes das classes média e média-alta⁵⁴, onde ... 71 delas (39%) eram filhas de comerciantes, 22 (12%) filhas de funcionários públicos e 18 (10%) filhas de agricultores (SOUSA: 1961, p. 171).

⁵² O interesse pela Escola Normal poderia também ser em decorrência do rápido aumento da demanda por empregos em uma população que crescia rapidamente na capital cearense. Conforme dados do IBGE, a evolução demográfica de Fortaleza na década de 50 foi acelerada: em 1950: 270.169 habitantes; em 1955: 306.887 habitantes; em 1958: 375.624 habitantes e em 1960: 507.108 habitantes.

⁵³ Essa pesquisa fez parte do Levantamento do Sistema Educacional Cearense – Projeto CRR – 7 – DPE – 1/58, realizado em 1958 por iniciativa do INEP e coordenado no Ceará pelo próprio Joaquim Moreira de Sousa, então técnico de Educação do Ministério de Educação e Cultura – MEC.

⁵⁴ Moreira de Sousa utiliza como critério de classes média e média-alta as profissões dos pais das alunas correspondentes a um padrão de vida relativamente alto ou, pelo menos, mediano (SOUSA: 1961, p. 171).

Considere-se, entretanto, que o conjunto de alunas pesquisado por Moreira de Sousa abrangia, além do Instituto de Educação, que era uma escola pública de ensino gratuito, também três escolas religiosas particulares pagas, cujas alunas tinham os seus estudos custeados por familiares ou padrinhos. Como a pesquisa não especificou o perfil sócio-econômico das famílias das alunas de cada escola, não se pode validar *a priori* para o conjunto das alunas do Instituto de Educação, nem mesmo para a sua maioria, a qualificação de origem das classes média e média-alta por ele estabelecida.

A professora Dulce, do Instituto de Educação, que estudou em uma das escolas normais particulares religiosas da capital, lembra, divertida, o modo de pensar e de se comportar, comum no final da década de 50, da maioria de suas colegas normalistas:

O curso Normal era só para meninas. As meninas que estudavam lá geralmente estudavam e casavam. Quando eu terminei o Normal, as meninas da minha classe, hoje nós ainda temos amizade... ai de quem não fosse noiva!

É muito interessante que naquela época as mães faziam o enxoval das filhas. E havia a exposição do enxoval em suas casas:

– Estou fazendo meu enxoval, tenho tantos lençóis, tantas peças...

Porque quando terminava o Normal já tinha que casar.

Mas eu... não sei por que cargas d'água, tinha muita vontade ter um emprego, de abrir minha cabeça. Minha mãe, apesar de não ser uma mulher letrada, ela tinha uma coisa interessante, ela dizia que o melhor casamento é um bom emprego. Só que eu não procurei um bom emprego, porque fui ser professora... (Entrevista: 02/04/2002).

Vários depoimentos de ex-professoras no IEC coincidem com a afirmação da professora Dulce, de que lá estudava, com empenho e dedicação, um número expressivo de alunas já em atividade docente:

As meninas eram muito comprometidas e motivadas, muitas já trabalhavam, as que não trabalhavam iam trabalhar, tanto que, no Instituto, eu nunca chamei a atenção de nenhuma aluna. Elas eram muito coesas, queriam estudar, participavam muito, então eu não tinha problema nenhum (Entrevista: 02/04/2002).

Para elas, o magistério representava várias possibilidades palpáveis de assegurar uma vida futura melhor: uma profissão ao alcance de sua capacidade física e intelectual, culturalmente definida, estável e socialmente legitimada; a garantia da sobrevivência

material para si e sua família; a conquista da independência financeira e um caminho de possível ascensão social.

O próprio Moreira de Sousa destacou que 53 (29%) das alunas pesquisadas, em decorrência da situação econômica difícil de suas famílias, já estavam trabalhando enquanto estudavam, várias delas inclusive como professoras, em escolas particulares ou nas próprias residências. Seriam estas principalmente do Instituto de Educação?

Mas nem todas as alunas do Ensino Normal tinham como meta seguir a carreira do magistério para crianças. A pesquisa feita por Moreira de Sousa também mostrou que, ao serem perguntadas sobre os motivos de estarem cursando o Ensino Normal,

59 das moças (32%) responderam simplesmente que queriam ser professoras; 36 delas (20%) disseram achar que o normal é um curso “apropriado para mulheres”, o que completa a educação feminina; 33 (17%) alegaram que têm realmente gosto pelo curso; 10 (6%) consideram-no mais fácil e encontram nisso seu atrativo essencial (SOUSA: 1961, p. 171).

Para muitas delas, o aproveitamento do ensino ministrado no curso Normal, no Instituto de Educação e outras escolas equivalentes, seria apenas mais um degrau no seu caminho de estudos rumo a cursos superiores. Moreira de Sousa, valendo-se dos dados levantados em sua pesquisa, lamentou, que:

Apesar de o ensino normal ter a finalidade de preparar professores primários, somente 79 moças entre as referidas 182 declararam-se dispostas a seguir o magistério, isto é, a assumir a profissão de professora primária como definitiva e própria. Das outras, muitas desejam ingressar no curso superior (SOUSA: 1961, p. 171).

Ele temia, já naquela época, que o desejo de parte das normalistas de prosseguir os estudos levasse à descaracterização das Escolas Normais enquanto formadoras de professores e as reduzisse a meras escolas de nível médio preparatórias para o ingresso nas universidades, mencionando ainda que 72 (39%) das 182 alunas pretendiam ir para a universidade, sendo 44 (24%) delas para o curso de Filosofia. Mas ressaltou que a maioria das normalistas declarou preferir, no currículo do curso Normal, as disciplinas de Metodologia e Psicologia, por considerá-las como *matérias fundamentais para a boa formação do mestre primário* (SOUSA: 1961, p. 171).

Nem sempre a vocação para o magistério foi a mola inicial ou principal que impulsionou estudantes do Ensino Normal a tornarem-se professoras. A ocorrência de

imprevistos na condição econômico-social familiar resultou em mudanças de opção profissional de algumas delas, a exemplo da professora Adelides:

Como eu fiz o Normal, parece que foi uma decorrência. Eu não vou dizer que eu tinha “vocação” para ser professora. Parece que foram as circunstâncias. Eu fiz o Normal e tinha uma profissão. Eu tinha uma situação financeira razoável, mas isso acabou porque meu pai morreu muito cedo, em 59, eu nem tinha terminado o Normal. Meu pai morreu e eu me formei depois. E eu tive que trabalhar. Como eu tinha esse diploma do Normal e tinha uma irmã que era diretora de uma escola, foi fatal. Como eu já estava em uma escola, meu destino era fazer uma faculdade (Entrevista: 03/04/2002).

Algumas normalistas que almejavam seguir uma carreira diferente do magistério descobriram a sua vocação para a docência durante ou após o curso, mas nem sempre para lecionar no ensino infantil e primário, como foi o caso da professora Adelides:

Aí eu disse: “Agora eu terminei o Normal. Ficar com o Pedagógico prá ir ser professora primária, eu não quero não, prá ir pular com os meninos, brincar de roda”.

Eu não tive oportunidade de fazer Direito e, ao iniciar o curso de História, eu comecei a me empolgar e a idéia de fazer Direito começou a ficar mais distante. Até depois acho que realmente eu me identifiquei mais com o magistério (Entrevista: 03/04/2002).

Para as entrevistadas, as lembranças dos tempos de estudante na escola Normal e, posteriormente, dos tempos de professora, estão incorporadas a um processo de sua auto-identificação, de construção, reconstrução e manutenção da própria identidade profissional e pessoal, como expressa a professora Adelides:

Hoje eu não tenho nenhuma dívida de que realmente eu continuo sendo professora, porque eu continuo com a mania de ensinar (risos), de transmitir coisas às pessoas, de me relacionar, de passar essas experiências que a gente vai passando (Entrevista: 03/04/2002).

O ingresso das normalistas no Instituto de Educação não se dava pela matrícula inicial, formal e direta no curso Normal. Por causa do seu caráter profissionalizante, da preocupação da escola e das autoridades educacionais com a qualidade das professoras primárias a serem formadas e da procura por matrículas ser sempre superior ao número

de vagas ofertadas, as futuras alunas precisavam submeter-se um exame vestibular⁵⁵, para uma verificação de conhecimentos básicos e um mínimo de aptidão ou tendência para o magistério.

3.1.4. A visibilidade institucional da Escola de Ensino Normal

Como o Instituto de Educação era então a única Escola Normal pública estadual do Ceará, essa condição lhe proporcionava uma expressiva e permanente visibilidade institucional no cenário político-educacional do Ceará, que pode ser averiguada em vários aspectos.

Nas prestações de contas anuais dos governadores a respeito de seus mandatos, através das mensagens enviadas à Assembléia Legislativa, o Instituto de Educação, juntamente com o Colégio Estadual do Ceará – hoje Liceu do Ceará – tinha suas ações, realizações e acontecimentos tratados em itens específicos⁵⁶ nos informes referentes à educação estadual.

Numa época em que a gestão da educação e da saúde públicas eram atribuições de uma única Secretaria estadual, a escola tinha autonomia financeira no interior desse complexo quadro administrativo: suas verbas próprias⁵⁷ eram aprovadas anualmente nas projeções orçamentárias do governo estadual.

Os valores de sua dotação e a utilização de seus recursos eram apreciados pelos deputados no plenário da Assembléia. O deputado estadual José Pontes Neto, por exemplo, encaminhou ao Secretário de Educação e Cultura, em 14 de Outubro de 1961, um extenso requerimento de duas páginas com treze itens, solicitando esclarecimentos sobre despesas feitas, nas duas escolas anteriormente citadas, com aulas excedentes e suplementares, gratificações, serviços prestados, gastos não discriminados, etc⁵⁸.

⁵⁵ A referência mais antiga a essa modalidade de seleção foi encontrada na então Escola Normal Pedro II a partir do Decreto nº 801, de 25 de Junho de 1937. O Decreto nº 3.662 de 21/03/1959, que regulamentou a Lei do Ensino Normal de 1958, estabelece, nos Artigos 30 a 32, a obrigatoriedade do exame vestibular para ingresso no Ensino Normal. No período que se seguiu à década de 60, houve a alternância irregular de adoção e não-adoção desse mecanismo seletivo de candidata(o)s a aluna(o)s no IEC.

⁵⁶ Tal procedimento ocorreu anualmente até 1965, durante o governo do coronel Virgílio Távora (1963 a 1966, eleito pela UDN). Depois daquele ano o Instituto de Educação e o Liceu do Ceará não tiveram mais espaço próprio nas mensagens governamentais anuais e passaram a receber nelas o mesmo tratamento das outras escolas e demais órgãos administrativos da Secretaria de Educação do Estado.

⁵⁷ Em 1956, a conta de movimentação financeira do Instituto de Educação Justiniano de Serpa aparece no orçamento estadual sob a identificação *Título VII – Secretaria de Educação e Saúde 7.06* (Diário Oficial do Estado do Ceará: 17 de Janeiro de 1956).

⁵⁸ Os esclarecimentos do Instituto de Educação com relação a esse pedido foram prestados pelo diretor da escola, professor João Hippolyto de Azevedo e Sá, através do ofício nº 244/61, de 19 de Outubro de 1961.

O preenchimento do cargo de diretor geral do Instituto de Educação, assim como das outras escolas estaduais naquela época, era prerrogativa dos governadores. Embora em algumas ocasiões de troca do diretor daquela escola, a Congregação dos professores votasse e apresentasse listas triplas de nomes do estabelecimento a serem apreciados, a decisão final era do governador, que terminava nomeando uma pessoa de sua confiança, tanto sob o aspecto técnico como político.

O processo de escolha dos diretores à frente do Instituto de Educação no período abordado neste estudo, de 1958 a 1962, foi emblemático dessa forma de nomeação.

O professor José Sobreira de Amorim dirigiu o Instituto de Educação no biênio 1958-1959, nomeado durante o governo de Paulo Sarasate (1955 a Julho de 1958, eleito pela União Democrática Nacional – UDN).

Sua nomeação foi precedida da apresentação de outros professores da mesma escola como candidatos ao cargo. As notícias de uma articulação política e de uma reunião da Congregação dos professores da escola, com a indicação de outros nomes para o posto de diretor, foram veiculadas unicamente pelo jornal O ESTADO no final de janeiro de 1958 e não foram contestadas, em nenhum outro meio de comunicação nem no próprio jornal, por qualquer das pessoas e autoridades envolvidas.

O jornal publicou, no dia 25 de Janeiro, o anúncio do Secretário de Educação e Saúde, o jornalista Mariano Martins, de que o governador em exercício, Flávio Portela Marcílio (1958-1959, vice do governador Paulo Sarasate), estaria para assinar os atos de exoneração do diretor do Instituto de Educação, o professor José Teixeira de Freitas e de nomeação, para o mesmo cargo, de João Hipólito Campos de Oliveira, professor de Geografia do Instituto. Não houve qualquer referência à Congregação docente escolar.

Passados três dias, ocorreu uma reviravolta. O mesmo jornal noticiou, em 28 de Janeiro, que havia sido realizada uma reunião da Congregação do Instituto de Educação Justiniano de Serpa no dia 27, às 16 h, presidida pelo Secretário de Educação, para a escolha de uma lista tríplice de professores daquela escola. Os três nomes mais votados foram: João Filgueiras Lobo, com 12 votos; Arcelino Portela Marcílio (irmão do vice-governador), com 10 votos e João Hipólito Campos de Oliveira, com 9 votos. A lista seria encaminhada ao governador em exercício, Flávio Marcílio, que escolheria dentre os três nomes indicados o novo diretor do Instituto de Educação. Enquanto isso, a vice-diretora, professora Irene Barbosa de Araújo, responderia interinamente pela Direção.

No dia seguinte aquele jornal anunciou que o professor João Filgueiras Lobo era o escolhido para ser o novo Diretor do Instituto de Educação e que o ato da nomeação

seria assinado nas próximas horas pelo governador. Esclareceu ainda que o professor João Hipólito Campos de Oliveira, terceiro colocado da lista tríplice, tinha sido mesmo antes nomeado, mas que teria, logo a seguir, desistido de assumir o cargo.

Mas a decisão final veio dois dias depois, com a notícia no jornal O POVO, em 31 de Janeiro de 1958, da nomeação, em Diário Oficial, do professor José Sobreira de Amorim como diretor do Instituto de Educação Justiniano de Serpa, em substituição ao professor José Teixeira de Freitas.

Após esse desfecho, os jornais silenciaram sobre o assunto. Apenas o periódico O NORDESTE, porta voz da Igreja Católica no Ceará, noticiou, no dia 7 de Fevereiro de 1958, que o professor José Sobreira de Amorim, catedrático de Latim do Instituto de Educação, havia tomado posse como diretor da escola no dia 4 de fevereiro. Católico praticante, o professor Sobreira foi saudado no novo cargo pelo também professor José Valdivino de Carvalho, ex-diretor daquele estabelecimento de 1951 a 1954, em artigo publicado naquele jornal em 20 de Março de 1958:

O novo diretor honra o cargo. Não pediu; pediram-lhe que o aceitasse. Impôs condições: deram-lhe carta branca. Acertou o governo e ganhou a escola. Acertou o governo, porque não é fácil obter, da noite para o dia, pessoa que aceite o cargo difícil. Ganhou a escola, porque o professor Amorim está capacitado para dirigir o Instituto de Educação Justiniano de Serpa, dada a serenidade de seu espírito e tino administrativo. (O NORDESTE: 20/03/1958, p. 5).

No início de 1960 houve o desmembramento dos dois prédios que compunham o Instituto de Educação Justiniano de Serpa, em duas escolas autônomas. O professor José Sobreira de Amorim manteve-se como diretor da escola que continuou funcionando no prédio antigo, enquanto para a escola instalada no prédio novo foi enviado como diretor o médico e professor João Hippolyto de Azevedo e Sá, nomeado pelo governador José Parsifal Barroso (1959-1963, eleito pelo Partido Trabalhista Brasileiro – PTB).

Não foi encontrado registro ou relato de reunião da congregação da nova escola, no início de 1960, para indicar nomes ao cargo de diretor, nem referências ou indícios a respeito de forças políticas que possam ter influído nessa nomeação. Entretanto, foi voz presente, em várias das entrevistadas, de que o dr. Hippolyto teria sido convocado pelo

governador para “colocar ordem na casa”⁵⁹. A professora Neli Sobreira expressou, com mais detalhes, sua compreensão dessa interpretação:

O dr. Hippolyto era um homem muito, muito rigoroso, um homem de muita responsabilidade, tanto que ele, um homem com mais de 80 anos voltou para ser diretor da escola. Todo mundo estranhou aquilo, depois da aposentadoria, já com quase oitenta anos, acho que foi no governo do Parsifal. Porque que o pessoal ficava com aqueles boatos, de que a escola era muito perigosa naquela região ali, de noite, nos cursos noturnos – antigamente se chamava rabo de burro, agora se chama trombadinha – diziam que havia isso. Ai acharam que quem deveria ir para lá era o dr. Hippolyto, porque quando ele era diretor aqui (no prédio antigo), ele fiscalizava as alunas até fora da escola, ele sabia de tudo. Ele era um homem assim, nesse ponto ele era cuidadoso demais, naquele rigor, ele sempre foi assim (Entrevista: 26/08/2003).

Mas apesar do longo tempo e experiência de trabalho que teve como diretor e professor na Escola Normal, o professor Hippolyto teve sua nomeação questionada no interior da própria escola. O professor Américo Barreira, da cátedra de Sociologia do Instituto de Educação, declarou em carta ao jornal O POVO, que fez objeções públicas à nomeação do novo diretor do Instituto,

a ele pessoalmente confirmadas, polidamente, depois, também desejo os maiores êxitos que, justificando sua escolha, vinham a recolocar o estabelecimento, a cujo corpo docente me honro de pertencer, na posição de alto prestígio cultural moral a que tem direito. Por isso já lhe ofereci, mais de uma vez, meu concurso, sem dúvida modesto, mas sincero (O POVO: 30/04/1960, p. 5).

Ele não explicitou que objeções seriam essas, mas é de se supor que uma delas, talvez a principal, tenha sido sua inconformidade⁶⁰ contra a imposição de um diretor sem consulta à congregação da escola.

⁵⁹ O sentido da “missão” reorganizadora atribuída ao dr. Hippolyto, em seu retorno àquela escola como diretor pela terceira vez, com quase 79 anos de idade (nasceu em 13 de agosto de 1881), é comentado pela professora Maria Juraci Maia Cavalcante: *Silencioso, inatingível, continuara, contudo, já velho, quem sabe, até senil, a ser chamado pelos governantes cearenses para soerguer, moral e administrativamente, o que restara da velha Escola Normal; a imprimir-lhe o respeito que os anos e a desvalorização social crescente da Escola Pública haviam trazido.* (CAVALCANTE: 2000, p. 83).

⁶⁰ Em debate ocorrido durante uma reunião de professores do Instituto de Educação, em 17 de Agosto de 1961, para a escolha da coordenadora da implantação da reforma do Ensino Normal na escola, o professor

Decorridos dois anos e meio, a Congregação do Instituto de Educação, após a morte súbita do professor João Hippolyto, em 18 de Julho de 1962, reuniu-se em sessão extraordinária uma semana depois, no dia 25 de Julho, para fazer a indicação dos nomes dos professores que comporiam a lista tríplice para a escolha do futuro diretor da escola. Compareceram trinta e seis votantes – trinta e dois do corpo docente e quatro alunas⁶¹ representantes do corpo discente – e os nomes dos professores mais votados foram: Susana Bonfim Borges, vice-diretora e então diretora interina, com 23 votos; Antônio Filgueiras Lima, professor de Didática e ex-diretor do Instituto (1951), com 17 votos e José Teixeira de Freitas, professor de Filosofia e ex-diretor do Instituto (1955-1958), com 13 votos.

Entretanto, em 3 de Agosto, quem assumiu o cargo de diretora foi a professora Olívia Sampaio Xavier Rodrigues, nomeada pelo governador Parsifal Barroso. Note-se que, na votação realizada pela congregação para a lista tríplice, a professora Olívia e o professor Paulo Alberto ficaram em 5º lugar, tendo cada um deles recebido 8 votos e ficando ambos abaixo do professor João Filgueiras Lobo, que obteve 11 votos. Algumas das entrevistadas, realçando a seriedade, a capacidade e o compromisso da professora Olívia com a educação, alvitram que a lista pode ter sido considerada pelo governo como sêxtupla e não tríplice⁶².

As demandas administrativas e educacionais de manutenção e funcionamento da escola, inclusive os reajustes salariais dos seus professores e funcionários, eram tratadas pelos seus diretores e representantes diretamente com o governo estadual.

Entre as resoluções tomadas em uma reunião da Congregação do Professores do Centro Educacional, ficou decidida a formação de

uma comissão para ir ao Governo tratar de vários assuntos de interesse do Centro Educacional. Ficou resolvido que D. Susana Bonfim procuraria o Dr. Sobreira e pediria para acompanhá-la,

Américo Barreira defendeu, após “acaloradas palavras”, que a democratização do ensino exige que os órgãos colegiados sejam dirigidos por suas Congregações; que no Ceará tal não acontece, nem no Centro Educacional, onde a própria nomeação do Diretor foi uma imposição do Governo, vez que a Congregação não foi ouvida (Livro de Atas, p. 55).

⁶¹ Foram elas: Neusina de Freitas, Alba Gomes de Paiva, Eliane Emir Vieira e Adeilze Maria de Oliveira.

⁶² O último parágrafo da ata daquela reunião traz registrado: *O professor João Cavalcante pediu uma salva de palmas para os professores Susana Bonfim, Antônio Filgueiras Lima e Teixeira de Freitas, que constituirão a lista tríplice (grifo meu) eleita pela Congregação para que o sr. Governador do Estado do Ceará, Dr. José Parsifal Barroso, faça a nomeação do Diretor do Centro Educacional do Ceará.* (Livro de Atas, p. 91 e 91v).

juntamente com D. Zilah, até o Palácio do Governo a fim de defender as reivindicações dos professores. (Livro de Atas, p. 4v).

Em outra reunião, desta vez do Conselho Técnico-Administrativo do Instituto de Educação, foi aprovada por unanimidade dos presentes a proposta de realização de *uma reunião composta do Conselho Técnico-Administrativo e da Direção do Instituto de Educação com as autoridades educacionais do Estado, para discussão e debates dos assuntos de interesse do Centro. (Livro de Atas, p. 7).*

O Instituto de Educação era também o estabelecimento padrão oficial de Ensino Normal do Ceará. Dele emanavam todas as orientações pedagógicas e educacionais a serem seguidas por todas as escolas normais particulares, na capital e no interior, que mantinham tal modalidade de ensino.

3.1.5. A nova escola

O prédio da Praça Filgueira de Melo foi construído em 1922 para abrigar o número crescente de alunos da Escola Normal, da escola de Aplicação e do Jardim da Infância, para as quais o prédio da Praça Marquês de Herval já se tornara pequeno. Mas além de um número maior de salas de aulas, que possibilitou a criação de mais turmas, o número de alunos aumentou ainda mais, depois que o curso Ginásial também passou a funcionar naquele prédio, já nos anos 40.

E naquela mesma década de 40 ocorreram grandes transformações no panorama político e educacional brasileiro. Com o final da Segunda Guerra Mundial em 1945, a derrota do nazi-fascismo na Europa e a queda do governo ditatorial de Getúlio Vargas, tomaram vigor, no Brasil, o empenho e as atitudes em prol da redemocratização, de uma maior participação política da sociedade e do acompanhamento das ações do Estado por parte de vários segmentos políticos e sociais brasileiros.

Nesse contexto, governantes das esferas municipal, estadual e federal passaram a demonstrar uma preocupação maior com a organização e o aperfeiçoamento do sistema educacional. Assim, a partir da segunda metade da década de 40, começou a existir em parte dos administradores públicos, um cuidado maior com a análise e a elaboração de planos de trabalho mais detalhados para suas políticas educacionais, com a definição de metas a serem alcançadas em diferentes prazos, a implantação de medidas consideradas

prioritárias à educação e a atenção com os posicionamentos da opinião pública, ou, pelo menos, de parte dela, em relação a tais políticas.

Em 1946 o governo federal decretou a Lei Orgânica do Ensino Normal, com o objetivo de melhorar a qualidade da formação do professor primário. Por essa lei, a Escola Normal existente foi desdobrada em três tipos de estabelecimentos:

– o curso normal regional, onde seria ministrado somente o primeiro ciclo de ensino normal, equivalente à 5^o a 8^o séries do ensino fundamental, para formar os chamados professores regentes de classe;

– a Escola Normal, para ministrar o curso de segundo ciclo, ou seja, o Ensino Normal regular, além de abrigar o ciclo ginásial do ensino secundário;

– e o Instituto de Educação que, além dos cursos próprios da escola normal, também teria cursos de especialização para o magistério e habilitaria administradores escolares do ensino primário.

Assim, como um tipo de escola mais ampliado, a Escola Normal D. Pedro II foi transformada em Instituto de Educação do Ceará⁶³, compreendendo os seguintes cursos: Curso Pré-primário, dois anos; Curso Primário, cinco anos; Curso Ginásial, quatro anos; Curso de Formação de Professores, três anos; Curso de Especialização e Curso de Administração Escolar, 2 anos.

Uma escola dessa natureza que se tornou referência para o Brasil foi o Centro Educacional de Salvador, criado na Bahia pelo educador Anísio Teixeira em 1950 sob o nome Centro Popular de Educação Carneiro Ribeiro ou Escola-Parque⁶⁴.

Mas o número de alunos continuou a aumentar, principalmente nas turmas do Ginásial e do Colegial, chegando-se à superlotação do prédio antigo e à marginalização do Ensino Normal em seu próprio recinto, passando suas classes a funcionar nas salas do porão da Escola Normal. Moreira de Sousa, apontando as condições físicas precárias dessas instalações, relatou que

⁶³ A transformação ocorreu através do Decreto-Lei nº 2.007, de 7 de Fevereiro de 1947, na época em que foi Secretário de Educação e Saúde do Ceará o professor Antônio Filgueiras Lima (1946-1947).

⁶⁴ Para Anísio Teixeira, o criador dessa modalidade escolar, um Instituto de Educação seria um *conjunto de várias escolas gravitando em torno de uma Escola de Professores, onde se encontravam diversas experiências educativas, desde a infantil até a universitária* (SOARES: 2000, p. 341). Hermes Lima relata que: *Em 1950, a 21 de Outubro, inaugurou-se parcialmente o Centro dotado de três pavilhões, ou seja, três grupos escolares. Em 1961 estava quase acabado: a) as três escolas – classes iniciais; b) a Escola Parque em área arborizada de 42.000 metros quadrados compreensiva dos seguintes setores – pavilhão de trabalho; setor socializante; pavilhão de educação física, jogos e recreação; biblioteca; setor administrativo geral e almoxarifado; teatro de arena para cinco mil pessoas e, finalmente, setor artístico, este terminado em 62, quando praticamente se concluiu a obra* (LIMA: 1978, p. 149).

a existência de aulas no porão, em salas com pouca luz e incomodadas pelo barulho das classes que estão localizadas no pavimento superior (piso de madeira), são fatores que prejudicam os trabalhos do estabelecimento padrão (SOUSA: 1961, p. 177).

e mencionou um levantamento coordenado pelo professor Lauro de Oliveira Lima, sem mencionar a data, que apresentou outros empecilhos ao bom funcionamento da escola:

As professorandas, numa pesquisa da cadeira de Metodologia, sob a direção criteriosa e competente do Professor Lauro de Oliveira Lima, apresentaram essas deficiências e muitas outras, tais como: exigüidade do local de recreio, péssima conservação da pintura e dos móveis, falta de higiene, sobretudo nos aparelhos sanitários, etc. (SOUSA: 1961, p. 177).

Os professores do Ensino Normal, por causa das suas condições desfavoráveis de trabalho, de seu contingente cada vez menor na congregação de professores do Instituto de Educação e da diminuição do seu poder de influência e decisão no âmbito da escola, passaram a sentir-se um mero apêndice na escola que havia sido construída para ser a Escola Normal. Lauro de Oliveira Lima expressou tal desconforto:

O Instituto de Educação não era mais o Instituto de Educação: era um ginásio. A congregação era composta de quatro professores do secundário para cada professor do pedagógico, de modo que levávamos sempre desvantagem... (LIMA: Um Grito..., 1961).

Com o agravamento do problema, o então governador Stênio Gomes da Silva fez o anúncio, no início de 1955, da assinatura de um convênio com o INEP em 4 de Dezembro de 1954 no Rio de Janeiro, através do qual foram destinadas verbas federais (treze milhões de cruzeiros) para a construção de um Centro Educacional em Fortaleza. Enfatizando os apoios que obteve para a consecução desse convênio, destacou ele que

para isso, contei sempre com a cooperação decisiva da bancada cearense, sem distinção de partidos políticos, e com o decisivo apoio e ajuda do Ministro Cândido Mota Filho, com a ajuda do professor cearense Joaquim Moreira de Sousa, técnico do Ministério da Educação residente no Rio de Janeiro e do educador Anísio Teixeira, então presidente do INEP (Mensagem: 1955, p. 20).

O conjunto de apoiadores que o governador Stênio Gomes precisou agregar para conseguir trazer um centro educacional para o Ceará, incluindo um educador cearense

de renome radicado no Rio de Janeiro⁶⁵, demonstra como foi acirrada a disputa, entre os Estados da Federação, pela obtenção daqueles estabelecimentos escolares patrocinados pelo INEP.

Ainda assim, a concessão da escola para o Ceará – como para qualquer outro Estado – incluiu uma condição obrigatória. A professora Neli Sobreira informou que

a construção daquele tipo de escola era uma doação feita pelo INEP aos Estados que por ela se interessassem, desde que estivesse incluída nesse conjunto educacional uma escola de artes industriais. Foi o INEP que construiu, com a condição de que na escola funcionasse o curso Normal, a Escola de Aplicação e aquela escola de iniciação profissional, que teve o nome de Anísio Teixeira. A escola já foi entregue assim (Entrevista: 26/08/2003).

Para Anísio Teixeira, o ser humano deveria educado para a vida, a política e o trabalho (SOARES: 2000, p. 354) e o Estado tinha a obrigação de proporcionar às pessoas de poucos recursos as condições para alcançar, através da educação, a cidadania plena. E a profissionalização seria uma das maneiras de cada pessoa consegui-la pela sua própria capacidade e não através de favores ou privilégios.

E prossegue a professora Neli Sobreira a respeito da exigência do professor Anísio Teixeira, de que a escola de Artes Industriais precisaria ser uma das unidades integrantes dos centros educacionais:

ele é o pai da idéia do ensino profissionalizante em geral. Ele era muito combatido. O pessoal achava que a escola não precisava se preocupar em preparar para o trabalho, mas ele tinha essa preocupação, tanto que essas escolas que eram construídas pelo INEP eram doadas aos Estados que quisessem implantar essa iniciação profissional. Lá tinha os teares, artesanato, tipografia... (Entrevista: 26/08/2003).

Para ela, a política do INEP de ampliação do número de escolas, inclusive as de caráter profissionalizante, era fruto da atuação pujante do seu diretor, Anísio Teixeira:

⁶⁵ O professor Joaquim Moreira de Sousa foi Diretor da Instrução Pública do Ceará de 1931 a 1934, ano em que fundou a Escola Normal Rural de Juazeiro do Norte, a primeira do Brasil. Após ter deixado esse cargo e muito desgostoso por ter perdido, em 1933, a disputa pela cadeira de Pedagogia da Escola Normal para a professora Edite da Costa Braga, em um polêmico e rumoroso concurso (CAVALCANTE: 2000, p. 77), retirou-se definitivamente para o Rio de Janeiro, tornando-se técnico do Ministério das Educação.

É que o INEP, naquele tempo, era mais atuante ou mais conhecido do que o próprio Ministério, por causa da figura do Anísio Teixeira. Ele era tão importante, tão competente, tão carismático, que ele até ofuscava um pouco o próprio Ministério. O INEP era conhecidíssimo aqui, todo mundo falava no INEP (Entrevista: 26/08/2003).

Mas o Centro Educacional não foi a única realização do INEP no Ceará. Como parte de uma política de assistência educacional desenvolvida para todo o Brasil naquele período, o INEP construiu e reformou diversos prédios escolares no Ceará, além do fornecimento de equipamentos e material didático⁶⁶.

O local onde foi construído o Centro Educacional não foi o mesmo escolhido inicialmente. Em 1955 o governador Stênio Gomes da Silva anunciou a sua construção, em uma área de 24 hectares, próxima ao bairro Cidade dos Funcionários, mas depois, no final do mesmo ano, foi decidida a construção da escola em um terreno de apenas quatro hectares, localizado no bairro de Fátima.

No ano seguinte o governador Paulo Sarasate, ao anunciar que as obras tinham começado no bairro de Fátima, alegou que, ao invés de um bloco único em uma área de 24 hectares, como era exigido inicialmente pelo INEP, foi firmado um convênio aditivo com o próprio INEP, que permitiu a construção do complexo educacional em diferentes áreas, desde que nenhuma delas fosse inferior a quatro hectares. A grande distância do centro da cidade do primeiro (e maior) terreno e a proximidade e facilidade de acesso ao segundo (e menor) terreno foram o principal argumento utilizado pelo governador, que justificou a transferência para aquele local:

Com essa alteração do convênio, foi possível ao Governo abandonar a idéia de instalar-se o Centro a enorme distância da zona urbana (por trás da Cidade do Funcionário⁶⁷, em Cajazeiras) para adquirir um terreno de quatro hectares, paralelo à Avenida 13 de Maio, ou seja, conforme o parecer da Comissão incumbida da escolha do referido terreno, quase ao centro da grande artéria que liga

⁶⁶ A mensagem do governador Flávio Marcílio de 1958 informou que, durante o ano de 1957, os recursos concedidos pelo INEP permitiram a construção e a conclusão de unidades escolares nas seguintes localidades: Mauriti, Solonópole, Itapajé, Piquet Carneiro, Ingazeiras, Mombaça, Monsenhor Tabosa, Cariús, Lagoa Redonda Pici, General Sampaio, Santana do Cariri, Ipaumirim, Rodolfo Teófilo (Capital), Instituto Carneiro de Mendonça, (dependências), oito escolas rurais no município de Granja e Itaiçaba e que o INEP fez a doação ao Estado de 1.128 carteiras (escolares). (Mensagem: 1958, p. 115).

⁶⁷ A grafia “Cidade do Funcionário” aparece tanto na mensagem do governador como no relatório do professor Lauro (*Um Grito...*, 1961). Parece ter sido esse o nome inicial daquele bairro.

atualmente os bairros de Joaquim Távora, Benfica e São Gerardo, acessível, portanto, à população escolar de classes pobres ou menos abastadas. (Mensagem: 1956, p. XVII).

Entretanto, como as outras áreas previstas pelo convênio para a construção de outras unidades do complexo educacional não foram adquiridas pelo governo estadual, o Centro Educacional terminou circunscrito apenas ao lote de quatro hectares, situado no bairro de Fátima.

Apesar da justificativa apresentada pelo governador para a modificação do projeto original vindo do INEP, na escolha do novo terreno, essa decisão não foi acatada pacificamente e provocou reações contundentes de alguns dos principais envolvidos com a Reforma do Ensino Normal. O professor Lauro de Oliveira Lima, da cadeira de Pedagogia da Escola Normal desde 1955 e principal mentor e articulador da Reforma do Ensino Normal no Ceará, ao esclarecer que foi um dos membros da comissão indicada pelo governador para escolher o local da construção do Centro Educacional, expressou sua contrariedade e descontentamento com o desfecho de sua tarefa:

Fui voto VENCIDO na comissão. Predominou a opinião do Dr. Filgueiras Lima, que preferiu o local onde hoje está construído o centro. Dois proprietários ofereceram 24 hectares ao governo (área mínima exigida pelo INEP): um em Mondubim (7 ou 8 km da Praça do Ferreira em linha reta) e outro, próximo à Cidade do Funcionário (na linha Messejana, mais ou menos a mesma distância). Preferiram comprar bem caro⁶⁸ este “fundo de quintal” (LIMA: Um Grito..., 1961).

O tamanho do terreno era uma das preocupações do professor Lauro porque ele concebia, em sintonia com a filosofia e a natureza de trabalho imprimidas no INEP por Anísio Teixeira, o Centro Educacional do Ceará inserido em um projeto a longo prazo, de maior permanência, dinâmico e de resultados duradouros. Por isso, Lauro de Oliveira Lima lamentou o que ele considerou prejuízos futuros, para a educação, pela falta de compreensão dessa concepção:

A escolha desta pequena área destruiu o sonho de Anísio Teixeira, que era grandioso – semelhante ao que fez na Bahia, desestimulando o INEP a prosseguir no financiamento. Quem, como eu, conhece o que é o Centro Educacional de Salvador, é que pode aquilatar o que

⁶⁸ Segundo a mensagem do governador, de 1956, o terreno foi adquirido pelo valor de Cr\$ 1.800.000,00.

perdemos... por falta de visão e de encarar o crescimento da cidade. Os horizontes limitados são um grande mal para as novas gerações. Quem cuida do futuro (educação é o futuro) não pode ser míope... (LIMA: Um Grito..., 1961).

Independentemente da justificativa apresentada pelo governador, a escolha do terreno pode ter passado pelo viés de injunções políticas internas e externas à escola e que, no comentário da professora Suzana, teriam tido influência naquela decisão:

O Lauro disse que eles escolheram um lugar muito ruim, péssimo. Mas era um grupo de educadores que tinha muita influência junto ao governo e, sabe como é, aqui a nossa política foi sempre essa de contemplar os amigos. Então, tinha aquele terreno que eu não sei de quem era⁶⁹, um terreno que o Lauro dizia que realmente era úmido, que não era nada próprio. Quando o Anísio Teixeira chegou aqui para ver, dizem que ele teve a maior decepção. (Entrevista: 16/08/2002).

Essa polêmica não se extinguiu de vez e ressurgiu quando outras dificuldades da escola vieram à tona. Já com dois anos de funcionamento e após o seu desmembramento do prédio antigo, o novo prédio do Centro Educacional, ainda incompleto, bem como o local onde foi construído, foram motivos de desabafo do professor Américo Barreira em uma carta publicada ao Jornal O POVO, na qual ele reclamou a atenção dos poderes públicos e da imprensa para as difíceis condições em que se encontrava a escola:

O edifício do Instituto de Educação Justiniano de Serpa está situado na região mais baixa e úmida do antigo parque Ubirajara, ao sul da Avenida 13 de Maio. É uma construção ainda inacabada... Não adianta criticar aqui a péssima localização do prédio, já que o caso, no momento, é irremediável. (O POVO: 30/04/1960, p. 5).

A resposta do governo estadual não se fez esperar, através uma carta enviada pelo Secretário de Educação e Saúde, Joaquim de Figueiredo Correia, e publicada no mesmo jornal cinco dias depois:

⁶⁹ De acordo com depoimento da professora Neli, o bairro de Fátima era um sítio da família Pergentino Ferreira Maia, que inclusive fez a doação do terreno da Igreja. O terreno do Instituto deve ter sido originariamente dele, mas quem vendeu à escola não foi ele. Eu me lembro até que diziam quem era, mas eu não me interessava muito por isso, mas sei que já tinha sido de alguém que comprou o lote e depois vendeu ao Estado. Eu me lembro que o professor Américo e o professor Lauro disseram que o terreno era muito insalubre, tinha muita água, muito mato. Ainda hoje o pessoal que mora por lá se queixa muito de muriçoca (Entrevista: 26/08/2003).

Respondemos com a informação de que esse prédio não foi localizado nem construído pelo Governo atual. A observação do professor Américo teria sido mais oportuna se formulada ao ilustre ex-governador Paulo Sarasate, o qual, solicito às boas idéias e bem intencionado que é, certamente teria levado na devida consideração a opinião de seu amigo professor Américo. (O POVO: 04/05/1960, p. 2).

Além dessas palavras duras, o Secretário de Educação, ao comentar na referida carta de que *as críticas da oposição não nos agastam*, deixou transparecer a disputa política que permeava o funcionamento da estrutura da administração pública e também no setor educacional, presente no relacionamento tenso entre os partidários e apoiadores do governo anterior com os ocupantes do governo naquele momento.

O primeiro projeto do conjunto arquitetônico, trazido do INEP pelo governador Stênio Gomes, previa a construção, ainda para 1955, numa área de 24 hectares, em um dos bairros mais afastados da capital, de um complexo educacional grandioso, composto por 15 unidades: Administração; Escola Secundária; Escola Normal; Escola de Aplicação; Escola de Artes Plásticas; Pavilhões de Exposições; Oficinas; Escola de Música e Dança; Restaurante; Biblioteca; Piscina; Arquibancadas; Palanque; Ginásio e Serviço Médico e Dentário. Após a transferência para um terreno seis vezes menor, no bairro de Fátima, o plano do Centro Educacional continuou prevendo a construção das unidades ligadas ao Ensino Normal, mas já sem menção às instalações complementares, como, por exemplo, o restaurante, a piscina, as arquibancadas e o palanque.

O prédio foi sendo construído em etapas. Cada um dos quatro governadores desse período – Stênio Gomes, Paulo Sarasate, Flávio Marcílio e Parsifal Barroso – ia anunciando o início de obras e a continuação ou a conclusão de parte delas.

Em Março de 1956, a mensagem do governador Paulo Sarasate comunicou que:

Serão erigidos nesse terreno, em amplos pavilhões, o Colégio Estadual Feminino, o novo Instituto de Educação, a Escola de Aplicação, um Auditório, uma Biblioteca e um Ginásio. (Mensagem: 1956, p. XVII).

Segundo a mensagem de Paulo Sarasate de Março de 1957 (p. XXI), as obras foram iniciadas em Dezembro de 1955 pelo Colégio Estadual Feminino, com a intenção de colocá-lo em funcionamento no início de 1958.

No ano seguinte o governador em exercício, o vice Flávio Marcílio, informou a conclusão de quatro pavilhões:

o pavilhão administrativo, contendo o gabinete da direção, a secretaria da escola, sala de arquivo, uma casa de zelador, 4 banheiros e a caixa d'água principal; e três pavilhões escolares distintos, totalizando 20 salas de aula, 4 salas de professores, 7 banheiros, 3 salões para laboratórios e um salão nobre. Pela mesma mensagem, estavam ainda em construção mais quatro pavilhões, sendo um deles destinado à escola de aplicação e outro à escola de artes industriais. (Mensagem: 1958, p. XVII).

O governador José Parsifal Barroso considerou que, no início de 1962, embora *o Centro Educacional ainda se possa considerar construção em andamento, pouco a pouco está melhorando nas suas ampliações e remodelações, visando-se a recuperar os defeitos da sua arquitetura. (Mensagem: 1962, p. 71).*

E comunicou que, até Março de 1963, seria concluído um pavilhão com 5 salas, que incluía uma sala de arte e uma para contos (Mensagem, 1963: 66)⁷⁰. Os pavilhões descritos nos parágrafos anteriores, construídos a partir do final de 1955, constituíram-se no conjunto das instalações que compuseram o Centro Educacional.

Assim como aconteceram a transferência e a redução de tamanho do terreno originalmente previsto para a construção do Centro Educacional, suas características físicas também passaram por modificações e foram igualmente alvo de polêmica por dois dos principais defensores da Reforma do Ensino Normal, os professores Lauro de Oliveira Lima e Américo Barreira.

Para o professor Américo, o projeto do modelo das salas de aula não levou em consideração uma característica ambiental típica da região litorânea onde Fortaleza se situa, que é o clima quente e ventilado, que deveria ser vantajosamente aproveitado,

mas, por força da construção, em esdríxulo estilo anti-funcional, que nega os seus fins, consideradas as peculiaridades da topografia e do clima, temos salas de aulas sempre quentes, em qualquer época do

⁷⁰ As mensagens dos governadores não foram a única fonte de informações sobre o andamento das obras de construção do Centro Educacional. O diretor José Sobreira de Amorim, ao retornar de uma viagem feita ao Rio de Janeiro, informou ao jornal Gazeta de Notícias ter providenciado o encaminhamento da liberação do crédito de Cr\$ 16.000.000,00 para ultimar os trabalhos do Centro Educacional. (GAZETA DE NOTÍCIAS: 1959, p. 1).

ano, banhadas de sol durante certos meses e escuras nos demais. A estranha arquitetura parece ter visado barrar a ventilação, aproveitando ao máximo o calor e umidade, inclusive pela disposição das janelas envidraçadas, de basculantes em sentido horizontal. Nos salões, muito fechados, com uma única e estreita porta de saída, tornam o ar pesado, considerando a presença de 50 alunas e um professor (O POVO: 30/04/1960, p. 5).

O professor Lauro de Oliveira Lima, além de criticar a inadequação do prédio às condições climáticas cearenses e o estado de abandono em que foi deixado o terreno ocupado pela nova escola, rebateu as acusações e insinuações de cunho político feitas contra os defensores da Reforma, de que estes estariam fazendo oposição irresponsável e ressentida ao governo vigente:

Que não é uma construção para o nosso clima, que a disposição quanto à insolação e aeração é defeituosa, que a disposição de circulação é impraticável, que seja inconcluso, que nem sequer foi desmatado o terreno, que fica à margem de um canal de saneamento (dividindo o terreno e inutilizando uma grande faixa do espaço disponível) – tudo isso nós sabemos. Mas, quem os mentores técnicos do governo até hoje? Por acaso os propugnadores da reforma? Fomos sempre muito pequenos para sermos culpados de males tão grandes... O endereço da crítica não nos cabe. Pelo contrário: nunca deixamos de criticar e protestar. Que os responsáveis respondam por sua incompetência ou omissão.” (LIMA: Um Grito..., 1961).

Contrastando com o tom otimista das realizações constantes na mensagem do governador Flávio Marcílio em 1958, o professor Américo relatou em sua referida carta, na qual cobra providências das autoridades públicas, que

Não há uma sala de estar para professores, nem local onde as alunas estacionem confortavelmente durante os intervalos de aulas ou tempo vago. Não há salão para solenidades, atos ou trabalhos coletivos. O único existente, que não dispõe de uma só cadeira... Não há banheiros ou qualquer instalação para educação física que, assim, não pode ser ministrada. E são precaríssimas as condições de pias, bebedouros e W. C. Não há campos para esporte e recreação nem salas para qualquer espécie de jogos educativos e trabalhos manuais.

O desconforto é absoluto para alunas, funcionários e professores. (O POVO: 30/04/1960, p. 5).

O contraponto a essas afirmações é novamente encontrado na carta enviada ao jornal pelo Secretário de Educação e Saúde, Joaquim de Figueiredo Correia que, ao lembrar que a construção do prédio tinha sido iniciada pelo governo anterior, afirmou categoricamente:

A conclusão do prédio, esta sim, é de nossa responsabilidade, e nesse particular já adotamos providências concretas no sentido de concluí-lo ainda este ano ou, pelo menos, ainda este ano reiniciaremos a obra de conclusão. Dissemos mais que, para esse desiderato, já havia o Governo firmado convênio com o Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP), no valor de Cr\$ 11.500.000,00, dos quais Cr\$ 9.000.000,00 se destinariam às obras de conclusão do prédio e Cr\$ 2.000.000,00 para a aquisição de equipamentos e manutenção do Curso de Artes Industriais, anexo ao Instituto. (O POVO: 04/05/1960, p. 2).

A repercussão da transferência dos cursos Normal, Primário (Escola Modelo) e Pré-Primário ou Pré-Escolar (Jardim da Infância) para o novo prédio foi registrada nos jornais da época com posturas diversas.

O jornal O POVO não publicou qualquer notícia sobre a mudança. Outros dois jornais, O ESTADO (07/02/1958, p. 7-8) e O NORDESTE (14/02/1958, p. 8), trazem somente uma notícia sobre a transferência de 18 turmas do curso Normal do Instituto de Educação para o Centro Educacional, próximo à Avenida 13 de Maio. Apenas o jornal GAZETA DE NOTÍCIAS (21/02/1958, p. 2; 8) manifestou-se favorável à transferência, considerando-a uma vantagem pela abertura de novas vagas escolares.

O único jornal que abriu suas baterias contra a transferência foi a TRIBUNA DO CEARÁ, que publicou cinco notícias, dois editoriais e uma carta de pai de aluna, entre 20 de Fevereiro e 5 de Março de 1958, com as seguintes críticas à mudança: os cursos já funcionavam organizadamente no prédio antigo; o novo local era muito distante para as crianças do Pré-primário e do Primário; haveria um aumento da despesa familiar com o transporte de suas filhas e a quantidade de ônibus do centro para o bairro de Fátima era insuficiente para o transporte das alunas. Entretanto, no dia 8/03/1958, o jornal noticiou

que *Fortaleza está de parabéns* pela inauguração, naquela data, dos Cursos do Centro Educacional de Fortaleza.

3.1.6. Lauro de Oliveira Lima e a Reforma do Ensino Normal

Passados mais de 30 anos da reforma educacional de 1922 ou *Reforma Lourenço Filho*, a primeira proposta de reforma do Ensino Normal no Ceará feita pelo professor Lauro de Oliveira apareceu em público na forma de um longo artigo intitulado *Esboço de uma reforma ideológica do Ensino Normal*, em cinco capítulos, no jornal O POVO, no período de 17 de Maio a 14 de Junho de 1956. Dessa data até a transformação da Reforma na Lei nº 4.410, em 26 de Dezembro de 1958, sucederam-se vários momentos de debates e providências para a sua elaboração e definição, enumerados na entrevista concedida pelo professor Lauro uma semana antes da aprovação da Reforma:

Quando o dr. Moacir Aguiar assumiu a Diretoria de Orientação e Fiscalização da Secretaria de Educação⁷¹ gritou, profundamente, o problema, reunindo o professorado para debater o assunto. Nesta ocasião apresentei novamente o projeto, já noutra forma, que foi distribuído para estudo por todas as escolas normais do Estado.

Com a saída do dr. Moacir, o assunto voltou a ponto morto, quando Mariano Martins nomeou uma comissão de que fiz parte para reelaborar o projeto. Distribuimos o projeto com todos os entendidos em assuntos pedagógicos no Ceará, para receber críticas e sugestões. De posse destes elementos, foi dada a redação final, com a colaboração de Moreira de Souza, que conosco debateu longamente a reforma.

Fez-se um “symposium” de normalistas, em que a reforma foi longamente debatida, tendo a ele comparecido o próprio governador do Estado. As normalistas defenderam entusiasticamente o projeto. Meses seguidos, o projeto esteve em debate no Conselho Estadual de Educação, onde sofreu polimento final, recebendo valiosas contribuições dos conselheiros, principalmente dos drs. Filgueiras Lima e

⁷¹ Joaquim Moreira de Sousa informa que o professor Moacir Teixeira de Aguiar, ao passar a ser ocupante daquele cargo, apresentou ao governador do Estado um plano de reestruturação do Ensino Normal, tendo por base na concepção de que *a verdadeira preparação profissional do professor do Curso Normal não pode circunscrever-se ao estudo da disciplina lecionada. Cultura geral, formação pedagógica básica, experiência do Ensino Primário e especialização na matéria confiada à sua competência e dedicação devem, harmonicamente, unir-se na formação do mestre* (AGUIAR In SOUSA: 1961, p.177).

Valnir Chagas Cavalcante, que o modificaram em partes essenciais, fazendo do projeto um trabalho magnífico de equipe. Até o DSP foi ouvido sobre o projeto, apresentando emendas. Pode-se dizer que nunca um projeto de lei foi tão esmerilhado como o que acaba de ser aprovado pela Assembléia. Em todas as etapas de seu longo percurso, sempre esteve aberto a receber contribuições de todos os entendidos (O POVO: 18/12/1958, p. 2).

Nessa entrevista, ele qualifica a Reforma como sendo uma espécie de *política educacional*, um mecanismo mais abrangente e flexível, ficando à Congregação escolar e ao Conselho Estadual de Educação a sua verdadeira regulamentação e permitindo aos técnicos maior liberdade de experimentações profissionalizantes no curso Normal, tendo ela vindo organizar as disciplinas do currículo em departamentos, as atividades práticas, o estudo dirigido, as pesquisas de campo e o estágio, criando as unidades de trabalho por semestres e uma promoção das alunas ao longo do curso dependendo de todas as atividades curriculares e concurreculares⁷².

O professor Lauro relatou que, logo após a aprovação da Reforma⁷³ em lei,

ela saiu no Diário Oficial e aí foi uma esculhambação, era uma briga... o pessoal antigo contra a Reforma. Basta ver que as alunas fizeram uma passeata em Fortaleza apoiando a Reforma, contra os professores velhos, catedráticos e tal (Entrevista: 14/05/2001).

Perante as pressões deflagradas em Abril de 1959 para revogar a Lei da Reforma do Ensino Normal, o professor Lauro saiu em sua defesa, utilizando-se de extensa carta aberta dirigida ao Secretário de Educação e Saúde, na qual, além de detalhar os passos e esforços realizados na elaboração da Reforma⁷⁴ desde 1956 e rebater os argumentos dos opositores⁷⁵ a ela, lamenta as concessões feitas em busca de um consenso:

⁷² Uma apresentação geral da Reforma, logo após a sua aprovação, foi publicada pelo professor Lauro em um texto intitulado *À margem da Reforma do Ensino Normal*, detalhado em oito capítulos: *Finalidades Novas; Estrutura dos Cursos; Os ciclos, os cursos e as escolas; Os Departamentos e as Unidades de Trabalho; Tipos de Unidades de Trabalho; Os Cursos de Especialização; Tipos Novos de Atividades e A Verificação do Rendimento Escolar – Reprovação* (O POVO: 06 a 16 de Janeiro de 1959, p. 3).

⁷³ O professor Lauro publicou no final de Dezembro um artigo relatando que enviou ao arcebispo Dom Antônio Almeida Lustosa uma carta explicando todo o processo de elaboração da Reforma e obtendo dele a sua aprovação (O POVO: 31/12/1958, p. 7).

⁷⁴ A carta explica o processo de elaboração da Reforma do Ensino Normal e suas características, através dos seguintes aspectos: sondagem de opiniões entre autoridades educacionais, professores e alunas; coleta de dados sobre a realidade educacional e social cearense; contato com as “experiências-piloto” de outros estados; o “leitmotiv” da comissão da Reforma, de profissionalização do professorado do Curso Normal; o Curso Normal como campo de experimentação pedagógica; os “processos revolucionários de ensino”

A reforma que a comissão propôs não é a que se poderia esperar..., é que tivemos que fazer DOLOROSAS CONCESSÕES à mentalidade reinante em certos círculos de influência educacional de nossa terra. Assim é que há quem combata a reforma por ser “muito avançada”, como quem lamenta a modéstia de suas “pretensões progressistas”. Esperamos que, fazendo essas concessões, obteríamos o meio termo entre os grupos extremados de passadistas e progressistas, o que requer coragem e firmeza de caráter para arrostar as diabrites. Vemos agora que não foram suficientes as concessões feitas aos passadistas (O POVO: 06/06/1959, p. 6).

Lauro reclama diretamente de três pessoas que teriam atuado contra a Reforma.

Uma delas foi a professora Susana Bonfim Borges⁷⁶, quando atuou como vice diretora dos dois primeiros diretores do Instituto de Educação em seu novo prédio: do professor José Sobreira de Amorim à época da experimentação da Reforma (1958-1959) e do professor João Hippolyto de Azevedo e Sá, em seu último mandato (1960-1962). O professor Lauro a considera uma “destruidora” da Reforma: *Uma senhora lá que tinha muita ojeriza a mim, por nome Bonfim, era a principal líder contra mim, Ave Maria...* (Entrevista: 04/05/2001). Em sua resposta ao relatório do professor Hippolyto (*Como encontrei...*, 1961), de críticas à Reforma, o professor Lauro lembra àquele diretor que

A vice-diretora, ainda hoje sua auxiliar, afirmou propósitos de obstruir qualquer tentativa de implantação da reforma. Chegava ao ponto de proibir os funcionários de receber as carteiras de identidade dos alunos para que se dispersassem... Chegou a trancar as salas de aulas para que nelas não funcionassem os (incompreendidos) clubes...

das Unidades de Ensino; a posição do Conselho Estadual de Educação ante a Reforma do Ensino Normal, o Estágio e o pré-salário para as normalistas (O POVO: 06 de Junho de 1959, p. 6-7).

⁷⁵ Principalmente em relação às críticas pedagógicas, metodológicas e legais à Reforma, publicadas em um manifesto assinado por quinze professores do Instituto de Educação (O POVO: 23/04/1959, p. 8). Por outro lado, o professor Lauro criticou a resistência dos professores à experimentação de novos métodos, em um artigo intitulado *A Reforma do Ensino e a Dívida Metódica* (O POVO: 14/1959, p. 6).

⁷⁶ Além de professora de Ciências e vice-diretora do Instituto de Educação, D. Susana Bonfim Borges, nascida em 11 de Agosto de 1912, acumulou 43 anos de magistério: foi professora primária, diretora de escola e técnica educacional. Atuou no ensino supletivo, pré-escolar e na educação especial, presidiu o Movimento de Bandeirantes do Brasil e o Movimento Brasileiro de Correspondência, foi fundadora da Associação Cristã Feminina e colaboradora da Comunidade das Senhoras de Caridade (OLINDA: 2001, p. 47).

*única coisa viva que se permitiu nesse ano*⁷⁷ (LIMA: *Um grito...*, 1961).

Outra pessoa foi Antônio Filgueiras Lima, ex-professor do Ensino Normal e, à época, presidente do Conselho Estadual de Educação⁷⁸, acusado em algumas notícias da época, principalmente no jornal O ESTADO, de ser o maior interessado e articulador da anulação da Reforma. O professor Lauro, que nunca o combateu publicamente, o chama de sonhador, poeta, dando *aquelas aulas bonitas, as aulas dele eram ouvidas mais como aulas de poesia, ele era mais poeta do que pedagogo*⁷⁹ (Entrevista: 04/05/2001).

O terceiro personagem foi o professor e diretor João Hippolyto de Azevedo e Sá, a quem o professor Lauro atribui, na mesma entrevista, ter idéias atrasadas em relação à educação e à Reforma do Ensino Normal, de ser *um museu dirigindo aquele negócio, festinhas de formatura, aquelas aulinhas bestas e tal*, de ter sido nomeado diretor do Instituto de Educação para ser o *carrasco* da Reforma e de ter contribuído para que ela fosse sendo sufocada aos poucos:

Só sei que o velho Dr. Hippolyto, já aposentado, foi chamado para reassumir, lá fez um trabalho assim contra a Reforma. Então a Reforma nunca foi derogada, mas também nunca foi implantada. Então, ela foi sendo triturada até que voltou aos males antigos sem destituir o novo. (Entrevista: 04/05/2001).

Como a história dos acontecimentos aqui estudados contou com a participação de múltiplos personagens, nas fontes levantadas, de maior ou menor destaque, não há a intenção de se dar centralidade à presença e participação de Lauro de Oliveira Lima e de João Hippolyto de Azevedo e Sá, embora eles se imponham pela sua atuação. Os dois

⁷⁷ Em sua entrevista, a professora Suzana Dias Ribeiro confirmou as declarações do professor Lauro sobre aqueles acontecimentos: *A professora Susana Bonfim, que depois botou abaixo a Reforma, era professora do Justiniano de Serpa e teve a cadeira dela transferida para o Instituto por determinação do Secretário de Educação, para ser implantada a Reforma. Depois ela se aliou ao outro grupo e ficou contra a Reforma. Aquelas histórias de fechar o portão, tudo aquilo era verdade* (Entrevista: 16/07/2002).

⁷⁸ Antônio Filgueiras Lima nasceu em 21 de Maio de 1909 em Lavras da Mangabeira. Foi professor de Didática do Ensino Normal por mais de 20 anos; presidente do Conselho Estadual de Educação, inspetor regional de ensino (1927); inspetor de Ensino Normal (1934); fundador, com Paulo Sarasate, do Colégio Lourenço Filho (1938); diretor da instrução pública (1946-47); diretor do Instituto de Educação (1951) e professor de Didática Geral da Faculdade de Filosofia do Ceará. Foi também poeta, publicou quatro livros de poesias e ocupou a cadeira n° 21 da Academia Cearense de Letras (MARTINS: 2000, p. 166-8).

⁷⁹ A professora Eunice Simões narra que *quando eu entrei na escola na 1º série o Filgueiras Lima já era professor lá do 3º ano e ...a gente era tão admiradora do Filgueiras Lima que, se tivesse um tempinho, pedia para ser ouvinte da aula dele... se você assistisse uma aula do Filgueiras Lima, eu acho que batia a hora da saída e o aluno parece que não queria se levantar. O Filgueiras dizia "ensina como quem reza, com a alma genuflexa"* (Entrevista: 05/09/2002). Para D. Susana Bonfim Borges, as idéias do professor Filgueiras Lima eram *avançadíssimas. Eu tenho a impressão de que aquilo que hoje se faz é uma continuação do que ele pensou* (In OLÍNDIA: 2001, p. 56).

documentos já apresentados neste trabalho – do professor Hippolyto (*Como encontrei...*, 1961) e do professor Lauro (*Um grito...*, 1961) – complementados também, no livro de Atas, pelos relatos das reuniões da Congregação e do Conselho Técnico do Instituto de Educação, são bastante reveladores das diferenças e conflitos entre as suas concepções e formas de trabalho educacionais e em relação à Reforma do Ensino Normal.

Situando a presença de cada um desses dois professores no cenário educacional cearense, eles tiveram um tempo de aproximadamente sete anos de vivência simultânea no Ensino Normal: João Hippolyto ingressou no Ensino Normal como professor em 1904 e nele permaneceu até sua morte, em 1962, enquanto Lauro de Oliveira Lima tornou-se professor do Ensino Normal em 1955 e nele permaneceu até 1964, quando foi cassado pelo regime militar. A professora Suzana Dias da Costa Ribeiro, componente da equipe que elaborou a Reforma e uma de suas maiores defensoras, descreve um quadro das diferenças entre eles e suas posições politico-educacionais:

A disputa já se esperava: choque de idéias e filosofias, choque de idades e choque de posições de grupos políticos altamente prestigiados por educadores ou vice versa.

Choque de idade: O dr. Hippolyto com a idade dele e o Lauro bem novo. O dr. Hippolyto com toda a experiência acumulada de outras épocas, tradicional. Ele foi um excelente professor, muito bom, muito competente, era professor de Anatomia. Ele era médico, mas uma pessoa muito rigorosa.

Choque de grupos políticos: de educadores que ficaram muito contra o Lauro: o Filgueiras Lima, o professor Teixeira de Freitas. Já o professor João Filgueiras Lobo era amigo do Lauro e o prestigiava. Era um grande professor de Matemática, que depois foi diretor do 2º Grau. Ele era primo legítimo do dr. Filgueiras Lima. Ele trabalhou no colégio Lourenço Filho com o dr. Filgueiras, que fundou esse colégio com o dr. Paulo Sarasate. Eu até ensinei lá no início. O dr. Teixeira de Freitas, marido da dona Eldair, era contra a Reforma, era muito amigo do grupo do dr. Hippolyto. A professora Noemi, por exemplo, era de um grupo que não era da Reforma do Lauro. Ela ficou como coordenadora da Reforma, era uma pessoa muito competente, mas ela era do grupo do professor Moacir, do professor Teixeira, que era difícil de aceitar a reforma. Quem fez a pressão contra reforma foi um

grupo político mais alto aqui no Ceará que nem estava na escola
(Entrevista: 16/07/2002).

A movimentação de professores e alunas favoráveis à Reforma, a forte presença e respeitabilidade educacional do professor Lauro⁸⁰, tanto em nível local como nacional, e a grande repercussão que o caso atingiu através dos órgãos de imprensa locais tiveram influência decisiva para que a Lei da Reforma do Ensino Normal fosse mantida e a sua experimentação ocorresse durante os anos de 1958-1959 no Instituto de Educação.

Com a separação do Instituto em duas escolas distintas, o curso Normal e suas duas escolas anexas passaram a constituir-se em uma nova escola em 1960, o Instituto de Educação Justiniano de Serpa – Centro Educacional, sendo nomeado para ela como diretor o professor João Hippolyto. Durante aquele ano as atividades da Reforma foram refluindo, sendo praticadas somente por alguns professores, dentre os quais se destacava o professor Américo Barreira. A partir do ano de 1961 o professor Hippolyto retoma gradualmente as atividades para a aplicação efetiva da Reforma, principalmente através dos cursos de treinamento ministrados pelas técnicas do PABAE, atividades que se intensificaram no primeiro semestre de 1962, até a morte do professor Hippolyto.

Após a sua morte, cessam as informações na imprensa sobre o andamento da Reforma do Ensino Normal no Centro Educacional. Entretanto, no arquivo da escola, os planos e relatórios pedagógicos dos anos restantes da década de 60⁸¹ trazem registrados instrumentos e procedimentos introduzidos a partir da Reforma, como planejamentos conjuntos de aulas por áreas curriculares, articulação entre as ações didáticas teóricas e práticas, aulas de campo, atividades extra-classe, etc.

Uma das colaboradoras mais próximas do professor Lauro avalia que a Reforma não conseguiu ser implantada, apesar dos esforços feitos para isso, por causa, além dos entraves político-financeiros, das resistências à sua inovação ousada e pelas dificuldades dos professores de se adaptarem a ela. Para a professora Suzana Dias Ribeiro,

⁸⁰ A respeito do seu prestígio no encaminhamento e aprovação da Reforma em 1958, o professor Lauro declarou: *Eu tinha tanta força na época que eu cheguei pro governador e disse: "Tá aqui o projeto de Reforma do Ensino Normal, eu quero que o senhor mande para a Assembléia". "Ah, bota já!" – e em uma semana tava aprovado, porque ele aceitava tudo que eu fazia* (Entrevista, 14/05/2001).

⁸¹ A diretora que sucedeu o professor João Hippolyto foi a professora Olívia Sampaio Xavier Rodrigues, catedrática de Antropogeografia do Nordeste e que transferiu-se para o novo prédio, com o curso Normal, em 1958. Dirigiu a escola de 1962 a 1966. A professora Iracema de Oliveira Santos, auxiliar do professor Lauro desde o início da gestação da Reforma e que chegou ao novo prédio em 1963, declarou que a nova diretora era *uma mulher muito rígida, parecia, mas que foi de uma abertura, e não foi só comigo não, com o Lauro ela foi espetacular, fez tudo para adotar a reforma do Lauro*. (Entrevista: 28/05/2001).

Nessa época foi muito interessante, o Lauro queria que a aprendizagem na escola fosse assim como um artesanato. O artesão não aprende fazendo? Era isso que ele queria, que o professor aprendesse ensinando, trabalhando desde cedo com o aluno.

O Lauro trabalhava de uma maneira extraordinária, ele fazia uma reunião, expunha um assunto, o pessoal não gostava, ele trazia de outra maneira. Ele fez um esforço muito grande para que essa reforma fosse aceita. Nessa reforma, o Lauro se empenhou muito, deu a sua vida para que ela saísse, mas você sabe que é muito difícil você mudar os seus hábitos de trabalho, o seu dia-a-dia, era muito difícil.

E houve realmente muito interesse dos professores de fazer aqueles planos de aulas de uma maneira mais avançada, mas depois eu não sei o que houve lá pela Secretaria e o plano morreu. A Reforma não foi aplicada integralmente. Nos relatórios expedidos pelo próprio IEC estão claras as evidências e as dificuldades advindas de mudanças de comportamento. O pessoal não queria trabalhar, os professores não queriam mudar e acho que também porque o Lauro era muito vibrante e queria uma mudança total e logo no comportamento dos professores. (Entrevista: 16/07/2002).

Um trecho a seguir, do depoimento da professora Maria Albaniza das Chagas, também ex-diretora da Escola Modêlo, que era anexa ao curso Normal e servia como campo de estágio para as normalistas do Instituto de Educação, revela um ponto de vista auto-negociado em relação à Reforma e ao seu autor:

O Lauro era muito independente (risos). Ali ele dizia o que ele achava e era a palavra dele. A gente só fazia ouvir. Ele era muito interessado, muito empolgado. Eu gostava muito dele.

Era quem o Lauro escolhia, os representantes eram escolhidos por ele, porque não dava para todos acompanharem, eram muitos professores. Era mais quem tinha algum interesse pelo assunto, os mais interessados. Porque tem gente que a gente chama e eles dizem:

– Não, não, pelo amor de Deus, eu não quero saber disso não.

Porque tem uns que não querem nada não, querem folga e dão graças a Deus quando tem alguma reunião para não ter aula e correm logo. Não adianta nem chamar.

Não existia gente contra (a Reforma). Se existiu, eu nunca soube. Todo mundo ia na onda da escola e gostavam. Todo mundo gosta de coisa nova, diferente, já estavam muito arcaicas as coisas.

...Mas quem era doido de fazer nada contra o Lauro de Oliveira, doido daquele jeito! Tinha era que ficar calado. Ele era também, parece, inspetor de educação e tinha um colégio que era dele, o Agapito dos Santos. (Entrevista: 25/07/2002).

Passados mais de 40 anos daqueles acontecimentos, o professor Lauro faz uma reflexão sobre a sua atuação naquela época:

Eu era muito intransigente, não tinha habilidade, tal. E a minha mania era justamente o contrário: se isso é bom, vamos fazer cursos, vamos introduzir isso dentro do sistema, vamos reformar o Ensino Normal. E eu era assim meio cafajeste, era meio de briga, “tem que fazer!”, assumir um cargo, queria botar, tal, eu acho que eu não tinha habilidade para levar as coisas e tal, e então eu acho que criava ódios. Ainda hoje tem gente que tem raiva daquelas épocas, tal. (Entrevista: 04/05/2001).

Os princípios e idéias básicas da Reforma alcançaram projeção nacional. Após a aprovação da lei em 1958 e o início de sua experimentação, eles foram apresentados pelo professor Lauro em vários Estados da federação e serviram de parâmetros para diversos colégios renomados e como referência para a organização e implantação do sistema educacional do novo Distrito Federal, em Brasília. Por suas próprias palavras,

A Reforma do Ensino Normal estava disponível a quantos quisessem adotá-la, mediante qualificação dos professores e visão dos diretores de escolas de Ensino Normal (Entrevista: 04/05/2001).

Ao sistematizar em um livro as principais experiências de reforma do Ensino Normal vividas e acompanhadas por ele naquela época, no Ceará e em outros lugares do Brasil, o professor Lauro justificou a decisão de sua divulgação: *Cremos que retomadas por outros educadores, as propostas aqui explicitadas poderão servir para novas soluções. Eis porque achamos que seria bom publicá-las (LIMA: 1966, p. 8).*

E, desde aquela época, inovações educacionais como aulas de campo, trabalhos e dinâmicas de grupo, coordenações de áreas de estudos, valorização da cultura regional e interdisciplinaridade, entre outras, têm sido utilizadas e rerepresentadas sob sucessivas roupagens omitindo-se a sua fonte originária, a *Reforma Lauro de Oliveira Lima*.

3.1.7. O professor João Hippolyto na história do Ensino Normal do Ceará

As anotações e registros feitos no Livro de Atas da escola pelo professor João Hippolyto revelam sua preocupação constante com o sentido histórico da instituição em que trabalhou e com o protagonismo que ele ali desempenhou, como professor e diretor da Escola Normal, por mais de meio século, entre 1904 e 1962.

Após ter chegado ao Instituto de Educação como diretor pela terceira vez, em março de 1960, o professor João Hippolyto, ao deparar-se com o Livro de Atas do Centro Educacional, percebeu que este não tinha data de abertura. Então, além de tê-lo *Datado tardiamente em 24 de Julho de 1960*, deixou manuscrita uma anotação – talvez premonitoriamente, pelos embates e disputas com que iria se defrontar, inclusive em torno da Reforma – também no rodapé da página de abertura:

Como este livro encerra os debates sobre assuntos educacionais realizados no Conselho Técnico do Centro Educacional, acho que ele também deve ser um documentário de algumas etapas no evoluir da Escola Normal, atual Instituto de Educação. Dr. Hippolyto, em 24. Junho. 1960. (Livro de Atas: página de apresentação).

O primeiro texto transcrito por ele no Livro de Atas, da alocução que pronunciou quando tomou posse como diretor da escola em 1960, pela terceira vez, foi precedido da seguinte observação:

A título de documentação que se prende à História da Escola Normal e do Instituto de Educação Justiniano de Serpa, mando transcrever o seguinte... (Livro de Atas: 22v).

Entretanto, a expressão “mando transcrever” por ele utilizada não corresponde ao seu sentido textual, pois o discurso está transcrito com sua própria letra. Outras anotações e alguns relatórios seus também foram escritos por ele no Livro de Atas, como que garantindo tal registro de punho próprio, sem esperar pela vontade dos outros.

Mesmo sendo também médico, sua presença e atuação maiores foram no campo educacional. Como um de seus princípios de vida era a necessidade de sempre se “dar o bom exemplo”, valorizava o perfil de um diretor de escola seguro, coerente, pontual, comprometido com o bom funcionamento do serviço público, que soubesse *dirigir o barco com a necessária firmeza de um comando experimentado e em rumo certo e seguro* (SÁ, *Como encontrei...*, 1961).

Era circunspecto e avesso a aparições públicas ostensivas e à exposição do seu nome e de sua figura em assuntos “momentosos”, adjetivo usual nos jornais da época para notícias polêmicas e/ou de grande repercussão. Esse traço de sua personalidade e comportamento social, que o acompanhou por toda a sua vida, granjeou-lhe simpatias e respeito, mas trouxe-lhe também dissabores, levando-o a defender perante o Governo Estadual, em diversos momentos – em mais de 30 anos intercalados – a sua atuação na direção da Escola Normal, a exemplo da “Resposta ao Memorial que o Dr. Joaquim Moreira de Sousa dirigiu ao Secretário do Interior em 31 de Maio de 1932”:

Desse tempo a esta parte muitos programas têm sido remodelados e ajustados às novas correntes pedagógicas, mas infelizmente eu não disponho dos clarins da imprensa e deixo ao grande público a impressão de que fiquei estacionário e a Escola Normal fossilizou-se (CAVALCANTE: 2000, p. 79).

Mas, ao que parece, o professor Hippolyto não procurava os jornais e nem dava importância à veiculação do seu nome pela imprensa. Para ele, o desempenho sério na profissão e no serviço público seriam a melhor comprovação de seu bom trabalho e de sua dedicação, perante a sociedade e os seus superiores, aos quais dirigia seus relatórios.

No período pesquisado não foi encontrado nos jornais nenhum artigo de sua autoria nem entrevista realizada com ele. Esse seu distanciamento coincidia com atitude recíproca por parte da imprensa: sua posse como diretor do Instituto de Educação em Março de 1960 ou qualquer ato de sua gestão durante os dois anos seguintes não foram noticiados em qualquer dos jornais pesquisados. A única notícia encontrada a respeito dele naquele período foi por ocasião de sua morte, em 18 de Julho de 1962, publicada por apenas dois jornais: O POVO e a GAZETA DE NOTÍCIAS.

Os dois livros escritos e publicados pelo professor Joaquim Moreira de Sousa em 1955 e 1961, sobre a história do ensino no Ceará desde o início do século XVIII até o final da década de 50 do século XX, ignoram a existência e atuação do professor João Hippolyto de Azevedo e Sá no Ensino Normal e na história da Educação do Ceará.

O professor João Hippolyto dedicava-se, sem alarde, à preservação material de indícios das experiências administrativas e educacionais pelas quais ele tinha passado e de situações e fatos que o envolviam direta ou indiretamente e aos quais atribuía alguma importância. Essa postura sistemática talvez seja decorrente também de sua meticulosa formação médica, aliada a um rigor científicista com o qual teve contato pessoal em sua juventude, em sua viagem à Europa nos primeiros anos do século XX.

Não foi um historiador da educação, se considerado sob o conceito do estudioso que busca organizar o registro inteligente do conhecimento histórico para compreender a realidade histórica (LAPA: 1976, p. 18). O único documento da autoria do professor Hippolyto próximo a essa caracterização encontra-se no arquivo da Escola, maltratado pelo manuseio descuidado e com suas folhas começando a esfarelar-se, por ser já muito antigo. Trata-se de uma brochura artesanal, de 21 x 27 centímetros, com 89 páginas pautadas costuradas, manuscritas por ele próprio, sob o título de *Memória Histórica da Escola Normal do Estado do Ceará relativa ao anno de 1912, lida na Congregação de 25 de Fevereiro de 1913, sobre os acontecimentos directa ou indirectamente escolares, ao periodo letivo de 1912*. As primeiras 56 páginas contém o relato do professor João Hippolyto sobre aspectos educacionais e funcionais da escola naquele ano. O restante do volume, das páginas 57 a 89, é composto por textos anexos, que compreendem uma carta ao presidente do Estado do Ceará, protestando contra a nomeação desnecessária de uma professora suplementar para a cadeira que ele ocupava⁸², e onze cartas escritas, a seu pedido, por professores da escola, sobre o andamento de suas respectivas disciplinas naquele ano.

Disciplinado, mantinha-se atento às atividades e acontecimentos educacionais, políticos e científicos que lhe diziam respeito e que também o interessassem. Guiando-se pela compreensão de que os documentos “falam por si”, não descuidava da coleta, organização e conservação de documentos, apontamentos e fotografias, na perspectiva que pudessem ser, enquanto registros concretos, elementos comprobatórios – mesmo que questionáveis, de sua época e para o futuro – de uma história vivida e acontecida e fontes materiais de pesquisa para estudos ou elucidação de aspectos daqueles temas⁸³.

⁸² Datada de 18 de Junho de 1912 e dirigida ao Presidente do Estado, o coronel Marcos Franco Rabelo, a carta está iniciada com o seguinte teor: *O facto recente, ocorrido este mez, 48 horas antes de deixar a presidência o vosso antecessor (Antônio Pinto Nogueira Accioly, grifo meu) dividindo com manifesto prejuizo do ensino e dos cofres público, a cadeira de Hygiene e Sciencias Physicas e Naturaes, da Escola Normal, é o que me traz promovendo esta representação logo no inicio do vosso governo, em que todos nós, cearenses, depositamos as mais fundadas esperanças, em prol da prosperidade e da paz no Estado.* (SÁ: 1913, p. 58).

⁸³ A professora Maria Juraci Maia Cavalcante relatou, a respeito do arquivo pessoal do professor João Hippolyto de Azevedo e Sá, ao qual teve acesso, que *“Encontrei-o em excelente estado de conservação... Próximas a ela (escrivaninha), algumas prateleiras onde sobressaem pastas cheias de seus guardados, papéis de grande valor documental, referentes à sua participação na vida administrativa da educação cearense à frente da Escola Normal, da Diretoria da Instrução Pública e como profissional da área médica, junto à Santa Casa de Misericórdia”* (CAVALCANTE: 2000, p. 85).

3.2. Possíveis problematizações

As problematizações aqui levantadas, mesmo que limitadas – sobre o Instituto de Educação, a Reforma do Ensino Normal e outros assuntos decorrentes, a partir da profusão e da diversidade dos elementos de pesquisa encontrados nas fontes – visam abrir novas perspectivas de investigação e o aprofundamento de aspectos já sinalizados. Por isso elas estão somente apresentadas, precedidas de uma contextualização breve, para melhor compreensão das possibilidades aventadas.

3.2.1. Disputas em torno da Reforma do Ensino Normal

Dentre as diversas problematizações inicialmente apontadas, a mais complexa situa-se em torno das tensões e conflitos, moderados e/ou acirrados, que existiram entre o professor Lauro e seus seguidores em defesa da Reforma e aqueles que se opunham a ela. O tratamento entre os principais protagonistas, em seus embates públicos ou nos procedimentos particulares, alternava da elegância formal à contundência verbal direta e até mesmo panfletária, visando a desautorização intelectual, educacional e até pessoal dos interlocutores. Mas eles se manifestavam – e eram ouvidos – a partir dos lugares educacionais de autoridade, socialmente reconhecidos, que ocupavam. Emergem então algumas questões:

- Quais as bases e os motivos de suas divergências? Por que?
- Quais as concepções e práticas de educação de cada um dos protagonistas mais destacados, como os professores Lauro de Oliveira Lima, João Hippolyto de Azevedo e Sá, Antônio Filgueiras Lima e Américo Barreira? Qual a história de cada um deles no campo da educação no Ceará, em suas respectivas épocas e lugares?
- Por que as reformas educacionais ocorridas no Ceará, a exemplo da maioria das outras reformas educacionais – nacionais e estaduais – pelo Brasil afora, são sempre apresentadas como *reforma de um homem só* (CAVALCANTE: 2000, p. 63): José de Barcellos (1885), João Hippolyto de Azevedo e Sá (1918), Manuel Bergström Lourenço Filho (1922), Joaquim Moreira de Sousa (criação da Escola Normal Rural, 1934), Lauro de Oliveira Lima (1958)?
- E os outros participantes? Foram apenas coadjuvantes? Qual foi a participação efetiva, na Reforma de 1958, das professoras Suzana da Costa Ribeiro, Susana Bonfim Borges, Laysce Severiano Bonfim, Maria Leticia Ferreira Lima Sampaio, Francisca

Noemi Costa de Soriano Aderaldo, Maria Albaniza das Chagas, Olívia Sampaio Xavier e Maria Eldair Barros Teixeira, entre outras professoras do Ensino Normal no Instituto de Educação naquela época?

Em todo o contexto de preparação e aplicação da Reforma do Ensino Normal no Ceará, também seria esclarecedor conhecer-se as posições e os procedimentos político-educacionais dos governadores da época, Paulo Sarasate Ferreira Lopes (1955-1958, eleito pela UDN – União Democrática Nacional), Flávio Portela Marcílio (1958-1959, vice de Paulo Sarasate) e José Parsifal Barroso (1959-1963, eleito pelo PTB – Partido Trabalhista Brasileiro, o que demandaria um estudo específico. Nas mensagens anuais dos governadores estão refletidos alguns aspectos de suas concepções e posições a esse respeito, através dos relatórios dos seus secretários de educação.

3.2.2. O prédio escolar e seus significados

A existência do prédio de uma escola e o seu nome não expressam, por si só, os significados individuais e coletivos que possam ter para cada pessoa que estudou nela, que se sentiu e/ou se sente parte dela. O aspecto aparentemente corriqueiro de um prédio escolar, para quem chega e olha-o pela primeira vez, pode ser comparado à primeira impressão que temos à vista, durante uma viagem por terra, de um povoado à beira da estrada. Ao fazermos ali uma breve parada e nos depararmos com construções precárias ou antigas, de paredes com pintura velha e manchada ou semi-destruídas pelas intempéries, e olharmos para a aparência de seus habitantes como destoante de padrões de beleza estereotipados por um mundo externo ao deles, poderemos ter uma primeira impressão de insignificância. Mas para eles, que moram naquele lugar, o povoado é a expressão de sua própria vida, em cada detalhe, construção, lugares, plantações, águas, árvores, aves, animais, odores, ruídos, etc., que são pedaços de sua própria identidade, sentidos profundos de sua própria existência.

Lembrando, dentro dessa percepção, que também um prédio escolar, *enquanto dotado de valor simbólico, exerce uma forte influência no julgamento que a sociedade faz do nível de ensino das escolas e de seus egressos* e que *o valor simbólico do prédio escolar é fruto de uma espécie de consenso social, de legitimação da instituição de ensino que o prédio encerra* (SALES: 2000, p. 263), a presença das experiências vividas no Instituto de Educação, enquanto Escola Normal, está consubstanciada nas vidas dos

professores e das alunas que por ali passaram. Em decorrência disso, algumas perguntas potencialmente reveladoras se colocam:

- Quais as histórias vividas por professores, funcionários e alunas entre as salas, galerias e pátios da escola normal, a serem contadas? E as que não foram contadas? E as que, decorrido muito tempo, podem ser contadas? Que sonhos foram alimentados e realizados, ou não? Como os pais viam a escola normal e suas filhas estudando nela? Quais os significados da escola normal para as próprias alunas? E para a comunidade onde ela está inserida, quais as lembranças e histórias a serem contadas por moradores mais antigos do bairro, vizinhos da escola durante muitos anos?

3.2.3. A atividade docente no ensino elementar como trabalho feminino

No Brasil, a inserção da mulher no mundo do trabalho fora da esfera doméstica, principalmente após a primeira Guerra Mundial, sem ser na agricultura ou na produção industrial nascente, mas num serviço profissionalizado e de reconhecido conteúdo social e intelectual, dar-se-á também através da necessidade de ampliação do contingente de professoras – acompanhando o ritmo do crescimento populacional, principalmente nas cidades – do ensino infantil e das séries iniciais do ensino fundamental. Tal realidade traz à evocação algumas perguntas pertinentes:

- O magistério no ensino elementar era a única opção de trabalho feminino para as jovens estudantes da época? Uma profissão símbolo de trabalho e sobrevivência para as jovens de classe média e pobres? Como status intelectual e social para as jovens de famílias ricas? Representava realmente, na estrutura de uma sociedade cearense pré-industrial, o primeiro e único caminho materialmente possível e culturalmente aceitável, para uma certa independência e auto-afirmação feminina, intelectual e financeira?

- Quais as normalistas que se destacaram em seu trabalho como professoras? As mais conhecidas, à exceção da escritora Rachel de Queiroz, o são apenas porque seus nomes foram atribuídos a escolas públicas? Sendo elas anônimas e indispensáveis ao modelo de sociedade em que temos vivido, seu mérito estaria nos frutos de seu trabalho, nos seus alunos e alunas que se destacaram, de diferentes maneiras, em diversas áreas de atuação social? O que as professoras normalistas aposentadas diriam a esse respeito?

3.2.4. Memórias de professores e alunas em relação à Reforma.

As diferentes impressões percebidas nos depoimentos das ex-professoras que foram entrevistadas, a respeito do posicionamento dos professores da escola em relação à Reforma do Ensino Normal, dos que eram a favor, ou contra, ou não se manifestaram – antes, durante e depois – conduzem a perguntas como:

- Qual era o conhecimento que os professores do Instituto de Educação tinham a respeito da Reforma? Como eles a receberam? Qual foi o nível de envolvimento e de participação que eles tiveram em sua elaboração e preparação e nas atividades de sua aplicação? Até que ponto a Reforma foi aplicada na escola? Até que ponto ela não foi aplicada? O que sobrou, ou não sobrou, da Reforma, na visão deles? Qual a percepção e a compreensão que eles tinham das disputas políticas, educacionais e pessoais que se davam em torno da Reforma?

Além disso, a presença das alunas normalistas no cenário da Reforma, como seu principal destinatário, remete-nos a outras questões, para além dos professores:

- Como as alunas perceberam, receberam e acompanharam a Reforma? Qual foi a participação delas? O que têm a dizer as 18 alunas que compuseram a Diretoria do Centro Cultural das Normalistas da escola, eleita em 1959 (O POVO: 19/05/1959, p. 8)? E as 45 alunas que participaram, como “ginastas” e “coristas”, da excursão cultural ao Rio de Janeiro, na primeira quinzena em novembro de 1960 (folheto no Livro de Atas)? E algumas das centenas de normalistas concludentes das turmas de 1958 e 1959, cujos nomes estão publicados no jornal O POVO (19/11/1958, p. 8 e 09/12/1959, p. 8)?

3.2.5. O Papel da Imprensa.

As notícias sobre o Instituto de Educação e a Reforma do Ensino Normal deixam entrever maior ou menor, ou nenhuma, afinidade de alguns jornais com algumas escolas e autoridades educacionais. As disputas e as polêmicas sobre a Reforma ocuparam lugar de relevo na imprensa cearense, mas a cobertura jornalística sobre ela foi bem diversa. Alguns dos jornais simplesmente silenciaram, nada noticiando sobre o assunto; outros veicularam poucas e breves notícias; outros abordaram alguns ângulos naquilo que mais lhes interessava; e outros abriram o maior espaço possível ao assunto “momentoso” que se apresentava. Afinal:

▪ Por que, enquanto alguns jornais noticiavam sobre o Instituto de Educação e a Reforma, outros não diziam absolutamente nada? Qual foi o papel desempenhado pelos jornais cearenses, na época, em relação à Reforma do Ensino Normal? Os jornalistas, alguns com longa história profissional e certa projeção no meio educacional cearense, falavam em nome de quem? Quem falava através deles? Quais eram as suas simpatias e antipatias em relação à Reforma e aos seus principais personagens? Quais eram as suas escolhas? Qual era a postura ideológica e o projeto social expresso em cada um deles? Quais os *lugares e práticas sociais* (GONÇALVES: 2003, p. 59) de onde cada jornal se expressou?

3.2.6. O Ensino Normal como curso profissionalizante de magistério

No final dos anos 50, em que o Brasil vivia o desenvolvimentismo econômico inaugurado pelo presidente Juscelino Kubitschek, o país ganhou uma nova capital, com a construção da cidade de Brasília, o açude de Orós estava sendo concluído no Ceará, os russos tinham enviado ao espaço sideral o primeiro astronauta e Fernando de Azevedo articulava os educadores progressistas brasileiros em defesa da escola pública através do *Manifesto dos Educadores mais uma vez Convocados*, o Ensino Normal do Ceará estava passando por mais uma reforma educacional, visando um melhor preparo profissional do magistério para ensino elementar. Ao mesmo tempo, a partir do Centro Educacional, começam a ser criadas, na rede pública estadual, classes e escolas de artes industriais⁸⁴, funcionando inicialmente com cursos de corte e costura, bordado à máquina, bordado à mão, decoração do lar, arte culinária e flores.

Uma década depois, pela Lei de Diretrizes e Bases – LDB nº 5.692, de 11 de Agosto de 1971, o Ensino Normal foi transformado em uma simples habilitação para o magistério e o ensino de artes industriais nas escolas começou a ser esvaziado em seus recursos e em sua manutenção material e a extinguir-se paulatinamente.

⁸⁴ O governador José Parsifal Barroso informa a implantação de tais cursos: *Como ainda não se encontra regulamentado o ensino profissional, continua o Governo a solicitar e obter do Ministério da Educação instalação para cursos artesanais, que deverão, dentro em breve, ser anexados aos nossos principais grupos escolares. O ensino profissional continua sua expansão inteiramente dependente dos recursos federais, restritos à Escola de Artes Industriais Anísio Teixeira, integrante do Centro Educacional de Fortaleza, como matriz dos elementos destinados a esse mister especializado e à construção de sete escolas de artes industriais em Sobral, Baturité, Nova Russas, Várzea Alegre, Juazeiro do Norte, Camocim e Russas. O aproveitamento das mestras de iniciação profissional, nos nove centros criados em Fortaleza para esse fim, continua dando bons resultados.* (Mensagem: 1961, p. XXI e XXVIII).

Durante os anos 80 um vigoroso movimento de revalorização do Ensino Normal percorreu todo o Brasil e o Ceará. Na primeira metade da década de 90 o Instituto de Educação funcionou, durante quatro anos, como um CEFAM – Centro de Formação e Aperfeiçoamento do Magistério. Após a vigência da LDB nº 9.394, de 26 de Dezembro de 1996, o Instituto de Educação foi a única escola pública estadual de Ensino Normal que conseguiu fazer frente, no Ceará, às tentativas oriundas da própria Secretaria da Educação Básica do Estado – SEDUC de extinguir o Ensino Normal, apesar da nova LDB restaurá-lo e valorizá-lo, inclusive recuperando o nome *Normal*.

Diante do fim dos cursos de artes industriais nas escolas de ensino fundamental e da ofensiva contra o Ensino Normal, colocam-se questões muito atuais a esse respeito:

- Por que ter acabado com os cursos de artes industriais e tentar acabar com o Ensino Normal? Em benefício de quem, de quais interesses? Em prejuízo de quem? Qual foi o posicionamento dos professores do Ensino Normal do Instituto de Educação no transcorrer dessa turbulência? Quais as perspectivas que se vislumbram, os cenários a serem definidos para essa modalidade de ensino?

3.2.7. Finalizando

Este relatório tem como principal objetivo compartilhar irrestritamente, com os educadores que se interessam pela história e memória do Ensino Normal e da Educação no Ceará, o vasto e valioso material de pesquisa sobre o assunto, que foi possível – árdua e entusiasticamente – buscar, coletar, organizar e apresentar.

Ele termina aqui, assim, não com uma síntese comentada, à guisa de conclusão, de elementos de confirmação ou negação de hipóteses previamente apontadas, mas com a apresentação de algumas problematizações, como um convite às várias possibilidades de pesquisa presentes no material documental e mnemônico levantado em suas fontes.

* * *

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- = APPLE, Michael W. *Política Cultural e Educação*. São Paulo: Cortez, 2000.
- = BOSI, Ecléa. *Memória e Sociedade: lembranças de velhos*. São Paulo: Edusp, 1987.
- = BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. Trad. Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand, 1989, p. 1-15.
- = CARVALHO, Maria Helena Vale de. *Da Escola Normal ao Colégio Estadual Justiniano de Serpa: um resgate histórico-pedagógico*. Fortaleza: Mimeo, 1998.
- = CASTELO, Plácido Aderaldo. *História do Ensino no Ceará*. Fortaleza: Departamento de Imprensa Oficial, 1970.
- = CAVALCANTE, Margarida Jardim. *CEFAM: uma alternativa pedagógica para a formação do professor*. São Paulo: Cortez, 1994.
- = CAVALCANTE, Maria Juraci Maia. *João Hippolyto de Azevedo e Sá: o espírito da Reforma Educacional de 1922 no Ceará*. Fortaleza: EUFC, 2000.
- = _____. *O jornal como fonte privilegiada de pesquisa histórica no campo educacional*. Fortaleza: Mimeo, 2000.
- CERTEAU, Michel de. *A Operação Histórica*. In Le GOOF, Jacques & NORA, Pierre. *História: Novos Problemas*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976, p. 17-48.
- = DINIZ, Maria do Socorro Freitas e CAVALCANTE, Raimundinha Medeiros. *Revista do Instituto de Educação do Ceará*. Fortaleza: Edição Especial do Centenário, 1984.
- = ECO, Humberto. *Como se faz uma Tese*. Lisboa: Editorial Presença, 1997.
- = FENTRESS, James e WICKHAM, Chris. *Memória Social*. Lisboa: Teorema, 1992.
- = FOUCAULT, Michel. *Em Defesa da Sociedade*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- = _____. *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1999.
- = _____. *Arqueologia do Saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.
- = GOERGEN, Pedro e SAVIANI, Demerval (org.). *Formação de Professores: A Experiência Internacional sob o Olhar Brasileiro*. São Paulo: NUPES, 1998.
- = GONÇALVES, Adelaide e SILVA, Jorge E. *A Bibliografia Libertária: Um Século de Anarquismo em Língua Portuguesa*. São Paulo: Imaginário/NuSol, 1999.
- = GONÇALVES, Adelaide (org.). *Ceará Socialista: Ano 1919*. Florianópolis: Insular, 2001.
- = GONÇALVES, Adelaide e BRUNO, Allyson. *Imprensa dos Trabalhadores: Fonte, Documento e Memória Social*. In *Linguagens da História*. José Gerardo

- Vasconcelos e Antônio Germano Magalhães Junior (organizadores). Fortaleza: Imprece, 2003, p. 56-67.
- = HOBBSAWM, Eric J. *O presente como história: escrever sobre a história de seu próprio tempo*. Novos Estudos CEBRAP. São Paulo (43): 103-112, nov. 1995.
- = JUCÁ, Gisafran Nazareno Mota. *Verso e Reverso do Perfil Urbano de Fortaleza*. São Paulo, Annablume; Fortaleza, Secretaria de Cultura e Desporto do Estado do Ceará: 2001.
- = _____. *A Oralidade dos Velhos na Polifonia Urbana*. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2003.
- = LAPA, José Roberto do Amaral. *A História em Questão*. Rio de Janeiro: Vozes, 1976.
- = LIMA, Hermes. *Anísio Teixeira – Estadista da Educação*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.
- = LIMA, Lauro de Oliveira. *Treinamento do Professor Primário*. Belo Horizonte: Editora do Professor Ltda, 1966.
- = _____. *O Impasse na Educação*. Petrópolis: Vozes, 1969.
- = MAAR, Wolfgang Leo. *O que é Política*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- = MADEIRA, Maria das Graças de Loiola. *Recompondo Memórias da Educação: a Escola de Aprendizes Artífices do Ceará (1910-1918)*. Fortaleza: CEFET, 1999.
- = MARTINS, José Murilo. *Minha Escola tem nome e tem História*. Fortaleza: Prefeitura Municipal de Fortaleza, 2000.
- = OLINDA, Ercília Maria Braga de. *A Dimensão Educativa do Partido Político*. Fortaleza: Expressão, 1991.
- = _____. *Memórias em Desordem na Coerência de uma Vida*. In Memórias no Plural. José Gerardo Vasconcelos e Antônio Germano Magalhães Junior (org.). Fortaleza: LCR, 2001, p. 46-59.
- = PEIXOTO, Maria Onolita. *Habilidades de Estudos Sociais*. Rio de Janeiro: Editora Nacional de Direito, 1964.
- = POLLAK, Michael. *Memória, Esquecimento e Silêncio*. In Estudos Históricos. Trad. Dora Rocha Flaksman. Rio de Janeiro: vol. 2, nº 3, 1989, p. 3-14.
- = _____. *Memória e Identidade Social*. In Estudos Históricos. Tradução Monique Augras. Rio de Janeiro: vol. 5, nº 10, 1992, p. 200-212.
- = PORTO ALEGRE, Maria Sylvia. *Fontes Inéditas para a História Indígena no Ceará*. Fortaleza: UFC/NEPS, 1992.

- = SÁ, João Hippolyto de Azevedo e. *Memória Histórica da Escola Normal do Estado do Ceará relativa ao anno de 1912, lida na Congregação de 25 de Fevereiro de 1913, sobre os acontecimentos directa ou indirectamente escolares, ao periodo letivo de 1912*. Documento manuscrito pelo autor, com 89 páginas. Arquivo do Instituto de Educação do Ceará.
- = SALES, Luís Carlos. *O Valor Simbólico do Prédio Escolar*. Teresina: EDUFPI, 2000.
- = SILVA, Maria Goretti L. Pereira e. *A Escola Normal no Ceará: luzes e modernidade contra o atraso na Terra da Sêca (1884-1922)*. Fortaleza: 2001. Dissertação de Mestrado. UFC.
- = SILVEIRA, Maria Yolanda Perdigão. *A Formação da Professora na Escola Pública: Reprodução ou Transformação Social?* Fortaleza: 1990. Dissertação de Mestrado. UFC.
- = SOARES, Lucas Janoni. *Anísio Teixeira*. Série Rebeldes Brasileiros. Rio de Janeiro: Casa Amarela, 2000, p. 336-351.
- = SOUSA, Joaquim Moreira de. *Estudo sobre o Ceará*. MEC-INEP-CILEME, 1955.
- = _____. *Sistema Educacional Cearense*. Recife: MEC-INEP/Centro Regional de Pesquisas Educacionais do Recife, 1961.
- = SWILLENS, Edite Pontes. *Estudo Sobre os Egressos do Curso de Formação de Professores do Instituto de Educação do Ceará*. Fortaleza: 1983. Dissertação de Mestrado. UFC.
- = TEIXEIRA, Francisca Alba. *Unidade de Trabalho*. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1967.
- = VASCONCELOS, José Gerardo. *Memória, História e Esquecimento em Nietzsche e Leopardi*. In Revista Educação em Debate – v. 1, nº 39. Fortaleza: UFC, 2000.
- = _____. *Memórias da Saudade: Busca e Espera no Brasil Autoritário*. São Paulo, Annablume; Fortaleza, Secretaria de Cultura e Desporto do Estado do Ceará: 2000.
- = VIEIRA, Maria do Pilar de Araújo et alii. *A Pesquisa em História*. São Paulo: Ática, 1989.

FONTES INTEGRANTES DESTA PESQUISA

RELATÓRIOS e DOCUMENTOS

- . Livro de Atas (nº 306) do Conselho Técnico do Centro Educacional: 1958 a 1962 – arquivo do Instituto de Educação.
- . Relatórios do professor João Hippolyto de Azevedo e Sá como diretor do Instituto de Educação: 1960-1962 – arquivo do Instituto de Educação.
- . *Como encontrei o Instituto de Educação* (em 1960) – Relatório do professor João Hippolyto de Azevedo e Sá: 15/03/1961 – arquivo do Instituto de Educação.
- . *Um Grito do Fundo dos Tempos* – Documento do professor Lauro de Oliveira Lima: 1961 – arquivo do Instituto de Educação.
- . Relatório das Atividades da Coordenadora Pedagógica Francisca Noemi Costa de Soriano Aderaldo, de Agosto/Dezembro/1961: 31/12/1961 – arquivo do Instituto de Educação.
- . Relatório das atividades educacionais do Instituto de Educação do 1º semestre de 1962 e do planejamento das atividades para o segundo semestre de 1962: 17/07/1962 – encartado no Livro de Atas, entre as páginas 81v e 82.

* * *

MENSAGENS ANUAIS APRESENTADAS À ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA PELOS GOVERNADORES DO CEARÁ

- . Stênio Gomes da Silva – 15 de Março de 1955, p. 20, 181-182.
- . Paulo Sarasate – 15 de Março de 1956, p. XVII (Preâmbulo); 15 de Março de 1957, p. XXI (Preâmbulo), 132.
- . Flávio Portela Marcílio – 15 de Março de 1958, p. XV (Preâmbulo); 15 de Março de 1959, p. XIII-XIV (Preâmbulo), 102, 107-108.
- . José Parsifal Barroso – 15 de Março de 1960, p. 84; 15 de Março de 1961, p. XXI e XXVIII (Preâmbulo), 75; 15 de Março de 1962, p. 70-71; 15 de Março de 1963, p. 66-67.
- . Virgílio Távora – 15 de Março de 1964/1965, p. 39.

* * *

LEIS e DECRETOS

(Citados como referências para pesquisas, mas não transcritos neste trabalho):

- . Lei Federal nº 8.530, de 2 de Janeiro de 1946. Lei Orgânica do Ensino Normal.
- . Lei Estadual nº 4.410, de 26 de Dezembro de 1958, dispondo sobre o Ensino Normal do Estado do Ceará.
- . Decreto Estadual nº 3.662, de 21 de Março de 1959, aprovando o Regulamento do Ensino Normal do Estado do Ceará.
- . Lei Estadual nº 4.743, de 15 de Janeiro de 1960, criando o Colégio Estadual de Fortaleza e o Instituto de Educação Justiniano de Serpa – Centro Educacional.
- . Lei Estadual nº 5.427, de 27 de Junho de 1961, transformando o Instituto de Educação Justiniano de Serpa – Centro Educacional em Centro Educacional do Ceará.
- . Decreto Estadual nº 5.578, de 23 de Março de 1963, expedindo o regulamento para a Lei nº 4.410, de 26 de Dezembro de 1958, adaptando a Lei do Ensino Normal do Ceará à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nº 2.024, de 20 de Dezembro de 1961.
- . Lei Estadual nº 8.559, de 19 de Agosto de 1966, transformando o Centro Educacional do Ceará em Instituto de Educação do Ceará.

* * *

Jornais: NOTÍCIAS, ARTIGOS, ENTREVISTAS, EDITORIAIS e CARTAS

- . O POVO. Fortaleza, Ce: 05 de Abril de 1956; 31 de Janeiro de 1958; 18 de Abril de 1958; 19 e 25 de Novembro de 1958; 09 de Janeiro de 1959; 10, 13, 14, 16 e 23 de Abril de 1959; 19 e 29 de Maio de 1959; 06, 08, 10, 11, 12, 19 e 22 de Junho de 1959; 06, 07 e 23 de Julho de 1959; 04 de Setembro de 1959; 09 de Dezembro de 1959; 04 e 09 de Março de 1960; 10 e 12 de Novembro de 1960; 19 e 21 de Julho de 1962.
- Polêmica entre os professores Américo Barreira e José Sobreira de Amorim e a Secretaria de Educação e Saúde do Ceará: cinco cartas e um editorial – 30 de Abril e 3, 4, 7 e 09 de Maio de 1960, páginas diversas.
- . TRIBUNA DO CEARÁ. Fortaleza, Ce: 07, 20, 21, 22, 24 e 27 de Fevereiro, 03 e 08 de Março; 13 de Maio de 1958.
- . O ESTADO. Fortaleza, Ce: 25, 28 e 29 de Janeiro de 1958; 7 de Fevereiro de 1958; 31 de Dezembro de 1958; 4, 7, 8, 9 e 25 de Abril de 1959.

. O NORDESTE. Fortaleza, Ce: 07, 14, 20, 22 e 24 de Fevereiro de 1958; 20 de Março de 1958; 7 de Maio de 1958; 3 de Abril de 1959.

. GAZETA DE NOTÍCIAS. Fortaleza, Ce: 21 de Fevereiro de 1958; 03 de Fevereiro de 1959; 10 de Maio de 1959; 19 de Julho de 1962.

* * *

Jornal O POVO: TEXTOS e ARTIGOS sobre a REFORMA DO ENSINO NORMAL NO CEARÁ

. *Esboço de uma reforma ideológica do Ensino Normal* – cinco artigos – Lauro de Oliveira Lima – 17, 24 e 31 de Maio e 7 e 14 de Junho de 1956, p. 6.

. *Ensino Normal: o Ceará está em primeiro plano* – Entrevista com Lauro de Oliveira Lima – 18 de Dezembro de 1958, p. 2.

. *Reforma do Ensino* – Lauro de Oliveira Lima, a respeito de carta enviada por ele ao Arcebispo Metropolitano de Fortaleza, Dom Antônio Almeida Lustosa – 31 de Dezembro de 1958, p. 7.

. *Clubes no Centro Educacional* – dois capítulos – Cônego Aloísio Rocha Barreto – 03 e 07 de Janeiro de 1959, p. 3.

. *À margem da Reforma do Ensino Normal* – oito capítulos – Lauro de Oliveira Lima – 6, 7, 9, 10, 13, 14, 15 e 16 de Janeiro de 1959, p. 3.

. *“Reforma do Ensino Normal”* – Carta do professor Lauro de Oliveira Lima ao Secretário de Educação e Saúde do Estado do Ceará – 06 de Junho de 1959, p. 6-7.

. *A Reforma do Ensino e a Dívida Metódica* – Lauro de Oliveira Lima – 14 de Setembro de 1959, p. 6.

* * *

TEXTOS DE AUTORES CEARENSES SOBRE A REFORMA DO ENASINO NORMAL NO CEARÁ DE 1958

. *O Problema da Reforma*. Joaquim Moreira de Sousa. In Sistema Educacional Cearense. Recife: MEC-INEP, 1961, p. 212-226.

. *A Reforma do Ensino Normal no Estado do Ceará*. Lauro de Oliveira Lima. In *Treinamento do Professor Primário: uma nova concepção de Escola Normal*. Belo Horizonte: Editora do Professor Ltda, 1996, p. 49-80.

ENTREVISTAS

. Duas entrevistas sobre a Reforma do Ensino Normal no Ceará, cedidas pela professora Ercília Maria Braga de Olinda, feitas com os professores:

→ Lauro de Oliveira Lima, em 14/05/2001.

→ Iracema de Oliveira Santos, em 28/05/2001.

. Quatro entrevistas feitas com as ex-professoras do Instituto de Educação:

→ Suzana Dias da Costa Ribeiro, em 08/04/2002 e 16/07/2002.

→ Maria Albaniza das Chagas, em 25/07/2002.

→ Maria Eunice Simões Moura Paiva, em 05/09/2002.

→ Maria Neli Sobreira de Oliveira, em 26/08/2003.

. Três entrevistas citadas, mas não transcritas neste trabalho:

→ Maria Dulce Pinto, em 02/04/2002.

→ Maria Adelides Arrais, em 03/04/2002.

→ Glória Maria Fitterman Albano, em 04/04/2002 e 15/04/2002.

* * *

FONTES COMPONENTES DESTA PESQUISA

➤ ATAS DO LIVRO (Nº306) DE REUNIÕES DO INSTITUTO DE EDUCAÇÃO – CENTRO EDUCACIONAL

➤ RELATÓRIOS E CARTAS – João Hippolyto de Azevedo e Sá

➤ DOCUMENTOS E RELATÓRIOS DIVERSOS SOBRE A REFORMA DO ENSINO NORMAL NO CEARÁ – autores diversos

➤ MENSAGENS DOS GOVERNADORES À ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO CEARÁ REFERENTES AO ENSINO NORMAL E AO INSTITUTO DE EDUCAÇÃO: 1955 a 1965

➤ NOTÍCIAS, ENTREVISTAS, CARTAS e ARTIGOS: Jornais O POVO, TRIBUNA DO CEARÁ, O ESTADO, O NORDESTE e GAZETA DE NOTÍCIAS

➤ TEXTOS e ARTIGOS sobre a REFORMA DO ENSINO NORMAL NO CEARÁ – Jornal O POVO.

➤ TEXTOS DE AUTORES CEARENSES sobre a REFORMA DO ENSINO NORMAL DE 1958 CEARÁ

➤ ENTREVISTAS COM EX-PROFESSORES do INSTITUTO DE EDUCAÇÃO sobre a REFORMA DO ENSINO NORMAL NO CEARÁ

ATAS DO LIVRO (N^o 306) DE REUNIÕES DO INSTITUTO DE EDUCAÇÃO – CENTRO EDUCACIONAL

- ANO DE 1958 – Seis Atas: p. 1-7v.
 - 11 de Abril: p. 1-1v.
 - 17 de Abril: p. 2-2v.
 - 04 de Junho: p. 3-3v.
 - 15 de Junho: p. 4-5.
 - 19 de Agosto: p.5v-7.
 - 22 de Setembro: p. 7v.

- ANO DE 1959 – Cinco Atas: p.8-22.
 - 17 de Fevereiro: p. 8.
 - 24 de Fevereiro: p. 14-15v.
 - 26 de Fevereiro: p. 16-18v.
 - 17 de Junho: p. 19-20v.
 - 20 de Junho: p. 21v-22.

- ANO DE 1960 – Duas Atas: p. 33v-38v.
 - 21 de Setembro: p. 33v-35.
 - 05 de Outubro: p. 36v-38v.

- ANO DE 1961 – Sete Atas: p.41-65
 - 18 de Maio: p. 41-44.
 - 23 de Maio: p. 44v-45.
 - 28 de Junho: p. 45v-47v.
 - 04 de Agosto: p. 48-49v.
 - 07 de Agosto: p. 50v-58v.
 - 23 de Agosto: p. 61v-62v.
 - 27 de Setembro: p. 63-65.

- ANO DE 1962 – Seis Atas: p. 66-91v.
 - 19 de Fevereiro: p. 66-67v.
 - 04 de Abril: p. 72-76.
 - 02 de Maio: p. 76v-81.
 - 16 de Julho: p. 81v-82.
 - 18 de Julho: p. 82v-86.
 - 25 de Julho: p. 88-91v.

ABERTURA DO LIVRO

Esse livro, embora tenha registrada sua primeira reunião datada de 11 de abril de 1958 e sua última datada de 25 de julho de 1962, traz em sua página de abertura o carimbo de identificação da escola (*Instituto de Educação - Ceará - Nº 306*), o Termo de Abertura: *Este livro, que contém 100 fls., servirá para o lançamento das Atas referentes a cada reunião do Conselho Técnico do Centro Educacional.*

Na página de abertura há também duas anotações manuscritas pelo professor Dr. João Hippolyto de Azevedo e Sá:

“Datado tardiamente em 24 – Junho – 1960. Dr. Hippolyto”

“Como este livro encerra os debates sobre assuntos educacionais realizados no Conselho Técnico do Centro Educacional, acho que ele também deve ser um documentário de algumas etapas no evoluir da vida da escola Normal, atual Instituto de Educação. Dr. Hippolyto, em 24. Junho. 1960.”

Ata da sessão da Congregação do Curso Normal, do Centro Educacional do Instituto de Educação – 11-04-1958

In: Livro de Atas das Reuniões do Conselho Técnico do Centro Educacional, Nº 306, de 92 páginas (frente e verso), do Instituto de Educação do Ceará, nas páginas 1 e 1v, sem identificação de quem a secretariou e manuscreeveu.

Aos 11 (onze) dias do mês de abril de mil, novecentos e cinqüenta e oito (1958), na Sala dos Conselhos do Centro Educacional, do Instituto de Educação do Ceará, reuniu-se a Congregação do Curso Normal, do Centro Educacional, sob a presidência do Diretor do Instituto de Educação, Dr. José Sobreira de Amorim.

Aberta a sessão, tomou a palavra D. Suzana Ribeiro, explicando que o motivo da sessão era a reforma do Ensino do Curso Normal.

O professor Lauro de Oliveira Lima entrou depois em comentários sobre o planejamento da reforma e apresentou o plano de “Trabalho de Classe”, ainda em projeto, para entrar em debate.

Dra. Raimunda Severo pediu maiores esclarecimentos sobre o assunto.

O professor Lauro, por sugestão do Sr. Diretor, explicou minuciosamente o plano e ficou então assentado que o mesmo entraria em vigor, a título de experiência.

A Dra. Olívia Sampaio Xavier Rodrigues pediu explicação sobre o trabalho das técnicas, e em torno do assunto ofereceu sugestões apreciáveis.

Tomando novamente a palavra, a prof. Dra. Raimunda Severo pediu esclarecimentos sobre a viabilidade da execução do plano na cadeira de Português.

Com a palavra o professor Moacir Aguiar falou e comentou as leis que regem o Ensino Normal, trabalho este metucioso e de muita pesquisa dentro do assunto, externando ainda o seu pensamento sobre o assunto.

Deu também a sua opinião favorável ao plano trabalho de classe apresentado pelo prof. Lauro de Oliveira Lima, o dr. Clóvis Catunda, professor da cadeira de Psicologia.

Depois de acaloradas discussões, o Diretor do Instituto de Educação deu apoio ao plano do prof. Lauro de Oliveira Lima e acatou as sugestões do prof. Moacir Aguiar no sentido de se examinar as leis que regem o ensino Normal no Brasil e o que de particular já existe na legislação estadual.

Nada mais havendo a tratar foi encerrada a sessão, marcando-se outra reunião para a 4ª feira vindoura, e de todos os trabalhos foi lavrada a presente ata que, depois de lida e aprovada será assinada por todos os presentes.

Observação minha (José Nunes CUERREIRO): Após esta ata, não foi colocada na página 1v, nem na subsequente, a assinatura de qualquer dos presentes, nem mesmo da pessoa que secretariou a reunião e redigiu esta ata.

Ata da sessão da Congregação do Curso Normal, do Centro Educacional do Instituto de Educação - 17-04-1958

In: Livro de Atas das Reuniões do Conselho Técnico do Centro Educacional, Nº 306, do Instituto de Educação do Ceará, nas páginas 2 e 2v.

Aos 17 dias do mês de abril do ano de 1958, no local e na mesma hora de costume, realizou-se a sessão da Congregação do Curso Normal do Centro Educacional do Instituto de Educação.

Foi aberta a sessão pelo Sr. Diretor.

O professor Clóvis Catunda usou da palavra para dar opinião sobre o plano do Prof. Lauro de Oliveira Lima, achando-o excelente e de execução possível.

D. Suzana Dias Ribeiro falou sobre a coordenação do trabalho pedagógico, esclarecendo que em S. Paulo este papel cabia a um professor e que era feito por rodízio.

O Prof. Denizard Macedo foi convidado a dar a sua opinião sobre a reforma, achando louvável a iniciativa, lembrando porém as dificuldades que haviam de sobrevir por falta de meios. Todos foram unânimes no reconhecimento das opiniões do Dr. Denizard e D. Suzana Bonfim Borges deu mais detalhadas explicações sobre o assunto.

O Diretor parabenizou os professores pela boa vontade pela Reforma e pediu um voto de louvor para o Prof. Lauro de Oliveira Lima, o que foi aceito unanimemente.

Com a palavra o Prof. Denizard Macedo pediu explicações sobre os trabalhos e atividades das técnicas, dando ainda sugestões sobre as reformas na cadeira de Antropogeografia do Nordeste.

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão, ficando mais uma vez assentado que os planos de reforma seriam postos em prática em caráter experimental.*

De tudo foi lavrada a presente ata que, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Observação minha (José Nunes CUERREIRO): Após esta ata, não foi colocada na página 2v, nem na subsequente, a assinatura de qualquer dos presentes, nem mesmo da pessoa que secretariou a reunião e redigiu esta ata.

Ata da Reunião do Conselho Técnico do Centro Educacional do Instituto de Educação - 4 de junho de 1958

In: Livro de Atas das Reuniões do Conselho Técnico do Centro Educacional, Nº 306, do Instituto de Educação do Ceará, nas páginas 3 e 3v.

* Algumas palavras e trechos de frases que aparecem grifados nas atas devem ter sido sublinhadas posteriormente, provavelmente por alguma pessoa interessada no assunto.

Aos 4 dias do mês de junho do ano de 1958, na Sala dos Conselhos, às 9 horas, reuniu-se o Conselho Técnico, sob a presidência do Sr. Diretor do Instituto de Educação.

Aberta a sessão, a Vice-Diretora D. Susana Bonfim Borges explicou o motivo principal da reunião – dar conhecimento ao referido Conselho, do novo horário, em virtude da execução do plano da reforma, em experiência.

Com a palavra, a Dra. Olívia Sampaio Xavier Rodrigues comunicou o desejo de modificar o programa de Antropogeografia do Nordeste, situando-o mais particularmente em assuntos regionais. O Conselho Técnico aprovou as sugestões da prof. Olívia, passando-se em seguida ao assunto da modificação do horário, que reduz para duas as aulas semanais dos catedráticos, ficando os mesmos obrigados ao ponto das quartas feiras, quando se farão atividades práticas, de acordo com o plano de reforma aprovado em sessões anteriores.

O prof. Lauro sugeriu que se desse ciência a todos os professores, comunicando essa deliberação por meio de circular.

A Vice-Diretora D. Susana Bonfim Borges pediu encarecidamente aos Chefes de Departamentos que os trabalhos das quartas feiras fossem organizados com antecedência e apresentados à Coordenadora Geral. Falou também sobre a indisciplina das alunas e sugeriu a organização de uma ficha na qual se pudesse apreciar o aproveitamento e a disciplina de cada uma. A sugestão foi aprovada.

Foi ainda ventilado o assunto quanto, digo, sobre a matrícula do Curso Normal, ficando aprovado pelo Conselho que será fixada a matrícula em 40 para cada ano, não se aceitando alunos fora do período regulamentar da matrícula.

O Conselho decidiu que o Centro Educacional seria representado no Simposium de Orientação Educacional que se realizaria no Rio Grande do Sul por 3 membros, dependendo do auxílio do governo.

Nada mais havendo a tratar, foi lavrada a presente ata, que depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Observação minha (José Nunes GUERREIRO): Após esta ata, não foi colocada na página 3v, nem na subsequente, a assinatura de qualquer dos presentes, nem mesmo da pessoa que secretariou a reunião e redigiu esta ata.

Ata da reunião da Congregação do Centro Educacional do Instituto de Educação – 15-06-1958

In: Livro de Atas das Reuniões do Conselho Técnico do Centro Educacional, N° 306, do Instituto de Educação do Ceará, nas páginas 4 a 5.

Aos quinze (15) dias do mês de junho de 1958, às 9 horas, na Sala dos Conselhos, reuniu-se a Congregação dos Professores do Centro Educacional. Na ausência do Diretor foi a mesma dirigida pela Vice-Diretora D. Susana Bonfim Borges. Depois de muitos debates e discussões foram tomadas as seguintes resoluções:

I) Que se designasse uma comissão para organizar as provas, digo, organizar o sistema de provas para o Exame Vestibular, e que as mesmas fossem objetivas, e ainda que tivessem as mesmas a maior divulgação;

II) Proibir, intransigentemente, o ditado de pontos em aulas;

III) Adoção de livros, obrigatoriamente, para todas as cadeiras e que toda e qualquer aluna possua, pelo menos, um livro para cada disciplina;

IV) Cadeiras que podem possuir disciplinas constelares (ampliação de programas):

Psicologia – Psicotécnica (Testes psicológicos, testes escolares, aplicação e organização, respectivamente).

Antropogeografia – Ecologia humana.

Matemática – Jogos, Estatística.

Metodologia – Administração escolar, Instituições escolares, Metodologia especial, Métodos audio-visuais, Educação familiar, etc.

Higiene – Socorros de urgência.

Português – Jogos.

Filosofia – História da Educação.

Sociologia – Educação Cívica.

Música – Canto Orfeônico.

Desenho – Trabalhos manuais, etc.

V) Recomendar aos professores para que todos apresentem, o mais breve possível, os seus planos para o programa, aos respectivos Chefes de departamento.

VI) Um voto de louvor à Diretora D. Susana e às suas auxiliares. Aprovado por unanimidade.

VII) Uma comissão para ir ao Governador tratar de vários assuntos de interesse do Centro Educacional. Ficou resolvido que D. Susana procuraria o Dr. Amorim e pediria para acompanhá-la, juntamente com D. Zilah, até o Palácio do Governo, a fim de defender as reivindicações dos professores.

VIII) Estudar a possibilidade de se tirar uma revista no fim do ano.

IX) Aceitar a sugestão do prof. Denizard Macedo, que era a seguinte: Dividir o pessoal da Secretaria (*da escola*) em dois setores: um puramente administrativo e outro dedicado mais ao ensino. Organização de uma ficha para cada aluna do curso Normal, na qual se constatasse o aproveitamento, a frequência e atividades, tais como estágios, mediante gráficos.

X) Ponderar que, devido à nova organização que se imprimiu ao curso Normal, é imprescindível que o Centro Educacional continue reservado apenas aos cursos Normal e Primário e que, se o Curso Ginásial viesse funcionar no Centro Educacional, o Normal voltaria para a Praça Filgueira de Melo.

Nada mais foi tratado. Lavrou-se então a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelos presentes.

Observação minha (José Nunes CUCURREIRO): Após esta ata, não foi colocada na página 5, nem na subsequente, a assinatura de qualquer dos presentes, nem mesmo da pessoa que secretariou a reunião e redigiu esta ata.

Ata da sessão do Conselho Técnico Administrativo do Instituto de Educação Justiniano de Serpa – Centro Educacional – realizada no dia 19 de agosto de 1958

In: Livro de Atas das Reuniões do Conselho Técnico do Centro Educacional, N° 306, do Instituto de Educação do Ceará, nas páginas 5v a 7.

Às 9 horas do dia 19 de agosto de 1958, no salão da Diretoria do Centro Educacional – Secção pedagógica do Instituto de Educação Justiniano de Serpa, reuniu-se o Conselho Técnico Administrativo, presentes os seguintes membros: Susana Bonfim Borges, Lauro de Oliveira Lima, Zilah Rosa Souza, Suzana Dias Ribeiro, Olívia Sampaio Xavier Rodrigues e João Filgueiras Lobo.

Com a palavra, D. Susana Bonfim Borges explicou que o motivo da reunião era o grande número de faltas dos professores, além de outros assuntos.

Debatido o assunto principal pelos presentes, por unanimidade foram aprovadas as seguintes resoluções:

I) A Direção de Centro Educacional fica subordinada à seguinte ordem hierárquica: a) D. Susana Bonfim Borges; b) D. Suzana Dias Ribeiro; c) D. Olívia Xavier Rodrigues; d) João Filgueiras Lobo; e) Lauro de Oliveira Lima; f) D. Zilah Rosa; g) D. Marilza Gois Ferreira.

II) Aprovar a criação do Conselho de alunas, integrado de representantes de todas as turmas e que deve ser prestigiado e orientado pela direção do estabelecimento e pelos professores, ficando encarregada desse serviço a professora Suzana Dias Ribeiro.

III) Para executar as atividades previstas no plano de experiência de reforma em andamento, usar-se-ão, normalmente, as Técnicas de Educação que tiverem habilitação para o trabalho, ou convocar-se-ão as professoras primárias, a quem serão atribuídas aulas suplementares correspondentes, remuneradas, cumulativamente, com a sua cadeira.

IV) As Técnicas convocadas para prestarem serviços no Instituto de Educação Justiniano de Serpa ficarão obrigadas a (10) horas de atividades semanais, atribuindo-se-lhes tantas aulas suplementares remuneráveis, quantas horas excederem esse limite.

V) Pedir a indicação de professores substitutos para os catedráticos que estão afastados, entre os quais os senhores professores de Português, Desenho, Química e Canto Orfeônico.

VI) Designar para Coordenadoras de Séries as Técnicas abaixo relacionadas:

3º Série – Laysce Severiano Bonfim;

2º Série – Zilda Pinto;

1º Série – Miriam Rebouças.

VII) As Coordenadoras apresentarão, semanalmente, à Coordenadora Geral (Suzana Dias), o plano de atividades da respectiva série para a 4ª feira seguinte (visitas, excursões, seminários, funcionamento dos clubes, leitura dirigida, Conselho de alunas, etc.).

VIII) As Coordenadoras de Séries farão funcionar, pelo menos, os seguintes clubes:

a) Clube de tradições cearenses (folclore);

b) Clube de leitura – biblioteca;

c) Clube de cinema;

d) Clube de teatro;

e) Clube de fotografia;

f) Clube de religião;

g) Clube de arte (pintura e decoração);

h) Clube doméstico;

i) Clube de imprensa e jornal;

j) Orfeão Escolar;

l) Pelotão de Saúde.

IX) Autorizar a Direção do Instituto de Educação a organizar o quadro de aulas previstas em cada disciplina e atividades, não podendo ser realizadas provas de disciplinas cujo professor não ministrou integralmente as aulas previstas.

X) Determinar a reuniões dos grupos que integram os corpos administrativos e docente de acordo com o calendário abaixo:

a) Técnicas e professores auxiliares – 6ª feira, de 8,30 às 9,30 horas;

b) Conselho Técnico Administrativo – primeiras quartas feiras (*de cada mês*), às 8 horas;

c) Departamento – às 4ª feiras, às 8 horas, exceto nas 4ª feiras em que houver reunião do C.T.A.;

d) Corpo docente do primário – diariamente, de 7 às 7,30;

e) Pessoal administrativo – Sábado, às 7 hs e 30.

XI) Propor a criação dos cargos de Chefes Seccional e Secretário para o Instituto de Educação Justiniano de Serpa.

XII) Propor a criação da Caixa Escolar instituída com verbas orçamentárias, doações e contribuições voluntárias dos alunos e administrada por um conselho de professores e alunos.

XIII) Propor que qualquer curso ou experiência que venha funcionar no Centro Educacional fique subordinado ao Conselho Administrativo e Direção do Instituto de Educação.

XIV) Propor uma reunião composta do Conselho Técnico Administrativo e da Direção do Instituto de Educação com as autoridades educacionais do Estado, para discussão e debates dos assuntos de interesse do Centro.

Nada mais foi tratado. Para os fins devidos lavrou-se a presente ata, que depois de lida e aprovada, será assinada pelos presentes.

Observação minha (José Nunes GUERREIRO): Após esta ata, não foi colocada na página 7, nem na subsequente, a assinatura de qualquer dos presentes, nem mesmo da pessoa que secretariou a reunião e redigiu esta ata.

Ata da sessão do Conselho Técnico Administrativo de 22-09-1958

In: Livro de Atas das Reuniões do Conselho Técnico do Centro Educacional, Nº 306, do Instituto de Educação do Ceará, na página 7v.

Aos 22 dias do mês de setembro do ano de 1958, no salão da Diretoria do Centro Educacional, teve lugar, às 10 horas, a sessão do Centro Educacional.

Sob a presidência do ilustre Diretor do Instituto de Educação, dr. J. Sobreira de Amorim, iniciou-se a sessão à qual compareceram: D. Susana Bonfim Borges, Vice-Diretora, Dra. Olívia Sampaio Xavier Rodrigues e prof. Lauro de Oliveira Lima.

Depois de explanações várias e discussões amplas sobre variadas atividades, foi objeto de deliberação a proposta do professor Lauro de Oliveira Lima, da cadeira de Metodologia, que propôs acumular, por necessidades didáticas relevantes, o número de aulas de sua cadeira, de 21 para 28, comprometendo-se a ministrar efetivamente aulas e prestar serviços inerentes à sua função de conselheiro, no total de ___ horas.

A proposta do professor Lauro de Oliveira Lima teve aprovação unânime dos conselheiros presentes.

Nada mais havendo a tratar, a sessão foi encerrada e para os fins de direito, foi lavrada a presente ata, que, lida e aprovada, será depois assinada.

Observação minha (José Nunes GUERREIRO): Após esta ata, não foi colocada na página 7v, nem na subsequente, a assinatura de qualquer dos presentes, nem mesmo da pessoa que secretariou a reunião e redigiu esta ata.

Ata da sessão da Congregação do Curso Normal, do Centro Educacional do Instituto de Educação - 17-02-1959

In: Livro de Atas das Reuniões do Conselho Técnico do Centro Educacional, Nº 306, do Instituto de Educação do Ceará, na página 8.

Aos 17 dias do mês de fevereiro do ano de 1959, na Sala da Biblioteca do Instituto de Educação, teve lugar, às 14,45, a sessão do Centro Educacional.

Sob a presidência do Dr. José Sobreira de Amorim, Diretor do Instituto de Educação, foi aberta a sessão, à qual compareceram: as Vice-Diretoras, D. Susana Bonfim Borges, Zilah Rosa Sousa, Dra. Olívia Sampaio Xavier Rodrigues.

Depois de várias explanações, entrou em discussão o caso do 3º ano Normal. Seria então criada a 4º turma, a qual, depois de submetida à consideração do Conselho, foi aprovada por unanimidade.

Em ordem dos assuntos, foi submetido à decisão dos Conselheiros o Vestibular ao Normal do Centro Educacional, ficando limitado o número de 40 alunos para cada turma, aliás sugestão da Vice-Diretora Susana Bonfim Borges, para melhorar o nível intelectual das alunas.

Observação minha (José Nunes CUERREIRO): Após esta ata, que terminou na palavra “alunas”, não foi colocada na página 8, nem na subsequente, a assinatura de qualquer dos presentes, nem mesmo da pessoa que secretariou a reunião e redigiu esta ata.

Ata da Reunião da Congregação do Curso Normal,
do Centro Educacional do Instituto de Educação – 24-02-1959

In: Livro de Atas das Reuniões do Conselho Técnico do Centro Educacional, Nº 306, do Instituto de Educação do Ceará, páginas 14 a 15v.

Às oito e trinta (8,30) do dia vinte e quatro (24) de fevereiro do ano de mil novecentos e cinquenta e nove (1959), na sala dos Conselhos do Centro Educacional do Instituto de Educação, sob a presidência do Dr. José Sobreira Amorim, diretor deste estabelecimento, presente a vice-diretora D. Susana Bonfim Borges, professores Dr. Filgueiras Lima, Dr. João Filgueiras Lobo, Dr. Moacir Aguiar, Prof. Valdo Rios, D. Maria de Lourdes Gondim, Dra. Mundinha Araújo Maia, D. Maria de Lourdes Pinto, D. Suzana Dias Ribeiro, D. Maria Eldair Teixeira de Freitas, Dr. Rômulo Barbosa. Foi aberta a sessão pelo sr. Diretor, que de início deu os objetivos daquela assembléia:

- a) Distribuição das cadeiras nos anos do Curso Normal;
- b) O horário;
- c) Comemoração da Bodas de Diamante da Escola Normal.

O planejamento em apreço foi apresentado pela vice-diretora Susana Bonfim Borges, o qual foi submetido à consideração dos professores da Congregação. Houve debates em torno do mesmo, tendo sido sugeridos pelos profs. Filgueiras Lima e Moacir Aguiar algumas modificações na distribuição de cadeiras nos diversos Cursos. O prof. Filgueiras Lima sugeriu que se incluisse Filosofia no 3º ano, Biologia e História da Educação no 2º ano. O prof. Moacir Aguiar opinou ficasse Pedagogia no 1º ano e Sociologia no 2º ou 3º anos.

O assunto sobre a localização de cadeiras nos diversos cursos foi suspenso, ficando determinado uma reunião no dia 26 do mesmo mês, às 8 horas, para tratar do assunto.

O sr. Diretor Dr. José Sobreira de Amorim designou uma comissão composta da Vice-Diretora Susana Bonfim Borges, Drs. João Filgueiras e Lauro de Oliveira Lima para organizar o horário de aulas para o ano letivo de 1959.

Em ordem de assuntos, foi apresentada pelo sr. Dr. José Sobreira de Amorim a sugestão de que se comemorasse festivamente as bodas de Diamante do referido estabelecimento.

Ficou acertado que dentro das festividades programadas seria feito um convite especial às professoras diplomadas na 1º turma da Escola Normal.

Os profs. Dr. Antônio Filgueiras Lima e a Vice-Diretora Susana Bonfim Borges solicitaram que constasse da ata um convite ao Dr. João Hippolyto de Azevedo e Sá, como Convidado de Honra para as referidas festividades. Ainda foi determinado pela Congregação que seriam convidados todos os antigos Diretores, para se fazerem presentes aos festejos comemorativos do dia 22 de Março. Na ocasião ficou assentado que as comemorações constariam de:

1º) Missa solene, às 17 horas, no Páteo interno da Escola Normal, celebrada pelo snr. Arcebispo Metropolitano, D. Antônio de Almeida Lustosa.

2º) Um trabalho histórico sobre a Escola Normal, apresentado pelo prof. Moacir Aguiar.

3º) Conferência relativa à data, pelo prof. Antônio Filgueiras Lima.

4º) Parte esportiva.

O snr. Diretor, Dr. José Sobreira de Amorim, comunicou à Congregação a reunião do Conselho Técnico, de que a matrícula do Curso Normal seria limitada a 40 alunas para cada ano e 30 para cada classe da Escola de Aplicação.

Foi discutido o problema da cadeira de Física e Química. O prof. Valdo Rios apresentou a seguinte sugestão: Constará no horário 3 horas de aulas semanais para a referida cadeira, sendo duas teóricas e uma prática.

A vice-Diretora Susana Bonfim Borges lembrou aos srs. Professores a necessidade de uma nota mensal para as alunas, a fim de atestar o aproveitamento das mesmas. Foi recomendado ainda que fossem evitadas rasuras nos diários de classe, pedindo-se que quando isso vier a acontecer, que o professor faça a devida justificativa apondo sua assinatura.

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão e para os fins de direito, eu, Yolanda Amorim Marinho, lavrei a presente ata, que, lida e aprovada, será assinada pelos presentes.

Secretária do Centro Educacional, em 24 de fevereiro de 1959. Seguem 17 assinaturas.

Ata da Reunião da Congregação do Curso Normal, do Centro Educacional do Instituto de Educação – 26-02-1959

In: Livro de Atas das Reuniões do Conselho Técnico do Centro Educacional, Nº 306, do Instituto de Educação do Ceará, págs. 16 a 18v.

Às nove horas do dia vinte e seis (26) de fevereiro do ano de mil novecentos e cinquenta e nove (1959), na sala dos Conselhos do Centro Educacional, do Instituto de Educação, sob a presidência do Sr. Diretor, Dr. José Sobreira Amorim, presentes a sra. vice-diretora Susana Bonfim Borges e professores Dr. João Filgueiras Lobo, Dr. Moacir Aguiar, Dr. Rômulo Barbosa, Dr. Filgueiras Lima, Dr. Carlos Alberto, Dra. Olívia Sampaio Xavier Rodrigues, Dr. Hélio Bessa, D. Maria de Lourdes Gondim, Dr. Clóvis Catunda, Dra. Mundinha Araújo Maia, D. Suzana Dias Ribeiro, D. Neli Aguiar Amorim, Srta. Albaniza Maria das Chagas, D. Raimunda Jaborandir Dourado.

Com a palavra o Sr. Diretor, Dr. José Sobreira Amorim declarou aberta a sessão, argumentando inicialmente que, quando a Congregação aceitou a transferência do Curso Normal para a 13 de Maio, fez ver a necessidade de um transporte para funcionários e professores, pretensão esta muito justa, que aliás, continua sem solução o referido caso.

O professor João Filgueiras Lobo lembrou que a Secretaria de Educação e Saúde do Estado possui vários transportes, entre os quais um jeep que estava à disposição da Diretoria do ensino Rural, mas que o sr. Secretário de Educação havia arrogado esse transporte, daquela Diretoria, para o seu Gabinete. A Congregação solicitou que o referido jeep fosse posto à disposição do Centro Educacional, tendo sido designada uma Comissão, composta da Vice-

Diretora, Susana Bonfim Borges, Prof. João Filgueiras Lobo e a Professora Suzana Dias Ribeiro para entender-se com o sr. Secretário sobre o assunto.

Ainda com a palavra o Prof. João Filgueiras Lobo solicitou que a Congregação aprovasse a necessidade de um galpão dentro do Centro Educacional, para abrigar os carros do professorado. O Sr. Diretor se comprometeu a entrar em entendimento com o encarregado da construção, Dr. Paulo Ferreira. O assunto entrou em discussão, tendo sido aprovado por unanimidade.

Em seguida foi trazido à baila o caso da aluna Maria Madalena, do 1º ano Normal, reprovada em Matemática, já em 2º época, em virtude de, por motivo de doença, não ter apresentado os trabalhos práticos dessa disciplina referentes ao 1º semestre e por isso foi-lhe atribuída nota zero. Debatido o assunto, pediu (?) então que a Congregação abrisse uma exceção, permitindo que a referida aluna repetisse o 1º ano Normal, pois ele e o Padre Tito Cavalcante, em entendimentos com a família, haviam convencido aos interessados do acerto dessa medida.

Posto o assunto em discussão, falaram vários professores, entre os quais o sr. Diretor, Dra. Olívia, Dra. Mundinha, Dr. Filgueiras Lima, Dr. Clóvis Catunda, Dr. Carlos Alberto, e outros. Nesta ocasião os debates se acaloraram, tendo sido o assunto examinado sob todos os aspectos.

A Dra. Olívia, com a palavra, solicitou esclarecimentos ao Sr. Diretor sobre o caso de uma aluna do curso ginásial, que lhe havia narrado haver se submetido a dois ou três exames de 2º época, achando que o caso era sumamente deprimente para o bom nome do Instituto de Educação.

O Sr. Diretor deu explicações minuciosas e convincentes sobre a maneira como a Diretoria do nosso estabelecimento vem tomando medidas nos exames parciais e de seleção, pedindo ainda que, quem tivesse casos dessa espécie, poderia dirigir-se à Diretoria, a fim de que a mesma tomasse medidas.

Voltando o assunto da aluna Maria Madalena e tendo em vista as explicações supra, a Congregação resolveu por unanimidade o seguinte:

1º) Nos casos de doença, os alunos devem apresentar atestados, até 30 dias, prazo máximo, depois de realizadas as provas;

2º) No caso das alunas requererem banca completa para os exames orais, esta deve funcionar em conjunto e não em diferentes dias, como ocorreu;

3º) Que a Congregação delegasse poderes ao Prof. de Matemática, para receber os trabalhos do 1º semestre, atribuindo nota à semelhança do que ocorre atualmente nos cursos superiores. O Prof. João Filgueiras agradeceu a resolução da Congregação.

Enfim, atendendo a pedido do Prof. João Filgueiras, a Congregação designou para o fim pedido a seguinte comissão: Professores Valdo Rios, Francisco Pereira Matos e João Filgueiras Lobo. Foi aprovado por unanimidade.

Passou-se a examinar a constituição do currículo do Curso Normal. A palavra foi dada ao Prof. João Filgueiras, que apresentou à consideração de seus pares um ante-projeto calcado nas deliberações e resoluções anteriores desta Congregação, solicitando a atenção especial dos srs. Professores para os seguintes pontos:

1º) Por proposta do Dr. Moacir Aguiar, concordava com a permuta das cadeiras de Sociologia e Administração que figuravam no seu plano no 3º e 2º anos, respectivamente. Após discussão sobre o assunto, foi aprovado por unanimidade a permuta solicitada, ficando pois Sociologia no 2º ano e Administração no 3º ano Normal.

2º) A inclusão da cadeira de Biologia no 1º ano Normal, justificada pelo melhor entrosamento da cadeira de Anatomia e Fisiologia Humanas e a cadeira de Pedagogia Geral. Posto o assunto em discussão, Dr. Hélio Bessa argumentou em contrário, porém os Drs. Rômulo, Clóvis Catunda, citando a orientação dos norte-americanos, defenderam o anteprojeto. O as-

sunto entrou em votação, tendo sido aprovado por unanimidade, ficando a cadeira de Biologia incluída no 1º ano.

3º) Por solicitação da professora Neli Aguiar Amorim, foi discutido e aprovado o número de aulas da cadeira de História da Educação, ficando uma aula no 1º ano e duas no 2º ano.

4º) Com relação à cadeira de Prática de Ensino, com a audiência da respectiva catedrática, D. Suzana Dias Ribeiro, foi aprovado por unanimidade que o 2º ano contaria com uma aula e o 3º com duas.

5º) Sobre a cadeira de Português, a catedrática Dra. Mundinha Araújo Maia pediu a inclusão da mesma na 3ª série do curso Normal. O assunto foi amplamente debatido, destacando-se a palavras do prof. Moacir Aguiar, explicando que o Curso Normal, em face da nova lei recém aprovada, é essencialmente técnico, não comportando a inclusão de disciplinas propedêuticas em seu currículo. Houve outros pronunciamentos, uns a favor e outros contra a medida solicitada. Em votação, foi aprovada por maioria a extensão da cadeira de Português ao 2º Normal, apenas.

Nessa altura a Sra. D. Suzana Dias comunicou estar ali como representante do Sr. Secretário de Educação e Saúde do Estado, solicitou ao Sr. Diretor informação sobre a situação das técnicas à disposição deste estabelecimento no ano de 1958. Elogiando as atividades das técnicas, solicitou que a Congregação aprovasse que as mesmas continuassem em idênticas condições no ano letivo de 1959, devendo ser lotadas aqui no ano de 1960.

6º) Dra. Olívia solicitou e obteve aprovação unânime para que o número de aulas de sua cadeira, Antropogeografia, fosse fixado em três (3).

Em seguida foi aprovado o seguinte currículo:

1º Ano

- 1 – Português – 3.
 - 2 – Matemática – 2.
 - 3 – Física e Química – 3.
 - 4 – Anatomia – 2.
 - 5 – Pedagogia – 2.
 - 6 – História da Educação – 2.
 - 7 – Biologia – 2.
 - 8 – Desenho e Artes Aplicadas – 2.
 - 9 – Canto – 2.
 - 10 – Religião – 2.
 - 11 – Ed. Física – Recreação e Jogos – 1.
- Total: 23

2º Ano

- 1 – Português – 3.
 - 2 – Metodologia – 2.
 - 3 – Psicologia – 2.
 - 4 – Higiene – 2.
 - 5 – Prática de Ensino – 1.
 - 6 – Pedagogia – 2.
 - 7 – História da Educação – 2.
 - 8 – Sociologia – 2.
 - 9 – Desenho – 2.
 - 10 – Canto – 2.
 - 11 – Ed. Física – Recreação e Jogos – 1.
 - 12 – Religião – 2.
- Total: 23

3º Ano

- 1 – Metodologia – 2.
- 2 – Psicologia – 2.
- 3 – Puericultura – 2.
- 4 – Antropogeografia – 3.
- 5 – Administração – 2.
- 6 – Filosofia – 2.
- 7 – Prática de Ensino – 2.
- 8 – Desenho – 2.
- 9 – Canto – 2.
- 10 – Religião – 2.
- 11 – Ed. Física – Recreação e Jogos – 1. Total: 22

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão e para os fins de direitos eu, Yolanda Amorim Marinho, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelos presentes. Secretária do Centro Educacional, em 26 de fevereiro de 1959.
Observação minha (José Nunes CUEIRREIRO): Seguem 7 assinaturas.

Ata da sessão realizada pelo Conselho Técnico do Centro Educacional, no dia 17 de junho de 1959

In: Livro de Atas das Reuniões do Conselho Técnico do Centro Educacional, N° 306, do Instituto de Educação do Ceará, págs. 19 a 20v.

Com a presença do Sr. Diretor do Instituto de Educação, Dr. Sobreira Amorim e das vice-diretoras Susana Bonfim Borges e Zilah Rosa Souza, realizou-se a 17 de junho de 1959 uma sessão do Conselho Técnico do Centro Educacional, presentes todos os seus membros: Drs. Lauro de Oliveira Lima e João Filgueiras Lobo e Dras. Olívia Sampaio Xavier Rodrigues e Raimunda de Araújo Maia.

Ao iniciar os trabalhos, explicou o Sr. Dr. Amorim o motivo da convocação do Conselho. Disse que, como participante da comissão nomeada pelo Governo do Estado para estudar a questão relativa à separação dos estabelecimentos de ensino, Centro Educacional e Instituto de Educação, devendo se pronunciar através dos trabalhos da referida Comissão, não o faria por questão de orientação pessoal, sem que fosse ouvida a Casa, para que livremente manifestasse as suas legítimas aspirações.

Interpelado sobre a demora dessa consulta que só agora se fazia, quando já nos trabalhos finais da Comissão, explicou o Sr. Diretor que, por motivos especiais, não participou das deliberações da Comissão e que se houvera entendido com os membros da mesma, acompanhando as suas explicações com a deliberação final que o movia a consultar a Casa para que ela definisse, quer através do seu Conselho Técnico, quer através de sua Congregação.

O problema foi equacionado nos seguintes termos: a separação deveria ser feita já ou apenas legalmente se confirmaria, tornando-se efetiva a partir de janeiro do próximo ano.

Por sugestão da Dra. Olívia Sampaio Xavier Rodrigues foi encontrada uma fórmula apreciável a todos, consistindo na proposição de que se faria a separação agora, mas que por medida de conveniência da administração interna do estabelecimento, continuaria a direção atual a orientar as duas casas e todo o corpo administrativo permaneceria em seu lugar.

Tal opinião suscitou da parte da vice-diretora, Susana Bonfim Borges, uma interpelação no sentido de que se fixasse um ponto essencial. Frisando a satisfação que até agora experimentou em trabalhar sob a orientação do Dr. Amorim, a quem fez elogiosa referência, a qual

pediu fosse salientada na presente ata, quis entretanto sublinhar que a cooperação que deveria existir entre ela e o Sr. Diretor seria de tal modo compreendida que não daria margem a que nenhum ato da administração do Centro Educacional se efetivasse sem o seu conhecimento, bem como estimaria que todas as ordens que lhe fossem dirigidas fossem transmitidas somente através do Sr. Diretor.

Em seguida, para estabelecer ordem na discussão dos assuntos, foram formuladas as seguintes proposições, submetidas à votação de todos os membros, com os seguintes resultados:

Dra. Olívia Sampaio – Sim.

Profa. Raimunda Maia – Sim.

Dr. João Filgueiras – Sim.

Zilah Rosa Souza – Não.

Susana Bonfim – Sim.

Dr. Lauro Oliveira – Aprovou com uma ressalva que deu margem à 2ª proposição, abaixo discriminada e que foi por todos unanimemente aprovada.

2ª Proposição – O Instituto seria dedicado exclusivamente ao Curso Normal e cursos correlatos (cursos de aperfeiçoamento, especialização, regente de ensino e administração escolar).

3ª Proposição – A partir de quando deve ter vigência a separação? À exceção das duas vice-diretoras, que votaram em branco, os demais aprovaram que a vigência efetiva se verificaria a partir de 1º de Janeiro do ano vindouro.

4ª Proposição – O Conselho propõe que continue a mesma administração até 31 de dezembro do ano corrente. Com exclusão das senhoras vice-diretoras, que se abstiveram de votar, a proposição foi aprovada pelos outros membros.

Antes de se encerrarem os trabalhos, três assuntos foram ventilados.

O primeiro, sob a inspiração do Dr. João Filgueiras Lobo, dizia respeito à atitude do Conselho Técnico em face da Reforma do Ensino Normal. Foi esclarecido que na vigência da lei que aprovou a regulamentação da Reforma, a única atitude e a mais lógica seria executar essa lei na medida das possibilidades. Para isso, então ainda o professor João sugeriu nova reunião do Conselho para debater os pontos da Reforma que porventura se mostrassem obscuros e planejar a realização dos de execução mais fácil.

A seguir usou a palavra a professora Raimunda de Araújo Maia, que frisou a necessidade de que as resoluções tomadas pelo Conselho Técnico, na presente sessão, fossem submetidas a uma apreciação da Congregação desta Casa.

Por último, falou a Dra. Olívia Sampaio Xavier Rodrigues pedindo ao Sr. Diretor que, como membro da comissão organizada pelo Governo, se dirigisse à mesma para solicitar uma minuta dos trabalhos até agora realizados, a fim de que a Congregação do Curso Normal ficasse inteirada dos assuntos que vinham sendo debatidos em seu interesse.

Nada mais foi tratado e a sessão foi encerrada, sendo a presente ata por mim, secretária ad hoc, escrita e assinada.

Raimunda de Araújo Maia

Ata da sessão da Congregação do Curso Normal,
do Centro Educacional do Instituto de Educação – 20-06-1959

In: Livro de Atas das Reuniões do Conselho Técnico do Centro Educacional, Nº 306, do Instituto de Educação do Ceará, págs. 21v-22.

No dia 20 de junho de 1959, no salão do Conselho do Centro Educacional, realizou-se a sessão da Congregação do Curso Normal convocada pelo Diretor, Dr. José Sobreira Amorim, com o objetivo adiante especificado.

Os trabalhos foram iniciados às 10,25 horas, com a presença dos Professores: Dr. José Sobreira Amorim, Susana Bonfim Borges, Zilah Rosa Souza, Francisca Pereira Matos, Francisca Noemi Costa Aderaldo, Dra. Olívia Sampaio Xavier Rodrigues, Suzana Dias Costa Ribeiro, Eldair Barros Oliveira de Freitas, Neli Sobreira Amorim, Albaniza Maria das Chagas, Zilda Maciel Pinto, Neli Aguiar Amorim, Maria de Lourdes Hermes Gondim, José Denizard Macedo de Alcântara, João Filgueiras Lobo, Dr. Clóvis de Araújo Catunda, Lauro de Oliveira Lima e Américo Barreira. O sr. Diretor abriu a sessão, lembrando que a mesma se destinava a homologar ou não, no todo ou em parte, as decisões anteriormente aprovadas pelo Conselho Técnico Administrativo, que consistiu no seguinte:

- 1) separação do Curso Normal do Curso Secundário;
- 2) que a separação tivesse vigência somente a partir de primeiro de janeiro de 1960;
- 3) a diretoria permanecer a mesma, até 31 de dezembro do corrente ano.

Debateu-se bastante no sentido de se esclarecer devidamente o assunto. O professor Américo Barreiras solicitou ao sr. Diretor fosse submetido à aprovação da casa a seguinte proposição: que, antes de serem votadas as três proposições supra, já aprovadas pelo C.T.A., a Congregação tomasse conhecimento primeiro do projeto que uma comissão eleita pelo Governador estava preparando.

Submetida à votação, foi a aludida proposta rejeitada. O professor Lauro de Oliveira Lima lembrou a conveniência de se estabelecerem no referido projeto normas para a matrícula das alunas, a exemplo do que se verificou no Ginásio Municipal; e proibição da criação de Curso Ginasial junto ao Curso Normal, o que foi aprovado.

Enfim, após novos pedidos de esclarecimentos, o Sr. Diretor submeteu à aprovação da Congregação as três proposições a que aludimos inicialmente, as quais foram aprovadas por unanimidade, com exceção dos professores: Américo Barreira, Suzana Dias Costa Ribeiro, Lauro de Oliveira Lima e João Filgueiras Lobo, que se haviam retirado com autorização do Sr. Diretor. Cumpre esclarecer o pedido que fez o professor Denizard, de que as medidas aprovadas fossem comunicadas à Comissão.

Em seguida, o Senhor Diretor encerrou os trabalhos de que foi lavrada a presente ata, para os devidos fins.

Zilah Rosa Souza

Ano de 1960

Nas páginas 22v a 33 estão anotações manuscritas pelo professor João Hippolyto de Azevedo e Sá com os seguintes conteúdos:

- Discurso de posse no IEC em 15 de março de 1960 – páginas 22v e 23.
- Discurso na cerimônia do lançamento da pedra fundamental do prédio da Escola Normal localizado na Praça Figueira de Melo – páginas 23 a 25.
- Discurso do Centenário de Nascimento do ex-Governador Justiniano de Serpa – páginas 25 a 27v.
- Relatório apresentado ao então secretário de Educação e Saúde do Ceará em 14 de maio de 1960 – páginas 27v a 30v.
- Relatório apresentado ao então secretário de Educação e Saúde do Ceará em 22 de junho de 1960 – páginas 30v a 33.

Ata da sessão da Congregação dos Professores do Curso Normal do Instituto de Educação de 21 de Setembro de 1960.

In: Livro de Atas das Reuniões do Conselho Técnico do Centro Educacional, Nº 306, do Instituto de Educação do Ceará, nas páginas 33v, 34v e 35.

Aos 21 dias do mês de Setembro de 1960, às 09,00 horas, no Gabinete do Diretor do Instituto de Educação Justiniano de Serpa, Dr. João Hippolyto de Azevedo e Sá, realizou-se uma sessão da Congregação dos professores do Curso Normal do mesmo estabelecimento de ensino. Estiveram presentes os seguintes professores: Américo Barreira, João Filgueiras, Clóvis Catunda, Francisco Pereira Matos, Francisco Austregésilo Lima, Luís Alfredo Silva, Neli Sobreira, Dra. Olívia Sampaio Rodrigues, Nely Amorim, Zilda Maciel Pinto e Maria Leticia Sampaio.

O assunto da reunião ventilado pelo Diretor foi acerca dos exames orais, achando ele que os mesmos não têm muito valor, dando maior importância ao conceito e à própria avaliação da capacidade de cada aluna, pelo respectivo professor. Também que as cadeiras de Canto Orfeônico, Desenho e Educação Física, Recreação e Jogos e Prática de Ensino devem dispensar a prova escrita, sendo imprescindível a avaliação dos trabalhos práticos das mesmas.

Em seguida pediu a opinião dos professores, a que o prof. Américo Barreira respondeu que estava de acordo com a orientação a respeito. O prof. Clóvis Catunda disse que era de opinião de que os exames deviam desaparecer como velharia desinteressante. A professora Dra. Olívia sugeriu que a média para dispensar o exame oral fosse a 7 (sete), a que o prof. Américo achou melhor uma média das notas gerais. O prof. Austregésilo lembrou uma média para cada matéria, independente da outra.

Depois da opinião de vários professores, ficou definido que a média para isenção do exame oral seria 60 (sessenta), média dos trabalhos mensais de cada matéria e das provas escritas dividida por 3 (três). O sr. Diretor lembrou aos professores que nas provas escritas fossem dados poucos quesitos, para facilitar a correção das provas, porque elas não devem ser em quantidade, mas em qualidade. Doutora Olívia disse da necessidade de julgar as alunas sem sentimentalismo para dar as notas justas, de acordo com o nível intelectual das normalistas, que é muito baixo. Concordando nesse ponto, o prof. Américo acha, no entanto, que as moças do 3º ano não podem ser reprovadas, por culpa da Escola que não lhes ministrou a instrução que lhes é devida, ao que a Dra. Olívia pediu apenas um mínimo de preparo para as professorandas.

A Vice-Diretora Susana Bonfim Borges pediu a palavra dos professores de Matemática e de Português para serem testemunhas de que houve lisura no exame vestibular do corrente ano, o que foi confirmado. Chegou-se então à conclusão de que o 1º Ano é formado de alunas de nível intelectual mais elevado.

O prof. Américo ressaltou que não há unificação no currículo do Ensino Normal em Fortaleza, quando a Escola Normal é que deveria ser o padrão para todos os estabelecimentos. A Vice-Diretora deu a opinião vigorosa de que o Corpo Docente da Escola Normal é capaz de ministrar um ensino bom, independente de qualquer reforma, como seu esforço e a sua boa vontade.

Foram calorosos os debates. O prof. Américo propõe reuniões tanto mais frequentes quanto mais urgente for o assunto, até que o mesmo seja solucionado, no real interesse do desenvolvimento e aprimoramento do curso.

A prof. Olívia reclamou a falta de participação dos professores nas atividades das alunas, como aconteceu recentemente com a Semana da Normalista, sem o devido conhecimento do corpo docente bem como uma conferência de D. Olga Barroso e uma da Vice-Diretora, às quais não assistiu como desejaria, por falta de conhecimento. O prof. Américo, novamente com a palavra, disse do absoluto afastamento da Escola, de todas as atividades estudantis da

comunidade, cousa esta sentida por todas as alunas, a que o Diretor respondeu dizendo da absoluta falta de recursos financeiros para manutenção da escola e incremento das atividades curriculares. Respostando, o prof. Américo acha que a situação deve ser olhada com uma largueza de vista, para ser encontrada uma solução que defenda o nome da Escola e o nome dos professores que aqui trabalham.

O Diretor justificou a suspensão das aulas de Jogos e Recreação, por falta de local e condições apropriadas.

O prof. Clóvis Catunda propôs que a Congregação da Escola, visando a cooperação das alunas, procurasse, em sessões freqüentes, uma recuperação dos próprios professores relativamente às alunas. Foi proposta uma reunião mensal ordinária, além das extraordinárias quando se fizerem mister. A prof. Nely Aguiar disse da sua opinião de que a recuperação das alunas não é cabível no Curso Normal e sim no curso anterior.

O prof. Américo propôs experimentar a reforma Lauro de Oliveira Lima, esclarecendo que INEP solicitara este professor (*Lauro de Oliveira Lima*) para fazer palestras ao professorado do Rio, estudando a sua Reforma, secundando a prof. Olívia Xavier que esta Reforma fosse aplicada dentro das possibilidades da Escola. O prof. Américo propôs a 1^o reunião da Congregação em caráter informal para debates da aludida Reforma. O que foi aceito e marcada a data, que será a 5 de outubro, às 10,00 horas.

O prof. Américo, novamente com a palavra, explicou que um grupo de professores prepara uma excursão ao Rio e Brasília para os primeiros dias de novembro e submeteu à consideração da Diretoria a possibilidade de antecipar as provas finais do 3^o Ano, salientando que no Rio, onde esteve recentemente, conseguiu todo o apoio que julga necessário para o bom andamento das atividades a serem realizadas nos Estados visitados. Mostrou a grande responsabilidade do grupo que dirige esta excursão em bem preparar as alunas que, já sem a preocupação das notas, poderão melhor se dedicar aos ensaios imprescindíveis, para uma perfeita apresentação das alunas na parte artística que está sendo ensaiada por técnicos e apresentando um êxito considerável. Convidou os professores para comparecerem aos ensaios e darem a opinião e valiosas sugestões, pois acha que esta apresentação muito valorizará a Escola. O Diretor respondeu que esse assunto será então tratado na próxima reunião já marcada.

A Vice-Diretora passou ao conhecimento da Congregação as próxima festa em benefício da O. V. S. que será realizada no Iate Club, programada pelo Rev. Pe. Tito Guedes.

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão, da qual foi lavrada a presente ata que, depois de lida e aprovada, vai assinada por mim e por todos os presentes.

Pela Secretária: Laysce Severiano Bonfim (e mais 14 assinaturas).

Ata da sessão da Congregação dos Professores do Instituto de Educação Justiniano de Serpa - 05 de Outubro de 1960.

In: Livro de Atas das Reuniões do Conselho Técnico do Centro Educacional, N^o 306, do Instituto de Educação do Ceará, nas páginas 36v a 38v.

Aos cinco (5) dias do mês de Outubro de 1960, na cidade de Fortaleza, capital do Ceará, às 10,30 hs, na Diretoria do Instituto de Educação Justiniano de Serpa, sito à Rua Napoleão Laureano, reuniu-se em sessão ordinária a Congregação dos Professores do referido estabelecimento, presidida pelo Diretor Dr. João Hippolyto de Azevedo e Sá.

Presentes os professores Américo Barreira, Valdo Rios, Rômulo Barbosa, Susana Dias Ribeiro, Noemi Costa Aderaldo, Leticia Ferreira Lima Sampaio, Neli Sobreira Oliveira, Vice-Diretora Susana Bonfim Borges, o Diretor Dr. João Hippolyto de Azevedo e Sá declarou aberta a sessão e interrogou os professores acerca do assunto proposto na última reunião pelo

professor Américo Barreira, para que os exames das terceiro-anistas fosse antecipado para êxito dos preparativos da excursão que as referidas alunas, sob sua orientação, realizarão ao sul do país no próximo mês.

A Vice-Diretora propôs a data de 10 de Outubro, porém alguns professores opinaram pela necessidade das alunas terem mais uns dias de estudos em preparação aos exames. Ficou acertado então que os exames das diplomandas teriam início no dia 15 próximo vindouro. O professor Valdo Rios exprimiu opinião relativa à necessidade das mestras primárias terem conhecimentos de Física e Química, corroborado pelo Diretor, que afirmou ser incompreensível a maneira teórica como são dadas as aulas da aludida matéria no Curso Normal, acrescentando, no entanto, que possivelmente a situação vai melhorar, com o aparelhamento prometido pelo I.N.E.P. para o gabinete de Física e Química.

Em seguida foi lido pelo Diretor um tópico de uma entrevista do professor Sobreira de Amorim, sobre o Curso Primário, inserto no Correio do Ceará (), em que afirmou “ser o Curso Primário falho em sua contextura técnica e em seus métodos”. E fez à Congregação a pergunta: “Será que o Curso Ginásial prepara para o Curso Normal?”, afirmando que, na sua opinião, tal não acontece. O assunto, no entanto, não foi debatido.

O professor Américo Barreira falou longamente no desajustamento da jovem que vai para o interior ser professora e cuja atuação, muitas vezes, fica aquém daquela moça que, apesar de não ter o diploma, consegue ensinar melhor. Isto porque, pela sua atitude de inconformada, como que prepara o aluno para o êxodo que é patente no sertão. Referiu-se ao Convênio de Educação Rural, cuja finalidade é dar ao professor rural mentalidade que lhe permita agir com eficiência no interior. Lembrou a necessidade de remunerar bem as professoras nomeadas para o campo, com vantagens tanto mais acentuadas quanto maior for a distância da capital. À advertência do Diretor que isto só seria possível mediante severa fiscalização, foram tecidos comentários acerca das funções do Delegado de Ensino, que deveria ser o verdadeiro fiscal, mas não o é, segundo ainda o prof. Américo, por lhe faltar um serviço organizado, que fosse centro de controle e irradiação de suas atividades.

A Vice-Diretora é de opinião que, apesar da falta de aparelhamento do Instituto, o professor de boa vontade pode ministrar aulas boas, citando como exemplo o próprio professor Américo. Este entretanto insistia na afirmativa de que a falta de apoio moral aos professores muito dificulta a sua ação construtiva. Explanou também sobre a oportunidade de o Governo executar um plano de prioridade na localização das escolas, favorecendo os grupos sociais de acordo com o meio em que estivessem integrados. A professora Noemi Aderaldo afirmou que o Governo não realiza como deve pela existência de inúmeras dificuldades e nunca por falta de boa vontade e lembrou aos professores desejosos de revolucionar o ensino, que o fizessem escolhendo para campo o próprio Instituto. Os professores presentes opinaram que este ano nenhuma reforma é mais possível.

Nessa ocasião o Sr. Diretor avisou que, no ano vindouro, o horário do Instituto será organizado no critério da primazia de tempo para a casa, no total de 12 horas para cada professor, havendo, é claro, consulta prévia. O prof. Américo lembrou que, com os Cursos de Especialização, tornar-se-ia viável esse reajustamento de horas de aula, pois realmente as disciplinas exigem um determinado número de aulas sem solução de continuidade para a eficiência esperada e que a solução acertada não é propriamente diminuir o número de turmas e sim o número de alunos de cada turma, a que o Diretor ajuntou concluindo o pensamento do professor que falava, que segundo sua opinião, deveria ser de trinta (30) o número de alunas em cada turma.

Pela realidade sentida entre as normalistas, de que lhes falta vocação para o magistério, o que contribui para a ineficácia do Curso, foram trazidas à consideração de todos a conveniência do teste vocacional, depois, a sugestão de sua realização antes do vestibular e até mesmo foram citados os nomes dos professores Álvaro Craveiro e Paulo Frota, como capazes

de realizar esse serviço especializado de que, todos são unânimes em declarar, o ensino normal deveras está a precisar.

A prof. Noemi Costa Soriano Aderaldo mostrou, no entanto, as grandes dificuldades do Serviço de Orientação Educacional e sugeriu que, antes dele, os professores estabeleçam uma rigorosa seleção intelectual nas candidatas ao Curso Normal. Todos concordaram que urge um plano de seleção gradativa pois, já que ele não vem sendo realizado há anos atrás, hoje não é possível reprovar no 3º Ano todas as alunas não capazes de receberem um diploma de professora, pela razão justa de que esta deficiência é por culpa da própria Escola. Baseando-se em tal, o professor Américo disse que passará todas as suas alunas e as professoras Noemi Costa Aderaldo e Susana Dias Ribeiro acharam que, apesar de serem fortes as razões apresentadas, deve haver “uma combinação para não diplomar alunas analfabetas”. O Diretor Dr. João Hippolyto, com a palavra, disse que as duas opiniões podem existir e que cada professor proceda como deve ou como acha de direito, na certeza de que a Diretoria da Escola estará atenta para a manutenção da decisão final das médias gerais.

Avisando ainda que a ata da sessão seria lida na próxima, deu aquela por terminada. De tudo para constar, eu, Laysce Severiano Bonfim, respondendo pela Secretária, lavrei a presente ata que, depois de lida e aprovada, será assinada por todos os presentes.

Observação minha (José Nunes CUCREIRO): Após esta ata, não foi colocada na página 38v, nem na subsequente, a assinatura de qualquer dos presentes, nem mesmo da pessoa que secretariou a reunião e redigiu esta ata.

Na página 39 está colado um recorte do jornal O POVO, datado de 10 de novembro de 1960 noticiando a inauguração da biblioteca “Filgueira Lima”, da Escola de Aplicação anexa ao Instituto de Educação.

Na página 39v está colado um folheto completo, cuidadosamente impresso, contendo 22 páginas, sobre a “Excursão das Professorandas do Instituto de Educação do Ceará ao Rio de Janeiro”, datado de Novembro de 1960.

Na página 40 estão colados dois recortes do jornal O POVO, datados de 10 e 12 de novembro de 1960, ambos noticiando a Exposição de Produtos Regionais realizada por alunas do Instituto de Educação do Ceará, coordenadas pela professora Olívia Sampaio Xavier Rodrigues, da cadeira de Antropogeografia do Nordeste.

Ata da sessão da Congregação dos Professores do I. E. J. de Serpa, realizada no dia 18 de Maio de 1961

In: Livro de Atas das Reuniões do Conselho Técnico do Centro Educacional, N° 306, do Instituto de Educação do Ceará, nas páginas 41 a 44, manuscrita pela professora Laysce Severiano Bonfim.

Aos dezoito (18) dias do mês de Maio de mil novecentos e sessenta e um (1961), na cidade de Fortaleza, às 09,00 hs, na sala da Diretoria do Instituto de Educação Justiniano de Serpa, à Rua Napoleão Laureano, s/n, reuniu-se em sessão ordinária a Congregação dos Professores do citado estabelecimento, presidida pelo Sr. Diretor Dr. João Hippolyto de Azevedo e Sá.

Fizeram-se presentes os professores: Clóvis Catunda, Américo Barreira, Frco. Austregésilo Rodrigues Lima, Rômulo Barbosa, Carlos Alberto Studart, Paulo Alberto Viana, Olívia Sampaio Xavier Rodrigues, Susana Dias Costa Ribeiro, Leticia Ferreira Lima Sampaio, Nely Aguiar Amorim, Neli Sobreira de Oliveira, Albaniza Mª das Chagas, Zilda Maciel Pinto e Susana Bonfim Borges, Vice-Diretora do Instituto.

Iniciando a sessão, o Sr Diretor disse das razões da mesma:

1º) a eleição de três professores para constituir a comissão julgadora dos títulos dos professores Frco. Austregésilo Rodrigues Lima e Susana Bonfim Borges que receberam função de Professor R 18;

2º) tratar da Reforma do Ensino Normal de acordo com a Lei, solicitando para o bom andamento dos serviços a colaboração do grupo que já começou a trabalhar nesse sentido. Achando que a Reforma é uma questão metodológica, pediu aos professores uma coordenação na aplicação desses novos métodos.

A professora Noemi Costa Aderaldo explicou que a restrição que sempre fez à Reforma por achá-la inexequível, se bem que boa em muitos pontos, cessava naquele momento, vez que o assunto era agora ordem do Diretor e que dava tal explicação para que sua atitude de adesão não fosse tomada por incoerência.

Em seguida procedeu-se à eleição pedida, após o que a professora Susana Ribeiro foi anunciando os nomes votados e a professora Albaniza Chagas anotando-os. Verificou-se o seguinte resultado:

Carlos Alberto Studart – 6 votos.

Clóvis Catunda – 6 votos.

Américo Barreira – 5 votos.

Olivia Xavier Rodrigues – 5 votos

Letícia Sampaio – 4 votos.

Rômulo Barbosa – 4 votos.

Noemi Aderaldo – 3 votos.

João Filgueiras – 1 voto.

Nely Sobreira – 1 voto.

Pelo visto, houve empate entre os professores Américo Barreira e Olivia Sampaio; no novo escrutínio, prof. Américo Barreira teve 5 votos, Olivia Sampaio 3 e Letícia Sampaio 4. Pelo resultado, pois, a Comissão que se estava a organizar ficou constituída dos professores Carlos Alberto Studart, Clóvis Catunda e Américo Barreira. Facultada a palavra pelo Sr. Diretor a quem quisesse se manifestar sobre a Reforma do Ensino Normal, o professor Américo Barreira explicou não ter integrado a Comissão da Reforma, mas que aqui na escola sempre se manifestou a favor da mesma, como curioso do assunto e professor idealista, desejoso de ver melhorado o Ensino Normal no Estado, que a seu ver não habilita os professores para o magistério. Por tais razões quer cooperar com a Diretoria do Instituto, que no momento está a se empenhar por dar enquadramento à Lei da Reforma. Afirmou, no entanto, achar improfícua a aplicação da referida Lei no 2º semestre do 3º Ano, pois as alunas deste curso dela não receberão os benefícios, dado o pequeno lapso de tempo que as separa do término do curso. Que, portanto, devem ser atingidos apenas os dois primeiros cursos. Disse ser seu pensamento que todos os professores da casa não porão dificuldade a esse trabalho, dado ser ele defesa do patrimônio cultural de seus próprios filhos, e mesmo que nenhum professor esteja realmente capacitado a realizar a Reforma, todos devem, embora Tateando, trabalhar nesse sentido para atingir o ponto a que outros já chegaram pelas experiências. Apresentou duas sugestões:

a) que se chamasse o professor Lauro de Oliveira Lima, autor intelectual da Reforma, para dirigir os trabalhos da mesma;

b) que sejam escolhidos dois ou três professores para um meticoloso estudo nos Estados em que já é feito algo de novo no campo educacional.

Os professores Clóvis Catunda, Noemi Aderaldo e Letícia F. L. Sampaio opinaram ser necessário antes do início das atividades, uma explanação do prof. Lauro de O. Lima, para perfeito conhecimento de parte do professorado, do texto da Reforma e do plano de realização da mesma. A professora Suzana Ribeiro afirmou então que era pensamento do prof. Lauro O. Lima fazer primeiramente a explanação e, só após, haveria debate. Todos foram unânimes na

concordância desse ponto, contanto que a Diretoria providenciasse cópias da Lei e da Regulação para distribuição prévia à Congregação.

A prof. Noemi Aderaldo indagou do prof. Américo Barreira como seria resolvido o tema “período integral” previsto pela Reforma, a que o interlocutor respondeu ser mister um ajustamento à realidade e que, tal é o problema da administração pública estadual, que uma boa equipe realizaria esse ponto, elaborando no corrente ano o plano a ser executado no próximo, levando em conta a vocação e as aptidões das alunas, sem esquecer as condições materiais, no que o Diretor concordou.

Continuando, o professor Américo disse que, na verdade, o governo do Estado ainda não sentiu o problema da Escola, onde tantas cousas faltam, quando facilmente gasta com tantas outras cousas. Isto, em parte, por culpa da própria Escola, que não se reúne como uma força, que não faz pedidos insistentes. Todos concordaram e foram de opinião que é preciso haver mais entrosagem entre os professores da Congregação, com reuniões freqüentes onde as questões sejam debatidas, examinadas e propostas soluções para os assuntos que dizem respeito à Escola.

Foi lembrado pelo professor Clóvis Catunda o dia de quarta feira para as aludidas reuniões, a não ser que coincida com o pagamento e ajuntou a sua opinião da necessidade do conhecimento de todos acerca da Reforma, para com o apoio do Governo, ser ela aplicada honestamente, lembrando que no Rio Grande do Sul ela é ainda experiência, no que foi contestado pela prof. Suzana Dias Ribeiro, afirmando que nesse Estado, no I. de Educação, a Reforma é aplicada.

O Diretor anunciou que providenciaria o entendimento com o prof. Lauro O. Lima para o seu comparecimento ao Instituto, tendo o professor Américo opinado que esse chamado deveria ser mais formal, para colocá-lo em posição de auto-responsabilidade, como decisão da Congregação.

Constatando o Diretor que nenhum professor queria continuar o assunto, deu por encerrada a sessão, pedindo porém que ouvissem uma Comissão de professorandas que, nesse momento, penetrava no recinto. A professoranda Rute Maia então falou sobre a excursão que pretendem realizar ao Estado da Guanabara e pediu idéias de como seria ela feita, projetando o nome da Escola e do Estado, num trabalho realmente educativo e proveitoso. O prof. Américo manifestou-se a favor do pedido das alunas e que seria justo o interesse dos professores, dados os resultados positivos que a excursão pode alcançar. Disse da sua sugestão às alunas da organização em equipes, de uma espécie de exposição de cousas do Ceará, focalizando assuntos diversos, enriquecidos com mapas e amostras dos artigos da terra, fornecidos pela indústria e demais setores, geralmente interessados em propaganda.

Mostrou ser oportuno aproveitar a fase de boa vontade que o Pres. Jânio Quadros está a demonstrar pelo Nordeste, para pedir-lhe o financiamento do transporte das excursionistas, bem como a possibilidade de interessar o Serviço de Turismo do Estado da Guanabara, atento na incrementação do turismo na novel unidade da Federação. Concluiu afirmando a sua opinião de que o financiamento é mínimo, a preparação é que é o ponto precípua a ser tratado e que as alunas agiram muito bem no pedido de apoio à Congregação.

Os profs. Rômulo Barbosa, Olívia Xavier Rodrigues e Letícia F. L. Sampaio manifestaram-se pela viabilidade do projeto, reconhecendo a sua utilidade nos aspectos turístico e cultural, tendo a prof. Olívia Rodrigues oferecido sua colaboração e a experiência adquirida na exposição que realizou no fim do ano p. p. dos trabalhos de sua cadeira de Antropogeografia do Nordeste. À pergunta do Diretor “em que tempo” realizar-se-ia a excursão, o prof. Américo respondeu ser mais apropriado o período de aula, por mais proveitoso junto às entidades de ensino e entrosagem de atividades entre alunos do que a professores. Olívia Rodrigues acrescentou não ser viável antes de Outubro. Em se retirando as professorandas, a sessão foi defini-

tivamente encerrada. Da mesma, de tudo para constar, lavrei a presente ata, que assino como secretária “ad hoc” e ponho em discussão.

Fortaleza, 18 de Maio de 1961.

Laysce Severiano Bonfim
Dr. João Hippolyto de Azevedo e Sá

Ata da sessão da Congregação dos Professores do Instituto de Educação, realizada no dia 23 de Maio de 1961

In: Livro de Atas das Reuniões do Conselho Técnico do Centro Educacional, N° 306, do Instituto de Educação do Ceará, nas páginas 44v e 45, manuscrita pela professora Laysce Severiano Bonfim.

Aos vinte e três (23) dias do mês de maio de mil novecentos e sessenta e um, às 10,00 hs, na Sala de Metodologia do Instituto de Educação Justiniano de Serpa, realizou-se uma sessão da Congregação dos Professores do mesmo estabelecimento, convocada pelo Diretor Dr. João Hippolyto de Azevedo e Sá e por ele presidida, a fim se assistir à explanção do professor Lauro de Oliveira Lima sobre as bases da Reforma do Ensino Normal, estatuídas na Lei 4.410 de 26 de Dezembro de 1958, abordando sobretudo o “modus faciendi” dos métodos a serem aplicados na sua execução.

Compareceram os professores Américo Barreira, Francisco Austregésilo Rodrigues Lima, João Cavalcante Figueiredo, João Filgueiras Lobo, Luís Alfredo Silva, Jáder Figueiredo Correia, Noemi Costa de Soriano Aderaldo, Susana Dias Costa Ribeiro, Nely Aguiar Amorim, Zilda Maciel Pinto, Eldair Barros de Oliveira Freitas, Maria Leticia Ferreira Lima Sampaio, Albaniza Maria das Chagas, M^a de Lourdes Vasconcelos Pinto e Olívia Sampaio Xavier Rodrigues.

Aberta a sessão, o Sr. Diretor do Instituto concedeu a palavra ao professor Lauro de Oliveira Lima, que iniciando a explanção pedida, disse que não ia falar de como se faria a Reforma, visto que muita cousa que estava a ser arquetada não foi concluída, pela paralização dos trabalhos e atividades referentes à mesma. Acrescentou que a estrutura da Reforma, segundo a própria Lei, seria resultante da ação dos Departamentos, que auscultarão as necessidades da escola e as imposições de ampliação ou de restrição do ensino a adotar.

Fez em seguida uma satisfatória explicação do espírito da Reforma, enriquecendo-a com demonstrações em gráficos adrede preparados.

Concluindo, disse ser aquilo a idéia geral do que a Reforma do Ensino Normal pretende, mas que, quanto ao “modus faciendi”, ele nada dizia.

O Sr. Diretor agradeceu à gentileza do professor Lauro de Oliveira Lima em aquiescendo ao seu convite para aquela reunião e deu a mesma por encerrada. De tudo para constar, eu, Laysce Severiano Bonfim, lavrei a presente ata, que vai subscrita e assinada por todos os presentes.

Fortaleza, 23 de Maio de 1961.

Laysce Severiano Bonfim
Dr. João Hippolyto de Azevedo e Sá

Ata da sessão da Congregação dos Professores do Instituto de Educação Justiniano de Serpa, do dia 28 de Junho de 1961

In: Livro de Atas das Reuniões do Conselho Técnico do Centro Educacional, N° 306, do Instituto de Educação do Ceará, nas páginas 45v a 47v, manuscrita pela professora Laysce Severiano Bonfim.

Aos vinte e oito (28) dias do mês de Junho de mil novecentos e sessenta e um (1961), na cidade de Fortaleza, às 09,00 hs, na sala da Diretoria do Instituto de Educação Justiniano de Serpa, à Rua Napoleão Laureano, s/n, reuniu-se em sessão ordinária a Congregação dos Professores do aludido estabelecimento, presidida pelo seu Diretor, Dr. João Hippolyto de Azevedo e Sá.

Presentes os professores Dr. Clóvis Catunda, Dr. Américo Barreira, Noemi Soriano Aderaldo, Leticia Ferreira Lima Sampaio, Paulo Alberto Viana, Zilah Vale Souza, Eldair Barros de Oliveira Teixeira de Freitas, Neli Sobreira de Oliveira, Zilda Maciel Pinto, Albaniza Chagas, Susana Dias Ribeiro, Frco. Austregésilo Rodrigues Lima, Rômulo Barbosa, o Sr. Diretor Dr. João Hippolyto de Azevedo e Sá deu por aberta a sessão dizendo a razão da mesma, isto é, cientificar aos professores da resolução do Governo relativa ao Instituto, concretizada no convite feito ao P.A.B.A.E.E. (Planejamento de Assistência Brasileiro-Americano ao Ensino Elementar) para organizar as comissões que trabalharão na Reforma do Ensino Normal, valendo-se da comprovada experiência dos técnicos da referida entidade. Em seguida, expôs que a Vice-Diretora Susana Bonfim Borges, sem ônus para o Estado, viajara recentemente aos Estados da Guanabara e Minas Gerais e a Brasília, disse das suas observações no campo educacional nos aludidos centros e dos entendimentos que manteve nos círculos competentes. Passando a palavra, pois, à Vice-Diretora, esta leu o Relatório minucioso de suas atividades no sul do país e frisou estarmos num momento histórico da Educação, que exige de todos o máximo de esforço no aprimoramento da formação do professorado primário do Estado. Solicitou, outrossim, a colaboração de todos no sentido de proporcionar aos enviados do P.A.B.A.E.E. uma estada condigna, quando em nosso meio.

O professor Frco. Austregésilo Rodrigues lembrou a realização em julho próximo, no Rio Grande do Sul, do Congresso do Ensino Normal e pediu designação, para o mesmo, de um professor do Instituto, a que o sr. Diretor respondeu que, para a aludida representação, já se achava nomeado o professor Filgueiras Lima. Retrucou o professor Austregésilo que tal nomeação deveria ter recaído em um dos professores em exercício. Concordando, a professora Eldair Teixeira de Freitas salientou a necessidade dos professores que representam o Instituto em congressos no sul do país, de passarem à Congregação o conteúdo de suas observações, e Suzana Dias Ribeiro disse caber à Congregação o pedido ao Diretor para a designação dos professores a irem representar o Instituto, o que foi aceito pelo Diretor, para levar à consideração do Sr. Secretário de Educação e Cultura. Novamente com a palavra, o professor Austregésilo avisou quer seria o representante do Instituto no "Encontro de Psicologia" de São Paulo em julho próximo, substituindo o professor Clóvis Catunda, que não aceitou a indicação de seu nome.

A professora Noemi Costa Soriano Aderaldo pediu aos presentes que solucionassem a questão do início das aulas, pois, sendo às 07,00 hs, dificulta a presença das alunas, por vários motivos alegados pelas mesmas. Desejava então saber se exigiria a entrada regulamentar, como aliás invariavelmente se procede, ou se deve fazer como outros professores, que permitem a presença das retardatárias com todas as vantagens. Houve discordância dos professores quanto às medidas a serem tomadas, achando o prof. Rômulo que prolongar o expediente é mais prejudicial do que faltas ao começo do mesmo, dizendo o prof. Américo que se deve conciliar o interesse humano com o da educação, pedindo mesmo ao Diretor um exame sério sobre esta situação, para que nem as alunas nem a Escola sejam prejudicadas, achando a Vice-Diretora que se as tarefas das alunas forem agradáveis, motivarão o interesse às aulas. Acertou-se então que a primeira aula ficará diminuída dos 15 minutos iniciais e a última aula dos 15 minutos finais. A pergunta do prof. Suzana Ribeiro se isto com o conhecimento das alunas ou não, a Vice-Diretora opinou pela primeira decisão.

Foram apresentadas à Congregação, pelo professor Américo Barreira, as seguintes sugestões:

1º) Que a Diretoria da Escola, em nome da Congregação, faça sentir ao Governo do Estado a conveniência do comparecimento de professores do Instituto ao Congresso do Rio de Janeiro, com a obrigação de trazer relatórios e demais observações ao conhecimento da Congregação;

2º) Que seja examinada a oportunidade da vinda de professores para cursos no Instituto, com consulta prévia à Congregação, para melhor aproveitamento da parte dos interessados;

3º) Que, em vista de os deputados Martins Rodrigues, Crisanto Moreira da Rocha, Dias Macedo, Edilson Távora e Adail Barreto terem se proposto a aceitar sugestões da Associação dos Municípios para melhorar as coisas no Ceará, e uma delas ter sido o pedido de verbas para o Instituto, que a Escola fizesse apelo secundante aos referidos deputados nesse sentido.

4º) Que fosse marcado dia exato para a reunião de Congregação, com pedido de frequência da parte do corpo docente, com os assuntos previamente estipulados em agenda de trabalho, para que todos compareçam à reunião com pontos de vista formados, para maior clareza dos debates e para que haja acerto nas conclusões. Estas sugestões, submetidas à aprovação dos presentes, foram aprovadas.

O sr. Diretor deu por encerrada a sessão, da qual eu, Laysce Bonfim, lavro a presente ata que assino e depois de posta em discussão será por todos assinada.

Fortaleza, 28 de Junho de 1961.

Laysce Severiano Bonfim
Dr. João Hippolyto de Azevedo e Sá

Ata da sessão da Congregação dos Professores do Instituto de Educação Justiniano de Serpa, do dia 4 de Agosto de 1961

In: Livro de Atas das Reuniões do Conselho Técnico do Centro Educacional, Nº 306, do Instituto de Educação do Ceará, nas páginas 48 a 49v, manuscrita pela professora Laysce Severiano Bonfim.

Aos 4 (quatro) dias do mês de Agosto de mil novecentos e sessenta e um (1961), na cidade de Fortaleza, às 08,30 hs, na "Sala de Metodologia" do Instituto de Educação Justiniano de Serpa, à Rua Napoleão Laureano, s/n, reuniu-se a Congregação dos Professores do citado estabelecimento em sessão ordinária, presidida pelo Diretor Dr. João Hippolyto de Azevedo e Sá.

Fizeram-se presentes os seguintes professores: João Cavalcante, Clóvis Catunda, Carlos Alberto Studart Gomes, Frco. Austregésilo R. Lima, Luís Alfredo Silva, Raimunda Araújo Maia, Francisco Pereira Matos, Paulo Alberto Rocha Viana, João Filgueiras Lobo, Jäder Figueiredo Correia, Arnilda Salazar de Azevedo e Sá, Susana Dias Costa Ribeiro, Nely de Aguiar Amorim, M^a Neli Sobreira Oliveira, Letícia Ferreira Lima Sampaio, Zilda Maciel Pinto, Albaniza Maria das Chagas, Cibele Pompeu Sousa Brasil, Olívia Sampaio Xavier, M^a de Lourdes Vasconcelos Pinto, M^a Eldair Barros O. de Freitas, Noemi Costa Soriano Aderaldo, René dos Santos Rabelo.

Iniciando a sessão, o Sr Diretor Dr. João Hippolyto de Azevedo e Sá comunicou à Congregação a finalidade da mesma, que era a de sondar a opinião dos professores acerca da maneira da execução da Reforma do Ensino Normal. Explicou que há dois caminhos a seguir:

1º) Aplicação gradativa da Reforma, aliás, a sugestão das técnicas americanas do P.A.B.A.E.E..

2º) Aplicação total e imediata da Reforma. E que ainda poderá haver a opinião dos que não estão orientados nessa aplicação.

Vinte e um professores foram convocados para essa reunião, desses não compareceram, por motivo justificado, os professores Américo Barreira, Rômulo Barbosa, Waldo Rios e Wanda Ribeiro. Procedida a votação entre os vinte e quatro (24) presentes, apenas a professora Nely Aguiar votou em branco. Foram os seguintes os professores que deram o seu voto a favor da primeira sugestão: João Cavalcante, Clóvis Catunda, Carlos Alberto Studart Gomes, Frco. Austregésilo R. Lima, Luís Alfredo Silva, Rda. Araújo Maia, Frco. Pereira Matos, Paulo Alberto Rocha Viana, João Filgueiras Lobo, Jáder Figueiredo Correia, Arnilda Salazar de Azevedo e Sá, Susana Costa Ribeiro, Neli Sobreira Oliveira, Maria Letícia Ferreira Lima Sampaio, Zilda Maciel Pinto, Albaniza Chagas, Cibele Pompeu Sousa Brasil, Olívia Sampaio Xavier, M^a Eldair B. Oliveira de Freitas, Noemi Costa Soriano Aderaldo, Reneé dos Santos Rabelo.

O Sr. Diretor explicou à Congregação que a Reforma do Ensino Normal não é original, pois calcada com poucas modificações na do Rio Grande do Sul, que também não é original, porque calcada em dados americanos. E que foi quase unânime a opinião no ponto de vista de aceitação da comissão americana, como todos podiam constatar. Em seguida encerrou a sessão, da qual, para constar, lavrei a presente ata que vai por mim assinada e depois de lida e aprovada, se-lo-á por todos os presentes.

Fortaleza, 4 de Agosto de 1961.

Laysce Severiano Bonfim
Dr. João Hippolyto de Azevedo e Sá

Ata da sessão da Congregação dos Professores do Centro Educacional do dia 17 de Agosto de 1961.

In: Livro de Atas das Reuniões do Conselho Técnico do Centro Educacional, N^o 306, do Instituto de Educação do Ceará, nas páginas 50v e 54v a 58v, manuscrita pela professora Laysce Severiano Bonfim.

Às 08,00 hs do dia dezessete de agosto de mil novecentos e sessenta e um (1961), na cidade de Fortaleza, na "Sala de Metodologia" do Centro Educacional do Ceará, reuniram-se em sessão ordinária os professores da Congregação do aludido estabelecimento de ensino.

Compareceram os profs. Américo Barreira, Fco. Austregésilo R. Lima, Waldo Rios, Carlos Alberto Studart, Rômulo Barbosa, Clóvis Catunda, Luís Alfredo Silva, Jáder Figueiredo Correia, Paulo Rocha Viana, Susana Dias Ribeiro, Albaniza Chagas, Fco. Matos, Reneé Santos Rabelo, Gilda Maciel Pinto, Neli Oliveira Sobreira, Nely A. Amorim, Eldair B. O. Teixeira de Freitas, Ma. Lourdes Vasconcelos Pinto, Ma. Letícia Ferreira Lima Sampaio, Wanda Ribeiro Costa, Arnilda Salazar de Azevedo e Sá, Olívia Sampaio Xavier Rodrigues, Fca. Noemi Costa Soriano Aderaldo, a Vice-Diretora Susana Bonfim Borges e o Diretor Dr. João Hippolyto de Azevedo e Sá. Este declarou aberta a sessão, dizendo ser seu objetivo cientificar à Congregação a indicação do nome da professora Frca. Noemi Costa Soriano Aderaldo para Coordenadora dos trabalhos que se vão processar na aplicação da Reforma do Ensino Normal e para que seja lido o relatório das sessões que as técnicas do PABAEE realizaram no Centro Educacional, no período de 30 de julho a 4 de Agosto do corrente.

Observação minha (José Nunes CUCREIRO): Segue a descrição, pela professora Maria Letícia Ferreira Lima Sampaio, das atividades desenvolvidas pelas técnicas do PABAEE, nos dias 31-7-1961 a 3-8-1961, transcritas nas páginas 51 a 54v.

Em seguida a professora Noemi Aderaldo disse aceitar o encargo de Coordenadora por amor ao estudo e pediu o pronunciamento dos professores. O professor Américo Barreira de-

sejou saber se o nome da Coordenadora fora uma indicação da Secretaria de Educação para realizar uma tarefa específica dessa Secretaria ou se a indicação visava apenas atender à exigência da lei que instituiu a reforma. Porque se fosse o último caso, não estava dentro da interpretação da Lei, visto que o nome da Coordenadora não fora apresentado pela Congregação, sendo nomeação do Governo, fora dos trâmites da regulamentação da reforma.

A professora Noemi explicou que, antes de aceitar o cargo, procurou o prof. Lauro Oliveira Lima para dizer da sua disposição de cumprir a Lei no seu trabalho de Coordenadora, porém tentando um ajuste. Sem esta condição não aceitaria a incumbência, pois discorda do fim específico da reforma ser unicamente treinamento profissional; deve ser tentativa de as professoras darem às crianças um sentido de vida capaz de elevar os padrões da vida social, de acordo com a dignidade da pessoa humana. Acrescentou que o professor Lauro afirmara que o termo “treinamento” abrange essas duas finalidades, que deseja tornar isto mais concreto, para o que está avisando à Congregação e pedindo a sua atenção, pois é firme a sua resolução de só realizar a Coordenação com o aludido “adendo”. Respondendo ao prof. Américo Barreira, o Diretor disse que, de acordo com a vontade do Comitê Estadual da Reforma, indicou ao Secretário o nome da professora Noemi Aderaldo. A isto objetou o prof. Américo que, quando se trata de Lei, tem-se que considerar a Lei e que ninguém pode mudar a Lei. A prof. Noemi afirmou que tal não se tratava de uma deliberação contrária à Lei, mas de uma aplicação em perfeito ajuste à mesma.

A prof. Olívia Sampaio Xavier Rodrigues leu o Art. 57 do Regulamento do Ensino Normal do Estado: “A Congregação é o órgão máximo de deliberação da vida administrativa e pedagógica do estabelecimento, respeitadas as atribuições conferidas à Diretoria e ao Conselho Técnico, nos termos deste Regulamento”. Declarou que, de acordo com o que lera, a nomeação da Coordenadora não se enquadrava nos trâmites legais, apesar de pessoalmente achar ótima essa nomeação. Houve palavras acaloradas entre o Diretor e o prof. Américo Barreira, que insistiu em ficar com a palavra para dizer do seu profundo conhecimento dos problemas da educação, que a democratização do ensino exige que os órgãos colegiados sejam dirigidos por suas Congregações; que no Ceará tal não acontecia, nem no Centro Educacional, onde a própria nomeação do Diretor foi uma imposição do Governo, vez que a Congregação não foi ouvida. E que no momento era convidado para uma sessão sem lhe conhecer o assunto e via-se ante um fato consumado, frisando ainda ser desagradável não indicar o nome da prof. Noemi ou de qualquer outro colega. O contrário seria o certo, isto é, a Congregação reunida votar em quem quisesse. Destarte, não votaria no nome da professora indicada, por sempre ter sido ela contra o espírito da reforma, aliás, como o governador e o Secretário, que também não se integram no espírito da reforma. Aparteando, o professor Jáder de Figueiredo Correia declarou estar equivocada o professor Américo, pois lhe afirmara o Secretário querer a reforma imediatamente, visto estarem formando professoras ilegalmente. E quanto ao “modus faciendi” é assunto da Congregação e esta é a razão de o sr. Secretário não intervir nos detalhes da Reforma, mas que nada tem de preconcebido contra ela.

No entanto, novamente afirmou o prof. Américo que o Secretário não tem realmente o espírito da reforma, não é convencido de que a reforma seja a solução do problema educacional... Com a palavra o prof. Jáder: “esta opinião do Secretário pode ser pessoal, mas não vai prevalecer”.

O Diretor interrogou o professor Américo se tinha convicção a respeito da reforma e se achava que ele, Diretor, também a tivesse. A ambas respondeu afirmativamente, continuando que no “modus faciendi” é que há divergência, como está acentuado na afirmação da prof. Noemi, de só aceitar o trabalho da Coordenação modificando o sentido da reforma.

– “Acrescentando” – aparteou a prof. Noemi.

– “Mudança por acréscimo” – afirmou o professor, que declarou não votar naquela reunião, 1º). por ignorar qual o professor mais apto, sugerindo um debate para a escolha do

Coordenador; 2º). por constatar a falta de dinheiro, a falta de condições para o professor operar, incapacitado de dar tempo integral pela insuficiência dos ordenados e que, perdurando tal situação, seriam muitas as dificuldades para a realização da reforma. Por tudo isto, pedia à Congregação debates sobre pontos de minudência da reforma, para ser achado o denominador comum que a levará avante.

Professora Noemi: “Pelo exposto, deve-se propor outra reforma, por ser esta inexecutável”.

Professor Jáder: “O prof. Américo acha que a indicação da professora Noemi é errada, por ser lançada de cima, mas que não fere o espírito democrático preconizado na Lei, pois é uma indicação que será aprovada ou não e, se aprovada, passará a ser uma decisão da Congregação, sem de nenhuma maneira se tornar um atentado à soberania da mesma, pois não lhe é obrigatório referendar a indicação”.

– “É uma pré-aceitação”, disse o prof. Américo.

– “É questão de interpretação ao pé da letra”, respondeu o professor Jáder, acrescentando que o problema seria solucionado, se a professora Noemi retirasse a sua nomeação e um professor a indicasse para Coordenadora.

Imediatamente, a professora Noemi retirou a indicação do seu nome e o prof. Jáder indicou-a como Coordenadora. A esta altura o Diretor leu o parecer do prof. Paulo de Oliveira Campos, Pesquisador Assistente do Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais, convidado que foi pelo prof. Lauro de Oliveira Lima a dar o seu pronunciamento sobre a exposição do aludido professor a respeito da Lei do Ensino Normal no Ceará: “Somos de parecer que o maior óbice para a execução da Reforma do ensino normal do Ceará residirá nos professores que lecionam em suas Escolas Normais, que não hão de ser muito diferentes da generalidade dos professores dessas Escolas no restante do país. Esses, ao lado da formação de nível universitário, devem possuir experiência anterior de magistério em escola primária, e hão de ser capazes de reformular totalmente o seu ultrapassado método de “aulas expositivas”, monologadas, num restrito e exclusivo ensino oral, em que os alunos organizam os malfadados “pontões”, depois confrontam (ou não) com o que há nos livros-fontes e livros de texto (quando há), e memorizam inutilmente definições, classificações, leis, etc.” Em seguida o Diretor disse à Congregação que ela era livre de votar em quem desejasse.

O professor Jáder explicou que a indicação da sua parte do nome da professora Noemi, não é motivada pela vontade de contestar o professor Américo, e sim por ter a impressão pessoal de que a indicação da aludida professora partiu de uma sugestão do Prof. Lauro de Oliveira Lima, idealista e conhecedor do problema educacional, o que dá a esta indicação uma base firme, calcada na experiência do autor da reforma. A isto o professor Américo respondeu, afirmando a sua decepção pelo acovardamento do citado professor (*Lauro Oliveira – grifo meu*) que, a seu ver, não podia deixar de aceitar a responsabilidade do trabalho da reforma na escola. O professor Jáder discordou novamente, afirmando nem sempre ser o idealizador obrigatoriamente o realizador, e que o prof. Lauro de Oliveira Lima pode se reconhecer incapaz de executar a reforma, pois, muita vez, o homem de gabinete não é talhado a executar, mas finalizou não concordar em que ele tenha se acovardado.

A professora Suzana Dias Ribeiro opinou que o prof. Lauro é capaz de executar a reforma e, como autor da mesma e professor da Escola, não podia se recusar à tarefa que se inicia.” O professor Rômulo Barbosa também achou inoportuna a ocasião para a escolha da Coordenadora.

Dizendo que todos podiam votar sem constrangimento, o Diretor procedeu à eleição do nome do Coordenador dos trabalhos da reforma, obtendo o seguinte resultado:

(19) votos para a prof. Noemi Aderaldo.

(4) quatro abstenções: professores Américo Barreira, Rômulo Barbosa, Maria de Lourdes Vasconcelos Pinto, Olívia Xavier Rodrigues.

(1) um voto para o prof. Jáder.

A professora Suzana Ribeiro declarou sufragar o nome indicado, mas apoiar a opinião do prof. Américo. Verificado o resultado da eleição, o professor Américo Barreira disse desejar fazer uma explicação de voto e falou: “Conforme minha atitude como democrata, fazendo uma cousa que não me constrange, quero hipotecar meu apoio à professora Noemi, escolhida pela vontade quase majoritária da Congregação e expresseo o meu desejo de ter errado e que a prof. Noemi, pela sua inteligência e prestígio político, consiga os elementos necessários à reforma e no que for preciso darei a minha ajuda”.

Em seguida o prof. Jáder afirmou congratular-se com a atitude viril do professor Américo e desejar que os debates da Congregação, mesmo com discordâncias fundamentais, sejam vazados sempre neste espírito de compreensão; pediu licença para ressaltar esse exemplo de desprendimento e altruísmo daquele que soube perder, integrando-se ao bloco da maioria, com os olhos voltados para o bem da coletividade e que tal fosse registrado em ata, para servir de incentivo e lição para os professores, e assim todos saibam cumprir a sua missão com humildade, no sentido do bem comum.

A professora Maria de Lourdes Vasconcelos Pinto também fez uma explicação de voto: “Quando votei em branco, não foi absolutamente pondo em dúvida a inteligência e visão da prof. Noemi e sim julgando a reforma multidimensional e, por bem à Noemi, particular amiga por quem dedico a melhor admiração, previ as dificuldades com que vai lutar e, em julgando que aquele que idealiza deve planejar e executar, votei em branco.”

A professora Coordenadora explicou que as professoras Maria Letícia Ferreira Lima e Nely Aguiar Amorim dirigiram os trabalhos em relação ao aludido acréscimo da reforma, pediu os programas e horários dos professores, para serem ajustados aos objetivos da reforma no mês de setembro e entregues aos departamentos a essa data constituídos, para distribuição entre os seus membros; que ainda em agosto seria organizada a primeira Unidade de Treinamento prevista na reforma, a cargo da prof. Suzana D. Ribeiro, que rejeitou a proposta, justificando a recusa.

A prof. Olívia Xavier Rodrigues expressou a opinião de que o primeiro passo a tomar seria a organização dos departamentos, a que a prof. Coordenadora discordou, explicando que estes receberiam a matéria já examinada como um todo.

Novamente com a palavra, o prof. Américo explicou que quando usa a expressão falta de material humano, não se considera também à altura de ser Coordenador ou de dirigir Departamento, que concorda como pedido da Coordenadora, porém, que antes do mais, a primeira cousa a fazer é o conhecimento da reforma, que nunca foi debatida e crê mesmo desconhecida entre os presentes, cousa esta que está a obrigar uma análise meticolosa de todos os itens da reforma, um estudo da sua exequibilidade, a integração no verdadeiro espírito da reforma e do seu “modus faciendi”, dentro da paulatinidade prevista para a sua aplicação. Outrossim, concordou com a idéia da Coordenadora de primeiramente ajustar as disciplinas para depois ajustar os Departamentos.

O professor Jáder achou exata a opinião do colega, necessária a da prof. Coordenadora e pôs à apreciação da Congregação a sugestão de a Diretoria mandar mimeografar a Lei e o Regulamento do Ensino Normal do Estado, para distribuição aos professores, que os estudarão devidamente para debates nas reuniões seguintes. Só após esta iniciação, principiarão os trabalhos da parte prática, sugeridos pela professora Noemi.

O Diretor concordou com esta atividade inicial.

O professor Clóvis Catunda disse que o essencial verdadeiramente é o conhecimento profundo da Reforma. Concorda portanto com a opinião do prof. Américo, pois ele mesmo não conhece a reforma e que, para executá-la, o professor não deve achá-la impraticável. Pediu aos colegas o trabalho com amor na aplicação da reforma, pois assim, segundo sua maneira de pensar, virá o êxito.

A professora Coordenadora avisou então que os trabalhos da reforma seriam adiados para depois do estudo da reforma. O Sr. Diretor pediu para encerrar a sessão por ser dia de pagamento para a Escola. Foi marcada a próxima sessão para as 08,00 hs do dia 23 do corrente. De tudo para constar, lavrei a presente ata que assino e, depois de lida e aprovada, será assinada por todos os presentes.

Fortaleza, 17 de Agosto de 1961

Laysce Severiano Bonfim
Dr. João Hippolyto de Azevedo e Sá.

Nomeação da prof. Noemi como Coordenadora da Reforma

Cópia manuscrita in: Livro de Atas das Reuniões do Conselho Técnico do Centro Educacional, N° 306, do Instituto de Educação do Ceará, página 59.

“Portaria: O Secretário de Educação e Cultura, no uso de suas atribuições, resolve designar Francisca Noemi Costa de Soriano Aderaldo, ocupante, em substituição, do cargo de Professor C-17, lotado no Centro Educacional do Ceará, para as funções de Coordenadora dos trabalhos que se vão processar na aplicação da Reforma do Ensino Normal, de conformidade com a lei n° 4.410, de 26-12-58.”

Na página 59v inicia-se um Histórico da Reforma do Ensino Normal ((Lei n° 4.410, de 26 de Dezembro de 1958) feito pelo professor João Hippolyto de Azevedo e Sá, com três páginas manuscritas (59v, 59j e 60) e 10 páginas datilografadas anexadas (59a-59j).

Ata da sessão da Congregação dos Professores do Centro Educacional do dia 23 de Agosto de 1961

In: Livro de Atas das Reuniões do Conselho Técnico do Centro Educacional, N° 306, do Instituto de Educação do Ceará, nas páginas 61v a 62v, sem identificação de quem a secretariou e manuscreeveu.

Aos vinte e três (23) dias do mês de Agosto de mil novecentos e sessenta e um (1961), às oito (8) horas, na Sala de Metodologia do Centro Educacional do Estado, foi levada a efeito uma reunião extraordinária da Congregação dos Professores, sob a presidência do Diretor, Dr. João Hippolyto de Azevedo e Sá.

Dando início aos trabalhos, disse dos motivos da convocação – a apresentação dos programas das diversas cadeiras do currículo e o ajustamento do horário dentro das possibilidades de cada professor. Acrescentou tal medida a fase preparatória para os trabalhos iniciais da Reforma do Ensino Normal.

A convocação atenderam os professores: Austregésilo Rodrigues, Américo Barreira, Cibele Pompeu, Eldair Barros Freitas, Jáder Figueiredo Correia, João Filgueiras, M^a de Lourdes Pinto, M^a Leticia F. Lima Sampaio, Neli Amorim, Noemi Costa Aderaldo, Nely Aguiar, Dra. Olívia Xavier Sampaio, Luís Alfredo da Silva, Rômulo Barbosa, Valdo Rios, Susana Bonfim Borges. Justificaram-se pela ausência os professores Clóvis Catunda, Carlos Alberto Studart, João Cavalcante e Suzana Dias.

Por solicitação da professora Noemi Costa Aderaldo, coordenadora do movimento, vários professores fizeram a entrega dos seus programas, apresentando justificção os que deixaram de atender ao pedido. A maioria da casa mostrou-se favorável ao horário integral, à exceção dos profs. Valdo Rios e Rômulo Barbosa.

Prosseguindo os trabalhos da reunião, manifestaram-se, pela ordem, os professores Américo Barreira e Jáder Figueiredo Correia, discorrendo sobre o modo de fazer o enquadramento da Reforma na prática, observando-se a ideologia que informa a lei e os seus objetivos. Ainda os referidos professores apresentaram como passo mais acertado, para a sistematização dos trabalhos, a organização dos departamentos.

Estabeleceram-se os debates, por vezes acalorados, em torno do problema da viabilidade da Reforma, manifestando-se com argumentos incisivos os professores João Filgueiras, Américo Barreira, Noemi Costa Aderaldo, Olívia Xavier. Disse o prof. Américo Barreira da necessidade imprescindível do estudo da escola primária do Ceará, hoje inteiramente distanciada da realidade social. Referiu-se a prof. Noemi Costa Aderaldo à pesquisa levada a efeito pelo professor Moacir Aguiar, sobre o currículo primário cearense, pesquisa cujo documentário se encontra desaparecido.

Foi objeto de apreciação o problema da matrícula no curso Normal, sendo opinião geral na redução, ao mínimo necessário, para uma formação profissional adequada. O Sr. Diretor sugeriu dever a matrícula ser concedida apenas aos que se destinam ao magistério, exigindo-se portanto, no vestibular, além da prova intelectual, o teste vocacional para a devida seleção.

Voltando a considerar o problema da nossa escola primária deficiente e deficitária, na sua próprias expressão, o prof. Jáder Figueiredo Correia sugeriu renovar pesquisas sobre o currículo, pesquisas que teriam sua realização, concomitantemente, enquanto de organizavam os departamentos e se fazia o treinamento. Mostrou ainda a necessidade de reuniões de professores durante as férias para planejamentos futuros.

Com a palavra, o prof. Américo Barreira analisou, em breve súpula, a nossa realidade sócio-econômica, defendendo a tese legítima de ligar a escola a atividades próprias do nosso Estado, tipicamente agro-pecuário.

Falou então a professora Noemi Aderaldo, tentando interpretar o pensamento do seu antecessor, que deixou bem patente o desejo de conseguir subsídios para determinar a finalidade da Reforma, através de inquéritos e pesquisas.

Ainda uma vez com a palavra, disse o prof. Américo ser necessário transformar a nossa escola primária em unidade didática e dar ao currículo objetivos bem determinados, ajustando-a às diferentes regiões onde funcionam, de modo a realizar a tão necessária fixação do homem ao seu habitat.

Encaminhando a discussão para o assunto central da reunião – a Reforma do Ensino Normal – falaram os professores Jáder Figueiredo, João Filgueiras, Noemi Costa Aderaldo, Dra. Olívia Xavier. Insistiu fortemente a prof. Olívia pela organização dos Departamentos, ao que foi secundada pelo prof. Jáder.

Constituiu assunto a considerar o problema da readaptação do professorado existente, com cursos de aperfeiçoamento realizados aqui ou fora do Estado. Posta novamente em pauta a organização dos Departamentos, assentou-se em faze-la reunindo as matérias correlatas, isto é, por blocos de programas afins.

A esta altura da sessão, pediu permissão para retirar-se o Diretor, assumindo a presidência da mesa a professora Olívia Xavier, que deu curso aos trabalhos.

Com a colaboração dos professores presentes fez-se a seleção das matérias que devem compor os Departamentos, em número de três – Cultura Geral, Fundamentos da Educação, Artes e Técnicas. Distribuíram-se as disciplinas do seguinte modo:

Cultura Geral – Psicologia Educacional, Pedagogia, Sociologia, Antropogeografia do Nordeste e Português.

Fundamentos da Educação – Matemática, Física e Química, Anatomia e Fisiologia Humanas, Higiene, Filosofia e História da Educação.

Artes e Técnicas – Metodologia, Prática de Ensino, Administração, Desenho, Canto, Educação Física.

Como se prolongassem os trabalhos, vários professores deixaram a sessão, que veio a terminar com reduzido número de membros - professores Jáder Figueiredo Correia, Noemi Aderaldo, Neli Amorim, Nely Aguiar, M^a Letícia F. Lima Sampaio, João Filgueiras e a presidente da mesa, Dra. Olívia Xavier Sampaio.

Examinando ainda uma vez a distribuição das matérias, propôs o prof. Jáder pequenas modificações, deslocando Psicologia Educacional para o Departamento de “Fundamentos da Educação” levando para “Cultura Geral” Matemática, Física e Química, Anatomia e Fisiologia Humanas. Mas referidas alterações serão levadas à consideração de todos os professores, o que se dará quando do funcionamento dos Departamentos. Com a seleção das matérias foram encerrados os trabalhos pela presidente em exercício, Dra. Olívia Xavier Sampaio Rodrigues e, para registro de tudo, lavrou-se a presente ata que, recebendo aprovação, será assinada.

Observação minha (José Nunes Queiroz): Após esta ata, não foi colocada na página 62v, nem na subsequente, a assinatura de qualquer dos presentes, nem mesmo da pessoa que secretariou a reunião e redigiu esta ata.

ATA DA SESSÃO DA CONGREGAÇÃO DOS PROFESSORES DO CENTRO EDUCACIONAL DO CEARÁ, DO DIA 27 DE SETEMBRO DE 1961

In: Livro de Atas das Reuniões do Conselho Técnico do Centro Educacional, N^o 306, do Instituto de Educação do Ceará, nas páginas 63 a 65, sem identificação de quem a secretariou e manuscreeveu.

Aos vinte e sete (27) dias do mês de Setembro de mil novecentos e sessenta e um, às oito (8) horas, na Sala de Metodologia do Centro Educacional do Estado, foi levada a efeito uma reunião extraordinária da Congregação dos Professores, sob a presidência do Diretor, Dr. João Hippolyto de Azevedo e Sá.

Compareceram os seguintes professores: João Filgueiras Lobo, Jáder Figueiredo Correia, Clóvis Catunda, Paulo Viana, Valdo Rios, Rômulo Barbosa, Américo Barreira, Suzana D. C. Ribeiro, Albaniza Chagas, Noemi Aderaldo, Nely Aguiar, Neli Sobreira Oliveira, Letícia Sampaio, Cibele Pompeu, Eldair B. O. Freitas, Laysce Bonfim e a Vice-Diretora Susana Borges. Os trabalhos em pauta foram: programas, colaboração e sugestões para organização da Semana da Normalista, eleição dos supervisores dos departamentos, Cepron.

Quanto ao curso a ser ministrado pelo Cepron aos professores do Curso Normal, os professores Américo Barreira e Wanda Ribeiro Costa levantaram objeção quanto à interrupção de aulas, pelo motivo de os alunos estarem sem aula desde há três semanas. A Coordenadora opinou para o período de férias. Ela, sem seguida, pediu novamente aos presentes que lhe trouxessem os programas já pedidos, após o que a prof. Letícia fez a leitura da divisão dos Departamentos, que escrita no quadro, foi novamente apreciada por todos. Procedeu-se à eleição do Supervisor do Departamento de Cultura Geral. Sugerido pelo prof. Américo o nome do prof. Jáder, este pediu para que o substituíssem, não obstante a sua boa vontade, pelo pouco conhecimento que tem da Reforma, por razões óbvias. Em nova eleição, foi eleito o prof. Américo Barreira.

Em vista da ausência de membros dos demais Departamentos, não foi feita a eleição dos seus supervisores. A esta altura, o Sr. Diretor pediu licença para se retirar, entregando os trabalhos da mesma à Coordenadora, Sra. Noemi Aderaldo.

Com a palavra, o professor Clóvis Catunda fez considerações acerca do valor da aplicação da Psicologia ao problema educativo, já que tanto a Pedagogia como a Psicologia dão o roteiro para a melhor escolha do método educativo. Que se tomasse tento que o ensino não pode ser baseado na vontade do professor, nem nos programas de afogadilho e sim na inclinação e vontade do educando. Concluiu pedindo que fosse feito com as alunas, o que se deseja que elas façam nas suas escolas, isto é, trabalho de equipe e, sobretudo, respeito à personalidade.

Em seguida a professora Coordenadora deu o seu horário de trabalho, nas manhãs de Quarta, Quinta e Sábado e às tardes de Quarta, Sexta e Sábado. Professor Américo pergunta se essas reuniões só poderiam ser feitas no Centro, pois tem sido justamente nas quartas feiras, dias em que ele tem aula. Obtendo resposta de que as reuniões se realizam onde os departamentos acharem por bem, ofereceu o aludido professor o seu escritório no centro da cidade, onde há acomodações em qualquer dia. Todos os presentes foram consultados quando às horas disponíveis e concordaram em que as reuniões se realizassem no escritório do prof. Américo, de 13,30 às 15,30, no 3º andar, sala 301 do edifício da A. C. I.

A professora Noemi Aderaldo pediu a colaboração dos professores à “Semana da Normalista”, para que fosse realizado com o brilhantismo necessário, para conseguir crédito para algumas reivindicações das normalistas. Deseja mesas redondas, conferências, programas, de televisão, artigos na imprensa, palestras no rádio e adiantou que pediu verba ao Secretário para auxílio das despesas da Semana.

Opinou o prof. Américo que todos os professores podem dar esta colaboração; o prof. Jáder sugeriu que o plano fosse feito e apresentado à Congregação, a que a coordenadora disse que preferia receber as sugestões. A professora Suzana Ribeiro sugeriu aproveitar o trabalho que o prof. Américo vem fazendo com a equipe dos excursionistas. O prof. Américo insistiu na exposição dos trabalhos feita pelo próprio grupo, contra a opinião do prof. Jáder, de que a exposição fosse feita pelo corpo docente do Centro, representado no caso pelo professor responsável pela excursão. A professora Noemi lembrou a viabilidade de uma demonstração dos trabalhos da excursão nas outras Escolas Normais.

Algumas sugestões dadas: Professor Rômulo: aula prática na Faculdade de medicina.

Prof. Jáder e Paulo Viana, sondarem nas Faculdades de Engenharia e de Direito qual a possibilidade de colaboração.

João Filgueiras: apresentação de trabalhos extra-curriculares, pois tem, no colégio que dirige, uma equipe de professores bem treinados nesse sentido.

Prof. Clóvis Catunda: palestra pelo rádio sobre o “Problema da vocação para o Magistério”, em vista de o curso ser técnico-pedagógico e a maioria das meninas vir sem a devida formação.

Prof. Leticia: convite a D. Hélder para uma conferência e Seminário das professorandas sobre assuntos mais prementes.

Prof. Suzana Ribeiro e Neli Sobreira: colaboração no Seminário.

Prof. Laysce: ensaio de um Côro falado.

Nely Aguiar: artigo na imprensa.

Professor João Filgueiras sugeriu que houvesse uma parte recreativa na Semana, numa manhã em Iparana e o professor Jáder perguntou como seria esta Passeata, para não dar a impressão de uma Parada de Mendicância.

Professora Suzana Ribeiro sugeriu o convite às professorandas dos outros colégios, a que a Coordenadora aquiesceu, lembrando, porém, que os professores deverão acompanhar os alunos.

Foram apresentados vários nomes para as conferências e aceitos: D. Hélder, I. Leonel e votação entre os prof. Lauro e F. Lima, sendo o primeiro o vencedor. Foi então encerrada a sessão e para registro de tudo, lavrou-se a presente ata, que será assinada, após aprovação.

Observação minha (José Nunes CUERRICHO): Após esta ata, não foi colocada na página 65, nem na subsequente, a assinatura de qualquer dos presentes, nem mesmo da pessoa que secretariou a reunião e redigiu esta ata.

Seguem anexas ao livro de atas, entre as páginas 65 e 66, quatro páginas datilografadas contendo o Programa das Atividades da Semana da Normalista, realizada nos dias 5 a 11 de novembro de 1961.

Ata da sessão da Congregação dos Professores do Instituto de Educação, no dia 19 de fevereiro de 1962

In: Livro de Atas das Reuniões do Conselho Técnico do Centro Educacional, Nº 306, do Instituto de Educação do Ceará, nas páginas 66 a 67v.

Às 08,00 hs do dia dezanove de fevereiro de mil novecentos e sessenta e dois, no salão da Biblioteca do Centro Educacional, de Fortaleza, foi levada a efeito uma reunião extraordinária da Congregação dos Professores.

Presidida pelo sr. Diretor, Dr. João Hippolyto de Azevedo e Sá, contou com a presença da sra. Vice diretora do estabelecimento, D. Susana Bonfim Borges, e dos professores Dra. Olívia Xavier, Noemi Costa de Soriano Aderaldo, Susana Dias Ribeiro, Albaniza Maria das Chagas, Zilda Maciel Pinto, M^a de Lourdes Gondim, Eldair Barros Oliveira Teixeira, Dr. Rô-mulo de Almeida, Dr. Paulo Alberto Rocha Viana, Renée dos Santos, Neli Sobreira Oliveira.

Disse o sr. Diretor dos objetivos da reunião e deu curso aos trabalhos, seguindo a ordem dos assuntos já previamente programados.

1) A professora Noemi Costa de Soriano Aderaldo leu o Relatório das atividades pedagógicas realizadas quando de sua atuação como Coordenadora da Reforma do Ensino Normal.

Terminada a leitura, justificou o reajustamento dos programas em vigor, fazendo a relação daqueles não revistos ainda. A seguir, falou sobre a nova distribuição de matérias pelos três anos do curso normal.

Tecendo comentários em torno do assunto, o sr. Diretor reportou-se às sugestões das técnicas americanas do PABAEÉ sobre os programas de Anatomia e Fisiologia Humanas, Biologia, Sociologia e Antropogeografia do Nordeste.

2) Veio à consideração, depois, o 2^o item do programa do dia, dizendo das seguintes resoluções do Conselho Técnico:

a) Ofício à Secretaria de Educação e Cultura, solicitando, com urgência, normas para a aplicação da Lei de Diretrizes e Bases, para um ajuste com a lei do Ensino Normal em vigor.

b) Tentativa do novo horário, apresentada pela coordenadora Noemi Costa de Soriano Aderaldo. A apreciação do novo horário deu margem a debates em que tomaram parte vários dos professores presentes.

Disse o sr. Diretor da dificuldade de aplicação do mesmo, completamente afastado das linhas antigas, dadas as acumulações por parte dos professores, tornando difícil a conciliação das horas de trabalho.

Indagaram os professores Paulo Alberto e Rômulo de Almeida sobre o modo de preencher o quadro de aulas, quando algumas matérias terão a duração de apenas um semestre. As professoras Noemi Aderaldo e Susana Borges sugeriram, então, fosse o horário preenchido com trabalhos de informação, visitas a fábricas, museus, assistência a filmes, etc.

O sr. Diretor mostrou então a conveniência da apresentação de um relato mensal das atividades realizadas extra-classe pelos Departamentos, para melhor controle por parte da Diretoria. Falou ainda sobre a alta importância da nota de conceito, pela observação cuidadosa e sistemática das alunas, trabalho agora menos difícil, pela diminuição das turmas de alunas.

Foi ainda discutido o assunto – Unidades de Treinamento – ponto fundamental da reforma, na expressão do autor da mesma, Dr. Lauro de Oliveira Lima, ficando assentado seria realizada com a colaboração de professores cujas matérias fossem requeridas para seu desenvolvimento, sob controle de um coordenador.

Dando prosseguimento aos trabalhos, apresentou o sr. Diretor os outros itens do programa da reunião:

a) Solicitar dos Departamentos seja determinada a reunião de planejamento das Unidades de Trabalho a serem realizadas na primeira etapa de unidades pedagógicas do Curso Normal;

b) Levar ao conhecimento dos professores a data de início do ano letivo (1º de março) e duração do ano pedagógico, de acordo com as determinações da lei de Diretrizes e Bases.

Apreciados devidamente todos os assuntos, o sr. Diretor pôs fim à reunião e, para registro das atividades do dia, lavrou-se a presente ata que será assinada, recebendo aprovação.

Observação minha (José Nunes CUCRREIRO): Após esta ata, seguem, nas páginas 67 e 67v, as assinaturas de 16 pessoas presentes. A pessoa que secretariou a reunião e redigiu esta ata não se identificou, mas a letra é da professora Maria Leticia Ferreira Lima Sampaio.

Nas páginas 68 a 71v está manuscrito, pela professora Laysce Bonfim, o relatório das atividades realizadas pelas técnicas americanas do P.A.B.A.E.E. realizadas no período de 20 a 24 de março de 1962.

Ata da sessão da Congregação dos Professores do Instituto de Educação, no dia 4 de abril de 1962

In: Livro de Atas das Reuniões do Conselho Técnico do Centro Educacional, Nº 306, do Instituto de Educação do Ceará, nas páginas 72 a 76.

Às 09,00 hs do dia quatro (4) de abril de mil novecentos e sessenta e dois (1962), na sala da Biblioteca do Centro Educacional do Ceará, foi levada a efeito uma reunião extraordinária da Congregação dos Professores. Presidida pelo sr. Diretor, Dr. João Hippolyto de Azevedo e Sá, contou com a presença da sra. vice-diretora do estabelecimento, D. Susana Bonfim Borges e dos seguintes professores: Jäder de Figueiredo Correia, Rômulo Barbosa, Austregésilo Rodrigues, Paulo Alberto Viana, Noemi Costa de Soriano Aderaldo, Susana da Costa Ribeiro, M^a de Lourdes V. Pinto, Cibele Pompeu, M^a de Lourdes Gondim, Neli Sobreira Oliveira, Nely Aguiar Amorim, João Cavalcante, M^a Zilda Maciel Pinto, M^a Leticia F. L. Sampaio.

Abrindo a sessão, o sr. Diretor disse das finalidades da mesma, a saber: a) leitura do relatório dos trabalhos do P. A. B. A. E. E. realizados no período de 20 a 24 de março próximo passado; b) atribuição de notas mensais; c) organização do Centro Cultural das Normalistas; d) Planejamento de Práticas Educativas para os sábados.

Em seguida a prof. M^a Leticia F. L. Sampaio leu a ata da reunião anterior e, após, efetuou-se a leitura do Relatório das atividades há pouco discriminado.

Com a palavra, a prof. Noemi Aderaldo trouxe à consideração dos presentes o assunto Cursos Rápidos de Aperfeiçoamento das Professoras a serem iniciados brevemente pela Dire-

toria de Pesquisas e Planejamento da Secretaria de Educação e Cultura. Informou que tais cursos também planejarão currículos e perguntou como podia isso acontecer, esta duplicidade de órgãos a executar cursos idênticos, uma vez que estão os mesmos no planejamento do Instituto de Educação.

A Vice-Diretora explicou que o Diretor da C. A. M. E. C., que é o responsável pela Diretoria da Pesquisas e Planejamento, solicitou à direção do C. E. C. (*Centro Educacional do Ceará*) várias vagas nos cursos do P. A. B. A. E. E. para as professoras que dirige.

A professora Suzana Ribeiro, sendo de parecer ser possível a execução da Campanha do Departamento de Pesquisas e a existência dos Cursos de Aperfeiçoamento no Instituto, afirmou que no Rio Grande do Sul há na própria Secretaria de Educação um órgão de planejamento e estes são expedidos para os cursos Normais e o que portanto está a se tornar preciso é um entendimento entre os dois órgãos aludidos.

Professor Jáder disse do esforço empreendido no CEC sem assistência da Secretaria de Educação, para que a implantação das atividades ora encetadas. Com a instalação da CAMEC esta assistência da Secretaria ainda será menor e logicamente vai a C. A. M. E. C. precisar de técnicos, pois não os tem. Urge saber se os professores daqui podem fazer os daqui e os de lá. Ponderou também que os funcionários da CAMEC, com as suas tarefas burocráticas comuns e por força das atribuições próprias de secretaria, não terão tempo suficiente para as tarefas e ficarão os professores da Escola, na dependência deles, com o serviço entravado, pois a idéia da Secretaria mesmo sem a base da nossa, será a que prevalecerá. E apresentou a sugestão de que tudo seja explicado ao Secretário, para uma tomada de posição que ressalve a responsabilidade do Instituto. E perguntou: admitamos uma reestruturação futura sem base, esse órgão não quererá se sobrepor ao nosso? Agora é um educador que dirige o CEC, mas depois, quem será?

Professora Noemi diz não se opor que haja muitos órgãos de pesquisa, mas opina também por um entendimento e indaga se realmente os cursos vão ser efetuados, a que a Vice-Diretora respondeu que sim, “pela força da lei”. Explica mais a professora Susana Borges que, indagando do professor Evaristo Linhares qual o grupo qualificado de que ele dispunha na C. A. M. E. C., ouviu dele que era o pessoal do Centro Educacional. Pelo que, opinaria que a C. A. M. E. C. aproveitasse os professores do Instituto.

A professora M^a de Lourdes V. Pinto perguntou justamente se isto era viável. E a Vice-Diretora repetiu a opinião de Miss Luella ao Sr. Secretário de Educação, isto é, que fossem feitos os Cursos no Instituto de Educação e este pessoal qualificado também ministrasse os referidos cursos no interior do Estado, que poderia ser dividido em zonas de reuniões de professores.

Leu em seguida no Diário Oficial que a C. A. M. E. C. é subordinada ao gabinete do Secretário da Educação. A esta informação disse o prof. Jáder que o Gabinete é o Secretário e que o Secretário não poderá resolver e que, portanto, esse órgão não funcionará.

Professor Rômulo indaga se a C. A. M. E. C. realmente realizar esses cursos, sem consultas ao C.E.C., como este vai ficar, se não é possível também ser ligado ao Secretário.

Professora Noemi diz que até currículos a C. A. M. E. C. fará e pergunta quem nos garante que novos governos não darão outra direção, pois que, no ano vindouro, o novo órgão contará com verbas próprias. E que se deve pleitear, sem reclamar, a ligação dessa Campanha com os cursos do C.E.C. Professor Jáder lembrou que, segundo a lei, a CAMEC patrocina os Cursos e que, portanto, pode apenas superintendê-los e até fornecer meios ao C.E.C. Por isso, disse não ver motivo para celeuma. E, secundado pela professora Suzana Ribeiro, sugeriu uma reunião com o prof. Evaristo Linhares. O Sr. Diretor declarou achar aquela discussão nula, pois nota-se interesse desconhecido nesta lei comentada.

A professora Noemi opinou sobre uma modificação no decreto, no sentido de que a CAMEC esteja em união com os outros, a que a Vice explicou que nesse caso não haveria

necessidade de Instituto de Educação, bastaria apenas Escola Normal. Prof. Jáder sugere que a comparação do decreto que cria a C. A. M. E. C. com a Lei da Reforma. Prof. Noemi diz que o Conselho Educativo é que ditará a lei da Reforma; a Vice-Diretora afirma que o não conhecimento do assunto pelo Conselho, a que a prof. Noemi respondeu ter tido ele conhecimento e, se não reagiu, é por ter concordado.

A esta altura, o Sr. Diretor nomeou a comissão de professores para estudar o que deveria ser feito, que ficou constituída pelos professores: Jáder F. Correia, Leticia F. L. Sampaio, Rômulo Barbosa, Noemi Aderaldo e Susana B. Borges. Após marcar a data da reunião da referida comissão (dia 6 próximo), passou ao segundo item da reunião, isto é – nota de conceito – aliás, explicou, já apresentada por ele em algumas cadeiras e agora preconizada pela Lei de Diretrizes e Bases.

Prof. Noemi com a palavra, referiu-se à sua experiência com nota de conceito, realizada em sua cadeira no ano p. p., procurando sempre alcançar o objetivo do desenvolvimento da aluna, atendendo às várias facetas da personalidade, dando à análise caráter objetivo, evitando o preconceito e comprovando os resultados obtidos, por estatística, com os dos outros professores. Adiantou, porém, que o método requer muito tempo, razão porque não o apresentou no seu Relatório como cousa determinada, achando-o falho. Explicou-o detalhadamente, atendendo aos pedidos de explicação de vários professores, mormente dos prof. Jáder e Rômulo. Este último opinou que psicologicamente a nota dada desta maneira é perigosa, pois favorece o julgamento subjetivo do professor e exige que este seja polímorfo (e que todos não o são). Também ficou a dificuldade de tempo e o perigo de, por um julgamento imperfeito, a alunas passar a odiar a matéria e o professor, prejudicando-se conseqüentemente.

Prof. Jáder lembra que as turmas são muito grandes e prof. Leticia opina que agora as turmas diminuíram, portanto, já há mais tempo para a experiência da nota de conceito apresentada pela colega. Nesse momento o Sr. Diretor retira-se da sessão, passando a presidência da mesma à Vice-Diretora. Esta iniciou a consideração do item 3 da reunião: Reorganização do Centro Cultural das Normalistas.

Entraram então no recinto várias alunas do 3º Ano Normal e Neusina de Freitas explicou à Congregação o movimento do Centro Cultural e para a realização do mesmo, pediu o apoio da mesma. A Vice-Diretora lembrou o interesse já manifestado do Dr. Jáder e este, com a palavra, salientou a tristeza que sentiu quando aqui chegou em não encontrar qualquer atuação do corpo discente do Centro Educacional e agora a alegria que o domina em ver as alunas falando à Congregação que, por coincidência, está no momento presidida pela primeira organizadora do Centro Cultural. E para este bonito movimento associativo das alunas, para o seu desenvolvimento, pediu o apoio dos colegas.

Prof. Leticia disse do seu desejo de ajudar mais de perto o Centro, principalmente nas atividades ligadas à Revista “Heliante”. Prof. Jáder opinou que a Revista, antes do número de conclusão de Curso das atuais terceiro-anistas, deveria sair também à época da “Semana da Normalista”. Prof. Noemi esclareceu que o atual movimento encetado pelo aperfeiçoamento da professora é conseqüência da “Semana da Normalista”. A vice-presidente do Grêmio, Alba Gomes, salientou que o que pedem aos professores é um apoio palpável e que seria conveniente que fosse logo marcada a reunião com os prof. Jáder e Leticia. A aluna Neusina agradeceu a boa recepção ao pedido das gremistas e se retirou com as colegas, sendo antes determinado quer no dia 6 realizar-se-ia a referida reunião.

A presidente da sessão passa ao 4º item: Práticas Educativas, dizendo ser inicialmente mister saber se a Congregação vai aceitar ou não a realização das Práticas Educativas aos sábados. Ou a reunião dos professores aos sábados e as Práticas Educativas às quartas feiras? Professores tecem considerações a respeito: Prof. Rômulo mostra que a reunião dos professores é de suma importância, mais do que a de uma aula e que, por tal, todos os professores a ela devem comparecer, sob o risco de terem o ponto cortado. Isto porque foi lembrada a possibi-

lidade da ausência dos professores às reuniões em dia de sábado. Prof. Jáder discorda do “ponto cortado”, pois para isto é necessária a verificação sobre se a reunião dos professores está prevista no horário.

A Vice-Diretora pondera a dificuldade da organização do horário e prof. Leticia retira o pedido que fizera, para a mudança da reunião, no intuito de facilitar a confecção do horário. E explica à assistência que, em vista da beleza da exposição do artista Sérvulo Esmeraldo, pensou em pedir à pintora Heloísa Juaçaba uma palestra sobre Arte para as normalistas, palestra esta enriquecida com apresentação e explicação de quadros de pintura moderna, com números de música, para o que solicitava no momento a colaboração da professora de Recreação. Ficou esta palestra para ser acertada para o sábado vindouro, dia 7, sendo que a parte musical ficou para o outro sábado (14), a pedido da prof. de Música.

Prof. Jáder participa que pretende reiniciar na sua cadeira um programa já planejado e que, por motivos superiores, foi obrigado a suspender. Programa este que constará de uma série de conferências, como a que a prof. M^a de Lourdes V. Pinto proferiu sobre Puericultura e a quem convidou para reabrir o movimento de debate. Pediu apoio dos colegas e particularmente o da prof. de Antropogeografia do Nordeste; solicitou à diretoria da Casa autorização para convidar a prof. da aludida matéria para levar as alunas a conhecerem as indústrias da região, como motivação de arejamento de idéias. Acrescentou ainda que estas atividades seriam executadas nas horas de expediente. À pergunta do prof. Austregésilo se isto seria só no 1^o Ano, respondeu que o programa poderia ser ampliado. A Vice-Diretora, Presidente da reunião, parabenizou a idéia, responsabilizou-se pela ajuda da Diretoria e marcou para o dia 6, às oito (8) horas, a palavra definitiva sobre o assunto. Deu por terminada a sessão, da qual lavrou-se a presente ata, que será assinada pelos presentes, se aprovada após sua leitura.

Observação minha (José Nunes Guerreiro): Após esta ata, não foi colocada na página 76, nem na subsequente, a assinatura de qualquer dos presentes, nem mesmo da pessoa que secretariou a reunião e redigiu esta ata.

Ata da sessão da Congregação dos Professores do Instituto de Educação, no dia 2 de maio de 1962

In: Livro de Atas das Reuniões do Conselho Técnico do Centro Educacional, Nº 306, do Instituto de Educação do Ceará, nas páginas 76v a 81.

Às 09,00 hs do dia dois de maio de mil novecentos e sessenta e dois (1962), na sala da Biblioteca do Centro Educacional do Ceará, realizou-se uma reunião extraordinária da Congregação dos Professores, que foi presidida pelo sr. Diretor, Dr. João Hippolyto de Azevedo e Sá, contou com a presença dos seguintes professores: Jáder de Figueiredo Correia, Américo Barreira, Clóvis Catunda, Olívia Xavier Rodrigues, Nely Aguiar Amorim, Neli Sobreira Oli-veira, M^a de Lourdes Gondim, Eldair B. O. Teixeira de Freitas, M^a Zilda Maciel Pinto, João Cavalcante, Rômulo Barbosa, Marisa Costa Lima Valente, Cibele Pompeu, Laysce S. Bonfim e a Vice-Diretora Susana Bonfim Borges.

O sr. Diretor, abrindo a sessão, disse da razão da mesma, isto é, para que a Congregação ouvisse do prof. Evaristo Linhares e da Diretora de Pesquisas e Planejamentos e responsável pela C. A. M. E. C. os esclarecimentos referentes a este último órgão, recentemente criado.

Professora Olívia Xavier pediu a palavra para fazer uma reclamação quanto ao não conhecimento, por parte da Congregação, de cousas e assuntos que acontecem na escola e quanto à não existência de um regimento interno. Citou como exemplo a ida da prof. Albaniza Chagas ao Rio Grande do Sul, que não foi do conhecimento da Congregação, afirmando em-

bora que, pessoalmente, nada tenha a reprovar quanto à citada designação, pois acha a professora para tal capacitada. Respondendo, o sr. Diretor esclareceu que somente a prof. Albaniza satisfaria às exigências do I. N. E. P. ao conceder a bolsa, por ser a Coordenador da Escola de Aplicação.

A Vice-Diretora aproveitando a referência ao assunto – regulamento interno – feito por Dra. Olívia, pediu à congregação a nomeação para redigir o regulamento e apresentou os nomes dos professores Rômulo Barbosa, Neli Sobreira Oliveira e Nely Aguiar Amorim, por se acharem sem trabalho determinado.

Professor Clóvis disse querer aproveitar a ocasião em que está reunida a maioria da Congregação para debater e esclarecer certos pontos relativos ao magistério desta casa. Que o Sr. Governador procurou beneficiar os professores do ensino secundário e nada fez para melhorar a situação calamitosa do professor substituto. Que em certos setores há a opinião de que o professor substituto não deve votar na Congregação, que ignora a origem desta aversão ou da degradação semântica do termo substituto, uma vez que o substituto trabalha com inteira responsabilidade e muita dedicação. Pelo exposto, pediu ao Sr. Diretor que nomeasse uma comissão para ir ao Sr. Secretário para resolver essa situação, inclusive dando ao substituto uma nova designação, a de professor adjunto, por exemplo. Professora Olívia foi de opinião que o substituto em cadeira não vaga, sendo uma substituição transitória, não deve votar.

Ao protesto do prof. Américo, o Sr. Diretor leu o Regulamento do Ensino Normal do Ceará (Lei nº 4.410 de 26 de Dezembro de 1958), que no Parágrafo Único, do Art. 57, diz: “A Congregação será constituída por todos os professores catedráticos, interinos, substitutos e contratados do estabelecimento”. A questão ficou assim encerrada.

Professor Américo deu sua palavra ainda a respeito do assunto, achando que falta independência ao votante interino, o que é desagradável numa Congregação como a do Centro, composta de grande número de interinos, uma vez que os catedráticos são minoria por força da ociosidade remunerada; que democraticamente todos tem direito, que nos países civilizados não há professores catedráticos e que, portanto, o conceito de professor efetivo tende a desaparecer. Disse querer frisar outro aspecto ligado a este, isto é, o descaso do Governo à Escola, que não dispõe de condições de funcionamento, fugindo tal à responsabilidade da administração e que urgia um movimento que evidenciasse ao Governo a necessidade de criar condições para a educação fundamental do Estado, cousa essencial para a vida desse mesmo Estado. A Vice-Diretora explicou as melhorias por que a Diretoria fez o Centro passar ultimamente, tornando-o em condições materiais, superior aos outros dois estabelecimentos oficiais, o que prova que o Governo tem olhado para o nosso.

A prof. Suzana Ribeiro pediu para que fosse ouvido o prof. Evaristo que, de início, agradeceu a oportunidade que lhe era dada de participar da Congregação e louvou a atuação desta, por sua franqueza e democratização. Em seguida passou a referir-se à Camed e de sua intenção de pô-la dentro dos problemas do Ensino Primário, apesar da existência do C.E.C. e das Escolas Normais da capital e do interior, uma vez que é gritante a redução da matrícula escolar: 50%. Falou sobre a necessidade da formação de bons professores, sobre a fato de haver mais professoras leigas do que diplomadas, sobre a falta de professoras, problemas tais que levavam à conclusão da inadiável necessidade de aperfeiçoamento das professoras existentes e criaram conseqüentemente a C. A. M. E. C.

Mostrou que não há interferência entre a Camed e o C.E.C., pois as diretorias são independentes e tem aspectos de atuação independente; que não há coincidência de área de atuação, que a C. A. M. E. C. não pretende formar professoras e sim promover Curso para o progressivo aperfeiçoamento do ensino normal, que pode ser um objetivo geral. Que nas Escolas Normais pode e deve haver o maior número possível de Cursos, mas que não haverá interferência da Camed neste movimento. Que é muito sério o problema do aperfeiçoamento e que disciplinar o sistema de aperfeiçoamento é função da Camed e ele pretende realizá-la.

Houve então comentários generalizados acerca da forma não disciplinada de distribuir bolsas de estudo, a que o prof. Evaristo retrucou ser seu pensamento tentar organizar a seleção das bolsistas, visando um real aperfeiçoamento desses professores e, conseqüentemente, aproveitamento deles em nosso meio educacional.

Prof. Jáder explicou o seu ponto de vista, de que a C. A. M. E. C. não possui pessoal treinado para realizar Cursos Regionais, pois fora do C.E.C. não há pessoal habilitado para tal e o prof. Evaristo terá que apelar para o Centro. Este, portanto, pode treinar os técnicos para a Camec realizar os programas a que se determina, no interior. O prof. Evaristo disse já haver solicitado 10 vagas nos Cursos Interinos a serem brevemente dados no C.E.C. Com esse treinamento e com técnicas do seu serviço, que são professoras daqui, conte levar a efeito os Cursos Regionais, visando a um movimento de âmbito estadual. Prof. Jáder acha que dez professoras não são suficientes para o trabalho de envergadura que o Sr. Secretário pretende e recapitula o que ficou acertado, isto é, o CEC treinará técnicas e entregá-las-á ao Camec. Novamente concordou o prof. Evaristo, acrescentando que não haverá apenas cursos, mas também simpósios, painéis e outras atividades.

Prof. Clóvis afirma ser o Curso Normal um curso de formação de técnicos para o Ensino Primário, com que o prof. Evaristo concorda, dizendo no entanto que no Congresso de Ensino Normal do Brasil foi dada como qualidade precípua do ensino normal a de dar formação de ensino médio às moças do interior, o que implica no desvirtuamento total do ensino normal.

Prof. Américo com a palavra, diz da sua grande experiência de ensino primário pelos anos que com ele lidou, como inspetor de alunos. Acha que a professora diplomada, por paradoxal que pareça, faz mais mal do que a leiga porque esta, amando a sua terra, a ela se adapta e procura desenvolvê-la, atuando com toda a sua influência de elemento diretamente ligado ao seu meio. A outra, a diplomada, cria condições sociais próprias, novas e justas, de melhoria e não quer ir para o interior, atuando, se lá chega, como fator de desagregação da Escola, agressiva ao meio que não ama, de que, portanto, não vive as necessidades, no pensamento único de se transferir para a capital. Aponta dois pontos essenciais:

1º – aperfeiçoamento das professoras diplomadas.

2º – aperfeiçoamento das professoras leigas.

Fizeram-se considerações a respeito da situação das professoras primárias, do seu ordenado, do ensino primário no município e da necessidade de definir a política educacional do Ceará respondendo-se à pergunta: qual a finalidade da Escola Primária no Ceará?

Prof. Evaristo afirma não acreditar em definição de cima e sim na do próprio professor e disse ser preocupação máxima a criação progressiva de uma consciência em torno de uma definição do que seja Ensino Primário e que é objetivo da Camec a formação da professora, para atender aos problemas da criança com verdadeira vivência da professora.

A esta altura da sessão o Sr. Diretor quis dar a sessão por encerrada, mas tendo o prof. Jáder manifestado vontade de querer prolongá-la, o presidente da sessão pediu licença para se retirar, substituindo-o à mesa a prof. Vice-Diretora Susana Borges.

Prof. Evaristo pede a colaboração dos professores para a Camec. Prof. Jáder e Olívia concordam, enquanto prof. Américo diz que desconhece fins da Camec e pergunta como pode colaborar. A isto, responde ao diretor da Camec que o referido professor de Sociologia sente muito bem os aspectos sociais e está capacitado a pertencer ao simpósio de processos de educação. O prof. Américo concorda.

Em seguida o assunto é o Regulamento interno da Casa. A Vice-Diretora pergunta se é possível nomear os professores para a elaboração do Regulamento. Prof. Nely Aguiar é de opinião que os professores desta comissão devem ser aqueles da Congregação formados em Direito. Prof. Susana lembra os prof. que estão em atividade de classe.

Prof. Olívia sugere a inclusão do prof. Jáder, por já possuir vasto plano de ação, e ele, a prof. Olívia, que justifica sua não aquiescência por falta de tempo. Prof. Américo lembra que a Comissão indicada elaboraria um ante-projeto, que seria depois transformado em projeto pelo número maior.

Prof. Jáder refere-se em seguida à participação do aluno na administração da Escola, lembrando mesmo que, na Lei de Ensino Superior, há obrigatoriedade da participação do aluno na aludida administração. E explica que recebeu solicitação das alunas para apresentar à Congregação um pedido, que é quase uma imposição; o Centro Cultural das Normalistas deveria ter representantes na Congregação em número de dois, com direito a um voto.

Prof. Américo acha que isso é assunto do Regimento Interno.

Prof. Evaristo, que inclusive devem participar do próximo regimento

Prof. Cibele afirma que as meninas não tem maturidade, talvez porque os professores não sabem orientar.

Isto porque, prof. Nely opinou, “que as alunas ainda não tem maturidade”.

Prof. Clóvis pergunta se a representante é de cada ano.

Prof. Susana diz que poderia ser a líder da turma e concorda com prof. Jáder, que opina por esta representação, por ser o Centro Cultural uma entidade oficial. Também este professor solicita que seja posta em votação a sua proposição, ou seja: participação de duas representantes do corpo discente nas sessões da Congregação, sendo uma a Presidente do Grêmio e uma representando as alunas. Todos concordaram.

Prof. Américo, porém, pede que a presente sessão delibere sobre a inclusão de três alunas (uma de cada série, por escrutínio universal) na sessão da Congregação, com exercício de dois meses e eleição antes de expirar o prazo do mandato, ficando bem claro que as alunas poderão expressar o seu pensamento sem temor de punição nenhuma. Prof. Jáder aceita a proposta, mas ampliando para quatro o número das representantes, por achar que apenas com três não está o Centro Cultural com a força que deseja, para prestigiá-lo. Duração do mandato: 6 meses. Prof. Neli Oliveira propõe ser uma de cada turma, mudando com as eleições e uma do Centro, permanente.

Prof. Evaristo pergunta se isto será sem a supervisão do corpo docente e lembra a necessidade de um esclarecimento de objetivos às alunas e a eleição, ficou certo, será realizada de dois em dois meses.

Em seguida, prof. Jáder teceu ligeiros comentários às atividades que pode realizar a cadeira de Antropogeografia do Nordeste, que há pouco tempo apresentou nesta Escola uma mostra de produtos do Nordeste com muito êxito; e que agora quer repetir esse empreendimento e pede o apoio oficial, com fornecimento de meios materiais e morais, para se realizar em julho ou agosto.

A Vice-Diretora deu o seu apoio em nome da direção da Casa e o prof. Jáder pediu também o apoio do Secretário de Educação.

Prof. Susana Borges ainda se referiu às médias mensais, à nota de conceito e, a seu pedido, foram designados os professores para a elaboração do Regimento interno, a saber, professores José Rômulo Barbosa, Cibele Pompeu, M^a Neli Sobreira Oliveira e Nely Aguiar Amorim.

A Vice-Diretora deu por terminada a sessão, da qual foi lavrada a presente ata, que será lida e assinada por todos os presentes, após aprovação.

Observação minha (José Nunes CUCRRCIRO): Após esta ata, não foi colocada na página 81, nem na subsequente, a assinatura de qualquer dos presentes, nem mesmo da pessoa que secretariou a reunião e redigiu esta ata.

Ata da sessão da Congregação dos Professores do Instituto de Educação, no dia 16 de julho de 1962

In: Livro de Atas das Reuniões do Conselho Técnico do Centro Educacional, Nº 306, do Instituto de Educação do Ceará, nas páginas 81v a 82.

Às 09,00 hs do dia dezesseis de julho de mil novecentos e sessenta e dois (1962), na Sala de Metodologia do Centro Educacional do Ceará, à Rua Napoleão Laureano, s/n, na cidade de Fortaleza, reuniu-se a congregação dos professores do citado estabelecimento sob a presidência do seu Diretor, professor João Hippolyto de Azevedo e Sá Esteve presente a esta reunião o sr. Secretário de Educação e Cultura, Dr. Almir dos Santos Pinto e os professores Clóvis Araújo Catunda, Eldair Barros Oliveira de Freitas, M^a Neli Sobreira de Oliveira, Maria Letícia Ferreira Lima Sampaio, Francisca Noemi Costa de Soriano Aderaldo, Paulina Frota Simas Oliveira, Marisa Costa Lima Valente, Cibele Pompeu, Noemi de Paula Freire, M^a Nely de Aguiar Amorim, Olga Nunes Costa, Maria Teresa Pires Paula, Maria de Jesus Cruz Andrade, Américo Barreira, Luís Alfredo Silva, M^a de Lourdes Vasconcelos Pinto, M^a de Lourdes Gondim, Paulo Alberto Rocha Viana, José Rômulo Barbosa, João Filgueiras Lobo e a Vice-Diretora Susana Bonfim Borges.

Abrindo a sessão, o Sr Diretor disse das finalidades da mesma, isto é, trazer ao conhecimento da congregação o Relatório das atividades do 1^o semestre de 1962 e o Planejamento das atividades para o 2^o semestre que se inicia agora. A secretária, professora Laysce Severiano Bonfim, fez a leitura do relatório, que não sofreu nenhum comentário, a não ser o pedido de retificação de seu nome, da orientadora educativa M^a Teresa Pires de Paula.

O Sr. Secretário de Educação, Dr. Almir Pinto, pediu a palavra para dizer a razão pela qual não foram nomeadas orientadoras para o Centro Educacional do Ceará, quer foi a de que a Lei de Diretrizes e Bases acabou com esse cargo de orientação pedagógica. Que é sua vontade, porém, assegurar a situação das professoras Frca. Noemi Costa de Soriano Aderaldo, M^a Letícia F. L. Sampaio e Marisa Valente, uma vez que há muito elas vêm prestando valiosos serviços ao Centro Educacional e acrescentou crer que o sr. Governador concordará com o seu pensamento.

Participou também o Sr. Secretário à Congregação o recebimento da remessa, pelo I.N.E.P., da importância destinada à construção da "Sala do Conto", da Biblioteca e do Auditório. Disse querer iniciar o quanto antes a referida construção, para que no fim do ano já o diploma fosse entregue no Auditório. Congratulou-se com a douta Congregação, após o que o Sr. Diretor deu por encerrada a sessão. Antes porém, a Vice-Diretora entregou aos professores os horários respectivos. De tudo para constar, eu, Laysce Severiano Bonfim, secretária "ad hoc", lavrei a presente ata, que vai por mim assinada e depois de lida e aprovada, assinada por todos os presentes.

Laysce Severiano Bonfim

Entre as páginas 81v e 82 estão anexadas 7 (sete) paginas datilografadas contendo o "RELATÓRIO DAS ATIVIDADES PEDAGÓGICAS DO CENTRO EDUCACIONAL DO CEARÁ, NO 1^o SEMESTRE DE 1962 E PLANEJAMENTO PARA AS MESMAS ATIVIDADES NO PERÍODO DE JULHO A NOVEMBRO."

18 de Julho de 1962: Dia do Falecimento do professor João Hippolyto de Azevedo e Sá

In: Livro de Atas das Reuniões do Conselho Técnico do Centro Educacional, Nº 306, do Instituto de Educação do Ceará, nas páginas 82v a 86.

Manhã. Dia Normal. Aulas e os Cursos intensivos de Estudos Sociais e de Matemática das professoras do P. A. B. A. E. E.

9 horas. A Vice-Diretora chama todas as pessoas da casa e, com extrema tristeza, comunica que o Dr. Hippolyto acabava de falecer, repentinamente. Houve geral consternação.

No trajeto para o Cemitério S. João Batista, o cortejo fúnebre dirigiu-se ao Centro Educacional, onde os professores, os funcionários e as alunas prestaram ao ilustre Diretor a sua última homenagem. Por momentos, o corpo permaneceu entre os que dirigia, tendo o caixão que encerrava seu corpo sido coberto, por alunas e normalistas, com a bandeira do estabelecimento. Em nome do corpo docente falou, com muita emoção e dor, o professor Teixeira de Freitas, que disse da saudade que deixava nos velhos companheiros o grande batalhador que se ia de vez, mas que tombava em plena lide, na batalha da educação.

Ele, Dr. Hippolyto, que pela manhã ainda se preparava para a vinda costumeira ao trabalho, agora, pela última vez, transpunha os umbrais da sua Escola pelas mãos das mais altas autoridades do Estado, Sr. Governador Parsifal Barroso, Sr. Secretário de Educação e Cultura, Dr. Almir Pinto. Professores e alunos acompanharam o Diretor no seu último percurso nos caminhos da terra.

À beira do túmulo, o professor Filgueiras Lima, que afirmou em belas expressões a tristeza de ver o amigo partir, de encontrar gelada pela morte a mão do grande companheiro e colega que sempre teve ao lado, em memoráveis empreendimentos, desde que se iniciou no magistério, sob a direção daquele de quem agora se despedia para sempre.

Também falou, em nome do corpo discente, a normalista Vânia Guedes, que expressou com sentimento a dor de todas as suas colegas pelo velho Diretor, que lhes dedicou as energias dos derradeiros anos de existência.

E às 18,00 hs, sob a bruma triste de um entardecer, cercado de amigos circunspectos, de jovens fisionomias compenetradas na tristeza, sob as bênçãos sacerdotais do Rev. Pe. , baixou à terra o corpo que guardou durante 81 anos o grande espírito de João Hippolyto de Azevedo e Sá, médico, professor, educador, que todo o Ceará conheceu.

“Honra ao Mérito” é a legenda em letras de ouro que os que constituem o Centro Educacional do Ceará apõem com respeito no monumento espiritual que lhe é erigido, no terreno cheio de calhaus e de algumas flores jogadas, do Dever Cumprido.

Que a terra lhe seja abençoada e boa e que o céu do Senhor de Misericórdia lhe seja morada eterna.

Fortaleza. Centro Educacional do Ceará.

Nesta página (84v) encerra-se este Livro de Atas, que segundo Dr. Hippolyto, deveria “servir de documentário de algumas etapas no envolver da vida da Escola Normal”. E agora, termina uma etapa da vida do Centro Educacional, esta que corresponde ao período do desmembramento da Escola Normal e mudança para o atual prédio, continuado pela nomeação do prof. João Hippolyto de Azevedo e Sá a 15 de Março de 1960 e que no momento termina, pelo motivo da morte desse mesmo Diretor que, desde aquela data, por convite do Sr. Governador do Estado, Dr. Parsifal Barroso, vinha dirigindo o estabelecimento com amor, zelo e energia.

Este livro será guardado com o respeito a que faz juz. Servirá de modelo e de fonte de informação a quem interessar possa, a quem quiser conhecer o trabalho organizado, minucioso, contínuo e eficiente que nesta casa inaugurou Dr. Hippolyto.

Ele que foi exemplo de pontualidade, de honestidade, de austeridade no cumprimento do dever. Ele que foi exemplo de exatidão de palavras e de fiel obediência às leis. Ele que não transigia com os políticos, que tudo explicava em termos incisivos, que não admitia dubiedades ou falsas interpretações, que corria a desfazer os enganos expressos em palavras displicentes fora da realidade das cousas, que por acaso a seus ouvidos ou a seus olhos chegassem.

Queira Deus, outros diretores que por esta Casa transitem tenham o fogo do seu olhar inquiridor, a força de sua interrogação percuciente.

Quanto à sua incalculável experiência, entesourada em 50 anos de magistério, só mesmo os céus a podem dar aos que merecem a dádiva de uma longa caminhada terrena.

Os funcionários desta Casa, que pelo espaço de dois anos lidaram tão de perto com esse administrador exemplar, muito aprenderam por certo, bem observaram e bastante concluíram. Guardarão na memória os seus traços físicos alquebrados pelo tempo, mas jamais negligentes, numa forte demonstração de autodomínio. Conservarão na memória os seus traços morais, manifestados em atitudes intransigentes, às vezes, mas sempre pautados na Lei, naquilo a que se deve obediência irrestrita para haver ordem, e progresso.

Lembrar-se-ão também da sua argúcia, da sua perspicácia, da sua maneira inteligente de auscultar as pessoas, mentalmente debruçado na atitude do médico que, ouvido atento, escuta a marcha do coração ou os ruídos pulmonares. E depois vinha o diagnóstico frio, profundo, de longo alcance.

Compreendia entretanto à pessoa humana e atendia às solicitações justas e legais.

Bem que nos traz à lembrança, por sua austeridade, consigo próprio, com sua retidão à causa pública, a imagem de um outro homem extraordinário, daquele Ruy que não sabia tergi-versar, de atitude inquebrável em todas as continências em seu movimentado viver, escudado no Ideal, a empunhar intemorato a Lei e a Pena. Este de cá, do Ceará querido, susteve ininterruptamente, mesmo nas trêmulas mãos dos derradeiros dias, a Lei e o Livro. Pois que, morreu em pleno exercício de suas atividades, admirado cada vez mais da fraqueza dos homens, decepcionado com fatos que ele não aceitava, porque não os compreendia, naquela sua maneira de pensar, lapidada por 81 anos bem vividos. Existência integrada no que de mais palpitante há na vida, que é a força atuante do jovem e a potência plasmadora do professor. Entre alunas e mestres este homem viveu, a repartir emoções, a distribuir conhecimentos, a espalhar ensinamentos, encaminhando muitos destinos e fixando-se no seu. Formou imenso cabedal interior e se firmou no seu próprio pedestal. Sua consagração se fez paulatinamente, no correr de meio século. E perdurará até que passe essa geração que ora floresce, como veio da que está para findar.

A sua consagração é essa marca que deixou na sua secretaria, concretizada na ordem particular e geral dos seus atos, como se tivesse, aos ouvidos, a palavra do Evangelista referindo-se ao Senhor: “Ele fez tudo bem...” Por essas considerações várias é que apomos o nosso nome à página 86 deste Livro de Atas aberto a 11 de abril de 1958 e o fechamos para os vindouros, numa homenagem à maneira ímpar de administrar do Dr. João Hippolyto. Talvez ele, que é agora espírito dono dos espaços, nos esteja a olhar. Saberá então que é de admiração, de respeito e devotamento, a palavra que aqui aprovamos.

Susana Bonfim Borges – Vice-Diretora (seguem as assinaturas de seis funcionárias e quatro professoras).

Observações:

Na página 82v está colado um recorte de jornal de um convite enterro do Dr. João Hippolyto de Azevedo e Sá, publicado no Jornal O POVO de 18 de julho de 1962.

Na página 83 está colado o recorte de jornal de uma notícia publicada no Jornal GAZETA DE NOTÍCIAS de 19 de julho de 1962, intitulada “O Enterramento do prof. João Hipólito”, com uma foto do caixão com o corpo do Dr. João Hippolyto de Azevedo e Sá sendo carregado por alguns de seus amigos

Na página 83v está colado um recorte, provavelmente parte da mesma notícia publicada em 19 de julho de 1962, mostrando uma foto do caixão com o corpo do Dr. João Hippolyto de Azevedo e Sá sendo retirado do prédio do Instituto de Educação do Ceará.

Na página 87, um texto intitulado “EXEMPLO QUE VIVERÁ”, com o teor do discurso proferido pelo prof. Filgueiras Lima diante do esquife do Dr. João Hippolyto de Azevedo e Sá, publicado no Jornal O POVO de 21 de Julho de 1962.

Na página 87v, uma notícia intitulada “Sepultado o Dr. João Hipólito”, publicada no Jornal O POVO de 19 de Julho de 1962 e cópia do decreto N° 5.027, de 18 de julho de 1962, do Governo do Estado do Ceará, considerando de luto oficial os dias 18, 19 e 20 do corrente mês pelo falecimento do Dr. João Hippolyto de Azevedo e Sá.

Ata da sessão extraordinária da Congregação do Centro Educacional
do Ceará para a eleição do Diretor que substituirá o Sr. Diretor
Dr. João Hippolyto de Azevedo e Sá, falecido a 18 de julho de 1962
– 25 de julho de 1962

In: Livro de Atas das Reuniões do Conselho Técnico do Centro
Educativo, N° 306, do Instituto de Educação do Ceará, nas páginas 88 a 91v.

Às nove (09,00) hs do dia vinte e cinco de julho de mil novecentos e sessenta e dois (1962), na Sala da Biblioteca do Centro Educacional do Ceará; à Rua Napoleão Laureano, s/n, na cidade de Fortaleza, reuniu-se a congregação dos professores do citado estabelecimento, sob a presidência da Vice-Diretora em exercício, professora Susana Bonfim Borges, para a efetuação da escolha da lista tríplice que será apresentada ao Sr. Governador do Estado, Dr. José Parsifal Barroso, a fim de que seja nomeado o Diretor substituto do Dr. João Hippolyto de Azevedo e Sá, falecido a 18 de julho p. passado.

Aberta a sessão pela Vice diretora do estabelecimento, tiveram início os trabalhos. Compareceram os seguintes professores: Antônio Filgueiras Lima, Clóvis Catunda, Cibele Pompeu, Francisca Noemi Soriano Aderaldo, Francisco Pereira Matos, João Cavalcante, João Filgueiras Lobo, José Rômulo Barbosa, José Teixeira de Freitas, Jáder de Figueiredo Correia, Luís Alfredo da Silva, Laysce Severiano Bonfim, M^a de Lourdes Vasconcelos Pinto, M^a Eldair Barros Oliveira de Freitas, M^a de Lourdes Gondim, M^a Nely Sobreira Amorim, M^a Neli Sobreira de Oliveira, Oliveira, M^a Leticia F. L. Sampaio, M^a Zilda Maciel Pinto, Noemi de Paula Freire, Olívia Sampaio Xavier Rodrigues, Paulo Alberto Rocha Viana, Paulina Frota Simas de Oliveira, Raimunda Araújo Maia, René dos Santos Rabelo, Susana Bonfim Borges, Valdo Vasconcelos Rios.

Foram distribuídos os cartões para a votação e foi determinada a chamada dos professores. Antes, porém o prof. Teixeira de Freitas quis saber da Congregação se estes 3 nomes eram de catedráticos ou de quaisquer outros professores: “Pela Lei 4.410, o Instituto cumpre o Regulamento existente e os escolhidos têm que ser os catedráticos, que são em número de 13”. A prof. M^a Lourdes Vasconcelos Pinto escreveu os nomes dos catedráticos, para esclarecimentos.

Dr. Filgueiras Lima
Dra. Olívia Xavier Rodrigues
Dr. Teixeira de Freitas

Dr. João Filgueiras Lobo
 Dr. Walmiki Albuquerque
 Dr. Lauro de Oliveira Lima
 Dr. Américo Barreira
 Dr. Francisco Matos
 Dr. Godofredo de Castro
 Dra. Raimunda Severo
 Prof. M^a de Lourdes Gondim
 Prof. Eldair Freitas
 Prof. Nely Aguiar
 Dr. João Cavalcante
 Da. Suzana Dias Ribeiro

Falou-se da possibilidade de o interino ocupar cargo em comissão, mas ficou certo que só os catedráticos vitalícios teriam esse direito.

Prof. Susana (*Bonfim Borges*) disse que esses professores são catedráticos e fizeram concurso no Instituto de Educação como ela fez na cadeira de Ciências Naturais e que o nome dela pode figurar na lista dos professores catedráticos pelas mesmas razões. Pediu a opinião da Congregação.

Prof. Teixeira elogiou a sua atuação como Vice-Diretora mas, revidou à diretora em exercício, achando-a sem razão. Prof. Raimunda Severo apoiou o ponto de vista da prof. Susana. Prof. Américo foi de opinião que 2 aspectos devem ser examinados: catedráticos de 2 estabelecimentos, como duas vezes catedrático de um mesmo estabelecimento. Perguntou se o catedrático de qualquer estabelecimento pode ser diretor da escola ou se somente catedrático da própria Escola.

Prof. Susana leu a parte referente, existente no Regulamento do Instituto de Educação, reclamando o seu nome mais uma vez na lista de catedráticos. Prof. Américo acha que só o catedrático do estabelecimento pode ser votado. Prof. Filgueiras mostrou-se favorável à opinião de D. Susana, achando que tanto ela como os demais professores podiam constar da lista, por serem professores credenciados. Isto, de acordo com a Lei de Diretrizes e Bases. Prof. Américo afirmou que o disp. do Art. 56 está de pé, mas que proporia ao Governo uma modificação para este artigo, alegando que qualquer professor de cátedra poderia ser o diretor.

Prof. Austregésilo, a uma pergunta do prof. Filgueiras, esclareceu que tanto ele como a Vice-Diretora são professores com estabilidade. E concluiu o prof. Filgueiras que, em homenagem à prof. Susana, seu nome deve ser incluído na lista.

Prof. Américo quer que a Congregação defina o que se entende por catedrático. Prof. Noemi acha que houve incoerência, pois se D. Susana fez concurso para o Instituto de Educação e foi lotada aqui, como não pode ser considerada catedrática? Aproveita a oportunidade para lembrar à Congregação o nome da prof. Olívia Xavier como a catedrática mais antiga. Prof. Susana lembrou que o prof. Teixeira não foi logo professor do Normal e sim, anteriormente, do ginásio.

Prof. Filgueiras Lobo pediu que fossem dados os nomes dos professores de função e quais os efetivos. Propôs que houvesse votação acerca dos dois nomes de professores função já com estabilidade, no caso, Susana Borges e Frc. Austregésilo Lima.

Prof. Américo Barreira falou que a designação “catedrático” é muito ortodoxa e que catedrático é aquele que ensina, bem como todo aquele que perca esta capacidade deverá ser retirado do quadro. Entende que a Congregação deve definir o que é catedrático. Quanto à escolha, acha que o diretor deve ter mentalidade normalista, que disponha de tempo. E que, como surgiu o seu nome, ele quer dizer que não aceita a sua indicação, por estar no exercício em mandato na Assembléia, ser candidato a deputado e ir trabalhar nesse sentido, não ser da mes-

ma corrente do governador e, por tudo isto, não pode aceitar a indicação de seu nome. E pediu novamente à Congregação para a definição do que se considerava catedrático.

Prof. Clóvis concordou com o prof. Américo, achando que todos os professores devem ser considerados catedráticos. Prof. Olívia agradeceu a todos e particularmente à prof. Noemi a indicação do seu nome. Prof. Américo apresentou a proposição de que todos os professores de função efetiva são catedráticos. Prof. Jáder revidou prof. Clóvis, alegando que por uma questão de ordem, ele incidu em erro, que ele gostaria de ser catedrático, mas não pode reivindicar a ele um direito que não lhe pertence. Achou mais coerente a proposta do prof. Américo. Clóvis Catunda o aparteia, dizendo que se se defende a tese de que catedrático é algo oxidado e se se deseja uma atitude mais evolutiva para a Congregação, não devemos nos voltar para a Constituição, que não pode conter, implícita, uma atitude posterior de modificação, de comportamento da comunidade, num momento de eleição como este.

Prof. Américo mais uma vez afirmou que os prof. estáveis devem votar e ser votados. Resolveu-se que quem concordar que os estáveis devem ser votados fiquem sentados, isto é, que Dona Susana e prof. Austregésilo integrem a Congregação. Então, foram acrescentados à lista os nomes dos professores Susana Borges, Austregésilo Rodrigues, Paulo Alberto Rocha Viana e Arnilda Salazar Azevedo e Sá.

Prof. Jáder lembrou que na última sessão da Congregação ficou acertado que as alunas tivessem assento entre a Congregação e queria que o assunto no momento fosse apreciado. Tudo acorde, inicia-se a eleição com a chamada dos professores na seguinte ordem:

Prof. Antônio Filgueiras Lima – assinou.

Prof. Américo Barreira – assinou.

Prof. Albaniza M^a das Chagas – p. p. Maria Zilda Maciel Pinto

Prof. Artamilce Guedes Lobo – ausente.

Arnilda Salazar A. Sá – ausente.

Prof. Carlos Alberto S. Gomes – ausente.

Prof. Clóvis Araújo Catunda – assinou.

Prof. Cibele P. S. Brasil – assinou.

Prof. Frca. Noemi C. S. Aderaldo – assinou.

Prof. Frca. Pereira Matos – assinou.

Prof. Frco. Austregésilo R. Lima – assinou.

Prof. Godofredo de Castro – ausente.

Prof. João Cavalcante Figueiredo – assinou.

Prof. João Filgueiras Lobo – assinou.

Prof. José Rômulo Barbosa – assinou.

Prof. José Teixeira de Freitas – assinou.

Prof. Jáder F. Correia – assinou.

Prof. Lauro Oliveira Lima – ausente.

Prof. Luís Alfredo da Silva – assinou.

Prof. M^a Lourdes V. Pinho – ausente.

Prof. M^a Lourdes H. Gondim – assinou.

Prof. M^a Nely A. Amorim – assinou.

Prof. M^a Neli S. Oliveira – assinou.

Prof. M^a Leticia F. L. Sampaio – assinou.

Prof. M^a Eldair B. O. de Freitas – assinou.

Prof. M^a Zilda Maciel Pinto – assinou.

Prof. Noemi de Paula Freire – assinou.

Prof. Olívia Xavier Rodrigues – assinou.

Prof. Paulo Alberto R. Viana – assinou.

Prof. Paulina Frota S. Oliveira – assinou.

Prof. Raimunda Araújo Maia – assinou.
 Prof. Reneé Santos Rabelo – assinou.
 Prof. Susana Bonfim Borges – assinou.
 Prof. Suzana D. C. Ribeiro – ausente.
 Prof. Walmiki S. Albuquerque – ausente.
 Prof. Valdo Vasconcelos Rios – assinou.
 Prof. M^a Jesus C. Andrade – assinou.
 Prof. M^a Teresa P. Paula – assinou.
 Prof. Laysce S. Bonfim – assinou.
 Prof. M^a Lourdes V. Pinto – assinou.

Alunas:

Neusina de Freitas – assinou.
 Alba Gomes da Silva – assinou.
 Eliane Emir Vieira – assinou.
 Adeilze Maria de Oliveira – assinou.

O professor Rômulo na verificação da lista de votação declarou ser 36 (trinta e seis) o número de eleitores. Prof. Teixeira de Freitas convidado, abriu a urna, contou o número de votos e verificou que o número de cartões cédulas era 36. Procedeu-se à apuração, verificando-se o seguinte resultado:

Professor Teixeira de Freitas – 13 votos.
 Professor Américo Barreira – 3 votos.
 Professor Susana Borges – 23 votos.
 Professor João F. Lobo – 11 votos.
 Professor Paulo Alberto Viana – 8 votos.
 Professor Olívia Xavier – 8 votos.
 Professor Austregésilo – 4 votos.
 Professor Filgueiras Lima – 17 votos.
 Professor João Cavalcante – 6 votos.
 Professor Raimunda Severo – 1 voto.
 Professor Lauro Oliveira Lima – 12 votos.
 Em branco – 3 chapas.

D. Susana parabenizou a Congregação pela maneira alta com que se houve. O prof. João Cavalcante pediu uma salva de palmas para os professores Susana Bonfim, Antônio Filgueiras Lima e Teixeira de Freitas, que constituirão a lista tríplex eleita pela Congregação para que o sr. Governador do Estado do Ceará, Dr. José Parsifal Barroso, faça a nomeação do Diretor do Centro Educacional do Ceará.

Encerrada a sessão, lavrei para memória a presente ata que assino inicialmente, bem como os escrutinadores que auxiliaram no trabalho de eleição.

Laysce Severiano Bonfim (e mais cinco assinaturas).

Encerro nesta data, vinte e cinco de julho de mil novecentos e sessenta e dois (1962) o Livro n^o 306 do Instituto de Educação do Centro Educacional do Ceará.

Susana Bonfim Borges
 Vice-Diretora em exercício.

Textos transcritos por José Nunes *Querreiro* no 2^o semestre do ano de 2002

DR. HIPPOLYTO: RELATÓRIOS E CARTAS

→ Alocução do Dr. João Hippolyto de Azevedo e Sá ao assumir pela 3^o vez o cargo de Diretor do Instituto – Livro de Atas N^o 306, de Reuniões do Conselho Técnico do Centro Educacional – 15/3/1960.

→ Relatórios de João Hippolyto de Azevedo e Sá ao Secretário de Educação e Saúde do Ceará – Livro de Atas N^o 306 – 14/5/1960 e 22/6/1960.

→ Ofício de João Hippolyto de Azevedo e Sá ao Colégio Estadual de Fortaleza – arquivo do Instituto de Educação do Ceará – 11/7/1960.

→ Relatório de João Hippolyto de Azevedo e Sá ao Secretário de Educação e Saúde do Ceará – arquivo do Instituto de Educação do Ceará – 24/8/1960.

→ Cartas (duas) entre João Hippolyto de Azevedo e Sá e o governador José Parsifal Barroso – arquivo do Instituto de Educação do Ceará – 13 e 24/11/1961.

→ Relatório das Atividades de 1961 do Centro Educacional ao Secretário de Educação e Cultura – arquivo do Instituto de Educação do Ceará – 12/2/1962.

→ Carta de João Hippolyto de Azevedo e Sá ao Secretário de Educação e Cultura – arquivo do Instituto de Educação do Ceará. 09/3/1962

→ Carta de João Hippolyto de Azevedo e Sá ao Diretor do jornal Correio do Ceará – arquivo do Instituto de Educação do Ceará – 14/3/1962.

→ Relatório das atividades pedagógicas do Centro Educacional do Ceará, no 1^o Semestre de 1962 e Planejamento para as mesmas atividades, no período de Julho a Novembro – s.d.

* * *

ALOCUÇÃO DO DR. JOÃO HIPPOLYTO DE AZEVEDO E SÁ AO ASSUMIR PELA 3^o VEZ O CARGO DE DIRETOR DO INSTITUTO DE EDUCAÇÃO EM 15 DE MARÇO DE 1960.

In Livro de Atas N^o 306, das Reuniões do Conselho Técnico do Centro Educacional, do Instituto de Educação do Ceará, p. 22 v-23, manuscrita pelo professor João Hippolyto de Azevedo e Sá.

A título de documentação que se prende à História da Escola Normal e do Instituto de Educação Justiniano de Serpa, mando transcrever o seguinte =

Alocução do Dr. João Hippolyto de Azevedo e Sá ao assumir pela terceira vez o cargo de Diretor:

Exmo. Sr. Secretário de Educação, Sr. Diretor do Colégio Estadual de Fortaleza, Exma. Sra. Vice Diretora do Instituto de Educação, Srs. Professores:

Neste momento não é um discurso que vou proferir, apenas simples e poucas palavras para explicar uma atitude.

É a terceira vez¹ que venho ocupar este posto de Diretor do Instituto de Educação e aceitando com grande desvanecimento o honroso convite do Exmo. Sr. Governador do Estado, não visei pruridos de vaidade e sim a grande satisfação que experimento em retornar a este ambiente, onde fui professor 50 anos, lecionando uma cátedra de que guardo das minhas alunas agradáveis reminiscências. Dentro desse mesmo tempo, sem ter-me afastado das funções magisteriais, exerci também a direção do estabelecimento por três décadas. Há dois anos, por imperativo da lei, fui jubilado no magistério, mas nunca considerei como uma delícia os percalços da ociosidade forçada e nem pude esquecer o teatro das minhas antigas atividades no ensino e sempre acompanhei, mesmo de longe, a vida desta instituição educacional, acompanhando-lhe a trajetória com os olhos de um afetivo que lhe desejasse a crescente grandeza e prosperidade.

Hoje volto a uma parte das atividades de outrora neste estabelecimento de educação, e bem podem os que me ouvem avaliar como me sentirei zeloso no trabalho que ainda posso prestar ao serviço público do Estado, e neste posto eu asseguro que me empenharei com toda dignidade para corresponder à confiança do governo que se lembrou dos meus préstimos conferindo-me os encargos de dirigir novamente este Instituto.

Tenho plena convicção que as minhas forças não desmentirão as minhas tradições e, cômso das responsabilidades que me cabem, assumo a direção técnica e administrativa do Instituto de Educação.

¹ Diretor a 1^o vez: de 20 de março de 1914 a 7 de setembro de 1934 (20 anos e 5 meses); diretor a 2^o vez, de 13 de março de 1939 a 16 de fevereiro de 1951 (11 anos e 11 meses), a 3^o vez na data de 15 de março de 1960.

**RELATÓRIO apresentado pelo professor dr. João Hippolyto de Azevedo e Sá,
diretor do Instituto de Educação, ao Exmo. Sr. Dr. Joaquim de Figueiredo
Correia, M. D. Secretário de Educação e Saúde, de 14 de maio de 1960**

In Livro de Atas Nº 306, do Conselho Técnico do Centro
Educativo do Instituto de Educação do Ceará, p. 27v a 30v.

Designado para fazer parte da Comissão de estudos sobre a situação dos professores dos Colégios Estaduais e os do Curso Normal, procurei pesquisar os dados relativos aos seus trabalhos e remunerações e cheguei à evidência de que no presente momento há uma acentuada disparidade de proventos em prejuízo dos últimos.

Quando eu ocupava pela 2^o vez o cargo de diretor da Escola Normal, sugeri a idéia que foi consubstanciada na lei 2.045, de 27.5.1947, criando as “aulas excedentes”, isto é, as que ultrapassam mensalmente o cômputo das obrigatórias, previamente preenchidas, e que essas excedentes só fossem pagas quando realmente ministradas. Esse critério é o que ainda domina na Escola Preparatória de Fortaleza, segundo informação de um professor desse estabelecimento de ensino militar. É um conceito honesto e justo.

Com o tempo a Lei 2.045 foi modificada, torcida e desfigurada, mas nunca pensei que essas “aulas excedentes” se prestassem maravilhosamente para aumento sutil dos vencimentos sem que fosse preciso alterar o padrão estabelecido para a classe dos professores secundários, os quais não mais cogitaram em pleitear aumento do padrão e sim, por mais fácil e algo imperceptível ao que se referia às miríficas aulas excedentes que no começo abrangiam um pequeno número deles e foram pouco a pouco abarcando a totalidade dos professores do curso ginásial a tal ponto de atualmente proporcionar aos seus beneficiados um aumento vertiginoso, subindo de \$12.000,00 para o mínimo de \$24.000,00, \$30.000,00 e até \$40.000,00 mensais, ficando os professores do Curso Normal na percepção tão somente dos \$12.000,00 primitivos. Ainda mais, alguns e não poucos que auferem essas “aulas excedentes” recebem-nas mesmo estando “à disposição”, sem ministrarem aula alguma e sem prestarem ao Estado o menor serviço.

A maratona de vencimentos resultou do aumento exagerado das turmas ginásio-cole-giais que funcionavam no Instituto de Educação e que foram crescendo desordenadamente de 1952 até o presente e de tal modo que foi preciso inventar salas para as novas turmas e o recurso foi deplorável. Transformaram-se os gabinetes de Física, Química e Ciências Naturais em classes comuns e os professores dessas duas primeiras matérias, que dantes tinham ambiente apropriado para as suas aulas, tiveram de contentar-se em ministrá-las simplesmente técnica, aulas que, com apropriada justeza, são ironicamente apelidadas de “salvação”. Os aparelhos que constituíam os dois primeiros Gabinetes foram relegados ao abandono, não lhes foi mais prestada a devida conservação, só escapando dos destroços as estantes em que estavam depositados, porque o que sobrou é uma verdadeira sucata. O material desses gabinetes, no atual Instituto de Educação, precisa ser substituído por completo. O Gabinete de Ciências Naturais onde se achavam os modelos para o ensino da cadeira de Anatomia e Fisiologia humanas, sofreu menos com a sua nova ocupação, mas muitos espécimens desapareceram, depois que, por motivo de minha jubilação no professorado, não me foi possível, nem de direito, prestar-lhe atenção e assistência. Muitas preparações que tinha organizado e deixei devidamente classificadas, não mais as encontrei quando fui nomeado Diretor do Instituto, em março do corrente ano, coube-me remover as coleções para o novo prédio.

E de tal forma o curso normal, que desde 1923 se achava instalado no seu prédio próprio na Praça Filgueira de Melo, foi sendo estrangulado nas suas dependências, que em janeiro de 1958 se tornou necessário despejá-lo para as construções do bairro de Fátima, que não

estavam concluídas e muito menos aparelhadas para o ensino. O mobiliário só lhe chegou fornecido pelo INEP em 1959.

Pondo outro lado essa digressão, que era preciso a título explicativo de uma situação, volto ao assunto propriamente dito dos vencimentos. Dizer-se que os professores dos cursos ginásial e colegial ministram, só nesses Colégios, 36 aulas semanais, ao passo que os do Normal apenas 12, é uma observação primária, não representa a realidade senão aparentemente. O horário de 36 horas semanais no ginásio-colegial para os seus professores, de acordo com uma Portaria do Ministério da Educação, implica que os mesmos tenham 6 horas diárias, observando uma pausa de repouso entre os dois expedientes, respeitando um princípio sanitário de capacidade física.

Deixando de lado minha feição médica e aceitando apenas para argumentar, que um professor suporte fisicamente o trabalho magisterial de 36 aulas semanais e que essas aulas sejam de fato eficientes em consonância com a robustez do seu vigor excepcional, tracemos um diagrama comparativo entre o valor dos trabalhos nos dois cursos, o do ginásio-colegial e o do normal na atualidade e logo a dedução lógica e imperativa é que os deste último não devem ser compassados pela simples craveira cronométrica do tempo pré-fixado em horário rígido.

Os métodos de ensino nos dois cursos, o dos ciclos ginásio-colegial de um lado e os do normal de outro, são muito diferentes. O ginásio-colegial pode contar o tempo preestabelecido no horário, porque as suas aulas são sempre em classe, os métodos do normal atualmente preconizados e que no Instituto vêm sendo postos em execução desde 1959, demandam planejamentos, estudos coletivos dos professores para se processar a observações diretas de atividades que servem para instruir as alunas na sua educação e preparo social de futuras mestras, e essas atividades não só são organizadas pelos professores como também eles acompanham como orientadores e guias e é por isto que julgo errônea a contagem de tempo cifrada pela escala do horário escolar. Este é às vezes flexível, quando um professor coordena com um colega uma permuta ocasional de horas, para proceder a essas observações que demandam mais tempo em determinadas ocasiões, mesmo que realizadas no âmbito da própria capital.

É um fator que assinalo para demonstrar a diversidade de métodos e também de tempo empregado. Essa modalidade metodológica é mais própria da atual técnica pedagógica no normal como centro de pesquisas no preparo das futuras professoras do que no curso secundário ginásio-colegial.

O Instituto de Educação, tendo modificado os seus métodos de ensino para atualizarem-se com as diretivas apresentadas pelo INEP tomou, portanto, uma feição que é preciso levar em conta e apreciação e impõe também outra remuneração ao seu professorado, diferente da que lhe vem sendo atribuída.

Revela ainda salientar que a maioria das cátedras do curso normal, como sejam a Anatomia e Fisiologia Humanas, consideradas base de quase todas as matérias técnico-pedagógicas, interferindo nos seus conhecimentos com fundamentos científicos; a Biologia, a Psicologia e a Sociologia, todas estudadas pelo prisma educacional; a Higiene e Educação Sanitária, a Metodologia e a Prática de Ensino e mesmo os Exercícios esportivos, não são estudos de um curso médio nem tão pouco secundário, mas de uma formação superior e os seus titulares têm diplomas universitários. São razões claras e precisas diante dos fatos e que impõem a tese que sustento para preconizar uma modificação consentânea com o trabalho dos professores do Curso Normal do Instituto de Educação Justiniano de Serpa.

Julgo assim que o padrão de vencimentos dos professores desse curso deve ser elevado para \$18.000,00 e que também de 15% passe a 50% a gratificação estabelecida pela Lei 3.187 de 12 de junho de 1956, para aproximarem-se pelo menos à importância que pleiteiam os professores dos cursos ginásio-colegiais, que não deixarão ao certo baixar do que já auferem nos seus proventos, considerados fato consumado. Os do Normal passarão, com essa modificação,

a perceber na base de \$27.000,00 e os dos cursos ginásio-colegiais \$29.700,00, \$31.050,00 e \$31.500,00 se as excedentes vierem a ser pagas a 130,145 (como em São Paulo) ou 150 como pretendem e isso se as obrigatórias ficarem estabelecidas em 18 semanais, porque se for conservada a obrigatoriedade atual de apenas 12 por semana, o cômputo de vencimentos dos Colégios Estaduais alcançará o teto de \$36.000,00, distanciando-se muito do que irão perceber os professores do Instituto.

Também opino que os professores do Curso Normal sejam obrigados a 18 aulas semanais quando a matéria o comportar e se houverem excedentes desse número, estas sejam professadas por um substituto que ganhe por unidade aula realmente ministrada.

Também penso que o corpo docente do Instituto de Educação deve ser constituído por duas categorias de professores: 1º catedráticos, 2º substitutos. Os catedráticos nomeados mediante concurso público e os substitutos por provas de títulos e habilitação. O concurso será efetuado preenchendo certas formalidades, a principiar pela publicação de um edital não só no Diário Oficial, como em um jornal de grande circulação em Fortaleza e na mesma data, para evitar como tem acontecido, a mistificação de um aditivo ao D. O. antedatado de 3 meses e encerrando a inscrição praticamente no mesmo dia de sua abertura, para evitar concorrentes, o que é uma farsa condenável.²

Os professores substitutos, depois das provas de habilitação, serão registrados nas seções em que se inscreveram e terão direito à substituição dos catedráticos nos seus impedimentos, não podendo, entretanto, serem promovidos a catedráticos automaticamente e sempre mediante concurso, recaindo a nomeação em quem obtiver o primeiro lugar na classificação. São essas as minhas observações e este é o meu Parecer.

Fortaleza, 14 de Maio de 1960.
Dr. João Hippolyto de Azevedo e Sá.

² Nos meus arquivos H21, pág. 8 e seguintes. faço a narrativa de um fato autêntico que confirma esta minha assertiva. H.

**Resposta do prof. João Hippolyto de Azevedo e Sá, em 22 de junho de 1960,
ao ofício nº 855, do Secretário de Educação de 31 de maio de 1960,
recebido em 21 de junho de 1960.**

In Livro de Atas Nº 306, do Conselho Técnico do Centro Educacional, do Instituto de Educação do Ceará, p. 30v a 33v.

Senhor Secretário:

Em resposta ao ofício nº 855, de 31 de Maio de 1960, recebido em 21 do corrente, informo a V. Excia. quanto ao:

1º item – que transportei do Colégio Estadual de Fortaleza para o Instituto de Educação:

4 fichários de madeira (antigos).

1 bureau de madeira do tempo da inauguração do prédio da Escola Normal na Praça Figueira de Melo, em 1923.

18 quadros de formatura das normalistas.

1 tela a óleo, retrato de D. Pedro II, lembrança da antiga denominação da Escola Normal, por determinação da Lei nº 2.260 de 28 de Agosto de 1925 e em comemoração do centenário do nascimento do Imperador, que se efetuará na data de 2 de Dezembro de 1925. Essa tela, de grande valor artístico, do pincel de Augusta Petit, foi uma dádiva da família de João Brígido à Escola Normal por essa ocasião.

1 estandarte do Instituto de Educação.

Do Gabinete de História e Geografia:

3 globos geográficos (antigos).

4 estantes velhas, precisando de reparos.

4 mesas grandes.

Do Gabinete de Ciências Naturais e de Anatomia:

1 microscópio, precisando de reparos (as oculares nº 2, 3, 4 e 5 não foram encontradas).

2 mostruários da coleção de conchas.

1 mostruário da coleção oológica.

1 mostruário da coleção mineralógica.

3 prateleiras grandes para guarda dos animais conservados (taxidermia).

Os Gabinetes de Ciências Naturais, de Geografia e História estão desfalcados de um terço das suas coleções. Não discrimino os espécimens que transportei, nem as que, catalogadas, pela Comissão do Patrimônio, se perderam, por ser trabalho demorado de confrontação e que no caso não mais aproveita esmiuçar.

Avalio a grosso modo essa perda porque, quando diretor, pessoalmente angariei a maior parte dos seus espécimens entre pessoas da minha amizade e quase todos os exemplares não custaram ônus para os cofres públicos. Eram coleções que durante 30 anos de direção da Escola Normal fui juntando, classificando e catalogando. Conheço-as pormenorizadamente.

Dos Gabinetes de Física e Química

Em relação ao de Física, o que transportei e que julgava susceptível de restauração pouco se aproveita. Salvaram-se as cinco estantes em que este material estava depositado, precisando, entretanto, de pequenos consertos.

Em relação ao de Química, transporte 2 estantes e alguns utensílios de vidro; os reativos estragados, deixei-os, não adiantava removê-los.

Do Cinema Educativo

Transportei uma máquina de projeção que data de 1943, quando pela 2ª vez na direção da Escola a adquirei e inaugurei o Gabinete com uma filmoteca de 99 unidades.

Deixei para o Colégio Estadual de Fortaleza a máquina nova, comprada em 1959. Transportei também 1 máquina de projeção epidiascópica (*projeção de figuras transparentes ou opacas*. Obs. minha – J.N. Guerreiro), bem conservada e que foi adquirida em 1923. Preciso da coleção dos filmes, unidades que pretendo transportar e dar ao Diretor a sua relação.

2º item – Tenho ainda a transportar a Biblioteca, livros e estantes.

A Biblioteca pertence ao acervo do Instituto de Educação, estando no seu nome registrada como sendo de categoria escolar no I.N.L., no Rio de Janeiro, no dia 31 de julho de 1946, sob o nº R. M. 2.555. Não fiz até agora a sua remoção para não perturbar com esse trabalho as aulas e as provas do Colégio Estadual. Estou aguardando o tempo das férias de julho para providenciar o transporte. Deixarei no Colégio Estadual a parte que pertence ao espólio do professor Joaquim Alves do Curso Ginásial, e que foi obtida por compra pelo Estado.

3º item – A verba 8.33.2 Consignação III Material Permanente precisa de suplementação de \$1.000.000,00. Desta verba, que no orçamento de 1960 tinha a dotação de \$600.000,00, só me coube utilizar \$50.000,00 na compra de uma máquina de calcular, cujo empenho reduziu o seu saldo a \$2,00. Os \$550.000,00 foram todos aproveitados pelo Colégio Estadual. Calculo, pelo que é preciso atender às despesas do Instituto: mobiliário, pedido de material didático, cuja relação está no dossier à parte, que seja preciso a suplementação supra citada de \$1.000.000,00 e isto no caso da mesma ser totalmente aplicada no Instituto de Educação.

Dentre outras necessidades destaco:

1 mimeógrafo

2 máquinas de escrever

3 bureaux para a Secretaria

1 globo geográfico moderno

1 coleção de mapas históricos do Brasil (Cia. Melhoramentos)

6 cavaletes para mapas

1 relógio de parede

Mapas geográficos da América, da Europa, da Ásia, da África e da Oceania.

Mapa do Brasil

Mapa-mundi

Mapa do Ceará

Para o Gabinete de Física: 1 “Kit” – \$5.200,00

Para o Gabinete de Química: 1 “Kit” – \$4.000,00

Para o Gabinete de Anatomia: 1 microscópio – \$7.125,00

“ “ “ “ “ : 4 oculares nº 2, 3, 4 e 5 para o microscópio antigo

1 Hematímetro (Anatomia e Fisiologia)

1 pipeta para solução hematimétrica

100 lâminas porta-objeto

100 lâminas cobre-objeto

1 navalha de Fabre para o micrótomo de Ranvier

2 agulhas com cabo

2 pinças de aspas.

A despesa com a compra dos livros que os professores pediram com a lista do material didático deve alcançar o teto de \$200.000,00.

Sendo o Instituto de Educação considerado pelo INEP como um Centro Educacional de pesquisas pedagógicas, torna-se precisa a instalação de alguns gabinetes: de Metodologia, de Antropogeografia do Nordeste, de Psicologia, de Sociologia, de Orientação Educacional, de Desenho e Artes aplicadas.

Ao assumir em 15 de Março a direção do Instituto, o que praticamente encontrei foi tão somente o mobiliário remetido do Rio de Janeiro pelo INEP, sendo que aquele que se destinava à sala ambiente de Desenho não se acha por completo no Instituto, faltando grande parte.

Tenho ainda uma observação a fazer.

Como em janeiro de 1958, quando foi transferido o curso normal do antigo para o novo prédio, as salas destinadas aos Gabinetes do material para o ensino prático estavam vazias, não se deu atenção ao seu verdadeiro destino e a solução mais simples foi ocupá-las com um excesso de classes primárias a título de Escola Modelo, pela manhã e à tarde.

Agora ficou patente o desacerto do alvitre. Ia se repetir no novo prédio uma segunda edição do sufocamento do curso normal, cerceado mais uma vez nas suas acomodações, com prejuízo para o lado prático do ensino. Do próximo ano em diante é preciso ir corrigindo essa anomalia, para que o Instituto de Educação não fique prejudicado como centro de pesquisas e estudos pedagógicos a que realmente está destinado.

Finalizando esta exposição, quero acentuar que, conhecedor do acervo do estabelecimento que dirigi por longo tempo, procedendo à divisão dos bens patrimoniais entre os dois conceituados educandários oficiais, conforme dispositivos do artigo 3º da Lei nº 4.743, de 15 de janeiro do corrente ano, o fiz guardando a devida eqüidade. A minha qualidade de antigo professor do curso normal e de diretor do Instituto não me inibia de respeitar o critério da imparcialidade.

Com os meus protestos de elevada estima e apreço.

Dr. João Hippolyto de Azevedo e Sá

Ao Exmo. Sr. Dr. Joaquim de Figueiredo Correia

D. D. Secretário de Educação e Saúde.

**Ofício nº 80-A/60, do Instituto de Educação Justiniano de Serpa,
ao Colégio Estadual de Fortaleza**
(escrito em cinco páginas datilografadas)

Cópia de documento guardada em pasta identificada com o título
“Relatórios de 1960”, no arquivo do Instituto de Educação do Ceará.

Fortaleza, 11 de Julho de 1960

Ao Sr. Diretor do Colégio Estadual de Fortaleza,
Dr. José Sobreira Amorim.

Cumprindo a determinação que me autoriza a lei 4.743, de 15 de Janeiro de 1960, transportei do Colégio Estadual de Fortaleza para o Centro Educacional de Estudos Pedagógicos, que oficialmente é o Instituto de Educação Justiniano de Serpa, o seguinte material que de direito é parte do seu patrimônio:

- a) Quatro fichários de madeira (antigos);
- b) Um bureau e duas poltronas de madeira que datam de 1923, quando se inaugurou o prédio da Escola Normal na Praça Figueira de Melo. O dito bureau tem esculpido em alto relevo o emblema do Ceará;
- c) Um porta chapéu de madeira. Essas 4 peças referidas serviram no Gabinete do Diretor por muitos anos e foram há tempo substituídas;
- d) Uma tela a óleo, de grande valor artístico do pincel de Auguste Petit, representando D. Pedro II, oferta da família de João Brígido à Escola Normal, por ocasião do centenário do Imperador, quando em data de 2 de Dezembro de 1925, por dispositivo da lei nº 2.260, o Governo do Estado deu ao referido estabelecimento o nome do venerando monarca. Essa denominação permaneceu até 6 de Janeiro de 1952 (*na realidade, até 1947*) quando, por dispositivo de lei, foi então crismada com o nome do Presidente Justiniano de Serpa, para lembrá-lo também, por sua vez, a data centenária. É o efêmero das homenagens, nas trocas de nomes. “Sic transit gloria mundi”;
- e) Dezoito quadros de fotografias das normalistas diplomadas;
- f) Um estandarte do Instituto de Educação.

Do Gabinete de História e Geografia transportei:

- g) três globos geográficos (antigos), ficando dois (modernos) para o Colégio Estadual de Fortaleza;
- h) Quatro estantes velhas, precisando de reparos;
- i) Quatro mesas grandes (uma de cedro, envernizada e três de pinho, sem verniz).

Do Gabinete de Ciências Naturais e Anatomia transportei:

- j) Um microscópio, datando a sua aquisição de 1923, precisando de reparos e também a aquisição dos oculares nos. 2, 3, 4 e 5, que não foram encontrados;
- k) Dois mostruários da coleção de conchas;
- l) Um mostruário da coleção mineralógica;
- m) Um mostruário da coleção oológica;
- n) Quatro prateleiras grandes para exposição de animais conservados (taxidermia).

Os Gabinetes de Ciências Naturais, de Geografia e História estão desfalcados de um terço das suas coleções. Esses espécimens foram arrolados em livro próprio pela Comissão de Patrimônio do Estado, tendo ficado um exemplar no Instituto e outro à guarda do DSP. Não discrimino os que transportei, nem indico os que se perderam, porque não adianta esmiuçar e sim fazer o confronto diante do livro de escrituração. Avaliei a grosso modo essa perda por-

que, quando Diretor da Escola, pessoalmente angariei entre pessoas de minha amizade os espécimens que constituem a sua maior parte, e esses objetos não custaram, portanto, nenhum ônus aos cofres públicos.

Do Gabinete de Física

O que transporte e que julgava susceptível de restauração, pouco se aproveitou. Salvaram-se as

o) Cinco estantes em que esse material estava depositado, e que precisam, portanto, de pequenos reparos.

Do Gabinete de Química transporte:

p) Duas estantes e alguns utensílios de vidro. Os reativos estavam deteriorados, não adiantava removê-los.

Os aparelhos do Gabinete de Física, adquiridos em 1924 na França, por encomenda do Presidente Idelfonso Albano, custaram ao Estado 40 contos de réis. Hoje, para tê-los iguais, montariam a \$400.000,00.

O material de Química custou da mesma procedência, 20 contos, e no presente idêntica aquisição talvez chegue a \$60.000,00.

Do Cinema Educativo transporte:

q) Um aparelho de projeção, adquirido em 1943, quando foi instalada na Escola essa dependência, com uma filmoteca com 99 unidades. Dessa data até hoje nenhum filme foi adquirido. A nova máquina nova, comprada em 1959, deixei-a para o Colégio Estadual de Fortaleza, como também uma pequena máquina de projeção, em bom estado, mas não sendo sonora.

r) Transporte dos 99 filmes 16 unidades, que são as seguintes:

1 – Estabelecimentos modernos de hidráulica;

2 – Excursão pela Índia;

3 – Aspectos da Índia;

4 – New-York;

5 – Londres;

6 – Finlândia;

7 – Da flor ao fruto;

8 – A vida das abelhas;

9 – Aparelho digestivo;

10 – Canal do Panamá;

11 – Jardim Zoológico;

12 – Jogos Olímpicos de 1936;

13 – A voz humana;

14 – Tesouros de Arte do Vaticano;

15 – A coroação do Papa Pio XII;

16 – Visita do Rei George VI aos Estados Unidos.

s) uma máquina de projeção fixa – epidiascópica, comprada em 1923.

Po que o material dos Gabinetes, parte se perdeu, parte se estragou? A causa principal foi a invasão das suas dependências para a instalação de salas de aulas comuns. Até 1951, quando pela 2ª vez deixei a direção do Instituto de Educação, todo esse material estava em perfeita ordem de conservação e devidamente inventariado na escrituração do livro nº 167 que ainda existe e pode ser consultado no dactilografado pela Comissão do Patrimônio do Estado.

Na sofreguidão do aumento das turmas ginasiais na Escola e também do acréscimo do número dos neo-professores formados em grande número pela Faculdade de Filosofia, resi-

dem as causas primordiais do ocorrido. As salas não comportavam as classes transbordantes, o ensino prático foi relegado ao esquecimento. Não entro na esfera da questão pedagógica, esta foge ao objeto dessa exposição de motivos.

O curso normal, por sua vez, no seu próprio prédio, foi forçado, pelo ímpeto da avalanche das turmas ginásial e do colegial, a mudar-se para as construções do Bairro de Fátima, ainda inacabadas e, ao tempo, desaparelhadas. O material escolar fornecido pelo INEP só chegou muito depois da inoportuna mudança.

Ainda em relação ao transporte do material vem por último a biblioteca. Esta se acha registrada no I.N.L. no Rio de Janeiro em data de 31 de Julho de 1946, sob o número RM 2.555 e pertencente ao Instituto de Educação, conforme documento anexo ao 1º volume dos 2 catálogos por mim escriturados na citada época.

Não transportei a trouxe-mouxe, mas fiz pacientemente a seleção quer julguei conveniente. A biblioteca que o Estado do Ceará adquiriu do espólio do sr. Joaquim Alves, professor do curso ginásial, deixei-a por completo para o Colégio Estadual.

Pela conhecimento que tenho do que arrolei nos catálogos, faltam muitos exemplares e, das coleções de valor. Muitos volumes não foram encontrados, provavelmente os que requisitaram não se lembraram de restituí-los, não existindo a devida anotação.

t) Doze estantes de madeira, tendo esculpida no frontispício a sigla EN. Ficaram seis para o Colégio Estadual. Não deixei a lista dos livros porque, talvez em razão das três mudanças de local da Biblioteca no prédio da Escola Normal, eles não se achavam mais na ordem de classificação por assunto e sim a granel e, para não fazer duplo serviço, achei mais prático organizar a sua distribuição nas estantes para então proceder ao seu inventário, ficando uma lista para o Colégio Estadual e outra igual para o Instituto.

Para este último trabalho, o do levantamento, solicito ao sr. Diretor do Colégio Estadual de Fortaleza que, no desempenho do trabalho de separação do acervo entre os dois estabelecimentos de ensino, não tive em mente beneficiar o Instituto de Educação, como seu Diretor, em detrimento do Colégio Estadual e sim agir somente dentro das normas do puro direito.

Antigo professor do curso normal, quando este funcionava em conjunto com o ginásial no mesmo edifício da Praça Figueira de Melo, e dirigi por longo tempo esses departamentos de ensino, jamais estabeleci nem fomentei rivalidade ou prevalência de qualquer espécie, mas fui solícito aos interesses de todos os cursos. Guardo de todos os professores a grata recordação de quando foram os meus dedicados colaboradores no desempenho das nossas missões. São essas afinidades cujos laços não se desfazem com o correr dos tempos e que ficam marcados para sempre na saudade desse convívio dos dias idos e vividos.

Na construção dessa Escola, que é hoje o Colégio Estadual de Fortaleza, coube-me, com o emérito professor Lourenço Filho, grande parte da iniciativa que se fez, em 1922, para projetar a sua idealização e lavá-la à meta positiva de uma deslumbrante realidade que fez época na história do ensino normal do Ceará.

No prédio deste estabelecimento de ensino que hoje é o Colégio Estadual de Fortaleza, foi também numa de suas salas o teatro onde exerci o meu magistério e nela estão grande parte de minhas evocações no professorado. E tudo isto me conclamava à obrigação de proceder com o senso inatacável da justiça na operação divisória e tanto tenho consciência de que me conservei eqüitativo, que muito agradecerá ao Dr. Amorim Sobreira se designasse, entre os professores do Colégio que dirige, uma comissão que, visitando o Instituto de Educação, verificasse in loco o material de que fiz a seleção, confrontando com os documentos que me serviram de base para a devida escolha.

Isto não acarreta para mim a menor susceptibilidade e dar-me-ia o ensejo de comprovar de fato a minha lisura e imparcialidade, assim como também a medida exata desta exposição que apresento como documento oficial – “ad perpetuam rei memoriam”.

Relatório de João Hippolyto de Azevedo e Sá ao Secretário de Educação e Saúde do Ceará

Cópia de documento guardada em pasta identificada com o título
“Relatórios de 1962”, no arquivo do Instituto de Educação do Ceará.

24 de Agosto de 1960

Acompanham ao presente os seguintes documentos que atendem ao seu pedido do dia 9 do mês em curso.

- 1) – Matrícula Geral do Instituto de Educação Justiniano de Serpa, no ano letivo de 1960, compreendendo todas as séries;
- 2) – Cópia do Horário;
- 3) – Cópia da última Lei do Ensino Normal do Estado;
- 4) – Cópia do último Regulamento;
- 5) – Relação Geral dos Professores com a indicação das respectivas cadeiras;
- 6) – Notícias sobre as obras do prédio em andamento ou paralisadas;
- 7) – Necessidades mais urgentes do Instituto para que funcione a contento: Um Gabinete de Física e Química, tipo médio.

Seja-me permitido justificar o pedido, pormenorizando o que sucedeu aos antigos Gabinetes dessas matérias, que o Instituto possuía desde a Presidência do Dr. Justiniano de Serpa, quando os adquiriu em Paris, em 1923, pelo custo de Cr\$80.000,00 e que hoje, se estivessem conservados, valeriam Cr\$400.000,00.

Quando em 1950 deixei pela 2ª vez a direção do Instituto, esses Gabinetes estavam em perfeita ordem de conservação e utilidade prática e os professores deles se serviam satisfatoriamente. Aconteceu que por essa época foram aparecendo em grande escala os “licenciados” das Faculdades de Filosofia que precisavam de colocação no magistério ginásial. O seu número representava uma “grande força” e tão grande que, colocados no magistério secundário do Instituto de Educação, foram se avolumando cada dia mais e haja salas para conter o aumento de turmas ginásiais. E os Gabinetes de Física e Química, de História e Geografia, de Ciências Naturais, o Museu Pedagógico – viram suas salas invadidas por classes comuns, o material relegado ao abandono e ao descaso.

Resultado, o material de Física e Química virou sucata, houve uma verdadeira dilapidação. As estantes foram arrombadas, é o termo, e pouco a pouco os aparelhos foram sendo danificados, pode-se dizer propositadamente, pelas alunas do curso ginásial.

De 1951 a 1957 as turmas dos cursos ginásial e colegial se assenhorearam do prédio da Praça Figueira de Melo, cresceram acima da capacidade da casa, estrangularam os cursos Normal e a Escola de Aplicação a ponto destes serem obrigados a desocuparem a sua antiga instalação e mudarem-se apressadamente, em janeiro de 1958, para as construções ainda não terminadas do Bairro de Fátima.

Mas a mudança foi só do pessoal, lotado no Instituto de Educação. Professores, funcionários e alunas. O material ficou no prédio primitivo e o diretor e a secretária ficaram unos superintendendo as duas casas, com manifesto prejuízo do Instituto.

O diretor era professor do curso ginásial e a este prestava os seus cuidados. As alunas não encontraram por alguns meses nem as carteiras escolares e, parece pilhéria, sentavam-se no piso. Os professores justificavam por essas falhas as suas contínuas ausências às aulas, até que o I.N.E.P. forneceu o citado material. O acervo do Instituto, que devia ter sido separado como foi o pessoal e por sua vez, acompanhado a transladação em janeiro de 1958, permaneceu no antigo prédio – e só depois de março deste ano, fui nomeado para a direção do Instituto, em virtude da lei 4.743 – de 15.1.1960 – foi que me coube tomar as providências no sentido de transportar o que de direito cabia ao Instituto.

Encontrei o material dos Gabinetes de Física e Química nas condições supra referidas e deles aproveitei apenas as estantes. Dos demais, as coleções nos outros gabinetes estavam desfalcadas pelo menos de 1/3 do que consta no livro de tombamento oficial. E ainda bem que o desmoronamento não foi total.

Diante desta exposição julgo explicado o motivo do meu pedido ao I.N.E.P. para obter os Gabinetes de Física e Química.

Penso que de futuro não acontecerá mais um descalabro igual – desde que separados definitivamente por imposição legal do curso normal os do ginásio-colegiais, não se fará o ímpeto da avalanche dos “licenciados” cada dia mais avassaladora, para estorvar o funcionamento regular e sereno do Instituto de Educação como Centro Educacional de Estudo Pedagógico.

Possuindo o Instituto um aparelho dia e epidiascópico, se for possível pediria ainda a remessa de placas SLIDES que seriam de grande proveito no ensino prático da Escola de Aplicação e no Curso Normal. Também alguns filmes para o cine educativo. A máquina do Instituto está bem conservada.

Em relação à cópia do livro manuscrito em que colecionei os dados sobre os regulamentos na parte relativa aos currículos do ensino normal do Estado, desde o seu primeiro estatuto até o presente, vou providenciar com a precisa brevidade e lhe remeterei, quando terminada.

Saudações

Dr. João Hippolyto de Azevedo e Sá
Diretor

Carta do governador Parsifal Barroso ao dr. João Hippolyto de Azevedo e Sá

Cópia de documento guardada em pasta identificada com o título “Relatórios de 1962”, no arquivo do Instituto de Educação do Ceará.

Fortaleza, 13 de Novembro de 1961

Eminente amigo
Prof. Dr. João Hippolyto:

Após haver lido o memorial intitulado “Como encontrei o Instituto de Educação”, quero lhe agradecer os oportunos comentários que levou ao conhecimento de quantos se interessam pelo destino do “Centro Educacional”, afirmando-lhe que não concordo com a designação da Comissão pedida “in fine”, porque sempre o julguei acima dessas controvérsias e questiúnculas, merecedor da confiança da estima e da consideração do Governo e do povo do Ceará. Queira me enviar a relação do que ainda precisa realizar em favor de sua profícua administração no ano de 1961, e receba o cordial abraço do amigo e admirador.

PARSIFAL BARROSO

Recebido – 16 – Nov – 1961 (observação manuscrita pelo dr. Hippolyto)

Ilmo Sr.
Prof. JOÃO HIPPOLYTO DE AZEVEDO SÁ
DD Diretor do Centro Educacional do Ceará
NESTA

Resposta do dr. João Hippolyto de Azevedo e Sá à carta do governador Parsifal Barroso
(escrita em oito páginas datilografadas)

Cópia de documento guardada em pasta identificada com o título
"Relatório de 1961", no arquivo do Instituto de Educação do Ceará.

Fortaleza, 24 de Novembro de 1961

Prezado amigo Parsifal Barroso:

Recebi com muito agrado a apreciação que me dirigiu em data do corrente mês sobre o que escrevi intitulado "Como encontrei o Instituto de Educação", quando lhe assumi a direção em 15 de Março de 1960. Como me pede uma relação do que ainda preciso realizar em favor do Instituto de Educação, parte integrante do Centro Educacional, assinalo neste documento o que for necessário para o seu aparelhamento didático e burocrático, a fim de que possa desempenhar satisfatoriamente os seus objetivos.

O Centro Educacional está passando por uma fase de aplicação da Reforma do Ensino Normal, para dar cumprimento à Lei nº 4.410, de 26 de Dezembro de 1958. Entre os fatos mais destacados sobre a sua reorganização, saliento as duas estadas das técnicas americanas do PABAE, Miss Luella Keithahn e Dra. Frances Miller, convidadas pelo Governo do Estado para, com a competência que têm no trato das novas diretrizes no ensino, trazerem a sua cooperação na implantação das modernas técnicas pedagógicas. A primeira visita realizou-se em Agosto e a segunda em Outubro deste ano.

Na primeira estada . . . de Antropogeografia do Nordeste. Obs.: o trecho contido entre estas duas expressões e aqui não transcrito, consta integralmente no Relatório das Atividades do Centro Educacional em 1961, apresentado em 12 de Fevereiro de 1962.

Agora duas palavras sobre a Reforma do Ensino Normal.

Após a primeira estada das técnicas americanas e quando se começou a por em execução o plano da Reforma, estatuído pela Lei nº 4.410, de 26 de Dezembro de 1958, a primeira medida tomada pela Congregação foi eleger a Coordenadora da sua aplicação e a eleição sufragou, por quase unanimidade (24 votos positivos, contra dois em branco) o nome da professora D. Noemi Costa de Soriano Aderaldo, que imediatamente, sem prejuízo, aliás, da cátedra que exerce, foi coligindo dados para sua orientação, mas tão intensos foram os seus esforços e tão exaustivos que, na sessão da última Congregação, realizada em 25 de Outubro, ao apresentar toda a documentação e resultados, mostrou-se tão desencantada que, ao terminar a sua exposição, entregou nas mãos dos seus pares as funções, renunciando à coordenação.

Não explicou a razão desse gesto, mas conhecendo de perto as suas realizações e o que lhe custaram de esforços e tenacidade, não hesito em encontrar o motivo justo dessas desilusões e das suas dificuldades. A colaboração da maioria do corpo docente foi morosa, displicente e muito precária. Não é possível conseguir de um corpo de professores que se presumem de efetivos e habituados às acumulações de muitos encargos, olhando o ensino por um prisma secundário e dedicando mais desvelo a outros trabalhos lucrativos, públicos ou particulares, encararem com o devido apreço e atenção as solicitações dos novos métodos preconizados pela Reforma. Todos os professores do Instituto de Educação estão presos a outros compromissos. Alguns nem se acham em condições de satisfazerem a metade, quanto mais a obrigatoriedade legal das doze horas de serviço semanal. A colaboração não foi precária, foi precaríssima, disfarçada com subterfúgios, negações, longe de ser eficiente e positiva. E esses são os que se acham no batente no Instituto de Educação.

Há uma outra categoria de mestres, que são os que gozam de uma disfarçada aposentadoria integral, vencimentos e gratificações, antes do tempo legal. São os “à disposição”, que nenhum trabalho prestam ao Instituto e pesam sobremodo nas suas verbas orçamentárias, todos eles fortes, moços e robustos, trabalhando folgadoamente noutros setores públicos e particulares.

Essa consideração vêm a propósito da necessidade de uma modificação na legislação que rege o magistério oficial. Essa jurisprudência, que aos professores só reconhece direitos, precisa ser substituída por uma outra que restabeleça as suas obrigações e os seus deveres. E só encontro um caminho, que as novas nomeações se façam sob o regime de contrato, tendo-se em vista a comprovada competência didática, cultural, moral e funcional. A renovação anual desses contratos seria mediante a verificação rigorosa do apuro e continuidade desses predicados. Fora deste rumo nada se pode conseguir no setor do magistério, senão com um esforço brutal dos que trabalham para suprir em parte a negligência e a dolce vita dos que nasceram talhados para a “ociosidade”.

A Reforma tem os seus exagêros, as suas omissões, os seus pontos confusos, mas é na sua aplicação que irão surgindo as necessárias indicações corretivas. Para salvar a situação do Centro Educacional existe, não há dúvida, um grupo de professores que prestam com toda a solicitude e desprendimento o seu elevado concurso, o seu estímulo e o seu idealismo, mas a grei dos indiferentes e apáticos é numericamente maior.

Dadas estas explicações, fica patente que a Reforma exige, para a sua aplicação, o concurso de outros professores, examinando-se dentro do ponto de vista jurídico a situação dos direitos dos que não desejam ou não querem cooperar nas lides magisteriais e que os seus substitutos ingressem no quadro do Centro Educacional sob o novo regime de contrato anual, como já está sendo adotado em diversos Institutos educacionais, oficiais e autarquias, escolhidos por suas qualidades comprovadas no consenso público, barias essas fictícias provas de concurso unipessoal ou de falsa habilitação quase clandestinas e que são sobejamente conhecidas no meio professoral.

A primeira medida que solicito é o aparelhamento da Secretaria, para que os seus trabalhos se processem em ordem e sempre estejam em dia com o movimento. Há necessidade de uma secretária para substituir o secretário que se acha à disposição da Secretaria de Educação e Cultura e serve como oficial de Gabinete do Titular da Pasta.

Três assistentes de Administração.

Quatro amanuenses datilógrafos R-8.

Um contínuo R-3.

A biblioteca necessita de livros novos e atualizados – uma verba de Cr\$50.000,00 (cinquenta mil cruzeiros). Despesa anual.

A filмотeca necessita de filmes educativos. Só possui dezesseis unidades, as quais foram adquiridas em 1943. Calculo a verba em Cr\$50.000,00 (cinquenta mil cruzeiros).

Gabinete de História e Geografia (serve também ao curso primário): Mapas Geográficos e de História – Globos Geográficos.

As despesas deste Gabinete podem ser efetuadas pela verba de material permanente, em 1962.

Gabinete de Física e Química – esse é o material mais dispendioso porque, além dos aparelhos e utensílios, há necessidade de outras instalações: energia elétrica, gás e água para estudos simultâneos de, pelo menos, vinte alunas. Não é que me tenha descuidado de sua aquisição e sim porque me fiei numa promessa do INEP, a qual não foi cumprida. Já pedi a uma firma preços para decidir da compra de 1962.

Gabinete de Psicologia Educacional, Psicologia experimental.

Gabinete de Antropogeografia do Nordeste.

Estes dois precisam de sua primeira instalação.

Todos esses Gabinetes, que devem ocupar um pavilhão inteiro das atuais construções, precisam de uma pessoa responsável pela sua conservação, e que tenha dois serventes R-3 para seu auxiliares.

Em 1960, quando assumi a diretoria, já em março, só encontrei da verba de material permanente o saldo irrisório de cinqüenta mil cruzeiros. M 1961, o que se consignou no orçamento foi aplicado na compra de máquinas de escrever, de calcular, o mimeógrafo e no mobiliário para a Secretaria e para algumas salas de aula e um piano para a secção de Música e Canto Orfeônico. Há ainda necessidade de nomeação de três zeladoras R-2, dadas a extensão das construções e a escassez desses funcionários.

Educação Física – este setor, desde a mudança da prédio da Praça Figueira de Melo para o Bairro de Fátima, funcionava até agosto de 1960 num pavilhão espaçoso e confortável, quando por essa época foi obrigado a desocupá-lo para entregar à Secção de Artes Industriais, a que era destinado pelo INEP. Sem alojamento próprio, está por um emergência muito precária funcionando inadequadamente numa acanhada sala. Em vista dessa circunstância e constando-me que há um depósito bancário de dois milhões à disposição da Secretaria de Educação e Cultura para construções, pedi ao Exmo. Sr. Secretário, pelo ofício nº 216, de 9 de Setembro de 1961, prioridade para edificar um pavilhão no centro Educacional que sanasse esta necessidade.

Assim esclarecendo-o, julgo ter atendido melhor ao pedido do eminente amigo a quem sou grato pela nímia gentileza.

João Hippolyto,

Fortaleza, 24 de Novembro de 1961.

Relatório das Atividades do Centro Educacional em 1961

(escrito em onze páginas datilografadas)

Cópia de documento guardada em pasta identificada com o título “Relatório de 1962”, no arquivo do Instituto de Educação do Ceará.

12 de Fevereiro de 1962

Exmo. Sr. Dr. Almir dos Santos Pinto
M.D. Secretário de Educação e Cultura

Apresento a V. Excia. o meu Relatório sobre as atividades do Centro Educacional no Ano de 1961.

Em Abril o Governo do Estado comissionou a 1º vice-diretora, D. Susana Bonfim Borges, para observar os métodos de ensino que estavam sendo aplicados nos Estados da Guanabara, Minas Gerais e na Capital Federal (Brasília).

Do Relatório que a vice-diretora apresentou acerca dos seus estudos e observações, sobressai pela sua importância em benefício do Centro Educacional a sua visita ao PABAE³, cuja sede se acha instalada em Belo Horizonte e da qual resultou um entendimento entre Mr. Philip Schawab, diretor desse Instituto brasileiro-americano e o Governo do Ceará, no sentido de virem ao nosso Estado duas técnicas de educação, Miss Luella Keithahn e Dra. Frances Miller, para iniciarem, com segurança de seu tirocínio e preparo pedagógico, os mesmos métodos que estão sendo executados em Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Guanabara.

Vale esclarecer que esses métodos hoje no setor educacional não têm originalidade regionalista, então em voga em muitos países que cuidam com realidade pragmática do ensi-

³ Programa de Assistência Brasileiro-Americano ao Ensino Elementar.

no elementar, base segura e firme alicerce para o estudo dos cursos secundários médio e superior.

Por duas estadas durante o citado ano letivo, aqui vieram as referidas técnicas em educação e no centro Educacional, após suas observações, traçaram nos currículos primários e normal as diretrizes que constituem o *modus faciendi* da propalada Reforma do Ensino do Ceará, consoante os termos da Lei nº 4.410, de 26 de Dezembro de 1958.

Na primeira estada em Agosto, as professoras americanas fizeram, em diversas reuniões com a Congregação, a análise da Reforma, debateram assuntos pertinentes aos currículos primário e normal, tomaram conhecimento dos programas em geral e delinearão o modus faciendi em relação aos processos e métodos que iam ser aplicados, preconizando que isso se fizesse paulatina e gradualmente, sugestão aprovada pela Congregação.

Na segunda estada em Outubro, estabeleceram conferências com os professores isoladamente ou em grupos de matérias afins, e depois destas audiências, pronunciaram suas conclusões, anunciando-as a título de sugestões, porque a determinação mas rígida cabia de certo à Administração. Estas sugestões são as seguintes:

As cadeiras de História e Filosofia da Educação seriam mais apropriadas para o ciclo de um curso de aperfeiçoamento no Instituto e, em vez de duas, como atualmente, deveriam voltar a constituir, como dantes, uma única. Essa divisão que se processou em 1958, apartando a História da Educação da Filosofia da Educação, transformou a primeira em simples História da Civilização, cujo programa se acha desenvolvido suficientemente no Curso Ginasial.

Os programas de Sociologia Educacional e os de Antropogeografia do Nordeste foram apreciados e verificou-se a coincidência quase integral nos seus objetivos. As ponderações das técnicas não convenceram aos titulares dessas cadeiras para ser feito um ajuste e elas acharam que, cabendo a razão à docente de Antropogeografia, esta cumprisse o programa e, para evitar a duplicidade ou inútil repetição de objetivos, ficasse a solução dessa controvérsia ao âmbito da Administração que, de acordo com a letra do regulamento vigente, cabe dirimir ao Conselho Técnico do Centro Educacional.

A cadeira de Pedagogia Geral na atualidade não é mais assunto para uma matéria isolada, e seu estudo está subentendido na Psicologia Educacional, na Metodologia, na Didática, na Prática de Ensino, todos os seus assuntos estão dispersos adequadamente nestas citadas cadeiras; conservá-la é simplesmente uma repetição desnecessária de objetivos.

As cadeiras de Anatomia e Filosofia Humanas e a de Biologia Educacional enfeixam nos seus programas os mesmos assuntos. Uma é supérflua.

Conserve-se a de Biologia e trate-se de dar melhor extensão quanto aos problemas de nutrição, do aparelho nervoso, principalmente no que se prende às bases para entendimento científico da Psicologia evolutiva e científica. Estudem-se nela os fundamentos do trabalho físico e mental, mormente no meio escolar.

A cadeira de Puericultura, que em 1958 foi desmembrada da de Educação Sanitária, deve voltar a integrá-la, desde que o seu objetivo não precisa ser tão extenso e profundo. É, aliás, o que se faz na quase totalidade das Escolas Normais do Brasil, uma única cadeira.

Essas divisões de cadeiras, processadas em 1958, no fogo fátuo da Reforma, que nessa época ficou apenas um pálido esboço e ensejou larga margem para interesses de professores, acarretando grande prejuízo ara a regularidade do currículo normal, sobrecarregando o horário para acomodações pessoais e visivelmente em detrimento das possibilidades física e mental das normalistas. Assim é claro e evidente quando, no 1º ano normal, as alunas estão sobrecarregadas com o estudo de onze matérias, no 2º ano com o de treze e no 3º ano com o de quinze. É de espantar esse absurdo.

Na recente Lei Federal de Diretrizes e Bases do Ensino ficou assentado o limite máximo de sete matérias. Não se fez tábula rasa, nem se desprezou levemente o lado, sem dúvi-

da importante, do interesse do educando. Não sei como essas anomalias e interesses acobertados por pseudo direitos adquiridos possam ser corrigidos. Mas a Reforma do Ensino Normal do Ceará, para ser executada, necessita de um ajustamento que consulte as condições físicas e psíquicas das normalistas. Esse ponto de vista tem que ser levado seriamente na devida conta.

Essa situação é resultante de uma compreensão antiga e errônea na escolha do professorado do curso normal. Os professores desse curso, na sua maioria, têm os cargos amparados por pistolões e desconhecem a feição técnico-pedagógica do Instituto, ignorando o entrosamento e sincronização com as demais matérias, em inteiro antagonismo com a diretiva dos novos métodos pedagógicos. É imperativa uma modificação radical no provimento das cátedras. O sistema atual de pseudos concursos e provas de habilitação camufladas, o que não mais constitui segredo no meio professoral, tanto têm sido os casos recentes e concretos, precisa de uma corrigenda, e como o mal não é regional e se alastrou por todo o país, os Institutos de ensino que querem seriamente trabalhar e progredir estão adotando o regime contratual, renovado ano a ano, até que alcançado o decênio com a comprovação das qualidades didáticas do professor sedimentadas pelo hábito, façam juz ao direito líquido de uma efetividade, realmente sério e honesto.

Nesse regime está, por sua vez, o meio mais seguro do respeito à lei das acumulações no ponto de vista da incompatibilidade do horário, hoje aberta e simploriamente sofismado.

É no clímax do decênio?

À dignidade do Diretor é que deve caber a insigne honra da responsabilidade dos conceitos que se esperam da sua honestidade administrativa e da sua coragem moral, visando os altos interesses impessoais da função pública a ser outorgada definitivamente a um mestre de alto valor e comprovada competência.

A cadeira que mais atenção despertou o exame das técnicas foi a da Prática de Ensino. O que se tem realizado e planejado até hoje parece, e é, de fato, insuficiente no treinamento das futuras mestras. É necessário conceder mais tempo para a sua execução no horário escolar e na sua distribuição pelas séries do currículo.

A Escola Modelo, ou melhor, a Escola de Aplicação, anexo do Centro Educacional e destinada à sua Prática, necessita de melhor aparelhamento didático e magisterial. A professora de Prática deve ter 4 assessorias, professoras de curso primário, que tenham tido vivência nos Grupos Escolares da Capital e que tenham revelado competência e dedicação no setor de ensino, únicas qualidades para merecerem a indicação nos seus quadros. Devem servir em comissão e só permanecerem nessa Escola enquanto forem atualizadas.

A Escola Modelo precisa voltar aos seus tempos áureos, quando o seu corpo docente era constituído por mestras de primeiro plano. O regulamento da Escola Normal, promulgado pelo Decreto nº 1.459, de 22 de Janeiro de 1935, estatuiu sabiamente no art. 10 e seus parágrafo esse critério de seleção, que foi o que lhe deu renomada e merecida fama.

As técnicas americanas sugeriram a criação de duas cadeiras. Não é demais, quando propuseram a supressão, por fusão, de três unidades. Mas isso não é um impasse. Quero apenas expor o assunto.

As duas cadeiras se referem, uma às relações do Centro Educacional com as atividades que vão ser desenvolvidas e executadas no âmbito externo do Instituto, no ponto de vista social e onde são programadas as excursões, com processos de novos métodos educativos. Diria eu que não comportaria uma cadeira, antes uma Assistente ou Assessoria da Direção que coordenasse e superintendesse esses assuntos das relações entre a escola e a comunidade.

A outra cadeira abrangeria os assuntos que se referem ao mundo atual na ampla esfera da política, do desenvolvimento econômico, da produtividade, dos novos conceitos jurídicos da sociedade moderna, donde estão saindo do colonialismo para a sua emancipação os novos países e surgindo uma nova civilização. Não sei o nome dessa cadeira, acho porém que o assunto se enquadra, como se para ele fosse talhado, na cadeira de Sociologia e resolveria a

controvérsia que se estabeleceu entre os programas desta com os de Antropogeografia do Nordeste.

Outro fato que merece destaque especial é o das realizações da Semana da Normalista, dirigida pela professora Francisca Noemi Costa Soriano Aderaldo, cujo esforço merece seja engrandecido pela sua objetividade. Promovida de 11 a 15 de Novembro, obedecendo a um vasto e bem traçado programa, com o concurso da imprensa, do rádio e da televisão e, ainda mais, com as conferências proferidas por professores de alta categoria, finalizou com as seguintes “Sugestões Conclusivas”:

1 – Apoio moral e material do Governo para que seja resolvido, perante o INEP, o problema da sede do Centro Educacional do Ceará.

O que temos aí é uma aberração da Higiene Educativa, carente de luz e ventilação, construído em desobediência a todos os cânones pedagógicos. Sem considerar o nosso clima equatorial e em flagrante desacato à Ecologia Regional, presta-se muito mais para um Reformatório do que para um Instituto Modelar de Formação de Mestres.

2 – Que se faça voltar ao Centro Educacional a antiga denominação de Instituto de Educação do Ceará, restaurando-o como cúpula pedagógica do Estado, conforme estabelecem nos Arts. 52 a 65 as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, ora em tramitação no Senado

3 – Que se institua, oficialmente, uma comissão de professores para atualizar os currículos e os programas dos cursos primários e normais do Estado, a fim de integrá-los objetivamente na realidade necessitante do meio social e econômico do Ceará e do Nordeste.

4 – Que se promovam periodicamente “Missões Pedagógicas” junto aos cursos primários e normais do interior, compostas de professores e alunos do Instituto de Educação e demais cursos normais de Fortaleza.

Seria uma tomada de consciência dos problemas comuns, uma troca necessária de experiências vivenciais.

5 – Que se exija do Ministério de Educação e Cultura um tratamento equivalente ao dispensado às demais unidades brasileiras.

Que nos envie técnicos; que nos conceda, no mínimo, 30 bolsas anuais, para o aperfeiçoamento de nossos professores no Sul; que nos assista, como faz a outros Estados, com verba de material e de suplementação de professores, pois a tudo isso está obrigado, pelos incisos constitucionais concernentes ao Fundo do Ensino Primário e ao Fundo do Ensino Médio.

6 – Que se faça definitivamente a estruturação da carreira do nosso professor primário.

7 – Que sejam mobilizadas as bancadas eleitas do Estado para se trabalhar na consecução de validade nacional ao diploma de professor primário, a exemplo das demais profissões.

A Reforma do Ensino Normal

Desde 1958 que se fala nesse assunto e até o presente pouco, muito pouco se tem avançado. A princípio só manobras veladas para satisfazer interesses pessoais do professorado. Chegamos a 1961 e com a vindas das técnicas de educação americanas é que se começou realmente a procurar o modus faciendi para sua aplicação, passando lentíssimamente da metodologia antiga para a da atualidade, considerando as matérias do currículo como um todo, objetivando a formação técnica das professoras primárias, visando o seu preparo para o meio social em que nos estamos situando e vivendo.

Para a execução desse desiderato a primeira medida a tomar foi a eleição, pela Congregação, de uma professora como Coordenadora do trabalho magisterial e por uma votação quase unânime o nome sufragado foi o de D. Francisca Noemi Costa de Soriano Aderaldo. Esta, com toda a sua reconhecida dedicação, se empenhou a fundo em planificar a honrosa incumbência, tendo apresentado em 25 de Outubro um circunstanciado Relatório, mas renun-

ciando a dirigir a empreitada, desiludida pelos fatos concretos da colaboração eficiente de seus colegas de corpo docente.

Nessa coordenação reside de fato o primeiro passo para estabelecer a pragmática da execução dos novos métodos, substituindo totalmente as obsoletas aulas de pura oratória e salvação. A cooperação que recebeu foi a de um pequeno grupo e verificou por isto que seus esforços não compensavam as falhas que superavam de muito os resultados positivos.

Bem razão assistiu ao professor Paulo de Almeida Campos, quando em Relatório ao Dr. Anísio Teixeira, diretor do INEP, desassombradamente afirmou: “Somos de parecer que o maior óbice para a execução da Reforma do ensino normal do Ceará residirá nos professores que lecionam em suas Escolas Normais, que não hão de ser muito diferentes da generalidade dos professores dessas Escolas no restante do país. Esses, ao lado da formação de nível universitário, devem possuir experiência anterior de magistério em escola primária, e hão de ser capazes de reformular totalmente o seu ultrapassado método de “aulas expositivas”, monologadas, num restrito e exclusivo ensino oral, em que os alunos organizam os malfadados “pontos”, depois confrontam (ou não) com o que há nos livros-fontes e livros de texto (quando há), e memorizam inutilmente definições, classificações, leis, etc.”

No Centro Educacional o maior entrave, a deficiência de colaboração reside, em grande parte, no fato de que todos os professores têm dois cargos em estabelecimentos oficiais e mais ainda nos colégios particulares, não sobrando tempo às vezes nem para o número de aulas a que são obrigados por força de lei, e vivem de cronômetro na mão, numa vertiginosa carreira de um estabelecimento para outro, na luta intensa pela economia da vida. Ao lado deste grupo existe o dos apáticos e comodistas, existe também o dos que gozam de alentadas sinecuras sob o rótulo de “à disposição”, e por este meio evitando o dispositivo da incompatibilidade de horário da lei de acumulações, desde que prestam os seus serviços em outros setores. Dois benefícios, o de tangenciar a lei e o de receber remuneração pelas verbas do Centro Educacional pelas delícias de um doce repouso.

Quaisquer que sejam porém esses contratemplos, uma coisa é inevitável – a reforma dos métodos no ensino do Centro Educacional – e para tanto deve ser encontrado um imperativo que corrija e ponha um termo a essa inércia, vencendo o desânimo no seio do professorado, modificando suas atitudes, substituindo o comodismo dos cansados para implantar a nova orientação do ensino normal. E eu desassombradamente indico o regime contratual nos termos que já expedí. Conheço de sobra as dificuldades dos problemas, entretanto, não me esquivarei de lutar para alcançar a meta dos que esperam ver realizados, em tempo não muito distante, melhores e mais avançados progressos neste setor da educação. Não falo levemente nem para armar vaidades descabidas, mas baseado na minha longa observação no meio do magistério e principalmente no Instituto de Educação.

No presente ano de 1962 tenho em vista organizar 3 Gabinetes para estudos práticos:

O de Física e Química, que quando deixei a direção do Instituto em 1951 estava completo e todo ele devidamente catalogado no livro nº 167 do patrimônio. Em 1960, quando voltei pela terceira vez à sua direção, encontrei reduzido à sucata, nenhum aparelho ou utensílio intacto, tudo estava destroçado e imprestável – dele só transportei as estantes, com a intenção de adquirir um novo. Na mudança do Instituto do prédio da Praça Figueira de Melo para o Bairro de Fátima os Gabinetes ficaram no primeiro e o abandono a que foram relegados ocasionou esse prejuízo, porque as salas que eles ocupavam se transformam em classes de aulas comuns.

O segundo Gabinete que pretendo adquirir é o de Psicologia Educacional e o terceiro o de Antropogeografia do Nordeste, onde as normalistas encontrem os subsídios para os estudos da economia e produtividade da região, objetivo da referida cadeira. Dos antigos Gabinetes do

prédio da Praça Figueira de Melo só os de Ciências Naturais e o de Geografia e História sofreram menos, desfalcados, todavia, de uma terça parte das suas valiosíssimas coleções.

Destinei no Centro Educacional um pavilhão para a guarda do material dos Gabinetes, agora evidentemente melhor instalados e prestando-se à devida conservação, uso e utilidade.

Embora o Centro Educacional ainda se possa considerar construção em andamento, pouco a pouco vai melhorando nas suas ampliações e remodelação, visando superar os defeitos da sua arquitetônica.

Termino este Relatório com a resenha da matrícula em 1961 dos diversos cursos do Centro Educacional e os respectivos resultados:

QUADRO DEMONSTRATIVO DA MATRÍCULA EM 1961

CURSO NORMAL

1º Ano	78	Aprovadas	77	Reprovadas	1
2º Ano	75	Aprovadas	74	Reprovadas	1
3º Ano	166	Diplomadas	164	Reprovadas	2

Obs.: As 2 professorandas reprovadas estão sujeitas a exames de 2º época.

JARDIM DA INFÂNCIA

1º Período	30	Promovidas	30
2º Período	37	Promovidas	37
3º Período	47	Promovidas	47

Total das promoções: 114.

CURSO PRIMÁRIO (ESCOLA DE APLICAÇÃO)

Alfabetização	104	Promovidas	101	Reprovadas	3
1º Ano	127	Promovidas	113	Reprovadas	14
2º Ano	198	Promovidas	173	Reprovadas	25
3º Ano	201	Promovidas	165	Reprovadas	36
4º Ano	270	Promovidas	225	Reprovadas	45
		Concluintes	173	Reprovadas	40

Curso de Admissão: 213

Total das Promoções: 950

Total das Reprovações: 163

São esses os fatos mais relevantes que julguei mencionar.

Fortaleza, 12 de Fevereiro de 1962.

Dr. João Hippolyto de Azevedo e Sá

Carta do dr. João Hippolyto de Azevedo e Sá ao Secretário de Educação e Cultura
(escrita em cinco páginas datilografadas)

Cópia de documento guardada em pasta identificada com o título
“Relatório de 1962”, no arquivo do Instituto de Educação do Ceará.

Exmo. Sr. Dr. Almir dos Santos Pinto
M.D. Secretário de Educação e Cultura

09 de Março de 1962

Processando-se neste momento uma remodelação nos quadros do magistério estadual no que de perto diz respeito ao Centro Educacional, julgo oportuno, como Diretor, ter estrita obrigação de vir expor à V. Excia. o que tenho observado em 1960 e 1961 relativamente à fase inicial da Reforma do Ensino Normal nº 4.410, de 26 de Dezembro de 1958.

No bojo da reforma, que modificava, como se disse, revolucionariamente, os cânones de uma Metodologia cinquentenária, o que primeiro se fez sentir não foi pesquisar o seu modus faciendi e sim açodadamente proceder a uma divisão intempestiva das cadeiras do currículo, consultando unicamente os interesses de alguns professores e em manifesto prejuízo das alunas, acarretando-lhes uma sobrecarga nos seus trabalhos escolares, sobrecarga superior às suas possibilidades físicas e mentais. Basta dizer que no primeiro ano essa sobrecarga é de onze matérias; no segundo ano, de treze; no terceiro ano, de quinze.

A divisão alcançou as seguintes matérias: a Cadeira de Sociologia Educacional foi desdobrada com a criação da de Pedagogia Geral, disciplina esta inclusa, suficientemente e bem explanada, nos programas da Biologia Educacional, Psicologia Educacional, Metodologia, Prática de Ensino e na própria Sociologia Educacional, que lhe serve de sinônimo.

E, cousa singular a esta nova cadeira atualmente no Centro Educacional, tem três professores: um, o seu titular e por ela beneficiado, que apenas esteve no batente dois anos e conseguiu a benesse de ser posto nos ócios de uma “à disposição”, recebendo vencimentos e proventos integrais; o segundo, substituindo-o interinamente, que ministra seis aulas semanais e um terceiro, cuja designação é para aulas suplementares de Pedagogia, quando o interino, se houvesse realmente necessidade de mais seis horas, por força da lei, ele seria obrigado a ministrá-las sem precisar desse auxiliar. Foi uma professora nomeada a mais para aulas de interesse próprio e que está efetivamente sem verdadeira função.

A cadeira de História e Filosofia da Educação também foi desdobrada: a cadeira de História da Educação uma, a de Filosofia da Educação, outra. A cadeira de História sem o comentário da Filosofia da Educação é mera História da Civilização, suficientemente estudada no Curso Ginásial.

Da cadeira de Educação Sanitária foi desmembrada a de Puericultura, que não necessita, no Curso Normal, de constituir matéria para tamanha extensão e profundidade.

A cadeira de Física e Química, que na lei orgânica federal constitui uma unidade, no Centro Educacional é ocupada por 3 professores: um à disposição, único sem ônus para os cofres públicos, porque é titular de 3 cátedras e pela lei da acumulação só lhe é permitido o exercício de duas. Um professor somente daria conta da matéria, que já vem precedida de estudos no Curso Ginásial.

A cadeira de Anatomia e Fisiologia humanas tem atualmente um programa interferente e quase coincidente com o de Biologia Educacional, de modo que uma das duas é supérflua e está sobrando.

Há um segundo óbice com o qual se defronta a execução honesta da Reforma: é o que diz respeito ao caso das acumulações de cargos.

A quase totalidade dos professores do Centro Educacional tem dois ou mais empregos e há um mês que se tenta organizar um horário, sem resultado prático; quase todos incidem no impasse da incompatibilidade das horas. Tenho, nestes dois anos de Diretoria, observado a

dança dos que ministram aulas com o cronômetro na mão, medindo os minutos e correndo de automóvel para a outra margem – aulas dadas de afogadilho e sem vivência – principalmente nas últimas horas, em que se nota o enfado o cansaço e, por que não dizer, ao compasso da técnica fisiológica, a estafa nua e crua. Em 1959 tive informação que, devido a essa situação, em parte, os professores primavam pela ausência e as alunas viviam às moscas, com lições marcadas pelo disfarce de pesquisas bibliográficas e confecções de quadros que se crismavam de sociogramas, desprovidas de orientação e guia de um fichário adequado e sem os recursos de uma biblioteca atualizada.

Impossível um horário acomodatório à situação individual de cada professor e vêm a talhe de foice estas conclusões, que o chefe de um departamento de coordenação lançou há poucos dias com a sua autoridade regimental quando, em reunião da sua equipe, equacionou o problema e não encontrou o “x” da incógnita integral dos seus cálculos e tangenciou habilmente a saída com essas expressões:

“Os professores deste Departamento (Departamento de Cultura Geral) se comprometeram a apresentar seus planos individuais, para exame posterior.

O professor Waldo Rios aceita a responsabilidade das aulas teóricas de Física e Química, cabendo ao professor Paulo Alberto a responsabilidade da preparação das aulas práticas.

A direção deste Departamento sugere uma reunião especial da Congregação para análise do plano de trabalho que lhe parece não corresponder nem à letra nem ao espírito da Reforma do Ensino Normal. Na face de incompatibilidade do horário da tarde com outras obrigações anteriormente assumidas, os professores acima asseriados manifestam a inconveniência do comparecimento obrigatório às quartas-feiras, de 14 às 16 horas.

O assunto será, porém, reexaminado para uma tentativa de ajustamento.”

Houve no dia 19 de fevereiro uma reunião da Congregação para tratar desse assunto e esses professores não compareceram. Além do mais, não sei que método de ensino é esse, em que um professor de Física e Química do curso normal explica a giz a teoria e o outro, em sessão diferente, se limita à prática. Mas isto está escrito, aprovado e assinado e demonstra claramente o inconveniente das acumulações que não podem, de maneira alguma, ajustar ao horário do expediente determinado para os trabalhos escolares.

Bem razão assistiu ao classificações, leis, etc. Obs.: o trecho contido entre estas duas expressões e aqui não transcrito, consta integralmente no Relatório das Atividades do Centro Educacional em 1961, apresentado em 12 de Fevereiro de 1962.

Com esses professores que além de não terem tido vivência nas escolas primárias e desconhecendo as urdiduras que existem entre a cátedra que ocupam e as matérias do curso técnico-pedagógico na formação das normalistas, cheios de presumidos direitos adquiridos, não é possível, honestamente, esperar grande coisa na aplicação dos novos métodos de ensino. Há, todavia, no corpo docente, um pequeno grupo de professores dedicados, mas isso não é suficiente para a envergadura que tem em mira a Reforma, e por isto a minha experiência, que não é pequena, só encontra um meio plausível, a do regime contratual, estabelecendo outras normas na seleção do professorado e propugnando por outras condições que poderão resolver o problema satisfatoriamente.

Corrigida a sobrecarga do primeiro óbice, colocando-se as futuras professoras dentro das suas possibilidades físicas e, mais ainda, afastado segundo obstáculo, o das acumulações, no inciso da colisão de tempo-hora, será bem possível executar seriamente as diretrizes da nova Didática.

Qualquer outro rumo deixará a Reforma somente na fase das eternas esperanças.

São essas considerações para as quais peço a atenção de V. Excia., no sentido de um exame ponderado da situação técnica do Centro Educacional

Dr. João Hippolyto de Azevedo e Sá

Fortaleza, 9 de Março de 1962.

Carta do dr. João Hippolyto de Azevedo e Sá ao Diretor do jornal Correio do Ceará
(escrita em uma página datilografada)

Cópia de documento guardada em pasta identificada com o título “Ofícios e Correspondências – 1962”, no arquivo do Instituto de Educação do Ceará.

14 de Março de 1962

Prezado amigo Dr. Manuel Eduardo Campos
M.D. Diretor do “Correio do Ceará”

A PRE 9, órgão publicitário dos Diários Associados, na sua crônica das 12 horas, referiu-se ao Colégio Estadual Justiniano de Serpa, confundindo-lhe a denominação com a da Escola Normal e proferiu uma tremenda catilinária contra o Diretor da Normal, como se esta ainda fosse o estabelecimento oficial que tem sua sede na Praça Figueira de Melo e de onde se mudou há mais de três anos para o Bairro de Fátima, com o nome de Centro Educacional.

Pelo contexto da objurgatória, o que então ouvi, evidentemente, se referia ao Diretor demissionário do Colégio Estadual Justiniano de Serpa, mas o público não distingue ainda hoje o emaranhado dessa interminável confusão entre os dois estabelecimentos de ensino oficial e por isto peço ao prezado diretor dos “Diários Associados” para que, nas colunas do “Correio do Ceará”, divulgue esta nota a fim de, em parte, desfazer a lamentável mixórdia.

Quando em 15 de Março de 1960 assumi a direção do Centro Educacional, um dos meus primeiros atos foi cortar da folha de pagamento as célebres aulas excedentes que encontrei e só serviam para aumentar os proventos de alguns professores beneficiados por essa maneira subreptícia contra o erário do Estado. Não sacrifiquei o tesouro, autorizando o pagamento de aulas fictícias, para cortejar a sentimentalismos e fazer juz a homenagens.

Fui, na verdade, o criador das aulas excedentes, e no projeto em que se baseia, a respectiva lei dizia que assim fossem consideradas como tais as que ultrapassassem o cômputo das obrigatórias e só fossem também remuneradas as que realmente tivessem sido ministradas e, enquanto fui o diretor da Escola Normal, esse critério prevaleceu sem alteração. Depois é que a referida lei foi modificada, transfigurada e chegou, por sucessivas emendas, a ser desvirtuada da sua primitiva e honesta acepção, recebendo, posteriormente, o contra peso das chamadas e excessivas suplementares.

O meu nome não está, felizmente, ligado aos fatos que deram ensejo à demissão do diretor do Colégio Estadual Justiniano de Serpa, estabelecimento cuja administração não tem ligação alguma com o Centro Educacional.

Agradecendo a atenção que espero merecer na acolhida desse meu justo pedido, subscrevo-me.

João Hippolyto de Azevedo e Sá
Diretor do Centro Educacional
Fortaleza, 14.3.1962.

**RELATÓRIO DAS ATIVIDADES PEDAGÓGICAS DO
CENTRO EDUCACIONAL DO CEARÁ, NO 1º SEMESTRE DE 1962
E PLANEJAMENTO PARA AS MESMAS ATIVIDADES,
NO PERÍODO DE JULHO A NOVEMBRO.**

(datilografado em sete (7) páginas numeradas)

As atividades pedagógicas do Centro Educacional do Ceará tiveram início aos dezoito (18) dias do mês de fevereiro, em que os professores do estabelecimento se reuniram para tomar conhecimento do relatório e do planejamento apresentados pela Coordenadora professora Francisca Noemi Costa Soriano Aderaldo, o primeiro, relativo ao ano de 1961 e o segundo, ao de 1962. Tanto o relatório como o planejamento receberam aprovação por parte da Congregação.

Tendo a referida professora renunciado às funções que vinha exercendo como Coordenadora Pedagógica desse estabelecimento, o sr. Diretor Dr. João Hippolyto de Azevedo e Sá cientificou do ocorrido às autoridades competentes, tendo das mesmas a afirmativa de que a situação seria brevemente resolvida, o que no entanto não aconteceu.

Em vista disso, a Vice-Diretora professora Susana Bonfim Borges dirigiu em caráter de emergência as atividades pedagógicas nesta etapa inicial, as quais, neste momento, são dadas ao conhecimento da Congregação.

Horário – o horário previsto no Planejamento foi aprovado em caráter experimental. Na parte referente ao preenchimento do quadro de aulas das matérias com duração de apenas um semestre, as professoras Susana Borges e Noemi Aderaldo sugeriram que o horário fosse preenchido com atividades extra-classe.

No entanto, a Diretoria informa que não recebeu relatórios dessas atividades, que o Sr. Diretor no momento sugeriu, fossem apresentados mensalmente pelos chefes dos Departamentos.

Nota de conceito – Ainda não houve unificação no que concerne à nota de conceito, apesar de várias sugestões da administração e da colaboração da professora Noemi Aderaldo, que apresentou a sua experiência com nota de conceito, explicando detalhadamente a ficha que organizou.

A Diretoria informa que as funcionárias da escolaridade desejam, para maior presteza de trabalho, que os professores apresentem as listas mensais de maneira uniforme e preferem que as notas sejam conservadas em números e elas as transformarão em nota de conceito.

Funcionamento dos Departamentos – Não obstante o esforço despendido para o efetivo andamento das atividades dos Departamentos, estas ainda não se concretizaram.

Ano letivo, duração do ano pedagógico – O estabelecimento obedeceu às determinações do trabalho do Calendário do Ano Escolar (dias letivos e feriados previstos) realizado pelas professoras Noemi Aderaldo e Maria Leticia Ferreira Lima Sampaio, sendo apenas modificada a época das férias, que de acordo com orientação da Secretaria da Educação, realizaram-se de 15 de Junho a 15 de Julho em vez de 1º de Julho a 30 de Julho, como estava previsto.

Segundo fôra acertado, o dia do pagamento mensal dos honorários dos professores manteve-se na pauta de dia letivo.

Atividades das técnicas americanas do PABAEF – As referidas atividades se concentraram na Escola de Aplicação, no sentido de melhorar o nível pedagógico do seu professorado, que deve ser o mais alto possível, em vista da própria razão de ser da escola, em referência ao Curso Normal. Realizaram-se reuniões com as professoras das diversas séries primárias, em conjunto e particularmente, com a Coordenadora da Escola de Aplicação, com a professora de Metodologia e com as professoras e assessoras da cadeira de Prática de Ensino, para perfeita entrosagem das atividades das aludidas cadeiras e as das professoras do primário.

Foram mantidos contactos com o Diretor e Vice-Diretora do Centro Educacional do Ceará; com o Presidente do Conselho Estadual de Educação, com o Secretário de Educação e Culturas, Dr. Almir dos Santos Pinto, com o sr. Governador do Estado, Dr. Parsifal Barroso, acerca do plano de reestruturação do Centro Educacional do Ceará. As sugestões que as técnicas do PABAE apresentaram lograram inteira aceitação de todas as autoridades, sendo mister ressaltar o grande entusiasmo demonstrado pelo sr. Governador.

O planejamento para o ano de 1962 prevê Cursos Intensivos ministrados pelas técnicas brasileiras do PABAE. Desses cursos, dois já se realizaram, o de Metodologia da Linguagem e o de Metodologia das Ciências Naturais, ministrados respectivamente pelas professoras Marias Aparecida de Freitas e Maria José Berutti, no Centro Educacional do Ceará e no Colégio da Imaculada Conceição, com a frequência um de 75 e o outro de 100 alunos-mestres.

O Curso de Metodologia da Linguagem foi coordenado com muita eficiência pela professora Maria Leticia Ferreira Lima Sampaio e o de Ciências Naturais foi secretariado também com muito brilhantismo pela professora Maria de Lourdes Vasconcelos Pinto. Os cursos contaram com a presença de alguns professores do Normal, sendo de ressaltar como merecedor de encômios o interesse do professor Paulo Alberto Rocha Viana, que colaborou ativamente com a professora do PABAE do Curso de Metodologia das Ciências Naturais na parte de experimentação, fazendo inclusive demonstração com aparelhos de Ciências Físicas e Naturais por ele confeccionados com muita habilidade e arte.

Durante os dias de aula foi mantida na “Gazeta de Notícias” uma “Coluna Pedagógica” para divulgação do conteúdo dos cursos, a cargo das professoras Maria Leticia Ferreira Lima Sampaio e Maria de Lourdes Vasconcelos Pinto. A administração espera realizar a contento as atividades pedagógicas programadas para o ano em curso, sendo que os Cursos de Aperfeiçoamento do Magistério, o de Administração e o de Especialização serão incluídos, como está previsto, no planejamento do ano vindouro.

Realizações – O Centro Cultural das Normalistas foi reorganizado, procedendo-se à eleição da Diretoria e uma primeira reunião social, que se constituiu uma homenagem à sra. Olga Monte Barroso. Efetuou-se com solenidade a Páscoa dos alunos, com pregações alusivas ao ato e encerramento festivo.

Práticas educativas – Acertou-se em sessão da Congregação um programa de Práticas Educativas, a realizar-se aos sábados. Estas atividades, no entanto, ainda não tiveram comêço.

Aquisições – A Biblioteca geral foi acrescida de três coleções: Enciclopédia Delta Larousse, Dicionário Caldas Aulette e História del Arte de J. Pijoan. À Biblioteca Infantil da Escola de Aplicação coube a coleção “Mundo da Criança” e “Curiosidades”.

A Diretoria conseguiu a instalação de um aparelho telefônico, melhoramento de cuja falta há muito se ressentia o Centro. Passou este também a possuir transporte próprio, contando agora com os serviços de uma caminhonete Rural Willys para melhor atendimento a múltiplos afazeres e planeja fazer constar na verba orçamentária próxima um transporte maior, que sirva às alunas quando suas atividades extra-classe o requererem. O motorista da caminhonete já tem regularizada sua situação de funcionário.

Serviço de Pessoal – O Sr. Governador do Estado, atendendo a repetidos pedidos da Diretoria desta Casa, nomeou para o serviço de secretaria e outros serviços auxiliares: para o cargo de Assistente de Administração – 4; para o de Amanuense Datilógrafo – 4; para o de Almojarife – 1; para o de Inspetor de alunos – 1; para o de Zelador – 3; e para o de Vigia – 2.

Cursistas – A professora Albanisa Maria das Chagas, Coordenadora da Escola de Aplicação, seguiu para o Rio Grande do Sul a fim de fazer um Curso de Administração Escolar, visando a conseqüente melhora das condições técnicas da Escola de Aplicação. E mais quatro professoras desta Escola preencheram os formulários de requisição de bolsas para cursos de aperfeiçoamento promovidos pelo INEP e já foram por esta Diretoria àquele órgão remetidos.

Jardim da Infância – O ensino pré-primário recebeu grande impulso graças à atuação da professora Maria Lucimar Amora Vasconcelos, que no ano passado para tal habilitou-se no curso de especialização de Ensino Pré-Primário no Instituto de Educação do Rio de Janeiro, sob a orientação do INEP.

Novos Serviços – Em razão do Dec. N° 4850, de 27/3/62 (D. O. de 30/3/62), que criou na T.M.N. do Centro Educacional do Ceará três funções de Orientadores Educacionais, estabeleceu-se o Serviço de Orientação Educacional. Este será entregue à técnica de três Orientadoras Educacionais: Professoras Maria de Jesus Cruz Andrade, Olga Nunes da Costa e Maria Teresa Pires de Castro, diplomadas pelo Curso de Orientação de Filosofia do Ceará.

No Centro já existiam o Museu Escolar, os Gabinetes de Anatomia e de Física e Química e a Biblioteca. Agora as atividades dessas instituições são ampliadas com a instalação do Serviço de Recursos Audio-Visuais. Este Serviço segue a orientação do Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais do Estado da Guanabara, por intermédio da professora Marisa Costa Lima Valente, do Quadro de Professores da escola de Aplicação, que fez o estágio competente naquele Centro. Além dessa professora, a equipe de Serviço de Recursos Audio-Visuais conta com a professora Maria José Fontes, Inspetora do Ensino Federal, que na Seccional do Ceará exerce a função de Supervisora do Serviço de recursos Audio-Visuais do Ensino Secundário e que foi cedida ao Centro Educacional do Ceará pelo sr. Secretário de Educação do Município de Fortaleza, em vista de a “Cidade da Criança”, onde se localiza a cadeira, não se achar no momento em atividade.

Visita – Recebemos em data de 10 de Maio a visita do professor Horace Hartsell, Assessor Chefe do Serviço de Recursos Audio-Visuais do Centro Regional de Pesquisas Educacionais de São Paulo, órgão do Ponto IV do governo norte-americano, com o fim de proceder à seleção de bolsistas para o Curso de Especialistas em Recursos Audio-Visuais a ser realizado naquele Centro. O referido professor, constatando o nosso esforço na organização do Serviço de Recursos Audio-Visuais, por ele muito se interessou, aventando mesmo a possibilidade de prestar-lhe inteira assistência técnica, intensificando suas atividades de modo a todo o Estado ser beneficiado com sua atuação. Criar-se-ia, assim, o Centro de Pesquisas Educacionais do Ceará. No ensejo desta estada, o professor Horace convidou o Sr. Secretário de Educação e Cultura, Dr. Almir dos Santos Pinto, e a Vice-Diretora desta casa, a uma visita ao Centro que dirige na capital paulistana. Todas essas coisas surgem como fatores de eficiência nos empreendimentos educativos que levamos a efeito com tanto ardor, uma vez que efetivamente queremos o alevantamento cultural da cada de instrução e educação que dirigimos, para que ela se torne realmente o verdadeiro órgão de orientação do magistério Normal e Primário do Estado.

Admissão de Professores – Extintas as turmas suplementares do Estado, por decreto governamental de 3-3-62, as professoras que compunham as referidas turmas fizeram jus à função de Professor Secundário R-18, na qual já tomaram posse desde 28 de Maio passado. Estas professoras iniciaram atividades pedagógicas no Centro Educacional quando da tentativa de experiência da Reforma do Ensino Normal, mais tarde tornada Lei, sob o n° 4.410, de 26-12-1958. Foram requisitadas da Secretaria de Educação e outros órgãos, para trabalhos suplementares das diversas cadeiras do currículo do Curso Normal, à época em que era ainda facultado aos catedráticos possuir aulas excedentes.

O Dr. João Hippolyto de Azevedo e Sá, ao assumir a Diretoria da Escola, verificando que essas aulas excedentes não correspondiam à realidade, extinguiu-as, pleiteando para os professores uma gratificação de 50% para que não ficassem eles com inferioridade de vencimentos relativamente aos professores do Colégio Estadual de Fortaleza que, nesta época, alcançavam Cr\$36.000,00 de proventos.

As aludidas professoras das aulas suplementares mantiveram-se então em suas atividades, por já se fazerem indispensáveis. Vindo o doc. 4823, que no Art. 5° (D.O. 3-3-62) cria as

funções de Professor R-18 prioritariamente para quem tivesse aulas suplementares, a Diretoria tratou de regularizar a sua situação.

São portanto as seguintes as professoras que passaram a integrar o corpo docente do Centro Educacional do Ceará: Albanisa Maria das Chagas, Maria Zilda Maciel Pinto, Cybele Pompeu de Sousa Brasil, Renée Santos Rabelo, Maria de Lourdes Vasconcelos Pinto e Laysce Severiano Bonfim, que preencheram as seis primeiras vagas, das oito destinadas ao Centro. Em uma das vagas restantes foi admitida a professora Paulina Frota Simas Oliveira. Por suas habilidades artísticas, foi incluída na equipe do Serviço de Recursos Audio-Visuais. Este Serviço, posteriormente, exigirá uma ampliação em seus diversos setores, de acordo com o atendimento que for efetivando.

Sessões realizadas – Foram em número de quatro as reuniões da Congregação de Professores, a saber, nos dias 19 de Fevereiro, 24 de Março, 4 de Abril e 2 de Maio, de todas constando ata no livro competente.

Planejamento pedagógico para Julho a Novembro de 1962

Horário – A Diretoria, no momento, apresenta o Horário estruturado que, no cumprimento do planejamento do ano, inclui neste semestre as cadeiras que no primeiro não tiveram atividades de classe. Normalmente, no 2º Semestre, outras cadeiras passariam ao sistema de atividades extra classe. Como, porém, por falta talvez do necessário treinamento, as atividades extra-classe não se positivaram, e por temor que a mesma coisa ocorra no semestre que se inicia, prefere a Diretoria que estas cadeiras continuem no horário. Há, portanto, dada a possibilidade de flexibilidade deste, margem para que os professores das aludidas matérias cumpram o programa previsto relativamente às atividades extra-classe.

Com o acréscimo das aulas destas cadeiras, o Horário não apresenta vaga para as reuniões do Departamento às Quartas-feiras pela manhã, como sucedia. Pela imprescindibilidade porém, destas reuniões, que visam à eficiência do trabalho de renovação pedagógica, sugerimos que as reuniões dos Departamentos se realizem às Quartas-feiras, porém no expediente da tarde.

Fichário – Já está em andamento o trabalho de reorganização do fichário do corpo docente do Centro Educacional do Ceará. A Diretoria designou uma funcionária para realizar esta pesquisa junto à Secção de Pessoal da Secretaria de Educação.

Relatórios – A Diretoria pede aos chefes de Departamentos o relatório das atividades do primeiro semestre, para ser possível a avaliação do trabalho executado.

Cursos a realizar – A partir do dia 16 terão início os Cursos de Metodologia das Ciências Sociais e Metodologia da Matemática, seguindo-se-lhes os de Psicologia, Testes e Medidas, Supervisão e Currículo.

É este o relatório das atividades do 1º Semestre e o planejamento para o trabalho pedagógico do 2º Semestre do corrente ano, que a Diretoria traz ao conhecimento da Congregação de Professores do Centro Educacional do Ceará.

DOCUMENTOS E RELATÓRIOS DIVERSOS SOBRE A REFORMA DO ENSINO NORMAL NO CEARÁ

→ *Histórico da Reforma do Ensino Normal* – Texto de João Hippolyto de Azevedo e Sá – Livro de Atas N° 306 – Agosto, 1961.

→ *Como encontrei o Instituto de Educação* – Relatório de João Hippolyto de Azevedo e Sá ao Secretário de Educação e Saúde do Ceará – arquivo do Instituto de Educação do Ceará – 15/3/1961.

→ *Um grito do Fundo dos Tempos* – Documento de Lauro de Oliveira Lima sobre a Reforma – arquivo do Instituto de Educação do Ceará – 1961.

→ Relatórios das Atividades do Programa de Assistência Brasileiro-Americano ao Ensino Elementar – PABAAE – Livro de Atas N° 306 – Julho-Agosto/1961 e Março/1962.

→ Relatório das Atividades da Coordenadora Pedagógica Francisca Noemi Costa de Soriano Aderaldo – Agosto a Dezembro/1961 – arquivo do Instituto de Educação do Ceará – 31/12/1961.

* * *

HISTÓRICO DA REFORMA DO ENSINO NORMAL

Professor João Hippolyto de Azevedo e Sá

“Histórico da Reforma do Ensino Normal”

a que se refere a Lei nº 4.410, de 26 de Dezembro de 1958. Esta lei foi publicada no D. O. de 27 de Dezembro de 1958 e em obediência ao disposto no seu artigo 37 procedeu-se à sua regulamentação, dentro do prazo de 120 dias.

Essa regulamentação, ou antes, o Projeto de Regulamento, embora calcado em grande parte nos planos “Objetivos e Organização do Ensino Normal no Rio Grande do Sul em 1955”, nos exemplares mimeografados que foram dados para exame, esse Regulamento, repito, foi capitulado pomposamente de feitio revolucionário, à título tão somente de propaganda, arrazando todos os métodos pedagógicos anteriormente empregados, consoante a filosofia do seu “autor”, o professor Lauro de Oliveira Lima. Essa balda teve todavia o benefício de despertar no ânimo do então secretário da Educação, o dr. Cláudio Martins, uma dúvida, mesmo após a passagem do mesmo pelo Conselho Educacional, dúvida a respeito de sua aplicação, e isso também determinou da sua parte a nomeação de uma comissão de professores, composta dos Drs. Mozart Soriano Aderaldo, José Teixeira de Freitas, Moacir Teixeira de Aguiar e José Denizard Macedo de Alcântara para reexaminarem o assunto, do que resultou a referida comissão apresentar um outro Projeto de Lei, com as seguintes comentários e modificações:”

Seguem em anexo, em 4 páginas datilografadas, os comentários da comissão (p. 59a-59d):

I – Considerações Gerais

Uma reforma do ensino normal no Ceará, fundamentada nos modernos princípios e métodos de investigação científica, requer um estudo acurado – por meio de inquéritos, pesquisas, levantamentos – da realidade educacional, social e econômica do Ceará e do Nordeste brasileiro.

Somente de posse de dados inferidos de experiência, do meio cultural cearense, poderíamos realizar um planejamento de reforma do ensino que procurasse conciliar, na medida do possível, as conquistas universais das ciências da educação e as condições específicas de uma Província, de economia de base agro-pecuária, situada, por seu turno, no coração do Polígono das Sêcas.

Não nos consta que os órgãos responsáveis pela educação, direção e orientação do ensino estadual tenham realizado nenhum trabalho, tecnicamente dirigido, neste sentido.

O espírito científico, que deveria ter presidido à confecção do plano da reforma, foi substituído pelo açodamento de estatuto legal, elaborado de cima para baixo, sem prévia consulta aos dados culturais e econômicos da região nordestina.

Não se esperou, como era de prever, pelos resultados do levantamento que o INEP realizou em nosso Estado em 1958, que, apesar de limitado e precário, poderiam constituir um interessante subsídio para o plano a elaborar. Não se convocou nenhum seminário do magistério normal, que reunisse professores de todas as escolas normais do Estado, da capital e do interior, e que nos permitisse realizar uma reforma de base, devidamente adaptada às condi-

* Texto manuscrito pelo professor João Hippolyto de Azevedo e Sá no Livro de Atas das Reuniões do Conselho Técnico do Centro Educacional do Instituto de Educação do Ceará, págs. 59(A a J) e 60. Nesse livro, de Nº 306, com 92 páginas (frente e verso), estão anotadas 20 reuniões ocorridas no período de 11 de Abril de 1958 a 25 de julho de 1962.

ções do nosso meio e de nossa terra. Não se procurou conhecer os resultados dos trabalhos de pesquisas realizadas por técnicos cearenses, sob o patrocínio do Banco do Nordeste, sobre as condições atuais de nossa vida social e econômica.

Não se realizaram estudos especiais sobre a origem e a evolução do ensino normal e primário no estado, para aferir dentro de uma perspectiva histórica das constantes de seus erros, contradições e desajustamentos.

Trata-se, evidentemente, de uma obra de cúpula, de uma “reforma de regulamento”. Sem preparar cultural e tecnicamente o magistério normal para os objetivos educacionais a atingir, como o fez sabiamente Lourenço Filho em 1922; espera-se um milagre pedagógico de um estatuto legal...

Em verdade, o espírito de transplantação e de imitação norteou, consciente ou inconscientemente, a reforma do ensino normal: – olvidou-se que os sistemas educacionais, mesmo em seus fundamentos filosóficos e científicos, não podem ser compreendidos fora da realidade cultural, social e econômica do país e da região.

II – Condições Específicas

1 – Ensino Normal como campo de experiência.

Tratando das finalidades do ensino normal, a Lei Orgânica estabelece que ele deve “servir de campo de experimentação de métodos pedagógicos, etc.”

Nada autorizou, a nosso ver, a transformação de **TODO UM SISTEMA EDUCACIONAL**, compreendendo uma rede escolar de mais de 30 escolas normais, situadas em diferentes regiões do Estado, num campo de experiências de métodos e processos revolucionários do ensino. No Ceará, um verdadeiro espírito científico, senão uma medida de prudência e bom senso, aconselharia, **NO MÁXIMO**, a criação de classes de experimentação, paralelas ao currículo normal, cujos resultados serviriam de base de estudos necessários ao planejamento racional de uma reforma de ensino.

Não se trata de misoneísmo de nossa parte, pois conclusões de grupos de estudos de congressos internacionais – dos mais avançados e revolucionários em matéria pedagógica e social – se precavem contra as tendências que visam transformar o ensino num laboratório de pesquisas e experiências: “le maitre ne doit pas transformer la classe en laboratoire” (Das conclusões de grupos de estudos de “Journées Internationales de Psychologie de L’Enfant”, realizadas em Sorbonne, sob a presidência de H. Wallon, de que participaram 700 psicólogos e pedagogistas de 47 países).

Parece-nos que faltou aos teóricos da reforma cearense a compreensão de um fato elementar: o movimento escola-novista, ultrapassada a fase iconoclasta, peculiar à etapa inicial de todos os movimentos de renovação ideológica, amadureceu dentro do mais sério espírito científico. As críticas aos excessos do experimentalismo, do tecnicismo, do psicologismo, tão brilhantemente realizadas por DE HOVRE, já não se restringem ao campo da pedagogia católica. Subscrevem-nas, ora mais ora menos, psicólogos e pedagogistas das mais revolucionárias tendências ideológicas, de um Smirnov, de um Leontiev, de um Tomaszewsky, etc.

Uma coisa é a pesquisa, a experimentação, compreendidas como método de investigação científica. Outra coisa é transformar a pesquisa ou a experimentação numa filosofia de vida e de valores humanos.

2 – Organização Curricular e Unidade de Trabalho.

Não acreditamos que a estrutura curricular do curso normal, tendo por base o conceito de “unidade de trabalho”, expresso no Regulamento, seja exequível nas atuais condições culturais e técnicas de nossas escolas normais.

Trata-se de uma estruturação teórica, de difícil execução por parte do nosso magistério, e por isto mesmo, destinada a tornar-se letra morta de artigos e parágrafos de leis e regulamentos.

Olvidou-se um princípio básico de psicologia de aprendizagem: só se aprende a fazer, fazendo...

Quantos cursos, bolsas de estudos, estágios, já foram concedidos pelo Estado aos professores do ensino normal da capital e do interior do Estado?

Da ausência dessa preparação técnica, indispensável a todo movimento de renovação pedagógica, resulta um esforço de boa vontade, mas puramente empírico, de aplicação dos novos métodos por parte do magistério do ensino normal.

Faltou, assim, na elaboração e execução da reforma cearense, o verdadeiro espírito científico tão alardeado pelos seus teóricos e doutrinadores.

Aliás, o próprio Estado de São Paulo, apesar de seu grande desenvolvimento cultural e econômico, não se aventurou a modificações extremadas na sua recente reforma do ensino normal.

Infelizmente, a nossa crítica não se restringe à sua inexequibilidade, mas às próprias normas de estruturação curricular adotadas pelo regulamento.

No Rio Grande do Sul a reforma do ensino normal, apesar de avançada para as condições atuais de evolução cultural, política e econômica à da vida cearense, constitui um sistema coerente e harmonioso.

O reformador gaúcho substitui o conceito clássico de disciplinas discriminadas e organizadas em séries por " cursos que constituem problemas a resolver e a discutir visando situações reais da vida em forma de unidades de estudo, tanto quanto possível independentes " (nº 5, Exposição de Motivos de João Mariano Beck) e que vem confirmado pelos itens VII da Lei nº 2.558 de 25 de Janeiro de 1955, que organiza e fixa as bases do ensino normal.

Em nenhum artigo ou parágrafo da lei ou do regulamento gaúcho há qualquer referência a disciplinas discriminadas. O número de unidades de estudos é fixado por divisões e não por disciplinas autônomas e discriminadas. O currículo normal sul-riograndense se organiza em cursos, constantes de problemas da vida real a resolver, cursos estes que se distribuem em divisões didáticas, e estas, por sua vez, em departamentos. A reforma paulista tomou outra orientação: limitou-se a reunir em secções das Disciplinas afins. Aliás, o reformador bandeirante discrimina, no próprio estatuto regulamentar, as disciplinas integrantes de cada secção.

Podemos ou não concordar com as soluções adotadas no Rio Grande do Sul, ou em São Paulo, mas uma coisa não lhes podemos negar: o caráter de um harmonioso sistema de educação.

Infelizmente, o reformador cearense pretende justapor em mosaico, como colcha de retalhos, idéias e sistemas diferentes e, até mesmo, antagônicos. Cobia-lhe escolher entre uma ou outra solução. Mas ao contrário disto, organiza o currículo por disciplinas, devidamente discriminadas no artigo II do regulamento e estabelece a unidade de trabalho como entidade autônoma independente. Sem apreender o "espírito de sistema" que presidiu a reforma gaúcha, destacou-se arbitrariamente, idéias e normas soltas, que perdem de significação e finalidade, quando afastadas do corpo sistemático a que pertencem. Parece-nos que não se atingiu, sequer, o conceito real de unidade de estudo.

Na reforma gaúcha, os cursos organizados em unidades de estudos visam debater e resolver problemas da vida real.

No ante-projeto de regulamento, divulgado em caráter oficial pela Secretaria de Educação e Saúde, compreende-se, a título de exemplificação, por unidade de trabalho, uma série de especializações de disciplinas teóricas devidamente discriminadas no próprio trecho do ante projeto.

3 – Assuntos Vários.

Além disto, outras normas legais e regulamentares são susceptíveis de discussão e de crítica.

Segue anexa, em 6 páginas datilografadas, cópia do PROJETO DE LEI elaborado pela comissão, alterando artigos da Lei nº 4.410, de 26.12.58. (p. 59e-59j). Organizado em 21 artigos, apresenta o seguinte teor:

Art. 1º – O Art. 1º da Lei nº 4.410, de 26 de dezembro de 1958, passa a ter a seguinte redação:

Art. 1º – O Ensino Normal do Estado do Ceará, ramo de ensino do 2º grau, tem como finalidade:

I – formar, cultural e tecnicamente, o corpo docente de nossas escolas primárias, atendendo às condições específicas do meio nordestino;

II – habilitar administradores escolares de grau primário, orientadores educacionais e professores primários especializados;

III – promover cursos de aperfeiçoamento progressivo do magistério primário;

IV – possibilitar ensaios e experiências pedagógicas úteis à constante melhoria da escola primária cearense.”

Art. 2º – Fica eliminado o Art. 2º da referida Lei nº 4.410.

Art. 3º – No parágrafo único do Art. 5º da mencionada Lei nº 4.410, a expressão “que se articularão com o curso previsto nesta Lei” substituir-se-á pela seguinte: “que se articularão com o curso primário.”

Art. 4º – Passa a ter a seguinte redação o Art. 6º da mesma Lei:

Art. 6º – Compreenderá ainda o ensino normal:

I – cursos de especialização, destinados a habilitar administradores escolares de grau primário, orientadores educacionais e professores primários especializados;

II – cursos de aperfeiçoamento a serem ministrados preferentemente nas férias escolares ao magistério público e particular.”

Art. 5º – Acrescente-se ao Art. 7º da aludida Lei o seguinte: “os quais manterão obrigatoriamente uma escola de aplicação, que servirá de campo de experimentação pedagógica para os alunos-mestres.”

Art. 6º – O parágrafo único do Art. 7º da referida Lei passa a ser o §1º, acrescentando-se um segundo parágrafo com a seguinte redação:

“§2º – Os cursos ginasiais que atualmente integram os Institutos de Educação e Escolas Normais são considerados anexos a estes, até que sejam transformados em unidades autônomas ou incorporados a outros estabelecimentos oficiais do mesmo grau.”

Art. 7º – No Art. 8º da mencionada Lei fica substituída a expressão “cujá estrutura e cujo funcionamento” por “cujas normas de funcionamento serão da competência.”

Art. 8º – O Art. 12º da mesma Lei passa a ter a seguinte redação:

Art. 12 – O currículo será organizado conforme determinar o Regulamento.”

Art. 9º – O Art. 13º da aludida Lei passa a ter a seguinte redação:

Art. 13º – A vida escolar dos alunos iniciar-se-á pela matrícula, a qual está condicionada à aprovação em exames vestibulares, em que se verificarão a capacidade cultural dois candidatos para acompanhar os cursos e sua aptidão para o exercício do magistério primário.”

Art. 10º – O Art. 14º da Lei ora alterada passa a ter a seguinte redação:

Art. 14º – O regulamento determinará as condições mínimas de inscrições para o exame vestibular e as exigências da matrícula.”

Art. 11º – O Art. 16º da Lei nº 4.410 fica eliminado.

Art. 12º – O Parágrafo único do Art. 16º passa a ser o Art. 16º, substituindo-se apenas a expressão “25 horas semanais” por “24 horas semanais.”

Art. 13º – O Art. 17º da referida Lei passa a ter a seguinte redação:

“Art. 17º – O ingresso no Curso Normal das Escolas Normais e Institutos de Educação depende de aprovação em exames vestibulares a que serão submetidos os portadores de certificado de conclusão de curso do 1º ciclo do nível médio, com o fim de verificar maturidade, aptidão para o exercício do magistério e cultura geral mínima do candidato.

§1º – A matrícula nas séries subseqüentes depende de aprovação nos exames das séries anteriores.

§2º – A título experimental, poderá haver nos Institutos de Educação e Escolas Normais, desde que as condições o permitam e a critério da administração do estabelecimento, um curso paralelo, constituído unicamente de uma classe em cada série, constante de disciplinas básicas, de disciplinas obrigatoriamente optativas e de disciplinas facultativas, conforme determinar regulamentação especial.”

Art. 14º – Acrescente-se ao Art. 18º da Lei ora modificada o seguinte:

“Parágrafo único – Não será permitida a transferência de alunos do curso colegial para o normal.”

Art. 15º – Elimine-se, no Art. 19º da mencionada Lei, a parte que segue à expressão “provas e exames” e acrescente-se “conforme determinar o Regulamento.”

Art. 16º – Ao Art. 26º da Lei nº 4.410 será dada a seguinte redação:

“Art. 26º – O acesso ao magistério normal, público e particular, é um direito dos licenciados em Pedagogia pelas Faculdades de Filosofia ou Institutos Pedagógicos de nível superior.

§1º – Em relação a determinadas disciplinas, esse direito estender-se-á aos diplomados por outros cursos superiores, desde que as disciplinas em causa integrem o currículo do curso feito pelo candidato ou apresentem acentuada afinidade com as matérias do mesmo.

§2º – A admissão ao magistério público dos Institutos de Educação e Escolas Normais está condicionada à aprovação em concurso de títulos e provas, devendo estas ser escritas, didáticas e práticas, conforme o exigir a natureza da matéria.

§3º – No concurso para o magistério público de qualquer disciplina do ensino normal, exigir-se-á do candidato sólida base de conhecimentos pedagógicos e didáticos, na forma da Regulamentação do mesmo.

§4º – Aos candidatos aprovados em concurso e não classificados em primeiro lugar, será expedido o título de “Docente-Livre” da disciplina em causa que lhes assegure o direito de preferência para a substituição dos catedráticos em seus impedimentos e nomeação interina na vacância da cátedra, bem como a admissão na função de professor extranumerário na regência de turmas suplementares da mesma disciplina.

§5º – “Ex-officio”, e independentemente de edital, estão abertas, anualmente entre 1º e 15 de outubro, as inscrições para concurso de “Livre-Docente”, observadas as normas constantes deste artigo.”

Art. 17º – O Art. 27º da Lei nº 4.410 passa a ter a seguinte redação:

“Art. 27º – Mediante concurso especial, privativo do professorado público primário do Estado, será escolhido o magistério das escolas de aplicação dos estabelecimentos oficiais do Ensino Normal, dando-se preferência aos professores especializados pelo Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos e pelos Institutos de Educação.”

Art. 18º – Acrescentem-se, no Art. 29º da referida Lei, as expressões “de salário” logo após a palavra “suplementação”, e “particular” depois de “Ensino Normal.”

Art. 19º – O Art. 28º da citada Lei passa a ter a seguinte redação:

“Art. 28º – Poderá o professor na regência de qualquer cadeira solicitar, mediante audiência do Departamento a que pertencer, à Secretaria de Educação, técnicos auxiliares de educação para colaborar nos seus trabalhos e atividades.”

Art. 20º – Substitua-se o Art. 30º da mencionada Lei pelo seguinte;

“Art. 30º – Ao concluir o Curso Normal, o professor poderá requerer ao Secretário de Educação um estágio mínimo de seis (6) meses em escolas públicas estaduais, quando receberá um subsídio a título de auxílio.

Parágrafo único – Esse estágio servirá de título no concurso para ingresso no magistério público primário estadual.”

Art. 21º – Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.”

Após as 6 páginas datilografadas acima mencionadas, segue outro trecho, conclusivo, manuscrito pelo professor João Hippolyto de Azevedo e Sá (p. 59j-60):

“Diante destas sensatas ponderações, emitidas por professores de alto padrão, o prof. Lauro de Oliveira Lima, como é sabido, ficou desarvorado e temeu que o seu trabalho tivesse de ser arquivado no rol das cousas esquecidas. E novamente o sr. Secretário da Educação remeteu esse Relatório à apreciação da Congregação do Instituto de Educação, a qual, por sua vez, submeteu criteriosamente o assunto ao exame de uma comissão composta dos Drs. João Filgueiras Lobo, Lauro de Oliveira Lima e Evaristo Linhares, que não tiveram dúvida em, reconhecendo o acerto das ponderações, enxertar algumas de suas diretrizes no propalado Regulamento primitivo, aceitando a quase totalidade das modificações então sugeridas, e desses retoques resultou então o Regulamento atual do Ensino Normal do Estado do Ceará, aprovado pelo Decreto nº 3.662, de 21 de Março de 1959, publicado no D. O. de 23/03/1959, que pousa em julgado com letra macissa e una do professor Lauro de Oliveira Lima, titular da cadeira de Pedagogia.

Não tenho em mente fazer uma crítica destrutiva, mas apenas uma apreciação que restabelece a verdade dos fatos e fique afastada a fantasia para dar lugar ao reconhecimento das colaborações dos que prestaram o seu concurso a tão relevante empreendimento. Este Regulamento tem o seu mérito, é inegável; deu preconício a uma nova orientação pedagógica no Instituto de Educação, consoante as mutações das necessidades do meio social, ajustando a formação do professorado primário às novas pragmáticas desse período evolutivo na história da educação. Mas o Regulamento não é tudo. Precisa ser entendido no seu espírito de renovação, precisa ser decifrado no seu modus faciendi* e para tanto se torna necessário, da parte do professorado que o tem de aplicar, muita diligência e dedicação, muita compreensão nas responsabilidades do seu dever magisterial.

Textos transcritos por José Nunes CUCRREIRO no 2º semestre do ano de 2002

* Nota do professor João Hippolyto: “Ver sobre este particular a Ata da Sessão da Congregação fls. 44v e 45”.

COMO ENCONTREI O INSTITUTO DE EDUCAÇÃO

Relatório apresentado pelo professor João Hippolyto de Azevedo e Sá, em onze páginas datilografadas, ao Secretário de Educação e Saúde do Ceará, Joaquim de Figueiredo Correia, datado de 15 de Março de 1961.

Em 15 de Março de 1960 assumi, pela terceira vez, a diretoria do Instituto de Educação.

Dos dois períodos antecedentes, o primeiro compreendido de 20 de Março de 1914 até 7 de Setembro de 1934, decorreram 20 anos e seis meses; o segundo, de 13 de Março de 1939 até 16 de Fevereiro de 1951, foram 11 anos e 11 meses.

Ao ser investido em 1960 na diretoria, dois anos havia que o curso normal fôra despejado do prédio da Praça Figueira de Melo para as construções impróprias e inacabadas do Bairro de Fátima, verdadeiros armazéns quilométricos de cais de porto, implantados num baio, ladeado por um canal de drenagem das águas à flor da superfície.

E por que esse despejo? Os novos professores do curso ginásial precisavam de uma colocação para instalarem-se na vida e, às mil maravilhas, descobriram a Escola Normal, aumentando sem limite as turmas do curso secundário onde eram “licenciados” e, a pretexto de beneficiar a mocidade estudiosa, promoveram a mudança do curso pedagógico de seu próprio prédio, sendo que essa escamoteação se dissimulou com o talismã da extrema cortesia.

Foi uma pílula doirada que os professores do normal deglutiram melifluamente, uns por indiferentismo, outros alimentando interesses com a mudança. Na Congregação houve apenas, para ressalva, dois votos contrários.

Já se preludiva no horizonte uma plêiade de arrivistas, que iam aproveitar da situação caótica e desorientada que surgiria da confusão dos que não sabiam dirigir o barco com a necessária firmeza de um comando experimentado e em rumo certo e seguro.

No novo edifício as salas de aulas tinham o aspecto desolador, desértico. Nenhuma carteira escolar, nenhuma cadeira; as alunas assistiam às lições sentadas divertidamente no piso de cerâmica. Era uma novidade que cavilosamente se capitulou de esportiva. Só depois de certo tempo o INEP enviou o mobiliário que prometera. A mudança tinha sido inoportuna e prematura.

Nesse ambiente surgiam problemas diariamente, pela falta de um diretor que não podia atender com eficiência a dois estabelecimento simultaneamente.

Dir-se-á, mas havia uma vice diretora. Sim, a esta, todavia, não fôra dado o devido apoio, e os professores, sentindo o impasse, alguns aliás, mas o suficiente, criaram-lhe uma série de embaraços bastante desagradáveis, tornando a vice-diretora uma simples função pró-fórmula, anódina e inoperante.

E isto pelo espaço de dois anos (1958 a 1959), quando se fazia premente que a separação se tornasse por completo efetiva, para ser eficiente, mediante uma lei que, como a de nº 3.743, de 15 de Janeiro de 1960, obrigasse uma administração autônoma para cada um dos dois estabelecimentos de ensino: o Colégio Estadual de Fortaleza com os ciclos do ginásio-colegial e o Instituto de Educação com o técnico-pedagógico e os seus anexos complementares.

Que resultou dessa tardança? Por dois anos a diretoria do Instituto foi mantida nas mãos de um professor do curso ginásio-colegial, que não podia morrer de amores pela situação do normal e nunca demonstrou empenho em dar-lhe a merecida atenção, deixando correr ao sabor da corrente o batel sem leme, desgovernado.

Como muito bem escreveu Dorian Sampaio, em artigo da “Gazeta de Notícias”, de 2 de Abril de 1959, ele que foi professor do estabelecimento: “o curso ginásial do Instituto de Educação era um apêndice e não a cabeça do seu organismo pedagógico e administrativo”, tocando exatamente no ponto nevrálgico da diretoria.

Dessa situação anômala resultou que dias e mais dias, e não poucos, as alunas não tinham uma única aula, porque nenhum professor comparecia, mas as folhas de pagamento registravam as suas presenças integralmente, com o acréscimo a mais das miríficas aulas excedentes.

Foi nesse ambiente de descontrole que brotou a idéia de uma reforma no curso técnico-pedagógico. Apareceram alguns projetos e o que vingou foi de logo grandiosamente batizado de revolucionário. Essa reforma estava planizada nos moldes que o Rio Grande do Sul, há cinco anos, sem registro de originalidade, já vinha aplicando gradualmente e com máxima moderação, a título experimental, como ainda hoje.

Um grupo de docentes, em minguado número, logo se porfiou de entusiasmos e o jovem professor que se diz o seu autor, embora comprovadamente trabalhador e combatente, julgou que esses prelúdios seriam o suficiente para levar em triunfo o estandarte da vitória. Mais uma predestinação!

Os componentes deste grupo, numa iluminação taumatúrgica e bizantina, desde logo preconizaram uma tábula rasa nos programas, nos horários, nos métodos em voga, nas notas de aplicação, na própria disciplina escolar, quase instituindo uma ditadura estudantil. Mas por trás dessa cortina escondia-se uma filosofia de interesse pessoal.

Processaram-se as divisões de cátedras, divisões desnecessárias e mesmo prejudiciais ao ensino, para favorecer unicamente a tramas individuais, sobrecarregando o horário de aulas sem levar em conta as possibilidades físicas das alunas, o que foi um outro prisma desprezado e sacrificado.

Disfarçou-se ainda a magia do golpe com a introdução mal aplicada de equipes e coordenações, a fim de alguns próceres serem contemplados com aulas excedentes e inexistentes, em número mensal de 80 a 85, fictícias e justificadas por esse trabalho aéreo, que lhes duplicava os magros vencimentos de \$12.000,00 no orçamento doméstico.

Foram essas aulas excedentes que de logo suprimi, para não compactuar a minha assinatura na folha de pagamento remunerando sinecuras. E assim procedendo sabia que, mesmo à surdina, as recriminações dos alcançados pela medida seriam de monta, porém não hesitei determinando o corte do que não me parecia justificável.

Surgiram ainda em profusão os “clubs” de toda espécie e no seu bojo as matérias “constelares” e só não vieram à baila as suplementares de “sputiniks”, porque a esse tempo os russos ainda não tinham atirado aos espaços siderais os seus satélites artificiais.

Não desconheço e muito menos nego o grande valor do trabalho em equipes e coordenações, mas somente quando baseados em serviço sério e honesto.

Na Escola Preparatória de Fortaleza, estabelecimento modelar de ensino, há de fato, com estas características, um serviço que neste particular prima por sua eficiência e seriedade. Não existe para encobrir benesses. Quem quiser verificar esse assunto pertinente à orientação e direção de ensino, não precisa arranjar comissão aos Estados da Guanabara, Rio Grande ou São Paulo, procure instruir-se naquela sala bem organizada e impecável, onde se processa sob a orientação de verdadeiros técnicos de educação esse sistema, visando única e exclusivamente os interesses superiores desse educandário militar.

Aproveito esse ensejo para salientar que muito antes desta tão apregoada reforma eu já havia, quando titular da cadeira de Anatomia e Fisiologia humanas, no curso normal, apontado para os meus colegas de magistério como considerava objetivamente essa cátedra nas suas interferências e coordenações, vinculando-a com as diversas cadeiras do curso técnico, como fosse a Psicologia Educacional, respeitando o desenvolvimento mental de acordo com os traços evolutivos da arquitetura do cérebro, órgão do pensamento e das faculdades da inteligência; os exercícios esportivos na Educação Física. Nunca considerei a cadeira que regia como matéria estanque e salientei no primeiro ponto do meu programa de ensino que os seus objeti-

vos diferiam no técnico-pedagógico dos que lhe cabia no curso médico, visando a cirurgia e a clínica; por sua vez, outra era a sua finalidade na estética no curso de Belas Artes.

Condenei e sempre tive como errada uma Portaria que, colidindo com a Lei Orgânica do Ensino Normal, pressupõe a aluna do curso científico com direito de matrícula no 2º ano do técnico-pedagógico, quando nem por sombra estudou a cadeira que reputo básica para o entendimento científico das que citei à sua vinculação.

O Diário Oficial de 15 de Fevereiro de 1957 documenta o que assinalo. Quero significar, quando a isto estou aludindo, que os preconícios da reforma não lhe dão a palma de pioneirismo e deixo também claro que não me arvore com a ridícula caricatura de ter feito uma descoberta primacial. Para os que conhecem as matérias que formam o núcleo de curso técnico-pedagógico isso é uma coisa de meridiana clareza e evidência.

O que no Instituto de Educação condenei sob o título de equipes e coordenações é o fato de que, sob esse título pomposo, se disfarçavam interesses pessoais e se remuneravam generosamente pela verba de magistério, tanto mais que, por esse prisma, não encontrei vestígios de qualquer planejamento sério e proveitoso. Quem compulsar as folhas de pagamento de 1949 até Março de 1960 e analisar o horário de aulas, encontrará a prova do que estou afirmando. Não receio qualquer impugnação.

Diz-se ainda, à boca pequena, que a reforma no Centro Educacional não está sendo executada por culpa do atual Diretor. Puro engano. Não vim ao Instituto de Educação com o propósito de combater ou hostilizar essa tão propalada reforma. Fiquei no posto de observação e deduzi que lhe escasseavam meios propícios e adequados.

Porque em todo o ano de 1959, quando o Centro Educacional não tinha empecilho algum do diretor, que nele não intervinha, como primava pela sua ausência nos Conselhos do estabelecimento de ensino, não a puseram em vigor os corifeus entusiastas da inovação, com plenitude de liberdade de agir?

Asseguro que o seu jovem autor, se a quisesse executar ao pé da letra, mais do que a escassez de meios pecuniários e materiais, ficaria decepcionado pela ineficiência dos seus admiradores ou auxiliares. S. Sa. seria solus, totus et unus o místico da reforma, a qual, para ser cumprida no seu traçado, exigia dedicação, idealismo e trabalho de verdade da parte dos mestres e também das alunas.

Estas, em grande parte, nem têm ensanchas para os necessários estudos e preparos mínimos, não vão seguir o professorado, já se aboletaram na burocracia e mal dividem o tempo entre o emprego público ou particular, as obrigações domésticas e pouco lhes sobra para o trabalho das aulas e das lições. Não há idealismo que lhes possa superar e convencer. Tudo não passa de simples palavrório. O que realmente almejam é somente o Diploma, como um título a enfeitar o concurso de provas entre concorrentes amparados por pistolões, lubrificadas de sentimentalismo.

De outra parte, não é com professores medindo, cronômetro na mão, os minutos da função escolar, correndo de um colégio a outro, numa acomodação de horários às vezes incompatíveis, sofismando a lei da Acumulação, e mais ainda, proferindo lições tipo gramofone de mera repetição, sem vida e sem terem tempo para novos estudos, nem adquirirem livros que lhes atualizem os conhecimentos, que se pode falar com sinceridade em renovação.

Quem já trabalhou ou observou como se projeta um horário escolar, fica estarrecido diante dos pedidos insistentes e descabidos dos que querem açambarcar aulas em diversos estabelecimentos de ensino, sacrificando de preferência o colégio oficial. Tudo se alega: obrigações do lar, dificuldades de transporte nessa ou naquela hora, um cabide de outros compromissos, cada qual o mais valoroso.

Firmado o horário, surgem ainda os subterfúgios e as críticas inveteradas aos caxias. Depois vão faltando aqui e ali e, se o Diretor amolecer, adeus à assiduidade, em detrimento do ensino, de acordo com a ética do tempo e da época dos ultra-modernos.

Convença-se o jovem professor de que a grande maioria dos seus admiradores não o cortejam desinteressadamente. Fora do círculo do Centro Educacional existem os que se deslumbram com a cornucópia da CADES, cornucópia que ofusca e faz milagres. Quando um dia lhe faltar essa fonte de dinheiro à rodo e das grandes benesses, o meu colega de magistério sentirá o impacto de uma grande desilusão. Assim são as homenagens fascinantes e o magnetismo entontecedor dos elogios.

Ouro aspecto da questão. Há no Instituto uma segunda corrente de professores que não são velhos nem moços decadentes e que de maneira alguma podem ser considerados retrógrados ou anacrônicos. Entendem eles, e entendem bem, que é preciso sempre “atualizar o ensino, baseadas essas renovações nas experiências das gerações anteriores e reformar os métodos, mas no intuito de melhorar para aprender e progredir”. É um postulado que cabe na Sociologia Educacional. Esses professores têm também a força e o prestígio de sua cultura.

Essas as duas correntes vivas que se defrontam ao lado do gélido indiferentismo de alguns que, pendurados num cabide de empregos, exercem as suas funções magisteriais como questão de ordem secundária, sem importância, fonte apenas de achegas aos seus estipêndios, sem fazer força, sem canseiras, mergulhados em enervante apatia. Enchem-se de direitos e negligenciam os seus deveres. O ideal dessa pequena grei está esculpido no clássico bronze auri sacra fames do suave poeta de Mântua, epígrafe velhíssima, mas sempre renovada e redi-viva.

Observei, nesse espaço de tempo da minha terceira administração no Instituto, a atuação e conduta de todos os professores e tenho juízo seguro de cada um. Se lhes traçasse o perfil funcional, não me enganaria, expendendo conceitos apressados e imaturos. Tenho na minha longa experiência no professorado um gabarito das qualidades essenciais que para ser um mestre de valor é imperativo preenchê-las na sua plenitude. Ei-las:

- a) cultura geral no setor das ciências da educação e, da matéria em que é titular, conhecer-lhes os meandros;
- b) assiduidade irrepreensível no cumprimento dos seus deveres magisteriais;
- c) aplicar em todas as suas explanações docentes os conhecimentos básicos ditados pela psicologia educacional, no tocante respeito ao desenvolvimento mental das alunas, tendo a noção integral das possibilidades mentais de suas discentes, sem pruridos de sapiência duvidosa ou impressionante;
- d) o saber lidar com as suas alunas, compreendê-las e tratá-las com a necessária lhaneza, para merecer-lhes a simpatia e confiança, que devem ser recíprocas entre os que estudam e os que ensinam;

A violência das expressões irônicas e descabidas, a presunção e o desdém são fatores que desfazem e nulificam a autoridade moral e profissional do mestre.

Em trinta e dois anos de direção, quando ainda na atividade do magistério, exerci concomitantemente a cátedra como professor, cumpria rigorosamente minhas obrigações, para ser o primeiro a dar aos meus colegas o exemplo na assiduidade e na pontualidade, assinando o ponto e o objetivo da lição como qualquer outro docente. No arquivo do Colégio Estadual de Fortaleza estes livros, que lá ficaram após a separação do curso normal, devem confirmar o que acabo de dizer.

Foi pelos códigos dos meus velhos mestres no internato do Colégio Pedro II, no Rio, e depois na Faculdade de Medicina, onde pontificavam a esse tempo os mais culminantes vultos da Medicina brasileira, que dos seus exemplos trouxe para o tablado da vida pública o sinêto indelével das suas lições imperecíveis e a serenidade de conduta nos rudes embates sociais, sempre norteado pelo respeito aos imperativos da ordem e da justiça. Nas minhas evocações tenho por eles a maior admiração e, pelas suas memórias, profundo respeito e gratidão.

Há um outro ponto que julgo oportuno abordar. Quando em Fevereiro de 1951 deixei pela segunda vez a direção do Instituto, os Gabinetes de Física, Química, Ciências Naturais e

Anatomia, História e Geografia e Museu Pedagógico estavam com os seus aparelhos, coleções, quadros e mapas em perfeita ordem de conservação e tudo devidamente classificado, tendo sido feito o seu tombamento nos livros próprios que atualmente se acham à guarda do Instituto.

Era um acervo de grande valor patrimonial e que servia satisfatoriamente à parte prática, indispensável ao ensino, estando à altura dos processos e métodos recomendáveis a um estabelecimento de reconhecido prestígio educacional.

As salas que guardavam essas valiosas coleções serviam apenas às aulas dos professores dessas matérias, salas ambientes e não salas comuns. Que sucedeu, então? Turmas e mais turmas ginasiais foram aumentadas além da capacidade do prédio, já não havia salas disponíveis e os professores do curso secundário, na incontida ânsia de colocarem-se, amparados pelos seus pistolões políticos, não hesitaram em exigir fossem esses gabinetes sacrificados, ao transformarem-se em salas de aula comuns. As lições de Física, Química e Ciências Naturais sofreram o impacto da medida anacrônica e se tornaram, daí por diante, meras aulas de salvação, retrogradando o ensino da Física e da Química e das Ciências Naturais aos processos obsoletos de há sessenta anos passados.

E fico reparando que esse retrocesso, no que tange aos cursos ginasio-colegiais desse estabelecimento, ocorria quando dirigia, como ainda hoje, a Inspetoria Seccional, o dr. Lauro de Oliveira Lima, que nem ao menos acenou com a sua grande autoridade para que se restabelecesse o ensino prático dessas matérias. Nesse ponto S. Sa. tinha mais força que o próprio Diretor, porque contaria de certo com o amparo do Ministério da Educação.

Aos puros interesses pessoais sacrificaram-se os do ensino e, mais grave ainda, por ter atingido o curso normal, relegado pelo secundário a um segundo ou terceiro plano e a tal ponto que do seu próprio prédio teve que ser alijado, não para um edifício acabado e regularmente provido das instalações adequadas ao seu funcionamento, mas precariamente, sob a premência de uma mudança apressada. Parecia uma cena de naufrágio.

Do amontoamento dos aparelhos de Física e Química, após oito anos, resultou a sua transformação em sucata, salvando-se do que transporte em 1960 apenas as estantes e, mesmo assim, necessitando de reparos. As próprias alunas, por anarquia, deram cabo de aparelhos e utensílios que atualmente, se estivessem conservados, valeriam \$400.000,00. Dos outros gabinetes, pelo conhecimento pessoal que deles tenho, e porque os havia organizado, posso com segurança deduzir, que uma terça parte dos seus espécimes foi destruída e desapareceu.

E uma coisa interessante. Só quando chegou a ocasião de transportar essas coleções, que eram patrimônio incontestável do Instituto, é que apareceram no Colégio Estadual de Fortaleza os seus platônicos amadores, que dantes não lhes dispensavam um pouquinho de atenção e zelo pela sua conservação e utilidade. Por muito tempo serviram até de galhofa por parte de alguns professores, que aplicavam ao conjunto, por ironia e incompreensão, o título pejorativo de Museu de Antigüidades.

Do material que transporte, remeti ao Sr. Diretor do Colégio Estadual de Fortaleza uma relação bem discriminada, acompanhada do ofício nº 80-A, de 11 de Julho de 1960. Desse ofício mandei uma cópia ao Exmo. Secretário da Educação, deixei outra no arquivo do Instituto e guardo uma quarta no meu arquivo.

Outro ponto crucial acerca do transporte do patrimônio do Instituto é o que se prende à Biblioteca. O seu registro estava no nome da Escola Normal, sob o número 2.555 no I.N.L., no Rio de Janeiro, e fôra realizado na data de 31 de Julho de 1946. Era constituída por um acervo ocupando dezoito estantes.

Deixei-a em 1951 em perfeita ordem de classificação por assunto, instalada numa sala espaçosa e bem iluminada. Na biblioteca figurava ainda a coleção Mozart Pinto. A coleção Joaquim Alves, comprada pelo governo do Estado e partilhada com o Instituto Histórico e Geográfico, lhe foi incorporada já na diretoria do Professor Valdevino de Carvalho.

Como encontrei a Biblioteca? A sua sala primitiva foi transformada na Secretaria, fizeram-lhe a mudança para duas salas pequenas e o que nelas não coube foi ter a uma das salas de aulas comuns. Nessa mudança os livros não mais guardaram a sua colocação por assunto. Nas estantes foram jogados de cambulhada e a granel.

Para o transporte tive a paciência de selecionar, estante por estante, o que convinha ao Instituto. A coleção Joaquim Alves, por ter sido ele professor do curso ginásial, deixei-a por completo para o Colégio Estadual de Fortaleza. Das dezoito estantes removi doze, ficando portanto seis repletas de livros e, terminada a operação, em ofício solicitei ao Sr. Diretor do Colégio que destacasse uma funcionária da sua repartição para anotar os livros transportados. Ainda hoje estou esperando a funcionária.

Agora o lado dramático da remoção. Foi surpresa para mim que tivesse sido convocada a Congregação do Colégio para tomar conhecimento desse transporte e, mais ainda, nos termos sensacionais da publicação do "O Povo", de 28 de Agosto, em que concitavam tendenciosamente professores e alunas para a criação de uma nova biblioteca, instituindo-se o Dia do Livro e a Ajuda das Editoras, dando-se a entender, veladamente, que o Diretor do Instituto de Educação praticara uma apropriação indébita e um abuso de autoridade. Da leitura do artigo pequenino, porém mordaz, é o que se deduz. A verdade é outra. Que foi feito das seis estantes repletas de livros que não transportei para o Instituto?

Ainda mais. O orçamento do Instituto de Educação em 1960, por força de disposições do Código de Contabilidade, não pôde ser separado do que competia ao Colégio Estadual de Fortaleza, as verbas nele consignadas ficaram em comum para o manejo dos dois diretores.

Vinte dias após a minha posse na direção do Instituto, fiz o primeiro pedido de verba de Material Permanente e, dos Cr\$600.000,00 da sua consignação, só restavam, para meu espanto, nesse começo do mês de Abril, o saldo de Cr\$50.000,00, que apliquei na compra de uma máquina de calcular. O que encontrei na Secretaria do Instituto quanto a máquinas era um material muito usado, solicitando constantes reparos e não dando vazão ao vulto de serviços. E assim fiquei todo o ano, porque a suplementação da verba estoirada só foi votada pela Assembléia em Novembro e publicada no D. O. a 22 desse mesmo mês.

Mas volto ao caso da Biblioteca. No começo de Abril, antes do meu pedido, o diretor do Colégio Estadual fez a despesa de Cr\$100.000,00 na aquisição de livros de luxo nas livraria Labor, livros que foram colocados na estante do seu gabinete. A Biblioteca do Instituto em 1960, por força desse sucedido, não pôde adquirir um único livro sequer, apesar dos pedidos insistentes de seus professores, que não puderam ser satisfeitos. Aponto o Livro de Registro de verbas orçamentárias do ano de 1960 e que se encontra na Secretaria do Colégio Estadual como comprovante do que acabo de referir.

Em virtude desses episódios, muito me agradaria se o Governo do Estado nomeasse uma comissão de 3 funcionários da Secretaria da Educação, do Instituto e do Colégio Estadual de Fortaleza, para examinarem o trabalho que exerci na separação do patrimônio dos dois últimos estabelecimentos, apresentando um Relatório ou Parecer, ficando as duas Congregações cientes então do procedimento exato do Diretor do Instituto de Educação, no desempenho das determinações da Lei nº 4.743, de 15 de Janeiro de 1960. O assunto ficaria definitivamente esclarecido, não dando margem para descabidas recriminações que se distanciam da verdade.

Fortaleza, 15 de Março de 1961.

Dr. João Hippolyto de Azevedo e Sá.

Cópia de documento guardada em pasta identificada sob o título "Relatórios de 1961", no arquivo do Instituto de Educação do Ceará.

Texto transcrito por José Nunes GUERREIRO no 1º semestre do ano de 2003

UM GRITO DO FUNDO DOS TEMPOS

Prezado colega:

Há poucos dias fui surpreendido com a presença do Dr. Hipólito, que me trazia, em mãos, tal a sua delicadeza, um relatório que elaborou sobre o Instituto de Educação, que ele volta a dirigir – arrancado de pacata e nobilitante aposentadoria – para dar lição de compostura e honestidade a seus membros, como deixa transparecer ao longo de todo o seu relatório. Ninguém lhe pediu o relatório, salvo se o fizeram seus superiores hierárquicos, o Secretário de Educação ou Sua Excelência o Governador. Disto não há, porém, nota na exposição.

O relatório tem todas as características de uma amargurada DEFESA. De quem e contra quem, não se sabe... e ele não diz. Ninguém o atacou. Ninguém protestou pelo fato de um aposentado ser chamado a dirigir Instituto cheio de mestres de renome. Ninguém se opôs às medidas que tomou. Por que, então, a amargura, a ironia dispersa, as graves acusações contra professores, autoridades e alunos? Nem sequer os alunos escaparam ao furor quase quixotesco do velho mestre. Todos estavam já cansados de polêmicas. Que ele fizesse a ampuheta do tempo regredir e, como bem quisesse, reconstruísse o Instituto que, rapazola, começou a dirigir, em 1914, como com tanto orgulho lembra aos desmemoriados...

O relatório refere-se, em três quartos de suas páginas, a coisas que não viu, não presenciou, de que não participou... Faz as mais graves acusações baseado apenas em opinião pessoal e em hipóteses e deduções. Nem parece o sereno e tranqüilo Hipólito que todos conhecemos e admiramos. Põe em tudo veneno corrosivo de MÁ FÉ e de INTERESSES PERSONALÍSSIMOS. Só ele sempre foi honesto, desde quando foi acadêmico de medicina. Vê nas novas gerações apenas crápulas que contaminaram o Instituto que conservou impoluto durante tanto tempo.

Dizendo-se neutro em relação à REFORMA, demonstra que não a entendeu, mesmo porque para entendê-la é preciso sincronizar com as novas idéias, com novos tempos, com novas perspectivas sociais, com novas doutrinas pedagógicas, pois o tempo passa inexorável. Parece seu extemporâneo relatório a preparação psicológica para fazer rodar a MÁQUINA DO TEMPO... Quando diz que a reforma fez “tabula rasa” da experiência do passado, diz apenas que não a leu ou, lendo-a, não a entendeu... A REFORMA é, apenas, uma atitude de espírito. Nela nada há sobre notas e horários. Cria, simplesmente, um colegiado – uma administração democrática e flexível, deixando aos educadores a porta aberta para REGULAMENTAR com toda experiência e flexibilidade. Ora, não culpo o colega de não perceber isso... Haverá coisa, por acaso, que mais repugne a seu temperamento e à rotina que solidificou em 30 anos de administração autocrática? Mas, se este é seu objetivo, não precisava agredir os “reformadores”.

Para nós, seria agradável divertimento ver reconstituído – como um Museu Pedagógico – o Instituto com que sonha, o belo Instituto que dirigiu nos bons tempos e que ficou como um patrimônio educacional de nossa terra. O que lamentamos é que, com este agradável divertimento, seja prejudicada a mocidade de nossa terra, que precisa de novo tipo de mestres, de novas soluções, de novos homens ou, pelo menos, de homens que não envelheçam, espiritualmente. Para governo de nosso nobre colega, podemos garantir que não somos Quixotes: não lutamos contra moinhos de vento. Aí está o nosso trabalho, feito de amor ao magistério, e de espírito público do mais autêntico, embora não o creia: a História que julgue, devidamente, quem foram os vilões desta farsa.

Grande parte do relatório é uma auto-avaliação e comprovação de sua honorabilidade. Ninguém duvidou disto. Até achamos modesta sua auto-apreciação. Os ídolos para a mocidade são muito mais grandiosos que a si mesmo parecem – é o que concluímos de sua autobiografia. Quem sai perdendo na descrição é o arquétipo que formáramos do ilustre mestre... Escolheu a mim como “corifeu”, como se minha modesta contribuição ao problema da educação

fosse uma ofensa pessoal ao que fez, ao que pensou em determinadas épocas. A todo momento opõe, em seu relatório, sua grandeza à minha pequenez. O seu trabalho foi todo cercado de pureza. O nosso, três longos anos de dedicação integral, de tempo integral, de noites e dias de trabalho, sem remuneração, estava viciado por secretas e inconfessáveis intenções, tão negras que não se abalança a citar... Confunde os aproveitadores, os que aproveitaram o clima de imoralidade administrativa, com os humildes trabalhadores que tentaram atualizar o obsoleto sistema escolar normal do Estado, parado no tempo como um monumento faraônico no Vale dos Reis... O que queríamos – segundo suas palavras – eram glórias – o que o ofende pessoalmente, como se dissesse que o estoque de “glórias” do Instituto de Educação ele já o esgotara, como passa a relatar...

Não queremos polêmicas. Não quero sequer que salve a reforma do ensino, que não é patrimônio meu ou dele, pois já pertence à comunidade. Mas deixar sem resposta tanta afirmação capciosa, tanta inverdade histórica, tantas generalizações ofensivas, seria covardia. Que administre como bem quiser. Mas não o faça com literatura barata de salvador do naufrágio que só existe nos devaneios de uma imaginação projetada para o passado, em plena fase delirante.

ASPECTOS QUE O HIPÓLITO NÃO VIU

Lauro de Oliveira Lima

Hipólito amigo:

Pede-me V. que leia seu relatório e o comente – francamente – de professor para professor. É o que ora faço, à ligeira, vez que não me abalanzo sequer a compulsar meu arquivo sobre o assunto. O tema já não me empolga, tantos foram os desgostos que dele me advieram nestes últimos anos. Fui combatido pessoalmente, por ignorância, por inveja e por má fé – ou pelas três “virtudes” juntas. Nunca debateram minhas idéias (minhas não: as idéias universais que num momento representei). Era sempre o homem, o professor, o atacado.

Ninguém no Ceará conhece, realmente, a REFORMA que elaborei – ninguém deu oportunidade de estudá-la e tentar uma aplicação progressiva*. Puseram-lhe o dístico de “revolucionária” – expressão com que os pusilânimes se escudam contra as tentativas de eliminar a rotina. O grande mal da reforma – V. percebeu logo no primeiro momento – é que exigiria idealismo, dedicação, cultura, trabalho real e fibra de educador. Isto pôs em polvorosa os arrivistas. Nada mais.

A reforma nada tem de revolucionária. O que existe é preguiça mental e incompetência. O resto você descreve melhor do que eu. Nossa grande esperança era de que o próprio sistema envolvesse de tal modo os professores, que fossem levados a tomar nova atitude. Mas os filhos das trevas são mais astutos que os filhos da luz. – diz o Evangelho: logo perceberam a manobra e destruíram aquilo que lhes viria modificar os hábitos e obrigá-los a estudar, a refletir, a tomar posições, pois a reforma é menos algo de concreto do que uma ATITUDE NOVA a ser pensada.

Mas não voltemos a tocar na epiderme dos culpados pela destruição de algo que foi a mais pura tentativa de servir à juventude de nossa terra. Discutir seria conspurcar algo que honra o único grupo intelectualmente vivo naquele momento da vida de nosso Estado.

É preciso que lhe diga, por último, antes de entrar no mérito de seu relatório, que as insinuações de que a nossa reforma é um decalque da gaúcha revela, somente, a mais crassa ignorância dos dois diplomas legais. Isto não precisa ser provado. Aí estão as duas reformas

* A cópia desse documento, “Aspectos que o Hipólito não viu”, provavelmente a que o professor João Hippolyto de Azevedo e Sá recebeu do professor Lauro de Oliveira Lima, está no arquivo do Instituto de Educação do Ceará. O sublinhamento de algumas palavras e trechos de frases no texto desta cópia fica difícil de ter sua autoria identificada: pode ter sido feito pelo professor João Hippolyto, pelo próprio Lauro ou por outra pessoa.

para serem comparadas. Só um indivíduo de má fé afirmaria este absurdo. É certo que certas idéias comuns se tornaram universais, não sendo nossas, gaúchas ou francesas. Mas há aspectos fundamentais em que a cearense é absolutamente ORIGINAL e se vai propagando pelo país inteiro, até que chegará de novo ao Ceará como “dernier cri” vindo da Guanabara, da Paulicéia ou dos Pampas, se não vier de Brasília, onde fui implantá-la, a pedido do meu caro amigo Armando Hildebrand.

A reforma, hoje, é patrimônio do país. Enviei, no tempo, cópias a todas as Secretarias de Educação do Brasil, a todos os órgãos de pesquisa e de estudo, a todas as revistas técnicas. Um dia os destruidores da reforma no Ceará responderão perante as novas gerações pelo mal que fizeram à mocidade de nossa terra.

Na Associação Brasileira de Educação – o “sacra sacrorum” da educação nacional – expus para técnicos, professores do Instituto de Educação e para os representantes da UNESCO – as linhas gerais da reforma, recebendo consagrada aprovação por nossas idéias e o apelo veemente para que não deixasse morrer o núcleo de renovação que fundáramos. Entreguei minha contribuição ao meu país. Proibiram-me de tentar sua aplicação em minha terra. Lavo, satisfeito, as mãos, deixando que os responsáveis sejam julgados pelas novas gerações. Mas, vamos ao relatório:

1º – O LOCAL EM QUE FOI CONSTRUÍDO O CENTRO EDUCACIONAL:

Fui da comissão que escolheu, em nome do Dr. Paulo Sarasate, o local do centro educacional. Fui voto VENCIDO na comissão. Predominou a opinião do Dr. Filgueiras Lima, que preferiu o local onde hoje está construído o centro. Dois proprietários ofereceram 24 hectares ao governo (área mínima exigida pelo INEP): um em Mondubim (7 ou 8 km da Praça do Ferreira em linha reta) e outro, – próximo à cidade do funcionário (na linha Messejana – mais ou menos a mesma distância). Preferiram comprar bem caro este “fundo de quintal” – como V. descreve o local, com toda razão. A escolha desta pequena área (creio que 4 hectares) destruiu o sonho de Anísio Teixeira, que era grandioso – semelhante ao que fez na Bahia, desestimulando o INEP a prosseguir no financiamento. Quem, como eu, conhece o que é o Centro Educacional de Salvador, é que pode aquilatar o que perdemos... por falta de visão e de encarar o crescimento da cidade. Os horizontes limitados são um grande mal para as novas gerações. Quem cuida do futuro (educação é o futuro) não pode ser míope... Fica assim, explicada a localização do centro.

2º – O QUE VOCÊ CHAMA DE DESPEJO:

Se viveu, realmente, o momento histórico em que se deu a mudança, há de lembrar-se de que havia uma hipertrofia dos cursos secundários em detrimento do curso normal, que ficaria como um APÊNDICE. O Instituto de Educação não era mais o Instituto de Educação: era um ginásio. A congregação era composta de quatro professores do secundário para cada professor do pedagógico, de modo que levávamos sempre desvantagem... Uma pletera de alunos exigia do governo o curso secundário. Clima pré-eleitoral fazia o governo impotente para disciplinar o crescimento do curso secundário, ameaçando soterrar o que ainda existia de curso normal. Aventou-se na imprensa e a idéia propagou-se como um rastilho de pólvora que a solução era transformar o Centro Educacional em um ginásio-monstro. Para os alunos, era a solução de um problema angustiante. Para os professores (segundo sua descrição), um presente do céu. Tudo demagogia. Vimos ameaçado o sonho de termos um Instituto de alto padrão, vivendo seus próprios problemas, com suas salas especiais, gabinetes de física, química, psicologia, museu pedagógico, etc., etc., tudo que era possível fazer no Centro Educacional. Que nos competia fazer? O que fizemos: ocupar, “manu militari”, nossa casa, mesmo atabalhoadamente, para que os aventureiros não se apossassem dela. Não o tivéssemos feito, V. hoje era diretor, simplesmente, de um ginásio monstro... e o curso normal estaria nos porões do velho

prédio da Praça Filgueiras de Melo*. O que lhe parece um mal, foi uma medida extrema em defesa do curso normal. Disto não me arrependo. Disto até me glorio. Se o processo de mudança foi traumático, se as autoridades não tomaram as providências cabíveis, é outro problema. É preciso conhecer o plano do INEP, para saber que não era possível o contrário, isto é, ficar no velho prédio e ceder o novo ao secundário. Basta saber que o planejamento era para 24 (sic) hectares! Vá à Bahia e verá o começo do grande plano. Sei que você tem ligações sentimentais com o velho pardieiro, pois não é mais do que isto nas atuais condições a que o reduziram... Mas nós, da nova geração, não temos compromissos históricos com o tradicional casarão. Para nós não importa se o velho prédio está povoado de belas e imorredouras recordações. Mudou o mundo, cresceu a população, mudaram-se as técnicas, abriram-se novos horizontes. Quem não compreender este fenômeno, mumificou-se intelectualmente. Por outro lado, desconhecer a necessidade do poder público de dar a educação secundária à turba imensa que solicita ao governo ginásios e colégios, em nome de tradições sentimentais, é quase desumano.

3° – O ASPECTO TÉCNICO-PEDAGÓGICO DA PRÉDIO DA 13 DE MAIO:

Que não é uma construção para o nosso clima, que a disposição quanto à insolação e aeração é defeituosa, que a disposição de circulação é impraticável, que seja inconcluso, que nem sequer foi desmatado o terreno, que fica à margem de um canal de saneamento (dividindo o terreno e inutilizando uma grande faixa do espaço disponível) – tudo isso nós sabemos. Mas, quem os mentores técnicos do governo até hoje? Por acaso os propugnadores da reforma? Fomos sempre muito pequenos para sermos culpados de males tão grandes... O endereço da crítica não nos cabe. Pelo contrário: nunca deixamos de criticar e protestar. Que os responsáveis respondam por sua incompetência ou omissão.

4° – A DIREÇÃO DO CENTRO EDUCACIONAL:

Concordo com sua crítica feita quanto à ambigüidade da direção. A existência de uma vice diretora não resolvia, realmente, o caso. Como poderiam os professores do curso normal aceitar a liderança de uma professora de ciências físicas e naturais do curso ginásial, por mais competente que ela fosse? Aliás, a pessoa em tela, malgrado suas peregrinas virtudes domésticas, não era a pessoa indicada para manter o barco na rota do momento de tempestade. Aliás, ela só deixou de ter o pleno apoio de todo o corpo docente (numa administração praticamente colegiada) quando – assumindo novo governo – a título de fidelidade partidária – colocou-se como representante da ANTI-REFORMA, ela que para ali fora indicada pela comissão da reforma para **IMPLANTAR A REFORMA!**... Foram as tentativas de destruir o pouco que se fizera para a adoção progressiva da reforma, o que produziu os choques a que se refere V. Isto e nada mais. Não houvesse o propósito desmoralizante de destruir nosso trabalho, pura e simplesmente, trabalho de três anos de lutas e estudos, jamais haveria choques. E por que haveria de se produzirem choques, se estávamos realizando o que planejamos? Aliás, jamais houve choques fora de antinomia: reforma e não-reforma. Nunca se discutiram ordens que não visassem a mesquinha intenção de contrariar o trabalho que estava sendo feito. Esta a verdade. Tudo mais é **RACIONALIZAÇÃO**. Desculpas. Interesses bajulatórios. Tentativa de demonstrar fidelidade política que não tem cabimento numa casa de educação, onde se serve tão somente à juventude.

5° – INFREQÜÊNCIA DO PROFESSORADO:

Até me surpreendia a boa freqüência do professorado do Instituto de Educação até o momento em que a vice-diretora resolveu destruir a reforma, supondo que este era o desejo do

* O asterisco no rodapé desta página traz a seguinte observação manuscrita pelo professor João Hippolyto: “não penso nem pensei que o Instituto devesse ficar na Praça Filgueira de Melo e o ginásio no bairro de Fátima”.

governo, suposição que até esta data não se confirmou, ao que eu saiba... O grupo da reforma não só dava aulas, como dedicava quase todo o seu tempo ao Instituto. Eu, pessoalmente, dava expediente (sem ser funcionário administrativo) INTEGRAL, das 7 às 12, diariamente, exceto aos sábados. Dirigia, pessoalmente, a quarta feira consagrada aos CLUBES, instituição moderna em todas as escolas progressistas do mundo, válvula de adaptação do currículo às diferenças de aptidões e aspirações individuais, escoadouro natural e vivo das atividades curriculares, anacronicamente conduzidas por professores obsoletos, como você tão bem analisa em seu trabalho. Através dos clubes, começamos a minar a estrutura pré-histórica do curso ministrado através de simples discursos. Mas, isso já faz parte da influenciação indireta que tínhamos planejado...

6° – AS MIRÍFICAS AULAS SUPLEMENTARES:

Que hoje toma aspectos de “bacanal” – foi uma instituição séria e provisória, enquanto se estruturava a vida administrativa e se criavam os cargos exigidos para levar avante uma mudança radical na estrutura. Na época foram usadas com critério e honestidade. As pessoas que receberam aulas suplementares (aliás, pouquíssimas) realmente prestavam serviços. Na ocasião de sua entrada para a direção, é possível que o processo já tivesse sofrido a deturpação a que se refere, o que é lamentável e bastante lesivo para os cofres do Estado.

7° – AS DISCIPLINAS CONSTELARES:

Foi a maneira encontrada de subdividir os programas quilométricos – jamais ministrados integralmente. Foi também a maneira de aproveitar a aptidão das técnicas de ensino postas, pela reforma, à disposição dos professores e das alunas. É lógico que é uma maneira nova de encarar o currículo e as atividades formativas. Sem auxiliares, os professores não poderiam planejar atividades de estágio em cada disciplina. Que estas disciplinas – pela ganância e irresponsabilidade de alguns e falta de controle da vida administrativa do Estado – se tenham transformado em cadeiras, funções e sinecuras, não cabe a responsabilidade aos “reformadores”, que tinham o propósito firme e declarado de não aumentar despesas, não criar cadeiras, para evitar a corrida dos aventureiros. Mas nesta altura estava havendo o célebre inventário. Os “reformadores” continuamente eram surpreendidos com a criação de CADEIRAS, algumas das quais “incríveis”. A cadeira de PEDAGOGIA, por exemplo, apareceu criada não se sabe por quem, acreditando-se que foi iniciativa do Prof. Moacir Aguiar e do Prof. Teixeira de Freitas. Cada interessado cuidou de suas cadeiras, e não eram eles os “reformadores”. Isto é preciso que se diga. Se hoje ocupo a cadeira de PEDAGOGIA, não é que tenha sugerido ou a considere necessária ao currículo. É que, encontrando a figura legal que iria ser ocupada por alguém como presente caro ao Estado, solicitei ao Governador do Estado pô-la em concurso, honesto e limpo, sem proteção por interinidades, como se fez em outros casos, conquistando, por meus méritos pessoais, o cargo. Se o Estado cria uma cadeira à minha revelia e a põe em concurso, ninguém pode me censurar de submeter-se honestamente a um concurso aberto.

8° – O CLIMA DE ONDE SURTIU A REFORMA:

Diz V. que a reforma surgiu de um clima “despejo”, de solidão, de conturbação da vida administrativa do Instituto. Não há afirmativa mais falsa. V., por aí, mostra que não acompanhou devidamente os fatos. A reforma começou como idéias, como estudo, como debates – anos antes da mudança. Que a conturbação administrativa do Estado tenha apanhado a reforma em pleno desenvolvimento, ninguém mais lamentou o fato que os “reformadores”. Não apareceram projetos sérios de reforma, como afirma. Se existiram, onde estão? O de que se falou foi de ligeiras modificações curriculares para acertar o número de aulas, transposição de disciplinas de séries e quejandos. Reforma mesmo só houve uma: a que o nosso grupo estudou e debateu durante três anos. Foi este projeto que transitou pelo Conselho de Educação

durante meses e recebeu parecer favorável dos conselheiros, recebendo encaminhamento pelo seu presidente, que o apresentou como fruto de ponderadas meditações, cortes e acréscimos do egrégio Conselho. A pecha de revolucionário só apareceu quando se quis pôr abaixo a reforma. Revolucionário porque tínhamos chegado às últimas em matéria de ensino normal no Estado. Este o projeto aprovado pela Assembléia, com o acréscimo do PRÉ-SALÁRIO que não fora aprovado pelo Conselho e nada mais.

9º – PLANO DE IMPLANTAÇÃO DA REFORMA:

Não é verdade que a reforma do Rio Grande do Sul não tenha “registro de originalidade”. É preciso não ter lido a vasta literatura teórica sobre o assunto para negar esse fato evidente. Nossa reforma, embora aproveitando o que de positivo a experiência gaúcha forneceu, – tem aspectos próprios que a distinguem **ESSENCIALMENTE**. Quem duvidar faça o cotejo, como o fizeram os técnicos do INEP. Não adianta discutir fatos. Aliás, não é demérito aproveitar a experiência de nossos irmãos gaúchos e não foi nunca propósito dos reformadores mostrarem-se originais. A reforma do Ceará está toda calcada nas conclusões do Seminário Internacional de Genebra, com o colorido local que não podia deixar de aparecer. Como no Rio Grande do Sul, nosso propósito era ir implantando a reforma PAULATINAMENTE, para evitar trauma e para, lentamente, ir produzindo um clima de seriedade e renovação. Isto foi o que se fez durante os anos pré-reforma, pois sua transformação em LEI ocorreu em data muito POSTERIOR. O que se fez nos anos preparatórios foi estudar e experimentar, cautelosamente. Não houve sentido de predestinação – ironia que não condiz com a seriedade do seu relatório. Se houve arroubos e entusiasmos, foi na DEFESA DA REFORMA COMO IDÉIA, foi a réplica aos que queriam DESTRUÍ-LA. O clima da reforma – antes disso – era de humildade, de experimentação, de debate, trabalho essencialmente de equipe. Não pretendíamos que já tivéssemos feito uma reforma – coisa que **PLANEJÁRAMOS PARA, PELO MENOS, CINCO ANOS DE IMPLANTAÇÃO.** A reforma só saiu dos estreitos muros do Instituto quando foi atacada, levemente, pela imprensa e quando se blasonou que seria destruída. Esta é a verdade histórica, que nem de leve assoma em seu relatório. É fazer dos problemas da comunidade e do interesse público propriedade privada e suspeitar das retas intenções dos demais, o que reduz os mais belos movimentos a uma briguinha de comadres, triste, deprimente, indigna de homens responsáveis. O “minguado número de docentes” a que se refere V. era o que havia ainda de vivo (grifo do autor) no Instituto de Educação!

10º – A TÁBULA RASA:

O que V. chama de ditadura estudantil para nós é a plena autonomia da pessoa humana, capaz de se auto-construir, principalmente na fase de pré-adolescência, como é o grupo predominante de estudantes do curso normal. Não adianta discutir crenças diferentes. Num mundo politizado como o que vivemos, num mundo em que a sombra das ditaduras cobre meio universo, educar o homem para a liberdade e para a auto-responsabilidade é coisa que as pessoas que se formaram na tranqüilidade romântica do princípio do século não podem compreender. É o que os sociólogos chamam de CONFLITOS DE GERAÇÕES... Não acredito na disciplina como é vista tradicionalmente. O que o homem não decidiu e aceitou em seu livre arbítrio orientado por educadores conscienciosos, é contra a liberdade fundamental da pessoa humana. A “tábula rasa” a que se refere não é verídica. Cada passo estava sendo dado cautelosamente. É certo que é difícil para V. pensar em novos quadros a respeito de notas, horários, disciplina, métodos. Uma tendência econômica do espírito humano faz com que os indivíduos experimentados não vejam senão suas próprias vivências, que foram ótimas em determinado momento histórico. Não se pode acusá-lo de querer manter quadros tradicionais, tudo que foi tão bom e adequado 50 anos atrás... Eu farei o mesmo em sua idade. Quando uma nova geração acusar a reforma de obsoleta (e este dia virá...), se não tiver conservado vivo meu espírito,

hei de contra os acusadores lutar com unhas e dentes. É o drama da vida, sempre em eterno “fieri”...

11º – CAPACIDADE FÍSICA DOS ALUNOS:

A reforma foi planejada para DOIS EXPEDIENTES. Ninguém acredita mais que umas aulinhas dadas durante 140 dias no ano FORMEM REALMENTE NINGUÉM. Era para haver 200 dias letivos de seis (6) horas pelo menos, como se faz no mundo inteiro. Era para ocupar, integralmente, a atividade das jovens normalistas, durante três anos. Quem não resistisse, melhor para a comunidade, que se livraria de uma péssima professora. O profissional deve ser selecionado com rigor. É o interesse da comunidade e não o sentimentalismo que preside a formação de profissionais.

12º – O TRABALHO AÉREO:

Se jamais um grupo desprendido trabalhou gratuitamente para o Estado, foi o grupo dos reformadores. Não se contam as horas de reuniões e de planejamento, individual e de grupo. Aéreas são as idéias, porque não ficam sempre na planície da mediocridade. É fácil organizar um horário tradicional e, como cão pastor, conduzir magotes de alunos para as classes. Qualquer débil mental faz isso às mil maravilhas. As idéias criadoras, porém, não nascem no chão da mediocridade como berduelgas, depois das primeiras chuvas. Foram três anos de trabalho e de lutas, a ponto de prejudicar todos os interesses particulares. Reduzir tudo isto a um irônico e irresponsável “trabalho aéreo” não só é clamorosa injustiça como grave ofensa. Vê-se por aí que V. não soube, nestes meses de garimpagem a que se dedicou com paciência beneditina, distinguir o joio do trigo, Envolvendo todos em acusações levianas e degradantes. Sugere seu relatório que o atual diretor é o cérbere da honestidade, desterrada do planeta. Nós também somos honestos e não nos responsabilizamos por imoralidades que tenha encontrado. Não éramos os administradores. Nosso trabalho era, simplesmente, ideológico (talvez o grande motivo de nossos fracassos, mas que nos deixa a cavaleiro para as acusações que nos faz).

13º – TRABALHO EM EQUIPE:

Quando foram buscá-lo em seu merecido repouso – depois de tantas glórias no passado – fizeram-no para destruir a reforma, supondo que V. seria capaz de evoluir... Procuraram um carrasco para decepar a cabeça da moribunda. Sei que há muita gente decepcionada com sua atitude. Não queriam assumir, historicamente, a responsabilidade pela destruição de algo de novo e bom para a mocidade, embora cheia de defeitos e de tentativas... Quando V. assumiu e acabou com os departamentos e coordenações – a título de que para administrar não precisava do auxílio de ninguém, como demonstrava em longos anos de direção – então, julgamos que era de fato o carrasco apropriado. Ficamos na expectativa, com a secreta esperança de que seu antigo idealismo não o deixaria prestar-se a instrumento de vinganças e invejas mesquinhas. Dizer que as coordenações não fazem um trabalho sério é, simplesmente, condenar o LÍDER O líder agora é você... Não precisa citar o exemplo da E. Preparatória. O mundo inteiro – no intervalo em que V. recolheu-se à merecida aposentadoria – modificou o sistema autocrático e discricionário de administração, pelo sistema colegiado. Pode correr o país inteiro, de norte a sul, e encontrará esse novo princípio...

14º – AS IDÉIAS PEDAGÓGICAS DO DR. HIPÓLITO:

A certa altura do seu relatório, contrapõe à reforma (tão propalada – que mal há nisso?) as suas idéias a respeito da sua cadeira de ANATOMIA. Parece até considerar a reforma uma afronta pessoal. Bem diz Tristão de Athayde, em Idade, Sexo e Tempo, que difícil é a arte de envelhecer. Todos nós guardamos admiração pela sua profícua administração. Até estranhamos que arriscasse uma sólida reputação de administrador, envolvendo-se na balbúr-

dia do Instituto de nossos dias... depois de ter-se recolhido aos ócios de dignificante aposentadoria. A reforma não foi feita contra NINGUÉM, não foi feita para glórias pessoais, não foi feita para ferir melindres. Foi feita com espírito público, seriedade e amor à juventude. Não criticamos o passado senão por sua persistência indébita de permanecer mumificado no presente. Sabemos e respeitamos todas as suas contribuições no passado, mas queremos dar também nossa contribuição. Não discuto o problema específico da ANATOMIA. Foi-se o tempo em que a psicologia tinha como base esta disciplina. Até mesmo a NEUROLOGIA tenta escapar da simples anatomia para uma fisiologia dinâmica. A psicologia moderna (psico-dinâmica, psicossociologia, psicologia profunda, psicopatologia, psicoterapia, psicologia evolutiva, etc.) não toma conhecimento da anatomia. A própria biotipologia, que tinha fundamentos anatômicos, começa a abandonar essa área...*

15º – VESTÍGIOS DE PLANEJAMENTO:

Eu, pessoalmente, tenho vasto e volumoso “dossier” do planejamento de todas as etapas da reforma. Sua vice-diretora era a encarregada de arquivar todos os planos. Talvez os encontre ainda em suas mãos. Tenho, para futura publicação, todo o material arquivado. Deixo apenas que serenem os ânimos e se desfaçam as implicações personalistas para tentar fazer o histórico.

16º – O ANO DE 1959:

Se houve empecilhos à reforma, houve-os, exclusivamente, neste malfadado ano. A vice-diretora, ainda hoje sua auxiliar, afirmou propósitos de obstruir qualquer tentativa de implantação da reforma. Chegava ao ponto de proibir os funcionários de receber as carteiras de identidade dos alunos para que se dispersassem... Chegou a trancar as salas de aulas para que nelas não funcionassem os (incompreendidos) clubes... única coisa viva que se permitiu nesse ano. Os “corifeus” – a agressiva alcunha se põe, em sua neutralidade, nos trabalhadores da reforma – tiveram que lutar dentro e fora do Instituto para salvar o que restava do planejamento... Realmente, quando mudou o governo, vi-me praticamente só na sustentação das atividades que iniciavam a reforma, e não descreio do julgamento sobre as pessoas que V. faz tão bem. Muitos quiseram a reforma até o momento de ter ela cumprido a finalidade oculta de locupletação. O que não pode morrer, porém, é a idéia. O de que não se pode duvidar é do grupo central que elaborou a reforma.

17º – A CORNUCÓPIA DA CADES:

Não tenho em minha vida cortejado admiradores. Onde chego faço mais inimigos que prosélitos. É que não me calo. É que não me conformo com a rotina. Surpreende, pois, a referência a MEUS ADMIRADORES. O que tenho é um pequeno grupo de amigos que me tem ajudado a trabalhar e são os meus mais ferrenhos críticos, aspecto de sua personalidade que me envaidece. A pobre CADES é paupérrima. Não tem funcionários. Não dá empregos. É uma simples campanha. O que faz é explorar as pessoas que nela se acostam. Os colaboradores da CADES no Ceará tem trabalhado há cinco anos para ela GRATUITAMENTE. Já me causa remorso apelar para eles. Eles nunca pediram dinheiro, nem aulas suplementares... Nem sequer lhes advém do trabalho a glória que muitos tanto almejam... Sua afirmação é, pois, gri-

* O asterisco no rodapé desta página traz a seguinte observação manuscrita pelo professor João Hippolyto: *A minha afirmativa sobre a fadiga das alunas está fundamentada em princípios científicos e não simplesmente filosóficos. Talvez seja um defeito da minha formação profissional médica, que se volta mais para o lado da ciência positiva do que da imaginação (!). Se a cadeira de anatomia, ou melhor, de fisiologia, não tem influência nas aulas de salas ou entusiasmo das técnicas pedagógicas, melhor seria suprimi-la e substituir a de Educação Sanitária e Puericultura e privilegiar apenas as com alusões assentes na Psicologia “filosófica.*

tantemente falsa e deprimente para este grupo de idealistas, digo mesmo leviana, em pessoa de sua responsabilidade.

18° – O GRUPO DOS QUE NÃO SÃO VELHOS NEM MOÇOS DECADENTES:

Para mim é uma surpresa a existência deste grupo, segredo guardado a sete chaves... Se há este grupo – por que jamais se manifestou? Por que não veio para a arena quando pusemos a reforma em discussão, quando expedimos centenas de circulares pedindo sugestões? Com isto V. quer, por acaso, atribuir ao grupo da reforma todas as mazelas que encontrou? Qual a contribuição desse grupo na reformulação do ensino normal nos últimos 50 anos? A adaptação do ensino à lei orgânica por imperativo legal? E os métodos? Onde estão eles? Na minha curta passagem pelo Instituto não os encontrei, sinceramente. Dediquei-me, desde que aí cheguei como substituto, de corpo e alma, ao trabalho mais solitário e combatido que se possa imaginar. Jamais apareceu o grupo a que se refere. Dou, contudo, parabéns ao ilustre diretor. A tese desse grupo é precisamente a nossa... O revolucionário é o bicho papão para fazer medo aos velhos. É etiqueta que puseram na reforma para produzir vômitos em estômagos delicados. Leia a reforma e verá que nada disto há nela. Pensei sempre que a segunda corrente seria a do GÉLIDO INDIFERENTISMO. Aqui V. quebra a neutralidade, criando um fantasma, para distinguir um segundo grupo dos indiferentes... O que há é UNS QUE QUISE- RAM TRABALHAR e os GÉLIDOS, nada mais, caro mestre. O grupo a que se refere é um fantasma criado para explicar um suposto neutralismo. É evidente.

19° – O PADRÃO DO PROFESSOR:

Concordo com sua descrição e com sua inclusão no padrão descrito. Não precisava que o fizesse pessoalmente. Todos nós que amamos o magistério já o incluímos como mestre excepcional, embora não concordemos com muitas de suas idéias, válidas em seu tempo, hoje superadas por novos estudos e soluções. O que lamentamos é que saia de seu pedestal (que somos nós seus admiradores) para servir a um grupo (gélido) que quer destruir um trabalho feito de idealismo e de esperança. Louvamos a ordem que trouxe ao Instituto. Acho mesmo que se sacrificou pela velha escola. Mas não se deixe envolver pelo fantasma. Escolha da reforma o que achar exequível e caminhe com a nova geração. Um verdadeiro professor não envelhece. A mocidade exige mocidade. Isto esperávamos de V. para honrar a reputação que firmou em longos anos de serviço ao Estado. Talvez a história esqueça sua outra administração, para julgá-lo pelo que fizer agora. V. se inseriu neste tempo porque quis. Porque se julgou à altura dos tempos. Não adianta, pois, o passado. Não seja o verdugo das novas idéias. Elas não morrem, porque são o futuro. Sua vasta experiência podará o que for arroubo da juventude. O que for precívél. O que for inexperiência. Mas salve o núcleo central da renovação. Isto lhe pedimos em nome da admiração que lhe consagramos. Somos nós (os corifeus) que o respeitamos. Não os que quiseram fazer de V. um carrasco das novas idéias...

20° – OS GABINETES DE FÍSICA E QUÍMICA E A SECCIONAL:

É outra injustiça clamorosa que se faz. Surpreende-me, aliás, seu “parti pris”... Por que não pediu, simplesmente, uma explicação sobre o fato? Por que julgar falsamente, quando a fonte de esclarecimento estava em suas mãos? A Seccional lutou estes últimos anos, de unhas e dentes, contra o estado de coisas que descreve tão bem. Tenho o dossier completo de minhas lutas. Manietado na suspeição de oposição por ser autor da reforma, não podia atacar de rijo o problema, para não parecer uma simples e torpe vindita. Mas não me calei. Você foi testemunha de como terminou a coisa, quase num escândalo público... Havia também o problema da situação financeira do Estado. O Governo estava em um período de reorganização e de recuperação. Meus apelos morriam diante de apelos contrários, mostrando a situação do Estado e o problema da escolarização em massa, uma obrigação indiscutível do governo. Levei o caso

ao Ministério da Educação para não arcar com a responsabilidade. As autoridades superiores aceitaram as razões do Estado. Por que essa insinuação de INTERESSES PESSOAIS? Quais? De quem? Por que não diz as coisas claras, deixando veladas suspeitas sobre todos, como se desta tempestade o único sobrevivente fosse V.?

O resto de seu relatório são coisas de que não participei. Sobre elas não opino. Vi o trabalho de recuperação que realizou. Chegou o momento de V. tomar uma decisão: vai manter o “status quo” ou vai mudar? Vai voltar ao passado ou vai fazer o mundo marchar? Não queria estar em sua posição, no momento. Meio mundo espera seu próximo passo...

Lauro de Oliveira Lima
Prof. do Instituto de Educação

Este documento, “Um Grito do Fundo dos Tempos”, foi escrito em dez páginas datilografadas pelo Professor Lauro de Oliveira Lima, provavelmente em 1961, em resposta a um relatório intitulado “Como encontrei o Instituto de Educação”, escrito em onze páginas datilografadas pelo professor João Hippolyto de Azevedo e Sá em 15 de março de 1961, um ano após ter assumido a direção do Centro Educacional do Ceará (novo prédio onde passou a funcionar o Ensino Normal, atual Instituto de Educação do Ceará, à Rua Graciliano Ramos, nº 52, bairro de Fátima) em 15 de março de 1960.

Textos transcritos por José Nunes CUCRREIRO no 2º semestre do ano de 2002

O QUE É O PABAE

In: Peixoto, Maria Onolita. *Habilidades de Estudos Sociais*. Rio de Janeiro: Editora Nacional de Direito, 1964, p. 185-186.

O Programa de Assistência Brasileiro-Americano ao Ensino Elementar (**PABAE**) é um órgão conjunto do governo federal do Brasil, do governo de Minas Gerais e do governo dos Estados Unidos da América do Norte, destinado ao aperfeiçoamento de professores.

Conjuntamente ministrado e financiado, de acordo com os convênios do **Ponto IV** de 1953 a 1956, o **PABAE** está localizado no Instituto de Educação de Minas Gerais, em Belo Horizonte.

São os seguintes os objetivos do **PABAE**:

1. Aperfeiçoar grupos de professores para escolas normais do Brasil, e orientadoras do ensino primário.
2. Produzir ou adaptar materiais didáticos para serem usados no treinamento de professores, e distribuí-los.
3. Selecionar professores competentes a fim de enviá-los aos Estados Unidos para um curso em educação elementar.

O trabalho primordial do **PABAE**, atendendo a seu principal objetivo, que é o aperfeiçoamento de professores, se realiza através de cursos. Já foram ministrados, aproximadamente, 40 cursos a mais de 3.500 professores de vários Estados e Territórios brasileiros e ainda a alguns professores do Paraguai, bolsistas do **Ponto IV – Paraguai**.

O **PABAE** ministra, anualmente, dois cursos com a duração de um semestre, com início em princípios de fevereiro e em fins de julho, a professores de escolas normais, ou professores que exerçam ou venham a exercer cargos de orientação técnica.

Nesses cursos, dispensa-se grande atenção a métodos de ensino, aplicação da metodologia em aulas de demonstração, psicologia educacional, desenvolvimento e produção de materiais de ensino.

Paralelamente, é ministrado um curso avançado de Psicologia Educacional, destinado ao aperfeiçoamento de professores desta matéria.

Toda correspondência concernente aos cursos de aperfeiçoamento ou outros assuntos não relacionados com publicações deverá ser enviada para:

Diretores Técnicos do **PABAE**, Instituto de Educação, Sala 3.
Rua Pernambuco, Belo Horizonte, MG.

Anotação manuscrita do professor João Hippolyto de Azevedo e Sá na página 49a do Livro de Atas das Reuniões do Conselho Técnico do Centro Educacional, N° 306, do Instituto de Educação do Ceará.

No período de **30 de julho a 4 de agosto de 1961** realizaram-se as conferências de Miss Luella Keithahan e Dra. Frances Miller, técnicas de ensino do **PABAE** (Programa de Assistência Brasileiro-Americano ao Ensino Elementar), órgão conjunto do governo federal do Brasil e do governo dos Estados Unidos da América do Norte, destinado ao treinamento de professores – **Ponto IV***.

As conferências visaram, o “modus faciendi” da aplicação da reforma do ensino normal do Ceará em obediência à Lei Orgânica, decretada pela Lei n° 4.410, de 26 de dezembro de 1958, publicada no Diário Oficial de 27.XII.1958. As técnicas, depois de diversas explica-

* Nota do professor João Hippolyto: “A vinda das mesmas técnicas foi motivada por um convite do Exmo. Sr. Dr. Joaquim de Figueiredo Correia, Secretário de Educação e Cultura.”

ções e pesquisas, assistidas pela Congregação do Instituto de Educação, aliás, Centro Educacional do Ceará, sugeriram começar lenta e gradativamente, evitando uma mudança brusca entre os antigos e os novos métodos de ensino, procedendo, portanto, como no Rio Grande do Sul, cautelosamente. Devo frisar que as técnicas americanas acentuaram que as suas exposições tinham o cunho de sugestões, afastando inteiramente qualquer imposição.

Fortaleza, 4. agosto. 1961 - Dr. Hippolyto

*Ata da sessão da Congregação dos Professores do Centro Educacional
do dia 7 de Agosto de 1961.*

In: Livro de Atas das Reuniões do Conselho Técnico do Centro Educacional, N° 306, do Instituto de Educação do Ceará, páginas 50v a 58v, manuscrita pela professora Laysce Severiano Bonfim.

Às **08,00 hs** do dia dezessete de agosto de mil novecentos e sessenta e um (1961), na cidade de Fortaleza, na "Sala de Metodologia" do Centro Educacional do Ceará, reuniram-se em sessão ordinária os professores da Congregação do aludido estabelecimento de ensino.

Compareceram os profs. Américo Barreira, Fco. Austregésilo R. Lima, Waldo Rios, Carlos Alberto Studart, Rômulo Barbosa, Clóvis Catunda, Luís Alfredo Silva, Jáder Figueiredo Correia, Paulo Rocha Viana, Susana Dias Ribeiro, Albanisa Chagas, Fco. Matos, René Santos Rabelo, Gilda Maciel Pinto, Nely Oliveira Sobreira, Nely A. Amorim, Eldair B. O. Teixeira de Freitas, Ma. Lourdes Vasconcelos Pinto, Ma. Leticia Ferreira Lima Sampaio, Wanda Ribeiro Costa, Arnilda Salazar de Azevedo e Sá, Olívia Sampaio Xavier Rodrigues, Fca. Noemi Costa Soriano Aderaldo, a Vice-Diretora Susana Bonfim Borges e o Diretor Dr. João Hippolyto de Azevedo e Sá. Este declarou aberta a sessão, dizendo ser seu objetivo cientificar à Congregação a indicação do nome da professora Frca. Noemi Costa Soriano Aderaldo para Coordenadora dos trabalhos que se vão processar na aplicação da Reforma do Ensino Normal e para que seja lido o relatório das sessões que as técnicas do PABAE realizaram no Centro Educacional, no período de 30 de julho a 4 de Agosto do corrente.

Com a palavra a professora Ma. Leticia Ferreira Lima Sampaio: "Não fui avisada previamente de que deveria apresentar uma súmula das atividades das técnicas americanas em nosso meio. Pedida tal colaboração, tive que coligir dados de reuniões a que não assisti e concatenar anotações feitas apressadamente, em meio à dispersão de assuntos e ao calor, por vezes, bem vivo dos debates. Omissões e falhas poderão ser supridas com a colaboração dos que melhor tiverem apreendido o pensamento das técnicas americanas.

31.7.61. Às **10,00 hs** na Secretaria de Educação, realizou-se o primeiro encontro das professoras, Dra. Francis Miller e Luella Keithahn com o Comitê Estadual da reforma do curso normal e primário.

O referido Comitê, que foi solicitação do dirigente do Programa de Assistência Brasileiro-Americano ao Ensino Elementar (P.A.B.A.E.E.), deveria compor-se dos seguintes membros: Secretário de Educação, Diretor e Vice Diretor do Centro Educacional, Diretor do Ensino Normal Rural, Diretor da Divisão do Ensino Primário e Normal, duas professoras e o organizador do plano de Reforma do Ensino Normal, prof. Lauro de Oliveira Lima. Os nomes das professoras do Instituto que integram tal comissão foram da escolha do sr. Secretário de Educação.

Presentes à reunião: Dr. Figueiredo Correia, Dr. João Hippolyto de Azevedo e Sá, Dr. Lauro de Oliveira Lima, Hugo Lira, Hugo Catunda, Edgard Linhares e as professoras Susana Bonfim Borges, Noemi Costa Aderaldo e Maria Leticia Ferreira Lima Sampaio.

Apresentaram as professoras americanas, em breve sùmula, as atividades da Instituição Brasileiro-Americana, em Belo Horizonte, dizendo dos cursos de orientação e aperfeiçoamento para professores do Ensino Normal e das realizações, em classes experimentais do currículo primário, para observação das estagiárias.

O sr. Secretário de Educação manifestou o seu propósito de reestruturar em bases novas o Instituto de Educação e a rede escolar primária dentro das possibilidades econômicas do Estado. Solicitou então, da experiência das professoras americanas, sugestões para o empreendimento.

Às 15,00 hs do mesmo dia foi levada a efeito a reunião com o corpo docente do Instituto de Educação, em sua sede própria. Presente a quase totalidade dos professores. A apresentação das americanas fê-las o Diretor do Instituto de Educação, dizendo do objetivo das mesmas – apresentação de sugestões para a próxima aplicação do plano da Reforma do Ensino Normal.

A seguir, falou uma das técnicas americanas sobre o objetivo da Instituição que supervisionam em Minas Gerais e de suas realizações em todas as áreas do currículo primário. Segundo o testemunho da referida técnica, constituem finalidade da PABAE:

- a) Promover cursos para Professores do Ensino Normal;
- b) Preparar orientadores para as diversas Secretarias de Educação do país;
- c) Organizar e divulgar as publicações pedagógicas.

Na oportunidade, o prof. Lauro de Oliveira Lima fez o comentário precioso sobre o plano da reforma. Para remate da reunião, fez-se o planejamento das atividades para os dias subseqüentes.

1.8.1961. Às 08,00 hs, no Instituto de Educação, efetuou-se a primeira reunião com os professores das diversas Metodologias e Práticas de Ensino

Feita a apresentação dos programas vigentes, verificou-se repetição de matérias nas diferentes cadeiras, sobretudo na de Metodologia Geral. Miss Luella apresentou sugestões para uma vigorosa delimitação das áreas de trabalho, de modo a evitar colisão de assuntos. Prosseguindo sua exposição, dividiu as matérias do Ensino Normal em dois grandes grupos:

- a) Relacionados com a personalidade do professor;
- b) Relacionadas com as habilidades profissionais.

Distribui-as, a seguir, pelas diferentes séries do currículo:

- 1º Ano – Matérias básicas ou de cultura geral;
- 2º Ano – Matérias de iniciação à formação profissional;
- 3º Ano – Matérias de formação profissional.

No quadro das disciplinas do Curso Normal não encontrou lugar para duas cadeiras: Filosofia e História da Educação, sob a alegação de que as professorandas, em geral, são ainda imaturas para tais estudos. Destinou-as aos cursos superiores como nos programas americanos.

Às 14,00 hs, palestra da dra. Francis Miller sobre oportuno e palpitante assunto: Bases Psicológicas da Aprendizagem. Toda a conferência girou em torno de três problemas básicos:

- a) Como é que a criança cresce e se desenvolve?
- b) Como as crianças aprendem?
- c) Como o professor pode saber o que foi aprendido pela criança?

Funcionaram como intérpretes o Dr. Walmiki Albuquerque e a prof. Heloísa Fiúza. Fez indagações sobre manifestações do psiquismo infantil e o momentoso capítulo dos testes, o prof. Clóvis Catunda. Também o prof. Lauro de Oliveira Lima refutou alguns pontos defendidos pela professora americana, do mecanismo da aprendizagem. Força é confessar, indagações e refutações ficaram sem o devido esclarecimento solicitado, talvez pela dificuldade em

apreender a essência do nosso pensamento ou porque as indagações não se enquadravam bem nas áreas de suas especializações.

Às 17,00 hs, no Gabinete do Secretário de Educação, reunido o Comitê da Reforma do Ensino Normal e Primário com as técnicas americanas, o problema da reforma apresentou-se, procurando-se estabelecer diretrizes para a modificação da estrutura do nosso ensino normal. Dividiram-se os campos, defendendo uns – os reformadores radicais – o plano de mudança total e imediata, e os moderados reclamando um trabalho de estruturação lento e progressivo. Constituíram objeto de debate:

- a) indicação de um coordenador pedagógico para aplicação da reforma;
- b) instalação dos departamentos previstos pela lei;
- c) indicação dos supervisores dos referidos departamentos.

Foi apontado o nome do professor Lauro de O. Lima, como coordenador naturalmente indicado, autor que fôra do plano da reforma. Recusou de modo formal e decisivo a indicação, dizendo-se bastante comprometido. Para a coordenação indicou, ele próprio, a prof. Noemi Aderaldo, indicação secundada pelos profs. Edgard Linhares e Hugo Lira.

Houve ainda troca de idéias sobre a necessidade e possibilidade de preparação de pessoal, através de cursos ministrados aqui, ou bolsas de estudos financiadas pelo PABAE.

Ainda uma vez, dividiram-se os campos. Defenderam a tese de cursos no próprio Estado, evitando-se a saída de professoras para centros mais progressistas onde, em geral, se deixam ficar, sem servir à causa educacional da sua terra de origem.

O próprio Secretário de Educação, num depoimento eloqüente da asserção disse da porcentagem diminuta das que, cômicas de sua responsabilidade, voltam às escolas após estágios em grandes centros educacionais. Outros dos presentes à reunião inclinaram-se por cursos de aperfeiçoamento em Belo Horizonte.

2.8.1961. Às 08,10 hs, ainda no Centro Educacional, reunião com os professores de Ciências Naturais e Sociais.

Focalizando a Metodologia das Ciências Naturais, Miss Luella ofereceu sugestões sobre a distribuição da matéria de aprendizagem, dividindo-a em Unidades de Trabalho, compreendendo os itens seguintes:

- I – Programa Oficial Primário (Introdução).
- II – Seres vivos – Plantas, Animais, Homem. Conservação.
- III – Terra. Tempo. Ar. Céu.
- IV – Matéria e Energia.

Reportando-se às Ciências Sociais, preconizou o emprego de Unidades de Trabalho, organizadas de acordo com o programa a desenvolver. Ofereceu, contudo, sugestões para a realização de atividades, fase da unidade a que empresta notável importância, como pragmata que é. Entre as atividades sugeridas citam-se leituras, discussões sobre tópicos sociais, entrevistas, pesquisas, como dirigir as crianças na organização de um quadro de notícias, coleção de materiais, etc.

Reunião com a professora de Administração Escolar.

Em exposição clara e minudente, a prof. Nely Sobreira de Oliveira fez a explanação de seu programa, distribuído em unidades, segundo orientação da Unesco, em cujos cursos estagiara. Disse da finalidade da matéria, tão necessária e oportuna para a formação profissional das normalistas. Constituem pontos do seu programa:

Objetivos da matéria. Liderança. Tipos de líder. Grupo. Trabalho em grupo. Administração em geral.

Fases: Planejamento, Organização, Direção. Controle.

Miss Luella apreciou, sobretudo, a exposição do planejamento de trabalho, conferindo-lhe, com vivo entusiasmo, a nota de “excelente”. Sugeriu-lhe motivos para as atividades a realizar com as professorandas

3.8.1961. Às 08,00 hs, encontro com a professora de Metodologia da Linguagem.

A professora Noemi Aderaldo apresentou o seu plano de trabalho para o desenvolvimento da Linguagem no currículo primário focalizando, sobretudo, a aprendizagem da leitura. Constituem assuntos do seu programa:

Período de ambientação.

Seleção e organização de classes (grupos de trabalho).

Prontidão para a leitura.

Avaliação da prontidão.

Iniciação da aprendizagem.

Programa de leitura ao fim da 1^o Série.

A seguir, Miss Luella abordou comentários sobre temas bem conhecidos já da referida metodologia: compreensão e velocidade na leitura, leitura dirigida, leitura silenciosa, leitura oral, comentário da leitura, aprendizagem da escrita, ortografia e caligrafia.

Às **10,00 hs**, voltando à reunião com os professores de metodologia, discorreu sobre Unidades de Trabalho em geral e o seu planejamento. Tentou mostrar como desenvolvê-las, destacando em cada uma os objetivos, o conteúdo, as atividades. Ainda uma vez, não se fez entender com precisão e clareza a técnica americana, dado o seu embaraço no manejo do vernáculo. O assunto – Unidades de Trabalho – tão em voga de há muito, foi apenas afluído, cumprindo-nos examiná-lo em extensão e profundidade.

Com esta reunião, ficou encerrado o programa de atividades pedagógicas desenvolvido entre nós pelas professoras americanas do PABAEÉ”.

Em seguida o professor Austregésilo informou à professora Letícia Ferreira Lima Sampaio, por notar o não conhecimento do assunto, vez que não constou no relatório por ela apresentado, que houve uma reunião dos professores de Psicologia com a Dra. Francis Miller, onde se estudaram os assuntos do programa de Psicologia e a técnica do P.A.B.A.E.E. achou indispensável a instalação do Gabinete de Psicologia e entrosamento do programa do 2^o com o do 3^o Ano. O professor Clóvis Catunda disse que o Gabinete de Psicologia não influirá na reforma e que o essencial verdadeiramente é o conhecimento profundo da Reforma.

De tudo para constar, lavrei a presente ata que assino e, depois de lida e aprovada, será assinada por todos os presentes.

Fortaleza, 17 de Agosto de 1961

Laysce Severiano Bonfim

Dr. João Hippolyto de Azevedo e Sá.

Relatório sobre as atividades das técnicas americanas do PABAEÉ no Centro Educacional do Ceará, nos dias 20 a 24 de março de 1962.

In: Livro de Atas das Reuniões do Conselho Técnico do Centro Educacional, N^o 306, do Instituto de Educação do Ceará, páginas 68 a 71v, manuscrito pela professora Laysce Severiano Bonfim.

- Dia **20 de Março**. Às **09:00 hs** as técnicas americanas do PABAEÉ, Dra. Francis Milles e Miss Luella Keithahn promoveram uma reunião com a diretoria do Centro Educacional do Ceará, para a devida explanação do trabalho a ser executado nesta sua permanência em Fortaleza.

O principal objetivo visado foi explicado ser uma aproximação com a Escola de Aplicação, sendo ressaltado o contacto que deve existir entre as professoras de Prática do Ensino e das Metodologias Especiais com as professoras da Escola de Aplicação, ficando bem divididas as responsabilidades.

Às 15,00 hs houve a reunião com as professoras de Metodologia e Prática de Ensino, sendo explicados os mesmos assuntos da reunião anterior.

- Dia 21 de Março. Dra. Francis e Miss Luella às 08,00 compareceram à Escola de Aplicação para apreciação da aula do 1º Ano e do 2º Ano. Disseram da necessidade de mais uma reunião para debate de assuntos, para sugestões e orientação, com a presença da Coordenadora e da Orientadora de Prática, para perfeita entrosagem de atividades.

Às 09,00 hs reuniram-se com os professores dos Departamentos de Fundamentos das Educação e de Artes Técnicas. A pedido da Supervisora deste último Departamento, prof. Susana Bonfim Borges, a prof. Noemi Costa Aderaldo deu ciência, de acordo com um relatório por ela apresentado à Diretoria do Centro, quais as matérias do currículo, já revistas, quais as discutidas e quais as reestruturadas.

A seguir, a professora Susana Borges dirigiu-se às técnicas no sentido de saber qual o objetivo real do ensino de Desenho no Curso Normal. Esta pergunta suscitou o interesse de todos os presentes, que também fizeram várias interrogações e apresentaram opiniões. Respostando, disseram as técnicas ser o objetivo básico do Desenho:

- a) Dar à professora possibilidade de dirigir o espírito criativo da criança;
- b) Dar à professoranda a capacidade de fazer a criança se expressar pelo Desenho;
- c) Dar à professoranda a capacidade de utilizar o Desenho como auxiliar de aprendizagem.

À pergunta da professora Noemi, de como realizar o ensino do Desenho, que segundo a Reforma deve ser dado no mínimo em seis (6) semestres, Miss Luella respondeu ser possível organizar várias unidades, de acordo com as sugestões apresentadas, em cumprimento à lei. Foi notada e lamentada pelos presentes a ausência do professor de Desenho, o mais autorizado a falar. A professora Noemi esclareceu à assistência que o programa de Desenho foi apresentado pelo professor da cadeira, Francisco Matos.

A esta altura a sessão passou à supervisão da professora chefe do Departamento de fundamentos da Educação, Leticia Ferreira Lima Sampaio, que, de início, apresentou à consideração do grupo, o pedido das alunas do 3º Ano de incluir, no currículo correspondente, matérias que por força da Reforma do mesmo desapareceram, no caso, Sociologia e Filosofia. Acrescentou achar justas a reclamação e sugeriu reduzir as aulas de Metodologia da Matemática, vez que esta matéria já integrou o currículo no ano anterior.

À sugestão da professora Suzana Ribeiro de que a professora de Metodologia da Matemática, por suas habilidades artísticas, devia ter atividade junto à cadeira de Desenho, a Vice-Diretora respondeu ser preferível que ela continuasse na mesma matéria, visto o programa estar pronto e estar também a chegar do Rio de Janeiro uma professora do Centro Educacional com curso especializado para preencher esta lacuna. A supervisora do Departamento, novamente com a palavra, lançou ao grupo a conveniência de ser transferida a reunião dos professores de Quarta feira para a manhã de Sábado. Todos os professores vivamente opinaram a favor e contra, mas considerando a ausência de alguns membros do Departamento. Ficou o assunto para ser resolvido em outra ocasião.

Dra. Francis e Miss Luella disseram da sua alta impressão em relação ao grupo, qualificando-o de estimulante e possuidor da visão real do trabalho que se enceta. A prof. Suzana Ribeiro, em nome dos assistentes, acrescentou votos de felicidade.

- Dia **22 de Março**. Às **08,00 hs** as técnicas do PABAE promoveram uma reunião com a vice diretora, prof. Susana Borges, para a elaboração do plano geral de execução da reestruturação do C. E. do Ceará.

Às **10,00 hs** mantiveram o primeiro contacto com o Presidente do Conselho estadual de Educação, Dr. Antônio Filgueiras Lima, versando o assunto em torno desta mesma reestruturação, dentro das normas da Lei de Diretrizes e Bases, que foi explicada em todos os seus itens pelo Presidente do Conselho.

Às **16,00 hs**, em reunião com o Sr. Secretário de Educação e Cultura, Dr. Almir Pinto, as técnicas do PABAE apresentaram-lhe este plano elaborado. Mostraram ao Sr. Secretário a necessidade de solicitar ao diretor do PABAE a vinda das técnicas brasileiras para ministrarem, a partir da segunda quinzena de Abril, sete (7) cursos intensivos de três semanas cada. Esclareceram que os cursos serão de: Metodologia da Língua Pátria, Metodologia da Aritmética, Metodologia de Ciências Sociais, Metodologia das Ciências Naturais, de Currículo e Supervisão, de Sociologia, de Testes e Medidas. O Sr. Secretário aprovou o plano e providenciou expediente ao Diretor do INEP no sentido da concessão das passagens a requisitar, obrigando-se o Estado a atender a hospedagem. Também autorizou ofício ao Diretor do PABAE solicitando referida determinação.

Às **17,00 hs** as técnicas conferenciaram com o Governador do Estado para exposição do plano elaborado, tendo o mesmo logrado inteira aprovação de S. Excia. Nesta ocasião, foi designada pelo Sr. Governador, para ser a intermediária entre ele e o Centro educacional, a prof. Susana B. Borges.

Às **20,00 hs** as técnicas americanas, no seu apartamento do San Pedro Hotel, receberam para uma sessão de estudos as professoras de Prática de Ensino e auxiliares de Prática, de Metodologia das Ciências Sociais, respectivamente Suzana Dias Ribeiro, Laysce Bonfim, Cybele Pompeu e Albanisa Chagas. Esta sessão se desenvolveu interessante, relativa à preparação da normalista para a Prática do Ensino e aprendizagem da leitura e outros itens subsequentes.

- Dia **23 de Março**. Às **08,00 hs**, na sala da Biblioteca, novamente Dra. Francis e Miss Luella se reuniram com as professoras Suzana Ribeiro, Laysce Bonfim, Cybele Pompeu e Albanisa Chagas e se referiram minuciosamente à técnica da leitura em todo o Primário, mormente no 1º Ano.

Às **14,00 hs** mantiveram contacto com a coordenadora da Escola de Aplicação, Prof. Albanisa Chagas.

Às **15,00 hs** estiveram com as professoras do 1º Ano da Escola de Aplicação.

Às **17,00 hs** reuniram-se com a Diretoria do Centro Educacional do Ceará, Dr. João Hippolyto de Azevedo e Sá e Susana Bonfim Borges, para relato completo das atividades empreendidas.

Às **20,00 hs** avistaram-se com o Diretor do Departamento de Pesquisa e Planejamento da Secretaria de Educação e Cultura, Dr. Evaristo Lima Linhares.

- Dia **24 de Março**. Às **08,00 hs**, na "Sala de Metodologia", as técnicas americanas do PABAE realizaram reunião com as seguintes professoras: Susana Bonfim Borges, Leticia Ferreira Lima, Noemi Soriano Aderaldo, Albanisa Chagas, Cybele Pompeu, Zilda Maciel Pinto e Laysce Bonfim.

O ponto principal estudado foi a coordenação dos trabalhos na Escola de Aplicação e distribuição de responsabilidades e também a atuação das professoras de Prática e de Metodologia. Disse ao grupo dos entendimentos havidos com as autoridades competentes relativos a idéias sobre coisas a serem feitas no Centro Educacional do Ceará, como, por exemplo, a realização de vários cursos para aperfeiçoamento dos professores.

Primeiramente realizar-se-ão cursos intensivos ministrados pelas técnicas brasileiras do PABAE já atrás especificados e dos quais tomarão parte os professores do Curso Normal do Instituto de Educação, sobretudo os de Metodologia, de Prática de Ensino e Auxiliares de Prática, Diretora e professoras da Escola de Aplicação, professores da Diretoria do Ensino Normal e Primário e professores da Diretoria de Pesquisa e Planejamento. Os professores da Diretoria do Ensino Normal e Primário serão diretoras de Grupos Escolares da capital e do interior e professores de Metodologia das Escolas Normais do interior. Depois serão criados outros cursos, de acordo com o organograma anexo, que serão ministrados pelos professores que fizeram os cursos intensivos.

A professora Noemi Aderaldo, secundada pela prof. Leticia Ferreira Lima Sampaio, mostrou a necessidade de ser instituído no Centro Educacional do Ceará um Curso de Planejamento e Currículo, para que as atividades referentes a este setor não sofram influências estranhas a assuntos educativos. As técnicas mostraram entender os motivos apresentados, porém não emitiram opinião.

Encerrando a sessão, disseram do prazer sentido pela homogeneidade do grupo, apresentaram despedidas e anunciaram breve regresso. As professoras presentes responderam com votos de feliz viagem e lamentaram o tempo exíguo, inteiramente preenchido por atividades, da parte das americanas, não ter permitido umas horas extras, que preenchessem um programa social de conagração.

Às 10,00 hs, encerrando os trabalhos da semana, as técnicas entrevistaram-se com o Presidente do Conselho Estadual de Educação para apresentação do resultado das atividades realizadas. O Presidente do Conselho, professor Filgueiras Lima, deu a aprovação necessária e prometeu levar ao Conselho a referida pretensão, para lograr a devida aprovação e entrar em termos de execução.

Textos transcritos por José Nunes GUERREIRO no 2º semestre do ano de 2002

RELATÓRIO DAS ATIVIDADES DA COORDENADORA PEDAGÓGICA FRANCISCA NOEMI COSTA DE SORIANO ADERALDO

(datilografado em cinco páginas numeradas)

Agosto/Dezembro – 1961

Fortaleza, 31 de Dezembro de 1961.

Exmo. Snr. Dr. João Hippolyto de Azevedo e Sá

D. D. Diretor do Centro Educacional

1. Na qualidade de Coordenadora Pedagógica desse Estabelecimento de Ensino, por ato do Snr. Secretário de Educação Dr. Joaquim Figueiredo Correia, de 22 de Agosto de 1961, submeto à elevada apreciação de V. Excia. o relatório das atividades realizadas nesse setor, durante o período de 22 de Agosto a 31 de Dezembro de 1961.

2. Inicialmente, farei algumas considerações, com o objetivo de justificar iniciativas que serão apresentadas no curso desta exposição.

3. Até a data em que assumi a função de Coordenadora, como é notório, o trabalho no Centro Educacional se vinha desenvolvendo sem qualquer articulação com a Lei Orgânica do Ensino Normal em vigor. Vale dizer que essa situação não oferecia condições para uma coordenação de fácil acerto, uma vez que nenhum planejamento e nenhuma experiência documentada existia nos arquivos do Centro Educacional em relação à Reforma.

Força é confessar que, além dessa dificuldade, outras de iguais proporções, ou mais significativas, se faziam sentir:

a) falta de equipamento escolar adequado;

b) ausência de estruturação do Corpo Docente de acordo com as exigências da Reforma;

c) idem de recursos para o aperfeiçoamento do professor;

d) ausência de continuidade dos trabalhos técnicos.

4. Muito, é óbvio, se poderia dizer em torno de tão angustiosa situação e de suas motivações. Todavia, escuso-me a fazê-lo, por que não se comporta de todo em relatório da espécie. É uma situação, afinal, que de certo há ferido a sensibilidade e tocado à inteligência e à acuidade de V. Excia. Direi então, simplesmente, o que pude fazer dentro do espírito da Nova Lei e das limitações acima referidas.

5. Primeiro, um estudo minucioso da lei, tendo-se em vista o aspecto de impraticabilidade de sua aplicação total e imediata, fato levado ao conhecimento da Congregação em reunião do dia 24 de agosto de 1961, que decidiu por uma aplicação lenta e gradual.

6. Procurei colher de cada professor seu programa de trabalho, para ajustá-lo às finalidades da Lei, por isso que a Diretoria do Centro Educacional não fixara, a essa altura, as linhas mestras sobre as quais se traçariam os novos moldes e as novas técnicas. Os programas antigos, relegados desde as primeiras tentativas de reforma constituíam, aqui e ali, diretrizes particulares dos professores. Um deles, é de dizer-se, possuía seu programa dentro dos postulados da lei em vigor.

7. Adquiridos os programas e aproveitando a vinda de técnicas de Educação do PABAE ao Ceará, bem assim como as sugestões apresentadas pelo autor da Reforma, iniciamos as discussões acerca da matéria básica do Curso com cada um dos professores que se ofereceram para esse trabalho. Discutimos o modo de apresentá-la, sua distribuição em aulas e semestres, as atividades que lhe diziam respeito, cujas conclusões anexo ao presente relatório.

8. A seguir, cuidei em ajustar as disciplinas constantes no curso aos objetivos fundamentais da Reforma, terminando por reconhecer:

a) a necessidade da criação de uma nova cátedra encarregada do desenvolvimento das relações entre a Escola e a Comunidade, matéria constante nas “Unidades de Treinamento” previstas pela Lei;

b) da observância de nova orientação à cadeira de Filosofia, que desenvolveria, além da matéria constante do programa, estudos de atualidade, na interpretação, análise e direção dos fatos políticos, sociais ou econômicos que afligem o mundo, em particular à Nação e o Estado.

9. Passei então ao segundo pilar mestre da Reforma: o trabalho de equipe. Organizei, para dar-lhe vigor, um movimento entre Diretoria, Professores, Escolas Normais da Capital e alunas do Curso Normal, aproveitando a instituição da “Semana da Normalista”. Para esse movimento, convocamos amigos particulares, imprensa falada, escrita, televisão, educadores da terra e do Estado da Guanabara.

Junto ao presente relatório, o programa das atividades realizadas na Semana, os artigos publicados nos diversos jornais da terra, as conferências pronunciadas nas estações de rádio que nos servem, e, por fim, as conclusões da “Semana” lidas na Sessão de Encerramento e aprovadas todas pelo Snr. Secretário de Educação ali presente, que lhes deu pleno assentimento e ordem imediata para seu cumprimento.

10. Inspirada nos motivos que me levaram a aceitar o encargo, cuja exposição fiz a V. Excia. por ocasião da reunião da Congregação do Centro Educacional no dia 17 de agosto de 1961, acredito haver cumprido o prometido.

11. Nesta convicção e grata aos favores recebidos por quantos me ajudaram na presente tarefa, ao Exmo. Diretor, em particular, peço licença para entregar os destinos de tão alta missão à esclarecida e decidida orientação dessa Casa de ensino.

12. Com os protestos de subida consideração e elevada estima.

Francisca Noemi Costa de Soriano Aderaldo
Coordenadora Pedagógica do Centro Educacional

Em aditamento ao presente relatório, cumpre-me informar a V. Excia.:

a) que as sugestões discutidas para os programas de Psicologia, Antropogeografia do Nordeste, Canto e Música, Educação Física, Recreação e Jogos, Sociologia, Higiene e Puericultura, História da Educação, Metodologia Geral do Ensino Primário e Prática de Ensino não estão incluídas nos programas referidos, porque os professores dessas disciplinas não concluíram o ajuste referente a estes mesmos programas;

b) que os programas de Matemática, Anatomia e Fisiologia, Biologia, Química, Desenho e Arte Aplicada, Religião e Pedagogia não foram revistos;

c) que os demais programas se acham reestruturados de acordo com a lei em vigor;

d) que o programa de Puericultura incluso ao programa de Higiene não é realizado porque, possuindo o Centro Educacional um professor para exercer essa disciplina em separado, este a exerce mediante orientação própria, que segue junto ao presente relatório.

Sem mais, renovando mais uma vez meus protestos de elevada estima e consideração,

Francisca Noemi Costa de Soriano Aderaldo
Coordenadora Pedagógica do Centro Educacional

SUGESTÕES CONCLUSIVAS DA “SEMANA DA NORMALISTA”
(datilografadas em duas páginas)

1 – Apoio moral e material do Govêrno para que seja resolvido, perante o INEP, o problema da sede do Centro Educacional do Ceará.

O que temos aí é uma aberração da Higiene Educativa, carente de luz e ventilação, construído em desobediência a todos os cânones pedagógicos. Sem considerar o nosso clima equatorial e em flagrante desacato à Ecologia Regional, presta-se muito mais para um Reformatório do que para um Instituto Modelar de Formação de Mestres.

2 – Que se faça voltar ao Centro Educacional a antiga denominação de Instituto de Educação do Ceará, restaurando-o como cúpula pedagógica do Estado, conforme estabelecem nos Arts. 52 a 65 as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, ora em tramitação no Senado

3 – Que se institua, oficialmente, uma comissão de professores para atualizar os currículos e os programas dos cursos primários e normais do Estado, a fim de integrá-los objetivamente na realidade necessitante do meio social e econômico do Ceará e do Nordeste.

4 – Que se promovam periodicamente “Missões Pedagógicas” junto aos cursos primários e normais do interior, compostas de professores e alunos do Instituto de Educação e demais cursos normais de Fortaleza.

Seria uma tomada de consciência dos problemas comuns, uma troca necessária de experiências vivenciais.

5 – Que se exija do Ministério de Educação e Cultura um tratamento eqüivalente ao dispensado às demais unidades brasileiras.

Que nos envie técnicos; que nos conceda, no mínimo, 30 bolsas anuais, para o aperfeiçoamento de nossos professores no Sul; que nos assista, como faz a outros Estados, com verba de material e de suplementação de professores, pois a tudo isso está obrigado, pelos incisos constitucionais concernentes ao Fundo do Ensino Primário e ao Fundo do Ensino Médio.

6 – Que se faça definitivamente a estruturação da carreira do nosso professor primário.

7 – Que sejam mobilizadas as bancadas eleitas do Estado para se trabalhar na consecução de validade nacional ao diploma de professor primário, a exemplo das demais profissões.

* * *

Textos transcritos por José Nunes GUERREIRO no 1º semestre do ano de 2003.

MENSAGENS DOS GOVERNADORES À
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO CEARÁ
REFERENTES AO ENSINO NORMAL
E AO INSTITUTO DE EDUCAÇÃO:
1955 a 1965.

- a) STÊNIO GOMES DA SILVA:
→ 15 de Março de 1955: p. 20, 181-182.
- b) PAULO SARASATE
→ 15 de março de 1956: p. XVII (Preâmbulo).
→ 15 de março de 1957: p. XXI (Preâmbulo), 132.
- c) FLÁVIO PORTELA MARCÍLIO
→ 15 de março de 1958: p. XV (Preâmbulo)
→ 15 de março de 1959: p. XIII-XIV (Preâmbulo), 102, 107-108.
- d) JOSÉ PARSIFAL BARROSO
→ 15 de março de 1960: p. 84.
→ 15 de março de 1961: p. XXI e XXVIII (Preâmbulo), 75.
→ 15 de março de 1962: p. 70-71.
→ 15 de março de 1963: p. 66-67.
- e) VIRGÍLIO TÁVORA
→ 15 de março de 1964/1965: p. 39.

CENTRO EDUCACIONAL DE FORTALEZA

Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa do Ceará em 15 de Março de 1955, pelo governador Stênio Gomes da Silva, p. 20.

Trata-se da obra, talvez mais notável, com que o Ceará será dotado no setor da educação primária e secundária. Vai ocupar uma área de 24 hectares, situada nas proximidades da "Cidade do Funcionário".

Durante a minha permanência no Rio de Janeiro assinei, em data de 4 de dezembro de 1954, com o Ministério da Educação, o respectivo convênio, ficando previsto que o Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos concorrerá, este ano, com a importância de treze milhões de cruzeiros para a construção da importante obra.

De acordo com o plano do I.N.E.P., o Centro Educacional de Fortaleza será constituído das seguintes unidades:

- 1) Administração
- 2) Escola Secundária
- 3) Escola Normal
- 4) Escola de Aplicação
- 5) Escola de Artes Plásticas
- 6) Pavilhões de Exposições
- 7) Oficinas
- 8) Escola de Música e Dança
- 9) Restaurante
- 10) Biblioteca
- 11) Piscina
- 12) Arquibancadas
- 13) Palanque
- 14) Ginásio
- 15) Serviço Médico e Dentário.

Possivelmente ainda no mês de Fevereiro ou começo de Março terão início as obras do Centro Educacional de Fortaleza, sendo que a primeira etapa será constituída da Escola Normal e da Escola de Aplicação.

Para a obtenção desse relevante melhoramento para o Estado contei sempre com a cooperação decisiva da bancada cearense, sem distinção de partidos políticos, e com o decisivo apoio e ajuda do Ministro Cândido Mota Filho, Professor Anísio Teixeira, Diretor do INEP e do nosso conterrâneo Professor Moreira de Sousa, aos quais, nesta oportunidade, rendo a homenagem de reconhecimento do Ceará.

CENTRO EDUCACIONAL DE FORTALEZA

Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa do Ceará em 15 de Março de 1955, pelo governador Stênio Gomes da Silva, p. 181-182.

A atual administração cearense tem a assinalar, entre os reais serviços prestados à terra comum, a obtenção, por intermédio do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, do Centro Educacional do Ceará.

Trata-se, realmente, de uma iniciativa capaz de traçar novos rumos à juventude, tão amplas são as possibilidades de aperfeiçoamento, oferecidas à mocidade e ao magistério.

Não se deve esquecer que, conseguida também, num amplo movimento que contou com o decidido apoio do Governo, a Universidade do Ceará, o Centro Pedagógico vem completar o nosso sistema educacional.

O I.N.E.P., no louvável propósito de propiciar maior grau de aperfeiçoamento do professorado de grau primário, instituiu bolsas de estudo para o magistério desse grau, levando, dos Estados, mestres para freqüentar os seus diversos cursos.

O Ceará, por exemplo, vem sendo contemplado, anualmente, com várias dessas bolsas, já ultrapassando de cem o número das professoras beneficiadas.

Acontece, porém, que, não obstante a boa vontade e o alto espírito de compreensão da direção do I.N.E.P., as bolsas em referência tem atuado, em nosso meio, como fator de desajustamento.

É que a professora cursando, no Rio ou São Paulo, um centro de aperfeiçoamento, onde todas as facilidades técnicas e materiais desfilam aos seus olhos, dificilmente se readapta à sua pequena escola de província, onde, via de regra, falta todo o conforto e até mesmo a possibilidade de obtê-lo.

O Centro Educacional, abrangendo, além de uma Escola Normal, cursos de aperfeiçoamento destinados ao professorado, vem, sem dúvida alguma, por termo ao atual estado de coisas. É que o mestre cearense, inclusive o do sertão, ao invés de se deslocar do seu próprio meio originário, aqui terá a oportunidade de aperfeiçoamento, sem que se observe, por isso mesmo, nenhum desajustamento.

O governo do Estado, como era natural, abraçou, com o máximo de entusiasmo, a idéia da fundação do Centro, colocando-se, desde o princípio, ao lado do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, a fim de que lhe fossem ensejadas todas as facilidades para a realização do importante melhoramento.

Na minha última viagem ao sul do país, tive a oportunidade de assinar o Convênio que estabelece as bases para a instalação do referido Centro, e, logo de regresso, autorizei a Secretaria da Educação e Saúde a dar os primeiros passos para o trabalho de construção dos prédios onde deverão ser sediadas a Escola Normal e as outras dependências iniciais do conjunto escolar.

A Secretaria, por sua vez, já abriu a concorrência para os trabalhos de construção, sendo de salientar, nesse tocante, que já se encontra em poder do Governo a primeira cota da verba destinada pelo I.N.E.P. para as referidas construções.

Infelizmente, porém, a atual administração só conseguiu dar os primeiros passos para dotar o Estado de um serviço capaz de lhe abrir, no futuro, perspectivas mais amplas, dada a possibilidade que vem criar para o aperfeiçoamento educacional e técnico do professorado que milita nos diversos ramos do Ensino.

Mas é bem de ver que o futuro governo, que não haverá de descurar os importantes problemas da educação popular, sem dúvida alguma levará adiante a construção do Centro Educacional, dando-lhe a orientação técnica que deseja o I.N.E.P.

Espera-se, com fundamentadas razões, que o Centro Educacional, possibilitando cursos de aperfeiçoamento ao magistério cearense e dos Estados vizinhos, juntamente com a Universidade do Ceará, abrirá novas perspectivas para a vida da região nordestina. O mestre já não precisará abandonar o seu meio de origem para receber conhecimentos que o habilitem ao pleno exercício dos seus misteres.

Mas, ao contrário, encontrará ensino de aperfeiçoamento aqui mesmo no Ceará, com um mínimo de despesa e com um máximo de aproveitamento.

Todas as providências foram tomadas no sentido de que sejam iniciadas sem perda de tempo as obras para a construção do Centro Educacional do Ceará.

Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa do Ceará em 15 de Março de 1956, pelo governador Paulo Sarasate. Preâmbulo, p. XVII.

Quanto ao Instituto de Educação Justiniano de Serpa, antiga Escola Normal, cujo problema mais premente é o da falta de espaço, também está o Governo tomando o maior interesse no sentido de melhorar-lhe as condições materiais e didáticas. Isso, entretanto, somente poderá conseguir-se com resultados apreciáveis no ano vindouro, com a transposição, para os pavilhões que já estiverem concluídos do Centro Educacional, das várias turmas femininas do Colégio Estadual, que ali vem funcionando.

A respeito do Centro Educacional, a ser construído com notável ajuda do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, conseguiu o atual governo resolver de maneira satisfatória o problema de sua localização, graças ao convênio aditivo firmado com o INEP, a 1º de setembro de 1955, que permite a construção da grande obra em diferentes áreas, com a dimensão mínima de quatro (4) hectares cada, em vez dos vinte e quatro (24) hectares primitivamente exigidos para o bloco único. Com essa alteração do convênio, foi possível ao Governo abandonar a idéia de instalar-se o Centro a enorme distância da zona urbana (por trás da Cidade do Funcionário, em Cajazeiras) para adquirir um terreno de quatro hectares, paralelo à Avenida 13 de Maio, ou seja, conforme o parecer da Comissão incumbida da escolha do referido terreno, quase ao centro da grande artéria que liga atualmente os bairros de Joaquim Távora, Benfica e São Gerardo, acessível, portanto, à população escolar de classes pobres ou menos abastadas. Serão erigidos, nesse terreno, adquirido por Cr\$ 1.800.000,00, em amplos pavilhões, o Colégio Estadual Feminino, o novo Instituto de Educação, a Escola de Aplicação, um Auditório, uma Biblioteca e um Ginásio.

Essas obras já estão iniciadas, pelo Colégio Estadual Feminino, que se pretende fazer funcionar no próximo ano.

CENTRO EDUCACIONAL

Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa do Ceará em 15 de Março de 1957, pelo governador Paulo Sarasate. Preâmbulo, p. XXI.

Não quero, entretanto, deixar de referir-me aqui à próxima inauguração dos pavilhões do Centro Educacional destinados aos cursos Colegial e Ginásial femininos e à conclusão das obras de ampliação e reforma do Colégio Estadual do Ceará.

O Centro Educacional, que está sendo construído administrativamente pelo Governo do Estado, com a cooperação financeira do Ministério da Educação e Cultura, através do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, numa área de mais de quatro hectares, localizada no Bairro de Fátima (paralelo à Avenida 13 de Maio), está com as seguintes dependências virtualmente concluídas (obras iniciadas em Dezembro de 1955), devendo ser inauguradas a 25 de Março próximo e entrar em funcionamento, devidamente equipadas, no segundo semestre do corrente ano letivo:

a) – Suíte nº 1, em dois pavimentos, destinada à Administração dos cursos Colegial e Ginásial;

b) – Suíte nº 3, destinada às aulas de Línguas dos Cursos Colegial e Ginásial, e constituída por 7 salas de aulas (52 m² cada), uma sala de professores (19,50 m²) e 2 salas sanitárias (19,50 m²), com uma varanda lateral totalmente construída em concreto armado, medindo 68 metros de extensão por 2,20 de largura (150,70 m²);

c) – Suíte nº 4, destinada às aulas de Matemática e Ciências Sociais, constituída por 10 salas de aulas de 52 m² cada, 2 salas de professores e 3 salas sanitárias, com uma varanda lateral de 98,45 m por 2,20 (216,50 m²);

d) – Suíte nº 5, destinada às aulas de Ciências Naturais, contendo 4 salas de aulas de 52 m² cada (Física, Química, História Natural e Ciências Físicas e Naturais), 3 salões-laboratórios (6,50 x 13,00 = 84,50 m²), 1 sala de professores (52 m²) e 2 salas sanitárias, com uma varanda lateral de 93,30 x 2,20 (205,20 m²).

As suítes em apreço são interligadas por varandas de concreto armado, com um total de 35,50 m. de extensão por 2,20 de largura.

A área do Centro Educacional foi totalmente murada em seu contorno, numa extensão de 960 metros por 1,20 de altura e 30 cm de espessura.

A área coberta dos quatro grandes pavilhões totaliza 3.080 m²; seu volume de alvenaria é de 1.950 m³ e o volume de concreto armado de 750 m³.

As suítes restantes serão oportunamente iniciadas e se destinarão, conforme esclarecido na Mensagem anterior, ao novo Instituto de Educação, Escola de Aplicação, Auditório, Biblioteca, Ginásium e Pavilhão de Administração nº 2.

DIRETORIA DE FISCALIZAÇÃO E ORIENTAÇÃO DO ENSINO

Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa do Ceará em 15 de Março de 1957, pelo governador Paulo Sarasate, p. 132.

As atividades da Diretoria de Fiscalização e Orientação do Ensino desenvolveram-se normalmente em 1956, tendo sido o ensino normal o objeto de suas maiores preocupações.

Inicialmente, fez-se um levantamento estatístico na Capital e no interior do Estado, o que permitiu mais perfeito conhecimento da situação das 17 escolas normais existentes em Fortaleza e das 12 existentes do interior. A matrícula global foi de 1.894 alunas, sendo 1.374 na capital e 520 nos demais municípios, assim distribuída: 1º série – 598; 2º série – 728; 3º série – 568.

Dos estabelecimentos de ensino normal em funcionamento no Estado, 1 é oficial e 28 são particulares. Destes últimos, 18 são dirigidos por ordens religiosas, sendo 8 na Capital e 10 noutros pontos do Estado.

Estágio das Professorandas

Em 72 anos de sua vida histórica, o ensino normal no Ceará proporcionou, pela primeira vez, às suas professorandas, um estágio de adaptação nas unidades escolares do Estado.

No período decorrido de 22 de agosto a 25 de outubro de 1956, estagiaram nos grupos escolares e escolas reunidas de Fortaleza 14 escolas normais, sendo 13 da Capital e 1 do interior. Fizeram esse estágio cerca de 300 alunas, das seguintes escolas: Santa Cecília, Nossa Senhora das Graças, Sagrado Coração, Nossa Senhora de Lourdes, Santa Lúcia, Juvenal de Carvalho, São João, Santa Isabel, Farias Brito, Lourenço Filho, Imaculada Conceição, Santa Maria, Agapito dos Santos e Santa Rita, de Maranguape. Da orientação técnica do estágio cuidou a técnica auxiliar de educação – Marilde Saraiva Cavalcante, e na aplicação de testes, a professora Maria Luiza Sidou.

Seminários

Pequenos seminários de professores foram realizados em maio e junho, no Instituto de Educação Justiniano de Serpa, durante os quais os problemas do ensino normal do Estado foram diagnosticados.

Deste trabalho de equipe, que tão bem aferiu de nossas possibilidades culturais e técnicas, participaram vultos de expressão do nosso magistério normal, como os professores Luís Sucupira, Lauro de Oliveira Lima, Álvaro Craveiro, José Denizard Macedo de Alcântara, João Filgueiras e Josué Leitão.

O primeiro seminário de professorandas, realizado a 31 de outubro de 1956, no auditório da Escola Normal Nossa Senhora de Lourdes, visou a incentivar entre a nova geração de professoras o espírito dos estudos, de pesquisas, de análise e de crítica.

A mesa-redonda, integrada das professorandas Maria Ismene de Santos Soares, Helena Pitombeira, Olga Nunes, Helenira Cavalcante Leite, Maria Socorro Brito e Célia Jácome Gurgel, teve como orientadora dos trabalhos a técnica da S.E.S. Marilde Saraiva Cavalcante e debateu altos problemas do ensino normal.

As conclusões do certame foram entregues ao Governador do Estado, que, pessoalmente, participou dos debates públicos.

CENTRO EDUCACIONAL

Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa do Ceará em 15 de Março de 1958, pelo governador Flávio Marcílio. Preâmbulo, p. XV.

O Centro Educacional está sendo construído administrativamente pelo governo do Estado, com a cooperação financeira do Ministério das Educação e Cultura, através do INEP.

Trata-se de uma obra de grande vulto que, em março de 1957, teve inauguradas as seguintes dependências;

SUÍTE Nº 1 – Administração, construção em dois pavimentos, contendo as seguintes peças: Térreo – 1 Hall, 1 Sala museu, 1 casa de zelador, 2 salas sanitárias. Superior: 1 grande salão, Hall, parte destinada ao público e parte destinada ao expediente administrativo. 1 gabinete do Diretor. 1 Sala do arquivo. 1 W.C. e lavatório. 1 Caixa d'água com 54.00m³.

SUÍTE Nº 3 - Liga, com as seguintes peças: 7 salas de aula; 1 sala de professor, 2 salas sanitárias.

SUÍTE Nº 4 – Matemática e Ciências Sociais, com as seguintes divisões: 10 salas de aula, 2 salas de professores; 3 salas sanitárias.

SUÍTE Nº 5 – Ciências naturais, com as seguintes dependências: 3 salas de aula (física, química, história natural); 3 grandes salões de laboratórios (física, química, história natural); 1 Salão Nobre; 1 sala de professores; 2 salas sanitárias.

Atualmente, estão sendo construídos no Centro Educacional de Fortaleza mais quatro grandes pavilhões, dois elevados (pavimentos térreo e superior). Dois desses prédios se destinam a salas de aula para psicologia educacional, biologia educacional e higiene aplicadas, bem como a Ciências Naturais e Práticas de Ensino, Práticas de Leitura, Literatura Infantil e Ciências Sociais. Os outros dois servirão, respectivamente, às classes de participação e aplicação e ensino de artes industriais.

CENTRO EDUCACIONAL

Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa do Ceará em 15 de Março de 1959, pelo governador Flávio Portela Marcílio. Preâmbulo, p. XIII-XIV.

Vale mencionar como fato altamente significativo o funcionamento do Centro Educacional. Essa unidade escolar está abrigando 3.557 alunos dos cursos ginásial, normal e primário, o que demonstra o propósito do Governo de prestar assistência educacional à mocidade cearense.

O Centro Educacional está sendo construído administrativamente pelo governo do Estado, com a cooperação financeira do Ministério da Educação e Cultura através do INEP.

Trata-se de uma obra de grande vulto, iniciada em março de 1957.

Estão em via de conclusão mais quatro grandes pavilhões, dois elevados (pavimentos térreo e superior). Dois desses prédios se destinam a salas de aula para psicologia educacional, biologia educacional e higiene aplicadas, bem como a Ciências Naturais e Práticas de Ensino, Práticas de Leitura, Literatura Infantil e Ciências Sociais. Os outros dois servirão, respectivamente, às classes de participação e aplicação e ensino de artes industriais.

DIRETORIA TÉCNICA DE EDUCAÇÃO

Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa do Ceará em 15 de Março de 1959, pelo governador Flávio Marcílio. Preâmbulo, p. 102.

A Diretoria Técnica de Educação prosseguiu, no ano passado, as suas atividades, com o ritmo e os métodos de trabalho adotados no ano anterior, realizando estudos e planejamentos necessários ao melhor conhecimento do sistema educacional cearense e ao levantamento do seu nível qualitativo.

Assim é que, logo de início, foi concluído o projeto de Reforma do Ensino Normal, encaminhando-se ao Executivo a nova Lei Orgânica resultante dos estudos processados. Como corolário desse projeto de reforma, a Diretoria Técnica, em colaboração com o Instituto de Educação Justiniano de Serpa, instalou e conduziu, no Centro Educacional, um programa de coordenação de matérias, em caráter experimental, devendo, em janeiro de 1959, avaliar os resultados obtidos.

Em colaboração com o Instituto Nacional de Pesquisas Pedagógicas, que enviara ao Ceará o seu técnico Prof. Joaquim Moreira de Sousa, a Diretoria levou a efeito o levantamento do Sistema Educacional Cearense, projeto originário do Centro Regional de Pesquisas Educacionais, do Recife.

Por outro lado, reformas da superestrutura do sistema educacional foram empreendidas, concluindo-se o projeto da Diretoria do Ensino Rural, com a inclusão, no seu âmbito de responsabilidade, dos trabalhos de educação de adultos e de iniciação profissional.

Uma técnica dos quadros da Diretoria foi designada para experimentar, junto ao G. E. de Aracati, o sistema de coordenação de curso, obtendo resultados satisfatórios. A experiência dessa técnica deverá ser, no início de 1959, transmitida a todo o corpo técnico da Diretoria, para uma explicação mais ampla do método.

Além desses trabalhos, a D. T. E., no exercício das suas atribuições, preparou e conduziu os concursos para Professora Normalista e Professora Ruralista, afora o concurso para Mestras de Canto Orfeônico, realizando, por solicitação do Departamento do Serviço do Pessoal, o concurso para Técnicas Auxiliares de Educação.

Foi feito, ainda, o estudo necessário à instalação de oficinas de artes e ofícios junto aos principais grupos escolares do Estado, além de pareceres e serviços normais.

A apuração das estatísticas cearenses sobre educação continuou a ser feita pela Seção de Estatística da Diretoria Técnica, sendo enviadas cópias dessa apuração ao Serviço de Estatística Educacional do Ministério da Educação e Cultura, de conformidade com o Convênio assinado com o Governo do Estado.

INSTITUTO DE EDUCAÇÃO JUSTINIANO DE SERPA

Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa do Ceará em 15 de Março de 1959, pelo governador Flávio Marcílio. p. 107-108.

O Instituto de Educação Justiniano de Serpa realizou eficiente tarefa no ano de 1958, imprimindo uma nova orientação administrativa e pedagógica às suas atividades, com indiscutível proveito para o ensino.

Procedeu-se à reestruturação dos cursos secundário e normal, de modo que o seu funcionamento em novos moldes servirá de base para uma futura reforma do ensino.

- I – Departamento de Filosofia e Ciências Sociais
 - Filosofia
 - História (com duas seções – Geral e do Brasil)
 - Línguas: Português, Latim, Francês, Inglês e Espanhol
 - Religião
 - Economia Doméstica
 - Trabalhos Manuais
 - Canto Orfeônico
 - Educação Física
 - Geografia (com duas seções – Geral e do Brasil)
- II – Departamento de Ciências Físico-Químicas e Biológicas;
 - Física
 - Química
 - Biologia
 - Ciências Naturais
- III – Departamento de Ciências Matemáticas
 - Matemática
 - Desenho

Com relação ao curso normal, promoveu-se a seguinte organização:

- I – Departamento de Aprendizagem
 - Metodologia (com Escola de Aplicação)
 - Prática de Ensino
 - Desenho
 - Desenho e Artes Aplicadas
 - Canto
 - Educação Física
 - Religião
- II – Departamento de Ciências Pedagógicas
 - Biologia Educacional
 - Antropogeografia do Nordeste
 - Higiene
 - Anatomia e Fisiologia
 - Psicologia Educacional
 - História e Filosofia da Educação
 - Sociologia
- III – Departamento de Cultura Geral
 - Português
 - Matemática
 - Física
 - Química

Com referência à organização administrativa e pedagógica, foi elaborada a regulamentação necessária que, aprovada pela Congregação, passou a reger o funcionamento do Instituto.

RELIZAÇÕES MATERIAIS

Nesse setor, revelou-se também eficiente a Direção do Instituto, que promoveu, em 1958, os seguintes melhoramentos:

- a) – construção de uma caixa d'água e doze bebedouros;
- b) – construção de uma nova pista e reforma da antiga, destinadas, ambas, à prática de esportes;
- c) – construção de serviços de esgotos;
- d) – ampliação e reforma das instalações elétricas;
- e) – aparelhamento adequado, nas salas de Economia Doméstica, Trabalhos Manuais e Desenho.

MOVIMENTO DE MATRÍCULAS

O Governo ampliou consideravelmente, no ano p. passado, a capacidade de matrícula do Instituto de Educação, com a criação de novos turnos de ensino, do que resultaram grandes benefícios para os estudantes que, não podendo custear seus estudos em estabelecimentos particulares, ingressaram no referido Instituto.

Assim é que o movimento de matrícula, em 1958, foi o seguinte:

Curso Ginásial.....	1.840
Curso Normal.....	495
Curso Primário.....	1.222

INSTITUTO DE EDUCAÇÃO JUSTINIANO DE SERPA

Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa do Ceará em 15 de Março de 1960, pelo governador José Parsifal Barroso. p. 84.

A lei nº 4743, de 15 de janeiro de 1960, desmembrou do Instituto de Educação o curso ginásio-colegial, que passou a constituir o Colégio Estadual de Fortaleza, cabendo ao Instituto o curso normal e os anexos pré-primário e primário, destinados estes à prática do ensino às normalistas.

A matrícula do curso normal foi em 1960:

1º ano	80
2º ano	189
3º ano	191
TOTAL	460

A matrícula no curso pré-primário:

1º período	53
2º período	79
3º período	83
TOTAL	215

Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa do Ceará em 15 de Março de 1961, pelo governador José Parsifal Barroso. Preâmbulo, p. XXI e XXVIII.

Foi criado, no ano passado, o Colégio Estadual de Fortaleza, para a juventude feminina, exonerando-se o Instituto de Educação da obrigatoriedade de ministrar o currículo ginasial e colegial, integrando-o em seu alto objetivo de centro de formação do magistério primário, consoante determinação do Instituto Nacional de Normas Pedagógicas.

Como ainda não se encontra regulamentado o ensino profissional, continua o Governo a solicitar e obter do Ministério da Educação instalação para cursos artesanais, que deverão, dentro em breve, ser anexados aos nossos principais grupos escolares.

.....

O ensino profissional continua sua expansão inteiramente dependente dos recursos federais, restritos à Escola de Artes Industriais Anísio Teixeira, integrante do Centro Educacional de Fortaleza, como matriz dos elementos destinados a esse mister especializado e à construção de sete escolas de artes industriais em Sobral, Baturité, Nova Russas, Várzea Alegre, Juazeiro do Norte, Camocim e Russas. O aproveitamento das mestras de iniciação profissional, nos nove centros criados em Fortaleza para esse fim, continua dando bons resultados.

Na forma do convênio celebrado com o Ministério da Educação, foi instalado o Centro Regional de treinamento de Professores Rurais, em Guaiuba, que recebeu em regime de internato, com real proveito, vinte e duas professoras.

Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa do Ceará em 15 de Março de 1961, pelo governador José Parsifal Barroso. Preâmbulo, p. 75.

Para desenvolver o ensino profissional, foram instaladas oficinas de artes industriais no Centro Educacional de Fortaleza. Esta unidade educativa recebe escolas de diferentes grupos e escolas reunidas de Fortaleza, em turmas constituídas segundo os pendores de cada criança, para exercitá-las no aprendizado de diversas artes. Ao departamento de educação referido foi dado o nome de "Escolas de Artes Industriais Anísio Teixeira", que é, no gênero, a escola-padrão do Estado, e foi organizada de modo que permita o aperfeiçoamento do professorado que irá lecionar nas unidades congêneres, em edificação no interior do Estado.

CENTRO EDUCACIONAL DO CEARÁ

Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa do Ceará em 15 de Março de 1962, pelo governador José Parsifal Barroso. p. 70-71.

O ensino normal estadual é ministrado pelo atual Centro Educacional do Ceará (Fortaleza, bairro de Fátima), que compreende o curso normal, a escola de aplicação (primária), o Jardim da Infância (pré-primário), além de uma escola de Artes Industriais.

O ensino normal rural tem como escola-padrão a de Juazeiro do Norte. (p. 66)

Em abril, o Governo do Estado comissionou a Vice-Diretora para observar os métodos de ensino que estavam sendo aplicados nos Estados da Guanabara, Minas Gerais e na Capital Federal.

Do relatório apresentado acerca dos seus estudos e observações, sobressai, pela sua importância, em benefício do Centro Educacional, a sua visita ao PABAAE (Programa de Assistência Brasileiro-Americano ao Ensino Elementar), cuja sede se acha instalada em Belo Horizonte, do que resultou um entendimento entre Mr. Philip Schwab, co-diretor desse Instituto brasileiro-americano, e o Governo do Ceará, no sentido de virem ao nosso Estado duas técnicas de Educação – Miss Luella Keithann e Dra. Fran Miller, para iniciarem, com segurança do seu tirocínio e preparo pedagógico, os mesmos métodos que estão sendo executados em Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Guanabara.

Por duas estadas, durante o ano letivo próximo passado, aqui vieram as referidas técnicas e, no Centro Educacional, após suas observações, traçaram nos currículos primário e normal as diretrizes que constituem o “modo faciendi” da reforma do Ensino de que trata a lei n. 4.410, de 26 de dezembro de 1958.

Na primeira estada, em agosto, as professoras americanas fizeram, em diversas reuniões com a Congregação, a análise da reforma, debateram assuntos pertinentes aos currículos primário e normal, tomaram conhecimento dos programas em geral e delinearão a maneira de execução quanto aos processos e métodos que iam ser aplicados, preconizando que isso se fizesse paulatina e gradualmente, sugestão aprovada pela Congregação.

Na segunda estada, em outubro, estabeleceram conferências com os professores, isoladamente ou em grupos de matérias afins, e, depois dessas audiências, pronunciaram as suas conclusões a título de sugestões.

Outro fato que merece referência especial é o da realização da Semana da Normalista, dirigida pela Professora Francisca Noemi Costa de Soriano Aderaldo, cujo esforço é digno de ser salientado pela sua objetividade. Promovido o certame, de 5 a 11 de novembro, obedeceu a um vasto e bem traçado programa, com o concurso da imprensa, do rádio e da televisão, havendo ainda conferências proferidas por professores de alta categoria.

Tem-se em vista a organização de três gabinetes para estudos práticos: o de Física e Química, o de Psicologia Educacional e o de Antropogeografia do Nordeste.

Destinou-se um pavilhão para a guarda de material dos gabinetes existentes, agora instalados convenientemente, prestando-se à devida conservação, uso e utilidade.

Embora o Centro ainda se possa considerar construção em andamento, pouco a pouco está melhorando nas suas ampliações e remodelações, visando-se a recuperar os defeitos da sua arquitetura.

O movimento escolar foi o seguinte:

a) CURSO NORMAL

1º ano – 78, aprovadas 77 e reprovada 1.

2º ano – 75, aprovadas 74 e reprovada 1.

3º ano – 166, diplomadas 164, reprovadas 2, sujeitas ainda a exame de 2º época.

b) JARDIM DA INFÂNCIA

1º período – 30, promovidas 30.

2º período – 37, promovidas 37.

3º período – 47, promovidas 47.

c) CURSO PRIMÁRIO (ESCOLA DE APLICAÇÃO)

Alfabetização – 104, promovidas 101, reprovadas 3.
1º ano – 127, promovidas 113, reprovadas 14.
2º ano – 198, promovidas 173, reprovadas 25.
3º ano – 201, promovidas 165, reprovadas 36.
4º ano – 270, promovidas 225, reprovadas 45.

d) CURSO DE ADMISSÃO – 213.

CENTRO EDUCACIONAL DO CEARÁ

Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa do Ceará em 15 de Março de 1963, pelo governador José Parsifal Barroso. p. 66 e 67.

A matrícula no Curso Normal atingiu, em 1962, apenas o total de 240 alunas.

A Escola de Aplicação e o Jardim da Infância, em dois turnos, atingiram o de 978 alunas.

Em uma das dependências do centro funciona igualmente a Escola de Artes Industriais Anísio Teixeira, cuja direção não se acha subordinada à do Centro Educacional.

A Direção do Centro permaneceu sob a orientação do Dr. João Hippolyto de Azevedo e Sá até 18 de junho de 1962.

Todavia, em face do falecimento do Diretor, foi designada para substituí-lo a Dra. Olívia Sampaio Xavier Rodrigues, cuja posse ocorreu no dia 3 de Agosto.

O prédio do Centro Educacional sofreu consertos em suas janelas e nas suas instalações elétricas e sanitárias. Adquiriu-se, ainda, o material necessário ao estabelecimento. Adotou-se também, nos trabalhos da Secretaria, o serviço de protocolo, a ficha financeira, etc.

Iniciou-se a construção de uma Sala de Contos, cuja planta satisfaz aos requisitos da moderna pedagogia.

Também está sendo construído no estabelecimento um pavilhão com 5 salas de aulas, inclusive uma sala de artes, cujo término está previsto para o fim do mês de março de 1963.

Relativamente ao Setor Técnico-Pedagógico, foram instalados 2 importantes serviços: Orientação Educacional e Recursos Audio-Visuais.

Pela primeira vez a cadeira de Prática de Ensino preencheu suas fichas técnicas, com seu perfeito entrosamento com a cadeira de Metodologia.

Registre-se a instalação do Clube da Mãezinha, com apartamentos adequados, bem como a do Clube de Assistência Social.

Foram aparelhados, embora modestamente, os Gabinetes de Antropologia e o de Anatomia e Fisiologia Humanas.

A convite do Governo do Estado, foram ministradas, por professoras especializadas do PABAE, Cursos de Metodologia da Linguagem, Metodologia da Matemática, Metodologia das Ciências Sociais, Metodologia das Ciências Naturais, Psicologia Educacional, Testes e Medidas e Currículo e Supervisão, visando o aperfeiçoamento do professorado da Escola de Aplicação e do Magistério Primário da Capital.

Seguindo a tradição, foi promovida a Semana da Normalista, na qual se realizaram palestras e conferências.

No término do ano letivo, colaram grau 76 professorandas, em solenidade que se revestiu de brilhantismo.

ENSINO NORMAL

Mensagem de 1964/1965, apresentada à Assembléia Legislativa do Ceará, em 15 de Março de 1965, pelo governador Virgílio Távora. p. 39.

O Estado mantinha, em 1963, 3 estabelecimentos de Ensino Normal; em 1964, a rede foi acrescida de mais 3 unidades. Vale salientar, nesta oportunidade, os benefícios em favor do Ensino Normal, decorrentes da lei que regulou a carreira do Magistério Primário no Estado. A Ação positiva do Governo pode ser avaliada através dos resultados obtidos neste particular:

Ano	1963	1964	1965
Capital	480	1.001	1.700
Interior	150	250	320
Estado	630	1.251	2.020

Textos transcritos por José Nunes GUERREIRO no 2º semestre do ano de 2002.

Jornal “O POVO”

NOTÍCIAS, ENTREVISTAS, CARTAS e ARTIGO

- PROJETO DE REFORMA DO ENSINO NORMAL – Prof. Araken Carneiro – 05 de Maio de 1956, p. 6.
- INQUÉRITOS ESCOLARES – 05 de Maio de 1956, p. 6.
- NOVO DIRETOR DO INSTITUTO DE EDUCAÇÃO DO CEARA – 31 de Janeiro de 1958, p. 1.
- MAIOR MORALIZAÇÃO E EFICIÊNCIA DO ENSINO NO INSTITUTO DE EDUCAÇÃO – 18 de Abril de 1958, p. 8.
- A ESCOLA NORMAL DIPLOMA TURMA DE PROFESSORANDAS – 19 de Novembro de 1958, p. 8.
- INSTITUTO DE EDUCAÇÃO: FESTA DE ENCERRAMENTO DO JARDIM DA INFÂNCIA – 25 de Novembro de 1958, p. 8.
- GINÁSIO NOTURNO NA ESCOLA NORMAL – 09 de Janeiro de 1959, p. 8.
- REFORMA DO ENSINO NORMAL NÃO SE ENQUADRA EM INVENTÁRIO – 10 de Abril de 1959, p. 8.
- A LEI QUE REFORMOU O ENSINO NORMAL TRAZ UM LONGO APÊNDICE INVENTARIANTE – Carta do Professor José Denizard Macêdo de Alcântara – 13 de Abril de 1959, p. 2.
- REFORMA RADICAL NO ENSINO NORMAL, BASE PARA REVISÃO DA ESCOLA PRIMÁRIA – Entrevista com o professor Hugo Lira, Técnico e Diretor de Fiscalização da Secretaria de Educação – 13 de Abril de 1959, p. 8.
- ALUNAS SAÍRAM ÀS RUAS DA CIDADE PARA DEFENDER A REFORMA DO ENSINO NORMAL – 14 de Abril de 1959, p. 1.
- “QUEREMOS A REFORMA” – 16 de Abril de 1959, p. 6.
- CONTRA A REFORMA DO ENSINO NORMAL, QUINZE PROFESSORES DO INSTITUTO DE EDUCAÇÃO – Manifesto – 23 de Abril de 1959, p. 8.
- RENASCE O CENTRO CULTURAL DAS NORMALISTAS – 19 de Maio de 1959, p. 8.
- O CENTRO EDUCACIONAL VOTA CERRADO EM SEUS CANDIDATOS – 29 de Maio de 1959, p. 8.

- "DAQUI NÃO SAIO, DAQUI NINGUÉM ME TIRA" – 06 de Junho de 1959, p. 10.

- PÂNICO ENTRE AS ALUNAS DO CENTRO EDUCACIONAL – 08 de Junho de 1959, p. 8.

- TARADINHOS DO BAIRRO DE FÁTIMA TÊM MENOS DE 17 ANOS! – 10 de Junho de 1959, p. 6.

- ALUNAS DO LICEU: NÃO SE COGITOU A TRANSFERÊNCIA – 11 de Junho de 1959, p. 11.

- AS NORMALISTAS CRIAM UMA POLÍCIA SECRETA! – 12 de Junho de 1959, p. 6.

- O INSTITUTO DE EDUCAÇÃO SERÁ DESDOBRADO EM DOIS COLÉGIOS – 19 de Junho de 1959, p. 8.

- A REFORMA DO ENSINO NORMAL DO CEARÁ NA PALAVRA DE ABALIZADO EDUCADOR – Entrevista com o professor Joaquim Moreira de Sousa – 22 de Junho de 1959, p. 5.

- AUTONOMIA PARA O CENTRO EDUCACIONAL – 06 de Julho de 1959, p. 2.

- COLÉGIO ESTADUAL NO LUGAR DO INSTITUTO DE EDUCAÇÃO – 07 de Julho de 1959, p. 8.

- GOVERNO PEDE À ASSEMBLÉIA CRIAÇÃO DO COLÉGIO ESTADUAL DE FORTALEZA – 23 de Julho de 1959, p. 2.

- PROFESSORANDAS FORAM AO VALE DO ACARAPE E VIRAM AÇUDE E USINAS – 04 de Setembro de 1959, p. 6.

- ESCOLA NORMAL DIPLOMA MAIS UMA TURMA DE PROFESSORAS – 09 de Dezembro de 1959, p. 8.

- ESTEVE REUNIDA A CONGREGAÇÃO DO COLÉGIO ESTADUAL DE FORTALEZA – 04 de Março de 1960, p. 8.

- NOMEADO O PRIMEIRO DIRETOR DO COLÉGIO ESTADUAL DE FORTALEZA – 09 de Março de 1960, p. 2.

- DIÁRIO ESCOLAR – 10 de Novembro de 1960, p. 2.

- EXPOSIÇÃO DE PRODUTOS REGIONAIS EM FORTALEZA – 10 de Novembro de 1960, p. 8.

- INAUGURADA A EXPOSIÇÃO DE PRODUTOS REGIONAIS – 12 de Novembro de 1960, p. 8.

- SEPULTADO O DR. JOÃO HIPÓLITO – 19 de Julho de 1962, p. 2.

- EXEMPLO QUE VIVERÁ – 21 de Julho de 1962, p. 7.

PROJETO DE REFORMA DO ENSINO NORMAL

Dr. Araken Carneiro, presidente do Sindicato dos Professores das Escolas Particulares

O POVO, 5 de maio de 1956, p. 6.

O dr. Araken Carneiro, representante dos professores secundários junto ao Conselho Estadual de Educação, apresentará na próxima sessão daquele órgão importante projeto de reforma do ensino normal.

No seu plano, o primeiro ano será como que uma revisão das quatro séries ginasiais, o 2º de preparação ao currículo normal propriamente dito e o 3º de práticas do ensino das matérias constantes do curso primário e de pesquisas educacionais.

As disciplinas estão assim estruturadas: 1 – Línguas; 2 – Ciências matemáticas; 3 – Ciências físico-químicas; 4 – Ciências naturais; 5 – Ciências sociais; 7 – Artes; 8 – Técnicas e 9 – Práticas.

O primeiro ano compor-se-á de: Português, Matemática, Física e Química, Anatomia, Geografia Humana e História do Ceará, Instrução Moral e Cívica e Canto e Recreação.

O segundo ano será constituído da seguinte maneira: Português, Estatística, Biologia Educacional, Higiene, Sociologia Educacional, História da Educação, Noções de Direito e Didática Geral.

Já o terceiro ano compreenderá; Psicologia da Educação (com pesquisas de grupo e da comunidade escolar), Didática das Línguas – (Português), Didática da Matemática, Didática das Ciências Sociais, Didática das Ciências Naturais, Didática do Ensino Artístico e da recreação, com planos de aulas e lições ministradas pelas professorandas, sob a orientação dos cate-dráticos das respectivas disciplinas.

INQUÉRITOS ESCOLARES

O POVO, 5 de maio de 1956, p. 6.

Ao questionário distribuído entre alunos-mestres que freqüentaram os cursos de orientação instituídos pela Campanha de Aperfeiçoamento do Ensino Secundário (CAPES), encontramos o seguinte tema: “Poderia o poder público auxiliá-lo a ser melhor professor?”

Todos responderam a (ilegível), embora variassem os modos de auxílio indicados por cada professor. Os que reuniram maior número de respostas foram:

- Transmitir freqüentemente ao professor orientação e instruções metodológicas sobre os programas oficiais.

- Melhorar o salário-aula, para evitar o aumento excessivo de aulas a que o professor é obrigado a dar, sem embargo de sua complementação.

- Fornecer, gratuitamente (ou com grande redução) bens, livros didáticos ou obras científicas relacionadas com todas as disciplinas do currículo escolar.

- Ampliar a ação dos cursos de orientação e aperfeiçoamento, de modo a beneficiar maior número de professores.

- Estabelecer a obrigatoriedade de equipamento de uma sala de música e o envio de publicações e gravações de cantos folclóricos (exigências dos professores de canto orfeônico).

- Exigir que as escolas mantenham em funcionamento, com o respectivo material didático, as salas de geografia, de desenho e de ciências, esta também dotada de reagentes.

- Suprir a biblioteca escolar de livros didáticos, publicações, etc.

- Permitir a impressão, na Imprensa Oficial, gratuitamente ou com grande abatimento, de jornais escolares.

NOVO DIRETOR DO INSTITUTO DE EDUCAÇÃO

O POVO, 31 de Janeiro de 1958, p. 1.

Acabou de ser nomeado diretor interino do Instituto de Educação Justiniano de Serpa o professor José Sobreira de Amorim, que substitui, assim, o professor José Teixeira de Freitas, que se encontrava naquele alto cargo desde o início do atual Governo, tendo sido uma das mais proveitosas a sua atuação frente aos destinos daquela tradicional escola de formação profissional.

O diretor interino, que é catedrático do referido educandário, exerce o magistério noutros estabelecimentos de ensino da capital cearense, inclusive a livre docência na Faculdade de Direito da Universidade do Ceará.

O dr. Teixeira de Freitas, que é professor da Escola Preparatória, viajou ontem para o Rio de Janeiro, onde integrará algumas mesas examinadoras de concursos para catedráticos de escolas militares.

MAIOR MORALIZAÇÃO E EFICIÊNCIA DO ENSINO NO INSTITUTO DE EDUCAÇÃO

O POVO, 18 de Abril de 1958, p. 6

Em vigor várias medidas de ordem pedagógica, disciplinar e administrativa – Criação dos diversos departamentos – A Seccional deixa de fiscalizar o tradicional estabelecimento – Conselhos Técnico e Administrativo e Conselho Superior – Participação das alunas – Fala a O POVO o Prof. José Sobreira de Amorim.

O Instituto de Educação Justiniano de Serpa, agora sob a sábia direção do professor José Sobreira de Amorim, vem de adotar, com o apoio unânime de sua congregação, diversas medidas de ordem pedagógica, disciplinar e administrativa, visando o maior rendimento do ensino.

A reportagem de O POVO, no sentido de inteirar-se e saber a nova orientação adotada por aquele estabelecimento de ensino oficial, ouviu o Dr. José Sobreira de Amorim, que declarou inicialmente:

– A organização do Instituto de Educação era medida que se impunha, notadamente após o grande aumento de turmas verificado este ano. Assim pensando e com o decidido apoio da ilustre congregação do estabelecimento, aprovamos diversas normas já em vigor e que, entre outros objetivos, visam:

- a) estimular realizações destinadas a melhorar o ensino;
- b) criar uma maior assistência e cooperação entre os professores;
- c) provocar o cumprimento integral dos programas e de suas instruções metodológicas;
- d) adoção de medidas indispensáveis à uniformização e atualização do ensino ou destinadas a dirimir conflitos e dúvidas porventura surgidos;
- e) maior moralização do ensino.

DEPARTAMENTOS

Informou-nos o nosso entrevistado que, com a reorganização ocorrida, foram criados diversos departamentos. No Instituto de Educação (curso colegial) criaram-se três departamentos, a saber: 1) Ciências e Matemática; 2) Ciências Físico-Químicas e Biológicas; 3) Filo-

sofia e Ciências Sociais. Cada departamento é composto de tantas equipes quantas forem as disciplinas nele agrupadas. Os presidentes de cada equipe (15 ao todo), que são catedráticos, elegerão os chefes do seu departamento. Os três chefes de departamento com o diretor e os dois vice-diretores do Instituto constituem o Conselho Técnico e Administrativo do estabelecimento.

Também no Centro Educacional, onde funcionam os cursos normal e primário do Instituto de Educação, criaram-se três departamentos que funcionam dentro do mesmo processo, havendo ali, portanto, um Conselho Técnico e Administrativo

Os dois Conselhos (10 membros) formam, por sua vez, o Conselho Superior, que governará os destinos da tradicional Escola Normal.

Cumpra, ainda, ressaltar que no Centro Educacional cada professor vai dispor de uma técnica assistente para os trabalhos específicos de sua disciplina. Cada classe é controlada por uma coordenadora, também técnica. Funcionará, igualmente, um assessor técnico, que não só supervisionará o trabalho geral das técnicas como cooperará com o Conselho Técnico na administração do Centro.

PARTICIPAÇÃO DAS ALUNAS

No colégio do Instituto (Praça Filgueira de Melo), o Clube Littero-Recreativo, órgão das alunas recentemente criado, indicará uma sua representante para tomar parte, sempre que necessário, nas reuniões das equipes. A presidenta do Clube também participará das reuniões quando necessário. Idênticas prerrogativas têm no Centro Educacional o Grêmio das Normalistas dali.

A SECCIONAL RETIRA SUA FISCALIZAÇÃO

Em vista da nova reorganização do Instituto de Educação, a Inspeção Seccional do Ensino Secundário retirou a sua fiscalização quanto ao Instituto de Educação Justiniano de Serpa, que se incumbirá, ele mesmo, de tal tarefa.

A ESCOLA NORMAL DIPLOMA TURMA DE PROFESSORANDAS

O POVO, 19 de Novembro de 1958, p. 8.

O Instituto de Educação Justiniano de Serpa, tradicional estabelecimento de Ensino do Ceará, diplomará este ano mais uma numerosa turma de professorandas, a qual se denomina "Turma Dr. Sobreira de Amorim".

Também serão homenageados pela turma concludente as seguintes pessoas:

Patrono: Dr. Cláudio Martins; Paraninfo: Professor Denizard Macedo de Alcântara; Honra ao Mérito: Dr. Paulo Sarasate Ferreira Lopes e Dr. Flávio Portela Marcílio; Preito de Gratidão: D. Susana Bonfim; Preito de Reconhecimento: D. Tais Costa Ribeiro Mendonça.

HOMENAGENS ESPECIAIS: 1º turma – Dr. Lauro de Oliveira Lima; 2º turma – Dra. Olívia Xavier Rodrigues; 3º turma – D. Maria de Lourdes Vasconcelos Pinto. HOMENAGEADOS: Professor Moacir Teixeira de Aguiar; Dr. Clóvis Araújo Catunda; Padre Tito Guedes Cavalcante; D. Suzana Dias Ribeiro; D. Maria de Lourdes Gondim; D. Maria Nely Maciel Pinto e Albaniza Maria das Chagas.

ORADORA: Maria Zélia Barroso.

PRIMEIRA TURMA

A 1º turma está assim constituída: Ana Maria Aguiar Carneiro; Albanete Bezerra de Oliveira; Aldenora Ramos Pires; Antônia Áurea Conde Lima; Benedita Soares; Benoíla Estevam Pinto; Cleide Carvalho Collyer; Claudine Veríssimo Pouchain; Elba de Mendonça Maia;

Elda Maria Melo Parente; Eneida Medeiros Paixão; Fernanda Maria Sabino Aguiar; Francisca Jarina de Oliveira; Francisca Soares Bulcão; Francisca Terezinha Maia Chaves; Francisca Xavier de Carvalho; Helena de Oliveira Sousa; Ida Fernandes Lima; Ilza de Azevedo Matos; Inês Maria Caminha de Carvalho; Ivete Pereira Góis; Ivette da Silva Braga; Ivette Raymond Breti; Ivonete Bezerra Fialho; Janeude Gomes de Góis; Janny Linhares Saldanha; Jarina de Oliveira de Melo Lopes; Lairtes Rocha de Sousa; Maria Augusta Russo; Maria Conceição Barroso Oliveira; Maria de Fátima Albuquerque Barbosa; Maria de Fátima Militão Porto; Maria de Fátima Portela e Silva; Maria José Oliveira Lima; Maria Leyde Pitombeira; Maria de Lourdes Perez Mota; Maria de Lourdes Pessoa Evangelista; Maria Marlene Farias Lima; Maria Marlene Marques Jorge; Maria Marlene Peixoto; Maria Militão de Sousa; Maria dos Remédios Fontenele Portela; Maria do Socorro Dias; Maria Stella Milhome; Marismar Maria Batista; Noélia Frota Leite; Tereza Neumann Ribeiro Amora; Valdea Fernandes Bastos e Olímpia Pompeu de Sousa Brasil.

SEGUNDA TURMA

A 2º turma é assim formada: Ana Silêda Montenegro Monteiro; Cláudia Maria Cirino Bessa; Francisca Herbene Ferreira Lima; Helena Fiúza Machado; Jandira de Sousa Fernandes; Janice Maria Soares de Souza; Margarida Maria Ferreira do Nascimento; Maria Alice de Oliveira Alcântara; Maria Arizonina Cordeiro Leite; Maria Celeste Frota Carneiro; Maria Conceição P. Albuquerque; Maria Dina Lemos Dias; Maria Evanice Nogueira Lima; Maria Helena Guedes Silva; Maria Helena Girão Holanda; Maria Helena Pessoa Oliveira; Maria de Lourdes Barbosa de Brito; Maria de Lourdes Nogueira Martins; Maria Lúcia Duarte Dias; Maria Mirtes Bezerra; Maria Nanilce Alves; Maria Neuma da Silva Eleutério; Maria Rita Pontes de Melo; Maria Salete Oliveira; Maria Saraiva da Costa; Maria Soares Ribeiro; Maria do Socorro Guedes Silva; Maria Zenilze Pereira; Mariete Barroso Guedes; Marilene Rêgo Lima; Marise Bonfim Viana; Marluce Cavalcante Bezerra; Neide Pontes Peixoto; Neuma Cavalcante Leite; Odonira de Menezes Nogueira; Regina Correia Lima; Regina Lima; Rita Maria Almeida Carvalho; Rita Miriam Castelo Branco; Rosaly Albuquerque Santos; Sálvia de Alencar Teixeira; Sônia Vale; Tarcila Margarida Zaranza Carvalho; Telma Lêda Monteiro Nóbrega; Terezinha Albuquerque; Terezinha Gomes Cavalcante; Valnice Carneiro Girão; Zaida Norma Lima Teixeira; Rita Vitorino Dantas e Maria de Lourdes Soares Ribeiro.

TERCEIRA TURMA

Por sua vez, a 3º turma é assim composta: Aleide Peixoto Pinheiro; Amíria Cavalcante Brasil; Eunice Martins Monteiro; Evania Garcia de Arruda; Geralina Magela Monteiro Viana; Gleice Rolim Sales; Joseli Lima Vieira; Júlia Pereira Batista; Maria Helena Frota; Maria José de Freitas Lima; Maria do Nascimento N. Figueiredo; Maria Narly Feijó e Sá e Benevides; Maria Nazareth Nobre de Moraes; Maria Suzete Leitão Pequeno; Maria Zélia Rodrigues; Maria Zélia Barroso – ORADORA; Marlene Boris; Raimunda Irineu Ceará; Rosa Virgínia de Oliveira; Rosali Almeida Santos; Rossicler de Castro Bravo; Terezinha Gonçalves Landim; Valdely Marinho Milfont; Maria Gislene Correia de Andrade; Odília Simone de Paula Viana e Maria Zélia Nogueira Cavalcante.

INSTITUTO DE EDUCAÇÃO: Festa de Encerramento do Jardim da Infância

O POVO, 25 de Novembro de 1958, p. 8

Em solenidade presidida pelo Diretor do Instituto de Educação, prof. Amorim Sobreira, realizou-se ontem a festa de encerramento do Jardim da Infância, turma da tarde. O diretor do conceituado estabelecimento, ao usar a palavra, pôs em evidência o trabalho e a dedicação da vice-diretora, professora Zilá Rosas Souza, bem como a atividade da equipe de mestras do Jardim da Infância.

O PROGRAMA

Durante a festa de encerramento daquele curso, foi cumprido o seguinte programa;

- 1 – Juramento – pelas alunas do 3º período.
 - 2 – Entrega de diplomas.
 - 3 – Despedida – declamação da aluna Lúcia de Fátima.
 - 4 – Canto – Coelhoinho – alunas do 1º e do 2º períodos.
 - 5 – Declamação – O pedido do Menino Pobre – aluna Regina Fátima.
 - 6 – Diálogos – alunas Francineide Pires e Helena Campos.
 - 7 – Declamação – A Boneca – pela alunas Lísya Maria.
 - 8 – Declamação – Brincar de trabalhar – pela alunas Fátima Ribeiro.
 - 9 – Canto – Repiu... piu... – alunas do 1º e 2º períodos.
 - 10 – Balão Saia – Lindalva, Cristina e Lúcia de Fátima.
 - 11 – Dramatização – Eu vi uma menina - pelas alunas Valéria, Lísya, Regina Fátima, Valdenora, Elisabeth.
 - 12 – Dramatização – O Nascimento do Menino Jesus – alunas do 1º período.
 - 13 – Palavra facultada.
 - 14 – Hino Nacional.
-

GINÁSIO NOTURNO NA ESCOLA NORMAL

O POVO, 09 de Janeiro de 1959, p. 8.

Toma vulto o movimento pela sua criação - Comissão em visita a O POVO - Boa vontade do governador do Estado.

Toma corpo um movimento que está sendo feito por diversos pais de alunos no sentido de que funcione, a partir desse ano, o curso ginásial noturno do Instituto de Educação.

A idéia foi bem recebida pelo dr. Sobreira de Amorim, diretor daquele estabelecimento de ensino oficial, o qual está planificando o assunto para levá-lo à consideração do governador Flávio Marcílio.

COMISSÃO VISITA “O POVO”

À tarde de ontem, uma comissão de pais de alunas veio a “O POVO” pedir apoio para a campanha que estão empreendendo, no sentido de que seja criado o curso noturno do Instituto de Educação.

Argumentaram os visitantes que, nesta época em que o estudo fica praticamente como privilégio para moças e rapazes que tenham pais em boas possibilidades financeiras, um ginásio noturno para moças mantido pelo Estado será um grande prêmio que o Governo poderá oferecer à população pobre. Realmente, o Colégio Estadual já mantém, gratuito, curso para rapazes. Mas até agora o Estado não criou um exclusivamente para moças. O momento é o mais oportuno possível e, certo estamos, dentro das possibilidades financeiras, o governador Flávio Marcílio tudo fará para que a idéia se concretize.

REFORMA DO ENSINO NORMAL NÃO SE ENQUADRA EM INVENTÁRIO

O POVO, 10 de Abril de 1959, p. 8.

Com a renovação dos quadros político-administrativos do governo, surgiu o “affaire” político do inventário sob cujo véu se acobertam muitos propósitos e se insinuam muitos interesses estranhos à linha de moralização compreendida na sua área. Dentre estas, esmera-se a inclusão da lei nº 4.410-58, que reorganiza o Ensino Normal no Ceará. Da sua elaboração participou equipe técnica idônea, além do trabalho lento de estudo a que foi submetido em dois anos de tramitação em órgãos da Secretaria de Educação. Recebeu parecer favorável do Conselho Estadual de Educação, cujas restrições, em aspectos de somenos, se cingiram à retirada do termo pré-salário, para a remuneração proporcionada à professores estagiários.

Com o intuito de reduzir a termos precisos as formulações dos pontos de vista divergentes, ouvimos o prof. Denizard Macedo.

Participou ele da comissão, ao tempo do Secretário de Educação, dr. Cláudio Martins, encarregada de emitir opiniões sobre o projeto de regulamento de autoria do dr. Lauro de Oliveira Lima.

Em vez de parecer, veio novo projeto de Regulamento. Regulava, com mais propriedade, a Lei nº 8.530-46 da Ditadura, pois como introdução trazia proposta de alteração e retorno à situação comprovadamente insuficiente da lei do Estado Novo, elaborado no Rio. Não tomou conhecimento do anteprojeto de regulamento da lei nº 4.410-58, feito aqui no Ceará.

Pedimos ao prof. Denizard Macedo que precisasse sua posição sobre a reforma em vigor no Ceará, em termos gerais. A que nos adiantou:

“Entendo que no caso presente da reforma do ensino normal do Ceará é necessário uma distinção fundamental. A reforma é uma cousa; a lei e o regulamento que procuraram objetivá-la é outra. A reforma é o complexo dos princípios pedagógicos que passariam a informar o ensino normal. A lei e o regulamento constituem a formulação jurídica desses princípios.

Ora, não há que negar que na reforma existem princípios salutareos, tais como a departamentalização, a recuperação de alunos deficientes, as atividades complementares, uma maior flexibilidade do ensino, etc., a par de aspectos negativos”.

Instado a exemplificar aspectos negativos da reforma, o prof. Denizard, categórico: “O processo revolucionário de promoção”.

Segundo sua opinião, as condições do Instituto de Educação do Ceará estão extremamente distanciadas das condições do de Porto Alegre, para autorizar a mudança no tipo de provas em vigor na nova escola do bairro de Fátima. Entrar, na formação da nota de promoções, elementos (universalmente reconhecidos hoje) como resultados de pesquisas, estágios e emissão de conceitos pelos professores (Escola Preparatória) ultrapassa “as condições atuais do ensino normal cearense”.

Diante de tais condições de atraso do sistema de ensino oficial e, sobretudo particular, o que provocará a aplicação da Lei 4.410-58?

– Haveria – afirmou o prof. Denizard, confusão, “porque não se prevê a evolução do statu quo anterior para o que a lei pretende criar. A melhor técnica aconselha que se processe gradual e progressivamente em classes experimentais, para depois se institucionalizar na legislação, a par de um contínuo esforço, por intermédio de seminários que criem no professor normal a atitude inovadora. Não fazê-lo é incorrer no tradicional laborismo jurídico administrativo do brasileiro. Acreditar que os cursos podem se modificar com a letra final da lei, sem nenhuma projeção consuetudinária na mentalidade do magistério”.

– Não acha que a experimentação que a reforma feita no Instituto de Educação, a reforma do Rio Grande do Sul e os movimentos no seio do magistério do ensino secundário, o mesmo do normal, constituam testes e preparação que presumam exequível a reforma?

– “Estou longe da reforma do Rio Grande do Sul. Quanto, porém, à experimentação no Instituto de Educação, é muito limitada a experiência. Creio que nos autoriza a reforma no ensino normal”.

Que mais quer acrescentar? Indagamos:

“Na comissão de que fiz parte e que apresentou um projeto de regulamento à referida lei, defendi a autonomia das disciplinas para preservar a situação jurídico-administrativa do professor”.

O prof. Denizard oferece restrição à lei e regulamentação no que inova mais ousadamente, sob a fundamentação de que urge ser cauteloso e, sobretudo, no que possa alterar a situação jurídica do professor. E finalizando:

“Não acredito que a lei nº 4.410-58 caia, pela minha exigência das coisas do Ceará”.

A LEI QUE REFORMOU O ENSINO NORMAL TRAZ UM LONGO APÊNDICE INVENTARIANTE”

O POVO, 13 de Abril de 1959, p. 2.

Com data de 10 do corrente, recebeu o jornalista J. C. Alencar Araripe:

“Este conceituado vespertino (“O POVO”), em sua edição de hoje, pgs. 8, estampa algumas declarações minhas, fornecidas à reportagem, sobre o momentoso caso da reforma do ensino normal do Ceará.

Cumprê ressaltar que referidas declarações foram dadas do meu próprio punho, por escrito, sendo assim de estranhar que, lamentavelmente, tenham sofrido alterações e truncamentos que deformam o pensamento exposto, como, outrossim, a parte redacional se ressent de informações menos adequadas à gravidade do assunto no ambiente pedagógico do Ceará, pelo que peço vênha e acolhida a alguns reparos e observações sobre o que foi publicado, confiando no tradicional padrão de ética profissional desse prestigioso órgão da imprensa local.

O próprio título se manifesta tendencioso e inadequado, quando diz que “reforma de ensino não se enquadra em inventário”. Não sei o que tem uma cousa a ver com a outra. Mas sei, certamente, que a lei que reformou o ensino normal trás um longo “apêndice inventariante”, cuja responsabilidade, de certo, não cabe ao grupo pedagógico que a sustenta, mas a inquina vergonhosamente: basta dizer que numa lei que pretende reformar o ensino normal no Estado, é na sua cauda que se encontra o artigo da efetivação e equiparação de professoras não diplomadas!

A parte redacional diz que participei de uma comissão designada pelo ex-secretário da Educação, dr. Cláudio Martins, para dar parecer sobre o projeto de regulamento da reforma, e que essa comissão, ao invés disso, elaborou um novo projeto de regulamento em discordância com a lei. A afirmativa foge à realidade dos fatos. A Comissão, integrada pelos ilustres professores Moacir Teixeira de Aguiar, Valnir Cavalcante Chagas (que nela não funcionou, por estar ausente do Ceará), Teixeira de Freitas, Mozart Soriano Aderaldo e o signatário desta, foi designada exatamente para elaborar o regulamento da lei e não para dar parecer sobre outro projeto de regulamento. Estudando conscienciosamente a lei da reforma, convencidos da sua impraticabilidade pela destonteante posição face à realidade do problema, suas extremadas deficiências técnicas e jurídicas, sua absoluta falta de sistemática legal, declaramos ao sr. Secretário a impossibilidade de regulamentar uma lei deste jaez, a não ser que elaborássemos, pelo menos, um novo projeto de lei, emendando e ajustando a que já havia sido sancionada,

dentro de cuja condição poderíamos elaborar o regulamento. O sr. Secretário autorizou que continuássemos o nosso trabalho nessa base, como de fato o fizemos, entregando-lhe em tempo oportuno os dois projetos: o emendativo e do projeto regulamentador.

Infelizmente, as declarações publicadas omitem as referências desfavoráveis que fiz à lei da reforma e ao seu regularmente, ultimamente publicado. Declarei que a experiência feita no Instituto de Educação NÃO era suficiente para autorizar a reforma. Pois bem, a publicação do texto cortou a negativa, alterando substancialmente o que havia dito.

Jamais declarei que a defesa da autonomia das disciplinas seja para preservar a situação jurídico-administrativa dos professores (embora este é um dos motivos a ponderar na questão), pois que o assunto comporta uma análise complexa de dados didáticos e pedagógicos.

Assim sendo, senhor diretor, quero exprimir sinteticamente a minha posição em face do problema da reforma do ensino normal cearense. Entendo que não podemos permanecer como estávamos e necessitamos de uma reforma que, preliminarmente, retire o ensino normal do caos a que chegou; entendo que a reforma proposta pela última lei contém alguns princípios judiciosos; longe, porém, estou de concordar com a lei e o regulamento publicados, no conjunto geral dos seus princípios e dispositivos, aos quais me oponho por julgá-los contraproducentes e imaturas em face da realidade cearense no campo pedagógico, inteiramente fiel à atitude que já havia assumido na comissão regulamentadora de que participei.

Grato pela publicação, subscrevo-me.

Atenciosamente.

JOSÉ DENIZARD MACEDO DE ALCÂNTARA.”

REFORMA RADICAL DO ENSINO NORMAL, BASE PARA REVISÃO DA ESCOLA PRIMÁRIA

O POVO, 13 de Abril de 1959, p. 8

Durante a permanência do prof. Hugo Lira à frente da Diretoria de Fiscalização, debateu-se publicamente a situação dramática e crítica do ensino primário do Estado, tendo-se levantado então vários fatores, responsáveis pelo estado de calamidade pública a que chegou a educação elementar cearense. Ninguém, portanto, mais credenciado para se pronunciar sobre a Lei do ensino do (sic) normal porque, a este tempo, pôde apreciar, com fidelidade, a carga de responsabilidade de que cobre a este fator na deficiência e ineficácia do mais importante assunto da pasta da Educação, o ensino primário, no qual vai servir como Diretor do setor de Fiscalização do Ensino do Estado.

Iniciou suas declarações com as seguintes palavras:

“De posse dos resultados de estudo do Banco do Nordeste, divulgado em declarações de seu presidente, o dr. Raul Barbosa, de que nas zonas rurais o analfabetismo no Ceará atinge a porcentagem de 85%, ainda me convenci mais da urgência de reformar a organização e estrutura do ensino elementar do Ceará. E nada se poderá fazer de duradouro se permanecer o anacrônico e vazio sistema de formação do professor primário. É gritante a necessidade de uma lei do ensino normal”.

Não lhe parece, prof. Hugo Lira, que a atual estrutura pedagógica possa oferecer um tipo de professora capaz de assumir a responsabilidade do exercício da docência e direção de uma turma, turno ou escola?

– “Não. Há um desajuste intransponível entre a iniciação dada pela atual escolas normal e seu equipamento de hábitos, experiências, idéias, etc., tudo feito para situações de vida de 20 anos atrás, e do homem comum desse período e as condições inteiramente novas e dra-

máticas dos alunos de hoje e, portanto, dos interesses e necessidades do homem de agora. Este divórcio entre a formação dada no ensino normal atual e a realidade social da escola se mede por fatos bem significativos e concretos”.

Poderia enumerá-los?

– “Pois não. Quando, na Diretoria de Fiscalização do Estado, tentei examinar o estado das escolas normais, encontrei a aberração de se entregar a regência de cadeiras técnicas a pessoas que estavam em dificuldades financeiras, sendo essa a única habilitação para exercê-la. Às vezes eram pretendentes a cargos subalternos de inspetor de alunos ou auxiliar de secretaria. Por essa razão, estabeleci como condição para lecionar no Normal o prévio registro na Secretaria de Educação, bem como ser portador de diploma de curso superior.

E não é só isso. Encontrei inúmeras que, ao serem solicitadas a declarar que método utilizavam na alfabetização em sua turma, armavam um ar de espanto como se ouvissem falar em uma cousa desconhecida e de que nunca lhe haviam tido mesmo notícia.”

Indagamos então ao professor Lira, Orientador Educacional do Liceu, Técnico da Secretaria de Educação da Prefeitura, o que achava da Lei nº 4410-58 e seu regulamento saído no corrente ano?

– “É uma ótima Lei. Encerra solução e remédios para a maioria dos males e defeitos de formação do novo professorado primário, naturalmente que lhe faça algumas restrições”.

Poderia o professor enumerar os males e defeitos de formação do professorado e os remédios consubstanciados na lei nº 4410-58 e seu regulamento?

– “A falta de prática de ensino, a ausência de vocação para o magistério, a inexperiência na direção de classe, o conhecimento das jovens professoras, quando os possuem, constituídos mais à base de informações do que de vivência, o caráter altamente individualista do seu trabalho e a inexperiência completa no trabalho em equipe e de grupo, encontram remédios e soluções mais ou menos. Adequados e corretos nos estágios durante o curso e no necessário para diplomação, nos testes vocacionais e psicológicos do vestibular e na orientação educacional durante o curso, no próprio recesso escolar renovado, na forma nova de desenvolver os programas através de pesquisas, de seminários, estudos bibliográficos, etc.; a organização das atividades complementares educa a futura mestra para o trabalho em equipe.”

A certa altura, afirmou o professor que fazia algumas restrições à lei.

Poderia defini-las?

– “Com certo constrangimento o faço. Discordo da forma ousada e valente como foi feita a reforma. Não porque devesse mudar quase nada senão em detalhe a lei, mas porque sei que a mentalidade do professorado do ensino normal está muito aquém da nossa realidade educacional e da cultura pedagógica atual. Uns por desconhecimento, outros por apêgo ao tradicional. Ainda porque um bom grupo se decide por razões de amizade e não por exame real do problema. Transferem ao crédito das ligações afetivas e não ao exame da razão e à consulta dos interesses superiores do ensino, a aprovação ou desaprovação de estatuto de fundamental importância e de tão alto teor de atualidade. Em síntese, não é propício o clima para um debate em nível alto e de “isenção”.

Apesar da atitude de equilíbrio e imparcialidade do sr. Secretário de Educação, que neste caso se revela à altura da importância do assunto, acha que será revogada a lei do ensino normal?

– “Voltar à situação anterior é voltar à calamidade acima descrita. É preferível uma lei cuja execução se faça gradativamente, como é o caso do Rio Grande do Sul, em que somente agora, no quarto ano de vigência, as escolas normais localizadas em comunidades de condições sociais ainda pouco desenvolvidas se ajustam ao que já se institucionalizou há mais de dois anos em Porto Alegre. Como está é que não pode ficar”.

ALUNAS SAÍRAM ÀS RUAS DA CIDADE PARA DEFENDER A REFORMA DO ENSINO NORMAL

O POVO, 14 de Abril de 1959, p. 1.

“NÃO QUEREMOS AULAS DE SALIVAÇÃO”

As ruas centrais da cidade viveram hoje momentos de incomum animação quando normalistas saíram em praça pública para protestar, com todo entusiasmo próprio da juventude, contra a pretendida revogação das normas legais que estatuíram a reforma do ensino normal.

O POVO foi sacudido, na manhã de hoje, por numeroso grupo de alunas do Instituto de Educação, cuja saudação inicial aos nossos redatores consistiu nestas palavras, proferidas em uníssono: QUEREMOS A REFORMA! QUEREMOS A REFORMA!

Na ocasião, falou o estudante Sobreira Góis, que, em nome de todos que freqüentam cursos normais, solicitou o nosso apoio para a campanha que encetam em favor da manutenção da reforma do ensino normal.

Em resposta, o diretor de O POVO, depois de explicar que o jornal já havia publicado várias notícias e reportagens a respeito da momentosa questão, disse que continuava com as suas colunas abertas, à disposição dos que desejassem discutir a matéria, cuja importância não se pode deixar de reconhecer.

A seguir, destacou-se um grupo de alunas do 3º ano normal, que desejou externar o seu protesto contra as declarações do professor Denizard Macedo, manifestadas através de uma entrevista concedida a O POVO, em que aquele educador faz afirmações que consideram estranhas à realidade.

Declararam, entre outras coisas, que o aludido professor, naturalmente assoberbado por suas campanhas de natureza política, não tivera tempo de observar de perto as atividades das alunas do 3º ano normal do Instituto de Educação durante 1958 e nestes dois meses de 1959.

— “Não obstante haveremos encetado as nossas atividades sem a necessária experiência, ainda como um ensaio, conseguimos dar grande rendimento ao trabalho. Organizamos muita coisa. E, se mais não fizemos, a culpa não nos cabe diretamente. Ao contrário do que afirma o professor Denizard, nós temos o máximo interesse em tornar viva e palpitante a reforma do ensino normal. Queremos aulas práticas, com vimos fazendo no Centro Educacional, em que nós próprias, alunas do Centro Educacional, fomos incumbidas de ministrar aulas ao ensino primário. Não pense o professor Denizard Macedo que nos contentaremos mais com aulas de salivação. Queremos dinamismo e objetividade no ensino normal.”

“QUEREMOS A REFORMA”

O POVO, 16 de Abril de 1959, p. 6

Continua o movimento estudantil encabeçado pelas alunas do Instituto de Educação a favor da reforma do ensino normal. Hoje pela manhã as normalistas saíram novamente à rua, em visita às redações dos jornais proclamando, em altas vozes, o mesmo “slogan” — QUEREMOS A REFORMA! Numerosas faixas e cartazes eram empunhados pelas estudantes contendo dizeres alusivos ao movimento que estão empreendendo e apregoando as vantagens da reforma que desejam seja assegurada pelas autoridades.

Estiveram novamente na redação de O POVO. Anotamos os seguintes dísticos: “Recorreremos aos últimos recursos em defesa dos nossos direitos”; “Sem mocidade que vibre não há país que se projete na História”; “A Reforma colocará o Ceará na vanguarda da nova men-

talidade educacional do país”; “A escola primária é o alicerce da cultura”; “Confiamos no espírito dinâmico do ilustre Governador do Estado”; “Esperamos o apoio do nosso eminente Secretário de Educação”; “Queremos a reforma”; “Dinamismo! Prática!”.

CONTRA A REFORMA DO ENSINO NORMAL QUINZE PROFESSORES DO INSTITUTO DE EDUCAÇÃO

O POVO, 23 de Abril de 1959, p. 8.

Entre outras sugestões, figura a que preconiza a separação do curso ginasial dos cursos primário e normal – Íntegra da exposição feita ao Secretário de Educação Figueiredo Correia.

Professores do Curso Normal do Instituto de Educação acabam de enviar ao Secretário de Educação e Saúde, sr. Joaquim de Figueiredo Correia, longo e minucioso memorial acerca da reforma do Ensino Normal.

No referido documento, além de se insurgirem contra vários aspectos da referida reforma, 15 professores pedem a separação do curso ginasial dos cursos primário e normal.

Eis, na íntegra, o memorial:

Iº – CONSIDERAÇÕES GERAIS

Uma reforma do ensino normal no Ceará, fundamentada nos modernos princípios e métodos de investigação científica, requer um estudo acurado – por meio de inquéritos, pesquisas, levantamentos – da realidade educacional, social e econômica do Ceará e do Nordeste brasileiro.

Somente de posse de dados inferidos de experiência, do meio cultural cearense, poderíamos realizar um planejamento de reforma do ensino que procurasse conciliar, na medida do possível, as conquistas universais das ciências da educação e as condições específicas de uma Província, de economia de base agro-pecuária, situada, por seu turno, no coração do Polígono das Sêcas.

Não nos consta que os órgãos responsáveis pela educação, direção e orientação do ensino estadual tenham realizado nenhum trabalho, tecnicamente dirigido, neste sentido.

O espírito científico, que deveria ter presidido à confecção do plano da reforma, foi substituído pelo açodamento de estatuto legal, elaborado de cima para baixo, sem prévia consulta aos dados culturais e econômicos da região nordestina.

Não se esperou, como era de prever, pelos resultados do levantamento que o INEP realizou em nosso Estado em 1958, que, apesar de limitado e precário, poderiam constituir um interessante subsídio para o plano a elaborar. Não se convocou nenhum seminário do magistério normal, que reunisse professores de todas as escolas normais do Estado, da capital e do interior, e que nos permitisse realizar uma reforma de base, devidamente adaptada às condições do nosso meio e de nossa terra. Não se procurou conhecer os resultados das pesquisas realizadas por técnicos cearenses, sob o patrocínio do Banco do Nordeste, sobre as condições atuais de nossa vida social e econômica. Não se realizaram estudos especiais sobre a origem e a evolução do ensino normal e primário no estado, para aferir, dentro de uma perspectiva histórica, das constantes de seus erros, contradições e desajustamentos.

Trata-se, evidentemente, de uma obra de cúpula, de uma “reforma de regulamento”. Sem preparar cultural e tecnicamente o magistério normal para os objetivos educacionais a atingir, como o fez sabiamente Lourenço Filho em 1922; espera-se um milagre pedagógico de um estatuto legal...

Em verdade, o espírito de transplantação e de imitação norteou, consciente ou inconscientemente, a reforma do ensino normal: – olvidou-se que os sistemas educacionais, mesmo em seus fundamentos filosóficos e científicos, não podem ser compreendidos fora da realidade cultural, social e econômica do país e da região.

IIº – CONDIÇÕES ESPECÍFICAS

1 – Ensino Normal como campo de experiência.

Tratando das finalidades do ensino normal, a “Lei Orgânica” estabelece que ele deve “servir de campo de experimentação de métodos pedagógicos, etc.”

Nada autoriza, a nosso ver, a transformação de todo um sistema educacional, compreendendo uma rede escolar de mais de 30 escolas normais, situadas em diferentes regiões do Estado, num campo de experiências de métodos e processos revolucionários do ensino.

No Ceará, um verdadeiro espírito científico, senão uma medida de prudência e bom senso, aconselharia, no mínimo, a criação de classes de experimentação, paralelas ao currículo normal, cujos resultados serviriam de base de estudos necessários ao planejamento racional de uma reforma de ensino.

Não se trata de um misoneísmo de nossa parte, pois conclusões de grupos de estudos de Congressos Internacionais – dos mais avançados e revolucionários em matéria pedagógica e social – se precavam contra as tendências que visam transformar o ensino num laboratório de pesquisas e experiências: “Le maitre ne doit pas transformer la classe en laboratoire” (Das conclusões de grupos de estudos de “Journées Internationales de Psychologie de L’Enfant”, realizadas em Sorbonne, sob a presidência de H. Wallon, de que participaram 700 psicólogos e pedagogistas de 43 países).

Parece-nos que faltou aos teóricos da reforma cearense a compreensão de um fato elementar: o movimento escola-novista, ultrapassada a fase iconoclasta, peculiar à etapa inicial de todos os movimentos de renovação ideológica, amadureceu dentro do mais sério espírito científico.

As críticas aos excessos do experimentalismo, do tecnicismo, do psicologismo, tão brilhantemente realizadas por De Havre, já não se restringem ao campo da pedagogia católica. Subscrevem-nas, ora mais ora menos, psicólogos e pedagogistas das mais revolucionárias tendências ideológicas, de um Smirnov, de um Leontiev, de um Tomaszewsky, etc.

Uma coisa é a pesquisa, a experimentação, compreendidas como método de investigação científica. Outra coisa é transformar a pesquisa ou a experimentação numa filosofia de vida e de valores humanos.

2 – ORGANIZAÇÃO CURRICULAR E UNIDADE DE TRABALHO.

Não acreditamos que a estrutura curricular do curso normal, tendo por base o conceito de “unidade de trabalho” expresso no Regulamento, seja exequível nas atuais condições culturais e técnicas de nossas escolas normais.

Trata-se de uma estruturação teórica, de difícil execução por parte do nosso magistério, e por isto mesmo, destinada a tornar-se letra morta de artigos e parágrafos de leis e regulamentos. Olvidou-se um princípio básico de psicologia de aprendizagem: só se aprende a fazer, fazendo...

Quantos cursos, bolsas de estudos, estágios, já foram concedidos pelo Estado aos professores do ensino normal da capital e do interior?

Da ausência dessa preparação técnica, indispensável a todo movimento de renovação pedagógica, resulta um esforço de boa vontade, mas puramente empírico, de aplicação dos novos métodos por parte do magistério do ensino normal.

Faltou, assim, na elaboração e execução da reforma cearense, o verdadeiro espírito científico.

Aliás, o próprio Estado de São Paulo, apesar de seu grande desenvolvimento cultural e econômico, não se aventurou a modificações extremadas na sua recente reforma do ensino normal.

Infelizmente, a nossa crítica não se restringe à sua inexequibilidade, mas às próprias normas de estruturação curricular adotadas pelo regulamento.

No Rio Grande do Sul a reforma do ensino normal, apesar de avançada para as condições atuais de evolução cultural, política e econômica à da vida cearense, constitui um sistema coerente e harmonioso.

O reformador gaúcho substitui o conceito clássico de disciplinas discriminadas e organizadas em séries por “cursos que constituem problemas a resolver e a discutir, visando situações reais da vida em forma de unidades de estudo, tanto quanto possível” (Número 5, exposição de motivos de João Mariano Beck) e que vem confirmado pelos itens VII da Lei nº 2.558 de 25 de Janeiro de 1955, que organiza e fixa as bases do ensino normal.

Em nenhum artigo ou parágrafo da lei ou do regulamentos gaúcho há quaisquer referências a disciplinas discriminadas. O número de unidades de estudos é fixado por divisões e não por disciplinas autônomas. O currículo normal sul-riograndense se organiza em cursos, constantes de problemas da vida real a resolver, cursos estes que se distribuem em divisões didáticas, e estas, por sua vez, em departamentos.

A reforma paulista tomou outra orientação: limitou-se a reunir em secções das disciplinas afins. Aliás, o reformador bandeirante discrimina, no próprio estatuto regulamentar, as disciplinas integrantes de cada secção.

Podemos ou não concordar com as soluções adotadas no Rio Grande do Sul, ou em São Paulo, mas uma coisa não lhes podemos negar: o caráter de um harmonioso sistema de educação.

Infelizmente, o reformador cearense pretende justapor em mosaico, como colcha de retalhos, idéias e sistemas diferentes e até mesmo antagônicos. Cobia-lhe escolher entre uma ou outra solução. Mas ao contrário disto, organiza o currículo por disciplinas, definidamente discriminadas no artigo 11 do Regulamento, e estabelece a unidade de trabalho como entidade autônoma. Sem apreender o espírito de sistema que presidiu a reforma gaúcha, destacou, arbitrariamente, idéias e normas soltas, que perdem de significação e finalidade, quando afastadas do corpo sistemático a que pertencem. Parece-nos que não se atingiu, sequer, o conceito real de unidade de estudo.

Na reforma gaúcha, os cursos organizados em unidades de estudos visam debater e resolver problemas da vida real.

No ante-projeto do Regulamento, divulgado em caráter oficioso pela Secretaria de Educação e Saúde, compreende-se, a título de exemplificação, por unidade de trabalho, uma série de especializações de disciplinas teóricas devidamente discriminadas no próprio trecho do anteprojecto.

3 – ASSUNTOS VÁRIOS

Além disto, outras normas legais e regulamentares são susceptíveis de discussão e de crítica.

- a) A estruturação dos Departamentos de competência da congregação de cada escola normal da capital e do interior, artigo 8º da Lei e § único do artigo 12 do regulamento;
- b) o estágio suplementar de seis meses de centenas de normalistas, com respectivo pré-salário, devidamente custeado pelo Estado, artigo 30 da Lei e § único do artigo 4º do Regulamento;
- c) a amplitude de atribuições conferidas ao Conselho Técnico do Instituto de Educação, que invade as esferas dos órgãos administrativos e técnicos da Secretaria de Educação e Saúde (artigos 66, 67, 68 do Regulamento);
- d) manifesta contradição entre os princípios estabelecidos pelos arts. 2º e 4º da Lei;

- e) ininteligibilidade do artigo 14 da Lei;
- f) choque entre o parágrafo único do artigo 16 da Lei e o único do artigo 35 do Regulamento;
- g) absoluta contradição entre o artigo 27 da Lei e o artigo 60 do Regulamento, no que tange à escolha dos professores para as escolas de aplicação nos estabelecimentos oficiais.

IIIº – CONCLUSÕES

Os signatários do presente parecer, reiterando opiniões expressas publicamente, nas fases de estruturação da Lei e do Regulamento, sugerem que se proceda à elaboração de um plano racional e técnico de reforma do ensino normal, o qual requer:

- a) Prévio conhecimento da realidade educacional e sócio-econômica do Ceará, levado a efeito por meio de pesquisas, inquéritos e levantamentos;
- b) preparação cultural e técnica do magistério normal de todo o Estado, por intermédio de estágios, cursos e seminários;
- c) concessão preliminar da completa autonomia do Curso Normal em relação aos demais ciclos do ensino médio, com o objetivo de constituir uma unidade administrativa e pedagógica independente.

Fortaleza, 10 de Abril de 1959.

Moacir Teixeira de Aguiar, José Teixeira de Freitas, Antônio Filgueiras Lima, Walmi-ki Sampaio de Albuquerque, José Denizard Macedo de Alcântara, João Cavalcante Figueiredo, Olívia Sampaio Xavier, Francisco Pereira Matos, Paulo Alberto, Waldo Vasconcelos Rios, Maria Eldair Barros Oliveira de Freitas, Maria Nely Aguiar, Clóvis Catunda, Francisco Austregésilo Lima e Maria de Lourdes Gondim.

RENASCE O CENTRO CULTURAL DAS NORMALISTAS

O POVO, 19 de Maio de 1959, p. 8.

Empossada a diretoria – Sônia Maria de Castro promete todo o seu esforço pelo crescimento da entidade – Relação dos dirigentes do Grêmio

Realizou-se Sexta-feira no Centro Educacional de Fortaleza a posse da diretoria do Centro Cultural das Normalistas, agremiação representativa das discentes daquele estabelecimento.

A professoranda Sônia Maria de Castro é a presidenta do Centro.

Falando à reportagem de O POVO, Sônia declarou que pretende movimentar o Centro Cultural, porque ele estava muito apagado nos meios estudantis.

SESSÃO DE POSSE

A sessão solene de posse da nova diretoria do grêmio das normalistas foi presidida pelo diretor do Instituto de Educação, prof. José Sobreira de Amorim.

O programa constou do seguinte:

- Abertura da sessão pela vice-diretora, professora Susana Bonfim Borges.
- Posse da diretoria pelo diretor do Instituto de Educação.
- Palavra da oradora, Rose Mary e Silva.
- Palavra da Presidenta.
- Saudação do Clube do Canto.
- Palavra do dr. Sobreira Amorim
- Encerramento da sessão com o Hino Nacional.

DIRETORIA

É a seguinte a diretoria do Centro Cultural das Normalistas.
Orientador Geral: prof. Francisco Austregésilo Rodrigues Lima.
Presidenta – Sônia Maria de Castro.
Vice – Vânia Gurgel Bastos.
1º secretária – Lucimar de Sousa.
2º secretária – Eunice Simões.
1º oradora – Rose Marie Silva.
2º oradora – Osmarina Cordeiro.
1º tesoureira – Janete Klein.
2º tesoura – Socorro Alencar.
1º bibliotecária – Nazira Asfor.
2º bibliotecária – Francinete Saraiva.

DEPARTAMENTOS

Social – Valcira Peixoto.
Esportivo – Lúcia Travares.
Cultural – Salete Pequeno e Zélia Matos.
Conselho Superior – Aglauri Barbosa, Rosa Amélia Aguiar, Lúcia Militão e Maria de Jesus Carvalho.

PALAVRA DA PRESIDENTA

A presidenta do Centro Cultural pronunciou o seguinte discurso por ocasião de sua posse:

– Sendo eu, dentre tantas garotas de capacidade, a escolhida para presidenta deste tradicional Centro Cultural das Normalistas, venho com o meu pouco dom oratório dizer algumas palavras de agradecimento pela grandiosa honra que me consideraram ao me confiarem este importante cargo. Não poderia eu negar que a minha vaidade de aluna se elevou em poder ser, a partir de agora, a colega em quem vocês poderão confiar e que fará tudo para projetar, com a cooperação de todas, o Centro em destaque sob todos os aspectos que lhe diz respeito e participação que lhe seja solicitado. Se até agora eu trabalhei pelo engrandecimento deste destacado colégio, de agora em diante, como membro do Centro Cultural das Normalistas, me esforçarei mais, para não decepcioná-las, e fazer com que o Centro Educacional apareça como uma entidade estudantil superior e de destaque nos seus meios. Aqui fica o meu agradecimento a todas vocês, como também os préstimos do Centro Cultural das Normalistas à diretoria deste estabelecimento.

O CENTRO EDUCACIONAL VOTA CERRADO EM SEUS CANDIDATOS

O POVO, 29 de Maio de 1959, p. 8.

Lauro de Oliveira Lima e Zilah Rosa e Sousa reúnem a Preferência do Estabelecimento

Aproxima-se de seu final o concurso para a escolha do Professor Padrão, patrocinado por O POVO, que será encerrado com mais três apurações, ou seja, precisamente a 13 de julho próximo.

Amanhã, os participantes do concurso aguardarão novas surpresas, enquanto vai se tornando mais crescente a votação dos candidatos que estão em evidência, como os professores Raimundo Antunes Ferreira, Sebastião Praciano, José Ribamar de Moraes, Zilah Rosa e Sousa, Otávio Farias, Martinz de Aguiar, Solon Farias, Manuel Cavalcante Gomes, João

Hipólito Campos de Oliveira, José Maria Campos de Oliveira, além de outros que vão se projetando de acordo com a marcha da campanha.

DOIS COUPONS

Em face de O POVO não haver circulado ontem, por motivo de feriado, publicamos hoje dois coupons, a fim de complementar a falta que fez ontem para os votantes do concurso.

VOTAÇÃO CERRADA

Espera-se que desta vez seja o Centro Educacional, o estabelecimento que maior votação apresenta na apuração de amanhã. Os professores Lauro de Oliveira Lima e Zilah Rosa e Sousa não tiveram a quantidade de votos que o Instituto de Educação deu aos seus candidatos. A comissão de O POVO teve que se desdobrar para fazer apuração de duas vezes.

A urna de O POVO está recebendo a maior votação dos participantes do concurso de Professor Padrão, enquanto alguns comitês estão distribuindo votos em todas as urnas localizadas nos estabelecimentos.

Departamento Feminino do Liceu Finca o Pé e Diz:
“DAQUI NÃO SAIO, DAQUI NINGUÉM ME TIRA”

O POVO, 06 de Junho de 1959, p. 10.

Alunos do Estabelecimento Iniciam Movimento Contra a Transferência Para o Instituto de Educação - Comissão de Jovens Visita O POVO

Alunas do Liceu do Ceará vêm lançar o mais veemente protesto contra a transferência do Departamento Feminino do velho casarão de Jacarecanga, conforme pensamento do Governo do Estado, com o objetivo de extinguir, paulatinamente, os cursos que concentram as jovens do ginásio, científico e clássico daquele estabelecimento.

Assim é que se anuncia a extinção da primeira série no ano vindouro, cuja medida inicial é a não aceitação das alunas e, daí por diante, nos anos seguintes, até que o Departamento Feminino do Liceu se reduza e fique somente o Instituto de Educação admitindo candidatas às classes que formam os atuais cursos daquele colégio.

A medida desgosta os meios liceais com grande revolta, porque o Departamento Feminino do tradicional estabelecimento foi transferido do Instituto de Educação para sua sede própria, na gestão do governador Paulo Sarasate, em atenção ao grande educador dr. Odilon Gonzaga Braveza, então diretor do Liceu, que conseguiu retornar ao Liceu a tradição de colégio misto.

ALUNAS REVOLTADAS

Numerosa comissão de alunas do curso científico do Liceu veio ao O POVO, lideradas pela srta. Maria Angélica Matos Cunha, que fez elucidativo improvisado, afirmando, categoricamente, que nenhuma aluna do Colégio Estadual irá para o Instituto de Educação, pois que estão resolvidas a revolucionar o estabelecimento e sustar, por todos os meios, a saída do Departamento feminino, embora até com a medida extrema da greve.

PASSEATA

As jovens liceístas estão decididas a fazer uma passeata, caso o Governador do Estado não permita a permanência do Departamento Feminino no Colégio Estadual.

PÂNICO ENTRE AS ALUNAS DO CENTRO EDUCACIONAL

O POVO, 08 de Junho de 1959, p. 8.

“Rabos de burro” rondando nas imediações do estabelecimento - atentado a uma criança

Crianças do Centro Educacional estão assombradas com os “rabos de burro” que ficam nas adjacências daquele estabelecimento, foi o que informou o sr. Francisco Leite da Costa, genitor de uma aluna do curso primário, ao observar o fato ocorrido sexta-feira à tarde na rua 13 de Maio.

Narrou-nos o sr. Francisco Leite que, ao término da aula do centro educacional, saiu com sua filha e viu o alvoroço que ocorria na 13 de Maio, com a ação praticada por um “rabo de burro”, na ocasião trajando calça azul e camisa listrada, ao tomar uma menina de 13 anos e levá-la para uma casa em construção naquela artéria do Instituto.

Com os gritos das alunas e professoras o “rabo de burro” desapareceu e as providências solicitadas à Polícia lá não chegaram.

TARADINHOS DO BAIRRO DE FÁTIMA TÊM MENOS DE 17 ANOS!

O POVO, 10 de Junho de 1959, p. 6.

Retratos vivos do espantoso desvio moral que atinge parte da nossa juventude - perseguição quase diária às alunas do Centro Educacional

Foram identificados ontem, por suas próprias vítimas, os quatro “rabos de burro”, que, há dias, no bairro de Fátima, num automóvel “Perfect”, vinham perseguindo algumas meninas, alunas do Centro Educacional.

Os transviados são os jovens J.C.C., filho do sr. José Mário Chaves, residente à av. João Pessoa, 1449; F.R.P., filho do sr. Anselmo Alves de Oliveira, morador à Vila Arteiro, nº 4; I.M.N.G., filho do sr. Everardo Falconi de Gusmão, residente à rua Vicente Leite, 1022, casa 29, Aldeota; e J. D. Q., filho do sr. Péricles de Queiroz, morador à av. João Pessoa, 6155.

As idades dos jovens oscilam entre 16 e 17 anos.

PARA O CORPO DE BOMBEIROS

Cumprindo as determinações do Juiz de Menores, o Secretário de Polícia mandou que os implicados fossem recolhidos ao quartel do Corpo de Bombeiros, onde deverão ficar incomunicáveis. O inquérito está a cargo do delegado Eyron Benévolo, do 1º Distrito Policial, que deverá ouvir todos os implicados, inclusive seus próprios pais.

ALUNAS DO LICEU: NÃO SE COGITOU DE TRANSFERÊNCIA

O POVO, 11 de Junho de 1959, p. 11.

A propósito da propalada transferência das alunas para o Centro Educacional, que foi motivo de manifestações de descontentamento das jovens, os professores Moacir Teixeira de Aguiar, José Teixeira de Freitas e José Denizard Macêdo de Alcântara, integrantes da comissão que estuda a criação do futuro Colégio Estadual de Fortaleza, fizeram declarações a O POVO.

As informações que nos prestaram estão resumidas nos seguintes itens:

- a) – Que a comissão limitou-se a tratar da estruturação da nova unidade escolar, de nível secundário, destinada exclusivamente à educação da juventude feminina;
 - b) – Que nunca se cogitou da transferência das turmas femininas do Colégio Estadual do Ceará para o Centro Educacional, sito no bairro de Fátima, pois um dos seus objetivos pre-cipuos é separar do Instituto de Educação Justiniano de Serpa os ciclos ginásial e colegial que, atualmente, o integram;
 - c) – Que todas as deliberações da comissão, a serem encaminhadas ao govêrno, foram tomadas de comum acordo com o diretor do Colégio Estadual do Ceará, Professor Boanerges Sabóia;
 - d) – Finalmente, lamenta que alguns colegas do magistério secundário, quando entre-vistados pela imprensa, hajam formulado declarações sobre assunto que conheciam apenas através de boatos tendenciosos.
-

AS NORMALISTAS CRIAM UMA POLÍCIA SECRETA!

O POVO, 12 de Junho de 1959, p. 6.

Estão Sofrendo Vexames e Resolveram Reagir - Expulsão das que Mantiverem Conduta Comprometedora

As alunas do Centro Educacional de Fortaleza estão prometendo uma campanha em favor da valorização da farda que vestem e do conceito que sempre desfrutaram. Para tanto, as líderes do movimento estiveram reunidas, ontem, no Centro Cultural das Normalistas. Naque-la ocasião, foi levantado o seguinte problema: a farda do Instituto de Educação está sendo motivo de vexame para as normalistas.

Em face disso resolveram então encetar uma contra-ofensiva de grande envergadura, de maneira a que não sejam elas alvo de grosserias e despudoradas insinuações. Foi decidido, nesse sentido, a criação de um código de conduta, competindo ao Centro Cultural das Norma-listas vigiar rigorosamente a sua aplicação e determinar as sanções que cada caso específico exigir. Uma comissão secreta de observação será constituída com poderes para pedir à direção do estabelecimento a eliminação da aluna de conduta comprometedora.

Deliberaram ainda pleitear ao governador do Estado a criação do Serviço de Orienta-ção Educacional, destinado a esclarecer e orientar as alunas mais inexperientes em seus pro-blemas de formação de personalidade. Reivindicação, por outro lado, dos proprietários das empresas de transportes coletivos, exclusividade de ônibus para a condução das normalistas do Centro Educacional

O INSTITUTO DE EDUCACÃO SERÁ DESDOBRADO EM DOIS COLÉGIOS

O POVO, 19 de Junho de 1959, p. 8.

Temos a divulgar hoje uma notícia fadada a ter ampla repercussão nos meios edu-cacionais: tudo leva a crer que o tradicional Instituto de Educação Justiniano de Serpa será transformado em duas unidades juridicamente independentes, abrigando uma delas, o curso secundário e, em outra, o curso normal. Trata-se, com efeito, de antiga aspiração do professo-rado alimentada pela conveniências pedagógicas de que se reveste. Aliás, o primeiro passo em prol daquele objetivo foi dado, em março deste ano, quando o curso normal passou a funcio-

nar em outro prédio, ou seja, no Centro Educacional, ficando o curso secundário no velho edifício da Praça Filgueira de Melo.

TÉCNICO

Agora, em importante reunião realizada anteontem, sob a presidência do prof. José Sobreira de Amorim, o Conselho Técnico Administrativo do Curso Normal aprovou a separação definitiva dos dois cursos, vindo em abono dessa decisão a Lei de Reforma do Ensino Normal aprovada há pouco, ter preparado legalmente a sonhada independência. Igualmente, aprovou-se que tal separação deve vigorar a partir de 1º de janeiro de 1960, em cuja véspera deverá se extinguir, segundo se decidiu, o período da administração atual (1 diretor e 5 vice diretoras).

NOVA DENOMINAÇÃO

O curso secundário, como unidade juridicamente independente, terá nova denominação, já havendo sugestões nesse sentido, tais como Colégio Estadual Feminino, Colégio Estadual de Fortaleza, Colégio Feminino do Ceará, etc.

CONTINUARÁ O DEPARTAMENTO DO LICEU

O Departamento Feminino do Colégio Estadual do Ceará continuará funcionando normalmente, pois a transformação a ocorrer na Escola Normal nada lhe diz respeito.

APOIO DO GOVERNO

Tem-se como certo que o governador Parsifal Barroso dará pleno apoio à aspiração do professorado. Corroborando essa assertiva, podemos informar que o chefe do Executivo cearense nomeou, há pouco tempo, uma comissão para estudar o velho desejo do professorado.

A REFORMA DO ENSINO NORMAL DO CEARÁ NA PALAVRA DE ABALISADO EDUCADOR

O POVO, 22 de Junho de 1959, p. 5.

Entrevista a O POVO do Professor Moreira de Sousa

Durante a presença, em Fortaleza, do professor Joaquim Moreira de Sousa, técnico de educação dos mais destacados em nosso país, pioneiro do ensino normal rural e autor de vários estudos relacionados com o problema educacional brasileiro, muitos dos quais realizados no próprio Estado do Ceará, sua terra natal, a reportagem de O POVO procurou ouvi-lo em entrevista, a respeito da momentosa questão da reforma do ensino normal em nosso Estado, assunto que há suscitado, nestes últimos meses, entusiástica discussão entre os educadores cearenses.

A REFORMA

Inicialmente, disse-nos o dr. Moreira de Sousa que somente há poucos dias tomou conhecimento da Lei nº 4.410, de 26 de dezembro de 1958, e do Regulamento baixado pelo Decreto nº 3.662, de 21 de março de 1959, referentes à recente Reforma do Ensino Normal, no Ceará. Deu-nos a seguinte opinião sobre a Reforma:

– É a mais adiantada legislação de ensino que já se realizou no Ceará, desde Lourenço Filho.

E explicou em que se baseia essa sua declaração:

– Até 1922, o que servia de inspiração ao ensino normal no Estado vinha do pensamento e da orientação de José Barcelos, educador cearense emérito, primeiro diretor da Escola Normal, fundada em 1884. De 1922 em diante, toda a inspiração e orientação veio de Lourenço Filho. Quando se saiu da linha mestra da reforma desse eminente pedagogo, foi sempre para pior.

O SEU PONTO CULMINANTE

A seguir, pedimos ao professor Moreira de Sousa que nos dissesse qual, no seu entender, o ponto culminante da atual reforma. Respondeu-nos, depois de alguma reflexão:

– A nova orientação para a análise dos problemas pedagógicos, criando nas diplomandas – futuras professoras – atitudes de investigação do real, desde o prédio, o equipamento e os currículos, até a criança, objeto primordial da educação, é, a meu ver, o ponto culminante.

Depois de uma breve pausa, acrescentou, salientando outro ponto que dá sentido novo à formação do professorado do ensino primário no Ceará:

– Com a execução dessa Reforma, pelo espírito que a anima, não são possíveis lições decoradas, apostilas e notas. Os professores são obrigados a entrar no campo da investigação científica. A observação e a experiência, como decorrência do estudo aprofundado da criança, que deve ser conhecida, para poder ser amada, constituem as molas principais para todo o preparo da professora, segundo a reforma.

A REFORMA E O ESTUDANTE

À nossa pergunta sobre se facilita ou dificulta a Reforma a vida do estudante, respondeu:

– Pela Reforma, o ensino é muito mais interessante e atraente, pois é feito através de vivências em clubes, grêmios e instituições de toda espécie. A Escola Normal passa a ser colméia, em vez de geléia; laboratório de ciência, em vez de sala de aula, onde o trabalho, movido pelo interesse em descobrir, em pesquisar, substitui a passividade do aluno, mero ouvinte, até então. Escola Normal funcional, em vez de Escola Normal informativa.

– Quer dizer que V. Sia. aplaude, sem restrições, a Reforma?

– Sim, para uma experiência, salvo a omissão, parece que deliberada, da formação do professor da zona rural. A Reforma, seguindo-se depreende claramente do texto, refere-se ao preparo do professor destinado a cidades. Não é lógico condenar-se uma reforma, por quebrar cânones antigos que deram lugar à rotina improdutiva e enfadonha.

O ENSINO NO CEARÁ

Concluindo sua entrevista, acrescentou o professor Moreira de Sousa:

– Tomando conhecimento da situação do ensino, especialmente no Ceará, em 1958, quando aqui estive procedendo a uma pesquisa ampla, comissionado pelo Ministério da Educação, quatro aspectos positivos, entre os muitos negativos, atraíram a minha atenção: a vida cultural da Universidade, com a dinamização de todas as suas unidades; a reforma do Ensino Normal, ainda em projeto, muito discutida; os cursos da CADES, sadio movimento de recuperação do ensino médio, e os cursos do Banco do Nordeste, feitos em colaboração com a Universidade. Com essa base, de estudo sério e fecundo, o ensino, no Ceará, foge ao abismo e marcha para o alto.

AUTONOMIA PARA O CENTRO EDUCACIONAL

O POVO, 6 de Julho de 1959, p. 2.

Reune-se hoje, às 14 horas, a congregação do Instituto de Educação Justiniano de Serpa para tomar conhecimento da mensagem a ser encaminhada pelo governador do Estado à Assembléia Legislativa, propondo a autonomia para os cursos ginásial e colegial daquele estabelecimento. No prédio da Praça Filgueira de Melo passará a funcionar o Colégio Estadual de Fortaleza, independente do Instituto de Educação, que continuará a funcionar no bairro de Fátima, e do Colégio Estadual do Ceará, antigo Liceu.

O projeto cria cargos de diretores e vice-diretores, uma vez que, autônomo, o novo estabelecimento terá diretoria própria e vice-diretorias para os seus diversos turnos. Seu atual

diretor, dr. Amorim Sobreira, é professor do curso secundário, devendo assim continuar à frente do futuro Colégio Estadual de Fortaleza. Quanto à diretoria do Centro Educacional, se aprovada a proposta governamental, será convocada a congregação do curso normal para a escolha do seu ocupante.

A autonomia administrativa do curso secundário do atual Instituto de Educação criará o problema do uniforme. Este, entretanto, poderá ser comum aos dois estabelecimentos, com distintivos peculiares ao Colégio Estadual de Fortaleza e ao Centro Educacional. As alunas dos dois cursos, agora distintos e separados, certamente farão questão de permanecer com a sua farda característica – saia rosa e blusa branca.

No tocante à denominação do Colégio Estadual Feminino, há três correntes: uma, que acha que a homenagem a Justiniano de Serpa deve ser mantida; a segunda, que a melhor denominação é Colégio Estadual de Fortaleza e uma terceira, que propõe outro nome para o estabelecimento. Somos a favor de que prevaleça a primeira, pois foi no Governo Justiniano de Serpa que se construiu o atual prédio do Instituto de Educação.

COLÉGIO ESTADUAL NO LUGAR DO INSTITUTO DE EDUCAÇÃO

O POVO, 7 de Julho de 1959, p. 8.

A congregação do Instituto de Educação Justiniano de Serpa (curso colegial) aprovou ontem o projeto do governador criando, em seu lugar, o Colégio Estadual do Ceará. A proposta governamental concede autonomia administrativa ao Centro Educacional, que funciona no bairro de Fátima e que se destina à formação de professoras primárias.

O Estado do Ceará passa a ter pois, na sua capital, três estabelecimentos públicos, dois dos quais o Centro Educacional e o Colégio Estadual de Fortaleza, exclusivamente femininos, e o outro – o Colégio Estadual do Ceará – com o turno da tarde renovado para as alunas. Assim, enquanto as mulheres podem ingressar em todos os institutos oficiais do Ceará, os rapazes têm apenas a seu dispor o antigo Liceu e, neste, unicamente dois de seus turnos. Por isso, fora pensamento da atual administração destinar o prédio da Praça Fernandes Vieira somente para alunos e o da Praça Filgueira de Melo para alunas, constituindo o Colégio Estadual do Ceará (masculino) e o Colégio Estadual de Fortaleza (feminino), ambos autônomos. Planejam agora nossas autoridades administrativas, conforme anunciou ontem na sessão da congregação do Instituto de Educação o dr. Mozart Soriano Aderaldo, assessor do governador Parsifal Barroso em assuntos educacionais, a criação de mais estabelecimentos de ensino mantidos pelo Estado e localizados nos diversos bairros.

A velha casa de educação da Praça Figueira de Melo será agora o Colégio Estadual de Fortaleza, sem ter no pátio o nome do presidente que a construiu, Justiniano de Serpa. A nova denominação de Colégio Estadual de Fortaleza constitui, a nosso ver, uma injustiça à memória de Justiniano de Serpa, cujo busto, por sinal, se ergue defronte ao estabelecimento.

O problema da farda não foi discutido na reunião de ontem, pois se trata de assunto a ser resolvido por sua diretoria. A opinião predominante é a de que o uniforme continuará o mesmo – saia encarnada e blusa branca, com os distintivos característicos dos dois cursos. Aliás, as normalistas já têm o seu símbolo, faltando tão somente as secundaristas criarem o seu para aposição na farda comum que já usam.

Quanto ao diretor, como o dr. Amorim Sobreira, pertence ao corpo docente do ensino secundário, é de supor-se que a congregação deste o indique novamente para a diretoria do novo Colégio Estadual de Fortaleza. Já o Diretor do Centro Educacional deverá ser escolhido pela sua respectiva congregação e indicado pelo governador Parsifal Barroso para a competente nomeação.

GOVERNO PEDE À ASSEMBLÉIA CRIAÇÃO DO COLÉGIO ESTADUAL DE FORTALEZA

O POVO, 23 de Julho de 1959, p. 2.

O Governador do Estado encaminhou, ontem à Assembléia Legislativa, mensagem acompanhada de projeto de lei que dispõe sobre a criação do Colégio Estadual de Fortaleza, o qual terá sede nesta capital e se destina, exclusivamente, a ministrar o ensino secundário à juventude feminina, cabendo ao Poder Executivo promover o seu reconhecimento e equiparação pelo Ministério de Educação e Cultura.

“O Colégio Estadual de Fortaleza – dispõe o projeto – constituir-se-á inicialmente das atuais séries dos cursos colegial e ginasial do Instituto de Educação Justiniano de Serpa. Funcionará, até que o Governo lhe destine instalações mais convenientes, no antigo prédio do Instituto de Educação Justiniano de Serpa, sito à Praça Filgueira de Melo, em Fortaleza, transferindo-se ao seu patrimônio o equipamento material e pedagógico ali existente, exceção feita do que for pertencente ao Curso Normal.

“O Instituto de Educação Justiniano de Serpa – determina o parágrafo único do art. 3º do projeto – compreendendo os Cursos Normal e Primário, passa a funcionar no conjunto arquitetônico do Centro Educacional, sito no Bairro de Fátima, nesta cidade, constituindo o núcleo inicial do referido Centro, nos termos do convênio firmado pelo Governo do Estado e o Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos”.

Noutros artigos e parágrafos, a proposição governamental dispõe ainda o seguinte:

A criação, nas parte permanente do Quadro do Poder Executivo, de um cargo de secretário, Padrão C-24, Tabela do Serviço de Administração Geral e Escritório, Grupo Ocupacional: secretário; e de uma função de Diretor, FG-15, Tabela de Funções Gratificadas, a serem lotadas no Colégio Estadual de Fortaleza.

A lotação, no Colégio Estadual de Fortaleza, dos cargos e funções do pessoal administrativo e docente até então a serviço dos cursos Ginasial e Colegial do Instituto Justiniano de Serpa, assegurados aos seus professores e funcionários todos os direitos e garantias estabelecidas pela legislação em vigor.

A consignação, no próximo exercício, das dotações necessárias ao funcionamento do Colégio Estadual de Fortaleza, continuando as despesas do presente exercício por conta das dotações consignadas para o Instituto de Educação Justiniano de Serpa. O Poder Executivo expedirá, dentro de 180 dias, o Regimento Interno do Colégio Estadual de Fortaleza.

PROFESSORANDAS FORAM AO VALE DO ACARAPE E VIRAM AÇUDE E USINAS

O POVO, 4 de Setembro de 1959, p. 6.

O professor Américo Barreira, titular da cadeira de Sociologia do Instituto de Educação Justiniano de Serpa, promoveu uma excursão anteontem, para as futuras professoras que se diplomam este ano, ao Vale do Acarape e município de Redenção, iniciativa inédita entre nós, e teve o objetivo de dar às futuras mestras uma visão prática da economia da região, bem como dar um contacto com a população rural.

As excursionistas visitaram pela manhã a indústria de aguardente e álcool da família Borges em Acarape, recebendo informações sobre o funcionamento daquele tipo de indústria. Visitaram o açude Acarape do Meio, do qual conheceram a história e características técnicas de construção, bem como a estação de tratamento d'água e as condições em que é feito o

abastecimento da cidade. Ao meio dia, participaram de um lauto banquete na residência do prefeito de Redenção, sr. José Alberto Mendonça de Souza e depois realizaram uma visita à indústria também de álcool e aguardente pertencente ao mesmo.

Em seguida assistiram à solenidade no Grupo Escolar Padre Saraiva Leão, onde falaram o professor Américo Barreira, dizendo do significado da excursão; o prefeito José Alberto, que pediu ao Secretário de Educação, sr. Figueiredo Correia, que estava presente, maior atenção para o ensino em seu município; e por fim o próprio titular da pasta de Educação, que disse da situação de sua Secretaria e prometeu para o fim do ano as reformas no grupo Escolar do município.

Finalizando, as excursionistas, o professor Américo Barreira e o jornalista Nelson Besa realizaram visita à usina de açúcar de Acarape, onde tiveram oportunidade de conhecer realmente o funcionamento da moderna fábrica.

ESCOLA NORMAL DIPLOMA MAIS UMA TURMA DE PROFESSORAS

O POVO, 09 de Dezembro de 1959, p. 8.

O Instituto de Educação Justiniano de Serpa, em brilhante solenidade realizada no Teatro José de Alencar, diplomou mais uma numerosa turma de professoras destinadas ao magistério primário. As concludentes, distribuídas pelas três (*na realidade, quatro*) turmas mantidas pela outrora Escola Normal, são as seguintes:

TURMA: professor Américo Barreira – Alba Dutra, Ana Maria S. Cavalcante, Angela Maria L. de Lavor, Antônia Isabel G. Holanda, Arlete Pimentel de Oliveira, Arisa Alcântara Batista, Aurila B. Quevedo, Aurélia S. Pontes, Benair Estevão Cavalcante, Cleomar Facundo, Corália Gonzaga Moreira, Dione P. Barreira, Ednusa N. Sales, Ely B. Farias, Fernanda Maria C. Araújo, Francis Mary L. Evaristo, Geraldina C. Monteiro, Giselda F. de Medeiros, Haydée P. da Silva, Ilzani Ramos Lucas, Inácia Arrais Fortaleza, Ináurea da Paz Rosa, Irene Aguiar Vasconcelos, Jacirema Lêda Moreira, Jandira Iêda Moreira, Jeanette Pinheiro Klein, Lisete Viana de Almeida, Margarida Maria Barreira, Marlene P. de Almeida, Maria Aparecida A. Araújo, Maria Aparecida G. Santana, Maria Áurea A. Vasconcelos, Maria Eronita de Oliveira, Maria Eunice Simões, Maria Eunice M. Carvalho, Maria Euzenir Fonteles, Maria Gislêda C. Andrade, Maria Helena G. Moreira, Maria Helena M. de Brito, Maria Ione G. Pereira, Maria Iracy Santiago, Maria Iva C. Moreno, Maria Ione A. Ribeiro, Maria Laene Bezerra, Maria do Socorro F. Rosa, Maria Weydes Silveira, Marilza Aguiar Vasconcelos e Rose Mary e Silva.

TURMA: Professora Noemi Costa Soriano Aderaldo – Aldery Soares Lôbo, Ana Lopes Braga, Antônia Martins Sabino, Aurineide M. Alencar, Eliane P. Peixoto, Francisca C. Sampaio, Francisca R. do Carmo, Francisca T. Nunes, Herbene P. Castelo, Idalina T. Jorge, Luci P. Pereira, Lúcia F. Félix, Maria Almedina Marinho, Maria Altair Brito, Maria Batista Moreno, Maria Celeste C. Ferreira, Maria Silma S. Carilé, Maria da Conceição Crisóstomo, Maria Conceição Leite, Maria Érica G. Gonçalves, Maria Eurídice Carvalho, Maria Gleucia S. Cartaxo, Maria Iracema A. de Castro, Maria de Jesus R. de Carvalho, Maria Luci da S. Costa, Maria Lúcia P. Siqueira, Maria Lucimar de Sousa, Maria Luísa da F. Ribeiro, Maria Maroni M. Barreira, Maria Neurian N. Pinheiro, Maria Sisenita B. Venâncio, Maria do Socorro A. Alencar, Maria do Socorro Capistrano, Osmarina Pitombeira Malveira, Raimunda L. Meireles, Terezinha Maria Campos e Marlene P. Rebouças.

TURMA: Professora Maria de Lourdes Vasconcelos Pinto – Aldaci F. de Sousa, Aldenisa Pessoa, Alice Maia Rodrigues, Aurilênia M. Gomes, Cleomar S. Albuquerque, Débora Vieira Ramos, Eloísa A. Cordeiro, Francisca Clotilde S. Cordeiro, Glória Maria Menezes

Arruda, Helysne Maria Azevedo, Ivoneide C. Cavalcante, Inês P. de Carvalho, Joana B. Machado, Leocrísia R. Bezerra, Marculina S. Martins, Maria Alda Bruno, Maria Aglauri R. Barbosa, Maria Amélia Ferreira, Maria Arice Pereira, Maria da Glória Marques, Maria Iêda de Azevedo, Maria Ivandir M. de Freitas, Maria Jandira Pessoa, Maria José de Lima, Maria José Pimentel, Maria Kilza C. Fares, Maria Marieta dos Santos, Maria Neusa Vieira, Maria Norma G. dos Santos, Maria Odélia S. Canuto, Maria Salete P. Pequeno, Maria Wilma S. Coelho, Maria Zely A. Sousa, Maria C. Braga, Marlene Maia Osterne, Marlise A. F. Baraúna, Neusa N. de Azevedo Sá, Norma Marisa P. Marinho, Raimunda G. Araújo, Rita Maria C. Albuquerque, Sárvia Maria N. Holanda, Vânia Mirdine M. Cunha, Vânia de Pontes Bessa, Vera Maria de Jesus B. Ahuade, Zélia Maria C. de Paula, Maria Leonita Cunha e Wilma Maria A. Novais.

TURMA: Professor Pe. Tito Guedes – Anamélia M. F. Carvalho, Carísia Maria B. Grangeiro, Germana Maria Diogo Siqueira, Luíza de Marilac R. Chagas, Maria Celeste da Cunha, Maria Sirene N. de Sousa, Maria Eneida S. Albuquerque, Maria das Graças G. Colares, Maria de Jesus Russo, Maria José Costa Pimenta, Maria José da S. Costa, Maria Inês Rocha Lima, Maria Laura Sales Pinheiro, Maria Lúcia Oliveira, Maria Mércia de Menezes, Maria Mirtes Monteiro Lopes, Maria Noélia Távora, Maria da Paz Gomes Colares, Maria Raimunda Pereira, Maria Rita Paiva, Maria Salete Nogueira, Maria do Socorro A. Arruda, Maria do Socorro Cavalcante, Maria do Socorro N. Eulálio, Maria Valcina N. de Sousa, Maria Vilany A. de Alencar, Maria Vilany Lopes, Maria Vilma G. Costa, Maria Zélia Matos Carneiro, Maria Zilma Bezerra, Maria Zuleide Nascimento, Nívea Márcia C. Colares, Raimunda Edna M. Paixão, Maura Martins Sousa, Regina Silvia Dias de Araújo, Romélia F. S. Santos, Rosa Amélia A. de Aguiar, Sônia Maria de C. Oliveira, Silvia de O. Barbosa, Sônia N. Holanda, Teresa Neuma R. Chagas, Terezinha A. Matos, Terezinha B. Nascimento Terezinha M. Timbó, Terezinha M. da Rocha, Vânia Maria G. Bastos, Zenaide Mendonça e Zilmar M. de Araújo.

ESTEVE REUNIDA A CONGREGAÇÃO DO COLÉGIO ESTADUAL DE FORTALEZA

O POVO, 4 de Março de 1960, p. 8.

Sob a presidência do professor José Sobreira de Amorim reuniu-se à tarde de ontem a congregação do Colégio Estadual de Fortaleza (antiga Escola Normal).

Inicialmente, aquele acatado mestre cumprimentou todos os presentes, referindo-se a seguir ao critério adotado pelo Conselho Técnico Administrativo para a distribuição das novas aulas surgidas este ano. Também o professor Sobreira de Amorim leu circunstanciado relatório de sua gestão no ano passado, fazendo, por outro lado, minuciosa prestação de contas.

O atraso do pagamento dos professores foi objeto de várias considerações. A burocracia foi apontada como responsável pela irregularidade, reservando-se parte da culpa ao Tribunal de Contas, onde as folhas de pagamento andam a passos de tartaruga.

NOMEAÇÃO DO DIRETOR

Por sugestão do professor José Valdivino de Carvalho, a congregação propôs a designação de uma comissão para se entender com o Secretário de Educação, dr. Figueiredo Correia, a fim de solicitar a sua interferência no sentido de que o Governador do Estado nomeie, o quanto antes, diretor do Colégio Estadual de Fortaleza, o professor José Sobreira de Amorim, escolhido por unanimidade para o cargo no ano passado. Trata-se de um ato governamental destinado a configurar legalmente uma situação de fato.

DESINCUMBE-SE A COMISSÃO

Ontem mesmo, uma comissão integrada pelos professores José Valdivino, Alencar Sobreira, Tamburini Porto, Paulo Gomes, Gotardo Peixoto, Sebastião Graciano e Agérson Barbosa esteve com o Secretário de Educação, que prometeu, no seu despacho de hoje com o Governador, resolver o assunto.

NOMEADO O PRIMEIRO DIRETOR DO COLÉGIO ESTADUAL DE FORTALEZA

O POVO, 9 de Março de 1960, p. 2.

Por ato do governador do Estado, foi nomeado para o cargo de diretor do Colégio Estadual de Fortaleza, estabelecimento recentemente fundado, o professor José Sobreira de Amorim, que anteriormente vinha dirigindo o Instituto de Educação Justiniano de Serpa.

Por outro lado, o Magnífico Reitor, dr. Martins Filho, informa que o presidente Juscelino Kubitschek assinou ontem nomeação daquele acatado mestre para a cátedra de Direito Romano da Faculdade de Direito.

DIÁRIO ESCOLAR

O POVO, 10 de Novembro de 1960, p. 2.

Foi instalada anteontem, pela manhã, no Centro Educacional, no Bairro 13 de Maio, a Biblioteca Filgueiras Lima, da Escola de Aplicação, anexa ao Instituto de Educação, que ali funciona. A Escola de Aplicação tem como diretora a professora Maria Albanisa, que organizou a biblioteca com a colaboração da professora Neusa Magalhães e várias outras, encarregando-se também de sua decoração.

A cerimonia foi iniciada pelo dr. João Hipólito de Azevedo e Sá, diretor do Instituto, que passou a presidência ao sr. Secretário de Educação e Cultura, deputado Figueiredo Correia, o qual ficou ladeado pelo homenageado, dr. Filgueiras Lima, e por professores daquele estabelecimento.

Inicialmente, usou a palavra a sra. Susana Bonfim Borges, vice-diretora do Centro Educacional, pronunciando uma bela oração em que analisou as qualidades do patrono da biblioteca, como educador, homem de sociedade e homem de letras.

A seguir, foram executados magníficos números de declamação, orientados pela professora Laysce Bonfim, sendo de ressaltar a dramatização do poema de Demócrito Rocha sobre o Orós e a interpretação de três poemas do dr. Filgueiras Lima.

Uma aluna da Escola de Aplicação saudou também o homenageado, a quem uma pequenina representante entregou, entre aplausos, um expressivo ramalhete de rosas naturais. Em nome dos professores usou a palavra o prof. José Alves Fernandes, que dirigiu vibrante saudação ao conhecido pedagogo.

A seguir, verdadeiramente emocionado, o dr. Filgueiras Lima agradeceu a homenagem de que fôra alvo, acentuando a sua satisfação em ver que ali se juntavam, sob o patrocínio de seu nome, duas constantes de sua vida de educador e poeta: crianças e livros.

Depois de definir a função pedagógica de uma biblioteca infantil, o diretor do Colégio Lourenço Filho, aproveitando-se do simbolismo da decoração da biblioteca, disse que “aquela era bem o palácio encantado da Branca de Neve da ciência e da cultura”.

Encerrando a solenidade, falou o deputado Figueiredo Correia, Secretário de Educação e Cultura, que se congratulou com o magistério da escola pela instalação da biblioteca, tudo prometendo fazer “no sentido de que ela se torne tão grande quanto o nome de seu patrono”.

EXPOSIÇÃO DE PRODUTOS REGIONAIS EM FORTALEZA

O POVO, 10 de Novembro de 1960, p. 8.

Será na próxima sexta feira, 11 do corrente, a inauguração da exposição de produtos regionais do Nordeste, especialmente do nosso Estado, assunto de que recentemente se ocupou O POVO (edição de 27 de outubro último), quando tivemos o ensejo de estampar palpitante entrevista que nos concedeu a dra. Olívia Sampaio Xavier Rodrigues, catedrática da cadeira de Antropogeografia do Nordeste, do Instituto de Educação do Ceará e sob cujos auspícios vai ser realizado o certame de cunho cultural.

A exposição em apreço se processará durante três dias, isto é – 11, 12 e 13 do corrente mês – e terá por escopo principal mostrar ao público algo do que já produzimos no campo da indústria, da agricultura e nos demais ramos da atividade humana.

Assim, ao lado de produtos da “Fábrica de Alumínio Ironte” e da “Cerâmica Industrial de Fortaleza Ltda”, de nossa indústria, ali veremos em exposição as interessantes e bem confeccionadas obras de artesanato; da indústria doméstica, como rendas de mão, bordados de bolsas do Aracati; os produtos de nossas fábricas de calçados e bolsas para senhoras; os mais variados tipos de cigarros da conceituada “Fábrica Araken”; diversos tipos de doces de caju e de leite, etc.

Ao lado da utilidade prática que sempre trazem essas mostras, sobretudo para o comércio e para a indústria, que delas se utilizam como veículos de propaganda dos seus produtos, será essa exposição de produtos regionais de grande proveito também para as alunas da cadeira de Antropogeografia do Nordeste, pois que irão ver com os próprios olhos aquilo que seus ouvidos já se habituaram a ouvir na explanação teórica e diária da matéria. É o que pode se chamar de DINAMIZAÇÃO da escola moderna de nossos dias, tão diferente daquela dos nossos avós, que aprendiam apenas teoricamente as lições e, por cima de tudo, cantando...

Ao que estamos informados, estão prosseguindo com bastante animação os preparativos para a próxima inauguração da exposição que será realizada nos amplos salões do Instituto de Educação do Ceará, à Avenida 13 de Maio (Bairro de Fátima). Por outro lado, é grande o interesse despertado pelo evento no seio das indústrias locais.

Várias de nossas fábricas já solicitaram inscrição para se fazerem representar no certame. Dentre estas nos foi dado anotar as seguintes: Fábrica de Alumínio Ironte e a de Artefatos de Alumínio; Fábrica de Coca Cola; Guaraná Inca; Fábrica de Louças São José; Fábrica de Cigarros Araken; Curtume Cearense; Fábrica de Sombrinhas e Guarda Chuvas; Indústria de Cera Santa Elisa; Cerâmica Industrial de Fortaleza; Albino Farias Indústria e Comércio S/A (óleos vegetais); Usina São Judas Tadeu; Fábrica São Jorge de Artefatos de Couro; Brasil Oitica e muitas outras.

HOMENAGEM À IMPRENSA

Nossa reportagem colheu que se prepara, por ocasião da abertura da exposição, significativa homenagem à indústria local, representada por todos os periódicos desta capital. Segundo fomos informados, essa manifestação de simpatia aos jornais cearenses é de iniciativa das alunas de Antropogeografia do Nordeste daquele conceituado estabelecimento de ensino normal desta capital.

INAUGURADA A EXPOSIÇÃO DE PRODUTOS REGIONAIS

O POVO, 12 de Novembro de 1960, p. 2.

Com a presença de Secretário de Educação e Saúde, especialmente convidado, e de outras autoridades estaduais e federais, teve lugar, às nove horas de ontem, conforme foi amplamente anunciado, a inauguração da exposição de produtos regionais do Ceará e do Nordeste.

A cerimônia inaugural iniciou-se com o discurso da oradora oficial, senhorita Fátima Smith, aluna do Instituto de Educação, do segundo ano normal, escolhida para saudar o Secretário Figueiredo Correia e explicar aos presentes a finalidade daquele certame, ressaltando, ao terminar, a cooperação eficiente da indústria e do comércio locais para o brilhantismo daquele certame, que teve na titular da cadeira de Antropogeografia do Nordeste – dra. Olívia Sampaio Xavier Rodrigues, a sua mais eficiente e incansável colaboradora, além de principal organizadora.

Quase todas as fábricas e principais indústrias da terra estão ali representadas. Dentre estas podemos anotar: Fábrica Araken; Alumínio Ironite; Curtume Cearense; Albino Farias Indústria e Comércio S/A (óleos vegetais); Fábrica de Calçados e Bolsas para Senhoras; Asfor; Fábrica de Coca Cola; Fábrica de Sombrinhas e Guarda Chuvas; Usina São Judas Tadeu; Importadora de Molas A. Pinheiro S/A – IMAP; Cotonifício Leite Barbosa; Gomes & Cia Ltda; Fábrica de Bebidas Sanford & Cia; Produtos da Oficina Raya e muitas outras fábricas do nosso Estado, além de vários produtos da agricultura. A “Ancar” e o Serviço Florestal se fizeram representar com mostruários que chamaram a atenção dos visitantes.

Foi prestada, por ocasião da abertura da exposição, significativa homenagem aos periódicos cearenses. Cada jornal era representado por um dístico, contendo o nome do mesmo, o ano de sua fundação, seu fundador e o nome do atual diretor. Ao lado de cada cartaz com tais dizeres, encontra-se um exemplar de cada um dos jornais do dia, vespertinos e matutinos.

Em uma mesa ao lado da imprensa estão expostos vários livros de autores cearenses, numa homenagem aos escritores de nossa terra. Assim é que estão ali representados, dentre outros, os seguintes escritores conterrâneos: José de Alencar, com várias obras; Mons. João Quinderé; Clóvis Bevilaqua; Raimundo Girão; Djacir Menezes; Antônio Sales; Raquel de Queiroz; Manuel Eduardo Pinheiro Campos; J. C. Alencar Araripe; Dolor Barreira; Abelardo Montenegro; Gustavo Barroso; Filgueiras Lima e diversos outros, cujos nomes não nos ocorrem no momento

Além das autoridades do ensino, como o Secretário de Educação, o diretor do Instituto, dr. Hipólito, anotamos a presença de inúmeros alunos de outros colégios de nossa capital. Segundo apuramos, a exposição se encerrará na próxima segunda feira, 14 do corrente, às 11 horas da manhã, funcionando daqui até lá em dois expedientes: na manhã e à tarde, até 17 horas.

SEPULTADO O DR. JOÃO HIPOLITO

O POVO, 19 de Julho de 1962, p. 2.

Faleceu ontem, nesta capital, o dr. João Hippolyto de Azevedo e Sá, ilustre educador cearense, o qual dirigia atualmente o Centro Educacional.

O ilustre extinto era casado com a exma. Senhora Arnilda Salazar de Azevedo e Sá, tendo-se consorciado em primeiras núpcias com d. Maria Júlia Martins Azevedo e em segundas com d. Maria do Carmo Marques de Azevedo e Sá.

Dos três matrimônios ficou-lhe somente uma filha, a sra. Laís de Azevedo Sá Carvalho.

Fôra, durante muitos anos, diretor da Escola Normal Justiniano de Serpa, em cujo cargo sempre se houve com muito apurmo, zêlo e dedicação.

O professor João Hippolyto morreu repentinamente pela manhã, tendo acordado bem disposto, tirado a barba, tomado café e conversado com os familiares.

Nasceu o dr. Hippolyto no dia 13 de Agosto de 1881. Completaria, no próximo mês, 81 anos de idade.

O sepultamento do dr. Hippolyto realizou-se à tarde de ontem no Cemitério São João Batista. O féretro saiu de sua residência, à Av. Santos Dumont, 2.110, com grande acompanhamento.

Entre os presentes estava o Governador do Estado, professor Parsifal Barroso.

EXEMPLO QUE VIVERÁ

O POVO, 21 de Julho de 1962, p. 7.

Sentidas palavras proferidas pelo Dr. Filgueiras Lima diante do esquife do Dr. João Hipólito de Azevedo e Sá

Aqui vimos trazer-lhe a homenagem que, decerto, mais abalaria o seu coração se ele ainda pulsasse e estremecesse. É, Dr. Hipólito, a homenagem sentida e fraternal do Instituto de Educação, dos seus velhos companheiros da Escola Normal Pedro II e dos seus novos colegas do Centro Educacional do Ceará.

Não se trata, pois, de uma dessas homenagens artificiais a que era avesso, por inteiro, o seu espírito superior. Em sei que a insinceridade e a lisonja só encontravam repulsa de sua parte, porque na religião do dever, do trabalho e da ciência, a que se afizera desde menino, não havia lugar para gestos arrebatados e descomedidos nem para as palavras excessivas e retumbantes. A circunspeção, a austeridade, o desvelo pela coisa pública, a dedicação à causa do ensino, o amor aos nobres ideais, tudo isso fez de sua longa existência um exemplo que se projetará no futuro.

Não é possível esquecer que, em mais de cinqüenta anos, a sua inteligência esteve, como uma lâmpada votiva, perenemente acesa num dos templos da educação de nossa terra, aclarando inteligências em flor, guiando mentalidades desabrochantes, formando as professoras do Ceará, plasmando as educadoras do Brasil. Cinqüenta e oito anos consecutivos no exercício da cátedra de professor do ensino normal dão-lhe o pleno direito a um lugar de brilho na galeria dos benfeitores de nossa pátria. E a sua morte, quando ainda se achava na direção da casa educacional que ajudou a criar e na qual deixou, vivos, pedaços de si mesmo, a sua morte tem o fulgor da morte dos heróis e dos apóstolos, porque ocorreu no meio da batalha incruenta em que permanecia de arma nas mãos, voltado para a sagrada flâmula do ideal de educar.

Gloriosa morte para tão nobre e fecunda existência! Exemplo sem par nesses dias de uma "austera, apagada e vil tristeza", como diria Camões! Aqui está o último adeus de seus companheiros de luta e de ideal, dos que aprenderam a seu lado, no diuturno labor do magistério, a dobrar as forças e a crescer de coragem quanto maiores os empecilhos que se lhes antolhem.. Há mágoa, tristeza e luto em nosso derradeiro adeus ao mestre de gerações, ao professor de meio século, ao lidador que não encerrou a sua tarefa, porque ela, de fato, não teve fim, uma vez que a morte o arrebatou deste mundo quando se preparava para iniciar, como o sol de cada manhã, a radiosa jornada de todos os dias.

Tem razão o poeta que disse que morre um pouco de nós em cada amigo que desaparece. Com o Dr. Hipólito irá muito de quem vos dirige a palavra emocionada nesta hora crepuscular e triste. Muitos ideais, muitos sonhos, muitos projetos educacionais elaborados em comum, desde quando, recém-formado, ingressei no corpo docente da Escola Normal, onde ele já se encontrava na liça, imperturbável, há trinta anos.

Neste momento da extrema despedida, estendo-lhe a mão fraterna e não sinto o calor da mão do amigo e colega de tantos lustros. Cai entre nós aquela cortina de silêncio e sombra, após a qual impera o mistério augusto, além do espaço e do tempo, no plano do absoluto, dentro da eternidade.

Adeus, Dr. Hipólito!

Terminou a sua existência terrena.

O seu exemplo viverá.

Textos transcritos por José Nunes Guerreiro nos anos de 2002 e 2003.

POLÊMICA ENTRE OS PROFESSORES AMÉRICO BARREIRA E JOSÉ SOBREIRA DE AMORIM

Publicada no Jornal O POVO

→ IMPRESSIONANTE DEPOIMENTO SOBRE O DEPLORÁVEL ESTADO DO INSTITUTO DE EDUCAÇÃO: 30/04/1960, p. 05.

→ ADVERTÊNCIA AO GOVERNO – Editorial: 02/05/1960, p. 02.

→ O COLÉGIO ESTADUAL DE FORTALEZA NÃO RETÉM QUALQUER DINHEIRO OU ACERVO DO INSTITUTO DE EDUCAÇÃO: 03/05/1960, p. 02.

→ GOVERNO DO ESTADO NÃO NEGARÁ RECURSOS AO INSTITUTO DE EDUCAÇÃO: 04/05/1960, p. 02.

→ INSTITUTO DE EDUCAÇÃO – ESPERANÇA DE SOLUÇÃO: 07/05/1960, p. 02.

→ AINDA EM FOCO A SITUAÇÃO DO INSTITUTO DE EDUCAÇÃO: 09/05/1960, p. 02.

IMPRESSIONANTE DEPOIMENTO SOBRE O DEPLORÁVEL ESTADO DO INSTITUTO DE EDUCAÇÃO

Jornal O POVO, 30/04/1960, Sábado, página 05.

O Dr. Américo Barreira, advogado e professor nesta capital, enviou ao jornalista J. C. Alencar Araripe, diretor de O POVO, a seguinte carta:

“Fortaleza, 28 de Abril de 1960

Prezado Araripe:

Meu propósito é sugerir a O POVO, por seu intermédio, uma reportagem – ou uma série delas – sobre as atuais condições do Instituto de Educação Justiniano de Serpa (a nossa Escola Normal, ou como também é conhecido, o Centro Educacional).

A situação desse educandário, já que ainda não mereceu as vistas dos poderes públicos, está a reclamar a atenção da imprensa séria, preocupada com problemas fundamentais, como este que apresento a você:

Claro está que todas as declarações aqui contidas são absolutamente verdadeiras e provadas, delas assumo plena responsabilidade e podem ser usadas pelo jornal como melhor lhe convier.

Apesar de minhas excelentes relações pessoais com toda a imprensa de Fortaleza e do elevado juízo que faço de cada um de seus órgãos, escolhi O POVO porque, não sendo jornal governista é, porém, de serena atuação oposicionista, fato que muito valoriza seus pronunciamentos perante a opinião pública.

* * *

Em poucas palavras demonstrarei que não me anima o mais remoto propósito de oposição ao Governo do Estado, à Secretaria de Educação ou à atual direção do Instituto. Talvez esteja até a ajudá-los, pois é sabido que, muitas vezes por falta de um grito se perde uma boiada.

Reconheço no governador Parsifal Barroso a legítima administração estadual, para a qual só desejo êxitos, como mais de um vez lhe tenho afirmado por escrito. Meu velho conhecimento com o deputado Figueiredo Correia, ao qual tenho feito despreziosos oferecimentos de cooperação, espontâneos e gratuitos, me levam a desejar-lhe uma gestão profícua para benefício seu, do governo que integra e do povo cearense.

Ao dr. João Hipólito, sobre cuja nomeação fiz publicamente várias objeções, a ele pessoalmente confirmadas, polidamente, depois, também desejo os maiores êxitos que, justificando sua escolha, vinham a recolocar o estabelecimento, a cujo corpo docente me honro de pertencer, na posição de alto prestígio cultural moral a que tem direito. Por isso já lhe ofereci, mais de uma vez, meu concurso, sem dúvida modesto, mas sincero.

Contudo, o estado de coisas a que chegou o Instituto e a soberana indiferença com que tem sido recebidas as críticas e opiniões de professores e alunas, desde há muito tempo responsáveis pelo ensino, e mais que tudo, a tendência a aumentar o descalabro, me impelem a levar o caso ao domínio público, não com propósito sensacionalista, mas na esperança de que, sob o peso da opinião pública, o governo tome conhecimento do problema e se imponha o dever de resolvê-lo.

I – Condição do prédio

O edifício do Instituto de Educação Justiniano de Serpa está situado na região mais baixa e úmida do antigo parque Ubirajara, ao sul da Avenida 13 de Maio. É uma construção ainda inacabada, feita em convênio com o Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP). Não adianta criticar aqui a péssima localização do prédio, já que o caso, no momento, é irremediável. Mas, por força da construção, em esdrúxulo estilo anti-funcional, que nega os seus fins, consideradas as peculiaridades da topografia e do clima, temos salas de aulas sempre

quentes, em qualquer época do ano, banhadas de sol durante certos meses e escuras nos demais. A estranha arquitetura parece ter visado barrar a ventilação, aproveitando ao máximo o calor e umidade, inclusive pela disposição das janelas envidraçadas, de basculantes em sentido horizontal. Nos salões, muito fechados, com uma única e estreita porta de saída, tornam o ar pesado, considerando a presença de 50 alunas e um professor.

Não há uma sala de estar para professores, nem local onde as alunas estacionem confortavelmente durante os intervalos de aulas ou tempo vago.

Não há salão para solenidades, atos ou trabalhos coletivos. O único existente, que não dispõe de uma só cadeira, mas que em 1959, com cadeiras emprestadas, nele se realizaram algumas atividades escolares, está hoje entulhado de cacarecos de um serviço ou repartição estranho ao Instituto. A projetada festa do “Dia das Mães”, que esperávamos realizar a cada ano, foi prejudicada neste período letivo por esta incrível razão.

Não há banheiros ou qualquer instalação para educação física que, assim, não pode ser ministrada. E são precaríssimas as condições de pias, bebedouros e W. C. num estabelecimento onde estudam mais de mil moças e meninas.

A cadeira de Jogos e Recreação, das mais importantes do curso, sob a responsabilidade de um professor dedicado e competente, trabalha sem material próprio, por entre carteiras, nas quentes e escuras salas de aula, comuns.

Não há campos para esporte e recreação nem salas para qualquer espécie de jogos educativos e trabalhos manuais.

O desconforto é absoluto para alunas, funcionários e professores.

Disse-me o diretor que não dispõe de um único cruzeiro, ainda que para consertar uma torneira.

II – Material Escolar e Didático

Afora carteiras, em número satisfatório, nosso Instituto de Educação (Escola Padrão) poderia se chamar de “Escola Nua”. Não há um mapa geográfico, histórico ou econômico. Não há uma carta de ensino, umas gravura, uma decoração. Somente paredes, paredes nuas.

Não há bibliotecas, seja para uso de alunos ou professores.

O Diretor, com dolorosa boa vontade, está juntando pedaços de um antigo laboratório de física, química e história natural, na maioria irrecuperáveis e impróprios para o ensino, segundo me afirmou o técnico convidado pelo próprio Dr. Hipólito para examiná-las.

Também estão sendo recambiados da antiga sede (hoje Colégio Estadual de Fortaleza) “salvados” de um velho museu e sala de geografia, muito aquém dos mínimos desejáveis.

Nenhum professor, ao que me conste, dispõe de qualquer material de trabalho didático, fato que torna suas aulas enfadonhas digressões declamatórias que as alunas chamam, com propriedade, de “aulas de salivação”. Alguns professores, por esta e outras razões, se limitam a DITAR (sim, senhor, ditar!) OS PONTOS, o que passa a ser algo pior do que o simples salivar.

Em 1959 um grupo de alunas excursionou ao sul do país. De volta, muitas me referiam a sua situação de constrangimento, em visitas a escolas normais, pelo completo desconhecimento do material didático empregado, o qual não conheciam nem mesmo por fotografia.

Veja-se que o Instituto de Educação é (pelo menos teoricamente) uma Escola de Aplicação. Pois bem, as alunas normalistas, mesmo do último ano, não têm atividade junto ao curso primário e – parece mentira – as aulas de Prática de Ensino, confiadas a professor dedicado e competente, foram postas, contra a vontade desse professor, nos sábados, quando não há atividade escolar no curso primário.

O Instituto Nacional de Cinema Educativo oferece, de mão beijada, Cr\$ 250.000,00 para instalação de uma filмотeca educativa, indispensável ao trabalho didático. Dá, de graça, material para projeção fixa e vinte e cinco filmes para projeção móvel, em 16 milímetros, en-

tregando cópias além desse número, à razão de Cr\$ 4.000,00 por unidade. Neste terreno estamos ainda num velho projetor quebrado para o qual não há material nenhum.

Várias editoras produzem mapas. Já que não se compram os necessários, pelo menos recorramos ao I.B.G.E., que dá exemplares dos que edita.

Livros e revistas, muitos dos quais bons, vários excelentes e alguns indispensáveis são editados por órgãos do Governo Federal: Inep, Serviços de Documentação, Cades, Centro de Pesquisas Pedagógicas, Instituto Nacional do Livro e outros. São centenas de livros, milhares mesmo, absolutamente de graça.

Tudo isso feito e obtido seria pouquíssimo para uma Escola Padrão que se respeite, mas sem dúvida, é melhor do que nada.

Perguntará você, Araripe, qual é a verba para material didático do Instituto e a resposta é esta: ZERO CRUZEIROS.

Assim se faz Ensino Padrão em nossa terra, terra pioneira de tantas iniciativas.

Pergunte a qualquer professoranda do Instituto, muitas delas moças inteligentes e com vocação para o magistério, se se sentiria com coragem de aceitar no fim do ano, de posse do diploma, uma cadeira numa das boas escolas primárias do país e você receberá uma negativa formal. O Instituto de Educação diploma moças, mas não faz uma professora. Isto é um crime contra essas moças, mas, sobretudo, um crime contra o ensino popular primário.

III – Instituições Escolares

Existe, criada por lei e regulamentada por decreto, uma reforma do ensino normal. Pressupõe um professorado de boa qualificação intelectual e boas condições objetivas para ser levada à prática. Sobre ela li e ouvi lisonjeiras manifestações de autoridades da pedagogia brasileira. Mas ainda que tenha defeitos – e certamente os tem – é, sem dúvida, melhor do que o “salivado” ensino de agora.

Contudo, o Governo, através de seus órgãos competentes, nega-lhe os meios de exercício. Sabotam-na bolorentos medalhões das letras pedagógicas conterrâneas, por não lhe terem a paternidade. Dificultam sua execução alguns professores, por preguiça, por comodismo e, até, por incompetência para um trabalho em equipe, através das unidades didáticas preconizadas.

Apesar de tudo, em 1959 alguns de nós tentaram enfrentar a rotina. Trabalhamos e cooperamos no funcionamento de vários clubes escolares, que vieram a se realizar de maneira promissora e, em alguns casos, brilhante. Existiram e atuaram os de “Folclore e Canto Orfeônico”, de “Artes Domésticas e Culinária”, “Teatro” e “Fotografia e Cinema”, etc.

Em 1960, tudo parou. Acabaram com eles sem deixar rastro.

IV – Trabalho Prático

Está visto que o Instituto não favorece qualquer iniciativa visando ao trabalho prático dentro ou fora da escola. Nós, professores, não temos assistentes nem material nem recursos nem estímulo.

Em 1959, pela extrema boa vontade de minhas alunas, consegui realizar alguns inquéritos interessantes.

Obtive para três trabalhos práticos, além do apoio das alunas, dos colegas e de diversos serviços públicos, as seguintes ajudas da diretoria: para uma excursão de estudos a Redenção, Cr\$ 8.000,00, para pagar o ônibus; para uma excursão ao Educandário Eunice Weaver, Cr\$ 1.500,00, insuficiente até para o transporte; para a bonita festa do “Dia das Mães”, Cr\$ 1.000,00 para pagar o aluguel das cadeiras.

Irrisórios auxílios, mas ainda assim auxílios que tornaram possível parte do nosso trabalho.

Este ano, nem isto. Diz o Diretor que não dispõe de um níquel, para esse fim ou outro qualquer. Afirma que os planos são bonitos, mas... que não devemos esquecer que estamos no Ceará.

Cobra o Instituto, ilegal e indebitamente, em cada matrícula, Cr\$ 100,00. O dinheiro, alegam, se destina à cobertura de pequenas despesas, já que a escola (que escola!) não tem um real de verba. Pois bem, o dr. Hipólito afirma que esses magros oitenta mil cruzeiros, penosamente extorquidos de pais pobres, foram INCORPORADOS aos recursos do Colégio Estadual de Fortaleza, que se nega a devolvê-los. Indebitamente arrecadados. Pior, ainda, retidos.

Meu modesto plano de trabalho foi entregue à Diretoria para exame e crítica. Inclui algumas excursões (falo apenas na parte que implica em alguma despesa) de estudo, com a colaboração de outros professores, visando ao exame prático, “de visu” de aspectos culturais, sociais, econômicos, históricos, geográficos, educacionais do nosso Estado. Com as colaborações que me foram prometidas, tudo isto não custará mais do que 30 ou 40 mil cruzeiros. Quantia positivamente irrisória. Pois bem, foi vetado. Muito bonito, mas...

Claro que não vou me conformar com esse negativismo. Conto com o entusiasmo de minhas alunas. Conto com a valiosa colaboração de meus colegas. Conto com a boa vontade dos chefes de serviços e de particulares. Apelarei para a subscrição pública, se for indispensável, mas o trabalho será feito.

V – Verbas para o Instituto

Desmembrada a antiga Escola Normal em Colégio Estadual de Fortaleza e em Instituto de Educação Justiniano de Serpa, ficou aquele – o novo – com todas as verbas, todo o pessoal, todo o acervo e até com os Cr\$ 100,00 da matrícula das alunas do Instituto.

O Instituto, coisa sem importância e sem significação, tolerado por pura magnanimidade, ficou sem nada. A lei não lhe fez qualquer ressalva. Não veio qualquer lei posterior corrigindo os defeitos. Não lhe atribuíram verbas próprias. Não lhe concederam qualquer crédito.

Arranje-se como puder! Dizem-lhe as autoridades estaduais.

Em duas ou três ocasiões fiz ver ao Secretário de Educação a situação do estabelecimento. S. Excia. Falou em verbas federais, já liberadas, e assegurou-me que de verbas próprias de sua Secretaria atenderia às exigências mínimas do Instituto.

Mas, tudo está como estava. Ou pior.

VI – A Comissão de Levantamento

Pela imprensa soube-se que o Governo nomeara uma comissão integrada por doutos professores para fazer o levantamento das necessidades do Instituto.

Pela comissão não fui ouvido, nem mesmo para saber que material, eu reclamava para minha cátedra. Indaguei de outros professores e nenhum também fora ouvido. Se o conceito de NECESSIDADE não inclui material didático, não sei. Mas, é certo que, se inclui, os doutos membros da comissão não estavam nem estão em condições de dizer qual o material necessário a cada cadeira, sem ouvir os respectivos professores.

Não consta a mim, nem a ninguém, a existência de qualquer relatório dessa Comissão. Logo, não foi feito o levantamento das necessidades do educandário.

VII – A Congregação do Instituto

O corpo docente de qualquer escola compõe sua congregação. Pelo conceito constitucional de liberdade de cátedra e pelo texto legal que dispõe sobre a Reforma do Ensino Normal, a essa congregação compete criar as normas de trabalho do Instituto, organizar os departamentos, coordenar o trabalho didático e apurar-lhe os resultados.

Mas, a Congregação do Instituto de Educação não existe.

NUNCA SE REUNIU. Não se lhe dá qualquer satisfação. O governo nomeia diretor sem ouvi-la. O Diretor dirige sem conhecê-la.

* * *

Eis aí, Araripe, a situação. Tem mais, se você mandar apurar. Ou se você, como grande repórter, quiser fazê-lo, pessoalmente.

O Instituto merece essa ajuda. Espero vê-lo um grande educandário, tanto que fiz de minhas quatro filhas suas alunas. Talvez consigamos convencer o Governo a salvar essa grande escola.

Confiante no seu espírito público e em sua sensibilidade jornalística,
Subscrevo-me, colega e amigo.

Américo Barreira”

ADVERTÊNCIA AO GOVERNO – Editorial

Jornal O POVO, 02/05/1960, Segunda Feira, página 02.

Divulgamos, em nossa edição de sábado, uma carta impressionante do professor Américo Barreira, sobre a situação em que se acha o Instituto de Educação Justiniano de Serpa (Escola Normal ou Centro Educacional). A missiva representa um grito de alarme, que se espera seja ouvido e entendido pelo Governo do Estado. Embora o autor nos sujira uma reportagem sobre o assunto, julgamo-la até dispensável neste momento, tal a cópia de fatos que sua própria carta encerra, suficiente para concretizar o abandono em que se encontra um educandário, que tem elevadíssima missão a cumprir.

A crítica do professor abrange numerosos aspectos, que vão desde a localização da escola e das especificações técnicas do edifício em que funcionava até o problema da orientação do ensino, sem esquecer questões mais elementares, como a do material escolar e didático. A impressão que se tem, após a leitura do depoimento, é a de que a mais importante escola feminina do Estado foi organizada e instalada como se fosse a última das instituições de ensino no Ceará. E ainda a de que, em matéria pedagógica, estamos em fase pré-histórica, ignorantes, na prática, de tudo que o pensamento moderno produziu nesse terreno.

O problema central da escola, segundo se depreende da carta, é o dos recursos. Estes foram calculados dentro de um leito de Procusto. E nada sobrou nem para o que é essencial – para o material didático e escolar – nem para o que a escola moderna exige como necessário para dar ao ensino um sentido prático e atual. É como se a idéia dominante nos círculos dirigentes do ensino fosse a de que uma escola se reduz a um prédio e um milhar de alunos enfrentado diariamente por alguns professores.

A carta não objetiva o ataque, seja ao ilustre Secretário de Educação, dr. Figueiredo Correia, seja ao respeitável diretor do Instituto de Educação, dr. João Hipólito. Representa uma ajuda, que teve de tornar-se pública para ganhar força, porque também é uma advertência. E esperamos que ela não fique ignorada.

Embora se possa alegar, como elemento influente nesta situação, o fato do desmembramento do antigo Instituto de Educação, fato recente, a verdade é que já se poderia ter, ao menos, encaminhado certas providências destinadas a aparelhar a nova escola e dar-lhe os meios necessários para a melhoria dos métodos de ensino. Como essas medidas não são conhecidas, tem-se que concluir que a escola foi esquecida.

Como se trata de uma questão de maior importância, desde agora nos colocamos à disposição dos que desejem também examiná-la e oferecer sugestões para que os problemas apontados pelo professor Américo Barreira sejam resolvidos dentro de um curto prazo.

O COLÉGIO ESTADUAL DE FORTALEZA NÃO RETÉM QUALQUER DINHEIRO OU ACERVO DO INSTITUTO DE EDUCAÇÃO

Jornal O POVO, 03/05/1960, Terça Feira, página 02.

Do professor José Sobreira Amorim, diretor do Colégio Estadual de Fortaleza, recebeu o jornalista Alencar Araripe, diretor de O POVO, o seguinte:

“Lemos a carta do professor Américo Barreira, inserta em seu conceituado jornal de 30.4.60, e vimos solicitar-lhe publicar os esclarecimentos constantes do documento anexo.

Fortaleza, 2 de maio de 1960

Caro prof. Américo Barreira:

Em sua carta de O POVO de 30 de Abril do ano em curso, você atinge a administração do Colégio Estadual de Fortaleza. Por essa razão vimos prestar-lhe esclarecimentos necessários e oportunos.

Entre outras coisas, você diz o seguinte: “Cobra o Instituto, ilegal e indebitamente, em cada matrícula, Cr\$ 100,00. O dinheiro, alegam, se destina à cobertura de pequenas despesas, já que a escola (que escola!) não tem um real de verba. Pois bem, o dr. Hipólito afirma que esses magros oitenta mil cruzeiros, penosamente extorquidos de pais pobres, foram INCORPORADOS aos recursos do Colégio Estadual de Fortaleza, que se nega a devolvê-los. Indebitamente arrecadados. Pior, ainda, retidos.”

E mais adiante: “Desmembrada a antiga Escola Normal em Colégio Estadual de Fortaleza e em Instituto de Educação Justiniano de Serpa, ficou aquele – o novo – com todas as verbas, todo o pessoal, todo o acervo e até com os Cr\$ 100,00 da matrícula das alunas do Instituto. O Instituto, coisa sem importância e sem significação, tolerado por pura magnanimidade, ficou sem nada. A lei não lhe fez qualquer ressalva. Não veio qualquer lei posterior corrigindo os defeitos. Não lhe atribuíram verbas próprias. Não lhe concederam qualquer crédito.”

Prof. Américo, vamos ver a verdade.

I – Recebimento Indébito

Ao assumir a Direção do Instituto de Educação em princípios de 1958, encontramos o costume de se receber determinada importância das alunas no ato da matrículas. Ignorando as razões e objetivos de tal comportamento, submeti o assunto à Congregação, que aprovou pela continuidade do procedimento. Consultado o corpo discente, este foi do mesmo parecer. Na mesma Congregação propusemos que se fizesse o competente registro das quantias recebidas e se regulasse o seu emprego, esclarecendo ainda a conveniência da prestação de contas correspondente, por parte da Diretoria, perante a Congregação. Aludidas importâncias, além de auxiliarem à própria vida escolar do estabelecimento, destinam-se, sobretudo, como você não ignora, às chamadas atividades extra-curriculares, aliás previstas em lei.

II – Importância Retida

Nomeado o novo Diretor do Instituto de Educação, dr. Hipólito Azevedo, procurei S.S. para informá-lo do que fosse necessário, oferecendo-lhe, então, o saldo total existente sob a rubrica Instituto de Educação e decorrente dos recolhimentos feitos pela Vice-diretora do curso primário do turno da tarde, prof. Zylah Rosas Sousa, relativos às matrículas feitas no fim de 1959, para o primário da tarde. Mas S.S. pediu-me que entregasse aludido saldo à própria prof. Zilah, o que fiz imediatamente, mediante cheque n. 203.479, dando-se, então, a conta por encerrada. E no que diz respeito ao dinheiro das matrículas para 1960 dos cursos Normal e Primário do turno da manhã, sob a responsabilidade da Vice-diretora prof. Suzana Bonfim Borges, nenhum recolhimento foi feito, ao que nos conste.

III – Verba Orçamentária

Nenhuma verba foi, até agora, votada pela Assembléia Estadual para crédito do Colégio Estadual de Fortaleza. Basta examinar o orçamento de 1960, para verificar que todos os créditos se encontram sob a rubrica Instituto de Educação. E a lei de 15 de janeiro deste ano, que cria o colégio Estadual de Fortaleza, diz que suas despesas deverão correr por conta das dotações consignadas ao Instituto de Educação.

IV – Acervo Retido

Após assumir a Direção do Instituto de Educação, o novo Diretor foi pressuroso em transportar tudo o que quis, bom ou ruim, e que ainda restava no Colégio Estadual de Fortaleza, para o Instituto de Educação. E o fez com plena liberdade e com eficiente e pronta cooperação de toda a administração do CEF. Aliás, já que você também alude aos funcionários, queremos lembrar que a referida lei de 15 de janeiro reconduz os mesmos automaticamente.

*

Como você está vendo, professor Américo, o que ocorre é exatamente o contrário do que afirma:

- a) O recebimento no ato da matrícula foi autorizado pelo corpo discente e docente, este através da Congregação e do Conselho Técnico e Administrativo;
- b) O saldo do Instituto de Educação foi entregue integralmente e no tempo hábil;
- c) Não há verbas orçamentárias especificadas para o CEF;
- d) O acervo foi retirado como bem aprouve ao novo Diretor do Instituto.

Prof. Américo, você nos conhece, como conhece o espírito da nossa administração. E sabe perfeitamente que podemos falar desta maneira. Desafiamos contradita a essas afirmações.

A situação precária do Instituto de Educação não é de hoje, pois sempre o conhecemos assim. E você deve lembrar-se com que sacrifício paguei a excursão ao Acarape.

Quanto à Congregação do Instituto de Educação, sempre se reuniu toda vez que se fez mister. Esta, realmente, sempre foi a nossa conduta. E esta carta mesma que você está lendo antes de ser publicada foi aprovada pelos membros da Congregação e do Conselho Técnico do Colégio Estadual de Fortaleza.

Pena é que você tenha emitido conceitos sobre a administração do Colégio Estadual de Fortaleza sem ouvir nenhum membro sequer desta mesma administração.

Entretanto, prof. Américo, agradecemos sinceramente esta oportunidade que você nos proporcionou para explicarmos ao público aquilo que ele deve realmente saber.

Com um abraço do colega – AMORIM SOBREIRA.”

GOVERNO DO ESTADO NÃO NEGARÁ RECURSOS AO INSTITUTO DE EDUCAÇÃO

Jornal O POVO, 04/05/1960, Quarta Feira, página 02.

O Secretário de Educação e Saúde, sr. Figueiredo Correia, enviou ao jornalista Alencar Araripe a seguinte carta:

“Fortaleza, 2 de maio de 1960.

Sr. Diretor de O POVO:

Acabamos de ler o editorial de O POVO, de hoje, e ontem lemos, no mesmo jornal, a carta do professor Américo Barreira, ambos alusivos ao Instituto de Educação Justiniano de Serpa.

Como as críticas da oposição não nos agastam, acolhemos com interesse os comentários emitidos nas duas publicações, para responder às mesmas com os elementos de que dispomos.

O editorial é ato conseqüente da carta do professor Américo Barreira. Nestas condições, torna-se indispensável examiná-la, pois esse vale como resposta ao editorial do seu conceituado órgão de imprensa.

Antes de mais nada, senhor Diretor, devemos esclarecer que o dr. Américo é professor do Instituto de Educação desde o governo passado. É de lamentar que somente agora lhe tenha ocorrido a idéia de apontar à imprensa os defeitos e omissões daquele estabelecimento de ensino, fazendo-o precisamente depois que nós declaramos em discurso pronunciado no Instituto, no dia em que o dr. João Hipólito de Azevedo e Sá foi empossado nas funções de Diretor, que o governo estava possuído do firme propósito de concluir o prédio daquele educandário oficial e dotá-lo de material didático, de modo a equipá-lo convenientemente para o exercício e prática do ensino normal, em consonância com as recomendações da moderna técnica de ensino.

Dissemos mais que, para esse desiderato, já havia o Governo firmado convênio com o Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP), no valor de Cr\$ 11.500.000,00, dos quais Cr\$ 9.000.000,00 se destinariam às obras de conclusão do prédio e Cr\$ 2.000.000,00 para a aquisição de equipamentos e manutenção do Curso de Artes Industriais, anexo ao Instituto.

Afirmamos, por fim, que a Secretaria de Educação e Saúde aguardava apenas o recebimento dessa importância pelo Governo do Estado, para dar início aos trabalhos.

Essas declarações testemunham os altos propósitos do Governo em relação ao Instituto, da mesma forma como a carta do nosso amigo professor Américo desnuda seu desejo de censurá-lo apressadamente – censurar ao Governo e a mim.

A epístola a que nos referimos está dividida em sete itens e a ela devemos responder seguindo a capitulação que lhe foi dada.

I – Condições do prédio (situado em região baixa e úmida; péssima localização; construído em estilo anti-funcional; salões fechados e quentes; inconcluso; etc.).

Respondemos com a informação de que esse prédio não foi localizado nem construído pelo Governo atual. A observação do professor Américo teria sido mais oportuna se formulada ao ilustre ex-governador Paulo Sarasate, o qual, solícito às boas idéias e bem intencionado que é, certamente teria levado na devida consideração a opinião de seu amigo professor Américo.

A conclusão do prédio, esta sim, é de nossa responsabilidade, e nesse particular já adotamos providências concretas no sentido de concluí-lo ainda este ano ou, pelo menos, ainda este ano reiniciaremos a obra de conclusão.

II – Material escolar (“Escola Nua”; não há mapas, biblioteca, laboratórios, nem filmoteca educativa, etc.). Lembramos ao professor Américo Barreira que a lei nº 4.743, de 15.1.60, criou o Colégio Estadual de Fortaleza, desmembrando-o do Instituto de Educação Justiniano de Serpa e, como o Instituto ficou definitivamente localizado no prédio do Bairro 13 de Maio, tornou-se necessário transportar para lá o material que pertence ao curso normal, sendo isto o que está fazendo o dr. Hipólito. Acreditamos que parte desse material precisa ser substituída e outro tanto merece ser adquirido. Assim entendendo, foi que autorizamos o dr. João Hipólito a fazer um levantamento de tudo o que precisa o ensino normal, para que o Governo possa autorizar a aquisição do indispensável. Se, porém, essas despesas excederem os saldos das dotações orçamentárias, é de supor que o professor Américo concordará em que o Governo espere pelo segundo semestre do ano, quando será possível pedir à Assembléia Legislativa as necessárias suplementações de verbas.

III – Instituições escolares (inobservância da reforma do ensino normal; clubes escolares; folclore; “Canto Orfeônico”; “Artes Domésticas e Culinárias”; Teatro, Fotografia e Cinema, etc., tudo parou em 1960).

Na acusação que nos faz, diz o professor Américo que o Governo, através de seus órgãos competentes, nega os meios de exercício à reforma do ensino normal e que todas as atividades de 1959 pararam em 1960. A censura que nos faz encontra resposta em sua própria peça acusatória. O governo de 1960 não é o mesmo de 1959. Não houve em 1959, como não houve em 1960, nenhum ato governamental proibindo o exercício daquelas atividades escolares e, se não sobrevivem porque “dificultam sua execução alguns professores, por preguiça, por comodismo e até por incompetência, para um trabalho em equipe, através das unidades didáticas preconizadas”, queira o professor Américo, ao lado dessa grave denúncia que faz contra seus colegas, indicar os nomes dos preguiçosos, comodistas e incompetentes, que mandaremos apurar a responsabilidade de cada um deles.

A administração, o que fez em 1960, foi ensejar maiores e melhores oportunidades àquelas atividades, reservando-lhe o dia de sábado por inteiro.

IV – Trabalho Prático (falta de recursos; cobrança e destino da taxa de Cr\$ 100,00).

Neste item, o professor Américo argúi a falta de recursos para a realização de excursões e inquéritos interessantes, fora do estabelecimento. Diz que o Diretor lhe nega esses meios confessando que não os tem.

Como sabe o professor Américo, as despesas, no serviço público, comportam-se dentro de rubricas orçamentárias próprias e, dentro delas, e para os seus fins, são feitos os empenhos e os adiantamentos. Dentro dessa disciplinação, afirmamos ao professor Américo que não negaremos recursos financeiros ao Diretor. Se ele não os tem em mãos, poderá tê-los logo que o seu pedido, comportado nas verbas próprias, seja registrado pelo Tribunal de Contas.

Quanto à taxa de Cr\$ 100,00 cobrada das alunas – velho uso que encontramos e que está sendo objeto de estudo, para efeito de suspensão ou regulamentação – esta sempre ficou em poder dos diretores para as chamadas pequenas despesas, os quais prestam contas à Congregação, no fim do exercício.

Sobre essas importâncias, os Diretores ficam convidados a prestar maiores esclarecimentos e maiores informações ao professor Américo Barreira.

V – Verbas para o Instituto.

Creio que a esse item já se deu resposta nos anteriores; todavia reafirmamos ainda que o Governo não negará recursos ao Instituto, concordando, inclusive, em suplementar as suas verbas, quando no momento oportuno.

VI – Comissão de Levantamento (professores que não ouvidos; levantamento que não foi feito).

A Comissão constituída pelo Governo para o levantamento da situação atual dos estabelecimentos oficiais foi integrada por educadores categorizados, inclusive pelos Senhores Diretores dos vários educandários. A situação do Pessoal de cada um deles já é conhecida e, quanto à de material, aguardam-se as relações a serem apresentadas pelos Diretores, para a adoção das providências indispensáveis, as quais serão feitas “dentro dos limites das dotações orçamentárias”.

VII – A Congregação do Instituto (Governo não quer ouvi-la; diretor a desconhece).

A increpação é das mais injustas. O Governador e eu, seu Secretário, sempre tivemos na mais alta conta as congregações dos estabelecimentos oficiais de ensino, tanto assim que não temos negado nenhuma das pretensões justas e das reivindicações razoáveis que nos fazem os professores. O que o Governo não deve – e não deve porque não pode – é abdicar dos mais elementares direitos que tem de escolher seus auxiliares de confiança. E isto não é coisa nova na administração pública. Todos os Governadores tiveram esse direito e usaram dessa liberdade.

É de perguntar porque somente agora e em relação ao Governo atual é que o nosso amigo Américo Barreira quer a entronização de novo uso!

Senhor Diretor, a exposição que fizemos vale como explicação ao editorial do seu conceituado vespertino.

Mostramos que o Governo não é indiferente à situação do Instituto de Educação Justiniano de Serpa, o qual muito está a merecer da pública administração.

Esperamos a publicação desta, pelo que muito agradecemos.

Atenciosamente

Joaquim de Figueiredo Correia
Secretário de Educação e Saúde”

INSTITUTO DE EDUCAÇÃO: ESPERANÇA DE SOLUÇÃO

Jornal O POVO, 07/05/1960, Sexta Feira, página 02.

O professor Américo Barreira voltou a ventilar a condições em que se acha o Instituto de Educação Justiniano de Serpa, dirigindo ao Diretor de O POVO a seguinte carta:

“Fortaleza, 5 de maio de 1960.

Prezado Araripe:

Antes de mais nada agradeço a você a acolhida às minhas cartas e o destaque que tem dado a essa batalha epistolar.

No editorial do dia 2, O POVO situou o problema com grande elevação de vistas e demonstrou ter apreendido, com muita justeza, o meu propósito. O que eu quero, o que você quer, o que todos nós queremos é que o governo venha urgentemente, e com fatos, salvar uma escola que a incúria levaria ao completo descrédito.

É conhecida minha posição de absoluta independência em face de governos e partidos. Minhas críticas ou aplausos decorrem do reconhecimento de fatos, negativos uns, positivos outros. E em um ou outro caso não barganho meu silêncio por vantagens, posição ou favores.

Pena é que meu prezado amigo deputado Figueiredo Correia tenha atribuído ao meu gesto um sentido de mera oposição que absolutamente não me anima. Assim como não tenho vínculo ou compromisso com a atual administração, não os tenho, e nunca os tive, com a oposição.

Não há um só de meus amigos, que são muitos e bons, que não tenha certeza disso.

Sei que é áspero defender o interesse da coletividade. E sei que não é agradável receber-se crítica, sobretudo quando se é do Governo, muitas vezes isolado da realidade pela perigosa cortina da bajulação e da subserviência. O próprio administrador, quase sempre atropelado pelo papelório de uma burocracia viciosa e inoperante, desconhece situações sobre as quais não fôra advertido ou informado.

É imperioso, porém, que alguém que se disponha a enfrentar as circunstâncias e arcar com o ônus da incompreensão ou de ressentimentos.

Já agora, não decorrida uma semana da divulgação de minha carta-denúncia, posso me confessar parcialmente satisfeito com os resultados obtidos. Fiz declarações sérias, incontestáveis e, até o momento, incontestadas. Não caluniei nem exagerei situações ou responsabilidades. Provida da grande força da autenticidade, elemento indispensável à formação da boa opinião pública e dispondo de um veículo idôneo de comunicação como é “O POVO”, minha denúncia despertou o interesse geral e a esperança de muitos numa solução adequada a curto prazo.

A desorientada oposição ao Governo, perdida nos ínvios subterrâneos das tricas e futricas, nem mesmo aproveitou o caso para fins políticos, o que foi ótimo, pois o que queremos é solução e não sensacionalismo.

Minha carta suscitou dois pronunciamentos. O do prof. Amorim Sobreira, Diretor do Colégio Estadual de Fortaleza e do deputado Figueiredo Correia, Secretário de Educação e Saúde, em cartas, respectivamente, dos dias 3 e 4 do corrente.

Ambos afluam detalhes do problema e nenhum contestou qualquer de minhas afirmativas fundamentais. Por ação ou omissão, ambos as confirmaram.

Com relação à carta do prof. Amorim Sobreira, a primeira na ordem de publicação, tenho a esclarecer que aquele ilustre colega e amigo não contesta qualquer das minhas afirmações relativas às condições de ensino no Instituto, o que, dada a sua condição de diretor desse estabelecimento até 31 de dezembro de 1959, certamente faria se não fossem verdadeiras.

Prendeu-se ele a pormenores, secundários, para os meus objetivos, mas que lhe pareceram envolver a honorabilidade pessoal ou administrativa dos diretores do Colégio Estadual

de Fortaleza. Não há em minha carta afirmativa da qual se pudesse inferir o propósito de suscetibilizar aquele prezado amigo e suas eficientes e idôneas auxiliares.

1 – Mesmo a informação que mencionei em minha carta dando-lhe a fonte – e que não sendo minha não me cabe responsabilidade por ela – segundo a qual o Diretor teria incorporado à receita daquele estabelecimento a importância relativa à taxa de matrículas de alunas do Instituto, não envolve a mais remota acusação ou longínqua insinuação à honestidade de quem quer que seja. Ademais, pôde o prof. Amorim demonstrar, de modo tranqüilo e seguro, que o fato não era exato, pois o dinheiro arrecadado fôra, na verdade, devolvido.

2 – Afirmei que a taxa de matrícula era ilegal e indebitamente cobrada. Ilegal, porque não autorizada em lei. Indébita, porque não devida por aqueles a quem vem sendo cobrada.

Não reconheço na Congregação do Colégio Estadual de Fortaleza ou de qualquer outro estabelecimento de ensino poder legislante, muito menos em assunto tributário. Seu ato, legitimando a cobrança da taxa, por quem não tem competência para produzi-lo, é nulo de pleno direito.

É esta a minha convicção, com a qual sem dúvida concordam os drs. Amorim Sobreira, professor de Direito, e Figueiredo Correia, advogado e legislador.

Contudo, não pus em dúvida a lisura de sua aplicação para fins de interesses dos estabelecimentos que a arrecadam. Também não afirmei que a medida tenha sido uma inovação da atual administração. Seja de quem for a iniciativa, ela é ilegal e, sob esse aspecto, indefensável.

Esta explicação responde também ao Secretário de Educação, em cuja carta há uma referência ao assunto.

3 – Afirmei que as verbas figurantes no Orçamento Estadual do corrente exercício estão em nome do Colégio Estadual de Fortaleza e é exatamente o contrário que acontece. Mas, figuram em nome do Instituto **apenas de direito**. As verbas são movimentadas no Colégio Estadual de Fortaleza pelo seu diretor. Mas, ao fazer esta declaração, não estou acusando a diretoria do Colégio Estadual de Fortaleza de qualquer ato ilícito. Apenas enuncio um fato verdadeiro. Se alguém, por isso, estiver sujeito à crítica, será o Diretor do Instituto que, por motivos que não conheço, se omitiu da responsabilidade.

4 – Afirmei que o acervo do Instituto de Educação ficara para o Colégio Estadual. Não adiantei que isso decorresse de qualquer ato da responsabilidade da diretoria dessa escola. Ora, não existia antes de 15 de janeiro de 1960 o Colégio Estadual de Fortaleza. Esse estabelecimento não tem, ainda, verbas próprias. Contudo, tem carteiras, material de Secretaria e tudo mais com que trabalha, aliás indispensável aos seus numerosos alunos. Esses bens e pertences, comprados para o Instituto ou pelo Instituto ou com verbas do Instituto, constituem o seu acervo. Confirmo, pois, o que disse, apenas com a restrição, já implícita em minha carta, isto é, o Colégio Estadual de Fortaleza não ficou com o total do acervo.

Com relação ao prof. Amorim, por quem tenho a maior consideração, penso que não haja nada a acrescentar.

Volto-me agora para a carta do ilustre Secretário de Educação, sobre a qual não posso deixar de emitir alguns reparos:

1 – Em sua carta, o dr. Figueiredo Correia disse ter obtido recursos federais para obras e aquisições para o Instituto de Educação. Esta declaração está também em minha carta. Apenas acrescentei que “tudo está como estava”. O que é exato.

Faço votos para que as verbas sejam liberadas, que os outros créditos prometidos sejam votados e que, uma vez recebidos, sejam prontamente aplicados. Por enquanto, porém, reafirmo o que disse.

2 – Não disse em minha carta que seja o governo atual responsável pela localização e construção do prédio onde está sediado o Instituto. E sabido que ali o Governo atual não correu nem com um tijolo. O que disse e reafirmo é que o prédio é cheio de todos os gravíssi-

mos defeitos por mim apontados. Compete ao Governo atual, ao que me parece, mandar estudar a possibilidade de melhorá-lo.

3 – Afirmei que o Instituto não dispõe do material indispensável à sua tarefa educacional. Já não dispunha quando o atual governo assumiu, em 25 de março de 1959. Mas continua a não dispor, 13 meses depois. Só aplausos merecerá a Secretaria de Educação quando adotar as providências ora prometidas, para modificar a situação.

4 – Afirmei que, pelo esforço pessoal de alguns professores e alunas, funcionaram várias instituições sociais de educação em 1959 e que em 1960 estão todos, sem exceção de um só, absolutamente liquidados. Afirmei, também, que “o Governo, através de seus órgãos competentes, nega-lhes os meios de exercício (da reforma)”. Mas, isso é evidente por tudo que figura em minha carta. E acrescento agora: o Governo pôs à disposição de outro serviço o dedicado e competente professor que orientava as instituições sociais de educação (clubes) e não lhe deu nenhum substituto. Outro professor competente e dedicado, recém-nomeado para um órgão federal, expôs ao Governo a impossibilidade de continuar no exercício de suas funções no Instituto, sugerindo a necessidade da nomeação de outro professor para aquele mister. Ninguém foi nomeado, pelo que não houve atividade nesse setor no atual período letivo. São estes os fatos a que chamo negar os meios de exercício.

Mantenho, pois, a afirmativa.

Nesse item, o deputado Figueiredo Correia alude à minha declaração segundo a qual alguns professores também dificultam as atividades preconizadas pela Reforma.

A execução da Reforma exige muito mais do que “salivar” uma aula ou **ditar** alguns pontos. Reclama planejamento, trabalho em equipe. Exige mais tempo de atividade, estudo e coordenação de unidades didáticas. Daí a resistência passiva, fruto dos motivos por mim indicados e ainda de outros.

Se meu prezado amigo deputado Figueiredo Correia deseja realmente executar e apurar a minha denúncia que, infelizmente, sou forçado a manter, basta mandar aplicar a Reforma. Constatada a improcedência de minha denúncia, (fato que muito me alegraria), farei pública retratação e aceitarei a punição disciplinar que, nos termos do Estatuto do Funcionalismo Público, me for cabível e imposta.

5 – Não fiz nenhuma increpação injusta ao Governador do Estado ou ao seu Secretário de Educação quanto à maneira de tratar a Congregação do Instituto. Sou muito cordialmente tratado pelo governador Parsifal Barroso quando o tenho procurado (o que faço somente em objeto de interesse público) ou quando acidentalmente nos encontramos. Igual tratamento recebo do deputado Figueiredo Correia. Isso proclamo por ser verdade e porque me lisonjeia a vaidade pequeno-burguesa de zé-ninguém no rés do chão da política, da fortuna e da cultura. Outra coisa é o tratamento dado à Congregação da qual faço parte.

Seria natural que ela fosse ouvida, **antes**, da nomeação de seu Diretor, conforme praxe adotada pelo atual Governo e pelos anteriores. Em janeiro solicitamos que assim se fizesse. Nomeando o diretor ostensivamente, sem qualquer consulta à Congregação, sugerimos ao ilustre Secretário que ao menos comparecesse a uma reunião nossa para receber a referenda “a posteriori” assegurada pela maioria, contra apenas meu voto e de alguns poucos mais. S. Excia. interpretou o convite como um ultimatum, idéia que absolutamente não nos ocorrera, e se negou a comparecer. O Governo instituiu uma comissão de levantamento das necessidades do Instituto que não se dignou a ouvir a Congregação nem, individualmente, a seus membros.

Desmembra-se o Instituto, diz o Governo ter plano de ação referente ao estabelecimento, assume um novo Diretor, mas não se convoca a Congregação para estes e outros fins quaisquer.

Estranha maneira de tê-la na mais alta conta...

Duvido que o governador Parsifal Barroso, de típica formação universitária, e o deputado Figueiredo Correia, com velha tradição de liderança integrando uma Congregação, concordassem com tão humilhante situação sem escaramuças maiores do que as minhas.

6 – Estranha meu prezado amigo deputado Figueiredo Correia que só agora me ocorresse apontar defeitos e omissões do estabelecimento. Mas aí está um de seus enganos. Há muitos anos, em artigos em revistas e jornais, nos meus Relatórios que devem existir arquivados na Secretaria de Educação, num livrinho intitulado “A Escola Primária no Ceará”, editado em 1949, num trabalho que o DASP se dignou editar sobre “Êxodo Rural”, venho apontando o descalabro do ensino em nosso Estado. O caso específico do Ensino Normal está no folheto editado em dezembro de 1959, pela Universidade do Ceará, sob o título: “O Ensino de Base e seu enquadramento à Realidade Social”, do qual ofereci um exemplar ao Secretário de Educação (como também ao Governador). Ao próprio deputado Figueiredo Correia pessoalmente, no correr do último ano, dei ciência da situação do Instituto.

É velha minha luta e não vai acabar agora.

Apenas o veículo de comunicação de agora – um grande jornal – deu ao caso maior extensão, repercutindo fora da esfera puramente profissional do magistério e do ensino.

7 – Acredito que o Secretário de Educação, pessoa sobre cuja idoneidade moral não paira qualquer dúvida, esteja de boa fé quando afirma que “a administração, o que fez em 1960 foi ensinar melhores e maiores oportunidades àquelas atividades (extra-curriculares: clubes, excursões), reservando-lhes o dia de Sábado por inteiro”. Sua Excia. foi mal informado. Não há nenhum dia de sábado, por inteiro ou em parte, destinado a qualquer atividade extra-curricular. Eu, pelo menos, continuo ministrando quatro aulas pela manhã aos sábados.

O dia destinado para esse fim era a quarta feira. Sem qualquer aproveitamento neste período letivo, pelas razões já conhecidas, alguns professores pretenderam a transferência de aulas do Sábado para aquele dia, com tempos vagos pelo meio, prática não recomendável.

8 – Alegro-me saber da disposição do Secretário de Educação quanto a facilitar os meios para a efetivação de trabalhos práticos. A providência se impõe, pois nada justificaria sua eliminação numa escola de formação de professores.

9 – Não tenho motivos para duvidar dos propósitos do Governo do Estado, manifestados na carta do ilustre Secretário de Educação. Renascem minhas fenecidas esperanças. Qualquer iniciativa concreta só merece aplausos.

Quando o Instituto tiver sido recuperado e reposto na sua dignidade, ninguém se lembrará que o grito de alerta foi dado por este modesto professor, nem mesmo que foi este grande jornal que, passando por sobre conveniências, deu ênfase ao problema e ao debate.

As glórias e as placas, os louros e os retratos na parede serão do Governador e do seu Secretário, merecidas glórias, merecidas placas, merecidos louros, merecidos retratos. O POVO seguirá na sua jornada. Eu anonimamente dissolvido na massa onde desejo permanecer, serei mais um a bater palmas àqueles que, sensíveis às críticas justas, tenham dado solução aos problemas apontados.

Cordialmente.

Américo Barreira”

AINDA EM FOCO A SITUAÇÃO DO INSTITUTO DE EDUCAÇÃO

Jornal O POVO, 09/05/1960, Segunda Feira, página 02.

O professor Sobreira Amorim dirigiu nova carta ao Diretor de O POVO, a propósito da situação do Instituto de Educação:

“Fortaleza, 9 de maio de 1960.

Ilustre e prezado amigo jornalista Alencar Araripe:

Com um grande abraço a esse nobre e valoroso companheiro, estou enviando as linhas abaixo que espero encontrem acolhida em seu conceituado jornal.

Prezado colega prof. Américo Barreira:

Em sua segunda carta de 7 do corrente, você diz concordar com os esclarecimentos da Diretoria do Colégio Estadual de Fortaleza. Nós também estamos tranquilos, pois a verdade encontrou o merecido acolhimento.

Aliás, quanto à fonte de informações, queremos avisá-lo que o Diretor do Instituto de Educação, Dr. João Hipólito Azevedo, já havia nos procurado no dia 2 deste, segunda feira passada, na sede do CEF, cerca de 14 horas, para apresentar desculpas pelo ocorrido.

Permita-nos, todavia, prof. Américo, aduzir algumas achegas para maior clarividência do público, que bem o merece.

I – RECOLHIMENTO DEVOLVIDO

“Ademais, pôde o prof. Amorim demonstrar, de modo tranquilo e seguro, que o fato não era exato, pois o dinheiro arrecadado fôra, na verdade, devolvido.”

Queremos que fique bem explícito o que dissemos, pois o que afirmamos foi que havíamos devolvido o saldo. Do caso contrário, como poderíamos ter pago as despesas restantes? O que devolvemos, pois, foi o saldo da conta Instituto de Educação. Isto, pela dedução das despesas restantes não apenas com o Primário da Tarde, como sobretudo com o Turno da Manhã – Curso Normal.

II – RECEBIMENTO INDÉBITO

“Não reconheço na Congregação do Colégio Estadual de Fortaleza ou de qualquer outro estabelecimento de ensino poder legislante, muito menos em assunto tributário.”

Exato, prof. Américo. Também penso assim. Todos os nossos colegas da Congregação tem esse mesmo ponto de vista. A questão é que você não esteve presente às reuniões. Mas foi exatamente por pensarmos desta maneira que não admitimos a continuidade do recebimento, ainda que viesse de muito longe, e tomamos como medida o debate preliminar em Congregação e, posteriormente, no Conselho Técnico Administrativo. Não aceitaríamos qualquer COBRANÇA DE TAXA ou coisa congênere. Mas o problema, encaradas as causas, as consequências, os objetivos e a maneira de processar-se, perdeu inteiramente a configuração jurídica que ele devia ter no âmbito do Direito Fiscal, escapando, por consequência, a todo e qualquer caráter de cogência (JUS COGENS), para revestir-se de aspectos próprios daqueles dos ornamentos materiais, com caráter meramente disciplinar ou pedagógico-regulamentar, supressas, portanto, todas as características originárias de infração à lei.

Estabeleceu-se como contribuição prévia, feita a qualquer momento, na oportunidade mais propícia, com anuência do corpo discente, fixaram-se os critérios e objetivos, pedagógicos (atividades extra-curriculares, clubes, etc.), desaparecendo, evidentemente, toda e qualquer nuança de obrigatoriedade legal, ou de critério debitício. Se assim ocorre como seria inédito e ilegal? Aliás, não precisaríamos apresentar essas explicações, se você soubesse que a sessão do Conselho Técnico foi presidida pelo então Secretário de Educação e Saúde, Dr. Cláudio Martins, reconhecida autoridade em Direito Fiscal.

E o problema não tomou aspecto pacífico, sem muita relutância e discussão. É que se chegou à conclusão de que ele se revestia de predicamentos específicos e perdia aquela configuração jurídica a que você aludiu. Com esses atributos, aliás, o caso já se encontra devidamente regulamentado em outros meios educativos menos estreitos que o nosso, como vigora no Distrito federal, digo melhor, no Estado da Guanabara.

Pelo menos, pareceu-nos preferível agir assim, do que continuar a efetuar recebimentos indiferentemente ou como taxa, numa evidente infração à lei. Ou ainda determinar a realização de rifas ou bingos, o que seria muito pior.

O fato assume um caráter inteiramente pedagógico. E não foi por outra razão que estabelecemos, em colaboração com o Serviço de Orientação Educacional e o Serviço Social, a organização da Caixa Escolar, destinada ao mútuo auxílio entre os estudantes e a criação da Cooperativa Escolar. Por que agimos assim? Para promover a educação econômica, desenvolvendo no estudante o espírito de iniciativa e cooperação, adestrando-o nesse setor econômico-financeiro para a vida real e prática.

Esclarecemos ainda que, aos pais reconhecidamente pobres, dispensamos qualquer contribuição. E essa despesa este ano foi de quase 02% sobre o total de alunas. O estado de necessidade é verificado através do Serviço de Orientação Educacional e do Serviço Social.

Então, se não é taxa, nem há cobrança nem obrigatoriedade mas, ao contrário, anuência das partes, não sendo, pois, debitício, se tem caráter meramente disciplinar, regulamentar, pedagógico interno, a Congregação não tem apenas o poder, mas obrigação, dever, por ser sua competência direta.

Você acha que, mesmo ilegal, sua aplicação é lícita. Se assim nos parecesse, não faríamos aplicação nenhuma, porque não permitiríamos tampouco qualquer recebimento. Nossa administração primária pela perfeita lisura e legalidade de seus atos.

Estamos a 9 de maio, e a esta altura já auxiliamos a 12 solicitações, entre excursões e piqueniques, inclusive as excursões a Paulo Afonso e do Rio.

III – ESCRITURAÇÃO DE VERBAS

“Afirmar que as verbas figurantes no Orçamento Estadual do corrente exercício estão em nome do Colégio Estadual de Fortaleza e é exatamente o contrário que acontece. Mas, figuram em nome do Instituto APENAS DE DIREITO”.

Prof. Américo, quantas vezes insistimos para que o dr. Hipólito levasse os livros de escrituração, outras tantas S. S. recusou-se a fazê-lo. E desistimos, diante da recomendação expressa de S. Excia o Secretário de Educação e Saúde, Deputado Figueiredo Correia, que determinou formalmente que a administração do Colégio Estadual de Fortaleza continuasse com a responsabilidade da referida escrita. Aliás, não fazemos somente a escrita. Também fazemos as compras e mandamos deixar no Instituto por nossa conta. Como vê, o Instituto possui VERBAS DE DIREITO E DE FATO. Fazer escrituração não é reter verbas.

IV – ACERVO

O Diretor do Instituto de Educação, já o dissemos, retirou o que lhe aprouve, tendo-se dado por satisfeito. E o Colégio Estadual de Fortaleza pagou os transportes. E continuou de portas abertas. Como retemos nada? Você referiu-se às carteiras? Mas o Instituto de Educação, no Centro Educacional, está aparelhado pelo Governo Federal em colaboração com o Estadual, através do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP), do que existe de melhor em matéria de mobiliário escolar. Além disso, aquelas carteiras velhas a que fez alusão, já pertenciam ao curso secundário do próprio Instituto (hoje CEF), tornando-se patrimônio por força da lei de 15 de janeiro deste ano, pois o CEF é desmembramento do Instituto.

Mas, admitindo a negativa, para que o Instituto queresse cadeiras velhas, quebradas, imprestáveis? Onde colocá-las? Ainda mais: Por que o Diretor se deu por satisfeito? Se o CEF

representa dois terços do que era o total de alunas do Instituto, o que fez a lei 4.743, de 15 de janeiro deste ano, foi regular uma situação de fato.

O CEF, este sim, instituição recém-criada, é que se encontra altamente necessitado. Mas já iniciamos as medidas necessárias e esperamos estar brevemente em melhor situação, repetindo, aliás, o mesmo esforço heróico, a mesma tentativa que fizemos quando na direção do Instituto.

Como vê, meu caro Prof. Américo, o Colégio Estadual de Fortaleza não retém qualquer verba, nem qualquer acervo nem coisa nenhuma.

Em todo o caso, a oportunidade proporcionou-nos alguns documentos a mais para a monografia (cerca de 200 páginas) que estamos acabando de escrever sobre o Instituto de Educação onde, ao lado do aspecto puramente histórico, procuro realçar nossa luta, especialmente no setor administrativo e pedagógico. Esses documentos a que aludo são suas cartas recém-publicadas, a do Deputado Figueiredo Correia e as minhas, que serão publicadas em apêndice.

Enfim, prof. Américo, há muita coisa importante que o povo precisa saber.

A Diretoria do Colégio Estadual de Fortaleza estará sempre às suas ordens, ou de quem quer que seja, para qualquer esclarecimento.

Agradecemos sinceramente sua maneira distinta, cordial.

Com um abraço do Amorim Sobreira”

P.S. A matéria constante no item II supra já é objeto dos Estatutos do CEF.

Textos transcritos por José Nunes GUERREIRO no 2º semestre do ano de 2002.

Jornal “TRIBUNA DO CEARÁ”

NOTÍCIAS, EDITORIAIS e CARTA

- 23 TURMAS DE ALUNOS PARA O CENTRO EDUCACIONAL – 07 de Fevereiro de 1958, p.8.
- A PIOR SOLUÇÃO – Editorial – 20 de Fevereiro de 1958, p. 3.
- AS ALUNAS DO LICEU QUEREM VOLTAR – 20 de Fevereiro de 1958, p. 8.
- NÃO CONCORDAREMOS – Carta do Leitor Luiz Francisco de Oliveira – 21 de Fevereiro de 1958, p. 7.
- TRANSFERIDOS PARA O CENTRO EDUCACIONAL OS CURSOS PRIMÁRIO E NORMAL DO INSTITUTO DE EDUCAÇÃO – 21 de Fevereiro de 1958, p. 8.
- INCONVENIENTE A TRANSFERÊNCIA DO CURSO PRIMÁRIO DO INSTITUTO DE EDUCAÇÃO – 21 de Fevereiro de 1958, p. 8.
- O INSTITUTO DE EDUCAÇÃO – Editorial – 22 de Fevereiro de 1958, p. 3.
- SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E SAÚDE DO ESTADO DO CEARÁ – Nota Oficial – 24 de Fevereiro de 1958, p. 8.
- NÃO SE CONFORMAM OS PAIS DOS ALUNOS DO INSTITUTO DE EDUCAÇÃO JUSTINIANO DE SERPA – 27 de Fevereiro de 1958, p. 8.
- DIFÍCIL O MEIO DE TRANSPORTE DAS ALUNAS TRANSFERIDAS PARA O CENTRO EDUCACIONAL – 03 de Março de 1958, p. 3.
- HOJE, A INSTALAÇÃO DOS CURSOS DO CENTRO EDUCACIONAL DE FORTALEZA – 08 de Março de 1958, p. 8.
- HOMENAGEM AO DIRETOR DO INSTITUTO DE EDUCAÇÃO – 13 de Maio de 1958, p. 2.

* * *

23 TURMAS DE ALUNOS PARA O CENTRO EDUCACIONAL

Tribuna do Ceará, 07 de fevereiro de 1958, p. 8.

Indo de encontro aos anseios da população, o Secretário de Educação e Saúde, jornalista Mariano Martins, em combinação com os diretores do Colégio Estadual do Ceará e do Instituto de Educação Justiniano de Serpa resolveu transferir para o Centro Educacional de Fortaleza várias turmas daqueles estabelecimentos, de modo que haja mais vagas naqueles colégios de nossa capital.

23 TURMAS

Falando ontem à reportagem, o Secretário de Educação nos disse que, em virtude da solicitação de dezenas de famílias de nossa capital, resolveu instalar 8 turmas do Liceu Feminino, que funcionava no Instituto de Educação, e 15 turmas do curso primário daquele estabelecimento, no prédio onde está sendo erguido o Centro Educacional, um dos mais modernos e amplos estabelecimentos do Norte do país.

A PIOR SOLUÇÃO – Editorial

Tribuna do Ceará, 20 de fevereiro de 1958, p. 3.

A solução dada pela Congregação do Instituto de Educação Justiniano de Serpa ao caso da localização dos cursos primário e normal, que estariam na iminência de ser transferidos para o prédio do Centro Educacional, no bairro de Fátima, se nos afigura a pior que se poderia tomar.

Os cursos pré-primário (Jardim da Infância), primário (Escola Modelo, ou Grupo Escolar Modelo) e normal – que foram, aliás, os cursos primitivos do tradicional estabelecimento de ensino – não devem, por hipótese alguma, ser transferidos.

Quando não se queira levar em conta o respeito à tradição do estabelecimento, que se atente, pelo menos, para o lado pedagógico do problema. O Jardim da Infância (curso pré-primário) tem instalações próprias no atual edifício do Instituto de Educação e seu funcionamento é correlato ao curso primário (Escola Modelo), e ambos se destinam a crianças que não devem ser deslocadas para uma zona tão distante do centro, numa terra onde o problema dos transportes é essa Babel que aí está.

Por outro lado, o curso Normal precisa funcionar ao lado do Grupo Modelo, por isso que é ali que as professorandas fazem seu aprendizado prático, exigido pelo currículo educacional. Teríamos então que a solução final seria conservar os cursos pré-primário e normal onde sempre funcionaram, transferindo-se os cursos ginásial e colegial – freqüentados por alunas mais crescidas – para o Centro Educacional.

O Governo do Estado que, por intermédio da Secretaria de Educação, tomou medidas tão acertadas no sentido de ampliar as possibilidades de matrícula nos estabelecimentos de ensino público, não iria, por certo, homologar uma solução que destoa dos objetivos pedagógicos, no tocante à localização dos cursos infantis, nem criar, para um ato seu, recebido com aplausos gerais, as restrições, justíssimas aliás, de tantos pais de família. Temos certeza de que ainda haverá tempo para uma reconsideração da medida.

AS ALUNAS DO LICEU QUEREM VOLTAR

Não aceitarão ficar no Instituto de Educação

Tribuna do Ceará, 20 de fevereiro de 1958, p. 8.

O “caso das alunas do Liceu” continua prendendo a atenção dos meios estudantis. Ao contrário do que noticiou ontem um vespertino, que as alunas do Liceu do Ceará seriam absorvidas pelo Instituto de Educação, o Dr. Boanerges Saboia afirmou à reportagem, na noite de ontem, que o pensamento do Governo do Estado é fazer com que as liceístas voltem em definitivo ao tradicional estabelecimento do Jacarecanga “A notícia é imprecedentede”, acentuou o diretor do Colégio Estadual. Por outro lado, sabe-se que as alunas do Liceu estão propensas a realizarem uma grande passeata, numa demonstração de seus desejos de voltarem ao Colégio Estadual.

NÃO CONCORDAREMOS – Carta de Leitor

Tribuna do Ceará, 21 de fevereiro de 1958, p. 7.

Nós, pais de famílias residentes no centro da cidade e dos bairros mais próximos, que temos filhos estudando no curso primário da Escola Normal, inclusive no Jardim da Infância, não devemos concordar em absoluto com a transferência dos mesmos para o Centro Educacional, situado no bairro de Nossa Senhora de Fátima.

Não devemos consentir que nossas filhas pequeninas tenham que se transportar para tão longe, diariamente, numa cidade como a nossa, de transporte difícil e caro!

Será uma desumanidade por parte das autoridades, se isso for concretizado. Por que o governo não estuda a possibilidade de deixar no atual prédio da Escola Normal ao menos um certo número de turmas primárias que atenda aos moradores do centro e dos bairros próximos?

Devemos nos opor e ao mesmo tempo apelar para o Exmo. Sr. Governador do Estado, no sentido de encontrar uma solução humana para um problema tão grave, envolvendo numerosas famílias.

Fiquemos de sobreaviso e vamos nos arregimentando, a fim de evitarmos maiores contrariedades aos nossos lares!

Luiz Francisco de Oliveira
Rua 25 de março, nº 57.

TRANSFERIDOS PARA O CENTRO EDUCACIONAL OS CURSOS PRIMÁRIO E NORMAL DO INSTITUTO DE EDUCAÇÃO

Tribuna do Ceará, 21 de fevereiro de 1958, p. 8.

Em reunião realizada anteontem no Palácio da Luz, o exmo. snr. Governador do Estado, dr. Flávio Portela Marcílio, homologou a decisão da Congregação do Instituto de Educação Justiniano de Serpa constante dos seguintes atos:

1º – Transferir, para o Centro Educacional, os cursos Primário e Normal do Instituto de Educação.

2º – Criar, no Instituto de Educação Justiniano de Serpa, o 2º ciclo secundário ou Curso Colegial, para o que serão abertas imediatamente as matrículas.

Esta decisão foi tomada a fim de permitir o aumento das matrículas nos cursos do Instituto de Educação e, conseqüentemente, o funcionamento dos mesmo cursos em ambiente que comporte o funcionamento regular das classes que foram acrescidas.

INCONVENIENTE A TRANSFERÊNCIA DO CURSO PRIMÁRIO DO INSTITUTO DE EDUCAÇÃO

Medida errada e contraproducente que irá ferir direitos da maioria

Tribuna do Ceará, 21 de fevereiro de 1958, p. 8.

A nossa reportagem procurou ouvir, hoje pela manhã, o deputado Francisco Vasconcelos de Arruda, antigo líder estudantil, sobre a decisão da Congregação dos Professores do Instituto de Educação Justiniano de Serpa, transferindo as alunas dos cursos normal e primário daquele estabelecimento para o Centro Educacional da 13 de Maio. Disse-nos inicialmente aquele parlamentar:

“Para atender às necessidades do elevado número de estudantes pobres de nossa terra, a criação de novas turmas, elevando assim a matrícula, é uma medida muito acertada do sr. Governador, digna mesma de elogios, pois toda e qualquer despesa que se faz com o ensino, a meu ver, é compensadora”.

TRANSFERÊNCIA PARA A 13 DE MAIO

“Quanto à transferência do curso normal para o Centro Educacional, considero, efetivamente, uma necessidade. No entanto, a transferência do curso primário é por demais inconveniente, uma vez que quase todas essas crianças residem na zona do Instituto de Educação. Alega-se, todavia, que a Congregação tem o propósito de, assim agindo, elevar o número de matrículas desse curso de quatrocentas para duas mil e quatrocentas”. A esse respeito, sugeri o deputado Francisco Vasconcelos de Arruda “que se conservem as atuais alunas matriculadas na Escola Normal e se abram novas matrículas no Centro Educacional, atendendo, dessa maneira, a crianças que residem naquela parte da cidade”.

TRANSFERÊNCIA DAS ALUNAS DO LICEU PARA O INSTITUTO DE EDUCAÇÃO

Sobre a propalada transferência das alunas do Departamento Feminino do Colégio Estadual para a Escola Normal, informou-nos o nosso entrevistado que tem recebido vários telefonemas e apelos no sentido de que não se efetue a medida. E prossegue dizendo que faz seu o apelo das alunas às autoridades competentes para que não haja modificação alguma a esse respeito.

“Como se sabe, as alunas do Colégio Estadual recebiam aulas no Instituto de Educação dadas as deficientes instalações do Liceu. Agora, que aquele estabelecimento se encontra devidamente equipado e preparado para receber o Departamento Feminino, não há razão para sua transferência, em massa, para outro estabelecimento. Sobre antipática, a medida seria prejudicial, uma vez que teriam as alunas que comprarem novas fardas, sobrepondo-lhes despesas desnecessárias”, disse-nos o deputado V. Arruda. Neste sentido, já existe um movimento de protesto organizado pelas garotas do Liceu.

Disse-nos mais, que “as alunas devem ficar no Colégio Estadual, no turno da tarde, e os alunos nos turnos da manhã e da noite. Se o Instituto de Educação tem autorização para o funcionamento do científico e clássico, que seja criado seu próprio ciclo”, concluiu.

O INSTITUTO DE EDUCAÇÃO – Editorial

Tribuna do Ceará, 22 de fevereiro de 1958, p. 3.

Já manifestamos o nosso ponto de vista contrário à decisão tomada pela Congregação do Instituto de Educação Justiniano de Serpa quanto à transferência, para o prédio de Centro Educacional, localizado no bairro de Fátima, dos cursos Primário e Normal. E agora, quando o sr. Governador deu sua aprovação àquela decisão, ainda é o mesmo o nosso pensamento.

Entendemos que os cursos pré-primário, primário e normal do Instituto de Educação, por questão de encadeamento e subordinação pedagógica, devem funcionar em conjunto. O pré-primário (jardim da infância), com instalações próprias, realizando o trabalho de ambientação da criança ao meio escolar; o primário, comportando apenas o currículo de um Grupo Escolar Modelo; e o curso normal, formador de professores, que se exercitam na prática do magistério, aplicando métodos pedagógicos e didáticos em contato com as alunas dos cursos pré-primário e primário. Separá-los seria destruir os fundamentos do Instituto de Educação.

Batemos palmas à iniciativa governamental, tomada por intermédio da Secretaria de Educação, de ampliar o número de classes dos cursos ginásial, colegial e normal, do Instituto de Educação e do Colégio Estadual, como medida que proporcionasse à mocidade que estuda, maiores facilidades de matrícula, precisamente no momento em que o ensino particular se torna privativo dos ricos.

Não agiríamos do mesmo modo com relação ao curso primário do Instituto de Educação, porquanto este, por sua natureza, como campo experimental de atividades pedagógicas, deve ter matrícula limitada. A sua ampliação só se justificaria nos Grupos Escolares que, estes sim, devem ter instalações suficientes para receberem um maior número de possível de alunos de ambos os sexos, competindo ao governo tudo envidar no sentido de fazer convergir para esses estabelecimentos de ensino a confiança e a preferência dos pais de alunos.

Temos então que, ampliada apenas a matrícula do curso normal, o prédio do Instituto de Educação, livre do funcionamento do curso colegial – ala feminina do Colégio Estadual – ficaria com acomodações suficientes para o preenchimento de suas finalidades, inclusive o funcionamento do curso ginásial, mesmo com a matrícula acrescida, como foi.

O curso colegial, tanto pertencente ao Colégio Estadual como ao Instituto de Educação, se este for criado, então poderia funcionar no prédio do Centro Educacional, sem a necessidade de desorganizar um estabelecimento que se firmou no conceito público e goza da preferência de todos.

Os reclamamos que se levantam de tantos lares, contra a decisão precipitada, tem sua razão de ser. O Instituto de Educação recebe, desde muito, grande número de crianças já ambientadas ao ritmo de sua vida escolar, a maior parte ainda de pequena idade, que encontrariam dificuldades para se locomoverem a um bairro distante do centro da cidade. Quando muito seria admissível a transferência de classes do curso ginásial que excedessem – se isso se verificasse – à lotação do Instituto de Educação.

Do que é preciso é que, antes dos interesses dos professores, sejam olhados os interesses do ensino e, logo depois, os dos estudantes.

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E SAÚDE DO ESTADO DO CEARÁ --
Nota Oficial

Tribuna do Ceará, 24 de fevereiro de 1958, p. 8.

O Secretário de Educação e Saúde do Estado do Ceará, tendo em vista os bons propósitos do Sr. Governador do Estado em atender no máximo possível à população estudantil de Fortaleza e de acordo com o Sr. Arcebispo Metropolitano (*Dom Jaime Barros Câmara*), depois de ouvir as Congregações do Instituto de Educação Justiniano de Serpa e do Colégio Estadual do Ceará, resolveu localizar no Centro Educacional, Avenida 13 de Maio, o Curso Normal e o Primário do Instituto de Educação; transferir para o Colégio Estadual do Ceará o Departamento Feminino do Liceu, que funcionava no prédio do Instituto de Educação; manter funcionando no Instituto de Educação o Curso Ginásial, criando um segundo ciclo, o Colégio.

Os alunos do Curso Primário que não puderem frequentar o Centro Educacional devem solicitar matrícula, através da direção do mesmo Curso, para o Grupo Escolar mais próximo à sua residência.

Essas resoluções foram tomadas em face da insuficiência do prédio do Instituto de Educação para atender a todas as solicitações de matrículas no corrente ano e das exigências técnico-pedagógicas do Ministério das Educação.

Outrossim, foram tomadas todas as providências relativamente ao transporte de estudantes para o Centro Educacional

Secretaria de Educação e Saúde do Estado do Ceará, em 21 de fevereiro de 1958.

**NÃO SE CONFORMAM OS PAIS DE ALUNOS DO
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO JUSTINIANO DE SERPA**

Cancelarão as matrículas e doarão as fardas ao Museu Histórico do Ceará

Tribuna do Ceará, 27 de fevereiro de 1958, p. 8.

Movimentam-se os pais de alunos do Instituto de Educação Justiniano de Serpa diante da determinação da Secretaria de Educação e do Conselho Técnico daquele estabelecimento, mandando que as alunas do curso primário e do curso normal sejam transferidas para o prédio do "Centro Educacional", já que o deslocamento das garotinhas para a rua 13 de Maio, local onde se encontra instalado o referido centro, se fará com uma dificuldade tremenda.

CANCELARÃO AS MATRÍCULAS

Sabedora do que estaria ocorrendo, a reportagem pôs-se em campo a fim de apurar algo relativo ao assunto. Ouvimos então alguns dos pais dos alunos, no Instituto de Educação, os quais se mostraram indignados com a medida tomada pelas autoridades do ensino em nossa capital. Disseram-nos os nossos entrevistados que se a determinação em apreço não for revogada, eles cancelarão as matrículas de suas filhinhas, pois não terão meios de mandá-las às aulas em local tão distante.

AS FARDAS PARA O MUSEU

O protesto dos pais de alunos do Instituto de Educação vai mais longe, pois que, além de cancelarem as suas matrículas, farão doar suas fardas ao Museu Histórico do Ceará. Cremos que ainda é tempo de se encontrar uma solução razoável para o momentoso problema.

DIFÍCIL O MEIO DE TRANSPORTE DAS ALUNAS TRANSFERIDAS PARA O CENTRO EDUCACIONAL

Filas sem fim para os poucos ônibus da 13 de Maio

Tribuna do Ceará, 03 de março de 1958, p. 3.

Decididamente, a atitude da Secretaria de Educação e do Conselho Técnico do Instituto de Educação Justiniano de Serpa foi por demais prejudicial às crianças que foram removidas daquele estabelecimento de ensino para o Centro Educacional, em virtude da falta de vagas.

A respeito do momentoso assunto, a redação deste jornal recebeu a visita de uma numerosa comissão de pais de alunas daquele estabelecimento que não se conformaram com a medida, porque não podem pagar a anuidade cobrada pelos estabelecimentos particulares, a fim de protestarem contra a falta de transporte, para a avenida 13 de Maio.

Disseram-nos eles que os ônibus da Avenida 13 de Maio, da Empresa São Francisco, só saem do seu ponto localizado próximo à Loteria Estadual, de 30 em 30 minutos e que, com a medida adotada pelo estabelecimento a que nos referimos, todas as alunas que estão frequentando o Centro Educacional são obrigadas a apanhar os coletivos daquela linha, já que é a única que faz aquele percurso. Acontece que, disseram-nos eles, as filas que se formam junto ao ponto de partida dos ônibus vão até a Rua Floriano Peixoto, em virtude do grande número de alunas que vão para as aulas no mesmo horário. Disseram-nos mais os nossos visitantes: que os choferes tem ordem para só saírem do ponto de 30 em 30 minutos. Por isso, se as suas filhas quiserem chegar na hora do início das aulas, tem que se deslocar de casa pela madrugada, do contrário ficarão prejudicadas.

UM APÊLO

Em virtude desse lamentável estado de coisas, por nosso intermédio os pais de alunas do Instituto de Educação fazem um apelo aos responsáveis por aquela medida, no sentido de que encontrem uma solução para o transporte de suas filhas para o Centro Educacional.

HOJE, A INSTALAÇÃO DOS CURSOS DO CENTRO EDUCACIONAL DE FORTALEZA

Tribuna do Ceará, 08 de março de 1958, p. 8.

Fortaleza está de parabéns. Graças aos esforços, muitas vezes pessoais, de seu ilustre Diretor, Dr. José Sobreira de Amorim, serão inaugurados hoje, oficialmente, às 9 horas, os Cursos do Centro Educacional de Fortaleza, sito à Rua 13 de Maio.

Construído pelo INEP (Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos), o Centro Educacional será uma verdadeira cidade. Quando terminado, nada menos de 4.000 alunos poderão encher seus vastos corredores. Funciona desde o dia primeiro, mas até agora foram aulas de adaptação, pois os professores permitem uma certa liberdade, para que os alunos se familiarizem mais ligeiro com o novo ambiente. Essa familiaridade, diz o dr. Amorim, é fator psicológico muito importante para o estudo dos alunos.

Abordado sobre o assunto, disse-nos das “dificuldades tão comuns a novas organizações. As carteiras aos poucos é que estão chegando, mas logo que chegam são imediatamente montadas. Ainda faltam muitas, mas em breve teremos as classes com todo o conforto cabível a um aluno”.

A falta d'água é outro grande problema que aflige o Diretor da novel Instituição, pois não conseguiram ainda, apesar do esforço, ligação d'água do Acarape. Promessas não faltaram, é claro, agora espera-se pela boa vontade dos homens públicos.

As solenidades de inauguração constarão de números de poesias, cantos, discursos e, no final, uma parte esportiva. Altas autoridades governamentais, civis e escolares estarão presentes. Os diretores do Centro Educacional de Fortaleza convidam os professores, alunos e o povo em geral para conhecerem as novas instalações dessa "cidade estudantil" cearense.

HOMENAGEM AO DIRETOR DO INSTITUTO DE EDUCAÇÃO

Tribuna do Ceará, 13 de maio de 1958, p. 2.

Grandes homenagens serão prestadas amanhã ao dr. José Sobreira de Amorim, Diretor do Instituto de Educação Justiniano de Serpa, Professor da Faculdade de Direito da Universidade do Ceará e da Faculdade de Ciências Econômicas.

Às 7,30 será celebrada, por Dom Expedito Eduardo de Oliveira, missa em ação de graças na Igreja do Pequeno Grande.

As 9 horas haverá sessão solene no Auditório do Instituto de Educação, ocasião em que o professor Amorim Sobreira será saudado por um dos professores. Na mesma oportunidade, o corpo docente e discente lhe farão entrega de dois valiosos presentes.

As comemorações à data natalícia do aniversariante encerrar-se-ão às 18 horas com um coquetel, que será levado a efeito nos salões do "Comercial Clube".

Textos transcritos por José Nunes GUERREIRO no 2º semestre do ano de 2002.

Jornal “O ESTADO”

NOTÍCIAS, ENTREVISTAS, CARTA e EDITORIAL

- TEM NOVO DIRETOR O INSTITUTO DE EDUCAÇÃO – 25 de Janeiro de 1958, p. 8.

- LISTA TRÍPLICE PARA A ESCOLHA DO DIRETOR DO INSTITUTO DE EDUCAÇÃO – 28 de Janeiro de 1958, p. 8.

- ESCOLHA DO NOVO DIRETOR DO INSTITUTO DE EDUCAÇÃO – 29 de Janeiro de 1958, p. 1.

- 18 CLASSES DO INSTITUTO DE EDUCAÇÃO PARA O CENTRO EDUCACIONAL – 07 de Fevereiro de 1958, p. 7 e 8.

- EDUCADORES E TÉCNICOS DEBATEM A REGULAMENTAÇÃO DO ENSINO NORMAL – 31 de Dezembro de 1958, p. 8.

- O NOVO GOVERNO E A REFORMA DO ENSINO – Editorial – 04 de Abril de 1959, p. 3.

- PEDIDA A REVOGAÇÃO DA LEI DO ENSINO NORMAL – 04 de Abril de 1959, p. 8.

- CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO NÃO PEDIU A REVOGAÇÃO – Breve entrevista do professor Filgueiras Lima, de que “opinou sobre a não-aprovação” – 07 de Abril de 1959, p. 7 e 8.

- TENTA-SE ANULAR A RECENTE REFORMA DO ENSINO NORMAL – 07 de Abril de 1959, p. 7 e 8.

- A REGULAMENTAÇÃO DO ENSINO REPRESENTA A MÉDIA DE OPINIÕES DO NOSSO MAGISTÉRIO – Entrevista com Cláudio Martins, ex-secretário de Educação e Saúde do governo Paulo Sarasate – 08 de Abril de 1959, p. 7 e 8.

- VICE DIRETORA DO INSTITUTO DEFENDE A REFORMA DO ENSINO – Entrevista com a professora Tais Mendonça – 09 de Abril de 1959, p. 7 e 8.

- “A LEI 4.410 PARECE-ME EXCELENTE, MERECEDORA DE TODOS OS LOUVORES” – Entrevista com Cláudio Martins, ex-secretário de Educação e Saúde do governo Paulo Sarasate – 25 de Abril de 1959, p. 1 e 7.

* * *

TEM NOVO DIRETOR O INSTITUTO DE EDUCAÇÃO

Jornal **O Estado**, 25 de Janeiro de 1958, p. 8.

Está definitivamente certa a exoneração do Dr. José Teixeira de Freitas da Direção do Instituto de Educação Justiniano de Serpa. Para aquelas funções, pelo que colhemos ontem junto ao Secretário de Educação e Saúde, será nomeado o prof. João Hipólito de Oliveira que, convidado, aceitou o convite.

ATAS SERÃO ASSINADAS HOJE

Falando ontem à reportagem de **O ESTADO**, disse o jornalista Mariano Martins, titular da Secretaria de Educação e Saúde, que somente hoje o governador Flávio Portela Marcílio estará assinando os atos, concedendo exoneração ao Dr. José Teixeira e nomeando o prof. João Hipólito para as funções de Diretor do Instituto de Educação Justiniano de Serpa.

LISTA TRÍPLICE PARA ESCOLHA DO DIRETOR DO INSTITUTO DE EDUCAÇÃO

Jornal **O Estado**, 28 de Janeiro de 1958, p. 8.

Reuniu-se ontem, às dezesseis horas, sob a presidência do Secretário de Educação, jornalista Mariano Martins, a congregação do Instituto de Educação Justiniano de Serpa, a fim de escolher a lista tríplice de professores desse educandário estadual, para a designação do novo Diretor do estabelecimento.

Procedida a votação, verificou-se o seguinte resultado:

1º lugar, com 12 votos, o professor João Filgueiras Lobo; 2º lugar, Arcelino Portela Marcílio, com 10 votos; 3º lugar, prof. João Hipólito Campos de Oliveira, com 9 votos.

Foi ainda indicado o nome da professora dona Irene Barbosa de Araújo, vice-diretora, respondendo interinamente pela Direção.

A lista será encaminhada ao Governador Flávio Portela Marcílio para, dentre os três nomes indicados, escolher o novo Diretor do Instituto de Educação.

ESCOLHA DO NOVO DIRETOR DO INSTITUTO DE EDUCAÇÃO

Jornal **O Estado**, 29 de Janeiro de 1958, p. 1.

O prof. João Filgueiras Lobo, um dos integrantes da lista tríplice para a indicação do novo Diretor do Instituto de Educação, segundo a reportagem colheu ontem no Palácio da Luz, será escolhido para aquelas funções, devendo o ato de sua nomeação ser assinado nas próximas horas pelo governador Flávio Portela Marcílio.

Os nomes que completam a lista em apreço são os dos professores Arcelino Portela Marcílio e João Hipólito Campos de Oliveira, devendo ser ressaltado que este último já fora até mesmo nomeado, desistindo em seguida de assumir o cargo.

18 CLASSES DO INSTITUTO DE EDUCAÇÃO PARA O CENTRO EDUCACIONAL

Jornal **O Estado**, 07 de Fevereiro de 1958, p. 7 e 8.

Notícia assaz auspiciosa que podemos transmitir aos nossos leitores é a de que o reinício das aulas do Instituto de Educação, este ano, já terá lugar com uma parte das alunas matriculadas no estabelecimento, estudando nos pavilhões já conhecidos do Centro Educacional.

A fim de atenderá totalidade das matrículas solicitadas no Instituto de Educação pela população de Fortaleza, o Secretário de Educação e Saúde, sr. Mariano Martins, obteve permissão do sr. Governador do Estado, Prof. Flávio Marcílio, para utilizar as salas já prontas no novel estabelecimento.

DEZOITO CLASSES TRANSFERIDAS

Uma vez que o espaço da atual Escola Normal (Instituto de Educação) é por demais exíguo para conter as novas alunas, foi a princípio estudada a possibilidade de funcionarem algumas classes em prédio do Estado situado na Av. Visconde de Cauípe. Constatada, porém, a falta de espaço também nesse local, as autoridades responsáveis pelo ensino decidiram adotar outra providência.

Assim, nada menos de novecentas alunas novas, compondo 18 turmas do Instituto de Educação, irão ser localizadas nos pavilhões prontos do Centro Educacional. Os demais pavilhões deverão estar concluídos ainda no decurso do corrente ano, quando então se procederá à inauguração oficial de todo o conjunto, um dos maiores do Norte do país.

EDUCADORES E TÉCNICOS DEBATEM A REGULAMENTAÇÃO DO ENSINO NORMAL

Jornal **O Estado**, 31 de Dezembro de 1958, p. 8.

Educadores e técnicos do ensino estiveram reunidos ontem á tarde na Secretaria de Educação e Saúde, sob a presidência do dr. Cláudio Martins, titular daquela pasta, com a finalidade de debater o anteprojeto de reforma do ensino normal, de autoria do prof. Lauro de Oliveira Lima.

Participaram do encontro os professores Lauro de Oliveira Lima, Juarez Brasil, João Filgueiras Lobo, Suzana Dias, Moacir Aguiar, Filgueiras Lima, Hugo Catunda, Araken Carneiro, Rui Filgueiras Lima, Valnir Chagas, Thaís Ribeiro e Laysce Bonfim.

PONTO DE PARTIDA

Com a palavra, o dr. Cláudio demorou-se em considerações a respeito da lei da reforma do ensino normal, recentemente aprovada pela Assembléia Legislativa e sancionada pelo governador Flávio Marcílio, ressaltando os seus aspectos positivos e mostrando, conseqüentemente, a necessidade da imediata aprovação do regulamento, a fim de que aquelas diretrizes básicas possam ter ampla aplicação prática. Salientou contudo que a principal finalidade do encontro era colher a média de opiniões a respeito da matéria, razão porque o anteprojeto da autoria do professor Lauro de Oliveira Lima poderia ser considerado como definitivo, para efeito de encaminhamento ao Conselho Técnico de Educação, ou apenas como um ponto de partida e, conseqüentemente, emendado ou até mesmo rejeitado.

DEFESA DO ANTEPROJETO

Em seguida falou o professor Lauro de Oliveira Lima, que justificou a apresentação do anteprojeto, salientando que os seus dispositivos estavam calcados na própria estrutura da lei, razão porque defendia a sua unidade ideológica, adiantando:

– “Sem esta compreensão total da lei básica, a regulamentação representaria uma colcha de retalhos de ideologias diferentes, comprometendo seriamente a organicidade de uma lei que visa a formação profissional dentro de uma certa concepção pedagógica e administrativa. Espero que, ao passar pelos vários órgãos técnicos e, depois, na execução, não perca o sentido de unidade, condição indispensável a uma lei de caráter técnico. Somos de parecer que seria preferível a substituição integral do projeto, se se tiver que podar a estrutura com que se apresenta este regulamento em suas linhas fundamentais”.

INTENSOS DEBATES

O professor Moacir Aguiar falou logo em seguida, fez várias considerações ao anteprojeto, discordando de algumas proposições nele contidas, como, por exemplo, a criação de oito Departamentos, argumentando, ainda, com a inexequibilidade de outras proposições contidas na matéria.

Também intervieram os professores Valmir Chagas, Américo Barreira, Hugo Catunda, quase sempre concordando com as objeções apresentadas pelo professor Moacir Aguiar.

Surgiram então os apartes, que iam sendo respondidos pelo professor Lauro de Oliveira Lima, dando intensa movimentação aos debates. As professoras Thais Ribeiro, Laysce Bonfim e Susana Dias também formaram ao lado de uma posição mediadora, visando conciliar as tendências surgidas no debate.

CONCLUSÕES

Vale salientar, no entanto, que a opinião dominante foi a de que as linhas gerais do anteprojeto enquadram-se perfeitamente dentro do espírito da lei da reforma do ensino, devendo surgir modificações apenas no tocante à apreciação de determinadas questões práticas, mas se mantendo, em toda a sua linhas, sua estrutura ideológica.

Ficou então resolvido que seria designada uma comissão a fim de que o anteprojeto fosse modificado, tendo em vista, naturalmente, a média de sugestões apresentadas e, uma vez refundido, fosse entregue ao Secretário d Educação para o necessário encaminhamento ao Conselho Técnico de Educação.

O NOVO GOVERNO E A REFORMA DO ENSINO – Editorial

Jornal **O Estado**, 04 de Abril de 1959, p. 3.

Segundo notícia publicada ontem pelo jornal O NORDESTE, o Governador Parsifal Barroso está disposto a revogar o decreto que aprovou a regulamentação do ensino normal, sob o fundamento de que o mesmo não contou com a aprovação do Conselho Estadual de Educação. Logo em seguida aquele órgão de nossa imprensa transcreve, na íntegra, o ofício que o presidente do Conselho Estadual de Educação, professor Filgueiras Lima, enviou ao então Secretário de Educação, dr. Cláudio Martins, apresentando as razões porque aquele órgão se recusa a opinar favoravelmente à sua aprovação.

Para começo de conversa, devemos salientar que o ofício é de um primarismo de espantar. Senão vejamos. O item b) afirma textualmente: “verificação de erros pedagógicos e falhas técnicas em muitos de seus numerosos artigos”; “inoportunidade em face do período de transição”, etc., etc.; “inconstitucionalidade manifesta em vários artigos”, etc., etc.

Vale salientar que no início do “importante trabalho”, que não acreditamos de maneira alguma seja da responsabilidade do Conselho Estadual de Educação, pois reconhecemos que naquele órgão encontram-se algumas das nossas mais sólidas culturas e técnicos de comprovada capacidade, há uma afirmação um tanto contraditória concluindo pela “impossibilidade de um exame acurado e definitivo de um longo projeto”... etc., etc., “em face da urgência reclamada”.

Troquemos isso em miúdos.

Inicialmente, o argumento da “urgência reclamada” não convence. Porque o que fica demonstrado é que o Conselho teve tempo para estudar suficientemente a matéria. E tempo até de sobra, pois achou por bem analisar o projeto à luz do direito, concluindo pela sua inconstitucionalidade, muito embora seja duvidosa e arbitrária essa competência a que o próprio Conselho se atribui.

Mas o ofício revela outras facetas interessantes. Por exemplo, essa “inoportunidade em face do período de transição”. Que tem, pelo amor de Deus, uma coisa com a outra? A regulamentação não poderia indagar do fato de se encontrar no poder este ou aquele partido. A regulamentação resulta de determinação expressa na própria lei que promoveu a reforma do ensino normal no Estado do Ceará.

Essa “inoportunidade”, portanto, visava não apenas colocar o Conselho numa posição de independência, porquanto à intenção do ofício é bastante clara, deixando o assunto ao livre arbítrio do Governo que se inicia.

O ofício do Conselho Estadual de Educação é, em última análise, um libelo contra seus próprios membros. Porque diz tudo, inclusive que é inconstitucional, mas não opina, como seria de sua obrigação, a respeito de como deveriam ser corrigidas as falhas encontradas.

Fez bem o secretário de educação em não tomar conhecimento desse ofício, encaminhando a regulamentação para ser sancionada pelo governador do Estado, como realmente aconteceu. Mesmo porque a lei 4.410 afirma que a regulamentação deveria ser aprovada com audiência do Conselho. E como audiência significa apenas ouvir, o Conselho foi ouvido, embora não oferecendo qualquer contribuição à matéria em debate.

Oportunamente voltaremos ao assunto.

PEDIDA A REVOGAÇÃO DA LEI DO ENSINO NORMAL

Jornal **O Estado**, 04 de Abril de 1959, p. 8

A Lei da Reforma do Ensino Normal vai ser revogada. Isso foi o que nos disse fonte ligada ao sr. Parsifal Barroso, salientando que o presidente do Conselho Estadual de Educação havia solicitado a revogação.

O presidente do Conselho é o conhecido educador Filgueiras Lima que, no entanto, não foi localizado pela reportagem a fim de confirmar ou desmentir a versão.

CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO NÃO PEDIU A REVOGAÇÃO

Jornal **O Estado**, 07 de Abril de 1959, p. 7 e 8.

Apenas “opinou contra a sua aprovação”,
declarou o professor Filgueiras Lima – As razões.

A propósito da anunciada revogação da regulamentação da Lei do Ensino Normal, nossa reportagem ouviu o professor Filgueiras Lima, presidente do Conselho Estadual de Educação, o qual, respondendo a uma pergunta da reportagem, afirmou textualmente:

– “Efetivamente, o Conselho de Educação opinou contra a regulamentação da nova lei do Ensino Normal, por considerá-la, quer inconstitucional, quer falha do ponto de vista pedagógico e, além de tudo, em desacordo com as condições características do nosso meio. O ofício em que se condensaram as opiniões dos diversos membros do Conselho a respeito do assunto, opiniões que se acham registradas em ata da sessão respectiva, foi entregue pessoal-

mente pelo presidente do Conselho ao então secretário de Educação e Saúde. Esse fato público e notório não deveria, portanto, ter causado estranheza ao articulista de O ESTADO, que poderia e poderá, a qualquer momento, entender-se diretamente comigo, pois terei o prazer de explicar-lhe todas as razões técnicas em que se apoiou a opinião do Conselho Estadual de Educação”.

TENTA-SE ANULAR A RECENTE REFORMA DO ENSINO NORMAL

Jornal O Estado, 07 de Abril de 1959, p. 7 e 8.

Grupo de educadores ultrapassam pelas idéias modernas visando por abaixo o trabalho do professor Lauro de Oliveira Lima – Um pouco de nossa história educacional – Onde entra a verdade. Dando nomes aos bois e pondo os pingos nos ii – Reportagem de Sobreira Góis.

A notícia veio sem o destaque que deveria receber: projeta-se anular a recente reforma do Curso Normal. Razões aparentes: inconstitucionalidade de alguns artigos. Razões reais: reacionarismo filosófico e político de um grupo de educadores, abrigados pela vaidade infeliz de um grande mestre cearense: Filgueiras Lima.

UM POUCO DE HISTÓRIA

Os nossos gravíssimos problemas educacionais vêm sendo acumulados desde o tempo da ditadura. O imperativo social exigiria um dia a sua explosão, o que ocorreu há alguns meses. Temos uma escola normal nitidamente verbalesca, que longe de funcionar como um “instituto social”, na expressão de Amaral Fontoura, é apenas um instrumento para as moças pobres conseguirem sobreviver após formadas, ainda que de maneira miserável, e mero passatempo para as moças da alta sociedade. Temos uma escola primária distante da realidade social, que não prepara para a vida, mas derrama marginais em Fortaleza e outras grandes cidades do interior, trabalhando contra a fixação do homem ao meio.

Temos colégios oficiais que, ao fim de um ano letivo, apresentam o alarmante índice de 50 por cento de reprovações, o que revela as suas péssimas condições pedagógicas. O professorado primário ganha uma miséria, a fiscalização é uma brincadeira, o Governo não estimula, falta material didático, existindo apenas muito boa vontade.

HOMEM DE VISÃO

Nunca se ouviu dizer que o sr. Cláudio Martins, apesar de ter exercido o magistério, fosse um luminar em matéria de educação, para ser nomeado titular da Secretaria competente de Estado. Mas o homem foi e deixou a todos de boca aberta, pela visão, pela honestidade e, acima de tudo, pela vontade de realizar. E realizou. Fez mais do que três ou quatro secretários numa dezena de anos. Sentiu o sr. Cláudio Martins que o Curso Normal precisava urgentemente ser reformado, sob pena de continuar a dêbacle do nosso sistema educacional. Então, apressou o andamento do projeto de reforma do professor Lauro de Oliveira Lima.

PROJETO SOLUÇÃO

O projeto Lauro de Oliveira Lima foi um projeto-solução. Aprovaram-no os órgãos técnicos da Secretaria de Educação, o Conselho Estadual de Educação e a Assembléia Legislativa. Realmente, organizou um sistema de ensino – o do Curso Normal, cuja característica marcante foi sua flexibilidade, de acordo com o que manda a moderna pedagogia.

Introduziu novas e fundamentais disciplinas, com Administração Escolar, Pedagogia Geral, Prática de Ensino. Aumentou o ano letivo de 130 para 200 dias letivos. Projetou as atividades extra-curriculares. Substituiu o anacrônico sistema de verificação de aprendizagem através de provas comuns pelas técnicas moderníssimas de pesquisas, seminários, debates, freqüência, estágio, emissão de conceitos pelos professores. Projeto-solução tão bem recebido pela Imprensa, que conferiu ao autor o título de “Homem Público da Educação N° 1”. Mas o

projeto tinha um defeito que grandes educadores não viram, aos técnicos escaparam, os deputados não se aperceberam e a Imprensa esteve inocente: não trazia a marca do professor Filgueiras Lima.

VAIDADE

Quando o projeto esteve no Conselho Estadual de Educação, o professor Filgueiras Lima não introduziu emendas e não conseguiu modificar o seu espírito, apesar da sua condição de presidente. Mas o querido intelectual cearense, que tanto brilho trouxe às nossas letras, não perdoou o professor Lauro de Oliveira Lima, em sua vitoriosa luta surda, de ultrapassar-lhe e vir a ser, tão jovem, o maior educador cearense. Não se conformou o professor Filgueiras Lima com a derrota democrática da luta cultura versus cultura. E armou-se nas sombras para derrotar o projeto Lauro de Oliveira Lima. Para isso, conta com seu prestígio junto ao governador Parsifal Barroso, que tem como oficial de gabinete um filho daquele educador. Para isso, conta com o apoio velado de meia dúzia de professores, já superados pelo tempo e por suas idéias, muito próprias para a escola antiga, na qual aprenderam as primeiras letras.

LAURO TEM CAPACIDADE?

Questão importante: o professor Lauro de Oliveira Lima tem capacidade para reformar o Ensino Normal? Tem, vamos provar!

Candidatando-se à cátedra de Pedagogia Geral do Instituto de Educação, venceu brilhantemente o concurso, obtendo nota cem, inclusive na prova de títulos, quando apresentou 20, à razão de 5 pontos cada, não obstante ter aberto mão dos 40 pontos que a interinidade na cadeira lhe dava.

Como Inspetor Seccional de Ensino, vem dando nova feição ao ensino secundário em nossa terra. Quem diz isso não somos nós, mas os diretores de estabelecimentos reunidos em jornada, quando aprovaram moção de louvor e reconhecimento àquele mestre.

Como cidadão, o professor Lauro de Oliveira Lima é político, embora como técnico esteja a serviço de todos os governos. Acusado pelo PSD de pertencer às atuais oposições, tentaram os próceres de Zé Martins tirá-lo da chefia da Inspetoria Seccional para dar o cargo a um apaniguado político. Resposta do Ministro da Educação: PRECISO do professor Lauro de Oliveira Lima, para fazer alguma coisa em benefício da educação brasileira!

E o ministro precisa mesmo, porque o professor Lauro de Oliveira Lima tem renome nacional. Sua voz é acatada entre os doutos educacionais do país. Professou cursos de Pedagogia em várias capitais brasileiras.

Não estamos fazendo o necrológio do professor Filgueiras Lima nem a biografia elogiosa do seu vitorioso adversário, apenas citando os fatos, isto é, pondo os pingos nos ii e dando nomes aos bois.

FASE DE EXPERIÊNCIA

A reforma do Curso Normal, por todo esse ano, deverá ser objeto de experiência no Instituto de Educação, a não ser que o governador Parsifal Barroso ponha, com um de seus famosos decretos, por terra, o marco de nossa redenção educacional. O chefe do Executivo tem o dever moral de esperar os resultados da experiência. Mas, se pretende mesmo atender ao professor Filgueiras Lima, convoque a classe estudantil, os normalistas, para um debate público sobre o problema. Em tal caso, requeiro o primeiro lugar na ordem de inscrição.

A REGULAMENTAÇÃO DO ENSINO REPRESENTA A MÉDIA DE OPINIÕES DO NOSSO MAGISTÉRIO

Jornal **O Estado**, 08 de Abril de 1959, p. 7 e 8.

É lamentável que o fecundo poeta Filgueiras Lima teime, por um comodismo injustificável, em privar as mocidade de nossa terra dos “frutos opimos”, como ele próprio diria, de sua genialidade incubada – Entrevista bomba do Secretário de Educação do Governo Flávio Marcílio.

A notícia de que o Conselho Estadual de Educação havia solicitado a revogação da regulamentação do ensino normal foi publicada no jornal “o Nordeste” como matéria oficiosa, portanto transcrevia, na íntegra, o ofício enviado ao então Secretário de Educação, dr. Cláudio Martins, por aquele órgão técnico, dando conhecimento das razões de sua não aprovação ao projeto, que, ao tempo da expedição do mencionado ofício, ainda não fôra devidamente sancionado pelo governador Flávio Marcílio.

No dia imediato, fonte ligada ao Palácio da Luz confirmava a notícia, como se poderá constatar em nossa edição de domingo. Em face de se tratar de uma questão já de domínio público, procuramos ouvir a palavra do dr. Cláudio Martins, uma vez que no período de sua gestão é que foram aprovadas a lei de reforma do ensino e sua respectiva regulamentação.

UM POUCO DE HISTÓRIA

Iniciando suas declarações a respeito do momentoso problema, disse-nos o nosso entrevistado:

– Imediatamente após ter assumido a Secretaria de Educação e Saúde tomei conhecimento da existência de um projeto de reforma do Ensino Normal, de autoria do professor Lauro de Oliveira Lima, por sinal já devidamente estudado e aprovado pelo Conselho Estadual de Educação, mas que, injustificadamente, ainda não fôra enviado à consideração do Governo do Estado.

Interessando-me, procurei familiarizar-me com o assunto, ficando verdadeiramente impressionado, por exemplo, com o parecer do Conselho, que apenas manifestava sua desaprovação a uma questão secundaríssima, qual fosse a instituição do pré-salário para professoras estagiárias.

Instado por educadores e técnicos e absolutamente convencido, como ainda me encontro, de que a reforma encarna as mais legítimas aspirações do nosso magistério, levei o assunto ao conhecimento do governador Flávio Marcílio, que também se mostrou entusiasmado.

Em conseqüência, o projeto foi enviado à Assembléia Legislativa e aprovado. Recebi, como resultado da aprovação, inúmeras demonstrações, como afirmação de que se tratava de uma esplêndida vitória em que somente havia um vencedor: a inteligência cearense.

UM PARÊNTESES

Depois dessas considerações, o dr. Cláudio Martins fez um parênteses para declarar:

– Ao assumir a Secretaria de Educação e Saúde compenetrei-me de que poderia contar com a valiosíssima cooperação do ilustrado poeta Filgueiras Lima. Em primeiro lugar, porque se tratava de um antigo Secretário de Educação e, em segundo, porque o conhecido bardo se encontrava à frente do Conselho Estadual de Educação. Como havia uma compreensão generalizada de que o professor Filgueiras Lima, além de inspirado cultor das musas, interessava-se também pelos problemas do ensino, pensei que poderia encontrar um ponto de apoio naquele órgão, mesmo porque ali mourejam técnicos e educadores de comprovada capacidade de trabalho e tirocínio pedagógico. Se não tivesse tido a preocupação de procurar vestígios mínimos, por certo nada de mais teria acontecido. Mas procurei. E a minha decepção não poderia ter sido maior, vasculhei papéis e nem mesmo em simples ofícios encontrei a marca dessa personalidade gritante. Muito ao contrário, certifiquei-me de que o fecundo intelectual há vários anos não dá o prazer de ministrar uma só de suas aulas na Escola Normal.

REGULAMENTO: MÉDIA DE OPINIÕES

Depois desse parênteses, o dr. Cláudio Martins voltou a se referir à regulamentação do ensino, para declarar:

– Posso assegurar que, de uma maneira ou de outra, a quase totalidade dos educadores de nossa capital participaram da elaboração do projeto de regulamentação do ensino. Tenho certeza, nestas condições, de que o projeto definitivo nada mais é do que o resultado da média de opiniões de todos aqueles que realmente entendem da matéria e que tinham um único objetivo: dotar o nosso Estado de um instrumento capaz de, eficientemente, promover uma radical transformação do nosso ensino para melhor, liquidando com os velhos e anacrônicos padrões de trabalho de uma escola divorciada das condições sociais e econômicas do meio nordestino.

De posse do anteprojeto, tendo em vista um dispositivo da própria lei, encaminhei-o ao Conselho Estadual de Educação, não para que esse órgão o aprovasse, mas no sentido de que emitisse opinião no que dizia respeito à sua estrutura técnica e conceitos pedagógicos. É bom frisar – adianta o dr. Cláudio Martins – que a lei instituía como obrigação o envio da matéria ao Conselho, salientando que a sua aprovação deveria processar com audiência daquele órgão técnico.

RAZÕES DE ALGUMAS DESCRENÇAS

O nosso entrevistado faz uma pausa, para logo em seguida continuar:

– Já sabia, de antemão, que o lírico poeta dificilmente procuraria ajudar na elaboração definitiva do ante-projeto, por uma razão já mencionada pelo jornalista Sobreira Góis: excessiva vaidade. O Conselho Estadual de Educação – continua o dr. Cláudio Martins – possui, sem qualquer dúvida, algumas das mais altas expressões do nosso magistério. Mas a verdade é que o se presidente somente acredita e defende as brilhantes e judiciosas peças que saem de “sua pena privilegiada”.

E mudando o tom de suas sentenças:

– O que é lamentável em tudo isso é que o professor Filgueiras Lima teime, por um comodismo injustificável, em privar a mocidade estudiosa de nossa terra dos “frutos opimos”- como ele próprio por certo o diria – de sua quase genialidade incubada.

Essas e outras – declarou o dr. Cláudio Martins – constituíram algumas das razões por que não levei na devida consideração o ofício do Conselho Estadual de Educação, documento que não acredito capaz de expressar o pensamento dos seus membros, pois, segundo estou informado, apenas os drs. Araken Carneiro e Hugo Catunda endossaram o ponto de vista do poeta-presidente, valendo-se ressaltar que o último dos dois não estava em condições de opinar, porquanto “perdera” a cópia do anteprojeto, desconhecendo, conseqüentemente, o assunto em debate.

Mas não foram apenas essas as razões que impediram que o então Secretário da Educação tomasse conhecimento do célebre ofício do Conselho Estadual de Educação. E o dr. Cláudio Martins esclarece:

– Esse documento não deveria merecer nenhuma palavra de minha parte porque foi, antes de mais nada, uma indelicadeza do poeta Filgueiras Lima, que somente não me decepcionou ainda mais porque já me encontrava prevenido. Mas a verdade é que, de acordo com o texto da lei, o Conselho deveria manifestar a sua opinião sobre o projeto na sua contextura, oferecer, caso achasse aconselhável, sugestões tendentes a modificá-lo. Não o fez, todavia. Preferiu estudar os seus aspectos inconstitucionais, esquecido de que não tem competência para tal. E para encobrir a sua má vontade, concluiu “colocando-se à disposição para elaborar um novo ante-projeto”.

Há um detalhe de significativa importância, registrado nas páginas de O ESTADO. É que o poeta Filgueiras Lima se põe à disposição do articulista deste órgão para demonstrar as falhas pedagógicas do anteprojeto aprovado, em decreto, pelo então governador Flávio Marcílio. Essa “amabilidade” deveria ter sido dispensada à Secretaria de Educação, coisa que não

aconteceu, porquanto a intenção do presidente do Conselho era obstar, por todos os meios, que o anteprojeto fosse sancionado, como realmente o foi.

PALAVRAS FINAIS

Concluindo suas declarações, o dr. Cláudio Martins afirmou:

– A regulamentação do ensino, ainda mais do que a lei que o originou, é o resultado de um eficiente e proveitoso trabalho de equipe. Se o poeta Filgueiras Lima não acredita na capacidade de nossos técnicos e educadores, que com tanto entusiasmo trabalharam na elaboração da regulamentação, como foi o caso, entre muitos, da quase totalidade dos professores do Instituto de Educação e do Centro Educacional, que aguarde ao menos a opinião do INEP, do renomado educador Anísio Teixeira e outros mestres da pedagogia contemporânea. A reforma do ensino – disse ainda – da maneira como foi aprovada, não passa de uma atitude puramente experimental. Nestas condições, se não oferecer os resultados desejados, que seja novamente regulamentada, porque a lei, em sua flexibilidade, permite infinitas incursões no campo de experimentação pedagógica.

E satirizando:

– O diabo é que o poeta Filgueiras Lima também tem ponto de vista firmado contra a lei, apesar de ter oferecido, a essa mesma lei, um parecer judicioso.

VICE DIRETORA DO INSTITUTO DE EDUCAÇÃO DEFENDE A REFORMA DO ENSINO

Jornal **O Estado**, 09 de Abril de 1959, p. 7 e 8.

Continua na ordem do dia o problema da reforma do ensino normal, dizendo melhor, a tentativa de alguns educadores de anular a lei em vigor, e a reação que se esboça nos principais meios educacionais de nossa terra, visando mantê-la. Ontem a nossa reportagem teve a oportunidade de ouvir a conhecida professora Taís Mendonça, atual vice-diretora do Instituto de Educação Justiniano de Serpa e foi colaboradora da reforma durante dois anos.

DECLARAÇÕES INICIAIS

Inicialmente, ela nos declarou:

– A reforma do ensino normal foi experimentada no ano de 1958 no Instituto de Educação, com autorização da Diretoria e da Congregação, apresentando bons resultados. Ao final da Cláudio Martins foi aprovada a “Lei Orgânica dela resultante, com audiência favorável do Conselho Estadual de Educação, cujo presidente é o professor Filgueiras Lima.

ESTRANHEZA

Continuando, declarou d. Taís Mendonça:

– O Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos acolheu da melhor maneira possível o estatuto em vigor. Estranhamos o combate que hora se faz à reforma, desde que ela foi experimentada e aprovada com êxito. Antes dela, todo o professorado era unânime em afirmar que o Curso Normal precisava ser reformado. E foi isso que fizemos, aliás, de maneira muito feliz. A reforma visa principalmente o aspecto vocacional e o aparelhamento do ensino para isso. Antigamente olhava-se mais para a cultura e hoje vê-se melhor a preparação pedagógica.

CONSTITUCIONAL

Finalizando suas declarações, acentuou a professora Taís:

– Na reforma do Ensino Normal vale salientar o estágio que toda professora terá que fazer, em estabelecimento público. Argúi-se contra isso a inconstitucionalidade, o que não ocorre, desde que a estagiária percebe dos cofres públicos, a título de bolsa de estudo. Nela tudo é constitucional, inclusive a Regulamentação, que resultou de um valioso trabalho de equipe.

Um Grande Jurista Opina Sobre a Reforma do Ensino:
**“A LEI 4.410 PARECE-ME EXCELENTE,
MEREDORA DE TODOS OS LOUVORES”**

Jornal **O Estado**, 25 de Abril de 1959, p. 1 e 7.

Como se conta a História dos 15 professores que assinaram o memorial contra a reforma – Uma reforma que agradasse a todos poderia ser considerada como tal? Um contra a cidade inteira – O dr. Cláudio Martins concede nova e importante entrevista a O ESTADO.

O problema da reforma do ensino normal e na sua regulamentação, como se sabe, encontram-se hoje no “índex” Sua anulação vem sendo cantada em prosa e versos por um grupo que não ultrapassa de quinze professores, o que, evidentemente, nada representava se esses professores não estivessem contando com o bafejo.

FALA O DR. CLÁUDIO MARTINS

Levando em conta duas publicações inseridas no jornal “O POVO”, uma de anteontem (os quinze contra a reforma) e outra ontem, do jurista Coelho de Sousa (defendendo a Reforma), procuramos ouvir o dr. Cláudio Martins, principalmente porque foi na sua gestão à frente da Secretaria de Educação e Saúde que a Reforma foi encaminhada à Assembléia Legislativa, aprovada e posteriormente sancionada pelo ex-governador Flávio Marcílio.

Inicialmente disse-nos o dr. Cláudio Martins:

– Antes mesmo de passar a Secretaria de Educação e Saúde ao seu atual titular, deputado Joaquim Figueiredo Correia, demonstrei o máximo de interesse em mantê-lo informado de todas as nuances da reforma do ensino. E justifico esse meu comportamento. Não estando o novo secretário entrosado nessa importantíssima questão, não poderia compreender, em toda a sua extensão, certas atitudes determinadas pelos mais diversos e contraditórios interesses.

Sou da opinião que o deputado Joaquim Figueiredo Correia não está administrando – e jamais concordaria em fazê-lo – para servir a interesses de grupos, principalmente no setor do ensino. E isto por uma razão evidentemente histórica. Realmente, cada vez mais a administração estadual reflete o pensamento nacional, que se estrutura nos órgãos técnicos federais, nos congressos e seminários e, além do mais, na interação político-administrativa das várias unidades da federação.

O Secretário de Educação do Governo Flávio Marcílio fez uma pausa, para logo em seguida continuar:

– Creio que a estes órgãos é que o titular da pasta de educação deveria tendo em vista os seus propósitos administrativos. Não creio, evidentemente, que o pequeno grupo que faz oposição à reforma esteja pensando na posição do novo secretário de Educação no cenário nacional, mas apenas empenhado em “ganhar uma briga”, custe o que custar, sacrifique-se embora o interesse da educação ou renome dos administradores.

OS 15 CONTRA A REFORMA

Depois dessa rápida digressão, o dr. Cláudio Martins afirma, em resposta à indagação sobre o “Memorial do 15”:

– Não acredito que o memorial do 15 professores do Instituto de Educação, manifestando-se contra a reforma, possa impressionar a quem quer que seja. Para mim, particularmente, que conheço muito de perto o valor dessas manifestações de “solidariedade”, pareceu-me mais estranho porque, contrariando uma “tradição”, não verificou-se UNANIMIDADE. O fato, em si só, demonstra que há, no próprio Instituto de Educação, um grupo de professores politizados que não se deixa levar por sentimentalismos de amizade solidificados em longos anos de convívio. Realmente, foi uma agradável surpresa verificar que somente 15 professores foram “catequizados”. E digo “catequizado” porque não acredito que pelo menos a metade dos signatários tenha jamais lido a reforma.

E é o próprio entrevistado quem interroga:

– Por que a diretora e a vice diretora não participaram do movimento? Por que não foram sequer consultadas sobre o memorial enviado ao Secretário Joaquim de Figueiredo Correia?

A resposta – adianta o dr. Cláudio Martins – outra não poderia ser senão esta: Por que são exatamente por professores que há anos não participam das atividades do curso normal que combatem a reforma.

Depois de afirmar que não pode existir efeito sem causa, o dr. Cláudio Martins se propôs a analisar os motivos que determinaram a adesão dos professores ao memorial enviado ao atual Secretário de Educação, alguns dos quais colaboraram com a reforma que agora combatem.

E o dr. Cláudio Martins volta a interrogar:

– É justo que o catedrático e seu substituto tenham assinado, conjuntamente, o Memorial? Não seria viciada de coação moral a assinatura do substituto? O dr. Clóvis Catunda, por exemplo, sempre foi um entusiasta da reforma. Mas ocorre que o catedrático que ele substituiu é contra. Não seria razoável se afirmar que também neste caso há indício manifesto de coação? O professor Denizard Macêdo teria, já a 1º de abril, sido nomeado para o Instituto de Educação? Como aceitar que professores que não estão em exercício se pronunciem para dar número, juntamente com seus substitutos?

O dr. Cláudio Martins, logo em seguida, faz outras revelações, afirmando, por exemplo, que o professor Francisco Pereira de Matos assinara o memorial porque estava pensando que se tratava de “voltar a dar aulas no dia de 4º feira, único dia da semana em que lhe é possível mais tempo para trabalhar”. Da. Maria de Lourdes Gondim, cercada de alunos e professores, afirmou em alto e bom som: “Enganaram-me. Eu não sabia que o memorial era contra a reforma. Se eu nunca li a reforma, como poderia ser contra?”

E o antigo Secretário do Governador Flávio Marcílio continuou:

– Esses são os casos conhecidos. Mas, o que teria se passado por trás da cortina? Analisando esse importante problema, com serenidade – afirma ainda o dr. Cláudio – chega-se à conclusão que só um interessado move os cordões, enquanto do outro lado toma vulto o movimento de opinião pública, de jovens educadores empenhados em melhorar o nível educacional em nosso Estado.

APENAS PARA ARGUMENTAR

O nosso entrevistado faz uma pausa, afirmando momentos depois:

– Mas, apenas para argumentar, aceitemos que todos os professores que subscreveram o memorial são mesmo, convictamente, contra a reforma. Isso prova alguma coisa? Prova que a reforma não é boa? Ou prova, antes, que é inconveniente ao “doce não fazer”? Não seria mais justo acreditar que a reforma está sendo assim combatida porque exige a readaptação de hábitos intelectuais e atitudes? Pode-se aceitar o fato de que todos estão contra a reforma ideologicamente? Então, porque ela abala a comodidade de alguns professores, o Estado deve deixar de fazer uma reforma? Poderia uma reforma sem opositores ser considerada como tal?

– O que se deve ter em vista, antes de mais nada, são os superiores interesses da educação. Assim sendo – afirmou o dr. Cláudio Martins – o Secretário não deve se preocupar com a reação que os atos administrativos possam provocar naquelas pessoas que se habituaram com velhas e cômodas posições.

UMA VISÃO ABALIZADA

O dr. Cláudio focaliza agora a segunda parte da entrevista. Reportando-se ao parecer do jurista Coelho de Sousa a respeito da reforma do ensino, afirma, depois de fazer outras considerações:

– Tem-se batido na tecla de que a reforma é inconstitucional. Vale salientar, no entanto, que não conhecíamos o pronunciamento de qualquer jurista da terra a respeito desse aspecto aparentemente controvertido da questão.

O assunto, no entanto, foi colocado nos seus devidos termos, como se pode verificar no trabalho publicado na edição de ontem de “O Povo”, 3º página, assinado pelo deputado federal Coelho de Sousa, que afirma, comentando o texto da lei 4.410: “Nenhuma eiva de inconstitucionalidade, pois já que estão, rigorosamente, respeitadas as normas federais, as disposições substantivas que disciplinam a matéria”. Noutro trecho, comentando alguns vícios e omissões da Lei Orgânica, afirma o renomado jurista. “Contra esses defeitos, em boa hora, em boa hora, se opôs a lei cearense – isso sem prejuízo da desobediência às normas substantivas, a que deverá limitar-se a Lei Federal – completando assim, o diploma legal da União”.

Não deixa de ser confortador, para todos nós, que trabalhamos e estamos nos batendo pela manutenção da lei do ensino normal, este conceito do eminente deputado federal: “Atendendo às particularidades da região, adorando as lições dos modernos educadores, renovando as práticas pedagógicas, a Lei 4.410 parece-nos excelente, merecedora de todos os louvores.”

PALAVRAS FINAIS

Não faz muito tempo, falando a um dos jornais da terra, o professor Filgueiras Lima reportou-se, mais ou menos estomacado, aos termos de uma outra entrevista do dr. Cláudio Martins, principalmente no trecho em que era focalizada a participação pessoal do presidente do Conselho Estadual de Educação. Retornando ao assunto, o dr. Cláudio afirmou:

Não pretendi, absolutamente, fazer graça, quando me referi à “genialidade incubada” do professor Filgueiras Lima. E não pretendi fazer graça porque chego mesmo a admitir que talvez o conhecido educador seja mesmo um pedagogo de grandes méritos. Mas o que se torna indispensável é que o professor Filgueiras Lima demonstre o seu imenso cabedal através de um trabalho de vulto, porque se assim não o fizer, poderá vir a ser conhecido como o grande Acácio da pedagogia nacional. E essa honra, positivamente, não desejamos para o nosso Estado

Textos transcritos por José Nunes CUERREIRO nos anos de 2002 e 2003.

Jornal “O NORDESTE”

NOTÍCIAS e ARTIGO

- EMPOSSADO NA DIREÇÃO DO INSTITUTO DE EDUCAÇÃO O PROF. AMORIM SOBREIRA – 7 de fevereiro de 1958, p. 8.

- QUEREM MUDAR PARA A AVENIDA 13 DE MAIO VÁRIOS CURSOS DA ESCOLA NORMAL – 14 de fevereiro de 1958, p. 8.

- MODIFICAÇÕES NAS SEDES DOS CURSOS NORMAL E SECUNDÁRIO – 20 de fevereiro de 1958, p. 8.

- SELADA EM DEFINITIVO A TRANSFERÊNCIA DAS AULAS DOS CURSOS NORMAL E PRIMÁRIO – GINASIAL PARA MOÇAS NO LICEU – 22 de fevereiro de 1958, p. 8.

- CURSO CIENTÍFICO PARA A ESCOLA NORMAL – 24 de fevereiro de 1958, p. 8.

- PROFESSOR AMORIM – 20 de março de 1958, p. 5, “Às Quintas”.

- FALTAM AINDA CARTEIRAS NO INSTITUTO DE EDUCAÇÃO – 7 de maio de 1958, p. 5.

- CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO CONDENOU O REGULAMENTO DO ENSINO NORMAL – 3 de abril de 1959, p. 1.

* * *

EMPOSSADO NA DIREÇÃO DO INSTITUTO DE EDUCAÇÃO O PROF. AMORIM SOBREIRA

Jornal **O NORDESTE**, 7 de fevereiro de 1958, p. 8.

Desde terça feira última, acha-se empossado, no cargo de diretor do Instituto de Educação, o dr. Amorim Sobreira, vulto de projeção em nossas esferas educacionais, professor que é das Faculdades de Direito e de Filosofia da Universidade do Ceará.

O ato de designação daquele conhecido educador foi muito bem recebido, em virtude do conceito que desfruta em todas as camadas sociais de nossa terra.

Líder católico destacado, o dr. Amorim Sobreira foi, durante três anos, presidente da tradicional União de Moços Católicos, tendo exercido, igualmente, postos de direção na Ação Católica.

Uma série de providências vem de adotar o novo diretor da veterana Escola Normal, dentre as quais se destaca a criação de turmas suplementares, em razão da procura de matrículas por parte de estudantes pobres.

QUEREM MUDAR PARA A AVENIDA 13 DE MAIO VÁRIOS CURSOS DA ESCOLA NORMAL

Jornal **O NORDESTE**, 14 de fevereiro de 1958, p. 8.

Amanhã, às 10 horas, reunir-se-á a congregação dos professores do Instituto de Educação Justiniano de Serpa, a fim de tratar do deslocamento de vários cursos desse estabelecimento oficial para o Centro Educacional, modernamente instalado no Bairro de Fátima.

A reunião é aguardada com vivo interesse tanto pelo corpo docente como pelo discente da tradicional Escola Normal

MODIFICAÇÕES NAS SEDES DOS CURSOS NORMAL E SECUNDÁRIO

Jornal **O NORDESTE**, 20 de fevereiro de 1958, p. 8.

Com a presença de 28 professores reuniu-se, sábado último, a Congregação do Instituto de Educação, sob a presidência do dr. Amorim Sobreira. Vários importantes temas, ligados ao tradicional estabelecimento de ensino oficial, foram ventilados no ensejo.

Presente, o dr. Lauro de Oliveira Lima, inspetor seccional do Ensino Secundário em Fortaleza e professor da Escola Normal, apresentou à consideração, recebendo aprovação unânime da Congregação, o seguinte plano:

- a) transferência do Curso Normal para o Centro Educacional;
- b) transferência da Escola Modelo, igualmente para ali;
- c) o Departamento Feminino ficaria pertencendo, definitivamente, ao Instituto de Educação;
- d) permanência, no Instituto, do seu Curso Ginásial.

Por outro lado, a professora Zilah Rosas sugeriu que o Governo conceda transporte gratuito às professoras do Curso Primário.

Esquematisados esses pontos, seguirão eles para o Governador e o Secretário de Estado, que darão a palavra definitiva sobre o assunto.

Enquanto isso, a transferência para o Centro Educacional, do Curso Primário, causou acentuada estranheza aos pais das alunas, principalmente por funcionar o mesmo no Bairro de Fátima, lugar dos mais afastados.

Como se sabe, o Primário é composto por crianças de pouca idade, sendo preciso para a maioria delas dupla locomoção para chegar ao local das aulas. Ademais, urge ainda o acompanhamento de parentes, o que mais sobrecarrega as despesas de passagens.

Levando-se em conta esses e outros empecilhos, acredita-se que sejam tomadas pela Secretaria de Educação e pelo próprio governador as providências capazes de manter o Curso Primário ali mesmo no Instituto de Educação, na Praça Filgueira de Melo.

SELADA EM DEFINITIVO A TRANSFERÊNCIA DAS AULAS DOS CURSOS NORMAL E PRIMÁRIO – GINASIAL PARA MOÇAS NO LICEU

Jornal **O NORDESTE**, 22 de fevereiro de 1958, p. 8.

Com a presença do Secretário de Educação, dr. Mariano Martins, do professor Lauro de Oliveira Lima, Inspetor Seccional de Fortaleza e de um técnico do Ministério da Educação, reuniu-se a diretoria do Instituto de Educação. Tratados assuntos referentes à organização daquele estabelecimento de ensino oficial, ficou definitivamente mantida a decisão, tomada sábado passado pela Congregação da antiga Escola Normal e que determina o seguinte: – Transferência dos Cursos Normal e Primário para o Centro Educacional, no bairro de Fátima, bem como na permanência, na Praça Filgueira de Melo, do Curso Ginasial do Instituto.

Por outro lado, a Congregação do Colégio Estadual (Liceu) resolveu, como acontecia anteriormente, estabelecer matrículas de moças igualmente no Curso Ginasial e não apenas no Colegial, ensejando assim maiores possibilidades ao sexo feminino.

As turmas femininas, no entanto, deverão funcionar separadamente das masculinas, providência esta oportuna, se se tratar de horários diferentes. Nada aconselha a separação de classes, mas nos mesmos horários.

CURSO CIENTÍFICO PARA A ESCOLA NORMAL

Jornal **O NORDESTE**, 24 de fevereiro de 1958, p. 8.

Devendo funcionar, este ano, na Escola Normal, o seu curso Científico próprio, o diretor do Instituto de Educação, dr. Amorim Sobreira acaba de ordenar a abertura das inscrições para as matrículas.

A decisão da direção do tradicional estabelecimento, tomando tal providência, vem ao encontro dos anseios de muitas jovens que, por motivos variados, preferem o Curso Científico ao Normal e desta forma poderão continuar na antiga Escola Normal os estudos iniciados num ambiente genuinamente feminino.

PROFESSOR AMORIM

Jornal **O NORDESTE**, 20 de março de 1958, p. 5, “Às Quintas”.

Com a mudança da diretoria do Instituto de Educação, assumiu este posto, por vontade da Congregação e do sr. Governador, o dr. José Amorim Sobreira, catedrático de Latim daquela veneranda casa de ensino oficial.

Acertou o governo e ganhou a escola. Acertou o governo, porque não é fácil obter, da noite para o dia, pessoa que aceite o cargo difícil. Ganhou a escola, porque o professor Amorim está capacitado para dirigir o Instituto de Educação Justiniano de Serpa, dada a serenidade de seu espírito e tino administrativo.

O novo diretor honra o cargo. Não pediu; pediram-lhe que o aceitasse. Impôs condições: deram-lhe carta branca. Além da sua cátedra de Latim, tem a da Faculdade de Filosofia e vai, agora, conquistar, no duelo de um concurso, a de Direito Romano de nossa Salamanca.

Sua biblioteca, onde muitas vezes vara a noite, é uma das mais ricas do Estado, e seu acervo, quanto ao Latim, sobrepuja a muitas.

Amorim Sobreira é um introvertido. A disciplina, em cujo cadinho se plasmou sua adolescência, talvez o tenha formado assim. O tio ilustre, o Pe. Azarias Sobreira, norteou-o pela vida maravilhosa dos livros, do estudo, do queimar de pestanas.

Por isso é que o atual diretor da Escola Normal honra a poltrona giratória da diretoria daquele estabelecimento.

Prudente, mas justo. Modesto, mas sincero. Delicado, mas firme. Tem bom pulso no manejo do leme, às vezes tão pesado, como agora, com o fluxo montante das novas turmas.

Já se faz sentir seu senso administrativo: aumento do número de caixas d'água; abertura de clarabóias para melhor arejamento dos salões de aulas; reforço do espírito disciplinar; aquisição de moderno material didático, a fim de retirar o ciclo ginásial da rotina.

Além disso, o dr. Amorim dirige as duas casas – Instituto de Educação e Centro Educacional – como se fossem um só bloco, mantendo a mesma alma e a mesma tradição.

Estas palavras aqui escritas não são boas, mas estímulo para que continue sua atitude de caráter, pois seus amigos o tem na conta de um dos mais sólidos humanistas do Ceará.

José Valdivino (da U.M.C.)

FALTAM AINDA CARTEIRAS NO INSTITUTO DE EDUCAÇÃO

Jornal **O NORDESTE**, 7 de maio de 1958, p. 5.

Várias famílias, que tem filhas no Instituto de Educação, participam-nos que algumas turmas ainda estão sentadas em cadeiras comuns e obrigadas, assim, a escrever nos joelhos.

Se isso acontece, a responsabilidade é do Secretário de Educação e Saúde que, até agora, não providenciou no sentido de solucionar essa irregularidade.

Não deixa de ser penoso para as alunas assistirem de 4 a 5 aulas diárias de modo tão antipedagógico e prejudicial à saúde. Além disso, já se foram 2 meses de aulas e aproximam-se as provas parciais de junho.

Ao que apuramos, o diretor daquele estabelecimento de ensino, o dr. Amorim Sobreira, empenha-se vivamente, desde o início do ano letivo, para que a Secretaria de Educação equipe as salas de aula do Instituto de Educação com aquele material escolar, indiscutivelmente necessário.

Se não podiam manter aparelhadas as salas de aulas, por que as abriram?

CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO CONDENOU O REGULAMENTO DO ENSINO NORMAL

Jornal O NORDESTE, 3 de abril de 1959, p. 1.

O Conselho Estadual de Educação, tomando conhecimento prévio de Regulamento do Ensino Normal, recusou aprovar o dito projeto que, assim, não poderia ser aprovado pelo Poder Executivo, em face da própria Lei Orgânica que mandou redigir o dito Regulamento. Assim, vai o mesmo ser revogado pelo Governador Parsifal Barroso. Eis os termos do ofício do Conselho, dirigido ao Secretário de Educação:

“Tomando conhecimento do projeto de regulamentação do Ensino Normal que, nos termos da lei nº 4.410, de 26 de dezembro de 1958, V. Excia. submeteu à apreciação deste órgão, os srs. Conselheiros, em sessão extraordinária ontem realizada, e que fôra convocada por especial solicitação de V. Excia., deliberaram votar contra a aprovação do referido regulamento, pelos ponderáveis motivos que se seguem:

a) impossibilidade de um exame acurado e definitivo de um longo projeto constante de 88 artigos e respectivos parágrafos, em face da urgência reclamada para sua aprovação;

b) verificação de erros pedagógicos e falhas técnicas em muitos de seus numerosos artigos;

c) inoportunidade, em face do período de transição que estamos vivendo, das diretrizes educacionais que não serão mais postas em prática na atual administração e que, além disso, não atendem às condições específicas de nosso meio;

d) inconstitucionalidade manifesta de vários artigos, tais como o de nº 73 e quase todos os do capítulo III, alguns dos quais em desacordo com a própria lei que pretendem regulamentar;

e) a convicção de que a atual organização do Ensino Normal no Estado, perfeitamente adaptada à lei orgânica federal que lhe faculta o funcionamento regular, sem prejuízo para a boa marcha do ensino, enquanto estudos mais demorados e sistemáticos nos permitam dar-lhes outras normas e diretrizes.

Em face do exposto, propõem os Conselheiros a tomar o assunto como um dos objetivos de seu trabalho daqui por diante, com o propósito de elaborar, dentro de um claro espírito de objetividade, um novo Estatuto para esse importante tipo de ensino.

Aproveitamos a oportunidade que se nos oferece para transmitir a V. Excia. a segurança do nosso apreço e da nossa estima”.

Textos transcritos por José Nunes GUERREIRO no 2º semestre do ano de 2002

Jornal “GAZETA DE NOTÍCIAS”

NOTÍCIAS

- CENTRO EDUCACIONAL ABRE AS PORTAS E SOLUCIONA PROBLEMA DE MATRÍCULAS – 21 de Fevereiro de 1958, p. 2 e 8.

- MELHORAMENTOS SUBSTANCIAIS FORAM CONSEGUIDOS PARA O INSTITUTO DE EDUCAÇÃO – 03 de Fevereiro de 1959, p. 1.

- “LAURO INDAGA SE HOVE COAÇÃO NA APROVAÇÃO DA REFORMA DO ENSINO NORMAL NO CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO” – 10 de Maio de 1959, p. 2.

- NORMALISTAS TERÃO PRÊMIO – 10 de Maio de 1959, p. 2.

- FILGUEIRAS LIMA TAMBÉM APOIOU A REFORMA DO ENSINO NORMAL – 10 de Maio de 1959, p. 3.

- O ENTERRAMENTO DO PROF. JOÃO HIPÓLITO – 19 de Julho de 1962, p. 3.

* * *

CENTRO EDUCACIONAL ABRE AS PORTAS E SOLUCIONA PROBLEMA DE MATRÍCULAS

Gazeta de Notícias, 21 de Fevereiro de 1958, p. 8 e 2.

Está definitivamente acertada pela Congregação das Escola Normal Justiniano de Serpa e homologada pelo Governo do Estado a transferência dos cursos Normal e Primário para o prédio do Centro Educacional, naquele estabelecimento, do Ginásial e da criação do 2º ciclo, ou Colegial.

RAZÕES

Segundo conseguimos colher, a deliberação da Congregação foi originada pela grande procura de vagas, chegando a ultrapassar, o número de inscritos, a capacidade da escola.

A Congregação, considerando todos os aspectos ao problema, notadamente a situação dos alunos do Jardim da Infância em particular e do Primário em geral, sentiu que apenas com a mudança para o prédio do Centro Educacional seria possível atender aos milhares de pedidos de pais de famílias, carentes de meios para educar as filhas em estabelecimentos particulares.

Embora pareça, em absoluto não serão prejudicadas as pequeninas alunas do Jardim da Infância que, ao contrário, serão beneficiadas com melhores e maiores acomodações, obedecendo aos mais exigentes requisitos da Pedagogia Moderna.

Outrossim, sendo impossível a transferência do curso Ginásial para o Centro Educacional (segundo determinação do INEP), o Normal seria mudado para aquele prédio, levando, o que é óbvio, o Primário, já que o mesmo é assistido pelas futuras professoras, que ali tem o campo de aprendizagem necessária e exigida pelo currículo.

TRIPLICOU O NÚMERO

Grande procura de vagas, o Governo, por obrigação de direito e de fato, teria que atender aos reclamos do povo que necessita de estabelecimento oficial. Ou o Governo não atendia a metade das solicitações ou fazia (acertadamente) a transferência de cursos para o Centro Educacional, beneficiando assim aos que careciam de matrículas.

Nesta oportunidade, para mostrar como o Governo foi de encontro ao povo, mostremos o seguinte quadro:

Ginásio: 40 turmas com 50 alunas (2.000).

Primário: 40 turmas com 60 alunas (2.400).

Normal: 10 turmas com 50 alunas (500), num total de 4.000 alunas (*na realidade, 4.900 alunas*).

Isto sem falarmos do 2º ciclo, que terá, em cada série, uma turma de 50 alunas, perfazendo 150 alunas.

Impossível seria, portanto, acomodação suficiente para tão grande número de alunos exclusivamente no prédio da Escola Normal.

CURSOS NOTURNOS

Outra grande notícia, inegavelmente, a criação, este ano, do curso noturno na Escola. As alunas que não puderem freqüentar as aulas (muitas trabalham), nem pela manhã, nem à tarde, freqüentarão à noite, pois que uma turma de cada série, desde o Ginásio ao 2º ciclo, estará funcionando.

MATRÍCULAS

As matrículas estão encerradas apenas para o curso Primário, enquanto ao Ginásial, Normal e Colegial irão até o dia 26, mais ou menos.

INÍCIO DAS AULAS

Quanto ao início das aulas, convém salientar que, devido às mudanças, sofrerá um ligeiro atraso, pois o Primário e o Normal só começarão a funcionar a partir de 20 de março,

sendo que o Ginásio e o 2º ciclo possivelmente estarão normalizados no período regular, isto é, 1º de março.

BOMBA

Finalmente, uma notícia bomba: o excedente de alunas do Curso Ginásial irá para o Liceu (turno separado dos rapazes), que este ano funcionará normalmente.

MELHORAMENTOS SUBSTANCIAIS FORAM CONSEGUIDOS PARA O INSTITUTO DE EDUCAÇÃO

Gazeta de Notícias, 03 de Fevereiro de 1959, p. 1.

“Felizmente, depois de atividades ininterruptas, conseguimos melhoramentos substanciais para o estabelecimento, entre os quais desejamos salientar: a) encaminhamento da liberação do crédito de dezesseis milhões de cruzeiros para a ultimização dos trabalhos do Centro Educacional; b) obtenção, através do Centro de Estudos Pedagógicos, de uma biblioteca especializada para o Ensino Normal; c) doação, pelo INEP, de abundante material para a biblioteca da escola, além de gabinete de Física e Química, História Natural, projetor cinematográfico, etc.”

“LAURO INDAGA SE HOVE COAÇÃO NA APROVAÇÃO DA REFORMA DO ENSINO NORMAL: CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO”

Gazeta de Notícias, 10 de Maio de 1959, p. 2.

Durante a sessão semanal de quarta feira última do Conselho Estadual de Educação do Ceará, o professor Lauro de Oliveira Lima, seu membro, deu entrada de importante requerimento, pedindo o pronunciamento do importante órgão sobre as seguintes proposições referentes a fatos ocorridos em sessões e registrados nas atas das sessões:

“a) Se o teor da lei nº 4.410, de 26/12/58, publicada no Diário Oficial nº 7.348, de 27/12/1958, corresponde ao do Projeto aprovado no C.E.E., com exceção do artigo 30 (referente a pré-salário) e os artigos 33, 34, 35 e 36 (referentes à criação e transformação de cargos);

b) Se houve coação, por parte de quem quer que seja, para que o projeto fosse aprovado no C.E.E.;

c) Se o C.E.E. dispôs para exame do referido projeto do tempo que achou conveniente;

d) Se há diferenças ponderáveis entre o ante projeto remetido pela S.E.S. (Secretaria de Educação e Saúde) ao C.E.E. e a forma como o C.E.E. o devolveu aprovado a essa autoridade;

e) Se é autêntica a cópia de ofício do Presidente do Conselho Estadual de Educação remetendo o projeto em referência ao S.E.S. anexa a este requerimento.

ass.) Lauro de Oliveira Lima

Membro do Conselho Estadual de Educação”

Nesse documento, o sr. Lauro de Oliveira Lima quer saber se houve “coação por parte de quem quer que seja” na aprovação da reforma do ensino normal, assunto rumoroso e que promete atingir a aspectos sensacionais dentro dos próximos dias.

NORMALISTAS TERÃO PRÊMIO – DIA DAS MÃES

Gazeta de Notícias, 10 de Maio de 1959, p. 2.

O prof. Américo Barreira, catedrático de Sociologia do Instituto de Educação Justiniano de Serpa promove, entre as alunas do 3º ano normal, um concurso sobre o “DIA DAS MÃES”.

O CONCURSO: cada aluna apresentará um trabalho escrito sob a forma de crônica ou carta, relativo à data, apreciando sua significação social, o papel da Mãe na família e na sociedade.

O professor examinará todos para efeito de nota mensal e selecionará os cinco (5) melhores de cada turma, entregando estes ao julgamento de uma comissão de professores que escolherá o melhor de cada turma e o melhor entre todos.

Os trabalhos classificados em primeiro lugar serão publicados na imprensa e suas autoras farão jus a prêmios de emulação que serão os seguintes: Um lindo anel de brilhante e pérola, (oferecimento da relojoaria Cruz de Ouro), um luxuoso estojo de caneta e lapiseira (oferecimento da livraria Alaor), um luxuoso par de sapatos (oferecimento da Casa Pio), um belo corte de tecido para vestido (oferecimento do Armazém Nordeste) e um vidro de fino perfume (oferecimento de “Flama”).

As 20 alunas classificadas nos 5 primeiros lugares de cada turma adquirirão automaticamente o direito de participar da Excursão a Acarape (Açude, Usina de Açúcar e Sítio), programada pelo professor de Sociologia para o mês em curso.

A entrega dos prêmios será feita em ato solene no Auditório do Instituto de Educação, às 9 horas da quarta feira, dia 20 do corrente mês, com a presença do Secretário de Educação, do corpo docente do Instituto e com a colaboração do Clube de Música das professora Wanda Ribeiro da Costa.

FILGUEIRAS LIMA TAMBÉM APOIOU A REFORMA DO ENSINO NORMAL

Gazeta de Notícias, 10 de Maio de 1959, p. 3.

Em Primeira Mão, GAZETA UNIVERSITÁRIA Publica Importante
Documento – Cópia Autêntica – Assinado Pelo Conhecido Educador,
em Que Este Apoia a Reforma do Ensino Normal.

Entrou numa trégua (que faz inquietar alguns espíritos) a propalada revogação da reforma do Ensino Normal promovida pela administração passada e baseada em seríssimo estudo feito pelo Inspetor Seccional, o educador Lauro de Oliveira Lima. Houve diversos pronunciamentos contrários à Reforma, mas ninguém de boa fé poderá negar o seu alto sentido cultural e os benefícios que dela poderão advir para aquele ramo da educação.

Um educador que deu pronunciamento público contrário à matéria foi o professor Filgueiras Lima, diretor de Colégio e elemento que goza de grande conceito. Para conhecimento, no entanto, do público (e tão somente), a página especializada de GAZETA publica sensacional documento (cópia autenticada) em que o professor Filgueiras Lima dá seu apoio à Reforma, em ofício ao Secretário de Educação. Eis o documento assinado pelo reconhecido e acatado educador:

“Exmo. Sr. Secretário de Educação e Saúde.

Apraz-nos fazer voltar às mãos de V. Excia., depois de miudamente examinado por este Conselho, o Projeto de Reforma do Ensino Normal que V. Excia submeteu à apreciação deste órgão. Não se trata, por certo, de uma reforma no sentido exato de sua expressão, porque em seus artigos não se define uma nova política educacional, um novo estilo pedagógico, uma nova filosofia para os cursos de formação das mestras primárias do Estado.

Condensam-se ali normas e diretrizes que já se vão impondo e aplicando em outros meios, sem, no entanto, apresentar arrojados de concepção e estrutura que caracterizam uma verdadeira reforma do ensino.

Tendo em vista o quadro geral da educação brasileira na hora presente, quando ainda não possuímos uma lei de diretrizes e bases capaz de inspirar as iniciativas de caráter regional, procuramos ajustar em todo o projeto em apreço, às reais proporções da vida educacional do Ceará, suprimindo ou eliminando os artigos que se noas afiguram despicientes ou decorativos, senão contrários às mais enraizadas feições de nossa terra e de nossa gente.

Foi um trabalho de equipe, demorado por força do funcionamento semanal deste Conselho, mas feito com muito zelo pelas tradições do ensino cearense e com a circunscrição que exigia tarefa de tal monta.

Não poderíamos, no atropelo de um exame rápido e perfunctório, deixar que se fimassem na legislação escolar estadual pontos de vista que nos pareciam menos indicados à formação profissional das nossas futuras professoras de classes elementares.

O que deixamos aí permanecer e o que acrescentamos ao projeto servem para demonstrar, aio vivo, o grau de atenção e seriedade de nosso modesto trabalho.

Cremos, com isso, que o projeto, passando por este Conselho, ganhou em síntese e consistência.

Ao devolvê-lo às mãos de V. Excia., servimo-nos do ensejo para apresentar os nossos protestos de estima e consideração.

Fortaleza, 3 de julho de 1958.

ass.) Filgueiras Lima.

Dr. Antônio Filgueiras Lima – Presidente do C.C.E.

Pela cópia autêntica que transcrevemos, ponto por ponto, vírgula por vírgula, vê-se que o professor Filgueiras Lima, um dos homens que mais se batem pela revogação da reforma, deu o testemunho do seu apoio a ela, embora fizesse algumas restrições sem maior importância.

O ENTERRAMENTO DO PROF. JOÃO HIPÓLITO

Gazeta de Notícias, 19 de Julho de 1962, p. 3.

Repercutiu dolorosamente o falecimento, ontem, nesta capital, do Prof. João Hipólito de Azevedo e Sá, notável educador conterrâneo. Diretor, por vários anos, da antiga Escola Normal e, agora, do Centro Educacional do Ceará. O falecido educou gerações de cearenses, tendo sido um dos mais notáveis incentivadores do nosso desenvolvimento educacional, primando em seu trabalho pela disciplina que costumava imprimir, pela justeza de suas decisões e pelos seus méritos de professor competente, sempre sabendo desfrutar da admiração de colegas e alunos. Seu enterramento constitui-se verdadeira consagração, com a presença do Governador Parsifal Barroso, Secretário de Educação Almir Pinto, Diretores de Colégios, professores, alunos e ex-alunos do pranteado mestre. O féretro saiu de sua residência, na Rua Santos Dumont, indo, antes, ao Centro Educacional, onde lhe foi prestada tocante e merecida homenagem de parte de professores e alunos, formadas em sua honra. Nas fotos vemos aspectos da homenagem, quando o caixão fúnebre, conduzido dentre outros pelo Governador do Estado e pelo Secretário de Educação, dava entrada no Centro Educacional, e na outra, parte das numerosas alunas e admiradoras que foram dar o último adeus ao venerando educador.

Textos transcritos por José Nunes CUCREIRO em 2002 e 2003.

Jornal O POVO: TEXTOS e ARTIGOS sobre a REFORMA DO ENSINO NORMAL NO CEARÁ

. *Esboço de Uma Reforma Ideológica do Ensino Normal* – Artigo: cinco artigos – Lauro de Oliveira Lima – 17, 24 e 31 de Maio e 7 e 14 de Junho de 1956, p. 6.

. *Ensino Normal: o Ceará está em primeiro plano* – Entrevista – Lauro de Oliveira Lima – 18 de Dezembro de 1958, p. 2.

. *Reforma do Ensino* – Artigo – Lauro de Oliveira Lima - 31 de Dezembro de 1958, p. 7.

. *Clubes no Centro Educacional* – Artigo: dois capítulos – Cônego Aloísio Rocha Barreto – 03 e 07 de Janeiro de 1959, p. 3.

. *À margem da Reforma do Ensino Normal* – Artigo: oito capítulos – Lauro de Oliveira Lima – 6, 7, 9, 10, 13, 14, 15 e 16 de Janeiro de 1959, p. 3.

. *Reforma do Ensino Normal* – Carta – Lauro de Oliveira Lima – 06 de Junho de 1959, p. 6-7.

. *A Reforma do Ensino e a Dúvida Metódica* – Artigo – Lauro de Oliveira Lima – 14 de Setembro de 1959, p. 6.

* * *

Professor Lauro de Oliveira Lima

Jornal O POVO, 17/05/1956, página 06.

Entre os objetivos fundamentais da escola primária, a aprendizagem das chamadas “técnicas fundamentais” não deveria figurar hipertroficamente no primeiro plano. Há objetivos “formativos” muito mais importantes, como a formação de caráter, a conservação da saúde, a integração social e familiar, o ajustamento profissional, a formação espiritual da criança que, num sistema de valores hierarquizados, viriam num plano superior como objetivos da escola primária.

Contudo, a formação técnico-pedagógica atual visa, quando a isso se chega, somente a finalidade de capacitar a professora para obter rendimento nas tais técnicas fundamentais, elementos básicos da aquisição da cultura. Pretender, numa escola de massa como a primária, ter como objetivo as supra-estruturas, como por exemplo, objetivo nitidamente cultural, é condenar “in limine” as atividades da escola ao fracasso certo.

Analisando a estrutura dos cursos pedagógicos brasileiros, descobre-se patente uma ideologia imediatista e tradicionalista em suas entrelinhas. O conceito geral da professora primária é de uma “alfabetizadora”. Certo é que, em muitos casos, não chegamos sequer à idéia da formação técnica da professora, mesmo para esta função elementar de transmissora de conhecimentos técnicos básicos e conhecimentos elementares. Em muitos casos, estamos ainda nas generalidades teóricas das chamadas ciências pedagógicas, na vã esperança de que estas teorias, por um milagre de transferência impossível, transformem-se um dia, na classe da professora primária, em habilidades técnicas de direção da aprendizagem. Mas, para argumentar, aceitemos que os cursos pedagógicos brasileiros conseguem verdadeiramente transmitir habilidades técnicas às professoras suficientes para fazer delas boas “instrutoras”.

Seria isto suficiente? Um curso de formação técnica deve, como tudo que é humano, ter uma ideologia. Que se pretende da professora? Deseja-se – creio – que ela seja capaz de realizar na escola primária os objetivos deste grau de ensino. Quais os objetivos da escola primária? Vários, entre os quais os enumerados, sendo que a aquisição de “técnicas fundamentais” é apenas um dos aspectos parciais e nem sempre fundamental, principalmente levando-se em consideração uma hierarquia de valores.

Uma reforma básica dos cursos pedagógicos deveria, pois, partir de uma tomada de posição ideológica. Primeiro, determinar-se claramente o conceito e os objetivos da escola primária. Que se deseja deste primeiro grau escolar, para onde devem acorrer todas as crianças brasileiras, sem exceção? Segundo, investigar-se que características técnicas e culturais deve ter a professora para realizar na prática escolar esses objetivos. Terceiro, determinar-se o “currículo” pró-

prio e as práticas de formação na escola normal capaz de formar tal professora, dentro dos requisitos ideológicos determinados.

Creio que não há mais discussão possível sobre os objetivos da escola primária, objetivos estes que estão muito acima da simples amestração nas técnicas fundamentais (ler, escrever, contar, recorrer a fontes de informação, etc.). O problema de integração social e familiar, os problemas de saúde e desenvolvimento, os problemas de ajustamento psicológico, os problemas de orientação pré-vocacional, a formação do caráter, a criação de atitudes positivas, a criação de valores pessoais válidos, a formação democrática, a confiança no poder da inteligência para a resolução dos problemas do país e da comunidade, tudo isto está muito além do primarismo com que a escola primária está estruturada e dos objetivos a alcançar nas atuais escolas normais brasileiras.

A omissão da família na educação dos filhos alarga cada vez mais o campo de atuação da professora primária, de modo que sua formação técnica deve ir muito além dos atuais objetivos, tanto em qualidade como em quantidade.

Para efeito de ponto de partida para uma discussão sobre o problema, imaginamos que, se ideologicamente conceituássemos a professora primária como uma espécie de assistente social, especializada em serviço escolar, como alguém que ensina a ler como meio de chegar a outros objetivos, como alguém que vela pelo ajustamento social para nele ajustar seus conduzidos, estaríamos mais próximos de realizar um curso normal que preparasse verdadeiramente mestras para a escola primária que o mundo atual está a exigir. Para isso toda a estrutura atual terá que sofrer uma remodelação de base.

* * *

Professor Lauro de Oliveira Lima

Jornal O POVO, 24/05/1956, páginas 03 e 06.

Posto este conceito de função eminentemente “social” para a professora, a idéia de formação técnica em torno da “condução da aprendizagem” perde muito de sua força na estruturação do “currículo” e das práticas educacionais educativas dos cursos pedagógicos.

Em primeiro lugar, num curso técnico não se pode aceitar, creio, a idéia de que se deva fazer revisão de “conhecimentos básicos”. Um curso técnico nestas bases seria um círculo vicioso. Se os cursos de articulação inferiores não dão os conhecimentos básicos essenciais, o recurso não seria introduzir tais disciplinas no curso técnico, mas exigir-se para matrícula curso básico de nível mais elevado. Se o curso ginásial não é suficiente para dar à futura normalista os conhecimentos de português e matemática elementares para o exercício de futura profissão, que se exija o primeiro, o segundo ou o terceiro ano colegial para ingresso no curso normal. Pretender que essas disciplinas estudadas no curso normal entre as disciplinas técnicas resolva o problema das deficiências básicas seria julgar que os professores dos cursos pedagógicos obtém melhor rendimento que os professores dos cursos de cultura geral, o que é muito duvidoso e improvável, mesmo porque não há nenhuma razão especial para isto.

Um curso técnico é um curso técnico. Iniciemo-lo no grau de ensino anterior que julgemos conveniente, mas não deturpemos sua natureza técnica. Fazer concessões desta natureza concorreria para desagregar a unidade pedagógica do curso. Por outro lado, a natureza da profissão de mestra está a exigir cada vez mais um curso mais intenso e longo, a ponto de, em alguns países, o curso normal já ser de nível superior. Desperdiçar, dos três minguados anos pedagógicos, um para propedêutico, já é discutível, quanto mais introduzir disciplinas de cultura geral perfeitamente realizável nos cursos básicos de acesso.

A unidade orgânica do “currículo” pedagógico deve ser maciça e levar diretamente, sem desvios, aos fins propostos de natureza técnica, sem o que não se alcançará nem os objetivos práticos nem os culturais, enleada a estrutura do curso em suprir hipotéticas deficiências de formação nos graus anteriores.

Num curso de cultura geral, não seria absurda a revisão de conhecimentos básicos da mesma natureza do conhecimento de grau superior. A própria continuidade do programa aconselha isto. Mas, se o curso de continuação é de espécie diferente, com objetivos definidos, não há como deturpá-lo para atender a deficiências. Se o candidato não está preparado para o curso de continuação, ou refaça o curso anterior sozinho, ou desista do curso de continuação para o qual não tem habilitação. Por parte do poder público, a solução seria elevar o grau de

preparação básica exigível para ingresso nos cursos técnicos, conquanto não haja interferência de “currículum”.

Examinemos (aceitas essas premissas) a estrutura possível de um curso pedagógico baseado em uma ideologia nova, qual a proposta inicialmente. Seria um curso:

- a) essencialmente TÉCNICO, sem concessões às deficiências básicas;
- b) baseado nos objetivos da ESCOLA PRIMÁRIA RENOVADA;
- c) visando a formação de uma ASSISTENTE SOCIAL ESCOLAR, para a aprendizagem das técnicas fundamentais seria um simples episódio da formação das crianças sob sua guia;
- d) de intensa formação e de prática para a aquisição de habilidades;
- e) de experiência prévia de todas as possíveis “situações escolares”;
- f) de íntimo, contínuo e essencial contato com a escola primária modelo;
- g) de amplitude cultural suficiente para abranger as mais variadas formas de vida do mundo moderno;
- h) de amplo contato e conhecimento das condições ambientes do meio social onde atua;
- i) de seguro conhecimento dos aspectos da natureza da criança, em suas formas normais e anormais, mais comuns e simples;
- j) de seguros conhecimentos sobre os fins e os meios da educação, capazes de estimular processos de renovação e improvisação, dentro de uma filosofia segura e de processos científicos;
- l) de perfeito conhecimento da profissão e suas responsabilidades morais e sociais;
- m) de ALTA ESPECIALIZAÇÃO em processos particulares da condução da aprendizagem.

* * *

Professor Lauro de Oliveira Lima

Jornal O POVO, 30/05/1956, página 06.

Para atender a essas bases ideológicas cremos que o curso normal, como todo curso técnico moderno, em que o lirismo é substituído por conceitos rigorosamente pragmáticos, em que os fins a atingir estão gritantemente presentes no processo de aprendizagem, em que não se acredite num impossível processo de transferência, em que se espere que o técnico seja aquilo que foi feito no curso de formação – cremos não haver dúvida que o curso normal deverá ter, ao lado do aspecto informativo e cultural, um aspecto prático e outro de formação.

Por outro lado, o curso deve desenrolar-se em etapas sucessivas, em que os conhecimentos se distribuem em escalões sucessivos, de modo a servir de degraus organicamente distribuídos. As disciplinas básicas devem anteceder as disciplinas de formação técnica geral e estas às de especialização.

Como o conceito de “integração social”, de ajustamento social e familiar, de valorização social e ajustamento profissional predomina na ideologia da escola primária, o conhecimento do meio sócio-psicológico deve ser o primeiro cuidado da formação técnica. Em segundo lugar, o conhecimento da estrutura básica dos educandos para agir de acordo com sua natureza. Em terceiro lugar, a aquisição de técnicas fundamentais de condução da criança aos seus fins sociais e humanos. Teríamos, assim, três etapas:

a) Conhecimento do meio sócio-psicológico, dos fins da educação com relação ao meio e à natureza do educando e o conhecimento da responsabilidade dos que se propõem conduzir.

b) Conhecimento da natureza do educando e de suas formas de adaptação às características específicas do meio, em suas formas normais e nas formas anormais mais comuns e dos processos gerais de condução.

c) Conhecimento dos processos especiais de condução da aprendizagem e de organização da escola para conseguir os fins almejados.

A distribuição da parte prática não pode sofrer um escalonamento rigorosamente lógico, mas pode seguir as linhas gerais do esquema, partindo dos desenhos manuais e socorros de urgência, como aspectos mais gerais de formação prática; passando pelo canto (folclórico), a economia doméstica e a decoração como aspectos úteis, como a educação física, organização de instituições, jornais, manejo de aparelhos, como aspecto especializado, próprio da escola moderna.

A formação do técnico, do professor propriamente dito, seria objeto da terceira e mais importante parte:

a) Formação sócio-psicológica: estágio junto a grupos de crianças e pesquisas de campo no meio social da escola.

b) Formação psicológica: observação individual de crianças e pesquisas de suas relações familiares.

c) Formação pedagógica: observação de métodos e técnicas nas escolas e estágio final na escola modelo.

Ponto final e essencial: – O diploma seria uma comprovação de real HABILITAÇÃO TÉCNICA provada nos estágios e defendida na exposição das observações feitas. Foi-se o tempo em que os administradores certificavam em solenes Diplomas que o candidato tinha habilitação técnica para o exercício de determinada profissão – sem que o candidato tivesse demonstrado “in vivo” que realmente é um profissional. Por outro lado, não se concebe mais que, de posse de conhecimentos teóricos, o indivíduo vá adquirir a prática na experiência real. É bem possível que os vícios de prática que adquiriram por esse processo contrarie inteiramente todas as aquisições teóricas da escola profissional. É preciso que o administrador tenha coragem moral de comprovar se o sistema de formação deu resultado. De nada valem as mais belas estruturas dos cursos de formação profissional se os resultados não justificam sua existência.

Por isto somos por uma lei de grande flexibilidade, que permita modificações rápidas e oportunas e experimentações pedagógicas. O perigo todo deste método é falharem os meios de verificação e comprovação dos resultados, sem o que as possíveis modificações seriam puramente cerebrinas. Para evitar possíveis contrafações, a lei de estruturação teria uma parte exemplificativa e a obtenção do diploma ficaria dependente de um “exame e estado de tipo prático”, em forma de estágio e de defesa de tese em torno do próprio estágio.

Uma lei de reforma deste tipo daria somente indicações de caráter ideológico caracterizando os cursos e suas formas, possivelmente numa exposição aproximada do que expusemos.

* * *

Professor Lauro de Oliveira Lima

Jornal O POVO, 07/06/1956, página 06.

1 – O CURSO NORMAL do Estado será feito em três anos, em prosseguimento ao primeiro ciclo de qualquer curso do segundo grau, sem quebra de unidade pedagógica e de caráter integralmente técnico.

2 – O curso será dividido em “seis etapas semestrais”, cada uma delas desenvolvida em três “fases simultâneas”, constituídas respectivamente, de uma parte cultural informativa, uma parte prática de aquisição das habilidades e uma terceira parte de formação profissional propriamente dita.

3 – As ETAPAS SUCESSIVAS terão conteúdo tal que a formação básica anteceda à formação técnica geral e esta seja seguida de minuciosa especialização.

4 – A FORMAÇÃO BÁSICA compreenderá o estudo dos fins e natureza da educação do meio psico-social em que atuará o professor primário, da função social da escola e da responsabilidade moral do professor.

5 – A FORMAÇÃO TÉCNICA GERAL compreenderá o estudo do educando e de seu desenvolvimento, suas relações com o meio, sua integração social e o estudo dos processos gerais de condução da aprendizagem e formação da personalidade infantil.

6 – A FORMAÇÃO ESPECIALIZADA compreenderá o estudo das formas específicas de direção da aprendizagem e de aquisição de habilidades e os recursos de orientação educacional e pré-vocacional e de organização e administração escolar.

7 – A PARTE PRÁTICA deverá conseguir que o professor primário esteja habilitado a utilizar o desenho, o canto, os trabalhos manuais e a educação física como recursos pedagógicos e a prestar assistência pessoal de emergência ao educando e à sua família, bem como fazer da escola um foco democrático de irradiação social.

8 – A PARTE DE FORMAÇÃO visa o conhecimento real do meio dos grupos sociais, das famílias, das crianças individualmente, dos métodos usados nas escolas e será feito através de estágios, visitas e pesquisas de campo.

9 – As disciplinas do “currículo” agrupar-se-ão “departamentos especializados” que reunam as disciplinas:

a) filosóficas, morais e históricas; b) sociológicas e antropológicas; c) psicológicas; d) pedagógicas e administrativas; e) biológicas e médicas; f) artes e habilidades.

10 – A habilitação final e obtenção de “diploma de professor primário” ser feita por meio de “exame de estado e estágio em situação real nas escolas públicas do Estado”.

11 – O curso desenvolver-se-á com o “mínimo de cem (100) dias letivos por semestre”, reservando-se um terço do tempo dos trabalhos escolares para as atividades práticas e estágios.

12 – Nos horários serão reservadas horas especiais para “seminários de professores e alunos” em conjunto e separadamente, conforme as diversas atividades, os departamentos e as fases.

13 – Haverá junto a cada curso normal uma “biblioteca pedagógica” mínima para cuja utilização obrigatória será organizado programa de leituras e debates.

14 – A PROMOÇÃO DE UMA PARA OUTRA FASE será feita através de conceitos dados pelos professores, mediante provas, trabalhos práticos e observação.

15 – Junto a cada curso normal haverá obrigatoriamente uma escola primária modelo orientada pelos professores do curso normal, cujo professorado fará parte das atividades do curso normal.

16 – O exercício do magistério no curso normal dependerá de preenchimento de condições mínimas de curso superior ou de prestação de exame de suficiência, conforme regulamentação.

* * *

ESBOÇO DE UMA REFORMA IDEOLÓGICA DO CURSO NORMAL - V

Professor Lauro de Oliveira Lima

Jornal O POVO, 14/06/1956, página 06.

Terminando a série de artigos que vimos publicando sob o título supra, apresentamos nesta oportunidade o esboço do "currículum" exemplificativo:

1º Ano – FORMAÇÃO BÁSICA.

PARTE CULTURAL – 1º semestre: Psicologia Educacional, Filosofia da Educação, Ética Geral, Sociologia Geral, Sociologia do Nordeste, Pesquisa e Noções de Estatística.

2º semestre: Psicologia Educacional, História da Educação, Ética Geral, Sociologia Geral, Ecologia Humana e Patologia Social.

Em ambos os semestres, técnicas de entrevistas, relatórios, fichas, formulários, etc.

PARTE PRÁTICA: Desenho Aplicado à educação (técnicas de sondagem e exposição), Trabalhos Manuais (idem, idem), Socorros de urgência, Seminários de assuntos gerais e Programa de leitura (relação de obras obrigatórias).

PARTE DE FORMAÇÃO: Estágio junto a grupos de crianças (passeios, excursões, etc.) e Pesquisa de campo (observação de escolas em zonas diferentes).

2º Ano – FORMAÇÃO TÉCNICA GERAL.

PARTE CULTURAL – 1º Semestre: Direção de Aprendizagem (métodos e processos), Psicologia da Criança e do Pré-adolescente, Psicopatologia Infantil, Sociologia Educacional, Nutrição, Higiene Mental e Antropologia.

2º Semestre: Direção de Aprendizagem, Psicologia da Criança e do Pré-adolescente, Psicoterapia, Sociologia Educacional, Biologia Educacional, Puericultura, Direito Constitucional e Direito de Menores.

PARTE PRÁTICA – Canto Orfeônico (folclore), Economia Doméstica, Decoração de Ambientes, Seminários sobre assuntos práticos, Leituras Especializadas (indicações de obras obrigatórias).

PARTE DE FORMAÇÃO: Observação individual do aluno e pesquisas sobre grupos e relações do escolar com a família.

3º Ano – FORMAÇÃO ESPECIALIZADA.

PARTE CULTURAL – 1º Semestre: Aprendizagem de Linguagem, Aprendizagem das Ciências Sociais, Psicotécnica, Biblioteconomia e Literatura Infantil, Ética Profissional e Orientação Educacional.

2º Semestre: Aprendizagem da Matemática, Aprendizagem das Ciências Naturais, Administração, Recreação e Jogos, Métodos Audio-Visuais e Instituições Escolares.

PARTE PRÁTICA – Educação Física, Organização de jornais, Manejo de aparelhos e Seminários (os programas de ensino primário, métodos, experiências, etc.).

PARTE DE FORMAÇÃO – Observações de métodos em classe, Estágio final em escolas públicas e Tese.

Este "currículum" é puramente explicativo da ideologia exposta, podendo variar de escola para escola, conforme os recursos próprios. Certa liberdade de "realização" criaria amplas oportunidades de experimentação. A fiscalização colheria a experiência individual, que seria debatida nos seminários pedagógicos.

* * *

ENSINO NORMAL: O Ceará está em primeiro plano

Entrevista com o professor Lauro de Oliveira Lima
Jornal O POVO, 18 de dezembro de 1958, p. 2

A Assembléia Estadual acaba de votar as “Diretrizes e Bases do Ensino Normal” do Estado, fato que coloca o Ceará no primeiro plano nacional em matéria de ensino normal. Sobre o assunto, o professor Lauro de Oliveira Lima, um dos responsáveis mais diretos pela reforma por que acaba de passar o nosso ensino pedagógico, declarou à reportagem:

– “Só as pessoas que não tem ligação com o ensino do Estado desconhecem que há quase três anos se trabalha no Ceará em torno da reforma que acaba de ser votada pela Assembléia Estadual. Preparara eu um anteprojeto de reforma, que publiquei na imprensa há mais de três anos, creio que precisamente em “O POVO”. Na ocasião, nenhuma receptividade recebeu o projeto, por não haver clima para renovação educacional no Estado.

Quando o dr. Moacir Aguiar assumiu a Diretoria de Orientação e Fiscalização da Secretaria de Educação gritou, profundamente, o problema, reunindo o professorado para debater o assunto. Nesta ocasião apresentei novamente o projeto, já noutra forma, que foi distribuído para estudo por todas as escolas normais do Estado.

Com a saída do dr. Moacir, o assunto voltou a ponto morto, quando Mariano Martins nomeou uma comissão de que fiz parte para reelaborar o projeto. Distribuímos o projeto com todos os entendidos em assuntos pedagógicos no Ceará, para receber críticas e sugestões. De posse destes elementos, foi dada a redação final, com a colaboração de Moreira de Souza, que conosco debateu longamente a reforma.”

COLABORAÇÕES

Sobre outras colaborações recebidas para o trabalho durante todo esse tempo, disse-nos:

– “Fez-se um “symposium” de normalistas, em que a reforma foi longamente debatida, tendo a ele comparecido o próprio governador do Estado. As normalistas defenderam entusiasticamente o projeto. Meses seguidos, o projeto esteve em debate no Conselho Estadual de Educação, onde sofreu polimento final, recebendo valiosas contribuições dos conselheiros, principalmente dos drs. Filgueiras Lima e Valnir Chagas Cavalcante, que o modificaram em partes essenciais, fazendo do projeto um trabalho magnífico de equipe. Até o DSP foi ouvido sobre o projeto, apresentando emendas.

Pode-se dizer que nunca um projeto de lei foi tão esmerilhado como o que acaba de ser aprovado pela Assembléia. Em todas as etapas de seu longo percurso, sempre esteve aberto a receber contribuições de todos os entendidos. Agora, cabe ao dr. Flávio Marcílio e Cláudio Martins levá-lo à última fase, transformando-o em lei, pelo que merecem a gratidão dos educadores de nossa terra.”

REGULAMENTAÇÃO, DEPOIS

– O dr. Filgueiras disse à imprensa que não se tratava de uma Lei Orgânica. Pode esclarecer-nos o sentido de suas palavras?

– Realmente, tem o ilustre professor toda a razão. Não é mais da técnica legislativa que a lei substantiva tenha o caráter de uma lei orgânica. Por isto, o projeto tem a feição de “diretrizes e bases”, cabendo à regulamentação, mais flexível, dar a estrutura final da lei. Isto permite que os técnicos tenham mais liberdade de experimentar, sem necessidade de recorrer sempre a uma nova lei substantiva. O mesmo está sendo feito na esfera nacional com a reforma do ensino secundário. Assim, a leitura simples da atual lei não mostra uma estrutura pré-estabelecida, mas uma espécie de “política educacional”, ficando à Congregação e ao Conselho Estadual de Educação a sua verdadeira regulamentação.”

IDÉIA DA REFORMA

– Pode V. S. dar-nos uma idéia geral da reforma?

– “A lei aprovada tem muitos pontos de contato com a atual reforma do Rio Grande do Sul, diferenciando-se dela nos pontos que correspondem às necessidades e circunstâncias de nosso Estado. Em geral, pode-se dizer que a reforma “profissionaliza” o curso normal, velha aspiração dos técnicos. O próprio Lourenço Filho, autor da lei anterior, incentivava os Estados a “estadualizarem” os cursos normais em consonância com o que determinava a Constituição Federal.

Outro aspecto, já vitorioso nos Estados mais adiantados da Federação, é o de “departamentalização” das disciplinas do currículo. O departamento tem mais flexibilidade que o anacrônico sistema de “cadeiras”. O tipo de atividade escolar, pela reforma, ganha uma dimensão nova, transformando-se em atividades práticas, estudo dirigido, pesquisas e estágio. As unidades de trabalho serão feitas por “semestres” e não por ano letivo, o que torna o trabalho escolar mais flexível. A promoção não ficará dependendo somente das notas de provas e exames, mas de todas as atividades curriculares e curriculares.”

ESCOLAS PARTICULARES

– Quanto às escolas particulares, qual o ponto de vista da reforma?

– “A lei reconhece como obrigação do Estado auxiliar as escolas particulares, no que está uma grande inovação. Até agora, os auxílios dados às escolas particulares eram quase como se fossem uma esmola. Ora, cabe à família escolher a escola para seus filhos e ao Estado garantir às famílias o direito de escolher as escolas onde elas querem vê-los educados. Esta tese, aliás, é intransigentemente defendida pela reunião dos bispos brasileiros e é a primeira vez que se transforma em lei no Brasil.

Contudo, a lei atual nada é em si. Depende inteiramente de regulamentação e da execução que a ela se der. Uma pequena amostra de seus benefícios foi a experimentação parcial que dela se fez no Instituto de Educação no corrente ano. Que as normalistas digam o que foi feito pela equipe que ali trabalhou.”

* * *

REFORMA DO ENSINO

LAURO DE OLIVEIRA LIMA

Jornal O POVO, 31 de Dezembro de 1958, p. 7

“O projeto - diz Dom Antônio - respeita os direitos que os católicos conseguiram reconquistar” - Comentários em torno das modificações no plano primário e normal.

O governo do Estado, através da Secretaria de Educação e Saúde, está empenhado em modificar, drasticamente, a arcaica organização educacional de nosso ensino. Para isto constituiu três grupos de trabalho: o primeiro, como foi noticiado, procede vasto levantamento das condições de funcionamento dos serviços de educação, preparando o trabalho de uma comissão técnica que virá do Rio de Janeiro propor uma reforma de base para os serviços administrativos da Secretaria de Educação. Comissões como estas já fizeram completa remodelação dos serviços administrativos em outros estados brasileiros, dentro das mais modernas técnicas da ciência da administração.

Como se sabe, quase tudo que nós possuímos em matéria educacional vem ainda da época em que Justiniano de Serpa teve a coragem de mandar buscar em São Paulo um jovem idealista e quase imberbe, chamado Lourenço Filho. Nesta época, em 1922, o ensino do Ceará tomou impulso vertiginoso, colocando-se num plano equivalente ao dos estados líderes da federação.

REFORMA DO ENSINO NORMAL

A segunda comissão (Lauro de Oliveira Lima, Valnir Chagas Cavalcante, Hugo Catunda) está encarregada de estudar um projeto da autoria do primeiro referente à regulamentação da recente lei aprovada pela Assembléia Legislativa. Será a fase final de um longo processo de elaboração de idéias que vêm sendo debatidas há três anos e que já foram parcialmente experimentadas, no corrente ano letivo, no Instituto de Educação, através da Comissão de Reforma constituída por: Da. Suzana Dias Ribeiro, Da. Susana Borges, Da. Laysce Maciel, Lauro de Oliveira Lima, Da. Wanda Ribeiro, Artamilse Guedes, Denizard Macedo e outros professores do Instituto de Educação.

Pelo entusiasmo com que as alunas do Instituto de Educação receberam as inovações, prenuncia-se uma fase de revitalização completa de nosso ensino normal. O sistema de DEPARTAMENTOS E UNIDADES DE TRABALHO, em vez do anacrônico plano de CADEIRAS estanques, dará nova dinâmica aos cursos pedagógicos, tornando-os flexíveis e adaptáveis aos interesses educacionais modernos. O processo de atividades práticas e estágios, em todas as unidades de trabalho, promete completa “profissionalização” do curso normal, até agora mais ou menos “lírico” e verbalista. O sistema de verificação da aprendizagem, amplo e flexível, permitirá carrear diretamente, do curso normal para as escolas primárias, os elementos mais competentes, independente do clássico concurso. Anualmente, mediante um PRÉ-SALÁRIO, quinhentas (500) normalistas, que concluem o curso, irão injetar sangue novo no sistema escolar primário, articulando as escolas primárias com os cursos pedagógicos.

REGULAMENTO DO ENSINO PRIMÁRIO

A terceira comissão (Moacir Aguiar, Valnir Chagas, Mozart Soriano e Lauro Oliveira Lima) estuda o projeto de REGULAMENTAÇÃO DO ENSINO PRIMÁRIO. Sobre este projeto, dr. Lauro de Oliveira Lima pediu ao sr. Arcebispo Metropolitano, D. Lustosa, um parecer completo, tendo ele afirmado: “O projeto respeita os direitos que os católicos já conseguiram conquistar, quanto ao ensino religioso”. E mais adiante: “Não encontrei no projeto nenhuma tendência extremista”.

É que, maliciosamente, pessoas interessadas em manter o “statu quo” do ensino em nossa terra, haviam insinuado que os projetos da autoria do prof. Lauro de Oliveira Lima estavam eivados de idéias extremistas em matéria educacional, tendo resolvido ele fazer as autoridades religiosas acompanhar todo o desenvolver dos trabalhos das comissões, mesmo porque trabalhos como este devem receber contribuições de todas as fontes.

Realmente, D. Lustosa fez uma análise completa do projeto, levantando alguns problemas de máximo interesse, que irão servir de subsídio valioso ao trabalho das comissões. Tópicos como:

1º – Deve haver mais de uma professora em cada classe? Religião deve ser ministrada pela professora da classe ou por uma catequista?

2º – O ensino público deve ter regalias especiais?

Esta última tese está na pauta de discussão nacional, sendo a corrente materialista defensora da “privacidade do estado” como entidade educadora. Entre os projetos em elaboração, existe um que disciplina a liberdade de educar, reconhecendo ao particular não só este direito como a obrigação de o Estado manter ou auxiliar as escolas particulares. Na lei aprovada do Ensino Normal, está também a obrigação de o Estado suplementar os professores e escolas particulares, mediante auxílio orçamentário, como já se vem fazendo na esfera nacional, através do Fundo Nacional de Ensino Médio.

D. Lustosa comenta ainda o projeto do ponto de vista de organização administrativa, levantando problemas como: 1º – Duração do horário escolar; 2º – Duração das férias das professoras; 3º – A escola isolada e as professoras especializadas; 4º – O contacto da escola com a comunidade; 5º – O valor dos cursos complementares.

Sabendo-se que o sr. Arcebispo é um grande entendido em assuntos pedagógicos, sua contribuição ao estudo do projeto revela-se de suma relevância, tendo tido ainda o mérito de afastar dúvidas quanto à pureza ideológica das teses de inovação introduzidas no projeto.

E concluindo, diz D. Lustosa: “Dr. Lauro, Vê-se em todo o projeto o empenho do autor em cuidar bem do aproveitamento das crianças. Por este lado, só tenho a apresentar-lhe os mais sinceros parabéns e peço a Deus que abençoe seus esforços em prol de nossa juventude. A. Cr. Obs. D. Antônio de Almeida Lustosa”.

Que a comissão aproveite as sábias lições de nosso arcebispo e sua longa experiência de pastor.

CLUBES DO CENTRO EDUCACIONAL – I

Cônego Aloísio Rocha Barreto – Jornal O Povo, 03/01/1959, página 03

Há idéias de fácil penetração e de pronto acolhimento. Propagam-se, distendem-se, como o óleo que se infiltra e se espalha. Entre estas, figuram os clubes criados no Centro Educacional.

Logo propagada a notícia, entregaram-se, de corpo e alma, as normalistas ao vantajado plano. Como cogumelos, surgiram os clubes, às dezenas, nas suas mais variadas formas e denominações. Variados e diversos na sua organização externa, no seu feitio próprio, têm, no entanto, a finalidade específica de estreitar, com laços fraternais, no mesmo denominador comum, o espírito de solidariedade e de união entre seus membros.

Os clubes são de formação religiosa, do bom companheiro, de disciplina, da boa conduta, de cultura, música, folclore, recreação, arte culinária, alegria, etc., logo de início despertaram a mais viva atenção, além de outros que, pouco a pouco, estão vindo à tona.

Como são variados e múltiplos os talentos, as preferências também o são. Daí as aptidões optarem por esse ou aquele gênero.

Como os pratos têm seu sabor próprio, assim também os clubes têm a sua simpatia e a sua escolha, atraindo centenas de jovens, que terão ensejo de aperfeiçoar sua personalidade e desenvolver seu talento.

Adesão aos clubes, apoio decisivo, valorização dos mesmos, eis o ambiente sadio em que vive o curso normal.

Entre os vários clubes, criados recentemente no Clube Educacional, merece grau dez o “do bom companheiro”. É um corolário, uma resultante, uma consequência lógica, uma filiação mesma, daquele outro intitulado “clube da boa amizade”.

Efetivamente, não pode haver bom companheiro onde não existe boa amizade. Embora distintos, um e outro se completam, aperfeiçoando-se. Por isso, se é certo que “ninguém é a totalidade de si mesmo”, não é menos certo, também, que os “amigos são o seu complemento”.

Frontalmente opostos à sentença derrotista de Aristóteles, afirmando “meus amigos, não há amigos”, respondemos que o amigo existe, é importante mesmo, que pode ser considerado um “patrimônio pessoal”. É uma potência transformadora. É tesouro precioso de grande valor. Todos gostamos de tê-lo. Escolhê-lo, contudo, nem sempre é fácil. O melhor amigo é o que dá melhor exemplo; é aquele de quem se pode sempre aprender o bem.

Tarefa sublime, papel importante, está confiado ao clube do “bom companheiro”, que muitos frutos colherá no terreno fértil em que foi lançado.

Nossos mais ardentes votos para que essa farta sementeira do bem realize o máximo possível, junto às normalistas.

CLUBES DO CENTRO EDUCACIONAL – II

Cônego Aloísio Rocha Barreto – Jornal O Povo, 07/01/1959, página 03

O Centro Educacional de Fortaleza, em atendimento à alta compreensão de sua finalidade, como de esperar, bateu palmas, com todo entusiasmo, à feliz iniciativa de algumas normalistas que, sentindo a necessidade do espírito associativo, tomaram a ombros a agradável tarefa de se reunir em clubes. Convém notar, partiu esse movimento das alunas, cabendo à direção do estabelecimento, tão só, incentivá-lo e supervisioná-lo. Não se trata, já se vê, de uma imposição, mesmo até, de uma insinuação, de mestres sobre alunas, mas de uma decisão espontânea delas no sentido de valorizar mais a classe, tornando-a cada vez mais unida. Daí uma das razões do seu mérito e do seu valor.

Não há que negar a necessidade e vantagens da vida das equipes. Já o mestre afirmara com sabedoria: “ubi duo vel tres, ibi ego”. Sociável por sua natureza, o ser humano não pode viver isoladamente. Isso resultaria na sua atrofia, na sua morte. O caso dos misantropos, dos esquisitos, é uma anomalia, uma aberração.

Ao contrário, a organização de clubes, de equipes, de associações, educa, fortifica, torna o homem mais humano, mais compreensivo, mais valoroso. Ninguém desconhece o prestígio, o poderio até, das grandes classes organizadas que se firmaram no conceito dos povos como verdadeiros baluartes. Seu nome, por si só, já é uma garantia. Sua ação irradiante contagia. Seu poder, enfim, é esmagador.

Organizando-se em clubes, nada mais fizeram as normalistas do que vir ao encontro do “ut omnis suum etat”, valorizando sua classe, confirmando seu conceito, aumentando sua tradição.

Só aplausos merece tão elevado e oportuno empreendimento.

Textos transcritos por José Nunes GUERREIRO no 2º semestre do ano de 2002.

À MARGEM DA REFORMA DO ENSINO NORMAL

(Lei nº 4.410, de 26 de dezembro de 1958)

LAURO DE OLIVEIRA LIMA

Jornal O POVO, 06/01/1959, página 03

I – Finalidades novas

Há dezenas de anos, o único objetivo de nosso ensino normal tem sido, simplesmente, diplomar professores primários, sem nenhuma conexão com as reais necessidades de nossa escola de 1º grau. Há um completo divórcio entre a preparação profissional dos professores e as condições reais do ensino primário.

Podemos, pois, dizer que a essência da nova lei está justamente em fixar um pólo magnético para o ensino normal, profissionalizando-o integralmente. (art. 2º da lei). Inúmeros artigos da reforma obrigam a escola normal a integrar-se na realidade da escola primária, recorrendo a todos os meios, principalmente aos ESTÁGIOS E PESQUISAS. Assim, a escola primária estará, continuamente, sob “observação técnica” das escolas normais e os cursos de formação de professores terão que se reajustar, permanentemente, às realidades encontradas na escola primária.

A lei determina que o curso normal se desenvolva em vários planos:

a) **Formação do professorado primário** (em dois ciclos, conforme as necessidades regionais).

b) **Aperfeiçoamento permanente do professorado** já em exercício, através de cursos de férias. Estes cursos servirão (quando for constituída a “carreira do magistério”) para determinar as promoções e gratificações dos professores, pois não é juz, nem do interesse público, este igualitarismo para todos os professores, independente de sua capacidade técnica e de suas aptidões naturais.

c) **Especialização e formação de técnicos:** as funções da educação, modernamente, ganharam completa constelação de funções especializadas para as quais devemos preparar, urgentemente, pessoal especializado. É quase absurdo entregar-se uma função técnica, principalmente em educação, a pessoa que para isso não tenha sido treinada especificamente. A partir desta lei, funcionando os cursos de especialização, não poderá alguém pleitear cargo técnico sem a posse do respectivo diploma e estágio especializado (diretor de estabelecimento, técnico de educação, inspetor escolar, delegado de ensino, professor de classe especial, etc.).

d) **Experimentação:** é outra forma de manter continuamente em evolução os processos educacionais, determinando a lei que os cursos normais sejam “campo experimental” para determinar a melhor forma de realização escolar em nosso meio. Assim os cursos normais se transformam em verdadeiros laboratórios de pedagogia”, como se faz nos países mais adiantados.

e) **Conexão com o curso primário:** o permanente intercâmbio (pesquisas e estágios) com as escolas primárias mantê-las-á interessadas permanentemente em atualizar seus métodos, dando ao poder público uma visão objetiva do trabalho escolar nas escolas primárias. Sua realidade, por outro lado, criará para as escolas normais fontes de pesquisa e estudo.

* * *

À MARGEM DA REFORMA DO ENSINO NORMAL

(Lei nº 4.410, de 26 de dezembro de 1958)

LAURO DE OLIVEIRA LIMA

Jornal O POVO, 07/01/1959, página 03

II – Estrutura dos cursos

Muitas pessoas que não vem acompanhando o evoluir das técnicas legislativas referentes ao ensino, hão de estranhar a falta de “seriação” e de “currículo” na recente lei que reforma o ensino normal.

Educação, como agricultura e medicina, é arte que se modifica diariamente, em face das descobertas científicas dos laboratórios de psicologia, pedagogia, sociologia, biologia, etc. Logo, determinar, numa lei básica, as formas de realização objetivas da escola, é renunciar a acompanhar as modificações que a experimentação vai impondo dia a dia.

Ora, numa escola normal há se supor-se há de supor-se que os professores saibam o que querem: “formar o professor primário”. Logo, poderão determinar, experimentalmente, a “seriação” e o “currículo” sem que para isto se reúna a Câmara dos Deputados, que apenas estabelece a política educacional do governo. Sendo um problema técnico, não pode ser objeto de legislação substantiva, ficando na lei somente as “balizas” do planejamento experimental.

Esta inovação vai causar, certamente, estranheza a quem pensa no ensino apenas como uma forma de ganhar a vida. Não é o interesse do professor o móvel absoluto da organização escolar, mas as necessidades educacionais da comunidade. Uma escola é uma forja onde se prepara o homem de amanhã. Se a vida ganha ritmo alucinante de progresso, a escola deve estar legalmente preparada para fazer face às solicitações do meio social, respondendo com modificações estruturais a cada passo da evolução do meio

Se para cada modificação “técnica” se tivesse de recorrer aos legisladores, as câmaras só se ocupariam com os problemas de ensino e educação. Daí porque a atual lei é amplamente flexível, permitindo ao Conselho de Educação e à Congregação inteiras liberdades de regulamentar. Alguns conceitos básicos (como o de “CADEIRA”) sofrerão profundas transformações. Neste aspecto, o Ceará antecipou-se à lei federal de “Diretrizes e Bases” que se arrasta há mais de dez anos na Câmara Federal...

Pergunta-se então: “**Como será constituído o currículo e a seriação?**” A lei aprovada dá apenas os seguintes limites da atuação da congregação:

a) **Respeitar as finalidades da lei** (formação do professor, especialização, aperfeiçoamento e conexão com o curso primário). Logo, o que tecnicamente disser respeito a estes aspectos, pode ser objeto de trabalho escolar, pode ser transformado em UNIDADE DE TRABALHO, como de irá chamar o trabalho de classe.

b) **Visar o interesse da escola primária:** as pesquisas, as falhas, as solicitações da escola primária, serão uma fonte onde se buscará a funcionalidade da currículo e da seriação.

c) **Formação profissional:** qualquer estruturação que deturpe ou desvirtue o caráter profissional do curso será ilegal e estará contrariando as diretrizes adotadas no diploma aprovado. Com estas “balizas”, qualquer técnico organizará o currículo e a seriação.

* * *

À MARGEM DA REFORMA DO ENSINO NORMAL

(Lei nº 4.410, de 26 de dezembro de 1958)

LAURO DE OLIVEIRA LIMA

Jornal O POVO, 09/01/1959, página 03

III – Os ciclos, os cursos e as escolas

A lei visa, especificamente, o Instituto de Educação, ficando ele, realmente, como escola “padrão”. Assim, a congregação da Escola Normal constitui-se como o verdadeiro regulador do ensino pedagógico.

As escolas particulares guiar-se-ão por eles e não por um órgão administrativo que poderia ter, no máximo, função fiscalizadora, este mesmo já superado do ponto de vista técnico e das conquistas sociais da liberdade educacional. A lei prevê uma “progressiva adaptação” das escolas particulares. O regulamento propõe que as próprias escolas particulares planejem a forma como preferem regulamentar-se e adaptar-se ao padrão do Instituto de Educação, dando o prazo de três anos para isto.

Pela lei, o Estado pode iniciar a formação pedagógica desde o primeiro ciclo (regional), dando inteira liberdade de regulamentação ao primeiro nível que sendo regional, deve variar conforme a zona (pastoril, agrícola, litorânea, etc.). Assim, fica derogada a lei de adaptação dos cursos regionais à lei orgânica do ensino normal federal que caducou com a constituição. Isto abre ampla margem à experimentação, podendo-se constituir pelo menos quatro tipos de escolas regionais (litoral, serra, zonas de criação e zona agrícola, etc.). São escolas de formação de “regentes”, exigindo-se porém, para todo o professorado propriamente dito, o 2º ciclo, que é a forma desejável de formação profissional.

Os cursos de especialização, aperfeiçoamento e formação técnica irão criar nova era para o ensino no Ceará. Pretende-se que os professores especializados venham a ter direitos legais específicos, como se exige para o médico, o engenheiro, etc. Acredita-se que não haverá governo que não nomeie um leigo para Técnico de Educação, havendo no Estado, formado pelo próprio Instituto de Educação, pessoal especializado.

O grande erro foi terem sido criados cargos especializados no quadro do serviço público antes de existir no meio pessoal credenciado para exercer, exceto, é lógico, os autodidatas, que sempre existem, adiantando-se ao evoluir dos quadros administrativos. Espera-se que, espontaneamente, os ocupantes de funções especializadas procurem os cursos de formação que foram criados, para adquirir a especialização que corresponda a seu cargo no quadro do funcionalismo. É um movimento natural que eclodirá fatalmente, mesmo porque a posição funcional irá ganhando aspectos que incomodarão emocionalmente os que não se adaptarem.

Assim, o curso normal irá influenciar toda a estrutura educacional, tornando-se um foco de dinamização, aperfeiçoamento e progresso, em vez desta apatia e deste isolamento em que vem vegetando. O Estado, por outro lado, terá à mão um instrumento ativo de trabalho para as reformas que for planejando.

* * *

À MARGEM DA REFORMA DO ENSINO NORMAL

(Lei nº 4.410, de 26 de dezembro de 1958)

LAURO DE OLIVEIRA LIMA

Jornal O POVO, 10/01/1959, página 03

IV – Os departamentos e as unidades de trabalho

Tem sido difícil explicar a algumas pessoas que vem acompanhando a reforma, o conceito de UNIDADE DE TRABALHO E DE DEPARTAMENTO. O departamento absorve as antigas CADEIRAS (art. 8º da lei). O professor, embora especializado em sua matéria, ficará a serviço do seu departamento, que planejará e determinará sua própria estrutura. Para determinação dos departamentos, fez-se análise das grandes linhas de formação profissional do professor, chegando-se aos seguintes aspectos irreduzíveis:

a) PEDAGOGIA – formação técnica propriamente dita, abrangendo tudo que signifique direção da aprendizagem em sua mais ampla acepção (organização de classe, direção, orientação de trabalho escolar, etc.).

b) PSICOLOGIA – obtenção de dados fundamentais do funcionamento psicológico em vista da adaptação da criança ao meio físico e social e das linhas de trabalho pedagógico, dentro dos princípios da evolução da criança.

c) SOCIOLOGIA – conhecimento do meio social circundante e dos recursos de integração da criança. Será o departamento de amplo contato da escola com a comunidade.

d) CIÊNCIAS NATURAIS – visa facilitar ao professor futuro e amplo conhecimento do meio físico (clima, solo, plantas, animais, etc.), a fim de tornar a escola primária integrada no meio em que se estabelecer.

e) BIOLOGIA – como o departamento de psicologia mostrará ao futuro professor o mecanismo mental e emocional da criança, as unidades de trabalho do departamento de biologia mostrarão o mecanismo biológico, envolvendo o crescimento, a sobrevivência, a eugenia e as formas de defesa da saúde, etc.

f) FILOSOFIA E RELIGIÃO – dará a formação pessoal do futuro educador e os objetivos gerais.

g) ARTES E HABILIDADES – tanto o professor como seu futuro aluno terão que adquirir uma série de habilidades com as quais atuará no meio, revalorizando o trabalho manual como forma de realização pessoal digna e nobre. Esse departamento tem amplo campo de atuação na formação do professor primário, podendo incorporar todas as formas novas de condução do trabalho escolar através do sistema de projetos e unidades de trabalho.

h) REVISÃO CULTURAL – embora a lei determine que só entre no curso normal quem estiver culturalmente à altura de receber educação profissional para o magistério, muita coisa fica ainda a refazer, principalmente, para adaptar ao objetivo da futura profissão.

Dentro destes departamentos, as UNIDADES DE TRABALHO SEMESTRAIS serão constituídas com inteira liberdade. Assim, sem criar cadeiras, a qualquer momento pode o curso normal adaptar-se às mais modernas técnicas que a ciência for aconselhando para a formação do professor. Os futuros concursos, portanto, serão feitos para a agregação aos departamentos e não para a posse de uma cadeira determinada. Até lá teremos que fazer uma série de ajustamentos que muito dependerão da compreensão e espírito público do professor.

* * *

À MARGEM DA REFORMA DO ENSINO NORMAL

(Lei nº 4.410, de 26 de dezembro de 1958)

LAURO DE OLIVEIRA LIMA

Jornal O POVO, 13/01/1959, página 03

V – Tipos de unidades de trabalho

Quem lê apressadamente o projeto de regulamentação da lei do ensino normal, fica alarmado com a quantidade de “unidades de trabalho”, confundindo estas com as cadeiras clássicas. Dentro de um departamento deve ser ilimitado o número de unidades de trabalho pelos seguintes motivos:

a) as unidades de trabalho podem ter a duração de um único semestre, o que daria um total de seis (6) unidades para uma cadeira antiga que fosse lecionada em três anos. Como o curso normal, pela lei, é **ESSENCIALMENTE TÉCNICO**, extingue-se o ano propedêutico, devendo aparecer disciplinas técnicas desde o primeiro semestre do 1º ano.

Assim, é fácil imaginar seis unidades de trabalho para, por exemplo, psicologia, a serem desenvolvidas nos seis semestres do curso normal. Aliás, as unidades de trabalho de psicologia deviam impregnar, integralmente, o curso normal, pois é sobre os elementos fornecidos por esta disciplina que se fundamentam todas as teorias ensinadas nas demais unidades. Acredito mesmo que a intensidade de “psicologia” no curso normal deveria ser maior que a de pedagogia, tomando esta como “técnica de orientação da aprendizagem”.

b) As unidades de trabalho serão de três tipos (art. 17 da lei):

1 – **Obrigatórias**, para todos os alunos, constituídas daquelas que não podem ser dispensadas de qualquer formação profissional.

2 – **Optativas**, dentro de um grupo de unidades que atenderão às aptidões específicas de cada aluno.

3 – **De especialização**, são as que visam dar a certos alunos uma técnica especial desejável na escola, mas não imprescindível, digamos, por exemplo, no departamento não preside somente a formação do professor, mas cuida também dos cursos de **aperfeiçoamento** e de **formação de especialistas**.

Encarando assim o conteúdo dos departamentos, compreende-se porque aparecem na regulamentação tantas unidades que terão as várias finalidades e a validade apontadas neste ligeiro esquema. A valorização dos departamentos, a ponto de lhes facultar a escolha do currículo, provocará o permanente reestudo da posição das unidades. Diante do objetivo da formação dos professores, funcionando assim também o departamento com órgão científico de pesquisa pedagógica, pois não é cabível que esta grave decisão seja tomada por simples palpite ou para atender a interesses pessoais. A acreditar-se que isto viesse a acontecer, melhor seria desistir de qualquer veledade de espírito público e de competência técnica. A forma que cada departamento deve tomar revelará a concepção científica de seu mentor, sem qualquer desculpa de caráter regulamentar.

* * *

À MARGEM DA REFORMA DO ENSINO NORMAL

(Lei nº 4.410, de 26 de dezembro de 1958)

LAURO DE OLIVEIRA LIMA

Jornal O POVO, 14/01/1959, página 03

VI – Os cursos de especialização

O regulamento prevê duas maneiras de especialização.

A primeira consiste, simplesmente, na freqüência às unidades de especialização, durante o curso normal. Este tipo de especialização não visa dar um título, mas desenvolver uma habilidade especial, para que em todos os grupos de professores primários haja sempre algum especializado numa técnica particular de trabalho escolar.

Para exemplificar, poderíamos dizer que uma “unidade” que desenvolvesse a habilidade na confecção de fantoches e sua utilização, seria uma especialização do primeiro tipo; socorros de urgência, manipulação de aparelhos, confecção de material escolar, etc., poderiam vir a ser (se o departamento respectivo achasse conveniente), unidades de especialização. Assim, em toda unidade escolar havia de haver, com o tempo, pelo menos uma professora especializada nestes aspectos restritos da atividade escolar. O regulamento, contudo, prevê que se o aluno vier a obter certificados de especialização que correspondam a uma especialidade técnica de segundo tipo, pode requerer o título que a elas corresponda.

O segundo tipo de especialização corresponde às várias funções que formam a constelação de atividades em torno da escola: administrador escolar (diretor de escola), inspetor escolar, técnico de educação com suas várias modalidades (pesquisador, orientador, etc.) e delegados de ensino. Acredita-se que o próprio regulamento pode determinar que, depois de formados os primeiros especialistas, o Estado não poderá nomear leigos para essas funções. Aliás, creio que o único país do mundo (ou melhor, único Estado do país) onde, para a função de técnico de educação, se exige menos que para a carreira do magistério, é o Ceará... A lei coloca os técnicos de educação como função especializada reservada a professores já diplomados. Abre-se assim nova perspectiva para o aperfeiçoamento dos professores primários, que poderão aspirar aos cargos de direção, inspeção ou de orientação.

Mas não é só esta a perspectiva nova que a reforma criou. Dentro da própria função de professor abre-se campo para a especialização, preparando uma futura carreira de professor. Realmente, a lei determina que o Instituto de Educação mantenha cursos de especialização de professor de:

- a) Escola Maternal, uma novidade em nosso meio;
- b) Jardim da Infância, um dos grandes problemas do nosso curso primário, que reduz esse nível a simples alfabetização, uma contrafação da idéia de jardim da infância;
- c) Classe de iniciação à leitura, outro ponto vulnerável de nosso sistema escolar, onde, por vezes, se leva 4 anos para alfabetizar uma criança... por falta de conhecimentos técnicos;
- d) Finalmente, os professores de classes especiais, tanto para normais, como para excepcionais.

* * *

À MARGEM DA REFORMA DO ENSINO NORMAL

(Lei nº 4.410, de 26 de dezembro de 1958)

LAURO DE OLIVEIRA LIMA

Jornal O POVO, 15/01/1959, página 03

VII – Tipos novos de atividades

Até agora, compreendeu-se “curso” como sendo uma seqüência de aulas ouvidas pelos alunos e, mais tarde, reproduzidas por ocasião dos exames, feitos, geralmente, no final do ano. A reforma adota plano inteiramente novo, reduzindo a “aula” – o célebre e anacrônico monólogo do professor – à sua verdadeira proporção. Realmente, num século de máquinas e recursos tremendos de trabalho intelectual, não podemos continuar a adotar técnicas adotadas na época em que livros eram uma raridade.

A reforma, pois, conduz a atividade escolar entre dois pólos:

- a) a pesquisa bibliográfica, com leituras obrigatórias, seminários e debates;
- b) e o trabalho de campo, compreendendo observação, acompanhamento e estágio.

Como se vê, o programa das “unidades” terá que tomar forma completamente nova, consistindo antes num “plano de atividades”, que na clássica enumeração de tópicos da disciplina. Só este aspecto novo justificaria por si a reforma. Uma concepção nova de trabalho escolar terá que ser adotada pelos professores, que terão necessidade de encarar a formação do aluno nos moldes com que, p. ex., as Faculdades de Medicina preparam o futuro cirurgião.

No contato direto com a escola, na ampliação dos programas através dos debates e leituras, a normalista há de criar o sentido profissional, retirando do curso normal este sentido de curso “granfino” para as “moças-bem” desejosas de passar o tempo que antecede sua entrada no mundo social, num lugar pitoresco. Com intensa atividade prática e contato real com as escolas, ou nasce a vocação magisterial ou produz-se uma eliminação automática das que perceberem em si outras aspirações. Mais restrito o campo profissional, mais profissionalizado e técnico o curso, trará como consequência fatal a valorização da classe e a melhoria das condições de remuneração.

O projeto inicial previa solução para o problema que se há de criar para as jovens que não desejam ser professoras, mas também não querem arcar com o peso do curso colegial: era a criação, no Instituto de Educação, do “Curso de Formação Familiar”. Seria este um curso mais requintado, objetivando a preparação direta da jovem para o lar e para o matrimônio. Embora não tenha merecido aprovação, ainda é tempo de pensar-se nele.

Por último, é preciso ressaltar que o programa obrigatório de leituras visa não só a formação técnica, como a ampliação do campo cultural e o aperfeiçoamento do manejo da língua materna pela via mais direta e eficiente, que é a literatura nacional, quer queiram ou não os saudosistas da gramática dada como um fim em si. A leitura, tecnicamente orientada, de uma obra de valor, eqüivale a vários volumes de gramática, é o que mostra a experiência universal.

* * *

À MARGEM DA REFORMA DO ENSINO NORMAL

(Lei nº 4.410, de 26 de dezembro de 1958)

LAURO DE OLIVEIRA LIMA

Jornal O POVO, 16/01/1959, página 03

VIII – A verificação do rendimento escolar – Reprovação

O conceito de reprovação é uma forma superada de apreciar o trabalho escolar. Indivíduos normais, bem ajustados, de inteligência média, devem, necessariamente, aprender.

Costuma-se por no aluno a culpa da falta de aprendizagem. Pensando bem, será o aluno, realmente, o culpado de não aprender? Se o aluno não tem capacidade, aptidão para o tipo de aprendizagem que se lhe quer impor, é um crime de lesa-personalidade querer-se que ele tenha rendimento para o qual não está, psicologicamente, capacitado. Dar padrão mínimo de aprendizagem é violar a lei do rendimento racional do trabalho, que coloca cada um onde pode produzir o máximo, em seu benefício e em benefício da comunidade.

Num curso profissional, todos devem render o máximo, mostrando que tem aptidão para a profissão, ou procurar outra forma de ajustamento social. Por outro lado, se o aluno pode dar rendimento muito superior ao que obtém, por que não o fará? Naturalmente, a causa estará nele ou na escola. Se é nele, merece tratamento especial e não reprovação. Se é na escola, esta que corrija seus métodos.

De qualquer forma, a reprovação pura e simples é uma atitude de “escapismo” do professor, que não quer analisar o motivo da “não-aprendizagem”, para dar o corretivo necessário. Mandar um aluno para casa dizendo que ele “está reprovado” equívale à atitude absurda de um médico que descobrisse a doença e mandasse o paciente para casa tratar-se, recomendando que ele só voltasse quando ficasse bom... O problema da reprovação é um problema escolar e deve ser resolvido pela escola.

Na reforma, evitou-se marcar níveis de aproveitamento, reduzindo as provas e exames a “diagnósticos”. A opinião do professor valerá tanto quanto as verificações objetivas. O professor tem que aprender a ser a última instância escolar. Depois de seu julgamento não há apelação senão para ele mesmo. Quando se confiou a educação dos jovens a um professor, a sociedade inteira abriu um crédito ilimitado de confiança. Ou ele é digno de sua função ou tudo está perdido em seu trabalho pedagógico. Não serão as limitações artificiais da lei que lhe darão dignidade e competência.

Assim, em vez de reprovação, a regulamentação adota o princípio da RECUPERAÇÃO. Todo aluno que não rende, suficientemente, será recuperado por meios especiais, inclusive através de aulas suplementares, dadas pelo mesmo professor que diagnosticou a “insuficiência”. A aprendizagem é uma forma de “culturação”. Se o aluno não aprende, fica marginal. Merece, pois, um tratamento especial.

* * *

REFORMA DO ENSINO NORMAL

Professor Lauro de Oliveira Lima dirige-se ao Secretário de Educação e Saúde

Jornal O POVO, 06 de Junho de 1959, p. 6 e 7.

Como principal articulador de técnicos e educadores que HÁ MAIS DE TRÊS ANOS trabalham na reforma do Ensino Normal do Estado, sinto-me na obrigação de esclarecer V. Excia. sobre todo o movimento que antecedeu sua transformação em lei e sobre os fatos e idéias que determinaram sua atual estrutura, resultado da experiência e das opiniões de um grupo de dedicados estudiosos dos problemas da educação em nossa terra.

Como trabalho de EQUIPE, perdeu um pouco de UNIDADE, ganhando porém em RIQUEZA EXPERIMENTAL. Os partidários das estruturas unitárias e daspianas, acostumados a pensar em rígidas formas dialéticas, esquecem que num regime democrático as leis refletem as linhas de pensamento dos “grupos” sociais e não podem ter a simetria artificial dos estatutos legais baixados por decretos nos regimes discricionários.

Outra preocupação básica da comissão foi fazer a lei extremamente simples, deixando ao REGULAMENTO as especificações para terem caráter experimental, podendo ser, facilmente, reestruturadas e corrigidas diante dos problemas concretos que sua aplicação apresente. Esta a moderna diretriz técnica na confecção de leis referentes a sistemas escolares.

Ao apreciar, pois, a lei aprovada pela Assembléia Estadual, veja V. Excia. nela, simplesmente, linhas gerais, uma espécie de política pedagógica, diretrizes que poderão ser traduzidas em regulamentos diversos, conforme a prática escolar for aconselhando. Por outro lado, não esqueça V. Exa. de que ele representa um INSTRUMENTO DE TRABALHO, um estatuto legal adjetivo, posto nas mãos de educadores cearenses para iniciar vasto trabalho de revitalização de nosso estiolado e anêmico sistema escolar primário e de formação de magistério nas zonas citadinas, e não sistemática que deve ser imposta do dia para a noite.

Estando o país vivendo um clima de libertação e de democratização da educação, repugna aos estadonovistas, aos partidários da centralização administrativa absoluta, os poderes que foram dados na lei e no regulamento aos órgãos consultivos e deliberativos, como o CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO, as Congregações dos Estabelecimentos e os Conselhos Técnicos. Com isso estamos apenas nos antecipando de alguns meses à LEI DE DIRETRIZES E BASES que, neste ponto fundamental, não sofre controvérsia, sendo, talvez, um dos únicos pontos em que concordam gregos e troianos. Ficam, pois, esses órgãos como elementos ajustadores e reguladores da adaptação do sistema escolar às CONDIÇÕES DO MEIO.

Os neófitos em problemas administrativos, impressionados com a ênfase de regionalização que se procura dar aos sistemas educacionais, tem deste conceito básico idéia canhestamente ESTÁTICA, esquecidos de que, por mais perfeita que seja a análise da realidade, nunca é suficientemente perfeita para determinar um estatuto correspondente inteiramente rígido. A dinâmica socio-econômica, num período como o que estamos vivendo, de rápida expansão de novas formas sociais, exige a flexibilidade de soluções, deixando, democraticamente, aos órgãos de análise e controle, o reajustamento do sistema às circunstâncias sociais. Esse o princípio que guiou a comissão em seu árduo trabalho de conciliar as correntes de opiniões do Estado do Ceará.

I – POLÍTICA DA COMISSÃO

Três atitudes práticas adotou a comissão durante todo o longo período de TRÊS ANOS durante o qual a reforma foi elaborada:

1 – SONDAGEM DE OPINIÕES

Para que a reforma não viesse a ser, simplesmente, reflexo de opiniões de um pequeno grupo, seus elaboradores não tiveram pressa em sua transformação em lei, deixando que três longos anos de debates, experiências e coletas de opiniões carreassem para o projeto (ou para os projetos, que foram vários) tudo que o meio pudesse fornecer em experiência educacional e em posições doutrinárias. Para isto os projetos foram publicados em jornais, revistas técnicas e em polígrafos mimeografados, durante mais de dois anos. Infelizmente, só os especialistas se interessaram por este tipo de divulgação, de modo que não causa surpresa muitos, agora, pela primeira vez acordados para o problema, confessem publicamente não conhecer a reforma.

Um dos últimos projetos que serviram de instrumento de trabalho da comissão foi publicado INTEGRALMENTE por dois vespertinos de grande circulação de nossa terra, apesar de seus quase cem artigos. Até fora do Estado foi amplamente divulgado o teor das idéias fundamentais que nortearam a comissão. Órgãos técnicos da Secretaria de Educação distribuíram em todas as escolas os primeiros trabalhos, há quase dois anos. Vários seminários de professores do curso normal promovidos pela Secretaria de Educação tiveram como tema a reforma do ensino normal, chegando a, neles, se esboçarem três linhas de pensamento diferentes.

A comissão selecionou cerca de 50 educadores cearenses, para eles enviando o projeto elaborado, solicitando colaboração e crítica. Promoveu-se um “symposium” de professorandas, onde cerca de 500 normalistas, durante três dias, debateram o projeto, tendo até o governador o Estado participado de uma das discussões. Uma cópia foi levada por MOREIRA DE SOUSA para o INEP, cujos técnicos realizaram várias “mesas redondas” para debatê-lo, expressando, na ocasião, a mais favorável opinião sobre as diretrizes que estavam orientando os reformadores.

Por último, num rasgo de escrúpulo científico, solicitou ao sr. Secretário de Educação para experimentar alguns aspectos da Reforma no Instituto de Educação. Para as normalistas do Centro Educacional, portanto, não trará a reforma grande surpresa, já que viveram, entusiasticamente, em seu clima, durante todo o ano de 1958, o que explica a atitude vigilante que adotaram quando viram a reforma ameaçada de derrogação. Creio que não há exemplo, no Ceará ou no Brasil, de um trabalho tão escrupulosamente elaborado e duma equipe que adotasse uma atitude de tanta humildade intelectual. Duvido que se venha a repetir o fenômeno, só possível num grupo jovem, dominado pela consciência de suas próprias limitações e pelo elevado amor à educação de nossa terra.

2 – COLETA DE DADOS DA REALIDADE CEARENSE

Um dos membros da comissão, para servir aos objetivos da reforma, acedeu em trabalhar durante seis meses numa pesquisa planejada pelo INEP para levantamento da “realidade educacional” cearense. Foram entrevistados 10.000 estudantes, 1.500 professores, 100 diretores, 100 secretários e 30 inspetores federais para o levantamento que lhe havia sido confiado pelo órgão federal de pesquisas educacionais.

Ao lado disto foram consultados, na Secretaria de Educação, os relatórios dos inspetores e delegados do ensino estadual e a massa enorme de dados do Ministério da Educação sobre as escolas de mais de 50 municípios cearenses. O contato permanente do pesquisador com cerca de 400 professoras do interior cearense em (4) anos de seminários gerais e regionais, cursos de aperfeiçoamento e trocas de experiências deram sobejamente à comissão um esboço mais ou menos perfeito de nossa realidade educacional.

Foram aproveitados, porque do domínio público, estudos sobre a economia cearense e estabelecemos contacto com o representante da Comissão Assessora do Presidente da República Para Investimentos Econômicos que aqui esteve, justamente, debatendo o problema de

investimentos em educação, donde resultou o fortalecimento da idéia do “pré-salário”, já recomendado pela Conferência Internacional de Educação em Genebra.

A longa experiência educacional da maioria dos membros da comissão da direção e no magistério do ensino normal completaram, dentro das limitações intelectuais de cada um e do meio, o quadro experimental que serviu de “underground” da reforma.

3 – CONTACTO COM AS “EXPERIÊNCIAS-PILOTO” DE OUTROS ESTADOS

Membros da comissão, que através de técnicos como o dr. Moreira de Sousa e D. Eni Caldeiras, do INEP, que, pessoalmente mantiveram-se em contato permanente com órgãos nacionais de pesquisa (Centro de Pesquisas Educacionais de Recife, Instituto Brasileiro de Pesquisas Educacionais, Serviço de Pesquisa Educacional de Porto Alegre) e com as próprias “escolas-piloto” onde reformas semelhantes estavam sendo realizadas.

Foram pedidos depoimentos das estagiárias cearenses nas escolas experimentais do Rio Grande do Sul e do Rio de Janeiro e um dos membros da comissão estagiou por alguns dias no Instituto de Educação do Rio Grande do Sul, onde reforma semelhante já vai completar o primeiro lustro.

Estabeleceu-se contacto com o pessoal do PABAI¹ (órgão do Ponto IV), atualmente trabalhando no Instituto de educação de Belo Horizonte, para onde foi enviada uma estagiária por sugestão da comissão. Obtivemos pessoalmente toda bibliografia que essa comissão vem distribuindo nos cursos que realiza e todo o material atualmente utilizado nos Institutos de Porto Alegre e Belo Horizonte.

Outros contactos ligeiros foram estabelecidos com Recife e Paraíba, onde a reforma está também em fase de elaboração. Servimos de ponto de partida para o trabalho que a Secretaria de Educação de Goiânia ora inicia, fornecendo todo o material que possuíamos. Esses contactos julgamos necessários porque somos de opinião que os problemas de educação em suas linhas mestras e em seus aspectos técnicos superaram o jacobinismo provinciano para ganhar foros universais, principalmente depois da intensa atuação da UNESCO junto aos Ministérios de Educação de todos os países da ONU.

Pessoas mal avisadas em matéria de organização escolar confundem a organização técnica, a sistemática metodológica, os processos de direção da aprendizagem que, decorrendo da lógica prática e da experimentação, tem cunho universal e aplicam-se tanto em NOVA IORQUE quanto no TIBET, com o conteúdo programático que deve corresponder às vivências regionais e à problemática dos objetivos específicos dos cursos que estão sendo planejados. Esse o erro grosseiro de muitos críticos apressados que, tendo ouvido falar que o Ceará tem uma economia de “base agro-pecuária”, supõem que a essa estrutura deve corresponder um “método” dentro da escola. Não nos cabe discutir as modernas interpretações da economia cearense, que para alguns especialistas não deveria ser de base agro-pecuária, mas firmar-se nas indústrias extrativas e manufatureiras.

Em todo o caso temos no Estado um sistema escolar NORMAL baseado em idéias pregadas há mais de 30 anos por Sud Menucci e traduzidas no Ceará pelas Escolas Normais Rurais, de iniciativa de Moreira de Sousa. Estando em plena execução essa ideologia, só preocupou à comissão a escola normal citadina, que é fundamentalmente igual em todas as grandes cidades brasileiras, valendo para Fortaleza, Sobral, Crato, a experiência de Porto Alegre, Belo Horizonte e outras cidades sulistas. O mais é literatura “ruralista” de duvidosa procedência e pernóstico sotaque cientificista. Praticamente não tomamos conhecimento da reforma do Ensino Normal de São Paulo que, na opinião de Souza Ferraz, com quem longamente palestramos, é vitória momentânea “da casta de burocratas da Secretaria de Educação”, represen-

¹ PABAE: Programa de Assistência Brasileiro-Americano de Educação Elementar, órgão conjunto, a partir de 1953, do governo federal do Brasil, do governo do Estado de Minas Gerais e do governo dos Estados Unidos da América do Norte, destinado a aperfeiçoar professores do ensino fundamental. (Nota minha, J.N.Guerreiro)

tando um recuo na educação do grande Estado bandeirante, sem qualquer repercussão nos órgãos técnicos do MEC e nos demais Estados da Federação.

Se apesar de todos esses elementos, a reforma que a comissão propôs não é a que se poderia esperar de tal massa de informações, é que tivemos que fazer DOLOROSAS CONCESSÕES à mentalidade reinante em certos círculos de influência educacional de nossa terra. Assim é que há quem combata a reforma por ser “muito avançada”, como quem lamenta a modéstia de suas “pretensões progressistas”. Esperamos que, fazendo essas concessões, obteríamos o meio termo entre os grupos extremados de passadistas e progressistas, o que requer coragem e firmeza de caráter para arrostar as diabrites. Vemos agora que não foram suficientes as concessões feitas aos passadistas.

II – O “LEITMOTIV” DA COMISSÃO: PROFISSIONALIZAÇÃO DO CURSO NORMAL

Não há mais quem defenda, mesmo os que fazem disto apenas motivo para baixa literatura e para discursos intermináveis, o intelectualismo vazio de nossa escola, o método palavresco, a chamada aula de “salivação”. Num curso profissional, esse defeito atinge as raízes do crime pedagógico. Basta saber que a única escola normal do Brasil que não possuía talvez a cadeira de PRÁTICA DE ENSINO era o Ceará, chegando o INEP a condicionar seus auxílios ao ensino normal do Estado à criação dessa atividade. Os zelosos guardiões de nosso ensino normal nunca perceberam nisso a falha fundamental que vem desvirtuando a formação profissional do professorado do Estado há tantos anos. A desculpa para isto é dada de forma sibilina por supostas filosofias de vida, filosofias de educação e outras filosofias, esquecidos de que a filosofia reside, menos no sistema escolar que na alma do educador.

Para combater coisas comezinhas como essas apelam para as mais graves suspeições de “pragmatismo pedagógico” e outras restrições ideológicas que possam colocar os reformadores em posição falsa perante o pensamento cristão e as tradições de nossa terra. São os históricos recursos de combate pela difamação, quando falta base científica para a crítica.

Para colocar a nossa escola normal em sua verdadeira posição de escola profissional do magistério primário, o “leitmotiv” dos reformadores foi forçar a máquina escolar a enveredar pelo ensino objetivo das vivências pedagógicas através de ESTÁGIOS, PESQUISAS, SEMINÁRIOS, OBSERVAÇÃO DE CAMPO, DEBATES, LEITURAS DIRIGIDAS, ponto central das reformas logo percebido pelos iconoclastas, pois isso requer completa readaptação do magistério a novas formas de trabalho docente, abalando o fácil comodismo da rotina institucionalizada.

Note-se que não ficou a comissão restrita à PRÁTICA DE ENSINO, hoje considerada apenas um aspecto restrito da atividade educacional. Levou a dinamização do curso a todos os setores, exigindo que o trabalho escolar se dividisse equitativamente, entre AULAS TEÓRICAS e TRABALHOS PRÁTICOS, como requer todo verdadeiro curso profissional. O clima liberal dos seminários, debates e pesquisas e a extensão profissional através de leituras dirigidas darão cunho humanístico e cultural à profissionalização exigida pela lei, determinando o equilíbrio entre a cultura e a técnica, suposta contradição que análise superficial não permite aos opositores compreender.

Como se vê, não pretende a reforma implantar “sistema”, mas apenas corrigir grave distorção dos objetivos da escola normal, ficando aos “realizadores” o conteúdo programático e a filosofia educacional que presidam à formação do magistério, coisa, aliás, inevitável no mais rígido sistema, salvo talvez nas escolas dos países totalitários onde a fiscalização alcança as mais íntimas vivências da escola.

Lendo-se a lei e o regulamento, transpira, daqui e dali, essa preocupação de PROFISSIONALIZAÇÃO, sem que se pretenda, uma vez sequer, fazer restrições ideológicas ao professorado ou determinar uma filosofia, que resultará do consenso do corpo docente ou da con-

gregação, como exige o direito fundamental de educar, garantido pela constituição a todos os grupos e instituições sociais legalmente aceitas.

III – A PREPARAÇÃO DO PROFESSORADO DO CURSO NORMAL

O professorado do Instituto de Educação não trouxe preocupações ao legislador, constituído que é por uma elite intelectual de alto padrão, com bastante flexibilidade intelectual para compreender, rapidamente, as novas formas didáticas, se motivos de ordem emocional, de comodismo ou de interesses pessoais não obstruíram esta readaptação, como é de esperar-se de grupo tão altamente seletivo e dedicado.

Para o professorado da capital, recorreu-se aos LICENCIADOS POR FACULDADE DE FILOSOFIA, tornando o magistério dos cursos normais privativo dessa classe, solução que feriu muitos interesses e que é um dos motivos “ocultos” da repulsa que a reforma causou a determinadas pessoas. Mas é lógico que, no período de transição, seriam respeitadas as situações pré-existentes, como sempre se faz quando há mudança brusca de política administrativa. Ora, se essa solução está sendo viável na escola secundária, muito mais ampla e complexa, por que não serviria para o curso normal, mais restrito e flexível? Para as escolas do interior adotou-se a mesma política do MEC, que tem demonstrado ser correta, preparando o professorado através de cursos sucessivos.

A serem válidas as acusações dos opositores da reforma, teríamos que estancar a sede nacional de expansão da escola secundária, até que se formassem os quadros de seu magistério. Só um primarismo sociológico concebe solução dessa natureza. O fenômeno social não acompanha a fria lógica do teorista. O administrador é forçado a vigiar o desenvolvimento do fenômeno social, suprindo com soluções de emergência as falhas da lógica. Não é possível, nem concebível, que se preparasse previamente o magistério para depois lançar a reforma. Esquecem os opositores que se APRENDE FAZENDO. De outro modo, como atinar com a hora “H” da reforma? Como se saber se o professorado, em determinado momento, “já” estava preparado para as novas atividades? Só mesmo a prática da reforma demonstrará seus pontos fracos e o remédio que deve ser aplicado. Aliás, a reforma trás para isso a solução quando determina que o Instituto de Educação se constitua em centro permanente de APERFEIÇOAMENTO E ESPECIALIZAÇÃO DO MAGISTÉRIO.

A reforma é, pois, um “instrumento de trabalho”, meta a atingir. Quando, em 1942, a Lei Orgânica do Ensino Secundário exigiu que em toda escola houvesse ORIENTAÇÃO EDUCACIONAL, poder-se-ia dizer que a reforma era inexequível, porque não tínhamos quadros de ORIENTADORES. Contudo, o dispositivo legal fez com que, aqui e ali, surgissem tímidas experiências que hoje se transformaram em núcleos poderosos de divulgação dessa técnica escolar. Toda reforma estrutural apanha a parte rotineira do magistério de surpresa.

Quando se introduziu na escola secundária o método direto no estudo das línguas, todo o magistério nacional foi forçado a uma lenta, mas progressiva, readaptação, sem necessidade das cautelas que ora exigem para o magistério cearense. Aliás, não existe na reforma nenhuma técnica que não possa ser imediatamente utilizada pelo professorado que possuímos. Foi aliás bastante reticente, para não definir, precisamente, “metodologias”, usando termos genéricos dentro dos quais cabem tanto as atuais práticas didáticas quanto as mais avançadas formas de direção de aprendizagem. É o desconhecimento do exato significado da terminologia que causou tanto alvoroço entre os que não freqüentam os modernos tratados pedagógicos.

IV – CURSO NORMAL COMO CAMPO DE EXPERIMENTAÇÃO PEDAGÓGICA

Proibir que em cursos pedagógicos se possa fazer experimentação para aperfeiçoamento do curso primário, é o mesmo que vedar experiências sobre resistências de novos materiais nas escolas de Engenharia. É isso que defendem os opositores da reforma, pois, entre a permissão legal que o estatuto dá ao professorado do curso normal de fazer “experimentação

pedagógica” e a “transformação das 30 escolas normais do Estado em sistema experimental”, vai a distância que medeia entre a má fé do crítico e o espírito científico. Não acredito que alguém bem intencionado, lendo o penúltimo artigo dos objetivos do curso normal, suponha que se queira transformar todo o sistema escolar normal do Estado em laboratório. O que se quis realmente, e lá ficou determinado, foi que o administrador tivesse base legal para tentar (quando conviesse), experiências pedagógicas. Agora mesmo, o MEC teve que recorrer a frágil parecer do Conselho Nacional de Educação para lançar as CLASSES EXPERIMENTAIS, visto não haver na Lei Orgânica nenhum dispositivo que permita esse tipo de pesquisa educacional, já consagrado nas “Classes Nouvelles” da França.

O reformador cearense pôs à disposição dos administradores, com o artigo maldosamente criticado, a possibilidade de investigação típica de cursos profissionais. Ora, toda escola, principalmente as de EDUCAÇÃO, deve ter permissão para se auto-aperfeiçoar, para experimentar, mesmo porque o magistério deve ser formado em clima científico, vale dizer, clima EXPERIMENTAL, isto é, na convicção de que a ciência não é fenômeno estático.

As formas atuais de trabalho didático não devem ser tomadas pelos futuros professores como definitivas: “a educação e ARTE, como a Medicina e a Agricultura. Toda conquista científica específica influi na arte a que corresponde.” É a condição de progresso e de aperfeiçoamento técnico. Negar essa evidência, negar a relatividade do conhecimento científico em pleno século XX é anacronismo grosseiro.

Ultrapassamos a fase da imposição rígida e “sistemas escolares”. A fé que se deposita no educador faz com que se deixe sempre a janela aberta para a experimentação. A dinâmica social não permite, como pretendem os passadistas, que o sistema escolar resulte simplesmente de uma filosofia ou ideologia pré-estabelecida, sem a flexibilidade necessária para auto-correção no contacto com os fatos sociais irredutíveis

Outros confundem “escola laboratório” com flexibilidade de ajustamento social da estrutura escolar. Aquela apoia-se num superado “psicologismo” falsamente científico; esta no reconhecimento da dinâmica social cada vez mais acelerada pelas modernas conquistas tecnológicas. Diminui cada vez mais a confiança no “iluminismo dos técnicos” que teorizam sobre educação e ganha força a confiança que se deposita no educador, dando-se a chance cada vez maior ao corpo docente e às congregações. Por isto, muito da futura estrutura escolar ficará a depender dessas instituições lideradas pela congregação do Instituto de Educação. O futuro diretor do Centro Educacional não se atemorize. A congregação fará bom uso de suas prerrogativas.

Escapa aos que se fixaram ao “escolanovismo” que esse movimento, que se apresentou inicialmente com rígida sistemática, deduzida logicamente de princípios filosóficos e de dados científicos, propondo métodos e processos, decorrentes de posições ideológicas, tomou, em nossos dias, sóbria posição experimental, fazendo caminhar as técnicas educacionais ao ritmo da teorização dos dados científicos, obtidos na prática experimental, como, em outros setores, procedem as artes práticas, que decorrem de ciências.

Foi-se o tempo, diz R. Buyse, em que “se acreditava na “PEDAGOGIA DE ARTISTAS” como a do pedagogo poeta da Holanda Jan Lighart, de Tolstoi e de Tagore”. “Só os néscios afirmariam que se abandonou em educação a experimentação”. A citação de pedagogos russos (que se costuma fazer “pour épater le bourgeois”) como tendo recuado em experimentação pedagógica, é distorção da posição desses teóricos. O que aconteceu foi uma volta à linha científica universal, com o abandono das posições tomadas simplesmente para discordar da ciência “burguesa”, como chegou a acontecer até em ciências como Genética. Em resumo: ser contra a experimentação é ser, simplesmente, anti-científico.

A reforma do Ensino Normal do Ceará deixou pois, ao administrador, permissão legal para ousar quando convier, tentar experiências pedagógicas no Curso Normal, para observar métodos aplicáveis no curso primário. Por outro lado, a flexibilidade de estruturação, em

grande parte delegada à congregação dos estabelecimentos, completa o “clima” de liberdade educacional, pressuposto inviolável do sistema democrático, que causa tantos arrepios aos pedagogos de formação (ilegível) ----cista.

V – “PROCESSOS REVOLUCIONÁRIOS DE ENSINO”

A crítica mais ouvida contra a reforma do Ensino Normal é a de que introduz “processos revolucionários de ensino”, prova pública e notória de desatualização e de desconhecimento do que vai pelo mundo e no Brasil, em matéria educacional. Realmente: o que há na reforma de “revolucionário”? As aulas práticas? Os estágios? Os seminários? Os programas de leituras? As pesquisas? As Unidades de Trabalho? Tudo isso é revolucionário somente aqui no Ceará e para meia dúzia de pedagogos que, engolfados em outras atividades, não acompanharam a evolução teórica e administrativa do ensino neste final de século. Técnicas como essas são conquistas pacíficas na evolução dos sistemas escolares. Taxam essas técnicas de INEXEQUÍVEIS, opinião decorrente da forma primária do “pensamento mágico” de seus autores, pois a inexequibilidade de uma hipótese experimental para o intelectual de formação científica só é comprovada na execução e não através de considerações cerebrinas.

Quando se declarou pela imprensa que a reforma consagrava para o Ensino Normal técnicas características do curso primário, compreendemos a confusão que reina no arraial da oposição quanto à terminologia técnica, hoje patrimônio de todos os especialistas. Em torno das UNIDADES DE TRABALHO consagradas na reforma, temos ouvido as mais disparatadas opiniões. Quando o legislativo usou a expressão UNIDADE DE TRABALHO fê-lo propositadamente, para tornar bastante elástico o tipo de atividade que se desejava para o Curso Normal, permitindo que cada escola, cada professor, adotasse, sob aquela denominação, a técnica de “aglutinação” psico-pedagógica que estivesse à sua altura, desejando-se que se caminhasse, aos poucos, para os mais modernos tipos de trabalho didático.

A palavra “unidade” na lei exige, inicialmente, apenas a abolição do programa por TÓPICOS ENUMERATIVOS e a organização didática em NÚCLEOS significativos, que o elemento de unificação seja: a) o assunto; b) o interesse do aluno ou c) as situações-problema retiradas da vida, cabendo aí todos os modernos tipos de direções de aprendizagem, desde as unidades didáticas, os centros de interesse, os projetos e os problemas, até as unidades de adaptação que a reforma gaúcha adotou, mas que os reformadores julgaram não poder impor de plano, ainda, ao magistério cearense.

Há um equívoco histórico em relação à aprendizagem: supõe-se que cada professor ministrando sua matéria de maneira estanque, por um milagre intelectual, por uma magia inexplicável, essas matérias se UNIFICARÃO no psiquismo do aluno, vindo a resultar em formas de vida. O sistema de UNIDADES pretende “unificar” a aprendizagem no próprio processo de aprendizagem, pois nada, cientificamente, leva a crer que essa unidade se estabelecerá automaticamente.

O que faz então o reformador?

1º – Conserva as disciplinas do currículo que representam situação a jurídico-administrativa dos catedráticos e as áreas do conhecimento humano especializado, desejáveis na formação do magistério. Dizem os críticos que no Rio Grande do Sul não há “disciplinas curriculares”!! Primeiro: a reforma do Ceará não é uma cópia da gaúcha, mas uma experiência tipicamente cearense. Segundo: desejava que os críticos me explicassem como é uma escola normal sem “matérias”. Como seria recrutado o magistério?! O professor X seria professor de que? Vê-se que confundem as matérias com as Unidades de Trabalho, que são simples formas de organização do trabalho escolar! Assim, não é possível um entendimento com imprecisão terminológica e afirmações capciosas contra os fatos e as evidências.

2º – Reuniram-se as disciplinas curriculares em departamentos, de acordo com sua afinidade. Se não funcionar a UNIDADE DE TRABALHO em sua forma desejável, PELO

MENOS os programas das várias matérias serão organizados, evitando-se as fastidiosas repetições que se percebem atualmente nos programas das disciplinas pedagógicas, cuja área de atuação ainda está muito mal delimitada. O Departamento será o núcleo primário de aglutinação do currículo. Pergunta-se: como os gaúchos fariam seus Departamentos se não adotam mais as disciplinas?!

3º Adotaram-se, genericamente, as Unidades de Trabalho, como forma de trabalho escolar, que, segundo Jones, Grintead e Grizzell, é atividade que já “foi usada durante período bastante longo para provar sua validade como base para dirigir com afetividade a aprendizagem”. Segundo Morrison, a Unidade de Trabalho é “UM ASPECTO AMPLO E SIGNIFICATIVO DO MEIO AMBIENTE (centro de interesse), DE UMA CIÊNCIA ORGANIZADA (unidade de estudo ou unidade didática), DE UMA ARTE OU DE UMA CONDUTA (unidade de adaptação), QUE AO SER APREENDIDO, TEM COMO RESULTADO UMA ADAPTAÇÃO DA PERSONALIDADE. Infelizmente os seguidores de Morrison, principalmente no Brasil (veja-se Irene de Melo Carvalho) impressionaram-se apenas com um tipo de unidade, tendo sido os educadores gaúchos que evoluíram para a verdadeira e moderna forma de Unidade de Trabalho escolar. Podem os reformadores cearenses ter exigido como fez aquele, que as Unidades de Trabalho fossem de ADAPTAÇÃO. Mas, para não ser “revolucionário”, cingiu-se à modesta expressão “Unidade de Trabalho”, que comporta:

a) O trabalho já tradicional de centros de interesse, projetos de método de problemas, etc.;

b) As unidades didáticas usadas intensamente no Colégio Experimental de Nova Friburgo e divulgadas amplamente pelo professor MATTOS, nos cursos da CADES e nas escolas militares de todo o país;

c) A verdadeira Unidade de Trabalho que os gaúchos adotam: a de adaptação.

A comissão de reforma imaginou que iniciáramos simplesmente pelas UNIDADES DIDÁTICAS que, em última análise, se reduzem a uma “divisão orgânica do programa”, forçando os professores (que demoram um ano letivo inteiro desenvolvendo apenas o “primeiro ponto”) a planejar melhor seu trabalho em torno de núcleos de assuntos tornados autônomos pela lei, a fim de que os alunos não sejam prejudicados pela falta de desenvolvimento integral das matérias. A divisão por unidades autônomas com promoções semestrais evitaria esta praga atual do trabalho escolar sem planejamento, fruto da inércia.

Numa segunda etapa ou talvez concomitantemente algum professor tentaria uma unidade de Centro de Interesse, como propôs a professora de Antropogeografia do Instituto de Educação (p. ex.: “o mestiço”), dedicando cada colega (que fosse convidado para colaborar) parte do seu trabalho escolar ao centro de interesse em desenvolvimento.

Finalmente, quando o professorado amadurecesse para o problema, iniciáramos a UNIDADE DE ADAPTAÇÃO, transformando as disciplinas curriculares estanques, as teóricas dos programas, em “CURSOS QUE CONSTITUEM PROBLEMAS A RESOLVER E A DISCUTIR, VISANDO SITUAÇÕES REAIS DA VIDA (da professora) EM FORMA DE UNIDADES DE ESTUDO, QUANTO POSSÍVEL”, ou como muito mais claramente definem os autores citados: “grupo ou cadeia de atividades planejadas e coordenadas que o aluno realiza para obter o domínio sobre um tipo de situação real determinada (no nosso caso, aspecto de trabalho docente do curso primário)”.

Como se vê, o que falta, simplesmente, é divulgação científica nos arraiais dos opositores. Nesse equívoco entre DISCIPLINAS DO CURRÍCULO (configuração jurídico-administrativa e de especialização do professor) e UNIDADES DE TRABALHO (forma de organização do trabalho escolar) reside toda a ênfase que os opositores fazem na “falta de unidade” da reforma ou como dizem: “quebra de um harmonioso sistema de educação”. Não percebem que a autonomia das UNIDADES se refere ao aluno e ao trabalho escolar e não à organização administrativa e jurídica da escola. Quando, num dos instrumentos de trabalho organi-

zados pela comissão, aludiu-se à Unidade de Trabalho como “uma série de especializações de disciplinas teóricas”, fê-lo a comissão propositadamente, para não alarmar os arraiais reacionários, pois se as unidades se apresentassem com o aspecto de “disciplinas”, a repulsa seria menor, como de fato aconteceu, sendo agora a primeira vez que alguém reclamou do fato, sinal de que o debate do problema forçou o estudo da ampla acepção do termo usado na lei.

Quando a reforma gaúcha não citou as disciplinas, é que elas eram pré-existentes, tanto mais que a unidade de estudo gaúcha foi determinada “quanto possível”. Nisto o legislador cearense foi mais prático, dando margem a que se passasse progressivamente pelos vários tipos de unidades até atingir a forma desejável. No Rio Grande do Sul a preocupação de realizar logo as unidades de adaptação revelou-se na própria definição que a lei dá de unidade, fazendo com que o legislador, temeroso de um fracasso na prática, acrescentasse o QUANTO POSSÍVEL. Encontramos uma solução melhor porque não partimos de uma posição doutrinária prévia, ficando ao executor da lei a tomada de posição. Conheço, pessoalmente, o certo desdém com que os educadores gaúchos observam as idéias de Irene Melo de Carvalho (Unidades Didáticas) e a experiência de Nova Friburgo nesse sentido.

Como em nossa terra não há ainda uma tomada de posição ideológica relativa ao assunto, como a maioria dos pedagogos nem sequer percebeu ainda que existe o problema, por que iríamos na lei fazer logo a distinção e começar uma discussão inteiramente artificial? E porque não deixarmos as coisas evoluírem naturalmente, como aconteceu em outros países? O próprio Morrison não fôra traído na maneira como seu conceito básico de unidade transformou-se em sistema escolar nos Estados Unidos? Por que não partiríamos das Unidades Didáticas, o que não exige globalização, para uma progressiva unidade de adaptação?

VI – O CONSELHO E A REFORMA DO ENSINO NORMAL

O que mais estranha em toda essa discussão sobre a reforma do Ensino Normal é a atitude do Conselho Estadual de Educação, onde o projeto foi discutido durante vários meses, emendado, corrigido e finalmente aprovado e remetido ao governo, acompanhado de um ofício de seu presidente, em que se diz que, apesar de o projeto não ser propriamente uma “lei orgânica”, uma “reforma do ensino normal”, dele tenham sido escoimados todos os possíveis vícios e doutrinas que não merecessem seu “referendum”. Esse projeto aprovado pelo Conselho Estadual de Educação é, “ipsis litteris virgulisque quoque” o que se transformou na Lei nº 4.410, de 26 de dezembro de 1958!! Um único artigo dessa Lei – o artigo 30 – que se refere ao PRÉ-SALÁRIO, não foi aprovado pelo Conselho Estadual de Educação.

Depois de sair do Conselho, o projeto foi remetido pelo Governador Paulo Sarasate ao Departamento de Serviço Público, tendo lá recebido algumas modificações de somenos importância (como p. ex: a expressão “Técnicas de Educação”, que segundo o DSP, deveria ser escrita com letra maiúscula; a expressão “corpo docente” que por um erro do datilógrafo, fôra escrita “cargo docente”. Nessa ocasião, tendo sido eu o relator, solicitei a inclusão do artigo do PRÉ-SALÁRIO, que caíra na primeira discussão, tendo sido, novamente, derrotado, por não achar o presidente que fosse o assunto próprio para um estatuto disciplinador do sistema escolar. Todos os outros artigos foram aprovados por unanimidade. Agora, parece que o CEE quer fazer crer que nada tem a ver com a Lei nº 4.410, de 26 de dezembro de 1958.

Quanto ao Regulamento, realmente o CEE, embora não o tenha “desaprovado”, não o estudou longamente, por considerar o tempo para isso excessivamente curto. Como porém a lei determina apenas que seja OUVIDO o CEE e este se pronunciou sobre uma série de artigos considerados por ele como inconstitucionais, a comissão – TENDO ELIMINADO TODAS AS FALHAS APONTADAS – julgou ter cumprido a exigência legal de “audiência”, ficando o ônus da recusa de apreciação mais minuciosa do projeto por conta do CEE. Como o prazo de regulamentação era de 120 dias, creio que o governo, não desejando infringir o dispositivo legal, baixou o Regulamento.

Ora, toda a crítica que se tem feito à reforma quase que só se refere à lei, precisamente aprovada pelo CEE, sem que esse órgão consultivo dela assumia sua paternidade, como deveria fazer, já que o projeto para lá remetido sofreu ali tais modificações que não pode ser identificado com o original.

VII – O ESTÁGIO E O PRÉ-SALÁRIO

Contra o estágio final, condição de ingresso no magistério público, afirmou-se no CEE:

a) Que é INCONSTITUCIONAL, embora esse aspecto não seja da competência do Conselho. Não vejo como seja inconstitucional dar uma “bolsa de estudo” para uma professora estagiar. Aliás, Coelho de Sousa já fulminou, em brilhante parecer, os educadores-jurídicos;

b) QUE É MUITO ONEROSO PARA O ESTADO, outro assunto que não compete aos técnicos de educação. Ora, foi justamente para facilitar ao Estado o recrutamento de professorado que se propôs o PRÉ-SALÁRIO! Realmente, o grupo de investimentos econômicos aconselha o governo a recrutar pessoal docente a baixo custo, sem preocupação qualitativa, alegando que o problema brasileiro é de quantidade.

O estágio das normalistas, porém, é uma forma de recrutamento, A BAIXO CUSTO, com a vantagem de ser um pessoal ALTAMENTE QUALIFICADO. Com 500 bolsas de estudos de 1.000 cruzeiros, p. ex.; o Estado teria meio milhar de professoras, anualmente, o que não conseguiria com idêntica verba recrutando pessoal para o quadro do serviço público.

Por outro lado, o Estado não assumiria nenhum compromisso financeiro definitivo, visto a lei determinar que o PRÉ-SALÁRIO seja dado em forma de bolsa de estudo. Imagine-se, doutra parte, os efeitos do estágio sobre as escolas primárias do Estado! Anualmente, centenas de neo-professoras, ainda vibrantes de entusiasmo, seriam lançadas dentro das escolas, para estagiar, auxiliar o professorado, substituir as professoras momentaneamente impedidas e transmitir ao magistério sua juventude e os conhecimentos recém-adquiridos num curso normal inteiramente dinamizado!

Como o trabalho de supervisão do estágio é de natureza técnica e didática, e não possuindo a Secretaria de Educação quadros preparados para esse tipo de trabalho, as próprias escolas, através do Conselho Técnico, orientariam as estagiárias, fazendo uma perfeita entrosagem entre o curso de preparação profissional e a profissão. Não consigo atinar com os motivos da repulsa que esta fórmula apresenta, sendo, como é, de toda a conveniência para o sistema escolar primário, para as escolas normais que passaram a viver e a tomar conhecimento de nossa escola e para as normalistas que ingressavam na profissão ainda supervisionadas pela escola que as tivesse diplomado.

Não posso acreditar que seja simplesmente escrúpulo de onerar o Estado, pois está evidente que seria um alívio para o erário, embora nós, educadores, devamos nos bater para que o Estado venha a gastar com educação a verba determinada pela Constituição. Creio que nesse tópico de haver interesse político contrariado, pois não há óbice de ordem técnica.

VIII – ASSUNTOS VÁRIOS

1. Quase 15 anos de redemocratização não foram suficientes para desfazer os ranços fascizantes de longo período discricionário. Aprendemos a não ter liberdade em educação. Qualquer proposta que liberte os educadores dos estatutos e portarias parece aos saudosistas que da ditadura que é perigosa. Nas críticas que se fazem à lei, por várias vezes e formas, há referências à liberdade excessiva que se deu à congregação, ao conselho técnico, ao corpo docente das Escolas Normais. Respondo com a ata da Conferência dos Bispos brasileiros. Os educadores de todo o país reivindicam na Lei de Diretrizes e Bases, praticamente (projeto de

Carlos Lacerda, inspirado por Gustavo Corção e Tristão de Athayde), liberdade absoluta para os educadores.

É uma reivindicação tão legítima que as tímidas concessões feitas pelo estatuto cearense parecem brincadeira de criança. Que uma congregação declare de público que não quer ser livre, que não quer responsabilidades, é simplesmente bizarro.

2. Acreditam também os opositores que num curso essencialmente TÉCNICO (artigo 2º) não pode haver justo equilíbrio entre TÉCNICA e CULTURA. A expressão “técnico” corre por conta da PROFISSIONALIZAÇÃO, para evitar, p. ex., o canhestro curso propedêutico que costuma anteceder os dois últimos anos técnicos do curso normal. Guia também o administrador na seleção das disciplinas, dos conteúdos programáticos e dos objetivos das atividades escolares que devem visar à formação do professor. O equilíbrio exigido estabelecer-se-á, quer através de disciplinas como História e Filosofia da Educação, Sociologia, etc., quer pela extensão que se der aos temas, estudados através de atividades como seminários, leituras dirigidas, etc. Não queremos levantar aqui a tese, perfeitamente defensável, de que a formação técnica é a melhor forma de alcançar o plano cultural, como querem muitos teóricos da educação.

3. Não compreendo também como haja quem defenda que estágio seja supervisionado por órgãos administrativos da Secretaria de Educação (crítica aos artigos 66, 67 e 68 do regulamento), sendo, como é, uma atividade típica do magistério. Veja-se como procedem, p. ex., os Institutos Sociais: quem supervisiona os estágios das assistentes sociais, quem analisa seus resultados, é a própria escola que as diplomou.

4. O artigo 14º da Lei está evidentemente truncado, podendo ser facilmente reconstituído pelo contexto (refere-se às condições de matrícula).

5. A Lei diz que haverá no mínimo 25 horas de atividades, e o Regulamento, por um lapso incompreensível, fala de 24. Realmente, esse artigo deve ser corrigido no Regulamento.

6. O artigo 16º da Lei diz que a congregação escolherá o professorado das escolas de aplicação. O artigo 60º do Regulamento diz que essa escolha deverá ser mediante concurso público: a isto chamam de “absoluta contradição” (sic!). Foram essas ninharias que acenderam o zêlo dos pedagogos contra uma reforma elaborada com tanto entusiasmo, espírito de equipe e senso de realidade.

Em resumo: o que se diz contra as reformas, tiradas essas picuinhas catadas com lente de Sherlock Holmes? Que é revolucionária (sic!); que não é igual à do Rio Grande do Sul; que a de São Paulo é diferente; que onde há Unidades de Trabalho não deve haver disciplinas (sic!); que portanto não há “harmonia de conjunto”; que não houve pesquisa prévia da situação sócio-econômica do Ceará!!!; que permite experimentação pedagógica (sic).

Senhor Secretário: Os componentes da comissão que durante tantos anos trabalharam na reforma do ensino normal do Estado do Ceará não pretendem ser gênios, não estão imunes a erros, não supõem ter realizado obra perfeita. Fosse qual fosse o grupo que a tivesse elaborado, seriam apontadas falhas e contraditadas doutrinas. Cabe a V. Excia. decidir-se por esta reforma ou por outra que o grupo opositor deve ter engatilhada.

Uma coisa posso afirmar: ninguém no Ceará irá cumprir o plano preparatório proposto pelos opositores para uma reforma. Ninguém fará outra reforma com mais ardor e idealismo, nem com maior cópia de dados e informações. Disto fique certo V. Excia., nenhuma mescla de vaidade nos moveu, nenhum desejo de glória, mesmo porque as pessoas que se arriscam numa empreitada dessas dão de barato sua reputação intelectual.

Todos reclamam reforma de nosso ensino, mas ninguém se movera para dar o primeiro passo. Fácil é agora, do alto de sua empáfia, farejar defeitos, fazer acusações e traçar planos de como deveriam ter agido os reformadores. Entretanto, à nossa terra o nosso trabalho: pode não ser perfeito, mas era o que nós sabíamos fazer.

Deixo de angariar assinaturas dos professores que se recusaram a subscrever o memorial, porque não sendo especialistas e não estando estudando minuciosamente a reforma, repugna-me colher adesões de pura solidariedade.

Atenciosamente

Lauro de Oliveira Lima, do Instituto de Educação.

* * *

Texto transcrito por José Nunes GUERREIRO no 1º semestre de 2003.

A REFORMA DO ENSINO E A DÚVIDA METÓDICA

Lauro de Oliveira Lima

Jornal O POVO, 14 de Setembro de 1959, p. 6.

A característica dominante da criança é o sentimento de INSEGURANÇA. Sua necessidade de afetividade provém, sobretudo, da fome de segurança, do desejo de firmeza no pequeno mundo que a cerca. Uma discussãozinha entre o pai e a mãe para elas é um terremoto: todo aquele mundo que lhe parece tão sólido, de repente ameaça vir abaixo, em sua compreensão limitada dos jogos emocionais e das forças de coesão que mantém unido o grupo, apesar das tempestades que, de vez em quando, dominam o mundo familiar.

A maioria dos adultos IMATUROS sofrem da mesma ansiedade. Pode-se até medir o grau de maturidade, pode-se verificar se alguém “já é adulto” pela aceitação da dinâmica social, pela compreensão adaptativa a um mundo em eterna mudança. O mundo moderno é também um mundo de ansiedades, em cuja base está talvez, preponderantemente, a angústia provocada pela contínua e rápida mudança das formas sociais. Enquanto um homem não compreende que o equilíbrio social é dinâmico, que a inércia não é vida, mas morte, que o ajustamento contínuo é uma condição da vida, sofrerá na angústia do “vir a ser”, demonstrando, assim, falta de maturidade, estado psicológico embrionário, característico da criança.

Quando um jovem adolescente deseja mostrar segurança e robustez psicológicas, a primeira coisa de que cuida é de combater as formas estáticas, os tabus, a autoridade (garantia do “statu quo”), provocando “revoluções” em torno de si, até adquirir equilíbrio entre o que é definitivo na marcha evolutiva da humanidade e o que é simples preconceito de adultos inseguros agarrados a formas conquistadas, mas superadas pela marcha da civilização. O adolescente que não passa por essa fase “revolucionária” perdeu fator básico de maturação, aceitando de planos, sem autoexperiência, a herança social que lhe é transmitida como estática, pelos mestres que são outros “sumos pontífices” da tradição, guardas na porta do inferno, como cérberos, de cabeças múltiplas. Os velhos, geralmente, tendo perdido o sentido dinâmico da existência, tendo adquirido um “status”, são os mais ferrenhos adversários das mudanças, por princípio, irracionalmente, sem se dignar, sequer, examinar o fenômeno que se lhe apresenta. Mudar, para eles, é destruir sua “segurança” tão penosamente conquistada.

Ora, assim como na queda de um corpo o movimento se acelera uniformemente, para cada unidade de tempo, assim, na marcha da civilização, a mudança é tanto mais rápida, para cada período histórico, quanto mais nos distanciamos da pré-história e nos aproximamos de uma meta ainda mais envolta nas brumas do futuro. Cem anos atrás podia-se prever, com probabilidade, o destino de uma criança. A dinâmica das transformações sociais era quase imperceptível num século. Com o advento da tecnologia, o movimento acelerou-se progressivamente, a ponto de não mais sabermos se no próximo ano nossa maneira de ver as coisas não estará completamente mudada ou se nossa vida doméstica não terá sofrido inteira transformação. A compra de um aparelho de televisão, por exemplo, pode modificar completamente os hábitos da família, assim como um automóvel amplia, grandemente, o campo de atuação social de seu possuidor. Num mundo assim em mudança, a angústia é um fenômeno normal e revela, a todo momento, a insegurança e a imaturidade dos indivíduos, horrorizados com as mudanças, as reformas, as novas maneiras de fazer e pensar as coisas da vida diária.

Quando virmos os adultos acusarem os reformadores de imprudência, de pressa, poderemos procurar, por trás dessa atitude, não a ponderação do pesquisador que analisa os problemas com acuidade e espírito científico, mas a angústia, a insegurança do “vir a ser”. É a defesa irracional de um mundo conquistado em perigo que os angustia, que os torna reacionários, que os faz apelar para as tradições, para os “nossos avós”, para a nossa “civilização” e outros

“slogans” que são usados como cortina e escoras para um “status” que vem abaixo. Não se nega a tradição, o “espírito” da civilização, o sentido da continuidade. A experiência humana não pode ser posta de lado, em nome da mudança pelo simples prazer de mudar.

O que se pede é uma atitude dinamicamente experimental, uma atitude de busca de soluções, em oposição à certeza estática das conquistas feitas. A ciência é um contínuo “vir a ser”: traz dentro de seu próprio método o reexame da questão, numa eterna insatisfação com os resultados. Um homem culto, do ponto de vista moderno, não é o que acumulou toda a sabedoria do passado, mas o que sofre da insatisfação das formas estáticas que já conquistou. Essa a diferença fundamental do novo “humanismo”, que não pode por de lado a ciência como uma área “acultural” ou mesmo “anti-cultural”.

Todos os recursos, principalmente os emocionais, são usados pelos que tentam salvar, não o patrimônio da comunidade, mas seu próprio mundo. A barragem psicológica que criam para os reformadores, digamos mesmo, para os cientistas, é poderosíssima, sendo necessária uma comoção social para arrambar este paredão de resistência, como aconteceu agora nos EEUU, quando subiram ao céu os “Luniks” soviéticos, produzindo uma revolução total nos métodos e nos currículos das escolas americanas. De repente, o próprio sentimento de segurança que resistia à reforma social, é agora fator que acelera a aceitação das novas formas que se apresentam como protetoras contra um mal maior que não tinha sido percebido, apesar das profecias dos “visionários”.

Qual, pois, a atitude correta do homem moderno? A dúvida metódica. O aparecimento dessa teoria assinala, aliás, historicamente, o início da idade moderna. Foi o mundo moderno que produziu esta teoria ou foi esta teoria que produziu o mundo moderno? Mais um problema para o método da dúvida metódica.

Em educação, o medo da mudança é quase irracional. O professor vive do prestígio que adquiriu entre seus alunos. Se há uma profissão cuja caracterização é a “reputação” é o magistério. Nossa produção é “jungível”. Terminada cada aula, fica apenas a “opinião” dos alunos. Do artista fica a partitura, a estátua, o quadro, a fotografia, o filme. Do professor fica a reputação! Por que, então pensa ele lá no seu inconsciente, arriscar tudo que obteve em troca de uma mudança. Na nova técnica, no novo processo, na reforma, serei ainda o professor renomado que venho sendo? Se adquiri reputação fazendo discursos para meus alunos, por que arriscar a adotar técnicas de “participação” se não posso me garantir, de antemão, dos resultados? Por que duvidar de meu próprio trabalho que sempre produziu bons resultados? Se antes foi bom, por que não continuará a ser?

É que, enquanto psicologicamente, nós caminhamos para a inércia, para a rotina, para a estruturação definitiva, o mundo fora de nós caminha para a mudança, para a modificação, para o vir-a-ser. Se o mundo fosse estático, nós estaríamos certos. Quanto mais tempo de magistério, quanto mais rotinizado nosso trabalho, que se foi estruturando, progressivamente, mais perfeito se iria tornando e mais adequado à obtenção de bons resultados. Mas, para desagrado nosso, o movimento de transformação social é inverso, de modo que é possível que, quanto mais tirocínio tivermos (sem uma atitude crítica, sem uma dúvida metodológica), mais probabilidade tem o professor em ir-se, dia a dia, desatualizando-se.

Por que não adotar em educação uma atitude científica, o que vale dizer EXPERIMENTAL? Por que não termos como provisórios os resultados de nossas experiências e tentarmos novas formas? Por que quando compramos um automóvel, num rádio, uma casa, temos a vaga insatisfação de que poderíamos tê-los melhores? Em educação adotamos uma atitude anti-científica de satisfação, de refestelamento, como se nos apoiássemos na mais sólida base, justamente em educação, por trás da qual o mundo maravilhoso e imprevisível do psiquismo humano nos surpreende diariamente.

Quando se tenta qualquer reforma educacional, qualquer mudança de processo, o mundo parece vir abaixo. Os guardas da tradição levantam-se de seus leitos: “não perturbem a paz

dos mortos"! Não é preciso atingir o sistema. Basta tocar nos adereços desses crustáceos parasitários que se fixam na rotina escolar como as ostras nos cascos dos navios. É um Deus nos acuda! Desencavam-se dos tratados de filosofia todos os apodos que serviram de labéu aos reformadores através do tempo e despejamo-los, em catadupa, sobre a ousadia dos novos reformadores. Contudo, a vida continua, dinâmica, diferenciada, em sínteses sempre novas, e o homem eleva-se da terra para buscar o infinito.

Tomemos qualquer tópico de discussão da reforma, por exemplo, das Diretrizes e Bases da Educação Nacional: o currículo. O currículo é um tabu. Sempre foi assim, sempre há de ser. Para cada matéria supressa ou acrescentada, um mundo de desgraças nacionais se anuncia. Por que não começar duvidando da validade do currículo, para podermos analisá-lo com espírito científico? Sempre foi assim?

As ciências nem sempre existiram. As línguas modernas nem sempre existiram. As artes nem sempre existiram. Logo, o currículo nem sempre foi assim. Pode-se então contar a história do currículo. Antes de existirem as ciências e o homem ainda trabalhava com as mãos, o currículo eram os grandes livros da humanidade: literatura, portanto. Retórica, dialética, gramática, matemática (também uma linguagem, embora diferente. Apareceram os transportes, as navegações, os contatos dos povos, nasceram as línguas estrangeiras no currículo. As ciências progrediram: física, química, história natural. Lá foram todas para o currículo, por simples e irracional processo de adicionamento.

O homem afastou-se da natureza pelo artificialismo das cidades; foram para o currículo os trabalhos manuais, a economia doméstica, o canto, que eram habilidades naturais aprendidas no próprio lar. As profissões se diferenciaram com a divisão do trabalho, criaram-se as escolas técnicas e a imensidade de disciplinas diferenciadas, ao lado da escola tradicional, que vem dos tempos imemoriais, com toda a sua bagagem literária. A ciência foi, a princípio, um tanto literária, discursiva. Assim, apareceu nos currículos. Veio a era tecnológica: o currículo, exigiu laboratórios, prática, pesquisa. Mas, se continuamos simplesmente a adicionar teremos logo mais: astronáutica, física nuclear, cibernética e todos os ramos novos do conhecimento moderno. É simplesmente absurda a hipótese.

Temos, pois, que parar e fazer uma nova síntese humanamente plausível. Quais são, realmente, as disciplinas que devem aparecer no currículo? Pode-se pretender ensinar tudo aos jovens? Que ensinar então? Um milhão de brasileiros estudam no curso secundário; todos devem aprender francês, latim, inglês, grego? O que é que todos devem aprender: física, química, história natural? Quais das ciências modernas devem ser patrimônio comum da humanidade? Ensinar a pensar é mais importante que ensinar coisas? Que fatos históricos devem ser selecionados como imprescindíveis à cultura geral? Os rios da China devem ser aprendidos, ou somente os do Ceará? Devemos conhecer melhor a Serra de Guaramiranga ou o Tibet?

A escola secundária precisa ser REPENSADA. Temos, simplesmente, deixado o processo histórico derramar seus detritos dentro do currículo, asfixiando a atividade criadora do aluno e a serena tranqüilidade em que se forma o pensamento. A metodologia ganhou muito mais importância que o conteúdo: não posso pretender ensinar "toda a história" ao aluno, mas posso ensiná-lo a prender qualquer história, se o desejar fazer. Nas ciências, deve-se ensinar o "método experimental" e não a massa infinita de fatos científicos, históricos ou atuais. Esta a nova síntese que deveria nortear a reforma do currículo, partindo de uma dúvida completa sobre sua atual validade.

Por que não reduzir a escola secundária a uma aprendizagem de metodologias? Por que não alijarmos dela tudo quanto for quantitativo pelo qualitativo, pelo formativo? O que queremos é uma enciclopédia ambulante ou um homem humano e seguro de si mesmo nos labirintos do mundo moderno, capaz de se auto-determinar, de escolher sua própria vida? Por que não pensamos num ginásio onde se aprende a aprender, deixando os conteúdos com instituições especializadas?

Por exemplo: não se aprende uma língua estrangeira com duas aulas por semana durante 26 semanas anuais, como é a realidade brasileira. Por que, então, a hipocrisia de que o estudante secundário brasileiro estuda duas línguas estrangeiras? Por que não remeter o aluno a institutos especializados na aprendizagem das línguas, onde pode aprender em alguns meses de trabalho intensivo o que não aprende em sete anos de intermitências escolares? Por que não equipar cada grande cidade com laboratórios científicos orientados por grandes mestres e para lá remeter os alunos que demonstrarem aptidão para a pesquisa, ficando o ginásio com o núcleo de orientação, de estudo dirigido, de controle de aprendizagem, de vivências reais, remanso de meditação e formação da personalidade? O ginásio seria a biblioteca, o campo de esporte, o orientador educacional, a capela, a oficina de trabalhos manuais, a arena de debates, de pesquisas, de estudo dirigido, o local em que as equipes e os clubes funcionariam sob a orientação de verdadeiros educadores? Porque empanturrar o ginásio com um horário que graficamente parece mais uma teia de aranha, onde o aluno se enreda como a mosca colhida pelas terríveis caçadoras?

Tudo isto é absurdo diante do tradicional, mas não diante de um selenita, como breve teremos em nosso mundo. A dúvida metódica não é um ceticismo irracional, é uma atitude saudável diante de um mundo que se nos abre para olhos espantados de crianças grandes. Alguém tem que procurar ver na frente. Ai de alguém que tentar! Mas este alguém deve existir.

* * *

Textos transcritos por José Nunes GUERREIRO nos anos de 2002 e 2003.

TEXTOS DE AUTORES CEARENSES
SOBRE A REFORMA DO ENSINO NORMAL
DE 1958 NO CEARÁ

. *O Problema da Reforma*. Joaquim Moreira de Sousa. In Sistema Educacional Cearense. Recife: MEC-INEP, 1961, p. 212-226.

. *A Reforma do Ensino Normal no Estado do Ceará*. Lauro de Oliveira Lima. In Treinamento do Professor Primário: uma nova concepção de Escola Normal. Belo Horizonte: Editora do Professor Ltda, 1996, p. 49-80.

* * *

P – A senhora se lembra se existia uma diferença nas listras da farda, na gola ou na saia, dos estudantes, que ficaram lá no prédio antigo e os que vieram para o prédio novo?

R – Eu não me lembro, porque a nossa farda era vermelha e acho que ela tinha três listras. E depois o Justiniano mudou a farda, eu não me lembro mais como ficou, não

P – A senhora se lembra do professor Amorim Sobreira como diretor aqui?

R – Não, porque quando eu saí em 1959.

P – A senhora não se lembra dele pelos corredores?

R – Agora eu me lembro sim. Ele era um homem alto, alvo, sério, muito enérgico, muito cobrador, exigia muito a disciplina, porque ele já vinha desse sistema. Eu não me lembro se logo depois ao assumir a Suzana ele morreu ou se foi depois que ele saiu. Quando eu saí daqui já era Centro Educacional. A diretora daqui, depois dele, foi a dona Suzana Bonfim, que foi minha professora de Ciências no Ginásio, muito boa professora.

P – A senhora se lembra do professor José Teixeira de Freitas, marido da dona Eldair?

R – Muito, ele foi meu professor de Filosofia. Ele foi diretor pouco tempo, passou pouco tempo, porque houve uma confusão, agora que eu me lembro. Quando ele foi diretor, eu devia estar acho que na 3^o série, que corresponderia à 7^o série de hoje. Depois do Valdevino de Carvalho, acho que foi o Teixeira de Freitas. Houve um desentendimento aí com uma pessoa do exército que abalou muito a escola. Os alunos não se metiam com nada, fecharam as portas. Me lembro que quando a gente entrava naquele gabinete do Teixeira, aquela sala de direção era muito reservada, os alunos não faziam parte. Eu me lembro que houve uma confusão, fecharam as portas, porque entrou não sei se era general ou coronel, parece que veio dar no Teixeira. Eu sei que dessa época para a frente o Teixeira deixou a direção. Eu me lembro muito do Teixeira andando dentro da escola com aqueles pezinhos meio de banda, com aqueles sapatos brancos, vigiando todo mundo. A toda hora o Teixeira passava, os diretores não paravam. Era assim, tinha as inspetoras, os diretores, os professores e tinha uma coisa que era uma exigência, mas os alunos não precisavam nem daquilo, porque era um pessoal tão comportado. Logo só eram meninas mais de família.

P – A senhora se lembra de alguma caso grave de indisciplina?

R – Nunca vi. Era nossa colega a filha do general da 10^o Região Militar, a filha do diretor do Colégio Militar, era um pessoal elitizado. Eram grandes mestres que havia aqui, as filhas estudavam na Escola Normal.

E tinha um professor, o João Filgueiras, irmão do Filgueiras Lima. Ele era professor do Lourenço Filho. Quando eu terminei aqui, ele foi meu professor de Introdução à Matemática. Ele tinha muita didática, como ensinar essas crianças a somar, dividir e multiplicar, como ninguém ensinava daquela forma. Hoje eu passo olhando aí e vejo que ninguém ensina hoje uma menina a somar daquela forma que eu aprendi com o João Filgueiras, que era uma forma que o povo aprendia bem aprendido para aplicar lá.

Uma coisa também que a gente aprendia também com o Lauro de Oliveira Lima e com todos eles, e hoje eu digo isso quando eu vou na sala de aula como orientadora: não olhe só para um, dois, três, quatro alunos que estão sentados ali na frente e estão olhando prá você, acompanhando você. Você vai acompanhar e vai ver aqueles que não estão lhe olhando, que não estão olhando a lousa, que às vezes estão escrevendo mas você está sentindo que eles não estão entendendo, aquele que está conversando, aquele que lhe dá trabalho e que é o mais danado da classe, aquele é que vai mais ser visto pelo professor. Não vá dar aula para quatro alunos, era isso que o Lauro dizia.

Outra coisa que ele dizia, quer ficava doente toda vez que chegava em uma sala de aulas e via as crianças quietinhas. Ele dizia:

– Eu tenho medo disso. Criança não é prá ficar quietinha na sala de aula. Criança é prá puxar a cadeira, prá se levantar, prá derrubar a cadeira, prá derrubar o lápis, é prá brigar, é prá falar, é prá cantar.

O Lauro só entrava na aula cantando, porque ele dizia que era uma forma que a gente ia controlar uma sala. Ele dizia que a professora que chega cantando, ela já dominou a sala de aula. Não chegar batendo, não chegar brigando.

Eu também aprendi com o Lauro a fazer reuniões de pais e mestres, que eu ensino isso quando vou para a sala de aula. Nunca ponha os boletins em cima da mesa para o pai assinar o boletim. Isso não é reunião. O Lauro ensinava outra forma: sentar com a família conversar, ler um texto com ela, pôr um som, cantar com eles. Não dizer prá eles que “o seu filho é o mais danado, seu filho é uma peste, seu filho não presta, não me deixa dar aula” porque você nunca mais consegue que eles venham outra vez. Outra coisa: ele chega em casa e vai açoitar o filho; o filho nunca mais vai gostar da professora e nem da classe. Eu não vejo ninguém fazer isso aqui com as alunas. E é uma série de coisas que a gente aprendeu, que a gente prega, que a gente não vê aqui.

P – O Américo Barreira também era um forte partidário das reformas do Lauro, das idéias do Lauro...

R – Era. Agora, o Américo era muito contra o regime de governo da época, tanto que ele custou muito para conseguir dar aulas. Ele não podia dar Sociologia, por causa da política dele. Ele foi muito perseguido, foi preso. Aqueles livros publicados pelo Américo, depois eu vi e li alguns, mas teve uma época em que ele nem podia distribuir os livros para as alunas.

P – Ele escreveu um livrinho sobre a situação da escola primária no Ceará...

R – Eu tenho alguns é do Lauro. E aqui, muita coisa elas deviam empregar o que elas viam nos livros, como foi o Normal, por que. A coisa não se modernizou, não. Não é porque seja curso moderno, que a coisa seja assim, não. Pelo contrário, eu acho que a educação está de pior a pior. Essa retirada do exame de admissão prá mim foi péssima. O aluno não aprende mais a escrever, a ler, o aluno não estuda, não sabe história, geografia, não sabe nada. É tudo vendo por cima, ninguém aprende mais nada. E aí vai, e quando chega numa sala de aula, só dá teoria. Principalmente errado esse Normal que eu vejo aqui, é uma vergonha. Eu fico impaciente quando eu passo ali. Os alunos sentados, só escrevendo, aqui ou acolá a gente vê alguma rodinha de alunos copiando sem saber o que está fazendo. Umás aulas monótonas, cansativas. O que é que aquele povo vai dar em sala de aula, o que é que aquelas meninas vão fazer? Quando eu vejo aquilo, assim que eu tiro um tempo prá mim, eu chego lá, levo um texto, converso, ensino alguma coisa, canto com elas. Eu digo que elas vão dar uma aula diferente, que nós “vamos ler um texto, isso aqui é para vocês fazerem uma reunião com pais e mestres, primeiro vocês vão estudar as famílias dos seus alunos para depois vocês chegarem lá nos seus alunos”. Elas dizem: “Dona Eunice, ninguém diz isso prá nós, não”. Quando eu vou dizer como é que se fala em sala de aula, a dicção, a maneira de falar para o aluno, a maneira de se conduzir e de se vestir da professora, eles (as crianças) nos imitam em tudo. Eu digo a elas:

Olha, a nossa profissão é tão importante, tão mesmo, que nós somos imitados. Eles (as crianças) querem ser a professora, como você se veste, como você se penteia, como você fala, como você anda. Chegam em casa, eles querem ser a tia. Então preste atenção, tenha cuidado como é essa tia.

Ouro dia eu disse aí para o 3º Ano:

– Não vá dar aula como se vai à praia. Praia é praia, show é show, sala de aula é sala de aula. Dê uma aula bem vestida, procure ficar uma moça bonita, arrumada. Olhe que as pes-

soas estão olhando prá você. Não é só criança não, é jovem, é adulto. Cuide da maneira como você fala.

Outro dia eu passando aí, eu vi uma aluna dando aula, treinando, ela tacou a régua na carteira com toda a força. Depois eu voltei lá, quando saiu a professora, eu pedi um espaço, cheguei para a turma na sala de aula e disse:

– Nunca bata na carteira, isso é anti-pedagógico, é contra a Psicologia, não bata na carteira. (Continua...).

Fita 2, Lado B

(Continuação...)

Outro cuidado que a professora precisa ter ao dar a sua aula: que o aluno chegue em casa e resolva suas tarefas sozinho. Se o aluno não resolve e precisa que a mãe, sem poder, pague uma repetidora ou a mãe tem que ser professora? E quando a mãe não sabe? Por que o aluno não aprendeu? O que foi que você fez, professora, que o aluno chega em casa, não sabe fazer o que ouviu, o que você ensinou, tem que outra pessoa ensinar? Você só passe na sua sala de aula o que você vir que o aluno vai fazer. A obrigação da mãe ou do pai ou de quem quer que o acompanhe é vigiar se ele está fazendo suas tarefas, e não fazer por ele. E também outra coisa, muitas professoras pegam as tarefas e só fazem passar o visto, às vezes nem foi a criança que fez e ela nem vê. E às vezes aquela criança que não sabe, tem medo de dizer à professora que não sabe. E vai ficando sem saber.

Eu fui coordenar uma escola lá no Conjunto Esperança, eu virei a escola. Eu cheguei e falei com a diretora, que era leiga, dona da escola, “comprou” a escola. Você sabe que fazem muito isso, infelizmente no Brasil tem isso. Ela soube da minha pessoa, ligou prá mim, foi lá na minha casa e me convidou para coordenar a escola e disse:

– Dona Eunice, a senhora não vai me coordenar, a senhora vai dirigir a escola, que eu não sei fazer nada, a escola tem tantos alunos, tantos professores.

Eu respondi:

– Eu vou conhecer a sua escola. Eu vou passar uma semana ou mais só conhecendo, não vou chegar na sua escola de uma vez.

Assim eu fiz: comecei a reunir por turmas, professores do Jardim, da Alfabetização, de 1º à 4º, de 5º à 8º séries, tudo isso já tinha lá, os professores de Educação Física, etc. Depois de tudo eu disse:

– Eu vou passar uma borracha aqui na sua escola, vou apagar, que ela está toda errada. Agora, se você me deixar trabalhar aqui dentro, eu vou sair com pouco tempo, porque eu não vou passar pouco tempo trabalhando no Conjunto Esperança, que é longe prá mim. Eu vou passar aqui uns 3 ou 4 meses, mas vou deixar sua escola preparada e vou ver se lhe preparar também, porque você, infelizmente, não está em condições de dirigir uma escola.

Eu disse isso a ela. Olhe, eu trabalhei. Eu chegava de manhã e saía às vezes às 7, 8 ou 9 horas da noite. Você acredita que a escola não comportava de matrícula no começo do ano, de tanta gente matriculada, de tanta gente procurando a escola. Eu trabalhei ali dentro, eu transformei, foi ensinar o pessoal a trabalhar. Sabe com é que eu fazia a coordenação? Como eu aprendi, com todo esse pessoal que eu lhe falei. E como eu li, como eu continuei e como eu fiz no meu tempo de professora. Coordenação com o professor se faz é chamando cada um. Você ensina no 2º Ano, então você venha prá cá, sente aqui do meu lado. Você tem tantas horas. Como é que você vai dar isso aqui, para o seu aluno aprender como? Então você vai dizer:

– Você vai dar desse jeito assim e assim, você só vai sair desse assunto desse assunto, desse conteúdo, tenha 30, 20, 15 ou 10 alunos, você só vai sair quando os 10 estiverem sabendo.

do. Você não vai sair da conta de diminuir se todo mundo não estiver diminuindo. Não interessa, professora, que você dê o livro.

– Ah, dona Eunice, mas eu tenho que dar esse livro.

Eu disse:

– Quem escreveu? Olhe aqui o autor, você sabe de onde ele vem, minha filha? Ele vem lá do Rio Grande do Sul, ele escreveu para o Rio Grande do Sul, ele não escreveu aqui para o Conjunto Esperança. Olhe quais são os alunos que nós temos no bairro. Então você vai dar o que você vê que ele aprende, você vai usar material.

Eu chamava a atenção da professora de Ciências:

– Olha, minha filha, você vai dar folhas de plantas. Você não vai falar de folhas para o aluno, passar hoje a aula de folha e amanhã ele não sabe o que é folha, não. Você vai juntar todos os tipos de folhas que o aluno encontrar e que você encontrar, para ele ver a diferença, porque a diferença, de onde vem aquilo, prá você pregar nas salas de aula. Eu quero ver todas as salas de aula com cartazes, com trabalhos feitos por alunos. Nós vamos fazer aqui uma aula com trabalho de verdade, tudo isso.

Olhe, a professora de alfabetização, era uma aberração como aquela moça ensinava a alfabetizar. E aí foi, eu passei esse tempo todo, mas não me cansei não. Sabe por que? Porque eu fiz aquilo com muito gosto, com muito prazer. Não sei como é que está a escola hoje.

Eu dizia:

– Olha, não se dá uma aula no grito, porque não se conquista. O aluno tem que ser conquistado, para no outro dia ele se arrumar sozinho para ir para a sala de aula. Se ele gostar da tia, da sala de aula, se você conquistar o seu aluno, não precisa a mãe puxar pela mão para ir para a aula, porque ele gosta da sala de aula, gosta de você. Agora, se você faz com que o aluno tenha medo, tenha horror a você... Nunca, numa reunião de pais e mestres, diga ao pai que o filho dele não presta, porque você faz vergonha, você atrapalha, você não conquista mais aquele pai. E aí eu fui levando e gostaria que a escola estivesse melhor e melhor.

Olha, eu sempre tive vontade de ter uma escola. Nunca pude, ou porque não tive condições ou porque me descuidei, mas nunca tive. Mas se eu tivesse uma escola minha, ela seria uma escola mesmo prá se gostar de estar dentro da escola, digna desse nome.

Fim desta entrevista feita por José Nunes CUERREIRO com a professora Eunice.

Entrevista com Maria Neli Sobreira de Oliveira, ex-professora do IEC e viúva de José Sobreira de Amorim, ex-professor e ex-diretor do IEC.

Terça feira, 26/08/2003, das 10:00h. às 12:00h.

Fita 1, lado A

Pergunta: Posso gravar?

Resposta: Então, pela nova lei do Ensino Normal, chamada Lei Lauro de Oliveira Lima, foram criadas novas cadeiras. A minha foi uma delas. Eu não sei como é hoje, mas até há pouco tempo era a cadeira de Estrutura e Funcionamento de Ensino do Primeiro Grau, que no meu tempo era Administração Escolar. Quando eu fui prá lá eu não tinha essa habilitação, mas eu fui fazer a faculdade de Filosofia, que era nos Irmãos Maristas, que habilitava o pessoal, ainda não oferecia as matérias para o curso de Pedagogia. Aí, como eu me candidatei a essa cadeira, disseram que tinha que ter pelo menos uma especialização nessa área de Administração Escolar, de Estrutura e Funcionamento de Primeiro Grau. E me mandaram para São Paulo para fazer essa especialização em um curso que funcionou durante 10 anos, em um convênio com a Unesco. Era um curso de um ano, mas era dividido em etapas, e uma delas era Administração Escolar, depois Supervisão, depois Psico-pedagogia, tanto que o Diatahy Menezes (professor) foi depois de mim e passou um ano lá, porque ele fez o curso completo. Mas eu, como me interessava por essa etapa do curso, que era Administração Escolar, eu fui para lá, porque foi criada essa cadeira e não tinha professor ainda e eu me candidatei. Aí a Eldair também, que foi diretora, foi uma das que se candidatou a uma cadeira nova, que era Jogos e Recreação. Ela sempre foi professora de Educação Física e quando foi criada essa cadeira ela se candidatou também. E a outra que eu me lembro, acho que devia ter mais, mas a outra foi a Suzana Ribeiro, que era Prática de Ensino. Porque antigamente era Didática e Pedagogia e Psicologia, mas essa Didática se desmembrou em Prática de Ensino e a Suzana foi, eu me lembro de nós três.

P – Então foram vocês três foram juntas, ao mesmo tempo...

R – Juntas, mas elas continuaram lá e eu tive um problema de saúde. Aí pedi uma licença, mas não queria ficar sem trabalhar e o Conselho de Educação estava precisando de assessores. Como eu tinha essa vivência na escola e também já tinha sido professora primária e tudo, eu também me candidatei, mas foi assim: eu fiquei nomeada à disposição do Conselho pretendendo voltar para o Instituto. Mas eu gostei tanto de trabalhar lá, eu vi que tinha tanta afinidade comigo, porque me dava com a história da educação e a atualização da educação, as escolas funcionando...

P – Ali no Conselho...

R – É, eu fiquei tão encantada, que abriram concurso e eu fiz concurso para transformar minha cadeira em cargo no Conselho Estadual de Educação.

P – Então havia essa possibilidade..

R – É as que já estavam lá, na escola havia a dona Letícia Sampaio, ela era professora, mas ela já tinha saído há muito tempo da escola, ela também foi para lá. Então nós, aproveitando a nossa experiência, foi uma cláusula lá na lei do concurso que nós pudemos nos candidatar e eu me aposentei por lá.

P – Falar em Conselho de Educação, o professor Amorim foi do Conselho?

R – Não.

P – Mas teve professores do Instituto que foram do Conselho?

R – Teve. O marido da Eldair, o professor José Teixeira de Freitas, que foi professor da escola aqui, ele chegou a ser presidente do Conselho.

P – E o dr. Filgueiras Lima?

R – Ele foi numa época anterior à reestruturação do Conselho. Se não me engano ele foi o primeiro presidente do Conselho, na primeira fase, porque depois o Conselho se transformou, conforme determinação do Conselho federal, por causa das leis que foram saindo, a 4.024, depois a 5.692, etc.

P – O professor Moacir Teixeira de Aguiar foi do Conselho?

R – Se foi, foi dessa outra fase que eu não sei de nada. Eu já sou da lei 4.024.

P – A senhora se lembra se o professor Moacir chegou a ser o responsável pela educação no Ceará, uma espécie de supervisor?

R – Eu acho que secretário de educação ele não foi, mas eu acho que ele de um desses departamentos, de ensino normal, qualquer coisa assim, de fiscalização. Agora, eu conheci o Moacir...

P – Ele foi professor lá no Instituto?

R – Não, quem foi professora lá no Instituto foi uma irmã dele, o nome dela inclusive é Neli Aguiar Amorim, a única irmã dele.

P – Mas ela tem a ver com a senhora ou com o dr. Sobreira?

R – Não, eu conheci muito o marido dela, o dr. Idelzuite Amorim, eles eram lá de Alagoas, são outro ramo. Muitas vezes havia confusão na folha de pagamento porque eu não assino Amorim, eu fiquei com o Sobreira, porque eu sou prima do meu marido, porque eu já era Sobreira. Então eu assino Sobreira e ele também é Amorim Sobreira. Então por causa do Amorim, ele era diretor e era conhecido por professor Amorim, às vezes ficava só o nome dela ou o meu na folha. Quando a gente ia receber o dinheiro, uma ficava faltando.

P – Na lista de professores havia muitos nomes iguais. Por exemplo, Taís Ribeiro, ela era alguma coisa da professora Suzana Ribeiro?

R – Ela era prima legítima do marido da Suzana, porque quem é Ribeiro é o marido dela. A Suzana é Dias e o marido dela era o dr. José Carlos Ribeiro, que era primo legítimo da Taís. A Taís era filha de um irmão dele.

P – Existe algum parente do dr. Hippolyto ainda vivo, a esposa dele, filhos, filhas?

R – Olha, ele não tinha filhos, se teve... quer dizer, ele teve dois ou três casamentos, eu conheci foi a dona Arnilda, essa não teve filhos com ele. Ela era viúva e tinha um filho, mas o dr. João Hippolyto, eu não me lembro.

P – A dona Arnilda ainda é viva?

R – É capaz de ser, mas eu acho que ela foi embora daqui. Ela não era cearense não, ela tinha um sotaque do sul, ou paulista. Ela tinha um sotaque sibilado, não era carioca não, ou era gaúcha, ou mineira ou era paulista. Eu trabalhei com ela. Taí, foi uma que eu acho que a cadeira dela também foi nova, foi de recursos audio-visuais, de preparação de aulas para os professores, slides, cartazes, essas coisas.

P – A senhora tem idéia de onde eles moram, ou parentes ou descendentes?

R – Não, a dona Arnilda era uma pessoa que a gente só conhecia ela. Ela era uma pessoa muito fina, muito educada, todo mundo gostava muito dela. Inclusive ela e o dr. Hippolyto eram duas pessoas completamente diferentes. Ele já bastante velho, ela também não era bem novinha não, mas junto dele era. O dr. Hippolyto era um homem muito, muito rigoroso, um homem de muita responsabilidade, tanto que ele, um homem com mais de 80 anos voltou para ser diretor da escola. Todo mundo estranhou aquilo, depois da aposentadoria, já com quase oitenta anos, acho que foi no governo do Parsifal. Porque o pessoal ficava com aqueles boatos, de que a escola era muito perigosa naquela região ali, de noite, nos cursos noturnos – antigamente se chamava rabo de burro, agora se chama trombadinha – diziam isso. Aí acharam que quem deveria ir para lá era o dr. Hippolyto, porque quando ele era diretor aqui, ele fiscalizava as alunas até fora da escola, ele sabia de tudo. Ele era um homem assim, nesse ponto ele era cuidadoso demais, naquele rigor, ele sempre foi assim.

P – A senhora acha que isso foi mais positivo do que negativo? A senhora acha que isso foi bom ou foi ruim?

R – Olha, as opiniões naquela época, com raras exceções, eram contrárias. Achavam que a vez dele já tinha passado. Mas o governo achou que ele era o homem certo para botar ordem naquele negócio. Ele morreu no exercício...

P – Eu li no livro de atas...

R – Naquela época era totalmente diferente. A escola tinha um corpo docente muito ativo, muito reivindicador. Tinha o Américo Barreira, que era um homem de esquerda, que questionava tudo. Então o dr. Hippolyto, na primeira gestão dele, ele era acostumado a todo mundo de cabeça baixa, quando que ele dizia: “faça isso, faça aquilo”. Ele era um homem competente, ninguém pode negar, era um bom professor, mas como administrador ele tinha essa marca de rigorismo, de não aceitar interferência na linha dele, ninguém podia discutir. E o Américo toda hora tinha debate, nas reuniões de congregação, na sala dos professores, era um horror (risos). Não só o Américo, mas ele era o principal, até porque ele era um homem de esquerda. Até com meu marido mesmo, quando ele saiu teve uma história lá das taxas de matrícula que ele questionou. Amorim dizia: “olha, o Américo está me colocando nesse negócio, mas eu não sou o secretário de Educação. Se eu recebo uma determinação da Secretaria de Educação para cobrar um taxa de matrícula, eu tenho que cobrar, a não ser que”...

P – Isso era da Secretaria de Educação?

R – Era, e até nessa coisa do Américo, ele primeiro se dirigia ao secretário de Educação, o Joaquim Figueiredo Correia na época. O Amorim era o diretor das duas escolas nesse tempo. Quando ele passou a ser diretor lá da escola do bairro de Fátima, quem era o governador em exercício, porque o Paulo Sarasate ficou doente, era o Flávio Marcílio. Daí ele se propor essa empreitada de levar a escola prá lá. O dr. Hippolyto nunca se conformou, acho que foi uma das coisas que fez ele morrer mais depressa, porque ele era louco por esse prédio. Ele tinha uma marcação com aquilo, que não tinha sentido aquela escola acolá, tanto que quando a escola passou prá lá ela não estava nem terminada. Foi o INEP que construiu, com a condição de que na escola funcionasse o curso Normal, a Escola de Aplicação e aquela escola de iniciação profissional, que teve o nome de Anísio Teixeira. Já foi entregue assim.

P – Então foi condição, já... agora, o nome não foi ele que reivindicou, não?

R – Não, foi o próprio Instituto de Educação, mesmo porque a própria lei transformou as escolas chamadas escolas normais em Instituto de Educação, como o Instituto de Educação do Rio de Janeiro.

P – O pessoal achava que lá era muito abandonado?

R – É, o bairro de Fátima era um sítio da família Pergentino Maia, que inclusive fez a doação do terreno da Igreja. Quando Nossa Senhora de Fátima passou por aqui, aquele acontecimento muito grande, o dono do terreno, que era o sr. Pergentino Ferreira Maia, ofereceu à Igreja o terreno para a construção de uma igreja dedicada a Nossa Senhora de Fátima. A Igreja aceitou e a partir da igreja, o pessoal começou a querer morar perto e ele começou a lotear, foi loteado ali tudo.

P – Aquele terreno do Instituto também era dele?

R – Aí alguém comprou. Deve ter sido originariamente dele, mas quem vendeu à escola não foi ele. Eu me lembro até que diziam quem era, mas eu não me interessava muito por isso, mas sei que já tinha sido de alguém que comprou o lote e depois vendeu ao Estado.

P – Eu me lembro que o professor Américo e o professor Lauro disseram que o terreno era muito insalubre...

R – Ainda hoje o pessoal se queixa muito de muriçoca. Era muito alagado lá, eles plantavam cana, que precisa de muita água.

P – Plantavam cana?

R – É, tinha tido ali. Era uma fazenda do Pergentino. Então, ali havia esse problema da muriçoca, porque tinha muita água, muito mato. Mas, de repente, eu digo isso porque eu morava na Gentilândia e eu vinha pegar ônibus ali no quartel, por causa de minha filha estudava nas Dorotéias, a gente pegava o ônibus ali no quartel e eu vinha com ela e vendo o bairro crescer, aquelas casas sendo construídas ao redor da igreja.

P – A estrada era de que? Terra, calçamento?

R – Era calçamento uma parte, já tinha uma parte de paralelepípedo, mas pelo bairro de Fátima era calçamento tosco.

P – E a Rua Napoleão Laureano, tinha calçamento?

R – Eu só vim conhecer aquela rua depois que eu fui trabalhar no Instituto. Tinha calçamento ruim, mas tinha.

P – E tinha muito mato lá, do Instituto até a 13 de maio?

R – Tinha. Eu me lembro que tinha até um terreno, porque o Instituto é assim, tem aquelas varandas, as salas de aula eram assim, acho que ainda é assim, e prá lá tinha muito terreno por construir, não sei como é agora. Então os zeladores pediam licença à diretora para plantar macaxeira lá naquela parte, eu me lembro que a gente até comprava, perto do outro quartel, não o 23 BC, mas o outro. Eu me lembro que quando eles iam fazer exercício de tiro perturbavam muito a gente, era “PÁ!”, aquela explosão (risos).

P – Esse plantio da macaxeira era onde hoje é o auditório grande do Instituto?

R – Eu não sou contemporânea do auditório do Instituto, mas se eu não me engano o auditório é mais para onde hoje é a Luciano Carneiro, mas era mais para a frente.

P – A senhora se lembra se, quando a senhora esteve lá, tinha umas casinhas lá no fundo que eram dos zeladores, que eles moravam lá? Alguém me disse isso...

R – Eu sei que tinha os zeladores e o que eu me lembro era desse plantio de macaxeira, que a diretora até deixava, que era muito rigorosa, a dona Olívia Xavier, ela era muito minha amiga...

P – Ela era médica?

R – Advogada, tinha sido até promotora. Era gente muito boa, agora, marca do dr. Hippolyto, rigorosa. Ela tinha muita confiança em mim, eu gostava muito dela, reconheço que era uma pessoa temperamental, mas era muito boa.

P – Por falar em dona Olívia, quando o dr. Hippolyto morreu, foi feita uma lista triplíce para ser mandada para o governador?

R – Era lista sêxtupla, eu me lembro da dona Eldair, que foi depois dela, eu participei no Instituto, fazem tantos anos... mas pode ser que tenham mudado o sistema.

P – A minha dúvida é que, no livro de atas, que foram indicados os três nomes mais votados pela congregação, o José Teixeira de Freitas, o Dr. Filgueiras Lima e o outro eu não me lembro. Sei que um teve 18 votos o outro vinte e tantos e a dona Olívia teve 8 votos e ficou em 5º ou 6º lugar. E aí depois foi nomeada a dona Olívia.

R – Como o sr. sabe, está rendendo isso hoje até na universidade, na URCA, no Crato, em que o mais votado foi o Plácido Nuvens e esse que entrou foi... porque a lei diz que o governador é livre para escolher, independente de ser o mais votado. Quem mudou isso agora, não através de uma lei, mas de uma posição pessoal, foi esse novo ministro, o Buarque, que garantiu que nomearia como reitor, nas universidades federais, aquele que fosse o mais votado. Mas ainda permanece isso aí, acho que foi por isso.

P – Eu vi no jornal Correio do Ceará, que existia naquela época, que quando o professor Amorim foi nomeado diretor, durante algumas semanas antes foi aventado o nome de um João Hipólito de Oliveira Campos, professor de Geografia, ele inclusive até teria sido indicado para assumir e depois não assumiu e no final quem assumiu foi o professor Amorim. A senhora se lembra disso?

R – Eu não me lembro não. O que eu me lembro que o João Hipólito não era professor do curso Normal, ele era professor do curso ginásial, irmão do José Maria Campos, ele já morreu. Eu não me lembro, sei que Amorim substituiu o Teixeira de Freitas, mas Amorim já era vice-diretor e ficou muito tempo, porque ele pediu para sair de lá, porque ele não tinha nenhuma afinidade com o curso Normal. Ele foi lá mais para satisfazer o governador, que quis transportar a escola para lá porque já tinha aquele prédio pronto. E afinal muito justo, porque esse prédio era para abrigar o curso Normal, o curso secundário completo e a Escola de Aplicação. E o número de alunos crescendo, era muita gente sobrando. E aí começaram a criar anexo, anexo, anexo por causa disso, porque não tinha lugar.

P – Então para a construção do prédio lá da 13 de maio, ele (governador) já estava dentro dessa preocupação...

R – Não, o Anísio Teixeira, que era diretor do INEP tinha aquela preocupação... ele é o pai da idéia do ensino profissionalizante em geral, ele era muito combatido. O pessoal achava que a escola não precisava se preocupar em preparar para o trabalho, mas ele tinha essa preocupação, tanto que essas escolas que eram construídas pelo INEP eram doadas aos Estados que quisessem implantar essa iniciação profissional. Lá tinha os teares, tipografia... ainda tem lá?

P – Não, só tem as salas, os equipamentos todos desapareceram, ninguém sabe para onde foram levados.

R – Então, isso era para prática das professoras e iniciação das meninas do curso primário, já tinha aquelas horas...

P – E esses teares, eram de madeira, de metal?

R – De madeira, já viu fazer redes, como é? Aí faziam tapeçarias, redes e todo fim de ano, no mesmo tempo do encerramento dos trabalhos da escola, tinha exposição dos trabalhos do Centro Anísio Teixeira.

P – E lá tinha também corte e costura, datilografia, essas coisas?

R – Essa parte eu não me lembro, mas uma parte que eu me lembro era a de cestaria, de teares, de tipos de chumbo para fazer impressão, jornaizinhos, etc.

P – E esse interesse do Anísio Teixeira, ou melhor, o Lauro influiu para que essa escola viesse para cá?

R – É que o INEP, naquele tempo, era mais atuante ou mais conhecido do que o próprio Ministério, por causa da figura do Anísio Teixeira. Ele era tão importante, tão competente, tão carismático, que ele até ofuscava um pouco o próprio Ministério. O INEP era conhecido aqui, todo mundo falava no INEP. Agora, o Lauro ficou mais conhecido quando foram criadas as inspetorias seccionais, ele foi nomeado. Ele fez concurso para inspetor de ensino, como eu também fiz, ele tirou o segundo lugar, mas como quem tirou o primeiro lugar foi dona Eunice Brasil, mas como era para ir para fora, porque não tinha vaga aqui no Ceará na época... no Ceará tinha, só que ela não queria sair daqui de Fortaleza. Ela bateu o pé, achava que devia ser aqui, aí o Lauro assumiu em Aracati.

P – E foi muita gente que concorreu para inspetor de ensino, eram muitas vagas?

R – Era um concurso para todo o Brasil. Agora, a gente sabia que podia caducar o concurso, porque podia não ter vagas. Quem fizesse como eu, por exemplo, fui consultada várias vezes, nesse tempo era cabograma, aqueles telegramas que vinham por cabo submarino, perguntando se eu queria ir para o Acre, para o Amazonas. Eu estava começando minha vida de casada, meus filhos pequenos, como é que eu ia, não é? Aí eu dizia: “Prefiro aguardar uma vaga aqui para o Ceará”.

P – Isso foi quando? Em 45, 46? Porque em 1946 ele já era inspetor.

R – Ele foi logo nomeado. Foi uma jogada muito inteligente, na época ele foi para Aracati, porque entrou no quadro, fica mais fácil. Quando você sabe jogar com as pedras do xadrez, quem já está ali, não é?

Fita 1, lado B

P – A senhora entrou quando no magistério, em que época?

R – Quando eu me formei, logo eu entrei logo no magistério, eu fiz no colégio Dorotéias. Aí eu fui morar no interior, em Juazeiro, sou filha de Juazeiro. Aí eu comecei a trabalhar lá em 1937. Era na Escola Normal Rural, uma escola diferente, ensino ampliado, essas coisas.

P – Essa escola era pública ou particular?

R – Era pública. Quando ela começou, ela tinha um lado particular porque o dr. Moreira de Sousa, ele era Secretário de Educação e passou um telegrama lá para o prefeito, para o juiz da cidade, eu estava lá, não era nem formada ainda, deve ter sido em 1935 mais ou menos. Então, ele passou um telegrama dizendo que se Juazeiro quisesse sediar a escola primeira Escola Normal Rural do Brasil era preciso convocar a comunidade e fazer um patrimônio “x” e alguém tinha que se dispor, no início, a oferecer o lugar da sede onde iria funcionar a escola. Eu me lembro que a primeira reunião foi na calçada de um tio meu, era uma calçada muito larga. O juiz, que depois foi governador do Estado, era o dr. Plácido Castelo, estava na hora e

disse: “Não, vamos fazer”. Aí depressa convocaram outras pessoas mais próximas, todo mundo subscreveu e de lá foram logo para o telégrafo para garantir e aí a escola nasceu. Esse meu tio, em cuja calçada fizeram a primeira reunião, foi ele quem cedeu o local onde funcionou a primeira escola, porque ele tinha um antigo armazém de beneficiamento de algodão, aquelas salas amplas com aquelas máquinas. E ele estava saindo porque estava fechando e era situado assim num sítio, tinha só aquelas paredes. A primeira aula quem deu foi dr. Moreira de Sousa embaixo de uma árvore.

P – Então no começo ele era particular...

R – Aí tinha esse vínculo particular porque tinha o capital da comunidade, tinha esse prédio que tinha sido cedido. As professoras eram da rede pública, nomeadas pelo governador. Tanto que depois a escola comprou o terreno e lá foi a sede da primeira escola realmente toda oficial. Depois tinha aquelas cotas, o Estado restituiu.

P – E aí a senhora começou a lecionar lá.

R – Eu comecei a lecionar lá em 37. Tinha uma ano e meio mais ou menos funcionando. Foi uma escola... eu agradeço todo dia a Deus por ter começado minha vida de professora numa escola daquela. Era uma escola de um idealismo tão... o pessoal, quando a gente estuda, diz assim “a escola deve ser um instrumento de mudança de mentalidade”... não é? Eu assisti, eu vivi isso. Posso dizer que Juazeiro do Norte é antes e depois da Escola Normal, porque mudou tudo, até a alimentação. A escola era Rural tinha aquelas hortas, se faziam concursos, o tomate mais viçoso... era uma coisa assim, que ainda hoje quando eu me lembro, tenho até vontade de chorar, de como é que uma coisa daquelas se acaba, se transformou numa escola comum.

P – Aí depois a senhora veio para cá.

R – É, aí o Amorim me trouxe para cá, nos anos 40. Minha cadeira estava lá na escola. Se eu tivesse que conseguir, era outra cadeira. Mas Amorim achava que escola do governo pagava muito pouco, eu comecei a ter os filhos, achava que não valia a pena. Aí eu fiquei em casa um tempo e ele professor. Aqui em casa ninguém se importava com casa bonita, o negócio era comprar livros, ele começando a se preparar para professor da faculdade de Direito, e pronto, o dinheiro que sobrava era prá comprar livros. No tempo da guerra os livros chegavam aqui uma fortuna, porque tinha prioridade era material bélico e os livros eram um preço, porque mandava buscar lá naquelas livrarias da Argentina, Itália e a especialidade dele era Direitos Humanos e todas as economias eram em livros. Ele fez um bellissimo concurso, marcou época aqui em Fortaleza. Eu tenho até uns retratos de quando ele terminou o concurso, acho que esse é o único que eu tenho de uma menina do Instituto de Educação agradecendo a ele, é de 1959, com a dedicatória escrita atrás.

P – Mas era muita sobrecarga ser diretor das duas escolas e ainda se preparar para ser professor de universidade.

R – Pois é, ele pediu para sair porque não estava agüentando. Aqui nessa foto é ele defendendo a tese, aqui é dando aula, porque tinha 3 fases: a prova escrita, a aula e a defesa da tese. Aqui é Martins Filho, o Flávio Marcílio, isso lá no auditório da Faculdade de Direito mesmo, o Erivaldo Costa, Paulo Bonavides, dr. Humberto Fontenele, os professores todos assistindo, Dr. Hélio Neves, Secretário da Faculdade de Direito, dr. Eduardo Girão, dr. Andrade Furtado. Quem salvou o Amorim foi o último que fez concurso antes dele, foi o dr. Mirmar da Ponte. Aqui é o dr. Raimundo Girão, Olavo Oliveira, dr. Dolor Barreira, Fran Martins, escritor e professor de Economia da Faculdade de Direito, professor Valdivino, dr. Ulisses de Moura Matos, deputado Mauro Benevides. Isso aqui a gente fez os quadradinhos escritos do

que a imprensa publicava, aqui ele lendo a ata do resultado do concurso. Esse aqui era o dono da cadeira que tinha se aposentado, o dr. Menezes Pimentel, ex-governador, era o catedrático na época, ele se aposentou aos 70 anos; aqui eles se cumprimentando.

P – O dr. Amorim era alto...

R – Muito alto, tinha 1,82 metros, olha aqui a diferença dele para o dr. Pimentel. Aqui é na escola antiga, a professora Irene Arruda, que era vice-diretora da escola, ela é viva ainda, aqui o professor Hamilton. Aqui nós dois. Aqui a banca examinadora que veio de fora, o dr. Elpídio Pais, que era da universidade do Rio Grande do Sul, o dr. Matos Peixoto, que foi governador do Ceará nos anos 30 e era professor de Direito Romano no Rio e que veio ser examinador e aqui os daqui, o dr. Andrade Furtado, que era diretor da faculdade, o dr. Baltar e o Madaleno Girão, que ainda é vivo, que foi embora para o Rio e até hoje mora lá, primo do Raimundo Girão. Aqui, acho que foi na escola, o deputado Chagas Vasconcelos, que morreu agora, anteontem, muito inteligente, orador; aqui é o Monte Arrais; aqui era o presidente do Centro Estudantal na época, aquele Francisco Arruda, morreu muito novo.

P – Tinha algum parente do dr. Sobreira que era do sindicato dos professores?

R – O Alencar Sobreira, que depois foi diretor aqui do Justiniano de Serpa? Acho que ele era do sindicato, não tenho certeza. Esse aqui é o Ernando Uchoa Lima, aqui já é na Escola Superior de Guerra, Amorim também fez o curso da Escola Superior de Guerra. Aqui é o general e presidente da república, o Costa e Silva, no dia da formatura ele compareceu. Aqui é um que hoje em dia está completamente assim... também foi uma estrela na universidade, é o João Francisco. Aqui é lá na Escola Superior de Guerra, dia de formatura do Amorim, ele foi até o orador da turma. Aqui quando a gente completou 25 anos de casados (risos), foi lá no Rio de Janeiro, nós fomos comemorar lá. Aqui é Amorim do jeito que ele era quando foi diretor da escola.

P – Aí ele tinha quantos anos?

R – Ele nasceu em 12, faça aí as contas (risos).

P – De 20 prá 60, 40... 48. Era jovem...

R – Era, muito jovem. Olha, esse retrato aqui, eu tenho muito retrato do Instituto dali, mas de lá do Instituto de Educação não; esse aqui é ali no Justiniano de Serpa, no dia do aniversário do Amorim. Aqui a Taís Ribeiro, ela foi vice diretora no tempo do Amorim, porque tinha três turnos e cada turno tinha uma vice-diretora; aqui o José Cláudio. O secretário de Educação era esse, o Mariano Martins; aqui o Hugo Lira, acho que ele foi diretor de departamento da Secretaria; o dr. Valdivino. Aqui é lá também na escola, o Secretário aqui, a secretária da secretaria da escola, a Irene Arruda, a dona Maria de Lourdes Gondim, que foi professora também lá no Instituto, era da área de Recreação e Jogos, tocava piano.

P – Ela tinha alguma coisa a ver com o maestro Antônio Gondim?

R – Acho que eles eram parentes, mas o marido dela é quem era Gondim.

P – O maestro Gondim foi professor do Instituto, não é?

R – Foi, eu trabalhava lá quando ele era, ele era quem dirigia o canto orfeônico. Esse aqui era o João Hipólito Campos de Oliveira, ele era professor de lá. Aqui o Figueiredo Correia, nessa época em que ele era o Secretário de Educação; o Mauro Benevides, bem novinho nessa época, eu conheço o Mauro desde menino. Essas fotos são aqui no auditório do Justiniano de Serpa. Ali se fazia muitas festas, semana das Ciências, semana da Matemática. Essa aqui é a festa de conclusão de curso, aqui a dona Susana Bonfim, lá do Instituto; a mulher do

Cláudio Martins, que era o Secretário de Educação na época; a oradora da turma; a Taís; o Amorim. Esse emblema aqui é de lá, essa águia? Então essa fotografia aqui é do Instituto de Educação. Esse aqui é o Sobreira, que eu acho que talvez tenha sido ele que tenha sido do sindicato, José Alencar Sobreira. Ele também foi diretor aqui do Instituto, depois do Amorim foi ele tanto que faziam muita confusão porque Amorim era Amorim Sobreira e ele era Alencar Sobreira, em primos. Aqui a Irene, ela é viva, tem oitenta e poucos anos. Isso daqui quando ele fez o concurso para a faculdade, os telegramas de felicitações.

P – Então a senhora só chegou no Instituto quando ele já tinha mudado de lugar. A senhora não ensinou no prédio antigo aqui?

R – Não, eu comecei a trabalhar lá.

P – A senhora tem informação de quando foi que o professor Lauro se tornou professor do Instituto

R – Também foi lá. Agora, ele também era inspetor, eu me lembro, tem alguns retratos dele participando lá, mas como inspetor. Mas eu acho que ele foi professor ainda aqui.

P – O Américo Barreira era um forte defensor da reforma, não era?

R – Era, quer dizer, ele entrou na escola ainda aqui. Eu me lembro que o professor Denizard era quem queria também essa cadeira para ensinar Sociologia e a cadeira vagou. Era o Flávio Marcílio que era o dono da cadeira, mas ele fez concurso para a faculdade de Direito e não quis continuar. Aí a cadeira vagou e Denizard Macedo queria essa cadeira, mas ele tinha dito a Amorim que “se você puder, não comunique agora não que a cadeira está vaga, porque o momento político não é muito favorável para mim”, porque o Denizard tinha sido integralista. Ele não era mais integralista, mas tinha aquelas idéias; ele não era muito governista naquela época, claro. Aí Amorim disse: “Olha, eu tenho obrigação de comunicar, mas vamos ver se...”. E ele ainda não tinha comunicado quando chega lá o próprio governador e o Américo, já com o Diário Oficial, ele foi para dar posse para o Américo. Aí pronto!

P – Então o diretor da escola nessa época era o dr. Amorim?

R – Era.

P – E ele nem tinha ainda comunicado?

R – Não, mas naturalmente o Américo estava sabendo, ele era muito amigo pessoal do Flávio...

P – Isso foi no começo?

R – Ainda não tinha passado para lá não. Foi aqui, o curso Normal funcionava aqui. Aí houve aquele mal-estar, o Denizard achava que Amorim tinha comunicado, ele achava que Amorim não tinha feito o que tinha prometido, que era de não comunicar. Mas ele não comunicou, eu me lembro que Amorim chegou a chorar. Ele disse: “Olha, eu tinha todo interesse de ajudar o Denizard”, porque desde lá do Cariri, também a gente conhecia muito ele, mas ele não ficou não e o Américo foi.

P – O Lauro é considerado o mentor da Reforma. Lá no Instituto de Educação tinha pessoas que resistiam à reforma, que não queriam que ela acontecesse, ou quem era contra se fazia de morto, como era isso?

R – Mais ou menos isso aí. Eu nunca vi ninguém contra a reforma, mas vi muita gente sem participar, porque havia lá os medalhões, professores antigos, aliás de cadeiras importantes, que não obedeciam. Por exemplo, eu cheguei a ser coordenadora pedagógica por pouco

tempo, que me elegeram, era um programa que a gente realizava por unidades de ensino. Cada professor tinha que entregar os seus programas à coordenação para a coordenação fazer a integração desses programas e aquilo funcionar tudo ao mesmo tempo.

P – E essa unidade durava quanto tempo?

R – Aí a gente fazia o cronograma, eu acho que era de três em três meses, eram quatro etapas. Aí a gente fazia a avaliação, reunia a congregação. Era muito interessante esse programa, porque a avaliação era conceito, não era nota, a gente dava umas notas para ter aquela referência assim, porque a gente era acostumado, mas eram os conceitos BOM, ÓTIMO. Tinha os itens que traduziam o que era conceito BOM e aí a gente colocava. Aí correspondia a isso, porque quando tinha que mandar um relatório, tinha que mandar em números. Era um pouco difícil de fazer, mas fizemos essa experiência algum tempo, não sei hoje como é lá. Mas tinha uns professores que não estavam nem aí. Não entregavam os programas e diziam “tudo que eu realizo em sala eu escrevo no livro de ponto”. A gente tinha que ir lá no livro de ponto daqueles que não estavam se importando se estavam obedecendo aquela integração, havia professores assim. Mas na maior parte tinha muito entusiasmo, o Lauro mudou muito a escola em determinada época. Depois ele começou a se envolver muito na seccional e saiu um pouco, depois ele foi embora prá Brasília, depois veio a revolução e aí desmantelou tudo, mas no tempo em que eu estive lá ele realizou muito.

P – A senhora ficou até que ano lá?

R – Até 1968.

P – E durante esse tempo em que a senhora ficou lá, algumas coisas da reforma ficaram? Alguns comportamentos, alguns procedimentos de planejamentos?

R – Quando eu saí de lá a reforma estava em execução, a integração de currículos, as unidades de trabalho, a própria lei preconizava isso. Era difícil ser coordenador, eu me lembro que eu era coordenadora, não ganhava nem um tostão a mais, pegava um trabalho enorme, trabalhava muito em casa porque eu trazia tudo prá casa, porque não dava tempo. Aí me liberaram de um turno, porque eu, como coordenadora, tinha que freqüentar os três turnos; me liberaram de um turno para fazer, mas era muito pouco. Aí depois de mim foi Isolda, que foi casada com Diatahy, depois já foi remunerada. Não, não foi Isolda não, foi Iolanda Perdigão como coordenadora, ela não dava aula e era remunerada, mas eu não.

P – As alunas elas tinham noção de que elas estavam sendo objeto de uma reforma, de que elas estavam estudando em um clima de reforma?

R – Acho que a gente não passava isso não, mas elas sabiam. O serviço de orientação educacional que foi implantado naquela época, que era muito bom, a Eneida Dantas, dona Maria de Jesus Andrade. Era muito bom, elas tinham umas fichas de acompanhamento, visitavam as casas das alunas nos casos de alunas problemáticas, que freqüentemente faltavam ou então que tinham certos comportamentos, então tinham acompanhamento.

P – Como era a disciplina das alunos na escola e de modo geral?

R – Era muito boa, dificilmente tinha problemas. Esses problemas individuais eram muito bem conduzidos pela orientação. Nesse tempo, né? Depois, não sei. Aqui ou acolá saía um problema, porque era uma escola muito numerosa, não é? Meu marido dizia que ali tinha de tudo (risos), era gente demais.

P – A que horas começavam as aulas pela manhã?

R – Às sete e meia.

Fita 2, lado A

P – Na época da senhora, a escola funcionava à noite?

R – Funcionava, o Normal. Acho que só não funcionava a parte de Educação Física, eu não me lembro muito. Eu nunca trabalhei de noite, mas funcionava. Eu cheguei a ir várias vezes à noite por causa desse negócio da coordenação. A Escola Modelo e o Jardim da Infância eram nos dois expedientes, manhã e tarde, como funciona ainda hoje lá, agora inclusive é uma escola separada, a escola Juarez Távora, mas antes era tudo junto.

P – Eu soube, pela dona Albaniza, ex diretora da Escola de Aplicação, que a diretora da escola de Artes Industriais era uma professora chamada Ivanira, mas ela não se lembrava do sobrenome dela, nem se ela está viva...

R – É porque ela era mais ligada à Secretaria de Educação, tanto que era uma escola separada. Se a escola tivesse um arquivo organizado estava tudo lá, por que foi tudo documentado. Eu me lembro que no tempo em que eu lecionava lá, ela funcionava tudo muito bem. Todo ano tinha exposição, a gente ia assistir a entrega dos certificados e aí as alunas iam para as outras escolas levando certificados de artes industriais.

P – Então as alunas da Escola Modelo também freqüentavam lá?

R – Porque foi condição para a construção da escola.

P – Na Escola Modelo também existia o ensino equivalente ao ginásial, só que preparando para o Normal?

R – Não, quando eu estava lá, não. Mas depois eu vi, olhando aqui no relatório da Eldair, eu li isso aqui, que teve já direcionando para o Normal. Isso foi do tempo da dona Eldair prá cá, porque eu saí quando a Eldair começou. Ela ficou achando que eu estava saindo porque (risos)... Eu digo isso porque a Eldair foi minha colega de colégio, não de classe, mas de colégio, de internato nas Dorotéias. Mas eu disse: “Eldair, não tem nada a ver”, porque eu estava doente, eu queria voltar, mas como eu cheguei no Conselho, eu achei ótimo, porque eu não queria sair do campo da educação.

P – E a senhora se sentiu bem lá?

R – Olha, lá eu era professora também, porque tinha as alunas da faculdade que iam pesquisar exatamente dentro desse setor dentro do que eu ensinava, que era Estrutura e Funcionamento de Ensino de Primeiro e Segundo Graus e eu só trabalhava com primeiro grau lá na escola, a minha cadeira era Estrutura e Funcionamento do Ensino do Primeiro Grau. Já na faculdade de Pedagogia é Estrutura e Funcionamento de Ensino de Primeiro e Segundo Graus. Então esse pessoal da faculdade que estudava nessa área ia lá no Conselho e aí eu tirava o recalque (risos). Ficava com elas horas e horas trabalhando, porque a minha cadeira era isso, era organização escolar, era uma cadeira muito ligada à estrutura da escola.

P – Faziam parte da reforma os chamados clubes. O que eram esses clubes?

R – Era uma das coisas que o Lauro dinamizava muito lá na escola. Aqui tem vários, está escrito aqui, o senhor não viu não?

P – Eu vi, mas eu queria entender como: os alunos se juntavam na hora da aula, fora da aula? Para fazer o que?

R – Eu não sei se era de sábado, eu não me lembro mais, que a minha cadeira não favorecia, mas eu me lembro que a cadeira de Português, as cadeiras de História e Geografia, essas áreas ligadas ao social, eles realizavam, por exemplo, na Semana da Pátria, tinha aquela

pesquisa sobre a independência e aí representavam em um dia para a escola toda, e aí era a cargo dos clubes. Aí entrava tudo, até culinária, o lanche que era servido era feito de acordo com a época.

P – A senhora estava lá quando houve aquela viagem das alunas para o Rio de Janeiro, que o B. de Paiva ensaiou?

R – Olha, eu não participei da viagem, mas eu estava lá e parece que o Américo foi. A escola se movimentava muito.

P – E teve outras excursões além daquela?

R – Eu me lembro que quando eu trabalhava lá na escola de Juazeiro nós recebemos uma vez uma turma de professorandas daqui que foi visitar a Escola Normal Rural. E durante essa época da reforma, de vez em quando elas organizavam umas excursões pequenas. Essa do Rio foi muito comentada. Era a dona Susana Bonfim a vice-diretora.

P – E a dona Susana Bonfim, como ela era?

R – Taí, eu acho que o que salvava no tempo do dr. Hippolyto era a vice. Eu acho que ela salvava um pouco o rigor do Dr. Hippolyto, porque ela era assim mais democrática, mais maleável.

P – Ela foi vice também do professor Sobreira Amorim?

R – Quando Amorim assumiu a direção, porque ele já era diretor das duas aqui, mas quando passou prá lá ficou mais difícil para ele, aí ficou a dona Susana como vice-diretora, mas de fato ela era a diretora. Amorim ia lá assinar as coisas, os cheques, mas não tinha tempo e depois ele não se sentia familiarizado com o curso Normal, porque ele sempre trabalhou com o curso ginásial e científico.

P – E a professora Irene, era a vice daqui?

R – Era, até Amorim sair ela era a vice-diretora.

P – O professor Amorim chegou a comentar sobre a reforma, o que ele achava, se era contra ou a favor, se tinha coisa positiva?

R – Ele assistiu a implantação da reforma do Lauro e deu muito apoio a ele em tudo. Mas sempre a gente tem um lado que a gente faz alguma crítica. O Lauro era muito visionário, ele tinha aquele ideal, era aquela coisa e botava aquilo no papel para se fazer... Eu me lembro que até contavam uma história, que é muito conhecida essa história, que quando o dr. Hippolyto assumiu, ele fez uma reunião da congregação e chamou o Lauro para expor todas as fases de como fazer a reforma. Aí o Lauro foi encheu a sala de cartazes, em cada canto tinha um cartaz, com as idéias todas dele. Era um encanto o Lauro, era uma pessoa muito carismática. Quando ele chegou, tirou o paletó, pôs na grade da cadeira e disse: “vamos falar”. E quando terminou: “pronto, essa é a reforma”. Aí o dr. Hippolyto disse: “agora o sr. vai me dizer o modus faciendi”, parece que eu estou vendo (risos). Aí o Lauro pegou o paletó assim com o dedo, botou no ombro e disse: “Isso aí é com vocês” (risos).

P – Ai teve também a vinda daquelas professoras americanas do P.A.B.A.E.E....

R – A gente chamava pabae (risos), eu mesma comentei isso com elas. Elas vinham ajudar a gente a fazer a reforma. Aquela reforma, toda ela foi inspirada lá. Quer dizer, o Lauro tinha aquela parte criativa dele, mas ele não fez aquilo em cima de nada, não é? O dr. Hippolyto – a minha cadeira era nova, nasceu com a reforma, não existia antes – ele parece que não acreditava muito, ele achava que eu, pelo fato de ser casada com o Amorim, tinha entrado lá

por causa disso. Mal sabia ele que eu precisei passar dois meses fora de casa freqüentando uma unidade, porque esse curso era feito por unidades. Então essa unidade de administração e supervisão era uma, que foi a que eu freqüentei. As outras eu não freqüentei, porque eu me interessava era pelo certificado daquilo que eu pudesse assumir a cadeira aqui. Mas ele esqueceu isso e quando o pessoal do pabae chegou, com poucos professores ele fez isso, fez comigo: a primeira. Reuniu a congregação e as moças do pabae, que não sabiam falar português, tinha uma moça da família Fiúza, que era a tradutora. Aí ele disse: “eu quero que a senhora coloque no quadro como é que a senhora desenvolve o seu programa. Aí eu fui lá, eu tinha tudo assim na cabeça, tinha acabado de fazer o curso, peguei e fiz, a moça o tempo todo traduzindo, a professora Leticia foi quem fez a ata, naquelas circunstâncias. Aí eu terminei, aí elas se levantaram bateram palmas e disseram: “excelent!” (risos), parece que eu estou vendo. Acho que foi aí para ele tirar a dúvida se eu estava realmente capacitada, eu fui a primeira, não vi ninguém fazer antes. Depois acho que ele chamou a Noemi Aderaldo, eu acho que a cadeira dela era Pedagogia.

P – Era...

R – A Noemi questionava muito o Lauro, eles tinham muitos atritos no campo da Pedagogia. Ela era muito competente também, muito inteligente, mas muito rigorosa nos pontos de vista dela e de vez em quando eles tinham uns atritos. Eram ela, o Américo, o Lauro. O Lauro e o Américo se davam bem, mas de vez em quando tinham. Mas com o dr. Hippolyto era de rachar, eu acho que ele morreu por causa disso...

P – O dr. Sobreira Amorim e o dr. Hippolyto se relacionavam bem?

R – Amorim começou a trabalhar no Justiniano de Serpa, o dr. Hippolyto era o diretor. Professor novo, de Latim, começando, primeiro ele foi nomeado, depois foi que fez concurso, porque o Amorim era campeão de concurso, prá tudo ele fazia concurso, não queria nada sem concurso. O dr. Hippolyto tinha consideração com ele, eu me lembro uma vez, tinha um bilhete em que o dr. Mozart Pinto, que era professor antigo da escola, ele era de História e de Literatura, ele era muito cotado e respeitado, então ele fez um bilhete para Amorim dizendo que dr. Hippolyto queria que ele fosse representá-lo, e à escola, em uma solenidade importante, porque ele era um professor de muita classe, uma coisa assim. Aí ele (Mozart) foi e disse: “expressões do Hippolyto” (risos)...

P – Então o dr. Hippolyto tinha muito apreço por ele.

R – Nesse tempo, mas quando Amorim transferiu a escola para lá ele não gostou, ele nunca engoliu aquela escola ali, ele não suportava, porque ele era louco por essa escola aqui. Então ele passou a ser um espinho, tudo ele... Eu até encontrei aqui, talvez nem interesse não, um papel de 1960, aqui: “Instituto de Educação – Centro Educacional”. Aí é ele, dr. Hippolyto, quem faz essa lista, quando ele chegou (no Instituto), o que ele encontrou, o que faltou, aqui: “João Hippolyto de Azevedo e Sá”. Aí ele relaciona, papel timbrado com o nome dele: “Cumprindo determinação que me autoriza a lei nº 4743, de 15 de janeiro de 1960, transporte do Colégio Estadual de Fortaleza para o Centro Educacional do Ceará...” e vai por diante.

P – Eu vi no jornal O POVO umas cartas que o Américo publicou protestando contra uma série de coisas...

R – Foi nessa história que eu falei, do Figueiredo Correia e do Amorim, o Américo fez uma carta protestando contra a taxa de matrícula. Aí o Amorim se defendeu.

P – É, eu vi essa defesa, essa parte eu vi.

R – Eu não tenho isso aqui em casa não, mas eu me lembro muito bem disso.

P – Eu achei interessante porque, na última carta do professor Amorim, ele diz que foi até bom ter acontecido isso, porque ele ia anexar essas cartas a uma monografia que ele estava escrevendo sobre o Instituto de Educação e que já tinha umas duzentas páginas. Ele chegou a escrever?

R – É, mas ele nunca publicou, ele fazia anotações, eu já procurei quando o senhor falou comigo da outra vez, eu saí atrás, mas ele guardou tão pouca coisa do Instituto. É que Amorim ficou tão pouco tempo no Instituto, que ele demorou muito pouco lá.

P – Será que ele não guardou isso aqui em algum lugar?

R – Olha, eu já procurei por todo canto, embora isso não. Eu sei que ele anotava muita coisa em cadernos, mas eu não encontrei nada assim.

P – Aí eu fiquei tão curioso para saber se ele tinha publicado ou se ele tinha pelo menos os rascunhos, porque às vezes são muitos esclarecimentos.

R – Não, mas eu posso continuar a procurar. Se eu encontrar, eu lhe digo.

P – Eu não quero abusar da boa vontade da senhora, mas é que, no ano que vem, o Instituto completa 120 anos. É toda uma história, muita visibilidade....

R – Amorim sempre dizia: “Eu entrei ali como Pilatos no Credo, porque eu não tinha nenhuma afinidade com aquele curso, até o corpo docente era outro”. Ele se dava muito bem no começo, quando ele entrou ali, que era tudo junto, ele conversava muito com dr. Hermínio de Araújo, que era o antecessor dele, professor de Latim, um latinista muito conhecido aqui em Fortaleza, então com esse ele se dava muito. Tinha também Valdivino, era professor de Inglês, que se tornou muito nosso amigo, nós fomos até padrinhos da filha mais nova dele, tinha a maior amizade com Amorim, era mais próximo. Quem era outro? O Denizard, naquela época. O dr. Maranhão era médico, muito competente, era um humanista, tinha uma cultura geral muito boa, escrevia muito bem, ele já era bem mais velho do que Amorim mas eram muito amigos, ele chegou a ser médico dos meus filhos. O padre Tito, que era professor de Religião e era vigário da Catedral era muito nosso amigo também, mas ele morreu muito novo. Se eu não me engano foi na gestão de Amorim ou de Valdivino que ele entrou na escola.

P – E a professora Zilah? Ela era professora do primário ou do Normal?

R – Ela era do primário e parece que trabalhou também nesse setor de recursos audiovisuais, ela era muito habilidosa. Essa ainda é viva.

P – A professora Irene Arruda também é viva, não é?

R – A Irene era vice-diretora e se aposentou como vice-diretora, ele era também desse setor de economia doméstica, que era muito valorizado naquela época.

P – Existia um Conselho de alunas nas escola?

R – Existia, fazia parte da Reforma. A gente nunca viu funcionar bem, mas existia. O que funcionava bem eram os estudos em grupos, a eleição das lideranças dos grupos por afinidades. Em todo começo de semestre a gente fazia nova eleição, porque às vezes entravam outras meninas novas e outras vezes outras meninas despontavam no exercício dos estudos de grupos, elas começavam a aparecer como líderes. Por isso é que funcionava bem.

P – Lá no Ensino Normal, eram só meninas que estudavam?

R – Nunca vi menino lá.

P – A senhora já ouviu falar porque aquela águia como símbolo?

R – Não, eu nunca ouvi. Quando cheguei lá já existia a águia e aquele uniforme vermelho e branco, aquilo já era uma tradição, as alunas da Escola Normal eram conhecidas por causa daquela farda, tanto uma como outra tinham as saias vermelhas, só que as do Justiniano tinham três ou quatro barrinhas brancas, umas listinhas na saia e as saias do curso Normal eram vermelhas, mesmo modelo, mas era saia lisa, sem as listinhas, eu não me lembro bem.

P – A dona Irene e a dona Susana Bonfim, que foram as vices, foi o professor Amorim quem escolheu ou o governador que nomeou por conta dele?

R – Essa é uma coisa complicada, porque a lei diz que os vices são indicados pelo diretor, mas essa indicação a gente já sabe que é feita pelo governador. Agora, Amorim teve sorte, porque a Irene se entrosou muito bem com ele. A Taís Ribeiro também foi vice-diretora e foi depois minha colega lá no Conselho.

P – O Lauro disse em uma entrevista a uma professora da universidade que, quando ele ensinava no Normal, foram feitos vários simpósios, encontros de preparação, inclusive com as alunas, para implantar a reforma. Ele diz num momento que as alunas chegaram a fazer uma passeata em defesa da reforma da Escola Normal, porque uma parte dos professores era resistente, adversa, não queria e tal, mas ele não cita se isso aconteceu quando ele estava aqui nesse prédio ou se já foi no novo prédio. A senhora tem alguma lembrança disso?

R – Não, eu não tenho lembrança disso de jeito nenhum. Eu me lembro que existiam algumas pessoas que questionavam a reforma, achavam que era utópica, o dr. Hippolyto era um. Quando o Lauro disse “isso aí é com vocês”, ele disse “eu estava esperando por isso”.

P – É aquilo: dizer é uma coisa, falar é outra. Eu não sei se foi isso que aconteceu.

R – Mas é que o Lauro tinha esse pensamento dele de deixar as pessoas trabalharem. A coordenação aparecia na hora necessária. Ele dizia: “pronto, vocês têm que fazer isso e isso, a reforma quer isso. E vocês comecem, vamos pensar, vamos fazer”. Aí quando a gente começava a fazer, que não dava certo, ele olhava, ele entrava, acompanhava. Esses clubes tinham músicas que representavam Portugal, Holanda, esses países que tiveram mais contato com o Brasil, aí elas se fantasiavam, aí depois é que ele fazia a crítica e as sugestões também.

P – Isso foi em 58, 59, lá no novo prédio.

R – Isso, porque lá tudo era mais fácil para se fazer, porque era só a Escola Normal, um grupo menor e voltado para aquilo.

P – Como eram escolhidos os coordenadores de departamentos?

R – A congregação se reunia e escolhia e eram os coordenadores dos departamentos que entregavam para a coordenadora geral os programas.

P – E as reuniões do Conselho Técnico eram as reuniões só desses coordenadores ou reuniões abertas a qualquer professor?

R – Eu não me lembro se eram abertas, embora eu tenha participado da congregação e cheguei a participar do Conselho Técnico porque eu era da coordenação, que foi por pouco tempo, porque eu adoeci e tive que sair.

P – Quando a escola mudou para lá, eu li nos jornais que muitos pais reclamaram principalmente por causa das crianças, porque eles diziam que era muito longe...

R – Isso era uma maneira de dizer. Eles achavam longe porque antigamente em Fortaleza tudo era aqui, tinha tudo que você precisava, era um lugar central, porque todo mundo

morava por aqui. Depois que Fortaleza começou a se estender, aí ficou perto. Isso aí, quem tinha visão, pensou logo isso, que era por enquanto, ia crescer muito. Aquele lugar onde funciona o Conselho hoje, era vizinho à escola, fazia parte dela, foi construído ali um jardim da Infância, era o pré-escolar. Quando nós chegamos lá, ainda tinha os sanitários pequenininhos, muita coisa que foi feita para as crianças.

P – E por que não aproveitaram aquilo, por que não construíram para o Conselho em outro canto daquele terreno?

R – Tudo aquilo ali era um conjunto e foi feito tudo direitinho, se perdeu muito material ali. O Conselho funcionava aqui, nas ruas Costa Barros com Idelfonso Albano, numa casa alugada, foi ali que eu comecei a trabalhar, e aí foi despejado.

P – Falando em despejo, eu me lembrei que o dr. Hippolyto e o Lauro trocaram algumas farpas sobre um despejo da Escola Normal.

R – Ele, o dr. Hippolyto, achava que o curso Normal tinha sido despejado para lá, ele tinha raiva. Mas o Lauro defendia, porque tinha tudo lá.

Fita 2, lado B

P – Por exemplo...

R – Tinha até aquelas salas de aulas com aqueles observatórios no fundo, era raríssimo uma escola ter aquilo, isso já veio de lá do INEP. Eu cansei de assistir aulas das professorandas, que fazia parte do currículo delas, que quando terminavam o curso tinham que dar umas aulas. E aí nós professores ficávamos do outro lado, elas não nos viam...

P – E funcionavam direitinho, vocês ouviam o que elas diziam?

R – Funcionavam, nós ouvíamos o que elas diziam. Eu fui chamada várias vezes para assistir, e elas não me viam, mas eu via, não é?

P – Ô situação ruim (risos)...

R – Mas elas sabiam que a gente estava ali, mas tudo isso já foi feito de propósito.

P – Um dia desses eu entrei ali, eles viraram depósitos de faxina. Não era quente ali?

R – Eu não sei, eu também não era professora da área, mas fui convidada algumas vezes para acompanhar. Eu me admirava, eu até achava aquele negócio bom. Tinha umas cadeiras prá gente e elas traziam todo o material para fazer a demonstração.

P – A professora Iracema Oliveira, eu não consegui entrevistá-la, mas ela me enviou algumas coisas por escrito, ela disse que quando chegou lá no Instituto, não encontrou mais nada da reforma. Eu me perguntei, será que não ficou nada mesmo, nem na maneira de pensar, cabeça dos professores, na maneira de trabalhar os conteúdos?

R – Quando eu saí ela tinha entrado lá, ela era uma entusiasta. Ela é concunhada do Lauro, a mulher do Lauro era irmã do marido dela, os dois já morreram. Quanto à reforma, pensando de forma prática, a gente ainda não estava assimilando na vida de professores aquilo ali, mas a gente já tinha os parâmetros, já sabia como deveria de fazer e muitos professores entraram mesmo nisso, mas sem saber o resultado em que ia dar aquilo. E tinha professores, como eu disse, que não diziam “não quero”, mas simplesmente não faziam, eram os considerados medalhões. Tinha um professor que era médico, da área de Psicologia Infantil, que era importante a cadeira dele, era um gentleman, uma pessoa queridíssima, todo mundo gostava muito dele, ele não fazia oposição, não dizia nada, mas simplesmente não fazia nada. Eu

como coordenadora tinha um desgosto, o serviço de coordenação era tão difícil, porque eles demoravam demais para entregar os planos, a gente tinha prazo com as unidades, “ah, mas eu só vou sair dessa quando todos os alunos tiverem aprendido”. Era muito difícil, por causa dos hábitos já trazidos. Esse professor que eu falei, ele dizia a mim, “olhe, tudo que eu faço eu deixo registrado lá no livro”, quer dizer, ele não participava do espírito da coisa, porque é importante que você entre nisso...

P – Uma coisa que eu me interessei foi a monografia que o dr. Amorim teria escrito.

R – Mas eu posso lhe assegurar que ele não fez.

P – Mas ele poderia ter os rascunhos, as anotações?

R – Eu acho que nem isso. Aliás, se foram anotações foi uma coisa muito rascunhada... porque quando eu doei a biblioteca, eu rasguei muito papel, pode ter ido junto. Mas eu já procurei, depois que o sr. me falou pela primeira vez, eu pensei: “eu não sei o que é que eu vou dizer a esse rapaz”, porque eu não achei nada assim que pudesse...

P – Mas o seu relato é importantíssimo, esclarece muita coisa também.

R – Porque ele dizia muito isso a mim que ele não tinha muita centralização porque foi fora da área dele. Mas quando ele foi prá lá, ele foi logo dizendo ao governador, “eu vou aceitar esse desafio”, porque foi um desafio, ele pediu carta branca. Tirar aquilo dali foi uma grita muito grande, de pai de aluno, de aluno, de professores, da imprensa, todo dia saía uma coisa, “mas se o governador queria e ele estava me dando respaldo, mas assim que as coisas estiverem normalizadas eu saio, porque eu não dou conta, eu não tenho nenhuma vivência de curso Normal, até o quadro docente é completamente diferente”. Aqui na escola ele era muito querido, engraçado (risos), era assim um acontecimento, ele até dizia “Meu Deus, o que foi...” Nas escolas Normais se fazia uma cota entre os alunos, naquele tempo 50 centavos era muito dinheiro. Aí comprava todo o material para fazer pastel, bolo, tudo com esse dinheiro, para fazer uma manhã esportiva, e ainda sobrava dinheiro que dava presentes, que dava até para dar jantar no Náutico, era assim, muita coisa fazia. Ele chega ficava acanhado, mas ele dizia “eu não me incomodo porque eu sei que isso é uma coisa passageira”.

P – Essa revista comemorativa sobre a escola você tem?

R – Eu não tenho, mas na escola tem, eu já vi.

P – O professor Amorim fazia parte do Instituto Histórico e Geográfico do Ceará? Porque alguns professores de lá do Instituto de Educação também eram...

R – O Denizard era um deles...

P – A professora Noemi Aderaldo era esposa do Mozart Soriano Aderaldo?

R – Não, ela era cunhada, casada com um irmão do Mozart Soriano, mas o Mozart não era professor não..

P – No corpo docente havia muitas pessoas de proeminência, não é?

R – O corpo docente, principalmente da Escola Normal, era o que tinha de mais destaque, tanto no saber como na posição social e muitos deles atuavam na política.

P – A senhora conheceu o Moreira de Sousa?

R – Lembro, foi ele quem conseguiu para mim ir fazer esse curso lá em São Paulo, porque quando eu disse que queria essa cadeira, ele disse “mas precisa ter pelo menos esse curso”.

P – O professor João Hippolyto e o professor Moreira de Sousa tinham diferenças educacionais entre eles?

R – A única coisa que eu acho que pode ter distanciado os dois foi porque, não sei se já ouviu falar numa professora, a Edite Braga, que foi depois até diretora, que fez concurso para a Escola Normal e o dr. Hippolyto ficou do lado dela. O dr. Moreira incomparavelmente era um homem muito mais culto do que ela, ele era um sábio, ele foi embora daqui por desgosto. O concurso deles mobilizou tanto a cidade que terminou acontecendo no teatro José de Alencar, aí ela ganhou. Aí pelo fato do dr. Hippolyto ter ficado do lado da Edite, naturalmente passou a ser do lado oposto ao dr. Moreira. O dr. Moreira de Sousa era uma estrela, foi para o Ministério da Educação e lá ficou, ele trabalhou muito no MEC. Nós tínhamos um tio padre que foi contemporâneo de seminário do Moreira, eram muito amigos, ele foi seminarista, mas depois saiu, casou, não tinha vocação, enquanto o Azarias continuou e foi padre até o fim. O padre Azarias sempre falava do sofrimento do dr. Moreira nessa época, humilhado, foi terrível, aí entrou política no meio e tudo e ele foi embora. Naquela época o secretário de Educação chamava-se Diretor de Instrução.

P – Tinha esse nome? Interessante, isso eu não sabia

R – Ele foi diretor de Instrução e foi nessa época que foi fundada a Escola Normal lá de Juazeiro. Ele foi muito amigo da primeira diretora da escola, Amália Xavier de Almeida. Ela era professora e muito amiga dele e após a fundação, quando a coisa se clareou e tinha possibilidade da escola ser lá, foi com ela que ele se entendeu. Ela foi uma grande diretora, enquanto ela foi viva ela assumiu. O povo da cidade, no começo, foi muito resistente à escola porque a escola era rural e que então com esse nome, achavam que elas eram diferentes das outras professoras, que iam ensinar as crianças a plantar batatas (risos). Olha, já tem muita coisa escrita, mas a história da Escola Normal de Juazeiro precisa ser escrita com alma, porque foi uma coisa assim fora de série no contexto da educação do Ceará. Ela tinha um relacionamento muito grande com a escola de Agronomia, tinha um grupo de professores da escola de Agronomia que visitavam a escola periodicamente, davam aulas de campo, ensinavam técnicas agrícolas, a escola tinha qualidade. Quando eu comecei a trabalhar lá, eu só trabalhei lá como professora primária, eu dou graças a Deus, que eu fiquei com pena quando tive que deixar, porque quando a gente vê a coisa funcionar.... De manhã, quando a gente chegava lá para a primeira aula, às 8 horas, porque lá tudo começava às 7 horas, mas todo primeiro horário era no campo. Eu ia a pé, andava uns dois quarteirões e meio e já ia ouvido os meninos cantando em direção ao campo, os bichinhos pequenos, outros maiores, com as enxadinhas, todos com chapéu de palha. Era tão comovente que sempre que chegava na escola eu chorava.

P – Era construindo as vidas daquelas crianças...

R – A diretora tinha um espírito assim, quando era setembro, que é a semana da árvore, ela fazia a Semana da Janela Florida: cada aluna tinha que cultivar uma plantinha e colocar na sua janela e ia passar uma comissão para julgar a mais bonita. Ela não tinha carro, Juazeiro era uma cidade muito atrasada, tinha pouquíssimos carros na época, mas ela alugava um carro, constituía um comissão, saía a cidade todinha visitando essas janelas e depois premiava. Era uma coisa linda! Ela foi mudando a mentalidade do povo, fazia aqueles concursos, o tomate mais bonito, pepino, os pais compareciam e as famílias começaram a comer verduras, que ninguém comia. As verduras que tinha eram compradas nas feirinhas do açougue, uns tomates bem pequenininhos, que dava naqueles galhos. Lá na sua terra (Limoeiro) tinha uma Escola Normal lá, da dona professora Maria Gonçalves, que foi minha primeira professora, foi quem me alfabetizou, que ela é de lá de Juazeiro, uma mulher extraordinária, que eu digo “essas duas professoras nasceram para ter essa iniciativa no Nordeste”.

P – Desde pequena, a senhora sempre teve vontade, disposição de ser professora?

R – Eu não sei se porque naquele tempo a carreira que se destinava à mulher era professora, a minha mãe ficou viúva muito nova e ela tinha esse ideal de me ver professora, então eu já... Agora, todo mundo, lá na minha cidade e depois quem me conheceu no meu trabalho, diz que eu nasci para ser professora (risos), porque eu gosto de explicar. Quando eu saí da escola eu senti muito, porque eu era louca pelas meninas, lá tinha o serviço de orientação educacional, mas elas me procuravam muito, para fazer suas confidências e eu senti muitas saudades quando saí, saí porque estava doente, a Eldair pensava que eu tinha saído por causa dela, que aí, porque? Eu gostava muito dela.

P – Depois de aposentada, a senhora se encontra com algumas de suas ex-colegas?

R – De estudantes, nós temos a associação de ex-alunas das Dorotéias, que a gente se reúne pelo menos umas três vezes por ano. Agora, minhas companheiras da Escola Normal hoje em dia são muito poucas, porque Letícia, que era a mais ligada a mim, morreu, a Noemi (Aderaldo) faz tempo que está doente. Tem a outra Noemi (Freire) que era dessa área da prática de ensino, é porque tinha muitas turmas e ela trabalhava com a Susana. Essa é uma pessoa muito atuante e tudo, eu me encontro muito com ela porque desde que me aposentei fui para a Universidade sem Fronteiras, a gente se encontra e eu escolhi, nesse semestre, criação literária e a Noemi é dessa turma. E nós fundamos uma pequena associação dos primeiros alunos da universidade que começaram a se interessar por literatura e fundamos uma associação que a gente denominou de “sarau do beco”. É novo, é da Universidade sem Fronteiras prá cá. E aí a gente se reúne na casa dela, uma vez por mês, e aí a gente escreve alguma coisa, lê lá ou então leva o relato de algum livro que leu. É um encontro literário. E ela era professora do Instituto nessa área de Prática de Ensino, aposentada como professora de lá, ela era muito amiga da Neli, irmã do Moacir, alguém me falou que ela (Neli) não está bem, ela foi minha colega de colégio e depois minha colega lá no Instituto. Lá no Instituto as mais ligadas a mim eram a Noemi, a Letícia, a outra Noemi, a Suzana Dias, muito ligada a mim, inclusive minha caroneira, me trazia todo dia para casa.

P – Eu conversei com ela, eu gostei muito dela também.

R – Uma vez ela ligou prá mim, para eu lhe atender (risos). É gente muito boa. E esses professores, dr. Clóvis Catunda, Lauro de Oliveira Lima. Tinha uma também da área de recreação, ela era pianista, a Vanda Ribeiro, cunhada da Suzana também. Ela ficou muito pouco tempo no Instituto, porque ela era uma das fundadoras do conservatório de música e aí ela se dedicou mais a isso. Mas ela atuou lá, nessas festas que a gente fazia dos clubes, ela era uma das principais pessoas, tinha uma cultura geral muito boa, entendia muito de música e aí fazia as dramatizações. Tinha também outra pianista. Maria Helena, não me lembro o sobrenome.

(Acabou a fita de gravação)

Fim desta entrevista feita por José Nunes GUERREIRO com a professora Neli.

“Na planificação dos trabalhos escolares da 3ª fase, dar-se-á especial relevo à Prática de Ensino, reservando-se tempo necessário à sua realização nas Escolas de Aplicação e aos estágios das demais Unidades de Trabalho” (parágrafo 3º).

“O Conselho Técnico elaborará anualmente o Calendário Escolar, que será divulgado entre professores e alunos e publicado no Diário Oficial” (Art. 36 do Reg.).

“Os estabelecimentos particulares adotarão o Calendário Escolar organizado pelo Instituto de Educação, com as modificações exigidas pelas condições peculiares a cada um” (parágrafo único).

“A Diretoria do Instituto de Educação, ouvido o Conselho Técnico, fixará anualmente:

a) o número de turmas, atendendo às possibilidades materiais e técnico-pedagógicas do estabelecimento;

b) o número de alunos das diferentes turmas, o qual, em nenhuma hipótese, será superior a 40;

c) o número de turmas e vagas destinadas aos candidatos à Escola de Aplicação, anexa ao estabelecimento.”

A compreensão exata da Reforma só será completa com o exame em conjunto da Lei e do Regulamento, a que remetemos os interessados. Aqui consignamos apenas alguns dispositivos mais expressivos, com o intuito de espicaçar a curiosidade dos leitores e, sendo assim, só os que se ligam, mais intimamente, ao espírito da Reforma. Tratando-se, como se trata, de levantamento da atual situação do ensino no Ceará, a nós importava somente informar sobre o que havia, no caso especial do Ensino Normal, a respeito da formação do professor do Ensino Primário, e sobre o que há de novo no concernente a essa matéria.

Existe, de fato, uma Reforma que investe frontalmente contra moldes tradicionais, recebida por uns com entusiasmo e curiosidade e, por outros, com displicência e até com hostilidade.

Curioso é saber-se que a iniciativa mereceu aplausos dos novos e aceitação entusiástica da parte do corpo discente.

* * *

Texto transcrito por José Nunes GUERREIRO em Março de 2.003
